

Banco Santander, S.A.

*Revisão Especial das Demonstrações
Financeiras Consolidadas Referentes ao
Exercício Findo em 31 de Dezembro de
2013 e Relatório de Revisão Especial dos
Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL DOS AUDITORES INDEPENDENTES

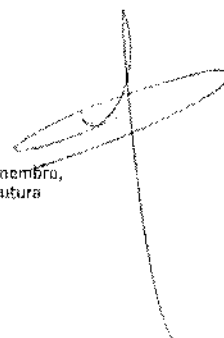
Aos Administradores e Acionistas do
Banco Santander, S.A.
Madrid - Espanha

Introdução

1. Efetuamos uma revisão especial, conforme procedimentos descritos no parágrafo 4, sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander, S.A. ("Banco") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), sob a responsabilidade da sua Administração, em atendimento às disposições previstas na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº480, de 7 de dezembro de 2009.
2. As demonstrações financeiras consolidadas do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas de acordo com as IFRSs, compreendendo o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, foram auditadas pelos seus auditores independentes, Deloitte S.L. na Espanha, que emitiram Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas, sem ressalvas, com data de 2 de junho de 2014.
3. O relatório dos auditores independentes contém os seguintes parágrafos de ênfase e sobre outros assuntos:

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 1.b às demonstrações financeiras consolidadas, o Banco Santander, S.A. tem como política apresentar, para uso geral nos mercados em que atua, suas demonstrações financeiras tendo como moeda de apresentação o Euro. As demonstrações financeiras anexas foram preparadas em atendimento específico às disposições contidas na Instrução nº 480/2009 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) do Brasil, como parte do processo de registro e negociação de valores mobiliários em mercados regulamentados no Brasil, que requer a apresentação de demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRSs em Reais e em português do Brasil. Em vista disso, as presentes demonstrações financeiras consolidadas podem não ser adequadas para outros propósitos.



Relatório sobre outras exigências legais e regulatórias

A conversão para Reais do Brasil foi efetuada unicamente para cumprir com as disposições da Instrução CVM nº 480/2009 acima mencionada. Nossa auditoria também considerou a conversão dos valores em euros para valores em reais brasileiros; em nossa opinião, essa conversão foi efetuada, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a base estabelecida na Nota Explicativa 1.b.

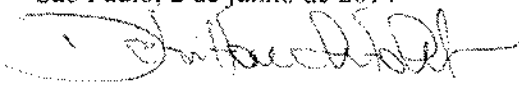
Alcance da Revisão Especial


4. Nossa revisão especial das demonstrações financeiras consolidadas, referidas no parágrafo 1, compreendeu:
 - a) A leitura das demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander, S.A., mencionadas no parágrafo 2 acima e discussão com seus administradores sobre as operações do Banco e critérios de elaboração das demonstrações financeiras, conforme IFRSs; e
 - b) A leitura do relatório dos auditores independentes, mencionado no parágrafo 2 acima e discussão com os auditores independentes, Deloitte S.L. na Espanha, sobre os procedimentos de auditoria efetuados.
5. Nossa revisão especial não representou um exame de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, bem como não representou uma revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Consequentemente, não estamos em condições de expressar, como de fato não expressamos, uma opinião e nem estamos emitindo um relatório de revisão limitada nos termos da NBC TR 2410 e da ISRE 2410, sobre as informações contábeis intermediárias, mencionadas no parágrafo 1.

Conclusão

6. Com base em nossa revisão especial, realizada em conformidade com os procedimentos descritos no parágrafo 4 acima, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander, S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB, expressas em reais, em atendimento às normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, através da Instrução nº480, de 7 de dezembro de 2009.

São Paulo, 2 de junho de 2014


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC nº 1 RJ076328/O-2

Banco Santander, S.A. e empresas que compõem o Grupo Santander

Demonstrações Financeiras
Consolidadas Referente ao Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2013 e
Relatório dos Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração do Banco Santander, S.A.

Relatório sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander, S.A. ("Banco") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade do Conselho de Administração sobre as demonstrações financeiras consolidadas

O Conselho de Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pelos controles internos que ele determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causa por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Santander, S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

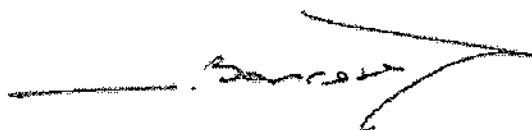
Ênfase

Conforme descrito na Nota explicativa 1.b às demonstrações financeiras consolidadas, o Banco Santander, S.A. tem como política apresentar, para uso geral nos mercados em que atua, suas demonstrações financeiras tendo como moeda de apresentação o Euro. As demonstrações financeiras anexas foram preparadas em atendimento específico às disposições contidas na Instrução nº 480/2009 da *Comissão de Valores Mobiliários (CVM)* do Brasil, como parte do processo de registro e negociação de valores mobiliários em mercados regulamentados no Brasil, que requer a apresentação de demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS emitidas pelo IASB em Reais e em português do Brasil. Em vista disso, as presentes demonstrações financeiras podem não ser adequadas para outros propósitos.

Relatório sobre outras exigências legais e regulatórias

A conversão para Reais do Brasil foi efetuada unicamente para cumprir com as disposições da Instrução CVM nº 480/2009 acima mencionada. Nossa auditoria também considerou a conversão dos valores em euros para valores em reais brasileiros; em nossa opinião, essa conversão foi efetuada, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a base estabelecida na Nota explicativa 2.a.

DELOITTE, S.L.



Carmen Barrasa
2 de Junho de 2014
Madri, Espanha

**Banco Santander, S.A. e
empresas que compõem
o Grupo Santander**

Demonstrações Financeiras
Consolidadas Referente ao Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2013

GRUPO SANTANDER
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 E 2011

(Milhões de euros)

ATIVOS	Nota	2013	2012 (*)	2011 (*)	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2013	2012 (*)	2011 (*)
CAIXA E DEPOSITOS EM BANCOS CENTRAIS		77.163	118.488	96.524	PASSIVOS FINANCEIROS PARA LIVRO NEGOCIAÇÃO:		94.673	141.262	146.948
ATIVOS FINANCEIROS PARA LIVRO NEGOCIAÇÃO		115.285	177.911	173.638	<i>Depósitos captados junto à Banca Central</i>	20	3.566	1.178	7.749
<i>Aplicações no mercado aberto</i>	6	1.569	9.843	4.676	<i>Depósitos captados junto à instituições financeiras</i>	20	7.465	8.297	9.289
<i>Operações de Crédito</i>	10	3.979	7.162	8.056	<i>Depósitos captados junto à clientes</i>	21	8.560	8.097	16.374
<i>Instrumentos de Dívida</i>	7	40.841	42.191	52.793	<i>Liberação por emissão de títulos</i>	22	-	1	77
<i>Instrumentos de Capital</i>	8	4.947	5.492	4.744	<i>Instrumentos Financeiros Derivativos</i>	9	38.337	109.743	108.054
<i>Instrumentos Financeiros Derivativos</i>	9	55.899	110.519	102.468	<i>Passivos de títulos de curto prazo</i>	9	15.951	15.181	16.157
					<i>Outros passivos financeiros</i>		-	-	-
					OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AVALIADOS PELA JUSTIÇA DE VALOR JUSTO NO RESULTADO:		42.711	45.418	44.969
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AVALIADOS PELA JUSTIÇA DE VALOR JUSTO NO RESULTADO		21.381	28.356	19.563	<i>Depósitos captados junto à Banca Central</i>	20	2.057	1.914	1.510
<i>Aplicações no mercado aberto</i>	6	12.444	16.272	4.701	<i>Depósitos captados junto à instituições financeiras</i>	20	9.644	10.062	8.252
<i>Operações de Crédito</i>	10	11.196	12.925	11.715	<i>Depósitos captados junto à clientes</i>	21	26.451	28.438	26.972
<i>Instrumentos de Dívida</i>	7	3.875	2.429	2.649	<i>Liberação por emissão de títulos</i>	22	4.086	1.991	8.185
<i>Instrumentos de Capital</i>	8	896	503	465	<i>Passivos subordinados</i>		-	-	-
					<i>Outros passivos financeiros</i>		-	-	-
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA		82.755	92.266	86.513	PASSIVOS FINANCEIROS AVALIADOS PELA JUSTIÇA DE VALOR JUSTO:		865.114	929.321	935.569
<i>Instrumentos de Dívida</i>	7	72.844	87.724	81.352	<i>Depósitos captados junto à Banca Central</i>	20	9.703	50.958	24.996
<i>Instrumentos de Capital</i>	8	9.911	4.542	5.024	<i>Depósitos captados junto à instituições financeiras</i>	20	26.574	46.752	41.771
					<i>Depósitos captados junto à clientes</i>	21	372.652	565.194	588.977
					<i>Liberação por emissão de títulos</i>	22	171.290	201.064	189.110
					<i>Passivos subordinados</i>	23	16.179	18.268	22.932
EMPRESTIMOS E RECEBÍVEIS		734.484	756.838	777.966	<i>Outros passivos financeiros</i>	24	16.410	19.243	18.271
<i>Aplicações no mercado aberto</i>	6	56.917	53.793	43.759	AJUSTES EM PASSIVOS FINANCEIROS POR MACROCORREÇÕES		87	518	876
<i>Operações de Crédito</i>	10	650.381	1.96.914	728.737	DEBITO LIVRO DE TÍTULO	11	5.283	6.444	6.444
<i>Instrumentos de Dívida</i>	7	2.886	2.889	6.846	PASSIVOS NÃO-CORRENTES DISPONÍVEIS PARA VENDA		1	2	41
					CONTRATOS DE SEGUROS PASSIVOS PRÓPRIOS:		1.430	1.425	517
CONTABILIDADE DE INVESTIMENTO A TERMO		-	-	-	<i>Prêmios</i>	15	14.478	16.148	17.309
AJUSTES EM ATIVOS FINANCEIROS POR MACROCORREÇÕES		1.627	2.274	2.024	<i>Fundo de Provisão e obrigações similares</i>	25	9.126	10.256	10.752
DÉBITOS EM DEBÍTO		8.701	7.936	9.808	<i>Provisão para riscos e compromissos contingentes</i>	25	2.232	3.109	3.662
ATIVOS NÃO-CORRENTES DISPONÍVEIS PARA VENDA		4.492	5.360	6.897	<i>Outros provisões</i>	25	1.719	2.078	2.267
PARTICIPAÇÕES		5.536	4.454	4.255	OBIGACÕES COM O FISCAL		6.079	7.365	7.964
<i>Participações subsidiárias</i>	13	1.829	2.072	2.072	<i>Correntes</i>	17	4.234	5.162	5.161
<i>Participações controladas em conjunto</i>	13	3.707	2.382	2.183	<i>Diferidas</i>	17	1.845	2.203	2.803
					OUTROS PASSIVOS TRIBUTÁRIOS	26	9.283	7.962	9.516
CONTRATOS DE SEGURO VINCULADOS A PASSIVOS		342	405	2.146	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.085.946	1.188.925	1.180.195
ATIVOS DE RESSGUEIRO		186	424	234	CAPITAL PRÓPRIO:		34.740	81.334	80.875
ATIVOS INTANGÍVEIS:		13.554	13.850	13.846	<i>Capital</i>	31	3.667	3.161	4.453
<i>Divórcios</i>	16	9.974	10.315	9.925	<i>Integrado</i>		3.077	3.164	4.453
<i>Intangíveis de uso próprio</i>	16	2.757	8.126	7.727	<i>Prêmio de emissão</i>	32	26.861	37.412	34.232
<i>Arrendamento de longo prazo</i>	16	2.187	2.179	2.198	<i>Reservas</i>	33	51.171	37.155	37.786
<i>Propriedades para investimento</i>	16	3.639	3.545	3.551	<i>Reservas (provisões) acumuladas</i>	33	37.838	36.693	32.721
					<i>Reservas (provisões) de provisões avaliadas pelo método de equidade para o balanço</i>	33	263	257	59
ATIVOS INTANGÍVEIS		26.541	28.962	28.083	<i>Outros instrumentos de Capital</i>	34	193	150	8.768
<i>Algo</i>	12	23.293	24.626	23.689	<i>Instrumentos Financeiros compostos</i>	34	-	-	1.658
<i>Outros ativos intangíveis</i>	18	3.248	3.336	2.994	<i>Outros instrumentos de Capital</i>	34	193	250	7.646
					<i>Outros instrumentos de Capital</i>	34	193	250	7.646
ATIVOS TANGÍVEIS		20.829	27.050	23.935	<i>Lucro de período atribuído aos acionistas controladores</i>	34	4.329	2.228	3.236
<i>Correntes</i>	19	3.731	6.111	5.140	<i>Outros instrumentos de Capital</i>	34	4.329	2.228	3.236
<i>Deferidas</i>	27	21.068	20.939	18.455	AJUSTES DE AVALIAÇÃO		(14.522)	19.471	(6.425)
					<i>Ativos Financeiros Especiais para Venda</i>	29	33	(229)	(977)
OUTROS ATIVOS		5.824	5.547	6.867	<i>Reservas de instrumentos líquidos em aquisição no exterior</i>	29	(233)	(219)	(202)
<i>Estoque</i>		50	172	219	<i>Ativos não corrente disponíveis para venda</i>	29	(1.574)	(2.957)	(1.580)
<i>Outros</i>		5.774	5.375	6.483	<i>Participações em outras entidades</i>	29	(6.766)	(7.611)	(7.351)
					<i>Ativos não corrente disponíveis para venda</i>		-	-	-
					<i>Participações em outras entidades</i>	29	446	(132)	(93)
					<i>Outros ativos de uso próprio</i>	29	(2.866)	(2.834)	(1.937)
					CONTRATOS DE SEGUROS ATIVOS		9.314	9.415	6.151
					<i>Outros instrumentos de Capital</i>	28	9.314	9.415	6.151
					<i>Outros instrumentos de Capital</i>		-	-	-
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL		79.952	81.275	80.814
TOTAL DE ATIVOS		1.115.638	1.269.600	1.251.009	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.115.638	1.269.600	1.251.009
					NOTA				
					RISCOS CONTINGENTES	35	4.139	13.011	28.042
					COMPROMISSOS CONTINGENTES	35	172.757	216.942	195.382

(*) Apresentado apenas e exclusivamente, para fins de comparação. Veja a Nota 1.e.

As Notas de 1 a 54 descritas e anexas ao relatório anexo, constituem parte integrante do balanço patrimonial consolidado, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

GRUPO SANTANDER
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 E 2011
(Milhões de reais)

ATIVOS	Nota	2013	2012 (*)	2011 (*)	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2013	2012 (*)	2011 (*)
CAIXA E DEPOSITOS EM BANCOS CENTRAIS		251.171	320.344	255.192	PASSIVOS FINANCEIROS PARA LIVRE NEGOCIAÇÃO		308.307	387.269	355.011
ATIVOS FINANCEIROS PARA LIVRE NEGOCIAÇÃO:		373.565	481.016	417.076	Depósitos captados junto a Bancos Centrais	20	12.594	3.050	18.699
Aplicações no mercado aberto	6	17.927	26.612	11.200	Depósitos captados junto a instituições financeiras	20	24.328	23.418	22.454
Operações de Crédito	10	16.545	24.770	19.462	Depósitos captados junto a clientes	21	27.691	34.054	40.841
Instrumentos de Dívida	7	133.044	116.528	127.328	Obrigação por emissão de títulos	22	3	3	150
Instrumentos de Capital	8	16.180	14.848	11.461	Instrumentos Financeiros Derivativos	9	191.830	296.701	249.058
Instrumentos Financeiros Derivativos	9	191.869	296.258	247.623	Posições de titular de curto prazo	9	53.962	41.045	24.611
					Outros passivos financeiros	-	-	-	-
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AVALIADOS PELO SEU VALOR JUSTO NO RESULTADO:		102.227	76.603	47.262	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AVALIADOS PELO SEU VALOR JUSTO NO RESULTADO		137.832	122.792	108.496
Aplicações no mercado aberto	6	43.793	27.771	11.357	Depósitos captados junto a Bancos Centrais	20	6.831	2.741	3.648
Operações de Crédito	10	42.988	37.678	28.752	Depósitos captados junto a instituições financeiras	20	31.416	29.367	19.858
Instrumentos de Dívida	7	12.623	9.354	6.460	Depósitos captados junto a clientes	21	86.274	77.436	65.186
Instrumentos de Capital	8	2.821	1.860	1.122	Obrigação por emissão de títulos	22	13.211	13.258	19.274
					Passivos subordinados	-	-	-	-
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA:		272.984	249.430	209.248	Outros passivos financeiros	-	-	-	-
Instrumentos de Dívida	7	260.100	237.171	197.111	PASSIVOS FINANCEIROS AVALIADOS PELO CUSTO AMORTIZADO		2.811.680	2.993.671	2.260.483
Instrumentos de Capital	8	12.884	12.259	12.137	Depósitos captados junto a Bancos Centrais	20	31.855	137.716	61.547
					Depósitos captados junto a instituições financeiras	20	249.317	218.267	196.889
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS:		2.327.503	2.046.241	1.879.489	Depósitos captados junto a clientes	21	1.866.126	1.592.702	1.422.910
Aplicações no mercado aberto	6	182.481	143.113	102.408	Obrigação por emissão de títulos	22	358.520	343.397	456.871
Operações de Crédito	10	2.119.533	1.891.745	1.760.556	Passivos subordinados	23	32.975	49.708	53.546
Instrumentos de Dívida	7	25.689	19.085	16.525	Outros passivos financeiros	24	53.457	52.031	44.020
					AJUSTES EM PASSIVOS FINANCEIROS POR MACROCORRETURAS	36	283	1.617	2.116
CARTEIRA DE INVESTIMENTO A TERMO		-	-	-	DERIVATIVOS DE HEDGE	11	17.210	17.422	15.568
					PASSIVOS NÃO-CORRENTES DISPONÍVEIS PARA VENDA		3	5	99
AJUSTES EM ATIVOS FINANCEIROS POR MACROCORRETURAS	36	5.200	6.148	4.890	CONTRATOS DE SEGURO PASSIVOS	15	4.658	3.855	1.249
DERIVATIVOS DE HEDGE	11	27.041	21.456	23.913	PROVISÕES:		47.134	43.657	41.816
ATIVOS NÃO-CORRENTES DISPONÍVEIS PARA VENDA	12	15.936	15.411	16.662	Fundos de Pensão e obrigações similares	25	29.729	27.890	26.048
PARTECIPAÇÕES	13	18.034	12.042	10.038	Provisões para impostos e outras contingências legais	25	8.583	8.381	8.849
Entidades controladas	13	5.938	5.391	5.630	Provisões para riscos e compromissos contingentes	25	2.758	1.668	1.592
Entidades controladas em conjunto	13	12.096	6.751	5.008	Outras provisões	25	6.384	5.618	5.527
CONTRATOS DE SEGURO VINCULADOS A PENSÕES	14	1.114	1.095	5.185	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS:		19.803	20.997	19.246
					Correntes	27	15.858	15.986	12.374
ATIVOS DE RESEGURO	15	1.160	1.146	614	Diferidas	27	3.945	7.037	6.922
					OUTROS PASSIVOS	26	26.984	21.526	22.991
ATIVOS INTANGÍVEIS:		44.479	37.472	33.451	TOTAL DO PASSIVO		3.374.014	3.212.755	2.827.074
Ativos fixos		32.491	27.888	21.147	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		200.896	191.089	189.761
Imobilizado de uso próprio	16	25.267	21.996	18.837	Capital	31	13.069	11.632	9.930
Arrendamento mercantil	16	7.124	5.892	5.310	Integrado	31	13.069	11.632	9.930
Propriedade para investimento	16	11.988	9.584	9.304	(-) Capital a integralizar	32	81.407	82.156	69.389
					Reservas	33	94.739	92.391	82.280
ATIVOS INTANGÍVEIS:		85.483	73.869	67.846	Reservas (prejuízos) acumuladas	33	94.104	91.763	82.253
Alga	17	75.840	66.379	60.613	Reservas (prejuízos) de entidades avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	33	633	628	131
Outros ativos intangíveis	18	9.643	9.290	7.233	Outros instrumentos de Capital	34	389	573	19.319
					Instrumentos Financeiros compostos	34	-	-	3.699
ATIVOS TRIBUTÁRIOS:		87.366	73.341	87.003	Outros instrumentos de Capital	34	589	573	19.620
Correntes		18.733	16.322	12.473	(-) Alíquotas próprias	34	(28)	(776)	(605)
Diferidas	27	68.633	56.619	44.382	Lucro do período atribuído aos acionistas controladores	4	(1.159)	(1.626)	(3.630)
					(-) Dividendos e remunerações	4	29.035	3.192	(9.473)
OUTROS ATIVOS	19	18.940	14.997	16.445	Ativos Financieiros Disponíveis para Venda	29	112	(672)	(2.606)
Estoque		267	468	771	Hedges dos fluxos de caixa	36	(760)	(993)	(488)
Outros		18.679	14.529	15.674	Hedges de investimentos líquidos em negócios no exterior	29	(6.103)	(7.994)	(4.468)
					Cartões de crédito	29	(6.595)	(9.638)	(2.743)
					Ativos não correntes disponíveis para venda	-	-	-	-
					Entidades avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	29	(1.431)	(470)	(230)
					Outros ajustes de avaliação	29	(9.336)	(7.797)	(4.871)
					PARTICIPAÇÃO DOS AÇIONISTAS NÃO CONTROLADORES	28	30.338	25.455	15.351
					Ajustes de avaliação		2.772	1.071	232
					Outros		27.566	24.384	15.119
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL		260.789	219.736	199.740
TOTAL DE ATIVOS		3.634.303	3.432.491	3.022.314	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.634.303	3.432.491	3.022.314
					NOTA:				
					RISCOS CONTINGENTES	35	133.721	121.751	116.065
					COMPROMISSOS CONTINGENTES	35	562.904	584.091	472.021

(*) Apresentado apenas e exclusivamente, para fins de comparação. Veja a Nota 1.e.

As Notas de 1 à 54 descritas e anexas ao relatório anexo, constituem parte integrante do balanço patrimonial consolidado, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

GRUPO SANTANDER
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO DE EXERCÍCIO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 E 2011
(Milhões de euros)

	Notas	(Saldo Devedor) / Credor		
		2013	2012 (*)	2011 (*)
Receita de juros e similares	38	51.447	58.791	60.618
Despesa de juros e similares	39	(25.512)	(28.868)	(30.024)
MARGEM DE JUROS		25.935	29.923	30.594
Rendimentos sobre instrumentos de capital	40	378	423	394
Resultado das entidades avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	13 e 41	500	427	57
Comissões recebidas	42	12.473	12.732	12.640
Comissões pagas	43	(2.712)	(2.471)	(2.232)
Resultado de operações financeiras (líquido)	44	3.234	3.329	2.838
<i>Ativos financeiros para livre negociação</i>		1.733	1.460	2.113
<i>Outros ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo</i>		(6)	159	21
<i>Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo</i>		1.622	1.789	803
<i>Outros</i>		(115)	(79)	899
Variações cambiais (líquido)	45	160	(189)	(522)
Outras receitas		5.903	6.693	8.050
<i>Recetas de contratos de seguros e resseguros emitidos</i>	46	4.724	5.541	6.748
<i>Vendas e rendimentos pela prestação de serviços não-financeiros</i>	46	322	369	400
<i>Outras receitas operacionais</i>	46	857	783	902
Outras despesas		(6.194)	(6.583)	(8.029)
<i>Custo dos contratos de seguros e resseguros</i>	46	(4.607)	(4.949)	(6.356)
<i>Variação de estoques</i>	46	(229)	(232)	(249)
<i>Outras despesas operacionais</i>	46	(1.358)	(1.403)	(1.424)
MARGEM BRUTA		39.677	44.284	43.790
Despesas administrativas		(17.452)	(17.801)	(17.644)
<i>Despesas de pessoal</i>	47	(10.069)	(10.306)	(10.305)
<i>Outras despesas administrativas</i>	48	(7.383)	(7.495)	(7.339)
Amortização	16 e 18	(2.391)	(2.183)	(2.098)
Provisões (líquido)	25	(2.182)	(1.478)	(2.616)
Perdas com ativos financeiros - impairment		(11.227)	(18.880)	(11.794)
<i>Empréstimos e Recebíveis</i>	10	(10.986)	(18.323)	(10.966)
<i>Outros instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo</i>	7 e 29	(241)	(357)	(828)
Perdas com outros ativos - impairment		(503)	(508)	(1.517)
<i>Ágio e outros ativos intangíveis</i>	17 e 18	(41)	(151)	(1.161)
<i>Outros ativos</i>		(462)	(357)	(356)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não-correntes mantidos para venda	49	2.152	906	1.846
Ágio negativo		-	-	-
Resultado de ativos não circulantes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas	50	(422)	(757)	(2.109)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		7.652	3.583	7.858
Imposto de renda	27	(2.113)	(590)	(1.755)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		5.539	2.993	6.103
Resultado de operações descontinuadas	37	(15)	70	15
LUCRO CONSOLIDADO DO PERÍODO		5.524	3.063	6.118
Resultado atribuído aos acionistas controladores		4.370	2.295	5.330
Resultado atribuído aos acionistas não-controladores	28	1.154	768	788
LUCRO POR AÇÃO				
Operações contínuas e descontinuadas				
<i>Lucro líquido básico por ação (euros)</i>	4	0,40	0,23	0,60
<i>Lucro líquido diluído por ação (euros)</i>	4	0,40	0,23	0,60
Em operações contínuas				
<i>Lucro líquido básico por ação (euros)</i>	4	0,40	0,22	0,60
<i>Lucro líquido diluído por ação (euros)</i>	4	0,40	0,22	0,60

(*) Apresentado apenas e exclusivamente, para fins de comparação. Veja a Nota 1.e.
As Notas de 1 à 54 descritas e anexas ao relatório anexo, constituem parte integrante das demonstrações consolidadas de resultados, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

GRUPO SANTANDER
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO DE EXERCÍCIO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 E 2011

(Milhões de reais)

	Notas	(Saldo Devedor) / Credor		
		2013	2012 (*)	2011 (*)
Receita de juros e similares	38	146.718	147.047	140.897
Despesa de juros e similares	39	(72.756)	(72.204)	(69.786)
MARGEM DE JUROS		73.962	74.843	71.111
Rendimentos sobre instrumentos de capital	40	1.078	1.058	916
Resultado das entidades avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	13 e 41	1.426	1.068	132
Comissões recebidas	42	35.571	31.845	29.380
Comissões pagas	43	(7.734)	(6.180)	(5.188)
Resultado de operações financeiras (líquido)	44	9.223	8.326	6.597
<i>Ativos financeiros para livre negociação</i>		<i>4.942</i>	<i>3.652</i>	<i>4.911</i>
<i>Outros ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo</i>		<i>(17)</i>	<i>398</i>	<i>49</i>
<i>Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo</i>		<i>4.626</i>	<i>4.474</i>	<i>1.866</i>
<i>Outros</i>		<i>(328)</i>	<i>(198)</i>	<i>(229)</i>
Variações cambiais (líquido)	45	455	(473)	(1.213)
Outras receitas		16.834	16.740	18.711
<i>Receitas de contratos de seguros e resseguros emitidos</i>	46	<i>13.472</i>	<i>13.859</i>	<i>15.684</i>
<i>Vendas e rendimentos pela prestação de serviços não-financeiros</i>	46	<i>918</i>	<i>923</i>	<i>930</i>
<i>Outras receitas operacionais</i>	46	<i>2.444</i>	<i>1.958</i>	<i>2.097</i>
Outras despesas		(17.664)	(16.465)	(18.662)
<i>Custo dos contratos de seguros e resseguros</i>	46	<i>(13.138)</i>	<i>(12.376)</i>	<i>(14.773)</i>
<i>Variação de estoques</i>	46	<i>(653)</i>	<i>(580)</i>	<i>(579)</i>
<i>Outras despesas operacionais</i>	46	<i>(3.873)</i>	<i>(3.509)</i>	<i>(3.310)</i>
MARGEM BRUTA		113.151	110.762	101.784
Despesas administrativas		(49.769)	(44.523)	(41.011)
<i>Despesas de pessoal</i>	47	<i>(28.715)</i>	<i>(25.777)</i>	<i>(23.933)</i>
<i>Outras despesas administrativas</i>	48	<i>(21.054)</i>	<i>(18.746)</i>	<i>(17.078)</i>
Amortização	16 e 18	(6.819)	(5.460)	(4.877)
Provisões (líquido)	25	(6.223)	(3.697)	(6.081)
Perdas com ativos financeiros - impairment		(32.017)	(47.222)	(27.413)
<i>Empréstimos e Recebíveis</i>	10	<i>(31.339)</i>	<i>(46.329)</i>	<i>(25.488)</i>
<i>Outros instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo</i>	7 e 29	<i>(687)</i>	<i>(893)</i>	<i>(1.925)</i>
Perdas com outros ativos - impairment		(1.434)	(1.271)	(3.526)
<i>Ágio e outros ativos intangíveis</i>	17 e 18	<i>(117)</i>	<i>(378)</i>	<i>(2.699)</i>
<i>Outros ativos</i>		<i>(1.317)</i>	<i>(893)</i>	<i>(827)</i>
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não-correntes mantidos para venda	49	6.137	2.266	4.291
Ágio negativo		-	-	-
Resultado de ativos não circulantes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas	50	(1.204)	(1.893)	(4.902)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		21.822	8.962	18.265
Imposto de renda	27	(6.026)	(1.476)	(4.079)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		15.796	7.486	14.186
Resultado de operações descontinuadas	37	(43)	175	35
LUCRO CONSOLIDADO DO PERÍODO		15.753	7.661	14.221
Resultado atribuído aos acionistas controladores		12.463	5.739	12.389
Resultado atribuído aos acionistas não-controladores	28	3.290	1.922	1.832
LUCRO POR AÇÃO				
Operações contínuas e descontinuadas				
<i>Lucro líquido básico por ação (reais)</i>	4	<i>1,15</i>	<i>0,59</i>	<i>1,39</i>
<i>Lucro líquido diluído por ação (reais)</i>	4	<i>1,15</i>	<i>0,58</i>	<i>1,38</i>
Em operações contínuas				
<i>Lucro líquido básico por ação (reais)</i>	4	<i>1,15</i>	<i>0,57</i>	<i>1,39</i>
<i>Lucro líquido diluído por ação (reais)</i>	4	<i>1,15</i>	<i>0,57</i>	<i>1,39</i>

(*) Apresentado apenas e exclusivamente, para fins de comparação. Veja a Nota 1.c.
 As Notas de 1 à 54 descritas e anexas ao relatório anexo, constituem parte integrante das demonstrações consolidadas de resultados,
 correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

GRUPO SANTANDER
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO ABRANGENTE REFERENTES AOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 E 2011

(Milhões de euros)

	Exercício 2013	Exercício 2012 (*)	Exercício 2011 (*)
LUCRO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	5.524	3.063	6.118
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	(5.912)	(3.711)	(3.145)
Itens que não serão classificados ao resultado	188	(1.123)	(575)
Resultado atuarial de planos de pensões de benefício definido	502	(1.708)	(880)
Ativos não-correntes disponíveis para venda	-	-	-
Imposto de renda relacionado aos itens que não serão reclassificados para resultados	(314)	585	305
Itens que serão classificados ao resultado	(6.100)	(2.588)	(2.570)
Ativos financeiros disponíveis para venda:	(99)	1.171	344
<i>Ajustes de avaliação patrimonial</i>	1.150	1.729	231
<i>Montantes transferidos para a conta de Resultado</i>	(1.250)	(558)	156
<i>Outras reclassificações</i>	1	-	(43)
Hedges dos fluxos de caixa:	47	(84)	(17)
<i>Ajustes de avaliação patrimonial</i>	463	129	(109)
<i>Montantes transferidos para a conta de Resultado</i>	(416)	(249)	92
<i>Outras reclassificações</i>	-	36	-
Hedges de investimentos líquidos em negócios no exterior:	1.117	(1.107)	106
<i>Ajustes de avaliação patrimonial</i>	1.074	(1.336)	13
<i>Montantes transferidos para a conta de Resultado</i>	38	229	9
<i>Outras reclassificações</i>	5	-	84
Variações cambiais:	(7.027)	(2.170)	(2.824)
<i>Ajustes de avaliação patrimonial</i>	(7.019)	(1.833)	(2.906)
<i>Montantes transferidos para a conta de Resultado</i>	(37)	(330)	85
<i>Outras reclassificações</i>	29	(7)	(3)
Ativos não correntes para disponíveis para venda:	-	-	-
<i>Ajustes de avaliação patrimonial</i>	-	-	-
<i>Montantes transferidos para a conta de Resultado</i>	-	-	-
<i>Outras reclassificações</i>	-	-	-
Entidades avaliadas pelo método de equivalência patrimonial:	(294)	(57)	(95)
<i>Ajustes de avaliação patrimonial</i>	(283)	(61)	(37)
<i>Montantes transferidos para a conta de Resultado</i>	23	21	-
<i>Outras reclassificações</i>	(34)	(17)	(58)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Imposto de renda relacionado aos itens que serão reclassificados para resultados	156	(341)	(84)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(388)	(648)	2.973
<i>Atribuído aos acionistas controladores</i>	<i>(308)</i>	<i>(764)</i>	<i>2.642</i>
<i>Atribuído aos acionistas não-controladores</i>	<i>(80)</i>	<i>116</i>	<i>331</i>

(*) Apresentado apenas e exclusivamente, para fins de comparação. Veja a Nota 1.e.

As Notas de 1 à 54 descritas e anexas ao relatório anexo, constituem parte integrante das demonstrações consolidadas do resultado abrangente, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

GRUPO SANTANDER
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO ABRANGENTE REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 E 2011
(Milhões de reais)

	Exercício 2013	Exercício 2012 (*)	Exercício 2011 (*)
LUCRO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	15.753	7.661	14.221
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	27.843	13.490	8.200
Itens que não serão classificados ao resultado	536	(2.809)	(1.337)
Resultado atuarial de planos de pensões de benefício definido	1.432	(4.272)	(2.045)
Ativos não-correntes disponíveis para venda	-	-	-
Imposto de renda relacionado aos itens que não são reclassificados para resultados	(896)	1.463	708
Itens que serão classificados ao resultado	27.307	16.299	9.537
Ativos financeiros disponíveis para venda:	(282)	2.929	800
<i>Ajustes de avaliação patrimonial</i>	3.280	4.325	537
<i>Montantes transferidos para a conta de Resultado</i>	(3.562)	(1.396)	363
<i>Outras reclassificações</i>	-	-	(100)
Hedges dos fluxos de caixa:	134	(210)	(40)
<i>Ajustes de avaliação patrimonial</i>	1.320	323	(253)
<i>Montantes transferidos para a conta de Resultado</i>	(1.186)	(623)	213
<i>Outras reclassificações</i>	-	90	-
Hedges de investimentos liquidos em negócios no exterior:	3.185	(2.769)	246
<i>Ajustes de avaliação patrimonial</i>	3.063	(3.342)	30
<i>Montantes transferidos para a conta de Resultado</i>	108	573	21
<i>Outras reclassificações</i>	14	-	195
Variações cambiais:	24.663	17.344	8.946
<i>Ajustes de avaliação patrimonial</i>	24.686	18.187	8.756
<i>Montantes transferidos para a conta de Resultado</i>	(106)	(825)	198
<i>Outras reclassificações</i>	83	(18)	(8)
Ativos não correntes para disponíveis para venda:	-	-	-
<i>Ajustes de avaliação patrimonial</i>	-	-	-
<i>Montantes transferidos para a conta de Resultado</i>	-	-	-
<i>Outras reclassificações</i>	-	-	-
Entidades avaliadas pelo método de equivalência patrimonial:	(838)	(143)	(221)
<i>Ajustes de avaliação patrimonial</i>	(807)	(153)	(86)
<i>Montantes transferidos para a conta de Resultado</i>	66	53	-
<i>Outras reclassificações</i>	(97)	(43)	(135)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Imposto de renda relacionado aos itens que são reclassificados para resultados	445	(852)	(194)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	43.596	21.151	22.421
<i>Atribuído aos acionistas controladores</i>	38.326	18.403	20.449
<i>Atribuído aos acionistas não-controladores</i>	5.270	2.748	1.972

(*) Apresentado apenas e exclusivamente, para fins de comparação. Veja a Nota 1.e.

As Notas de 1 à 54 descritas e anexas ao relatório anexo, constituem parte integrante das demonstrações consolidadas do resultado abrangente, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

GRUPO SANTANDER
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2013, 2012 E 2011
(Milhões de euros)

	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores (*)											Participação dos acionistas não controladores	Total Patrimônio Líquido	
	Capital Próprio										Ajustes de avaliação			Total
	Capital integralizado	Prêmio de emissão	Reservas		Outros instrumentos de Capital	(-) Valores próprios	Lucro do período atribuído aos acionistas controladores	(-) Dividendos e remuneração	Total Capital Próprio					
		Reservas (prejuízos) Acumuladas	Reservas (perdas) de entidades avaliadas pelo método de equivalência patrimonial											
Saldo final em 31/12/12	5.161	37.412	36.898	255	250	(287)	2.205	(650)	81.244	(6.590)	74.654	9.672	84.326	
Ajuste para mudanças de critério contábil	-	-	-	-	-	-	90	-	90	(2.884)	(2.794)	(257)	(3.051)	
Ajuste para erros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo inicial ajustado	5.161	37.412	36.898	255	250	(287)	2.295	(650)	81.334	(9.474)	71.860	9.415	81.275	
Total das receitas e despesas reconhecidas	-	-	-	-	-	-	4.370	-	4.370	(4.678)	(308)	(80)	(388)	
Outras alterações no patrimônio líquido	506	(608)	960	8	(57)	278	(2.295)	244	(964)	-	(964)	(21)	(985)	
Aumentos de capital	506	(506)	(7)	-	-	-	-	-	(7)	-	(7)	(2)	(9)	
Redução do capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Conversão de dívidas em capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aumentos em outros instrumentos de patrimônio líquido	-	-	-	-	103	-	-	-	103	-	103	-	103	
Reclassificação dos passivos de outros instrumentos de patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reclassificação de outros instrumentos de capital para o passivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Distribuição de dividendos	-	-	(412)	-	-	-	-	(406)	(818)	-	(818)	(747)	(1.565)	
Operações com instrumentos de patrimônio líquido (líquido)	-	-	(28)	-	-	278	-	-	250	-	250	-	250	
Transferências entre os tipos de capital	-	(102)	1.848	8	(109)	-	(2.295)	650	-	-	-	-	-	
Aumento (redução) de concentrações de atividades empresariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	169	169	
Pagamentos com instrumentos de patrimônio líquido	-	-	-	-	(41)	-	-	-	(41)	-	(41)	-	(41)	
Resto de aumentos / patrimônio líquido (reduções)	-	-	(441)	-	(10)	-	-	-	(451)	-	(451)	559	108	
Saldo final em 31/12/13	5.667	36.804	37.858	263	193	(9)	4.370	(406)	84.740	(14.152)	70.588	9.314	79.902	

(*) Apresentado apenas e exclusivamente, para fins de comparação. Veja a Nota 1.e.

As Notas 1 a 54, descritas em Notas explicativas e anexas às demonstrações financeiras, formam parte integrante das demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

GRUPO SANTANDER
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2013, 2012 E 2011
(Milhões de reais)

	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores (*)											Participação dos acionistas não controladores	Total Patrimônio Líquido	
	Capital Próprio										Ajustes de avaliação			Total
	Capital integralizado	Prêmio de emissão	Reservas		Outros instrumentos de Capital	(-) Valores próprios	Lucro do período atribuído aos acionistas controladores	(-) Dividendos e remuneração	Total Capital Próprio					
Reservas (perdas) de entidades avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	Reservas (prejuízos) Acumulados													
Saldo final em 31/12/12	11.632	83.156	91.763	628	573	(776)	5.514	(1.626)	190.864	10.958	201.822	26.149	227.971	
Ajuste para mudanças de critério contábil	-	-	-	-	-	-	225	-	225	(7.766)	(7.541)	(694)	(8.235)	
Ajuste para erros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo inicial ajustado	11.632	83.156	91.763	628	573	(776)	5.739	(1.626)	191.089	3.192	194.281	25.455	219.736	
Total das receitas e despesas reconhecidas	-	-	-	-	-	-	12.463	-	12.463	25.863	38.326	5.270	43.596	
Outras alterações no patrimônio líquido	1.437	(1.753)	2.341	27	(184)	748	(5.739)	467	(2.656)	-	(2.656)	(387)	(3.043)	
Aumentos de capital	1.437	(1.437)	(23)	-	-	-	-	-	(23)	-	(23)	(7)	(30)	
Redução do capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Conversão de dívidas em capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aumentos em outros instrumentos de patrimônio líquido	-	-	-	-	338	-	-	-	338	-	338	-	338	
Reclassificação dos passivos de outros instrumentos de patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reclassificação de outros instrumentos de capital para o passivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Distribuição de dividendos	-	-	(1.057)	-	-	-	-	(1.159)	(2.216)	-	(2.216)	(2.124)	(4.340)	
Operações com instrumentos de patrimônio líquido (líquido)	-	-	(91)	-	-	748	-	-	657	-	657	-	657	
Transferências entre os itens de capital	-	(316)	4.757	27	(355)	-	(5.739)	1.626	-	-	-	-	-	
Aumento (redução) de concentrações de atividades empresariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	496	496	
Pagamentos com instrumentos de patrimônio líquido	-	-	-	-	(134)	-	-	-	(134)	-	(134)	-	(134)	
Resto de aumentos / patrimônio líquido (reduções)	-	-	(1.245)	-	(33)	-	-	-	(1.278)	-	(1.278)	1.248	(30)	
Saldo final em 31/12/13	13.069	81.403	94.104	655	389	(28)	12.463	(1.159)	200.896	29.055	229.951	30.338	260.289	

(*) Apresentado apenas e exclusivamente, para fins de comparação. Veja a Nota 1.e.

As Notas 1 à 54, descritas em Notas explicativas e anexas às demonstrações financeiras, formam parte integrante das demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

GRUPO SANTANDER
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2013, 2012 E 2011
(Milhões de euros)

	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores (*)											Participação dos acionistas não controladores	Total Patrimônio Líquido
	Capital Próprio								Total Capital Próprio	Ajustes de avaliação	Total		
	Capital integralizado	Prêmio de emissão	Reservas		Outros instrumentos de Capital	(-) Valores próprios	Lucro do período atribuído aos acionistas controladores	(-) Dividendos e remuneração					
			Reservas (prejuízos) Acumulados	Reservas (perdas) de entidades avaliadas pelo método de equivalência patrimonial									
Saldo final em 31/12/11	4.455	31.223	32.921	59	8.708	(251)	5.351	(1.570)	80.896	(4.482)	76.414	6.445	82.859
Ajuste para mudanças de critério contábil	-	-	-	-	-	-	(21)	-	(21)	(1.933)	(1.954)	(91)	(2.045)
Ajuste para erros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo inicial ajustado	4.455	31.223	32.921	59	8.708	(251)	5.330	(1.570)	80.875	(6.415)	74.460	6.354	80.814
Total das receitas e despesas reconhecidas	-	-	-	-	-	-	2.295	-	2.295	(3.059)	(764)	116	(648)
Outras alterações no patrimônio líquido	706	6.189	3.977	196	(8.458)	(36)	(5.330)	920	(1.836)	-	(1.836)	2.945	1.109
Aumentos de capital	706	6.330	(235)	-	(6.811)	-	-	-	(10)	-	(10)	22	12
Redução do capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(112)	(112)
Conversão de dívidas em capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos em outros instrumentos de patrimônio líquido	-	-	-	-	133	-	-	-	133	-	133	-	133
Reclassificação dos passivos de outros instrumentos de patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de outros instrumentos de capital para o passivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	(496)	-	-	-	-	(650)	(1.146)	-	(1.146)	(409)	(1.555)
Operações com instrumentos de patrimônio líquido (líquido)	-	-	85	-	-	(36)	-	-	49	-	49	-	49
Transferências entre os itens de capital	-	(141)	3.768	196	(63)	-	(5.330)	1.570	-	-	-	-	-
Aumento (redução) de concentrações de atividades empresariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5
Pagamentos com instrumentos de patrimônio líquido	-	-	(2)	-	(40)	-	-	-	(42)	-	(42)	-	(42)
Resto de aumentos / patrimônio líquido (reduções)	-	-	857	-	(1.677)	-	-	-	(820)	-	(820)	3.439	2.619
Saldo final em 31/12/12	5.161	37.412	36.898	255	250	(287)	2.295	(650)	81.334	(9.474)	71.860	9.415	81.275

(*) Apresentado apenas e exclusivamente, para fins de comparação. Veja a Nota 1.e.

As Notas 1 à 54, descritas em Notas explicativas e anexas às demonstrações financeiras, formam parte integrante das demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

GRUPO SANTANDER
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2013, 2012 E 2011
(Milhões de reais)

	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores (*)											Participação dos acionistas não controladores	Total Patrimônio Líquido
	Capital Próprio										Total		
	Capital integralizado	Prêmio de emissão	Reservas (prejuízos) Acumulado	Reservas (perdas) de entidades avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	Outros instrumentos de Capital	(-) Valores próprios	Lucro do período atribuído aos acionistas controladores	(-) Dividendos e remuneração	Total Capital Próprio	Ajustes de avaliação			
Saldo final em 31/12/11	9.930	69.589	82.258	131	19.319	(605)	12.437	(3.650)	189.409	(4.806)	184.603	15.570	200.173
Ajuste para mudanças de critério contábil	-	-	-	-	-	-	(48)	-	(48)	(4.665)	(4.714)	(219)	(4.933)
Ajuste para erros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo inicial ajustado	9.930	69.589	82.258	131	19.319	(605)	12.389	(3.650)	189.361	(9.472)	179.889	15.351	195.240
Total das receitas e despesas reconhecidas	-	-	-	-	-	-	5.739	-	5.739	12.664	18.403	2.748	21.151
Outras alterações no patrimônio líquido	1.702	13.567	9.505	497	(18.746)	(171)	(12.389)	2.024	(4.011)	-	(4.011)	7.356	3.345
Aumentos de capital	1.702	11.949	(571)	-	(15.195)	-	-	-	(25)	-	(25)	59	34
Redução da capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(256)	(286)
Conversão de dívidas em capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos em outros instrumentos de patrimônio líquido	-	-	-	-	360	-	-	-	360	-	360	-	360
Reclassificação dos passivos de outros instrumentos de patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de outros instrumentos de capital para o passivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	(1.152)	-	-	-	-	(1.626)	(2.778)	-	(2.778)	(1.023)	(3.801)
Operações com instrumentos de patrimônio líquido (líquido)	-	-	230	-	-	(171)	-	-	59	-	59	-	59
Transferências entre os itens de capital	-	(382)	8.794	497	(170)	-	(12.389)	1.650	-	-	-	-	-
Aumento (redução) de concentrações de atividades empresariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	14
Pagamentos com instrumentos de patrimônio líquido	-	-	(5)	-	(108)	-	-	-	(113)	-	(113)	-	(113)
Resto de aumentos / patrimônio líquido (reduções)	-	-	2.209	-	(3.723)	-	-	-	(1.514)	-	(1.514)	8.592	7.078
Saldo final em 31/12/12	11.632	83.156	91.763	628	573	(776)	5.739	(1.626)	191.089	3.192	194.281	25.455	219.736

(*) Apresentado apenas e exclusivamente, para fins de comparação. Veja a Nota 1.e.

As Notas 1 a 54, descritas em Notas explicativas e anexas às demonstrações financeiras, formam parte integrante das demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

GRUPO SANTANDER

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 E 2011

(Milhões de euros)

	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores (*)											Participação dos acionistas não controladores	Total Patrimônio Líquido	
	Capital Próprio										Ajustes de avaliação			Total
	Capital integralizado	Prêmio de emissão	Reservas (prejuízos) Acumulado	Reservas (perdas) de entidades avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	Outros instrumentos de Capital	(-) Valores próprios	Lucro do período atribuído aos acionistas controladores	(-) Dividendos e remuneração	Total Capital Próprio	Total				
Saldo final em 31/12/10	4.164	29.457	28.255	52	8.686	(192)	8.181	(1.270)	77.333	(2.315)	75.018	5.897	80.915	
Ajuste para mudanças de critério contábil	-	-	-	-	-	-	31	-	31	(1.412)	(1.381)	(37)	(1.418)	
Ajuste para erros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo inicial ajustado	4.164	29.457	28.255	52	8.686	(192)	8.212	(1.270)	77.364	(3.727)	73.637	5.860	79.497	
Total das receitas e despesas reconhecidas	-	-	-	-	-	-	5.330	-	5.330	(2.688)	2.642	331	2.973	
Outras alterações no patrimônio líquido	291	1.766	4.666	7	22	(59)	(8.212)	(300)	(1.819)	-	(1.819)	163	(1.656)	
Aumentos de capital	120	17	(121)	-	(17)	-	-	-	(3)	-	(3)	-	(3)	
Redução do capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(51)	(51)	
Conversão de dívidas em capital	171	1.773	-	-	-	-	-	-	1.944	-	1.944	-	1.944	
Aumentos em outros instrumentos de patrimônio líquido	-	-	-	-	185	-	-	-	185	-	185	-	185	
Reclassificação dos passivos de outros instrumentos de patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reclassificação de outros instrumentos de capital para o passivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Distribuição de dividendos	-	-	(2.060)	-	-	-	-	(1.570)	(3.630)	-	(3.630)	(431)	(4.061)	
Operações com instrumentos de patrimônio líquido (líquido)	-	-	(31)	-	-	(39)	-	-	(90)	-	(90)	-	(90)	
Transferências entre os itens de capital	-	(24)	7.000	7	(41)	-	(8.212)	1.270	-	-	-	-	-	
Aumento (redução) de concentrações de atividades empresariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	162	162	
Pagamentos com instrumentos de patrimônio líquido	-	-	-	-	(105)	-	-	-	(105)	-	(105)	-	(105)	
Resto de aumentos / patrimônio líquido (reduções)	-	-	(120)	-	-	-	-	-	(120)	-	(120)	483	363	
Saldo final em 31/12/11	4.455	31.223	32.921	59	8.708	(251)	5.330	(1.570)	80.875	(6.415)	74.460	6.354	80.814	

(*) Apresentado apenas e exclusivamente, para fins de comparação. Veja a Nota 1.e.

As Notas 1 à 54, descritas em Notas explicativas e anexas às demonstrações financeiras, formam parte integrante das demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

GRUPO SANTANDER

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 E 2011

(Milhões de reais)

	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores (*)												
	Capital Próprio								Ajustes de avaliação	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total Patrimônio Líquido	
	Capital integralizado	Prêmio de emissão	Reservas (prejuízos) Acumulado	Reservas (perdas) de entidades avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	Outros instrumentos de Capital	(-) Valores próprios	Lucro do período atribuído aos acionistas controladores	(-) Dividendos e remuneração					Total Capital Próprio
Saldo final em 31/12/10	9.236	65.327	71.926	117	19.263	(426)	18.143	(2.816)	180.770	(14.401)	166.369	13.076	179.445
Ajuste para mudanças de critério contábil	-	-	-	-	-	-	67	-	67	(3.131)	(3.064)	(82)	(3.146)
Ajuste para erros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo inicial ajustado	9.236	65.327	71.926	117	19.263	(426)	18.211	(2.816)	180.838	(17.532)	163.306	12.994	176.300
Total das receitas e despesas reconhecidas	-	-	-	-	-	-	12.389	-	12.389	8.060	20.449	1.972	22.421
Outras alterações no patrimônio líquido	695	4.262	10.332	14	56	(179)	(18.211)	(834)	(3.866)	-	(3.866)	385	(3.481)
Aumentos de capital	282	37	(299)	-	(38)	-	-	-	(9)	-	(9)	-	(9)
Redução do capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(123)	(124)
Conversão de dívidas em capital	413	4.283	-	-	-	-	-	-	4.695	-	4.695	-	4.695
Aumentos em outros instrumentos de patrimônio líquido	-	-	-	-	447	-	-	-	447	-	447	-	447
Reclassificação dos passivos de outros instrumentos de patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de outros instrumentos de capital para o passivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	(4.569)	-	-	-	-	(3.650)	(8.219)	-	(8.219)	(1.002)	(9.221)
Operações com instrumentos de patrimônio líquido (líquido)	-	-	(75)	-	-	(179)	-	-	(254)	-	(254)	-	(254)
Transferências entre os itens de capital	-	(58)	15.538	14	(99)	-	(18.211)	2.816	-	-	-	-	-
Aumento (redução) de concentrações de atividades empresariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	372	372
Pagamentos com instrumentos de patrimônio líquido	-	-	-	-	(254)	-	-	-	(254)	-	(254)	-	(254)
Resto de aumentos / patrimônio líquido (reduções)	-	-	(272)	-	-	-	-	-	(272)	-	(272)	1.138	866
Saldo final em 31/12/11	9.930	69.589	82.258	131	19.319	(605)	12.389	(3.650)	189.161	(9.472)	179.889	15.351	195.240

(*) Apresentado apenas e exclusivamente, para fins de comparação. Veja a Nota 1.e.

As Notas 1 à 54, descritas em Notas explicativas e anexas às demonstrações financeiras, formam parte integrante das demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

GRUPO SANTANDER
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 E 2011
(Milhões de euros)

	Exercício 2013	Exercício 2012 (*)	Exercício 2011 (*)
A. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:	(34.852)	24.133	35.904
Lucro consolidado do período	5.524	3.063	6.118
Ajustes ao Lucro Líquido-	17.699	24.373	21.858
Amortização	2.391	2.183	2.098
Outros ajustes	15.308	22.190	19.800
(Aumento) Redução em ativos operacionais-	(13.533)	27.343	(1.246)
Variação dos ativos financeiros para livre negociação	(8.440)	381	(7.561)
Variação dos outros ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	3.426	5.207	(12.221)
Variação dos ativos financeiros disponíveis para venda	(4.148)	7.334	783
Variação dos empréstimos e recebíveis	(2.767)	11.854	20.060
Variação dos outros ativos	(1.603)	3.567	(1.507)
(Redução) Aumento em Passivos operacionais-	(68.031)	27.202	9.566
Variação dos passivos financeiros para livre negociação	4.320	(9.970)	(15.348)
Variação dos outros passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	(2.781)	(3.010)	(6.351)
Variação dos passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado	(63.939)	39.216	32.901
Variação dos outros passivos operacionais	(5.631)	966	(1.636)
Pagamento de Imposto de Renda	(3.377)	(3.162)	(1.924)
B. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:	677	126	(7.008)
Pagamentos-	3.322	3.920	10.575
Ativos tangíveis	1.877	2.161	1.858
Ativos intangíveis	1.264	1.726	1.540
Participações	181	33	1
Controladas e outras unidades de negócios	-	-	7.176
Ativos e Passivos não-correntes disponíveis para venda	-	-	-
Aplicações mantidas até o vencimento	-	-	-
Outros pagamentos relacionados com as atividades de investimento	-	-	-
Recebimentos-	3.999	4.046	3.567
Ativos tangíveis	500	815	520
Ativos intangíveis	39	6	-
Participações	295	2	10
Controladas e outras unidades de negócios	1.578	991	1.044
Ativos e Passivos não-correntes disponíveis para venda	1.587	2.232	1.993
Aplicações mantidas até o vencimento	-	-	-
Outros recebimentos relacionados com atividades de investimento	-	-	-
C. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:	(1.676)	(703)	(8.111)
Pagamentos-	8.528	12.549	10.259
Dividendos	818	1.287	3.489
Passivos subordinados	1.915	4.080	5.329
Amortização de instrumentos de patrimônio líquido	-	-	-
Aquisição de instrumentos de patrimônio líquido	5.592	6.957	6.937
Outros pagamentos relativos à atividades de financiamento	203	225	504
Recebimentos-	6.852	11.846	8.148
Passivos subordinados	1.027	2	171
Emissão de instrumentos de patrimônio líquido	-	-	-
Alienação de instrumentos de patrimônio líquido	5.560	7.005	6.648
Outros encargos relacionados à atividades de financiamento	265	4.839	1.129
D. EFEITO DAS VARIAÇÕES CAMBIAIS	(5.534)	(1.593)	(2.046)
E AUMENTO / (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	(41.385)	21.964	18.738
F. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	118.488	96.524	77.786
G. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	77.103	118.488	96.524
COMPONENTE DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO:			
Caixa	6.697	7.214	5.483
Saldos em equivalentes de caixa de Bancos Centrais	70.406	111.274	91.041
Outros ativos financeiros	-	-	-
(-) Descobertos bancários reembolsáveis à vista	-	-	-
TOTAL DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	77.103	118.488	96.524

(*) Apresentado, apenas e exclusivamente, para fins de comparação. Ver Notas 1.e e 37.
As Notas de 1 à 54 descritas e anexas ao relatório anexo, constituem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

GRUPO SANTANDER
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2013, 2012 E 2011
(Milhões de reais)

	Exercício 2013	Exercício 2012 (*)	Exercício 2011 (*)
A. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:	(99.391)	60.361	83.454
Lucro consolidado do período	15.753	7.661	14.220
Ajustes ao Lucro Líquido-	50.474	60.961	50.899
Amortização	6.819	5.460	4.877
Outros ajustes	43.655	55.501	46.022
(Aumento) Redução em ativos operacionais-	(38.594)	68.389	(572)
Variação dos ativos financeiros para livre negociação	(24.069)	953	(17.574)
Variação dos outros ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	9.770	13.024	(28.406)
Variação dos ativos financeiros disponíveis para venda	(11.832)	18.343	890
Variação dos empréstimos e recebíveis	(7.891)	29.648	48.021
Variação dos outros ativos	(4.572)	6.421	(3.503)
(Redução) Aumento em Passivos operacionais-	(194.011)	68.037	22.235
Variação dos passivos financeiros para livre negociação	12.320	(24.937)	(35.674)
Variação dos outros passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	(7.931)	(7.529)	(14.762)
Variação dos passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado	(182.342)	98.087	76.474
Variação dos outros passivos operacionais	(16.058)	2.416	(3.803)
Pagamento de Imposto de Renda	(10.201)	(7.900)	(4.472)
B. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:	1.931	315	(16.289)
Pagamentos-	9.474	9.805	24.580
Ativos tangíveis	5.353	5.405	4.319
Ativos intangíveis	3.605	4.317	3.580
Participações	516	83	2
Controladas e outras unidades de negócios	-	-	16.679
Ativos e Passivos não-correntes disponíveis para venda	-	-	-
Aplicações mantidas até o vencimento	-	-	-
Outros pagamentos relacionados com as atividades de investimento	-	-	-
Recebimentos-	11.405	10.120	8.291
Ativos tangíveis	1.426	2.038	1.209
Ativos intangíveis	111	15	-
Participações	841	5	23
Controladas e outras unidades de negócios	4.500	2.479	2.427
Ativos e Passivos não-correntes disponíveis para venda	4.527	5.583	4.632
Aplicações mantidas até o vencimento	-	-	-
Outros recebimentos relacionados com atividades de investimento	-	-	-
C. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO?:	(4.780)	(1.758)	(18.853)
Pagamentos-	24.321	31.387	37.792
Dividendos	2.333	3.219	8.110
Passivos subordinados	5.461	10.205	12.386
Amortização de instrumentos de patrimônio líquido	-	-	-
Aquisição de instrumentos de patrimônio líquido	15.947	17.400	16.125
Outros pagamentos relativos à atividades de financiamento	580	563	1.171
Recebimentos-	19.541	29.629	18.939
Passivos subordinados	2.929	5	397
Emissão de instrumentos de patrimônio líquido	-	-	-
Alienação de instrumentos de patrimônio líquido	15.856	17.521	15.918
Outros encargos relacionados à atividades de financiamento	756	12.103	2.624
D. EFEITO DAS VARIAÇÕES CAMBIAIS	33.067	28.234	12.374
E AUMENTO / (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	(69.173)	87.152	60.686
F. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	320.344	233.192	172.506
G. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	251.171	320.344	233.192
COMPONENTE DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO:			
Caixa	21.816	19.504	13.246
Saldos em equivalentes de caixa de Bancos Centrais	229.355	300.840	219.946
Outros ativos financeiros	-	-	-
(-)Descobertos bancários reembolsáveis à vista	-	-	-
TOTAL DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	251.171	320.344	233.192

(*) Apresentado, apenas e exclusivamente, para fins de comparação. Ver Notas 1.e e 37.

As Notas de 1 à 54 descritas e anexas ao relatório anexo, constituem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Banco Santander, S.A. e empresas que compõem o Grupo Santander

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013

1. Introdução, bases de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e outras informações

a) Introdução

O Banco Santander, S.A. (designado o "Banco" ou "Banco Santander"), é uma entidade de direito privado, sujeita às regras e regulamentos das entidades bancárias que operam na Espanha. No site www.santander.com e em sua sede em Paseo de Pereda, número 9 à 12 do Santander, podem ser consultados os estatutos sociais e outras informações públicas sobre o Banco.

Além das operações realizadas diretamente, o Banco é a matriz de um grupo de filiais, envolvidas em várias atividades, as quais constituem junto com ele, o Grupo Santander (doravante "Grupo" o "Grupo Santander"). Como resultado, o Banco é obrigado a elaborar, além de suas próprias contas anuais individuais, demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, que também incluem participações em empreendimentos conjuntos e investimentos em controladas.

b) Bases de apresentação das demonstrações financeiras anuais consolidadas

Em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1606 / 2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, todas as sociedades que são regidas pela lei de um Estado-membro da União Europeia, e cujos títulos de valores mobiliários estão listados em um mercado regulamentado de qualquer Estado que a constituem, devem submeter suas demonstrações financeiras consolidadas ("contas anuais consolidadas") para os exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2005, em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (doravante "NIRF"), que tenham sido anteriormente adotadas pela União Europeia (doravante "NIRF-UE"). A fim de adaptar o regime contábil às instituições financeiras espanholas, conforme às novas regras, o Banco Central Espanhol emitiu uma Circular de nº 4/2004, de 22 de dezembro, sobre as normas de contabilidade para empresas listadas e não listadas, e modelos de demonstrações financeiras. As contas anuais consolidadas do Grupo foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de janeiro de 2014 e aprovadas pela Assembleia Geral de Acionista em 28 de março de 2014.

Banco Santander, S.A. tem como política apresentar, para uso geral nos mercados em que atua, suas demonstrações financeiras tendo como moeda de apresentação o Euro. As presentes demonstrações financeiras foram preparadas e aprovadas pelo Conselho de Administração em 2 de junho de 2014, em atendimento específico às disposições contidas na Instrução nº 480/2009 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) do Brasil, como parte do processo de registro e negociação de valores mobiliários em mercados regulamentados no Brasil, que requer a apresentação de demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS emitidas pelo IASB em Reais e em português do Brasil. Em vista disso, as presentes demonstrações financeiras podem não ser adequadas para outros propósitos.

As presentes demonstrações financeiras consolidadas para o ano de 2013 foram elaboradas pelos administradores do Banco em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro adotadas pela União Europeia e tendo em consideração a Circular 4/2004 do Banco Central Espanhol e de acordo com o as Normas Internacionais de Relatório Financeiro emitidas pelo "International Accounting Standards Board" – IASB bem como as regras comerciais aplicáveis ao Grupo, adotando os princípios de consolidação e políticas contábeis e os critérios de avaliação descritos na Nota 2 das notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas, de modo que eles mostram fielmente imagem do património e da posição financeira do Grupo em 31 de dezembro de 2013 e os resultados de suas operações, as alterações no seu património líquido e os fluxos de caixa consolidados, que ocorreram no ano de 2013. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos registos contábeis, mantidos pelo Banco e em cada uma das demais entidades pertencentes ao Grupo e, incluem ajustes e reclassificações necessárias para consolidar as políticas contábeis e os critérios de avaliação aplicados pelo Grupo.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Euros (moeda funcional do Banco e moeda de apresentação do Grupo) e em Reais. Os montantes apresentados em reais foram incluídos exclusivamente para atendimento à *Instrução da Comissão de Valores Mobiliários* nº 480 de 2009 – ICVM 480/09 e alterações posteriores (veja Nota 2.a).

As Notas explicativas das demonstrações financeiras contêm informações adicionais apresentadas no balanço patrimonial, nas demonstrações consolidadas do resultado, nas demonstrações consolidadas do resultado abrangente, nas demonstrações consolidadas das mutações do património líquido e nas demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa. São descrições narrativas ou detalhamento dessas demonstrações, de forma clara, relevante, confiável e comparável.

Adoção de novas normas e interpretações emitidas

Durante 2013 entraram em vigor e foram adotadas pela União Europeia as seguintes normas:

- Alteração do IAS (NIC) 1: Apresentação das demonstrações consolidadas do resultado abrangente - deve apresentar um total desses itens que serão reconhecidos nas demonstrações consolidadas do resultado de exercício em períodos futuros e um total de aqueles que não.
- Alteração do IAS (NIC) 19: Benefícios dos Empregados - elimina o chamado método do "corredor", que a partir de 1º de janeiro de 2013, não é mais permitindo que as entidades tenham a opção pelo reconhecimento diferido de ganhos e perdas atuariais e prevendo que todas as movimentações deverão ser lançadas nos Outros Resultados Abrangentes Acumulados (conforme a Nota 2.v das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012). A partir da entrada em vigor desta alteração atuarial, todos os lucros e perdas são reconhecidos imediatamente no resultado. Também inclui alterações relevantes da apresentação dos componentes do custo, de forma que o custo do serviço correspondente aos benefícios de pós-emprego (serviço passado, reduções e liquidações do plano) e o juro líquido serão registrados no resultado e o componente de reavaliação (inclui os resultados atuariais basicamente) cairá dentro dos ajustes de avaliação patrimonial, não sendo classificado para o resultado.
- IFRS 13 valor justo: Substitui a literatura anterior sobre valor justo coletada em diversos padrões contábeis por um único padrão. Não modifica os critérios pelo qual um ativo ou um passivo pode ser mensurado pelo seu valor justo coletado em outras normas, utilizando definições precisas de valor justo. É aplicável às avaliações dos elementos financeiros tais como não financeiros e introduz novos detalhamentos sobre o tema.

- Emenda ao IFRS 7: Compensação de Ativos e Passivos Financeiros- introduz novas avaliações a serem incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas para esses ativos e passivos que surgem compensados no balanço, bem como outros instrumentos sujeitos a um acordo de compensação aplicáveis.

Além disso, o Grupo decidiu aplicar previamente, como permitem as normas pertinentes, as seguintes regras:

- IFRS 10: Demonstrações financeiras consolidadas - esta Norma substitui o IAS 27 e a SIC-12, através da introdução de um modelo único de consolidação com base no controle independentemente da natureza da sociedade em que ele é investido. O IFRS 10 altera a definição de controle existente anteriormente (a nova definição de controle consiste de três elementos que devem ser atendidos: o poder sobre a investida, exposição ou o direito dos resultados variáveis de investimento e a capacidade de usar esse controle para que ele possa influenciar a quantidade de resultados).
- IFRS 11: Provisões comuns - substitui a IAS 31 já existente. A mudança fundamental que gera esta norma é a eliminação da possibilidade de consolidação proporcional para as entidades controladas, que se tornam incorporados pelo método de equivalência patrimonial.
- IFRS 12: Divulgações de Participações em Outras Entidades - Este padrão inclui todos os requisitos de divulgação relativos às demonstrações financeiras participações em outras entidades (sejam controladas, coligadas, joint ventures ou outras participações), incluindo novos requisitos de divulgação. O objetivo desta norma é facilitar para os usuários das demonstrações financeiras informações que lhes permitam avaliar as bases em que é controlada, quaisquer restrições existentes de ativos ou passivos, a exposição decorrentes da participação em entidades não consolidadas, etc.
- Alterações à IAS 27 e 28 (revisada) - resumo das alterações decorrentes do novo IFRS 10 e 11, descrito acima.

Da implementação das supracitadas normas contábeis e interpretações não tem apresentado efeitos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas, com exceção da aplicação da mudança na NIC 19, cujo impacto é detalhado na Nota 1.e.

Além disso, a data de preparação destas demonstrações financeiras estão em vigor as seguintes regras, cuja vigência é após 31 de dezembro de 2013:

- Emenda à IAS 32: Instrumentos Financeiros: apresentação - compensação de ativos e passivos financeiros (obrigatória por períodos, começando após 1 de janeiro de 2014, é permitida a aplicação inicial) - introduz uma série de esclarecimentos adicionais sobre os requisitos da norma para compensar um ativo e um passivo financeiro, indicando que eles só podem compensar quando a entidade tem atualmente direito legal de compensar os valores reconhecidos e não sobre eventos futuros.
- Alteração à IAS 36: Redução no Valor Recuperável de ativos - avariação sobre a quantia recuperável dos ativos não financeiros (obrigatório para períodos começando após 1 de janeiro de 2014, permitiu a adoção antecipada) - elimina a necessidade de apresentar certas divulgações de informações sobre a quantia recuperável de cada unidade geradora de caixa e introduz a obrigação de divulgar informações sobre a quantia recuperável do ativo que tenha sido reconhecido ou revertido no exercício.

- Alteração do IAS 39: Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração - esta alteração permite a continuação de *Hedge Accounting* (obrigatório para períodos começando após 1 de janeiro de 2014, permitiu a adoção antecipada) - introduz uma exceção na implementação da interrupção da contabilização dos *hedges* para essas renovações que, em consequência de qualquer lei ou regulamento, a contraparte original do *hedge* é substituída por uma ou mais entidades de contraparte central, tais como câmaras de compensação, desde que nenhuma outra modificação no *Hedge Accounting* seja feita além daquelas estritamente necessárias para efetuar a mudança da contraparte.

Por fim, na data de elaboração das demonstrações financeiras consolidada estavam pendentes de aprovação pela União Europeia, cuja data de vigência são posteriores a 31 Dezembro de 2013:

- IFRS 9: Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração e contabilização do *hedge* (sem aplicação obrigatória definida), que irá substituir a classificação e mensuração de ativos financeiros e contabilização de *hedge* (atual IAS 39). Para tais ativos financeiros, a norma incorpora diferenças relevantes no padrão atual, entre outras, a adoção de um novo modelo de classificação com base em apenas duas categorias (custo amortizado e valor justo), a eliminação das atuais categorias de investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda, análises de imparidade apenas para os ativos que são contabilizados pelo custo amortizado e detalhamentos sobre os derivativos embutidos em contratos financeiros. Para os passivos financeiros, a principal mudança afeta os passivos que a entidade decida por mensurar a valor justo, os quais apresentam parte da mudança no valor justo devido a mudanças no risco de crédito, registrado em ajustes de avaliação e não na demonstrações consolidadas do resultado. Em conexão com o novo modelo de *hedge accounting* é alinhar as normas de contabilidade com o gerenciamento de riscos, os três tipos de *hedge accounting* existentes no padrão atual são os dos fluxos de caixa, o valor justo e investimento líquido, além disso, há mudanças significativas relacionadas a NIC 39 sobre as questões relacionadas aos itens que são objetos de *hedge*, sendo responsável pelo valor temporal das opções e pela avaliação da efetividade.
- Alteração do IAS 19: Remuneração a empregados – empregados para planos de benefício definido (obrigatório para o encerramento anual, a partir de 1º de julho de 2014, permitida a adoção antecipada), a entidade deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros na contabilização de planos de benefícios definidos.
- IFRIC 21: Encargos (obrigatório para períodos começando depois de 1 de janeiro de 2014, permitida a adoção antecipada) - fornece orientações sobre quando uma provisão deve ser reconhecida por uma taxa, encargo ou imposto que é contabilizado no âmbito da IAS 37, cuja aplicação e data de pagamento são incorridos. Nesse caso, deve-se reconhecer quando da existência do pagamento.
- Alterações ao IFRS: Exercícios de 2010 a 2012 (obrigatórios para os exercícios iniciados a parti de 1º de julho de 2014) – introduzem alterações às normas: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24, IAS 38.
- Alterações ao IFRS: Exercícios de 2012 a 2013 (obrigatórios para os exercícios iniciados a parti de 1º de julho de 2014) - introduzem alterações às normas: IFRS 3, 13 regras IFRS e IAS 40.

Para a data atual, o objetivo do Grupo é analisar os potenciais impactos decorrentes destas novas regras.

Não há princípio contábil ou critério de avaliação que, tendo um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício de 2013, tenha sido deixado de ser aplicada em sua elaboração.

c) Estimativas

Os resultados consolidados e definição de patrimônio consolidado são sensíveis aos princípios e políticas contábeis, critérios de avaliação e estimativas seguidas pela Administração do Banco para a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Os principais princípios e políticas contábeis e critérios de avaliação são indicados na Nota 2.

Estimativas feitas pela Administração do Banco e das empresas controladas para quantificar os ativos, passivos, receitas, despesas, tem sido frequentemente considerado nas demonstrações financeiras consolidadas. Basicamente, estas estimativas são realizadas com base nas melhores informações disponíveis, e se referem a:

- Perdas com redução ao valor recuperável de determinados ativos (conforme as Notas 6, 7, 8, 10, 12, 13, 16, 17 e 18);
- As estimações utilizadas no cálculo atuarial, referente às responsabilidades e obrigações pós-emprego e outras (conforme a Nota 25);
- A vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis (conforme as Notas 16 e 18);
- A avaliação do ágio na incorporação (conforme a Nota 17);
- O valor justo de determinados ativos e passivos não listados (conforme as Notas 6, 7, 8, 9, 10, 11, 20, 21 e 22); e
- A valorização da recuperabilidade de ativos diferidos (conforme a Nota 27).

Enquanto estas estimativas foram feitas com base nas melhores informações disponíveis no final do ano 2013, existe a possibilidade de que eventos possam ocorrer no futuro, nos próximos anos, que no caso seriam feitos de forma prospectiva, reconhecendo os efeitos da alteração na estimativa correspondente nas demonstrações consolidadas do resultado de exercício.

d) Outras questões

Cessão de crédito

Após de prolongada discussão, realizada desde 1992, o Tribunal Central de Instrução nº 3 de Madrid, a pedido do Ministério Público, Procurador do Estado e do Representante da Fazenda Pública, solicitou o arquivamento ou de não pronúncia a favor do Banco e seus Administradores, conforme a abertura do processo pela Seção 1 da vara criminal em audiência nacional, realizada no final de novembro de 2006, com base no debate preliminar sobre as edições anteriores, sem o comparecimento do Procurador do Estado, em que o Ministério Público reiterou a destituição da abertura do julgamento e continuidade do processo. A Divisão Criminal do Tribunal em 20 de dezembro de 2006, acordou pelo arquivamento do processo, conforme solicitado pelo Ministério público.

Contra o referido auto de arquivamento do processo, formulado por acusações populares, pela Associação de Defesa e Proteção dos Investidores e Clientes e, pela Iniciativa da Catalunya Verds, a qual, após a oposição do promotor, procuradores e das partes interessadas, foi indeferido pelo Supremo Tribunal, no seu acórdão de 17 de dezembro de 2007.

Por orden do Supremo Tribunal, de 15 de abril de 2008, rejeitou a proposta de destituição do processo que havia sido promovido pela Associação de Defesa e Proteção dos Investidores e contra a sentença de 17 de dezembro de 2007.

O recurso de amparo formulado pela acusação popular – *Asociación para la Defensa de Inversores y Clientes*, contra o referido acórdão do Supremo Tribunal Federal, foi declarado admissível pelo Supremo Tribunal, formulando as alegações das partes interessadas. Posteriormente, o autor apresentou petição desistindo do recurso, que o Supremo Tribunal transferiu para alegações para o Ministério público e às partes com data de 25 de fevereiro de 2013.

e) Informações previstas para os anos 2012 e 2011

As informadores contidas neste relatório refere-se a tais exercícios e surge única e exclusivamente para fins de comparação com informações relativas ao ano 2013 e, por conseguinte, não constituem as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo de 2011 e 2012.

Em conformidade com as normas contábeis, os saldos correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, divulgados nessas demonstrações financeiras consolidadas, foram alteradas, no que diz respeito às demonstrações financeiras consolidadas, divulgadas para tais exercícios, conforme os detalhamentos e conceitos listados abaixo, a fim de permitir fazer uma melhor comparação de informações:

- a) Alteração IAS19 (conforme Nota 1.b) Benefícios aos Empregados: abaixo estão os impactos decorrentes da aplicação retroativa dos regulamentos mencionados (o sinal dos valores apresentados é se aumenta ou diminui em relação as figuras mostradas as demonstrações financeiras consolidadas de tais exercícios):

	Milhões de euros	
	2012	2011
BALANÇO		
Ativo tributários-Diferidos	1.185	694
Outros Ativos	(1.213)	(1.211)
Total de ativos	(28)	(517)
Obrigações tributarias-Diferidos	(254)	(208)
Fundo de Pensões e obrigações similares	3.276	1.737
Total do passivo	3.022	1.529
Resultados do período	95	(21)
Ajustes de avaliação	(2.884)	(1.933)
Participação de Acionistas	(262)	(91)
Total Patrimônio líquido	(3.051)	(2.045)
CONTAS DE RESULTADO		
Provisões	138	(26)
Imposto de renda	(43)	5
Resultados do Exercício	95	(21)
<i>Dos quais:</i>		
<i>atribuído aos acionistas controladores</i>	<i>90</i>	<i>(21)</i>
<i>atribuídos aos acionistas não controladores</i>	<i>5</i>	<i>-</i>

	Milhões de reais	
	2012	2011
BALANÇO		
Ativo tributários-Diferidos	3.204	1.677
Outros Ativos	(3.279)	(2.926)
Total de ativos	(75)	(1.249)
Obrigações tributárias-Diferidos	(687)	(502)
Fundo de Pensões e obrigações similares	8.857	4.196
Total do passivo	8.170	3.694
Resultados do período	238	(48)
Ajustes de avaliação	(7.780)	(4.671)
Participação de Acionistas	(705)	(221)
Total Patrimônio líquido	(8.247)	(4.940)
CONTAS DE RESULTADO		
Provisões	345	(60)
Imposto de renda	(107)	11
Resultados do Exercício	238	(49)
<i>Dos quais:</i>		
<i>atribuído aos acionistas controladores</i>	225	(49)
<i>atribuídos aos acionistas não controladores</i>	13	-

b) Apresentação do negócio cartão do Santander UK, que foi adquirida do grupo GE (General Electric) em anos anteriores, como operações descontinuadas, pela venda realizada em 2013; foram reclassificadas da rubrica de empréstimos e recebíveis, os saldos referentes dessa operação (1.370 e 1.559 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente) (3.704 e 3.766 milhões de reais) registrados atualmente na rubrica de ativos não correntes disponíveis para venda (conforme Nota 12); além disso, foram reclassificados os valores lançados por essa operação na sua respectiva conta no resultado, sendo atualmente apresentados, de forma agregada, na rubrica de resultado com operações descontinuadas. (conforme a Nota 37).

c) Certas modificações para a informação por segmentos de negócios estão descritas na Nota 52.

No que diz respeito a informação adicional exigida pelo IAS 1 no caso de uma aplicação retroativa de uma nova política contábil - balanço patrimonial no início do exercício financeiro anterior aplica-se a nova política, ou seja 1º de janeiro de 2012, neste caso, é coletada no balanço correspondente em 31 de dezembro de 2011 ser correspondido os mesmos saldos que corresponderiam ao balanço naquela data.

f) Gerenciamento do capital

i. Capital regulatório e econômico

O capital dentro do Grupo é gerenciado em dois níveis: regulatório e econômico.

Gerenciamento do capital regulatório baseia-se na análise da base de capital, os níveis de solvabilidade sob diferentes abordagens regulamentares e econômicos, usados no planejamento do capital. O objetivo é que a estrutura de capital é tão eficiente quanto possível, em termos de custo de acordo com as exigências dos órgãos reguladores, agências de *rating* e investidores.

O regulamento sobre a determinação e controle do capital mínimo é desenvolvido na Espanha, desde junho de 2008, pela circular 3/2008 do Banco Central Espanhol, que é a adaptação da legislação espanhola para as directivas da União Europeia 2006/48 e 2006/49 (conhecida como Directivas de Requerimentos de Capital ou CRD I) que incorporam, entre outras, assuntos equivalentes às definidas no acordo de Basileia II. O normativo regulatório é baseado em três pilares de Basileia. O Pilar I determina o capital mínimo exigido, incorporando a possibilidade de utilizar modelos e Notações internas (para o AIRB, por sua sigla em inglês) para o cálculo de risco ponderado e exposições, bem como a inclusão do risco operacional. O objetivo é que os requisitos regulamentares mais sensível aos riscos efectivamente suportados pelas entidades no desempenho de seus negócios. Pilar II estabelece um sistema de revisão de supervisão para melhorar a gestão de risco interno e auto-avaliação da adequação de capital com base no perfil de risco. Finalmente, o Pilar III define os elementos que se relacionam com informações e disciplina de mercado.

Em julho de 2009, o Comitê de supervisão bancária da Basileia, publicou uma reforma para normativo da Basileia II, levantando em cota os requisitos de fundos próprios regulatórios para a carteira de negociação e exposições de titulação completas, conhecido como Basileia 2.5. Na Europa estes requisitos mais elevados foram dispostos na Directiva 2009/111 (CRD II) e 2010/76 (CRD III), que, por sua vez, foram incorporadas à Circular 03/2008 até 4/2011 do Banco Central Espanhol.

Em dezembro de 2010, o Comitê de Supervisão Bancária publicou um novo quadro regulamentar global para fortalecer os padrões internacionais de capital (Basileia III), aumentando a qualidade, consistência e transparência da base de capital e melhorar a cobertura de risco. Em 26 de junho de 2013 o quadro legal de Basileia III no direito europeu se juntou pela Directiva 2013/36 (CRD IV), que revoga as Directivas 2006/48 e 2006/49; e do Regulamento 575/2013 sobre os requisitos prudenciais aplicáveis às instituições de crédito e empresas de investimento (CRR) directamente aplicáveis aos Estados Membros a partir de 1º janeiro de 2014.

Em dezembro de 2011, a Autoridade Bancária Europeia (EBA) publicou uma recomendação relevante, com requisitos adicionais de capital para as instituições financeiras europeus. Esses requisitos são parte de um pacote de medidas adotadas pelo Conselho Europeu no segundo semestre de 2011, a fim de restaurar a estabilidade e a confiança nos mercados europeus. Entidades selecionadas devem ter, a 30 de junho de 2012, com um equilíbrio *core capital tier 1*, determinado em conformidade com as regras estabelecidas pelo EBA, pelo menos 9%. Em 22 de julho de 2013, após a publicação do IV a CRD e o CRR, o EBA emitiu uma recomendação nova, substituindo o anterior requisito em termos percentuais, sobre um piso de capital equivalente fixada em termos nominais.

No âmbito nacional, datado de 18 de fevereiro de 2011, foi adotado o decreto Real-Ley 2 2011, que estabelece o desenvolvimento normativo do plano de fortalecimento da área financeira do setor que, entre outros objetivos, contemplava em antecipar alguns dos requisitos de solvência da Basileia III, definindo um requisito de capital de 8% ou 10%, dependendo as características de cada entidade. Além disso, em 3 de fevereiro de 2012, foi publicado o decreto real -Lei 2/2012 para renovação do setor financeiro, que exigia níveis adicionais de excesso de capital com base em certos níveis de ativos vinculados para as entidades do setor imobiliário.

Por fim, em 14 de novembro de 2012, publicou a Lei nº 9/2012 na reestruturação e resolução de instituições financeiras estabelecidas, vigente a partir 1º de janeiro de 2013, um único requisito de capital principal de 9%, mantendo ambas deduções e elementos computáveis com aqueles utilizados pela EBA. Esta lei foi desenvolvida em parte pela Circular 7/2012 do Banco Central Espanhol, sobre os requisitos mínimos de capital principal.

A aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014 dos requisitos de capital estabelecidos pela regra s regras CRR implicará na revogação das regras secundárias dos requisitos de capital adicional e em particular, dos principais requisitos estabelecidos na Circular 7/2012.

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo reúne todos os requisitos de capital mínimos considerados pela regulamentação atual, bem como aqueles estabelecidos na recomendação do EBA.

O gerenciamento de capital a partir do ponto de vista econômico, visa otimizar a criação de valor do Grupo e todas as unidades de negócios que a compõem. Portanto, trimestralmente eles geram, analisam e reportam ao Conselho de Administração, montantes de capital econômico RORAC e criação de valor de cada unidade de negócio. Também no âmbito do processo de auto avaliação do capital (Pilar Basileia II), o Grupo usa um modelo de medição de capital econômico, com o objetivo de garantir a adequação de capital disponível para suportar todos os riscos de sua atividade, sob diferentes cenários econômicos e nível de solvência decidido pelo Grupo.

Para ser capaz de gerir adequadamente o capital do Grupo, é essencial estimar e analisar as necessidades futuras, antecipação das diferentes fases do ciclo. Projeções de capital regulatório e econômico, tomam como informações de orçamento base (balanço, resultados de conta, etc.), os cenários macroeconômicos, definidos pelo serviço de estudos do Grupo e o impacto sobre o seu caso de alterações regulamentares previstas. De acordo com essas estimativas, estão previstas as medidas necessárias para atingir os objetivos do capital (emissões, securitização, etc.).

Também determinados cenários de stress são simulados para avaliar a disponibilidade de capital para situações adversas. Esses cenários são conjunto de mudanças repentinas nas variáveis macroeconômicas, PIB, taxas de juros, valor de instrumentos de capital etc. que refletem a crise histórica que pode acontecer ou plausível, mas situações de stress improvável.

ii. Plano de implantação de modelos avançados e autorização de supervisores

O Grupo propôs adotar para os próximos anos, o enfoque avançado de modelos internos de Basileia II ("AIRB") para quase todos os Bancos do Grupo, para cobrir uma porcentagem da exposição líquida da carteira de crédito sob estes modelos superiores a 90%.

Com este objetivo, o Grupo continuou durante 2013 com projeto de implementação gradual das plataformas tecnológicas e desenvolvimentos metodológicos necessários para permitir a aplicação progressiva dos modelos internos para cálculo de capital regulatório nas diferentes unidades do Grupo.

Atualmente, o Grupo tem autorização do supervisor para o uso de abordagens avançadas para o cálculo dos requisitos de capital regulatório para risco de crédito, para a matriz e filiais da Espanha, Reino Unido e Portugal, carteira de atacado no México e carteiras para empresas de grandes porte, no Brasil, Chile e Estados Unidos. Em 2013, obteve a aprovação da carteira de crédito para grandes empresas americanas e a autorização para usar um modelo interno para o portfólio da descoberta autorizado no Reino Unido.

Em relação aos outros riscos referidos explicitamente na Pilar I de Basileia, em risco de mercado, o Grupo tem com a autorização do uso de seu modelo interno para a atividade de negociação em tesouraria de Madrid, Chile, México e Portugal.

Por fim, dentro dos requisitos de Basileia 2.5, obteve a aprovação regulatória de metodologia corporativa, permitindo que o Grupo, o cálculo para o risco de mercado de carteiras de negociação, o custo adicional para os riscos de não conformidade e migração (IRC) e o valor em risco em situação extrema (VaR Stress).

Em termos de risco operacional, o Grupo usa a abordagem padrão para o cálculo do capital regulatório, mas está trabalhando para a autorização de uso de abordagens avançadas (AMA em sua sigla em inglês) com o objetivo de obter aprovação regulatório a curto prazo.

g) Impacto Ambiental

Tendo em conta as atividades que envolvem as empresas do Grupo, este não possui nenhuma obrigação de responsabilidade, despesas, ativos ou provisões ou contingências ambientais que possam ser significativas em relação ao patrimônio, da situação financeira e os resultados consolidados do mesmo. Por esta razão não inclui detalhamentos específicos neste relatório em relação à informação das questões ambientais.

h) Eventos subsequentes

Desde 1º de janeiro de 2014, até a data de aprovação do Conselho de Administração as contas anuais consolidadas do Grupo, houve os seguintes fatos relevantes :

- Em 3 de janeiro de 2014, o Grupo comunicou que havia vendido para Altamira Asset Management Holdings, S.L., entidade investida por Apollo European Principal Finance Fund II, da filial de Apollo Global Management, LLC (Apollo), 85% do capital social de Altamira Asset Management, S.L., sociedade do Grupo que gerencia a recuperação de créditos em fase judicial na Espanha e a venda ou aluguel de tal atividade de ativos imobiliários hipotecados, por 664 milhões de euros (2.163 milhões de reais) (conforme a Nota 3.b.xviii);
- O Comitê Executivo do Banco na reunião em 13 de Janeiro de 2014, concordou em implementar o programa *Santander Dividendo Elección* as datas que tradicionalmente paga o terceiro dividendo, oferecendo aos acionistas a opção de receber um montante igual do dividendo, no montante de um completo 0,152 euros (0,495 reais) por título, em ações ou em dinheiro;
- Em janeiro de 2014 é realizada a oferta pública de venda de ações do Santander Consumer USA Holdings Inc. (SCUSA) e sua negociação na bolsa de valores de Nova York. O posicionamento elevou-se para 21,6% do capital da SCUSA, dos quais 4% correspondem à parte vendida pelo Grupo. Após esta venda, o Grupo mantém um 60,7% de participação no capital de SCUSA, reduzindo sua participação no Sponsor Auto Finance Holdings Series LP (Sponsor Holdings), - entidade totalmente detida pelos fundos controlados por Warburg Pincus LLC, Kohlberg Kravis Roberts & Co. L.P. e Centerbridge Partners L.P. - e DDFS LLC (DDFS) - empresa controlada pela Thomas G. Dundon, *Chief Executive Officer* de SCUSA -.

Ao ter se reduzido a participação dos antigos acionistas, abaixo de determinados percentuais, espera-se que, de acordo com os termos estabelecidos pelos termos de contrato, este seja encerrado. A rescisão incluirá, entre outros, o cancelamento do pagamento do contingente deve ser executada por SCUSA, dependendo de seus resultados de exercícios, 2014 e 2015 (conforme a Nota 3.b.v). Também marcará a conclusão dos acordos, pelo qual, entre outras questões, se outorgava a SCUSA e DDFS LLC a representação no Conselho de Administração de SCUSA e estabeleceu um sistema de votação de forma a que as decisões significativas estratégicas, financeiras e operacionais e outras associadas a gestão ordinária de SCUSA estavam sujeitos a aprovação conjunta do Grupo e os acionistas acima mencionados e, portanto, desculpa já não estará sujeita o controle comum de todos eles, para ser controlada pelo o Grupo com base na percentagem realizada na capital.

2. Políticas contábeis e os critérios valorimétricos

Foram aplicados os seguintes princípios e políticas contábeis e critérios de valorização utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

a) Transações em moeda estrangeira

i. Moeda funcional

A moeda funcional do Banco é o euro. Como resultado, todos os saldos e transações expressas em moedas que não o euro são denominados em moeda estrangeira.

ii. Critérios para a conversão dos saldos em moeda estrangeira

Conversão em euros dos saldos em moeda estrangeira é efetuada em duas fases consecutivas:

- Conversão de moeda estrangeira para a moeda funcional (moeda do ambiente económico principal no qual a entidade opera); e
- Conversão em euro de saldos realizado na moeda funcional das entidades cuja moeda funcional não é o euro.

Conversão de moeda estrangeira para a moeda funcional

Transações em moeda estrangeira para entidades consolidadas (ou avaliadas pelo método de equivalência patrimonial) não radicadas em países da União Monetária inicialmente são registradas em suas respectivas moedas. Posteriormente, tornam-se os saldos monetários em moeda estrangeira, como as suas respectivas moedas funcionais utilizando a taxa de câmbio de final de ano.

Também:

- Itens não monetários mensurados pelo custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data da compra.
- Itens não monetários mensurados ao valor justo são convertidos à taxa de câmbio da data em que tal valor justo foi determinado.
- Receitas e despesas são convertidas à taxa de câmbio média do período para as operações pertinentes aos mesmos. Na aplicação deste critério, o Grupo considera que se durante o exercício significativas variações ocorreram nos tipos de câmbio que, por causa de sua relevância das contas como um todo, seja necessária a aplicação de taxas de câmbio à data da transação, em vez das taxas de câmbio médias.
- As operações de compra e venda a prazo de moeda em relação a moeda estrangeira e euros que não cobrem posições patrimoniais são convertidos aos tipos de câmbio estabelecidas na data do encerramento do exercício no mercado de câmbio a prazo o vencimento correspondente.

Conversão em euros das moedas funcionais

Os saldos das demonstrações financeiras nas entidades (ou avaliados pelo método de equivalência patrimonial) são convertidos em euros, da seguinte forma:

- Ativos e passivos, por aplicação da taxa de câmbio do final do ano.
- As receitas e despesas, aplicando-se as taxas de câmbio médio do exercício.
- Patrimônio líquido a taxas de câmbio históricas.

Valores expressos em milhões de reais

Com o propósito de apresentar as demonstrações financeiras consolidadas em reais, em conformidade com as disposições da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários, CVM 480/09 e alterações posteriores (veja Nota 1.b), os saldos foram convertidos em reais, da seguinte forma:

- Ativos e passivos e ajustes de avaliação, por aplicação da taxa de câmbio do final do ano;
- As receitas e despesas, aplicando-se às taxas de câmbio médias do exercício;
- Patrimônio líquido inicial (exceto os ajustes de avaliação) e Participação dos acionistas não controladores foram convertidos à taxa de câmbio de 1º de janeiro de 2011. Todos os movimentos posteriores converteram-se às taxas de câmbio históricas;

Todas as diferenças decorrentes da conversão anterior se registram dentro da conta de Ajustes de avaliação – Variações cambiais no patrimônio líquido;

- Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa converteram-se às taxas de câmbio médias do exercício.

iii. Registro das variações cambiais

As variações cambiais que ocorrem durante a conversão de saldos denominados em moeda estrangeira para a moeda funcional geralmente são registradas pelo seu valor líquido, em variações cambiais, das demonstrações consolidadas dos resultados, exceto para as variações cambiais produzidas em instrumentos financeiros classificados pelo valor justo com as alterações nos lucros e perdas, as quais são registradas na conta consolidada de lucros e perdas sem diferenciar o resto de variações que pode sofrer seu valor justo e as variações cambiais relativas a itens não monetários, cujo valor justo é ajustado com uma entrada de compensação no patrimônio, que são registrados na rubrica Ajustes por Avaliação - Variações cambiais.

As variações cambiais que ocorrem durante a conversão para euros nas declarações financeiras expressas na moeda funcional das entidades cuja moeda funcional é diferente de euro são registradas na rubrica ajustes de avaliação do patrimônio líquido - decorrentes de alterações no balanço consolidado, enquanto aqueles que têm sua origem na conversão em euros das demonstrações financeiras de entidades contabilizadas usando o método de equivalência patrimonial são registrados como parte do saldo na rubrica Ajustes por avaliação - entidades avaliadas pelo método de equivalência patrimonial até a baixa contábil do elemento ao qual correspondem, em cujo será registrado em resultados.

iv. As entidades com sede em países com altas taxas de inflação

Durante o ano de 2009, o Grupo vendeu praticamente todos os seus negócios na Venezuela, mantendo em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 ativos líquidos naquele país de somente 1, 3 e 10 milhões de euros (3, 8 e 24 milhões de reais), respectivamente.

Considerando o item acima exposto, em 31 de dezembro, 2013, 2012 e 2011 nenhuma das moedas funcionais de entidades consolidadas e associadas, com base no exterior, correspondeu a economias consideradas altamente inflacionárias de acordo com os critérios estabelecidos, a este respeito, pela Normas Internacionais de Informações Financeiras pela União Europeia. Como resultado, no encerramento dos últimos três anos não foi necessário ajustar as demonstrações financeiras de entidades consolidadas ou associadas para corrigir os efeitos da inflação.

v. *Exposição ao risco cambial*

O Grupo faz cobertura de uma parte destas posições de caráter permanente através de taxa de câmbio de instrumentos financeiros derivativos (ver Nota 36). Além disso, o Grupo gerencia o risco de mudança de forma dinâmica, cobrindo a sua posição de caráter temporário (com potencial impacto nos resultados) tentando limitar o impacto da desvalorização das moedas e, ao mesmo tempo, otimizando o custo financeiro da cobertura.

As tabelas a seguir mostram a sensibilidade da conta de lucros e perdas consolidada e patrimônio líquido consolidado às variações de diferentes moedas estrangeiras, na qual o Grupo mantém saldos de caráter significativo causadas sobre posições de mudança derivadas a totalidade dos itens de Grupo em moeda estrangeira por variações de porcentagem de 1%.

O efeito estimado dos ativos do Grupo e conta de lucros e prejuízos consolidados, derivado de uma valorização de 1% na taxa de câmbio do euro contra a moeda relevante é mostrado abaixo:

Moeda	Milhões de euros					
	Efeito no patrimônio líquido			Efeito no resultado consolidado		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
US Dolar	(74,2)	(71,6)	(43,6)	(9,0)	(8,3)	(19,4)
Pesos chilenos	(16,2)	(19,3)	(8,6)	(6,7)	(4,8)	(1,4)
Libras esterlinas	(173,1)	(165,4)	(150,1)	(7,9)	(11,0)	(0,6)
Pesos mexicanos	(9,7)	(11,6)	(17,5)	(7,8)	(9,8)	(1,3)
Reais	(73,8)	(149,6)	(208,3)	(3,9)	(20,0)	(23,0)
Zlotys poloneses	(32,5)	(44,3)	(37,9)	(3,8)	(3,3)	(1,0)

Moeda	Milhões de reais					
	Efeito no patrimônio líquido			Efeito no resultado consolidado		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
US Dolar	(241,7)	(193,6)	(105,3)	(29,3)	(22,4)	(46,9)
Pesos chilenos	(52,8)	(52,2)	(20,8)	(21,8)	(13,0)	(3,4)
Libras esterlinas	(563,9)	(447,2)	(362,6)	(25,7)	(29,7)	(1,4)
Pesos mexicanos	(31,6)	(31,4)	(42,3)	(25,4)	(26,5)	(3,1)
Reais	(240,4)	(404,5)	(503,2)	(12,7)	(54,1)	(55,6)
Zlotys poloneses	(105,9)	(119,8)	(91,6)	(12,4)	(8,9)	(2,4)

O efeito estimado sobre o patrimônio do Grupo e conta de lucros e prejuízos consolidados, derivado de uma valorização de 1% na taxa de câmbio do euro contra a moeda relevante é mostrado abaixo:

Moeda	Milhões de euros					
	Efeito no patrimônio líquido			Efeito no resultado consolidado		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
US Dolar	75,7	73,1	44,5	9,2	8,5	19,8
Pesos chilenos	16,5	19,6	8,8	6,9	4,9	1,1
Libras esterlinas	176,6	168,8	153,2	8,0	11,2	0,6
Pesos mexicanos	9,9	11,8	17,8	8,0	10,0	1,4
Zlotys poloneses	33,1	40,5	38,6	3,8	3,4	1,0

Moeda	Milhões de reais					
	Efeito no patrimônio líquido			Efeito no resultado consolidado		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
US Dolar	246,6	197,6	107,5	30,0	23,0	47,8
Pesos chilenos	53,8	53	21,3	22,5	13,2	2,7
Libras esterlinas	575,3	456,4	370,1	26,1	30,3	1,4
Pesos mexicanos	32,3	31,9	43,0	26,1	27,0	3,4
Zlotys poloneses	107,8	109,5	93,3	12,4	9,2	2,4

Dados acima foram obtidos da seguinte forma:

- Efeito sobre o patrimônio líquido: em conformidade com a política contábil discriminada na Nota 2.a.iii, as variações cambiais que ocorrem durante a conversão para euros financeiras declarações expressas na moeda funcional das empresas do Grupo, cuja moeda funcional é diferente de euro são registadas no patrimônio líquido. O possível efeito que uma variação nas taxas de câmbio das moedas nacionais, teria sobre o patrimônio líquido do Grupo é determinada, portanto, aplicar a alteração acima do valor líquido dos ativos-passivos de cada unidade, incluindo, se o correspondente ágio e considerando o efeito compensatório dos hedges relacionados a investimentos líquidos no exterior;
- Efeito no resultado consolidado: o efeito é determinado aplicando uma variação da média para as período taxas de câmbio utilizadas, como consta da Nota 2.a.ii, converter em euros, as receitas e despesas das entidades consolidadas cuja moeda funcional é diferente de euro, considerando que, no seu caso, o efeito de compensação de diferentes operações de cobertura existente.

Nas estimativas feitas para a obtenção dos dados acima mencionados foram considerados os efeitos de variações nas taxas de câmbio isoladas do efeito da evolução de outras variáveis cujas variações afetam o patrimônio líquido e conta de lucros e prejuízos, tais como variações nos tipos de juros de referência moedas ou outros fatores de mercado. Para fazer isso, mantiveram-se variáveis constantes, que não seja a evolução da taxa de câmbio de moeda estrangeira, no que se refere a situação em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

b) Os princípios de consolidação

i. Entidades controladas em conjunto

São consideradas entidades controladas, aquelas em que o Banco tem a capacidade de exercer controle; o Banco controla uma entidade quando está exposto, ou tem direitos, a retornos variáveis de envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a investida.

As contas anuais das entidades dependentes são consolidadas com as do banco por aplicação do método da integração global. Como resultado, todos os saldos e efeitos das transações entre as empresas consolidadas são eliminados no processo de consolidação.

No momento da aquisição do controle de uma entidade dependente, seus, ativos, passivos e passivos contingentes são registrados em seus valores justos à data da aquisição. A diferença positiva entre o custo de aquisição e os valores justos dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecida como ágio ou fundo de comércio (ver Nota 17). As diferenças negativas são apropriadas ao resultado à data da aquisição.

Além disso, a participação de terceiros no patrimônio do Grupo é apresentada no capítulo interesse minoritário no balanço consolidado (ver Nota 28). Os resultados do exercício são apresentados no resultado atribuído a interesses minoritários na conta consolidada de lucros e prejuízo.

A consolidação dos resultados gerados pelas empresas adquiridas em um exercício é realizada levando em consideração, somente os relativos ao período entre a data de aquisição e o fim deste exercício. Da mesma forma, a consolidação dos resultados gerados pelas empresas alienadas em um exercício é realizada levando em consideração, somente os relativos ao o período do início do exercício e a data de alienação.

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo das controladas possuía as seguintes empresas na qual mantém um percentual de participação no seu capital social inferior a 50%: (i) Luri 1, S.A., Luri 2, S.A. (ii) e (iii) Luri Land, S.A. As percentagens de participação no capital social das empresas mencionadas são 5,8%, 5% e 5,36%, respectivamente (ver anexo I). Enquanto menos da metade dos direitos de voto, o Grupo mantém, gerencia-los e como resultado, o controle dessas entidades. A finalidade dessas entidades é a aquisição e outros gerais operacionais em bens imobiliários, incluindo aluguel, compra e venda de imóveis.

O impacto da consolidação dessas empresas é imaterial nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Os anexos fornecem informações importantes sobre estas sociedades.

ii. Participação em joint ventures (entidades controladas em conjunto)

Joint ventures são considerados aqueles que não sendo entidades controladas, são controlados em conjunto por duas ou mais entidades não vinculadas. Isto é evidenciado através de acordos contratuais, em que duas ou mais entidades (participantes) participarem de entidades (em conjunto) ou executam operações ou permanecem ativos para que qualquer decisão estratégica de natureza financeira ou operacional que os afetam exige o consentimento unânime de todos os empreendedores.

As contas anuais consolidadas de entidades controladas em conjunto são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; ou seja, a fração de seu patrimônio líquido, que representa a participação do Grupo no seu capital, uma vez considerados os dividendos distribuídos às mesmas e outras eliminações patrimoniais. No caso de operações com uma entidade controlada em conjunto, os lucros e prejuízos correspondentes eliminados na percentagem de participação do Grupo na sua capital.

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo controlada em conjunto entidade Santander Consumer USA Holdings Inc. ("SCUSA"), apesar de manter uma participação no capital de 65%. Conforme detalhado na Nota 3.b.v esta decisão baseia-se na existência de um contrato de parceiros que exigem a aprovação conjunta do determinados estratégicos, financeiros e operacionais e outras decisões importantes associados com o gerenciamento diário de SCUSA.

Além disso, 31 de dezembro de 2013, o Grupo das controlada em conjunto pela entidade Luri 3, S.A., apesar de manter uma participação no capital de 10%. Esta decisão baseia-se na presença do Grupo no órgão directivo da sociedade, que exigia o acordo de todos os seus membros para tomada de decisões.

Os anexos fornecem informações importantes sobre as entidades controladas em conjunto.

iii. Entidades coligadas

São entidades sobre as quais o Banco tem a capacidade de exercer uma influência significativa; mas não controle ou controle conjunto. Geralmente, esta habilidade se manifesta em uma participação igual ou superior a 20% dos direitos de voto da entidade investida.

Nas contas anuais consolidadas, as associadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, isto é, pela fração de seu patrimônio líquido, que representa a participação do Grupo em seu capital, uma vez considerados os dividendos distribuídos e outras eliminações patrimoniais. No caso de operações com uma entidade associada, correspondentes ganhos ou prejuízos são eliminados na percentagem de participação do Grupo em seu capital.

Existem certos investimentos em entidades que embora o Grupo detenha 20% ou mais dos seus direitos de voto, não são considerados associados porque eles não têm capacidade para exercer uma influência significativa sobre eles. Estes investimentos não são significativos para o Grupo e são registrados sob os ativos financeiros disponíveis para venda.

Os anexos fornecem informações importantes sobre essas a entidades.

iv. Entidades de propósito especial

Nos casos em que o Grupo constitui entidades, ou participe delas, a fim de permitir o acesso aos seus clientes de certos investimentos, ou para a transmissão de riscos ou outros fins, denominadas entidades de propósito especial, é determinado, em conformidade com os critérios e procedimentos internos e provisões da legislação de referência, se existe controle conforme descrito acima e, portanto, se devem ou não ser objeto de consolidação. Estes métodos e procedimentos levam em conta, entre outros elementos, os riscos e benefícios mantidos pelo Grupo, considerando todos os elementos relevantes que incluem garantias prestadas ou as perdas associadas ao conjunto de ativos relacionados que mantém o Grupo. Essas entidades incluem os chamados fundos de securitização de ativos, que são consolidados na sua totalidade nos casos em que, com base na análise acima, seja determinado que o Grupo mantém o controle.

Os saldos associados entidades estruturadas não consolidadas não são significativos em relação às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

v. Negócios em conjunto

São considerados negócios em conjunto as operações em que ocorre a união de duas ou mais entidades ou unidades econômicas em uma única entidade ou Grupo de empresas.

Os negócios em conjunto nos quais o Grupo adquire o controle de uma entidade são registrados contabilizados da seguinte forma:

- O Grupo estima o custo dos negócios em conjunto, que normalmente corresponde a uma contraprestação dada, definido como o valor justo à data da aquisição dos bens dados, passivos incorridos frente aos antigos proprietários da empresa adquirida e os instrumentos de capital emitidos, nesse caso, pela entidade adquirente. Nos casos em que o montante da contrapartida que tem para oferecer não seja definitivamente fechado à data da aquisição, dependendo de eventos futuros, qualquer contraprestação contingente será reconhecida como parte da retribuição dada na medida do valor justo à data da aquisição. Da mesma forma, desde essa data, os custos associados com a operação tais como honorários pagos aos auditores independentes, consultores jurídicos, os bancos de investimento e outros consultores não formará, para estes efeitos, parte do custo dos negócios em conjunto.
- Estima-se o valor justo dos ativos, passivos e passivos contingentes da entidade ou negócios adquiridos, incluindo os bens intangíveis que podem estar ou não registrados pela entidade adquirida que são incorporados em balanço consolidado por esses valores, bem como o valor de interesses minoritários e o valor justo da participação anterior na adquirida.
- A diferença entre esses conceitos é registrada como indicado no item. m) desta Nota 2 no caso de ser negativo. No caso em que esta diferença for positiva, é lançado em diferença negativa nas demonstrações consolidadas de combinações de negócios em conjunto, em lucros e prejuízos.

O ágio só é medido e registrado uma vez para adquirir o controle de um negócio.

vi. As alterações nos níveis de participação em controladas

Aquisições e alienações que não resultam em uma mudança de controle são contabilizadas no patrimônio líquido, não reconhecendo a perda ou lucro na demonstração de resultados e não retornando ao valor inicialmente reconhecido como ágio. A diferença entre a contrapartida dada ou recebida e a diminuição ou aumento de interesses minoritários, respectivamente, é reconhecido nas reservas.

Da mesma forma, quando o controle de uma subsidiária é perdido, os ativos, passivos e interesses minoritários assim como outros itens que podem ser reconhecidos em ajustes de avaliação de que empresa é baixado do balanço consolidado, registro o valor justo da retribuição recebida assim como qualquer investimento restante. A diferença entre estes montantes é reconhecida na demonstração de resultados.

No que diz respeito às contribuições não monetárias para entidades conjuntamente controladas, o IASB tem reconhecido a existência de uma política de conflito entre a IAS 27, que estabelece que, em caso de perda de participação de controle remanescente são valorizados ao valor justo e registradas na demonstração de resultados o pleno resultado e n.º 48 da IAS 31, juntamente com a interpretação SIC 13-para operações sob seu escopo - só reconheceria parte o atribuível ao capital detido pelos outros participantes da entidade controlada. Se espera que o IASB emita durante o primeiro trimestre de 2014 um posicionamento definitivo sobre o assunto. Em conjunto o Grupo optou por aplicar de forma consistente, as transações no âmbito destas normas estabelecidas pelo IAS 27 (tratamento que coincide com o proposto pelo IASB em últimos rascunhos).

vii. As aquisições e retiradas

Nota 3 fornece informações sobre aquisições e retiradas significativas que têm ocorrido nos três últimos exercícios.

c) Definições e classificação de instrumentos financeiros

i. Definições

Um instrumento financeiro é um contrato, dando origem a um ativo financeiro em uma entidade e, simultaneamente, a um passivo financeiro ou instrumento de capital em outra entidade.

Um instrumento de capital ou de patrimônio líquido é um negócio legal que evidencia uma participação residual nos ativos da entidade que o emite após a dedução de todos os seus passivos.

Um derivativo financeiro é um instrumento financeiro cujas alterações de valor são uma resposta a alterações em uma variável de mercado observável (tais como um tipo de juros, câmbio, o preço de um instrumento financeiro, ou um índice de mercado, incluindo avaliações de crédito), cujo investimento inicial é muito pequeno em relação a outros instrumentos financeiros com resposta semelhante às mudanças nas condições de mercado e que são liquidados, geralmente, em uma data futura.

Instrumentos financeiros híbridos são contratos que incluem um contrato principal diferente de um derivativo juntamente com um derivativo financeiro chamado derivativo implícito, que não é transferível individualmente e que tem o efeito de que alguns dos fluxos de caixa do contrato híbrido variam da mesma forma que o derivativo implícito, considerado isoladamente.

Instrumentos financeiros compostos são contratos que para seu emissor simultaneamente gera um passivo financeiro e um instrumento de patrimônio líquido (como por exemplo, as obrigações convertíveis que dá a seu titular o direito de convertê-los em instrumentos de capital da entidade emitente).

As operações indicadas a seguir não são tratadas, para fins contábeis, como instrumentos financeiros:

- Investimentos em entidades coligadas e em entidades controladas em conjunto (ver Nota 13);
- Os direitos e obrigações decorrentes planos de benefícios para funcionários (ver Nota 25);
- Os direitos e obrigações decorrentes dos contratos de seguro (ver Nota 15);
- Contratos e obrigações relativas à remuneração de funcionários com base em instrumentos de - patrimônio líquido (ver Nota 34).

ii. A classificação dos ativos financeiros para fins de avaliação

Ativos financeiros são agrupados, em primeiro lugar, entre as diversas categorias nas quais se classificam para efeitos da sua gestão e avaliação, a menos que eles sejam apresentados como ativos não correntes disponíveis para venda, ou correspondem a caixa e depósitos em Bancos Centrais, ajustes em ativos financeiros por macrocoberturas, derivativos de hedge, e participações, que são mostrados separadamente.

Ativos financeiros estão incluídos para efeitos da sua avaliação em uma das seguintes carteiras:

- Ativos financeiros para livre negociação (a valor justo com as alterações nos lucros e perdas): ativos financeiros adquiridos com o objetivo de beneficiar-se de variações a curto prazo sofridas por seus preços e instrumentos financeiros derivativos que não são considerados operações de Hedge.

- Outros ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado: ativos financeiros híbridos que não fazem parte da carteira de ativos financeiros para livre negociação e são totalmente valorizados ao valor justo, e aqueles que, não formando parte da negociação estão incluídos nesta carteira a fim de obter as informações mais relevantes, já que isto irá eliminar ou reduzir significativamente inconsistências no reconhecimento ou medição (também conhecido como divergências contábeis) que surgem na valorização de ativos ou passivos ou de reconhecimento de seus ganhos ou perdas com critérios diferentes, pois há um ativo financeiro, ou Grupo de ativos financeiros e passivos, que são geridos e seu desempenho é avaliado com base no seu valor justo, de acordo com uma gestão dos riscos ou estratégia de investimento documentada, facilitando informações desse Grupo com base no valor justo para o pessoal-chave da administração do Grupo. Ativos financeiros só podem ser incluídos nesta carteira à data da sua aquisição ou origem.
- Ativos financeiros disponíveis para venda: instrumentos de dívida não classificados como carteira de investimento a termo, empréstimos e recebíveis ou ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado e instrumentos de capital emitidos por organismos que não sejam as entidades controladas, associadas e controladas em conjunto, desde que não sejam considerados como ativos financeiros para livre negociação ou como outros ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado.
- Empréstimos e recebíveis: busca o investimento na típica atividade de crédito, tais como os montantes em espécie disponibilizados para futura amortização pelos clientes sob o conceito de empréstimo ou emprestados a outras entidades, quaisquer que sejam seus instrumentos jurídicos e os títulos de dívida não cotados, bem como dívidas contraídas pelos adquirentes de bens ou serviços que constituam parte do negócio do Grupo.

Em termos gerais, é a intenção das empresas consolidadas manter os empréstimos e créditos que são concedidos até o vencimento final, por isso são apresentados no balanço consolidado pelo custo amortizado (que inclui correções que precisam ser introduzidas para refletir as perdas estimadas na sua recuperação).

- Carteira de investimentos a termo: instrumentos de dívida, que são negociados em um mercado ativo, que têm data de validade definida e dão origem a pagamentos na data e montantes fixados ou predetermináveis, e que se destina a a capacidade demonstrada de mantê-los até o vencimento.

iii. A classificação de ativos financeiros para fins de apresentação

Ativos financeiros estão incluídos, para fins de apresentação, de acordo com sua natureza no balanço consolidado sob as seguintes rubricas:

- Caixa e depósitos em Bancos Centrais: saldos em dinheiro e saldos devedores com disponibilidade imediata, com origem em depósitos mantidos no Banco de Espanha e de outros Bancos Centrais.
- Depósitos ou créditos: saldos devedores de todos os créditos ou empréstimos concedidos pelo Grupo, exceto para os instrumentados em valores, direitos em operações de leasing financeiro, bem como outros saldos de natureza financeira a favor do Grupo, como cheques em instituições financeiras, saldos pendentes a haver em câmaras ou organismos de liquidação por operações em Bolsa e pregões organizados, avais dados em dinheiro, dividendos passivos exigidos, comissões por garantias financeiras a receber e saldos em transações que não têm sua origem em operações e serviços bancários como a cobrança de aluguéis e serviços similares. São classificados de acordo com o setor institucional ao qual pertence o devedor em:
 - Aplicações no mercado aberto: créditos de qualquer natureza, incluindo depósitos e operações no mercado monetário, em nome de instituições financeiras.

- Operações de crédito: créditos restantes, incluindo depósito e operações de mercado de dinheiro por meio de entidades de contrapartida central.
- Instrumentos de dívida: obrigações e outros valores que reconhecem uma dívida de seu emissor, tendo uma remuneração consistindo de um juro instrumentado em títulos ou escrituras.
- Instrumentos de capital: instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, que têm a natureza dos instrumentos de capital do emitente, exceto no caso de investimentos em subsidiárias, controladas e associadas. Esta rubrica inclui participações em fundos de investimento.
- Instrumentos financeiros derivativos: inclui o valor justo para o Grupo de instrumentos financeiros derivativos, não incluídos em Hedge, incluindo derivativos implícitos segregados dos instrumentos financeiros híbridos.
- Ajustes em ativos financeiros por macrocoberturas: capítulo de contrapartida dos montantes creditados na conta de lucros e perdas consolidada com origem na determinação do valor da carteira de instrumentos financeiros que são efetivamente cobertos contra o risco de taxa de juros usando derivativos de hedge de valor justo.
- Derivativos de hedge: incluem o valor justo para o Grupo de derivativos, incluindo derivativos implícitos segregados de instrumentos financeiros híbridos, designados como instrumentos de cobertura contábeis.

iv. Classificação dos passivos financeiros para fins de avaliação

Passivos financeiros são agrupados, em primeiro lugar, entre as diversas categorias de classificados para efeitos da sua gestão e avaliação, exceto os que devem ser apresentados como passivos associados com ativos não correntes para venda, ou correspondem a cobertura de derivativos, ajustes de passivos financeiros pelo macrocoberturas, que são mostrados separadamente.

Os passivos financeiros são incluídos, para efeitos da sua avaliação, em uma das seguintes carteiras:

- Passivos financeiros para livre negociação (pelo seu valor justo no resultado): passivos financeiros emitidos com o objetivo de se beneficiar das variações de curto prazo às quais estão sujeitos seus preços, os instrumentos financeiros derivativos que não são considerados hedge contábil e passivos financeiros originados pela venda de ativos adquiridos ou emprestado temporariamente (posições curtas de valores).
- Outros passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado: inclui passivos financeiros nesta categoria, ao obter informações mais relevantes, que irão eliminar ou reduzir significativamente inconsistências no reconhecimento e na valorização (também conhecido como divergências contábeis) que surgem na valorização de ativos ou passivos ou pelo reconhecimento de seus lucros ou perdas com critérios diferentes, porque há um Grupo de passivos financeiros ou ativos financeiros e passivos e é gerenciado e seu desempenho é avaliado com base no seu valor justo, em conformidade com uma gestão dos riscos ou estratégia de investimento documentado e também fornecendo informações desse Grupo com base no valor justo para o pessoal-chave da administração do Grupo. Os passivos só podem ser incluídos nesta carteira na data da emissão ou originação.
- Passivos financeiros pelo custo amortizado: passivos financeiros que não estão incluídos em nenhuma das categorias acima e correspondem às atividades típicas de atrair os fundos das instituições financeiras, qualquer que seja sua forma de instrumentalização e seu prazo de vencimento.

v. *Classificação de passivos financeiros para efeitos de apresentação*

Passivos financeiros incluem, para efeitos da sua apresentação de acordo com sua natureza no balanço consolidado sob os seguintes títulos:

- Depósito: inclui montantes para saldos reembolsáveis recebidos em dinheiro pela entidade, com exceção de instrumentos, tais como títulos e tendo a natureza de passivos subordinados. Ele também inclui títulos e quantidade de dinheiro recebido como verbas para investir livremente. Os depósitos são classificados de acordo com o setor institucional, ao qual pertence o credor em:
 - Depósitos captados junto à Bancos Centrais: depósitos de qualquer natureza, incluindo as operações de crédito e de mercado de dinheiro recebidas do Banco de Espanha ou outros Bancos Centrais.
 - Depósitos captados junto à instituições financeiras: depósitos de qualquer natureza, incluindo os créditos recebidos e operações no mercado monetário em nome das instituições de crédito.
 - Depósitos captados junto à clientes: os depósitos restantes, incluindo o montante das operações de mercado monetário conduzida através de contrapartes centrais.
- Obrigação por emissão de títulos: inclui o montante de passivos e outros débitos representados por títulos negociáveis, diferentes daqueles que por natureza são passivos subordinados. Sob esta rubrica está incluído o componente que tenha contrapartida de passivo financeiro dos valores mobiliários emitidos que sejam compostos instrumentos financeiros.
- Instrumentos financeiros derivativos: valor justo com saldo desfavorável para o Grupo dos derivativos, incluindo derivativos embutidos que foram separados do contrato principal, que não fazem parte das operações de hedge.
- Posições de títulos de curto prazo: montante das responsabilidades decorrentes da venda de ativos financeiros adquiridos ou emprestado temporariamente.
- Passivos subordinados: montante do financiamento recebido, que, para efeitos da prioridade dos créditos, que estão localizados abaixo dos credores comuns. Ele também inclui o montante de instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo que, segundo a natureza jurídica do capital, não cumprem os requisitos para se qualificar como patrimônio líquido, tais como determinadas ações preferenciais.
- Outros passivos financeiros: inclui o montante de obrigações a pagar com natureza de passivos financeiros não incluídos em outras posições e passivos por contratos de garantia financeira, a menos que tenham sido classificados como duvidosos.
- Ajustes para passivos financeiros por macrocoberturas: capítulo da contrapartida para os montantes lançados nas demonstrações consolidadas do resultado de exercício com origem na determinação do valor da carteira de instrumentos financeiros que são efetivamente cobertas pelo risco de taxa de juros usando derivativos de hedge de valor justo.
- Derivativos de hedge: inclui a valor justo contra o Grupo de derivativos, incluindo derivativos implícitos segregados dos instrumentos financeiros híbridos, designados como instrumentos de hedge.

d) ***Avaliação e relatórios de resultados dos ativos e passivos***

Geralmente, ativos e passivos financeiros são inicialmente registados pelo seu valor justo que, salvo prova em contrário, é o preço da transação. Para instrumentos não avaliados ao valor justo no resultado, ajusta-se com os custos de transação. Posteriormente e por ocasião de cada fechamento contábil, passamos a avaliá-los de acordo com os seguintes critérios:

i. Valorização de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto os empréstimos e recebíveis, os investimentos mantidos a termo e instrumentos de capital, cujo valor justo não puder ser determinado um modo suficientemente objetivo (bem como os derivativos financeiros que tenham como ativo subjacente estes instrumentos de capital e sejam liquidados mediante a entrega dos mesmos) são avaliados ao valor justo sem dedução de quaisquer custos de transação por venda.

Valor justo de um instrumento financeiro, em uma determinada data, é a importância pela qual pode ser comprada ou vendida nessa data entre duas partes, em condições de independência mútua e informadas sobre o assunto, agindo com prudência e livremente. A referência mais objetiva de valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e profundo (cotação ou preço de mercado). Em 31 de dezembro de 2013, não há investimentos significativos em instrumentos financeiros negociados em bolsa, que deixou de ser registrado a seu valor de cotação como consequência de que seu mercado não está ativo.

Quando não há nenhum preço de mercado para um instrumento financeiro específico, é usado para estimar o valor justo estabelecido transações recentes de instrumentos semelhantes e na falta, com modelos de avaliação suficientemente aceitos pela comunidade financeira internacional, tendo em conta as características especiais da classificação de instrumento e, especialmente, os diferentes tipos de risco ao qual o instrumento tem sido associado.

Todos os derivativos são registrados no balanço pelo seu valor justo a partir da sua data de contratação. Se o seu valor justo é positivo eles serão registrados como um ativo e se este for negativo serão lançados como um passivo. Na data de contratação é entendido que, salvo prova em contrário, seu valor justo é igual ao preço da transação. Alterações no valor justo dos derivativos a partir da data de contratação são registradas com uma entrada de nas demonstrações consolidadas do resultado de operações financeiras (líquido). Especificamente, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos negociados em mercados OTC incluídos na carteira de negociação é considerada sua cotação diária e se, por razões excepcionais, não é possível definir o seu preço em uma determinada data, eles são medidos usando métodos semelhantes aos utilizados para contratos de derivativos de valor em mercados de balcão.

O valor justo desses derivativos é assimilado à soma dos fluxos de caixa futuros com origem no instrumento, descontado para a data da avaliação (valor atual ou fechamento teórico), utilizada no processo de métodos de avaliação reconhecidos pelos mercados financeiros: valor presente líquido, modelos de precificação de opções, entre outros métodos.

Empréstimos e recebíveis e carteira de investimento a termo são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros na sua determinação. Custo amortizado é o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro corrigido (para mais ou menos, conforme o caso) por reembolsos de capital e a parte sistematicamente imputada à conta consolidada de lucros e perdas da diferença entre o custo inicial e o valor correspondente ao reembolso no vencimento. Em o caso de ativos financeiros, o custo amortizado também inclui correções ao seu valor causado por perda de valor. Nos investimentos de crédito investimentos em operações de hedge de valor justo são registradas as variações que ocorrem no valor justo relacionadas com o risco ou riscos cobertos em tais operações de hedge.

A taxa de juros efetiva e a taxa de desconto é o valor inicial de um instrumento financeiro exatamente igual a todos os seus fluxos de caixa estimados por todos os conceitos ao longo de sua vida útil remanescente. Para os instrumentos financeiros com taxa de juro fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual estabelecida no momento da sua aquisição, se houver, taxas e custos da transação, por natureza fazem parte do desempenho financeiro. Em instrumentos financeiros de taxa de juro variável, a taxa efetiva de juros coincide com o rendimento atual de taxa para todos os itens até a primeira revisão da taxa de juro de referência.

Instrumentos de patrimônio líquido, cujo valor justo não pode ser determinado de forma suficientemente objetiva e os derivativos financeiros que têm esses instrumentos como ativo subjacente e são liquidados mediante a entrega dos mesmos são mantidos ao custo de aquisição, corrigido, se for o caso, por perdas de perda de valor ocorrido.

Os montantes pelos quais incluem ativos financeiros registrados representam, em todos os aspectos mais importantes, o nível máximo de exposição ao risco do Grupo de crédito em cada data de apresentação das demonstrações financeiras. O Grupo, no entanto, conta com garantias e outros instrumentos de crédito para reduzir sua exposição ao risco, que consiste, principalmente em hipotecas, dinheiro, instrumentos de capital e garantias pessoais, Propriedade transferida em *leasing e renting*, os bens adquiridos com pacto de acordos de recompra, de empréstimo de valores mobiliários, crédito, garantias e derivativos de crédito.

ii. Avaliação dos passivos financeiros

Passivos financeiros são geralmente avaliados pelo custo amortizado, como foi definido acima, exceto os incluídos nos capítulos passivos financeiros para livre negociação, outros passivos financeiros ao valor justo com as alterações em lucros e perdas, passivos financeiros designados como partidas cobertas em hedges de valor justo (ou como instrumentos de hedge) avaliados a valor justo.

iii. Técnicas de precificação

A tabela a seguir resume, no final de cada um dos exercícios listados, ativos e passivos financeiros a seguir indicados, classificados de acordo com as diferentes metodologias de avaliação usadas pelo Grupo para determinar o valor justo:

	Milhões de euros								
	2013			2012			2011		
	Cotações publicado em mercados Ativo	Modelo interno	Total	Cotações Publicado em mercados Ativo	Modelo interno	Total	Cotações publicado em mercados Ativo	Modelo interno	Total
Ativos Financeiros Para Livre Negociação (ativos)	46.472	68.817	115.289	48.014	129.903	177.917	45.528	127.110	172.638
Outros ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	3.687	27.694	31.381	3.387	24.969	28.356	2.324	17.239	19.563
Ativos financeiros disponíveis para venda ⁽¹⁾	62.343	20.995	83.338	65.720	26.039	91.759	68.325	17.830	86.155
Derivativos de hedge (ativos)	221	8.080	8.301	128	7.808	7.936	1.497	8.401	9.898
Passivos Financeiros Para Livre Negociação	14.643	80.030	94.673	15.985	127.257	143.242	16.084	130.864	146.948
Outros Passivos Financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	-	42.311	42.311	-	45.418	45.418	-	44.909	44.909
Derivativos de hedge (passivos)	187	5.096	5.283	96	6.348	6.444	592	5.852	6.444
Contratos de seguros passivos	-	1.430	1.430	-	1.425	1.425	-	517	517

	Milhões de reais								
	2013			2012			2011		
	Cotações Publicado em mercados Ativo	Modelo interno	Total	Cotações Publicado em mercados Ativo	Modelo interno	Total	Cotações publicado em mercados Ativo	Modelo interno	Total
Ativos Financeiros Para Livre Negociação (ativos)	151.387	224.178	375.565	129.811	351.205	481.016	109.991	307.085	417.076
Outros ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	12.011	90.216	102.227	9.157	67.506	76.663	5.615	41.647	47.262
Ativos financeiros disponíveis para venda ⁽¹⁾	203.089	68.393	271.482	177.681	70.399	248.080	165.066	43.076	208.142
Derivativos de hedge (ativos)	720	26.321	27.041	346	21.110	21.456	3617	20.296	23.913
Passivos Financeiros Para Livre Negociação	47.701	260.706	308.407	43.217	344.052	387.269	38.857	316.154	355.011
Outros Passivos Financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	-	137.832	137.832	-	122.792	122.792	-	108.496	108.496
Derivativos de hedge (passivos)	609	16.601	17.210	260	17.162	17.422	1430	14.138	15.568
Contratos de seguros passivos	-	4.658	4.658	-	3.853	3.853	-	1.249	1.249

(1) Além de instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo, conforme mostrado na tabela acima em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, havia instrumentos de capital, registrados na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, com valor de custo no valor de 461, 507 e 458 milhões de euros, 1.502, 1.371 e 1.106 milhões de reais, respectivamente (ver Nota 51.c).

Instrumentos financeiros pelo seu valor justo e determinado por cotações publicadas em mercados ativos (nível 1) incluem a dívida pública, dívida privada, derivativos negociados em mercados organizados, ativos securitizados, ações e títulos de curtos prazos e posições de renda fixa.

Em casos onde não existam cotações, a Administração faz sua melhor estimativa de preço que o mercado fixaria, usando seus próprios modelos internos que usam, na maioria dos casos utilizam dados com base no mercado observáveis como parâmetros significativos (nível 2) e, por vezes limitadas, utilizaram dados de mercado significativa não observável *inputs* significativos (nível 3). Para fazer esta estimativa, são usadas várias técnicas, incluindo a extrapolação dos dados de mercado observáveis. A melhor evidência de valor justo de um instrumento financeiro no momento inicial é o preço da transação, exceto que o valor do instrumento pode ser obtido outras transações no mercado com o instrumento iguais, similares ou avaliados utilizando uma técnica de avaliação, onde as variáveis usadas incluíam somente dados observáveis no mercado, principalmente as taxas de juros.

Durante o ano de 2013 o Grupo não fez transferências significativas de instrumentos financeiros entre as diferentes metodologias de avaliação.

Critérios de avaliação geral

O Grupo desenvolveu um processo formal de avaliação sistemática e gestão de instrumentos financeiros, implementado globalmente em todas as unidades do Grupo. A governança do referido processo distribui responsabilidades entre duas divisões independentes dentro do Grupo: tesouraria (responsável pelo desenvolvimento, gestão de marketing e do dia a dia dos dados de mercado e produtos financeiros) e riscos (pressupõe a validação periódica dos modelos de avaliação e dados de mercado, o processo de cálculo de risco, condições de aprovação de novas métricas operacionais, gestão de risco de mercado e a implementação de políticas de ajustes de avaliação).

A aprovação de um novo produto envolve uma seqüência de várias etapas (aplicação, desenvolvimento, validação, integração com sistemas corporativos existentes e revisão de qualidade) antes de iniciar a produção. Esse processo garante que os sistemas de avaliação foram devidamente revistos e que são estáveis, antes que eles possam ser usados.

As seções a seguir detalham os instrumentos financeiros e as famílias dos derivativos mais importantes, juntamente com suas respectivas técnicas de estimativa e *inputs*, por tipo de ativo:

Renda fixa e Inflação

O tipo de ativos de renda fixa inclui instrumentos simples, como *forwards* de taxas de juros, *swaps* de taxas de juros e *moeda cross currency swaps*, avaliados usando estimativas dos fluxos futuros e calculando o valor presente líquido, descontando tais fluxos levando em conta *se spreads basis (swap e cross currency)*, dependendo da freqüência dos pagamentos e a moeda de cada perna dos derivativos *de swaps*. Produtos simples (*vanilla*), incluindo as *caps* e *floors* e *swaptions*, são valorizados utilizando os modelos *Black&Scholes*, com avaliação usando modelos de referência na indústria. Derivativos mais exóticos são avaliados usando modelos mais complexos geralmente aceitados como padrão entre as instituições.

Estes modelos de avaliação se alimentam com dados de mercado observáveis, tais como depósitos, futuros, taxas de *cross currency swaps* e *constant maturity swaps*, bem como *spreads basis*. Estes dados permitem calcular curvas diferentes das taxas de juros, dependendo da freqüência de pagamentos e curvas de desconto para cada moeda. Para opções, a volatilidade implícita também é *input* para o modelo. Estas volatilidades são observáveis no mercado, para opções, *caps* e *floors* e *swaptions*. Interpolações e extrapolações de volatilidade a partir dos intervalos de cotações usando modelos aceitos na indústria. Derivativos mais exóticos podem envolver o uso de dados ou parâmetros de modelo não observável, como a correlação (entre as taxas de juros e as classes de ativos), reversão a taxa média de pré-pagamento. Esses parâmetros internos geralmente são definidos a partir de dados históricos ou pela atualização.

Inflação como tipos de ativos, incluindo títulos ligados à inflação e ligados às operações de *swap coupon zero* ou anual pela taxa de inflação, avaliados pelo método do valor presente líquido através estimativa de valor *forward* (futuro) e desconto. Também pode haver alguns derivativos sobre índices de inflação, avaliados com modelos padrão ou modelos mais complexos à medida, conforme o caso. Os *inputs* para a avaliação destes modelos consideram *spreads de swaps* ligados à inflação observável no mercado e estimativas da sazonalidade na inflação. Estes dados permitem calcular a curva de avanço da inflação. As volatilidades implícitas de opções de inflação *coupon zero* e anual também são *inputs* para a avaliação dos derivativos mais complexos.

Renda variável e taxa de câmbio

Os produtos mais importantes nesta classe de ativos são contratos *forward* e *futuros* e incluem derivativos simples (*vanilla*), listados e OTC (*over the counter*) sobre subjacentes individuais e cestas de ativos. Opções-simples (*vanilla*) são avaliadas usando o modelo de *Black-Scholes*, enquanto derivativos mais exóticos, que impliquem rendimentos futuros, rendimento médio ou características digitais, barreira ou possibilidade de recompra (*callable*) são avaliados usando modelos aceitos pela indústria ou modelos personalizados, conforme o caso. Para derivativos de ações ilíquidas, é feito hedge considerando restrições nos modelos de liquidez.

Os *inputs* dos modelos de renda variável (*equity*) consideram as curvas de juros, dividendos, preços de dinheiro, custo de financiamento de ativos (*repo margem spreads*), volatilidade implícita, correlação entre ações e índices e correlação entre ativos. Estas de volatilidades implícitas são obtidas a partir de Cotações de mercado de opções simples (*vanilla*) e *call* e *put* do tipo Europeu e Americano. Várias técnicas de interpolação e extrapolação permitem obter superfícies contínuas de volatilidade para ações ilíquidas. Os dividendos são geralmente estimados a médio e longo prazo. Correlações são obtidas a partir de dados históricos ou, quando possível, são implicitamente calculadas a partir de cotações dos produtos dependentes de correlação. Para os demais casos, se realizam *proxies* em relação às correlações subjacentes ou são obtidos a partir de dados históricos.

Os *inputs* dos modelos de taxa de câmbio incluem a curva de taxas de juros para cada moeda, taxa de câmbio à vista e a volatilidade implícita e correlação entre ativos deste tipo. As volatilidades são obtidas de opções europeias e *call* e *puts* cotados em de mercados *at-the-money*, *risk reversal* ou *butterfly*. Os pares de moedas ilíquidas normalmente usam dados de pares líquidos dos que é possível decompor a moeda ilíquida. Para produtos mais exóticos, parâmetros de modelo não observável podem ser estimados ajustando-os a preços de referência fornecidos por outras fontes de mercado sem cotação.

Crédito

O instrumento mais comum deste tipo é o *Credit Default Swaps* (CDS), que é usado para cobrir os riscos de crédito para uma terceira parte. Além disso, também modelos disponíveis para produtos *first to default* (FTD), *n-to default* (NTD) e *single-tranche collateralized debt obligation* (CDO). Estes produtos são avaliados com modelos padrão da indústria, que estima a probabilidade de descumprimento de um emissor individual (para CDs) ou a probabilidade de não pagamento conjunto de mais de um emitente para FTDs e CDOs.

Inputs para a avaliação são a curva de taxas de juros, a curva de *spreads* CDS e a taxa de recuperação. A curva de *spreads* CDS é obtida no mercado para índices e principais emitentes individuais. Para emitentes menos líquidos a curva de *spreads* é estimada usando *proxies* (instrumentos cotados, semelhantes aos instrumentos de avaliação) ou outros instrumentos ligados ao crédito. Taxas de recuperação são geralmente definidas como valores padrão. Para CDOs cotados de *tranches* individuais, a correlação do conjunto padrão de vários emitentes é obtida implicitamente no mercado. Para FTDs, NTDs e CDO a correlação é estimada usando *proxies* (instrumentos cotados, semelhantes aos instrumentos de avaliação) ou dados históricos quando não há alternativa possível.

Credit Valuation Adjustment (CVA)

Refere-se a uma adaptação para a avaliação da consequência de derivativos OTC (*Over the Counter*) do risco associado com a exposição de crédito que é assumida com cada contraparte.

Cálculo da CVA é realizado tendo em conta a potencial exposição com cada contraparte em cada momento futuro. O CVA para certas compensações é igual à soma da CVA para todos os prazos. Para o seu cálculo levará em conta as seguintes *inputs*:

- Exposição antecipada: incluindo, para cada operação, a corrente de mercado (*MtM*) valor, bem como o risco potencial futuro (*Add-on*) cada termo. Levando em conta atenuante como contratos de garantia e de *netting*, bem como um fator de depreciação de tempo para esses derivativos com pagamentos intermédios.
- Severidade: porcentagem de perda final assumiu o evento de crédito/não pagamento da contrapartida.
- Probabilidade de falta de pagamento/*default*: para casos em que não há informações de mercado (curva se *spread* citado por CDS, etc.) são avaliadas a partir de ratings, preferencialmente internos.
- Curva dos fatores de desconto.

Debt Valuation Adjustment (DVA) é um ajuste para a avaliação semelhante da CVA, mas neste caso como um resultado do próprio risco do Grupo que leva suas contrapartes em instrumentos derivativos OTC.

As configurações de CVA e DVA registradas em 31 de dezembro de 2013 subiram para 739 e 234 milhões de euros (2.407 e 762 milhões de reais), respectivamente.

Estimativa pelo risco de configurações de modelo

Os modelos de avaliação descritos acima não incluem subjetividade significativa, desde que essas metodologias possam ser ajustadas e atualizadas neste caso, a apuração interna de valor justo e posterior comparação com o preço correspondente negociado ativamente, no entanto podem haver ajustes de avaliação quando os preços de mercado não estão disponíveis para comparação.

Fontes de risco estão associados com parâmetros incertos de modelo, emittentes subjacentes sem liquidez, fatores de risco de dados de baixa qualidade ou indisponível (às vezes, a melhor alternativa possível é a utilização limitada com modelos de risco controlável). Nestas situações, o Grupo calcula e aplica ajustes de avaliação em conformidade com a prática geral da indústria. A seguir estão as principais fontes de risco de modelo:

Nos mercados de renda fixa, riscos do modelo incluem a correlação entre os índices de renda fixa, modelagem da *basis*, o risco de atualização dos parâmetros do modelo e tratamento de próximo de zero ou negativos das taxas de juros. Outras fontes de risco emanam a estimativa de dados de mercado, tais como a volatilidade ou curvas de taxa de juros, tanto os de estimação como o desconto dos fluxos.

Nos mercados de renda variável, os riscos do modelo incluem modelagem de *skew forward* para frente e o impacto dos juros estocásticos, correlação e modelagem multi-curva. Também outras fontes de risco surgem a partir da gestão de cobertura de pagamentos digitais, a opção de rescisão antecipada (*callables*) e barreira. Além disso, eles devem ser considerados fontes de estimativa dos riscos de dados de mercado, tais como dividendos e correlação para escolhas de *quanto* e *composite* em cestas.

Para instrumentos financeiros específicos associados a empréstimos de hipoteca home garantidos por instituições financeiras no Reino Unido (que são regulamentados e parcialmente financiado pelo governo) e derivativos na propriedade real subjacente, a principal *input* é o *Halifax House Price Index* (HPI). Nestes casos, as hipóteses de risco incluem as estimativas de crescimento futuro e a volatilidade do HPI, taxa de mortalidade e *spread* de crédito implicado.

Mercados de inflação estão expostos a incerteza a modelagem da estrutura de correlação entre diferentes taxas de inflação (IPCs, índices de preços ao consumidor). Outra fonte de risco pode vir de *spread bid offer* dos *swaps* ligados a inflação.

Os mercados cambiais estão em risco de modelo por modelagem a *skew forward* o impacto da modelagem estocástica de taxas de juros e correlação de instrumentos múltiplos ativos. Risco de dados de mercado, podem também surgir a por falta de liquidez dos pares de moeda específica.

A fonte de risco de modelo mais importante em derivativos de crédito vem da estimativa da correlação entre a probabilidade de inadimplência de emissores diferentes. Para os emittentes subjacentes sem liquidez, pode *spread* CDS pode não ser bem definidas.

Abaixo estão os instrumentos financeiros ao valor justo cuja avaliação é baseada em modelos internos (nível 2 e nível 3) em 31 de dezembro, 2013, 2012 e 2011:

	Milhões de euros		Técnicas de avaliação	Principais pressupostos
	Valores justos calculados usando interno para modelos de 31/12/13			
	Nível 2	Nível 3		
ATIVOS:	124.079	1.507		
Ativos Financeiros Para Livre Negociação	68.535	282		
Aplicações no mercado aberto	5.502	-	O método do valor presente	Dados de mercado observáveis
Operações de crédito	5.079	-	O método do valor presente	Dados de mercado observáveis
Dívida e participações no capital	1.585	50	O método do valor presente	Dados de mercado observáveis, HPI
Instrumentos financeiros derivativos	56.369	232		
<i>Swaps</i>	40.380	56	Método do valor presente, Gaussian Copula	Dados de mercado observáveis, Basis, liquidez
<i>Opções de taxas de câmbio</i>	849	16	Modelo de Black-Scholes	Dados de mercado observáveis, liquidez
<i>Opções de taxas de juro</i>	7.373	-	Modelo Black, modelo Heath-Jarrow-Morton	Dados de mercado observáveis, liquidez, correlação
<i>Futuros sobre as taxas de juros</i>	16	-	O método do valor presente	Dados de mercado observáveis
<i>Opções sobre índices e valores</i>	2.953	56	Modelo de Black-Scholes	Dados de mercado observáveis, dividendos, correlação, liquidez e HPI
<i>Outros</i>	4.796	104	O método do valor presente, simulação de Monte Carlo e outros	Dados de mercado observáveis e outros
Derivativos de hedge	8.080	-		
<i>Swaps</i>	6.926	-	O método do valor presente	Dados de mercado observáveis, Basis
<i>Opções de taxas de câmbio</i>	409	-	Modelo de Black-Scholes	Dados de mercado observáveis
<i>Opções de taxas de juro</i>	24	-	Modelo Black	Dados de mercado observáveis
<i>Outros</i>	736	-	N/A	N/A
Outros ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	27.184	510		
Aplicações no mercado aberto	13.444	-	O método do valor presente	Dados de mercado observáveis
Operações de Crédito	13.135	61	O método do valor presente	Dados de mercado observáveis, HPI
Dívida e participações no capital	605	449	O método do valor presente	Dados de mercado observáveis
Ativos financeiros Disponíveis para Venda	20.280	715		
Dívida e participações no capital	20.280	715	O método do valor presente	Dados de mercado observáveis
PASSIVO:	128.762	105		
Passivos Financeiros Para Livre Negociação	79.970	60		
Depósitos captados junto a Bancos Centrais	3.866	-	O método do valor presente	Dados de mercado observáveis
Depósitos captados junto a instituições financeiras	7.468	-	O método do valor presente	Dados de mercado observáveis
Depósitos captados junto a clientes	8.500	-	O método do valor presente	Dados de mercado observáveis
Dívida e participações no capital	1	-	O método do valor presente	Dados de mercado observáveis, liquidez
Instrumentos financeiros derivativos	57.260	60		
<i>Swaps</i>	41.156	2	Método do valor presente, Gaussian Copula	Dados de mercado observáveis, Basis, liquidez, HPI
<i>Opções de taxas de câmbio</i>	660	-	Modelo de Black-Scholes	Dados de mercado observáveis, liquidez
<i>Opções de taxas de juro</i>	8.457	-	Modelo Black-Scholes, modelo Heath-Jarrow-Morton	Dados observáveis de mercado, liquidez, correlação
<i>Opções sobre índices e valores</i>	4.252	-	Modelo de Black-Scholes	Dados de mercado observáveis, dividendos, correlação, liquidez e HPI
<i>Futuros sobre as taxas de juros e de ações</i>	88	-	O método do valor presente	Dados observáveis de mercado,
<i>Outros</i>	2.647	58	O método do valor presente, simulação de Monte Carlo e outros	Dados de mercado observáveis, e outros
Posições de títulos de curto prazo	2.875	-	O método do valor presente	Dados de mercado observáveis
Derivativos de hedge	5.096	-		
<i>Swaps</i>	4.961	-	O método do valor presente	Dados de mercado observáveis, Basis
<i>Opções de taxas de câmbio</i>	1	-	Modelo de Black-Scholes	Dados de mercado observáveis
<i>Opções de taxas de juro</i>	13	-	Modelo Black-Scholes	Dados de mercado observáveis
<i>Outros</i>	121	-	N/A	N/A
Outros passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	42.266	45		
Contratos de seguros passivos	1.430	-	Ver Nota 15	Dados de mercado observáveis

	Milhões de reais		Técnicas de avaliação	Principais pressupostos
	Valores justos calculados usando interno para modelos de 31/12/13			
	Nível 2	Nível 3		
ATIVOS:	404.200	4.909		
Ativos Financeiros Para Livre Negociação	223.259	918		
Aplicações no mercado aberto	17.923	-	O método do valor presente	Dados de mercado observáveis
Operações de crédito	16.545	-	O método do valor presente	Dados de mercado observáveis
Dívida e participações no capital	5.163	163	O método do valor presente	Dados de mercado observáveis, HPI
Instrumentos financeiros derivativos	183.628	753		
<i>Swaps</i>	131.542	182	Método do valor presente, Gaussian Copula	Dados de mercado observáveis, Basis, liquidez
<i>Opções de taxas de câmbio</i>	2.766	52	Modelo de Black-Scholes	Dados de mercado observáveis, liquidez
<i>Opções de taxas de juro</i>	24.025	-	Modelo Black, modelo Heath-Jarrow-Morton	Dados de mercado observáveis, liquidez, correlação
<i>Futuros sobre as taxas de juros</i>	52	-	O método do valor presente	Dados de mercado observáveis
<i>Opções sobre índices e valores</i>	9.620	182	Modelo de Black-Scholes	Dados de mercado observáveis, dividendos, correlação, liquidez e HPI
<i>Outros</i>	15.623	339	O método do valor presente, simulação de Monte Carlo e outros	Dados de mercado observáveis e outros
Derivativos de hedge	26.322	-		
<i>Swaps</i>	22.543	-	O método do valor presente	Dados de mercado observáveis, Basis
<i>Opções de taxas de câmbio</i>	1.303	-	Modelo de Black-Scholes	Dados de mercado observáveis
<i>Opções de taxas de juro</i>	78	-	Modelo Black	Dados de mercado observáveis
<i>Outros</i>	2.398	-	N/A	N/A
Outros ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	88.555	1.662		
Aplicações no mercado aberto	43.795	-	O método do valor presente	Dados de mercado observáveis
Operações de Crédito	42.789	199	O método do valor presente	Dados de mercado observáveis, HPI
Dívida e participações no capital	1.971	1.463	O método do valor presente	Dados de mercado observáveis
Ativos financeiros Disponíveis para Venda	66.064	2.329		
Dívida e participações no capital	66.064	2.329	O método do valor presente	Dados de mercado observáveis
PASSIVO:	419.456	342		
Passivos Financeiros Para Livre Negociação	260.512	196		
Depósitos captados junto a Bancos Centrais	12.594	-	O método do valor presente	Dados de mercado observáveis
Depósitos captados junto a instituições financeiras	24.328	-	O método do valor presente	Dados de mercado observáveis
Depósitos captados junto a clientes	27.690	-	O método do valor presente	Dados de mercado observáveis
Dívida e participações no capital	3	-	O método do valor presente	Dados de mercado observáveis, liquidez
Instrumentos financeiros derivativos	186.531	196		
<i>Swaps</i>	134.070	7	Método do valor presente, Gaussian Copula	Dados de mercado observáveis, Basis, liquidez, HPI
<i>Opções de taxas de câmbio</i>	2.150	-	Modelo de Black-Scholes	Dados de mercado observáveis, liquidez
<i>Opções de taxas de juro</i>	27.550	-	Modelo Black-Scholes, modelo Heath-Jarrow-Morton	Dados observáveis de mercado, liquidez, correlação
<i>Opções sobre índices e valores</i>	13.851	-	Modelo de Black-Scholes	Dados de mercado observáveis, dividendos, correlação, liquidez e HPI
<i>Futuros sobre as taxas de juros e de ações</i>	287	-	O método do valor presente	Dados observáveis de mercado, e outros
<i>Outros</i>	8.623	189	O método do valor presente, simulação de Monte Carlo e outros	Dados de mercado observáveis, e outros
Posições de títulos de curto	9.566	-	O método do valor presente	Dados de mercado observáveis
Derivativos de hedge	16.600	-		
<i>Swaps</i>	16.161	-	O método do valor presente	Dados de mercado observáveis, Basis
<i>Opções de taxas de câmbio</i>	3	-	Modelo de Black-Scholes	Dados de mercado observáveis
<i>Opções de taxas de juro</i>	42	-	Modelo Black-Scholes	Dados de mercado observáveis
<i>Outros</i>	394	-	N/A	N/A
Outros passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	-	-		
Contratos de seguros passivos	137.686	147	O método do valor presente Ver Nota 15	Dados de mercado observáveis

	Milhões de euros				Técnicas de avaliação
	Valores justos calculados usando modelos internos				
	31/12/12		31/12/11		
	Nível 2	Nível 3	Nível 2	Nível 3	
ATIVOS:	187.431	1.288	169.542	1.037	
Ativos Financeiros Para Livre Negociação	129.508	395	126.663	447	
Aplicações no mercado aberto	9.843	-	4.636	-	O método do valor presente
Operações de crédito (a)	9.162	-	8.056	-	O método do valor presente
Dívida e participações no capital	1.320	-	19.674	-	O método do valor presente
Instrumentos financeiros derivativos	109.183	395	94.298	447	
<i>Swaps</i>	<i>90.759</i>	<i>109</i>	<i>74.520</i>	<i>145</i>	Método do valor presente, Gaussian Copula (b)
<i>Opções de taxas de câmbio</i>	<i>708</i>	<i>46</i>	<i>964</i>	<i>95</i>	Modelo de Black-Scholes
<i>Opções de taxas de juro</i>	<i>9.141</i>	-	<i>7.936</i>	-	Modelo Black, modelo Heath-Jarrow-Morton
<i>Futuros sobre as taxas de juros</i>	<i>78</i>	-	<i>91</i>	-	O método do valor presente
<i>Opções sobre índices e valores</i>	<i>3.188</i>	-	<i>3.738</i>	-	Modelo de Black-Scholes
<i>Outros</i>	<i>5.309</i>	<i>240</i>	<i>7.059</i>	<i>207</i>	O método do valor presente, simulação de Monte Carlo e outros
Derivativos de hedge	7.808	-	8.400	1	
<i>Swaps</i>	<i>7.609</i>	-	<i>8.172</i>	<i>1</i>	O método do valor presente
<i>Opções de taxas de câmbio</i>	<i>45</i>	-	<i>161</i>	-	Modelo de Black-Scholes
<i>Opções de taxas de juro</i>	<i>56</i>	-	<i>45</i>	-	Modelo Black
<i>Outros</i>	<i>129</i>	-	<i>22</i>	-	N/A
Outros ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	24.500	469	16.982	357	
Aplicações no mercado aberto	10.272	-	4.701	-	O método do valor presente
Operações de Crédito (c)	13.863	74	11.694	54	O método do valor presente
Dívida e participações no capital	365	395	487	303	O método do valor presente
Ativos financeiros Disponíveis para Venda	25.615	424	17.897	233	
Dívida e participações no capital	25.615	424	17.597	233	O método do valor presente
PASSIVO:	180.243	205	181.864	279	
Passivos Financeiros Para Livre Negociação	127.158	99	130.755	110	
Depósitos captados junto a Bancos Centrais	1.128	-	7.740	-	O método do valor presente
Depósitos captados junto a instituições financeiras	8.292	-	9.287	-	O método do valor presente
Depósitos captados junto a clientes	8.890	7	16.574	-	O método do valor presente
Dívida e participações no capital	1	-	2	-	O método do valor presente
Instrumentos financeiros derivativos	108.847	92	97.152	110	
<i>Swaps</i>	<i>88.450</i>	<i>8</i>	<i>75.614</i>	<i>2</i>	Método do valor presente, Gaussian Copula (b)
<i>Opções de taxas de câmbio</i>	<i>766</i>	<i>6</i>	<i>946</i>	<i>11</i>	Modelo de Black-Scholes
<i>Opções de taxas de juro</i>	<i>10.772</i>	-	<i>9.722</i>	-	Modelo Black, modelo Heath-Jarrow-Morton
<i>Opções sobre índices e valores</i>	<i>121</i>	-	<i>7.036</i>	-	Modelo de Black-Scholes
<i>Futuros sobre as taxas de juros e de renda variável</i>	<i>4.816</i>	-	<i>273</i>	-	O método do valor presente
<i>Outros</i>	<i>3.922</i>	<i>78</i>	<i>5.569</i>	<i>97</i>	O método do valor presente, simulação de Monte Carlo e outros
Derivativos de hedge	6.348	-	5.852	-	
<i>Swaps</i>	<i>5.860</i>	-	<i>5.639</i>	-	O método do valor presente
<i>Opções de taxas de câmbio</i>	<i>76</i>	-	<i>169</i>	-	Modelo de Black-Scholes
<i>Opções de taxas de juro</i>	<i>17</i>	-	<i>21</i>	-	Modelo Black
<i>Outros</i>	<i>395</i>	-	<i>25</i>	-	N/A
Outros passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	45.312	106	44.740	169	O método do valor presente
Contratos de seguros passivos	1.425	-	517	-	Ver Nota 15

	Milhões de reais				Técnicas de avaliação
	Valores justos calculados usando modelos internos				
	31/12/12		31/12/11		
	Nível 2	Nível 3	Nível 2	Nível 3	
ATIVOS:	506.738	3.482	409.597	2.505	
Ativos Financeiros Para Livre Negociação	350.138	1.068	306.007	1.080	
Ativos Financeiros Para Livre Negociação	26.612	-	11.200	-	O método do valor presente
Aplicações no mercado aberto	24.770	-	19.462	-	O método do valor presente
Operações de crédito (a)	3.569	-	47.530	-	O método do valor presente
Dívida e participações no capital	295.187	1.068	227.815	1.080	
<i>Swaps</i>	245.376	295	180.633	350	Método do valor presente, Gaussian Copula (b)
<i>Opções de taxas de câmbio</i>	1.914	124	2.329	230	Modelo de Black-Scholes
<i>Opções de taxas de juro</i>	24.714	-	19.173	-	Modelo Black, modelo Heath-Jarrow-Morton
<i>Futuros sobre as taxas de juros</i>	-	-	0	-	O método do valor presente
<i>Opções sobre índices e valores</i>	211	-	220	-	Modelo de Black-Scholes
<i>Outros</i>	8.619	-	9.066	-	O método do valor presente, simulação de Monte Carlo e outros
Derivativos de hedge	14.353	649	17.054	500	
<i>Swaps</i>	21.109	-	20.294	2	O método do valor presente
<i>Opções de taxas de câmbio</i>	20.572	-	19.743	2	Modelo de Black-Scholes
<i>Opções de taxas de juro</i>	116	-	389	-	Modelo Black
<i>Outros</i>	97	-	109	-	N/A
<i>Outros</i>	324	-	53	-	
Outros ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	66.238	1.268	40.786	862	
Aplicações no mercado aberto	27.771	-	11.357	-	O método do valor presente
Operações de Crédito (c)	37.480	200	28.252	130	O método do valor presente
Dívida e participações no capital	987	1.068	1.177	732	O método do valor presente
Ativos financeiros Disponíveis para Venda	69.253	1.146	42.513	563	
Dívida e participações no capital	69.253	1.146	42.513	563	O método do valor presente
PASSIVO:	487.306	554	439.365	674	
Passivos Financeiros Para Livre Negociação	343.785	268	315.887	266	
Depósitos captados junto a Bancos Centrais	3.050	-	18.699	-	O método do valor presente
Depósitos captados junto a instituições financeiras	22.418	-	22.436	-	O método do valor presente
Depósitos captados junto a clientes	24.035	19	40.041	-	O método do valor presente
Dívida e participações no capital	3	-	5	-	O método do valor presente
Instrumentos financeiros derivativos	294.279	249	234.706	266	
<i>Swaps</i>	239.133	22	177.844	5	Método do valor presente, Gaussian Copula (b)
<i>Opções de taxas de câmbio</i>	2.071	16	2.285	27	Modelo de Black-Scholes
<i>Opções de taxas de juro</i>	29.123	-	23.487	-	Modelo Black, modelo Heath-Jarrow-Morton
<i>Opções sobre índices e valores</i>	327	-	16.998	-	Modelo de Black-Scholes
<i>Futuros sobre as taxas de juros e de renda variável</i>	15.021	-	660	-	O método do valor presente
<i>Outros</i>	10.601	211	13.432	234	O método do valor presente, simulação de Monte Carlo e outros
Derivativos de hedge	17.162	-	14.138	-	
<i>Swaps</i>	15.843	-	13.623	-	O método do valor presente
<i>Opções de taxas de câmbio</i>	205	-	408	-	Modelo de Black-Scholes
<i>Opções de taxas de juro</i>	46	-	51	-	Modelo Black
<i>Outros</i>	1.068	-	56	-	N/A
Outros passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	122.506	287	108.087	408	
Contratos de seguros passivos	3.853	-	379	-	Ver Nota 15

- (a) Inclui, principalmente, empréstimos de curto prazo e aquisições de ativos temporárias com clientes corporativos (principalmente empresas de corretagem e investimento).
- (b) Inclui derivativos com um risco de crédito do valor justo líquido positivo para a 31 de dezembro de 2013 56 milhões de euros, 182 milhões de reais, (18 milhões de euros, 49 milhões de reais, de líquido valor justo positivo 31 de dezembro de 2012 e 60 milhões de euros, 145 milhões de reais, do valor justo líquido negativo de 31 de dezembro de 2011). Esses ativos e passivos são avaliados usando o Modelo Standard da Gaussian Copula.
- (c) Inclui empréstimos hipotecários com garantia das instituições financeiras, habitação no Reino Unido (que são regulamentados e parcialmente financiados pelo governo). O valor justo desses empréstimos foi obtido usando variáveis observáveis no mercado, incluindo transações de mercado correntes de quantidade e de garantias prestadas pela *UK Housing Association*. Dado que o governo está envolvido destas entidades, o *spread* de risco de crédito permaneceram estáveis e homogêneas neste setor. Os resultados decorrentes do modelo de avaliação são comparados com transações correntes de mercado.

Estimativas obtidas por modelos internos podem ser diferentes entre outros métodos ou outros pressupostos que tinham sido aplicados no risco de diferenciais de juros, risco cambial, risco de mercado, risco de crédito ou suas correspondentes correlações e volatilidades. Apesar da exposição, os administradores do Banco consideram que o valor justo dos ativos financeiros e passivos registados no balanço consolidado, bem como os resultados gerados por esses instrumentos financeiros, são razoáveis.

O montante líquido relatado nos resultados do exercício 2013 derivado dos modelos de avaliação listados acima equivale a 298 milhões de euros de perda -850 milhões de reais- (229 milhões de euros de perda em 2012 e 1.006 milhões de euros de lucro em 2011) 573 e 2.338 milhões de reais respectivamente-, perda dos quais 2 milhões de euros -6 milhões de reais- de perdas correspondem a modelos cujas significativas *inputs* são dados de mercado não observável (20 a 59 milhões de euros de lucro em 2012 e 2011 respectivamente) -50 e 137 milhões de reais respectivamente-.

Instrumentos financeiros Nível 3

A seguir estão os principais instrumentos financeiros do Grupo avaliados com dados de mercado não observável que constituem importantes *inputs* dos modelos internos (nível 3):

- Instrumentos (empréstimos, valores representantes de títulos de dívida e derivativos) vinculados ao HPI (*Home Price Index*) na carteira do Santander UK. Apesar de as técnicas de avaliação destes instrumentos possam ser os mesmos que são usados para avaliar produtos (valor presente no caso de empréstimos e dívida semelhantes, Black-Scholes para títulos derivativos), os principais fatores usados na avaliação destes instrumentos são o HPI taxa *spot*, o ritmo de crescimento desta taxa, sua volatilidade e taxa de mortalidade que nem sempre são observáveis no mercado, para que estes instrumentos são considerados sem liquidez.
 - Taxa *spot* HPI: alguns instrumentos usam a NSA HPI taxa *spot*, diretamente observável e publicado mensalmente. Em outros que é necessário usar taxas HPI regionais (que eles são publicados em uma base trimestral), são feitos ajustes para refletir a composição diferente de ambas as taxas e adaptá-los à composição da carteira do Santander UK regional.
 - Taxa de crescimento de HPI: nem sempre é diretamente observável no mercado, especialmente a longo prazo, ele é estimado com base em cotações existentes. Para refletir a incerteza implícita nestas estimativas, realizamos ajustes com base na análise da volatilidade histórica do HPI e adicionando reversões à média.
 - Volatilidade HPI: volatilidade de longo prazo não é diretamente observável no mercado, mas é estimado a partir de citações a curto prazo e fazer um ajuste para refletir as incertezas existentes, com base no desvio-padrão da volatilidade de histórico em diferentes períodos de tempo.
 - Taxa de mortalidade: com base em tabelas oficiais publicadas, ajustadas para refletir a composição da carteira de clientes de tais produtos no Santander UK.
- CDOs e pouco líquido CLO's na carteira do tesouro de Madrid. Eles são valorizados agrupando os títulos por tipo de subjacente (setor / país), hierarquia de pagamento (*prime, mezzanine, junior,...*), assumindo que as taxas previstas de delinquência, com critério conservador e pré-pago (CPR).

Aqui o efeito, é 31 de dezembro de 2013, o valor razoável dos principais instrumentos financeiros classificados como nível 3 de qualquer variação razoável as premissas utilizadas na avaliação. Estes efeitos foram determinados aplicando as prováveis faixas de avaliação dos principais *inputs* não observáveis discriminados na tabela a seguir:

Portfólio / instrumento (Nível 3)	Técnica de avaliação	Não observável principais inputs	Gama	Média ponderada	Impactos (em milhões de euros)	
					Cenário desfavorável	Cenário favorável
Ativos Financeiros Para Livre Negociação						
Divida e participações no capital	Equações de diferença parcial	Volatilidade no longo prazo	33,7%-42,9%	38,30%	(14)	14
Instrumentos financeiros derivativos	Método do valor presente	Curvas em índices TAB (*)	(a)	(a)	(7)	7
	Método do valor presente, Black Scholes modificado	A taxa de crescimento forward de HPI	0% - 5%	2,3%	(19)	19
	Método do valor presente, Black Scholes modificado	HPI spot	n/a	572 (**)	(22)	23
	Modelo padrão de Gaussian Copula	Probabilidade de <i>default</i>	0,1%-1,2%	0,70%	(4)	4
Outros ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado						
Operações de Crédito	Probabilidades ponderadas (de acordo com as taxas de mortalidade esperada) de opções europeias, no HPI, usando o modelo de Black-Scholes	A taxa de crescimento forward de HPI	0% - 5%	3%	(1)	1
Divida e participações no capital	Probabilidades ponderadas (de acordo com as taxas de mortalidade esperado) de forwards HPI, usando o modelo de valor presente	A taxa de crescimento forward de HPI	0% - 5%	2,7%	(19)	17
	Probabilidades ponderadas (de acordo com as taxas de mortalidade esperado) de forwards HPI, usando o modelo de valor presente	HPI spot	n/a	578 (**)	(24)	24
	Média ajustada de cotizações de fontes independentes	Spread de crédito	5%-15%	7,5%	(7)	7
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda						
Divida e participações no capital	Método de valor presente, outros	Taxa de inadimplência e pré-pagamento, custo de capital, taxa de crescimento de Lucros a longo prazo	(a)	(a)	(3)	3
Passivos Financeiros Para Livre Negociação						
Instrumentos financeiros derivativos	Método do valor presente, Black Scholes modificado	A taxa de crescimento forward de HPI	0% - 5%	1,6%	(2)	2
	Método do valor presente, Black Scholes modificado	HPI spot	n/a	565 (**)	(12)	12
	Método do valor presente, Black Scholes modificado	Curvas em índices TAB (*)	(a)	(a)	-	-
Outros ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	-	-	-	-	(b)	(b)

Portfólio / instrumento (Nível 3)	Técnica de avaliação	Não observável principais <i>inputs</i>	Gamma	Média ponderada	Impactos (em milhões de reais)	
					Cenário desfavorável	Cenário favorável
Ativos Financeiros Para Livre Negociação						
Dívida e participações no capital	Equações de diferença parcial	Volatilidade no longo prazo	33,7%-42,9%	38,30%	(16)	46
Instrumentos financeiros derivativos	Método do valor presente	Curvas em índices TAB (*)	(a)	(a)	(23)	23
	Método do valor presente, Black Scholes modificado	A taxa de crescimento forward de HPI	0% - 5%	2,3%	(62)	62
	Método do valor presente, Black Scholes modificado	HPI spot	n/a	572 (**)	(72)	75
	Modelo padrão de Gaussian Copula	Probabilidade de <i>default</i>	0.1%-1.2%	0.70%	(13)	13
Outros ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado						
Operações de Crédito	Probabilidades ponderadas (de acordo com as taxas de mortalidade esperada) de opções europeias, no HPI, usando o modelo de Black-Scholes	A taxa de crescimento forward de HPI	0% - 5%	3%	(3)	3
Dívida e participações no capital	Probabilidades ponderadas (de acordo com as taxas de mortalidade esperada) de forwards HPI, usando o modelo de valor presente	A taxa de crescimento forward de HPI	0% - 5%	2,7%	(62)	55
	Probabilidades ponderadas (de acordo com as taxas de mortalidade esperada) de forwards HPI, usando o modelo de valor presente	HPI spot	n/a	578 (**)	(78)	78
	Média ajustada de cotações de fontes independentes	Spread de crédito	5%-15%	7,5%	(23)	23
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda						
Dívida e participações no capital	Método de valor presente, outros	Taxa de inadimplência e pré-pagamento, custo de capital, taxa de crescimento de Lucros a longo prazo	(a)	(a)	(10)	10
Passivos Financeiros Para Livre Negociação						
Instrumentos financeiros derivativos	Método do valor presente, Black Scholes modificado	A taxa de crescimento forward de HPI	0% - 5%	1,6%	(7)	7
	Método do valor presente, Black Scholes modificado	HPI spot	n/a	565 (**)	(39)	39
	Método do valor presente, Black Scholes modificado	Curvas em índices TAB (*)	(a)	(a)	-	-
Outros ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	-	-	-	-	(b)	(b)

(*) TAB: "Taxa de credência de banco". Tipos de média depositam juros 30, 90, 180 e 360 dias, publicadas pela Associação de bancos e instituições financeiras (ABIF) do Chile, em moeda nominal (peso chileno) e, em termos reais, ajustado pela inflação (Unidad de Fomento - UF).

(**) Há um Rte no Unide índices regionais e nacional índice HPI. O valor de HPI spot reflete as taxas médias ponderadas correspondente para as posições de cada carteira.

(a) Exercício foi feito para as *inputs* não-observáveis descritas na coluna "principal não observável *inputs*" sob cenários plausíveis. O intervalo não é mostrado e usado valor médio ponderado, porque este exercício foi realizado em conjunto por diferentes *inputs* ou variáveis dos mesmos, não sendo possível avaliar o resultado de maneira isolada por tipo de *input*.

(b) O Grupo calcula o potencial efeito sobre a avaliação de cada um destes instrumentos em conjunto, independentemente de sua apreciação individual é positiva (ativo) ou negativa (passivo), discriminado e efeito conjunto associado com estas financeiras instrumentos na linha de outros ativos ao valor justo através de suas lógicas alterações individuais.

Finalmente, aqui está o movimento dos instrumentos financeiros classificados no nível 3, durante os exercícios de 2013 e 2012:

Milhões de euros	2012		Movimento							2013	
	Valor justo calculado usando modelos internos (nível 3)	Fazer compras	Vendas	Emissões	Liquidações	Alterações no valor justo reconhecido no (não realizado)	Alterações no valor justo reconhecido nos resultados (feitos)	Alterações no valor justo reconhecido no patrimônio líquido	Outros	Valor justo calculado usando modelos internos (nível 3)	
Ativos Financeiros Para Livre Negociação	395	131	(164)	-	(44)	(4)	2	-	(34)	282	
Divida e participações no capital	-	46	-	-	-	8	-	-	(4)	50	
Instrumentos financeiros derivativos	395	85	(164)	-	(44)	(12)	2	-	(30)	232	
<i>Swaps</i>	109	-	(62)	-	-	19	-	-	(10)	56	
<i>Opções de taxa de câmbio</i>	46	-	(1)	-	-	(8)	(3)	-	(18)	16	
<i>Opções sobre índices e valores</i>	-	85	-	-	(39)	-	-	-	10	56	
<i>Outras</i>	240	-	(101)	-	(5)	(23)	5	-	(12)	104	
Derivativos de hedge	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
<i>Swaps</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	469	111	(32)	-	(17)	18	9	-	(48)	510	
Operações de Crédito	74	-	-	-	(11)	(8)	6	-	-	61	
Divida e participações no capital	395	111	(32)	-	(6)	26	3	-	(48)	449	
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	424	277	(48)	-	-	(1)	(2)	73	(8)	715	
TOTAL DE ATIVOS	1.283	519	(244)	-	(61)	13	9	73	(89)	1.507	
Passivos Financeiros Para Livre Negociação	99	-	(18)	-	(14)	(11)	13	-	(9)	60	
Depósitos captados junto a clientes	7	-	-	-	-	-	-	-	(7)	-	
Instrumentos financeiros derivativos	92	-	(18)	-	(14)	(11)	13	-	(2)	60	
<i>Swaps</i>	8	-	(6)	-	-	(1)	-	-	1	2	
<i>Opções de taxa de câmbio</i>	6	-	(6)	-	-	-	-	-	-	-	
<i>Outras</i>	78	-	(6)	-	(14)	(10)	13	-	(3)	58	
Outros passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	106	-	(42)	-	-	(14)	(12)	-	7	45	
TOTAL DO PASSIVO	205	-	(60)	-	(14)	(25)	1	-	(2)	105	

Milhões de reais	2012	Movimento							2013	
	Valor justo calculado usando modelos internos (nível 3)	Fazer compras	Vendas	Emissões	Liquidações	Alterações no valor justo reconhecido no (não realizado)	Alterações no valor justo reconhecido nos resultados (feitos)	Alterações no valor justo reconhecido no patrimônio líquido	Outros	Valor justo calculado usando modelos internos (nível 3)
Ativos Financeiros Para Livre Negociação	1.068	373	(468)	-	(125)	(11)	6	-	75	918
Dívida e participações no capital	-	131	-	-	-	23	-	-	8	162
Instrumentos financeiros derivativos	1.068	242	(468)	-	(125)	(34)	6	-	67	756
<i>Swaps</i>	295	-	(177)	-	-	54	-	-	10	182
<i>Opções de taxa de câmbio</i>	124	-	(3)	-	-	(23)	(9)	-	(37)	52
<i>Opções sobre índices e valores</i>	-	242	-	-	(111)	-	-	-	51	182
<i>Outras</i>	649	-	(288)	-	(14)	(65)	15	-	43	340
Derivativos de hedge	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Swaps</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	1.268	317	(91)	-	(48)	51	26	-	138	1.661
Operações de Crédito	200	-	-	-	(31)	(23)	17	-	36	199
Dívida e participações no capital	1.068	317	(91)	-	(17)	74	9	-	102	1.462
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.146	790	(137)	-	-	(3)	(6)	238	301	2.329
TOTAL DE ATIVOS	3.482	1.480	(696)	-	(173)	37	26	238	514	4.908
Passivos Financeiros Para Livre Negociação	268	-	(51)	-	(40)	(31)	37	-	12	195
Depósitos captados junto à clientes	19	-	-	-	-	-	-	-	(19)	-
Instrumentos financeiros derivativos	249	-	(51)	-	(40)	(31)	37	-	31	195
<i>Swaps</i>	22	-	(17)	-	-	(3)	-	-	5	7
<i>Opções de taxa de câmbio</i>	16	-	(17)	-	-	-	-	-	1	-
<i>Outras</i>	211	-	(17)	-	(40)	(28)	37	-	25	188
Outros passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	287	-	(120)	-	-	(40)	(34)	-	54	147
TOTAL DO PASSIVO	555	-	(171)	-	(40)	(71)	3	-	66	342

Milhões de euros	2011	Movimento							2012	
	Valor justo calculado usando modelos internos (nível 3)	Fazer compras	Vendas	Emissões	Liquidações	Alterações no valor justo reconhecido no (não realizado)	Alterações no valor justo reconhecido nos resultados (feitos)	Alterações no valor justo reconhecido no patrimônio líquido	Outros	Valor justo calculado usando modelos internos (nível 3)
Ativos Financeiros Para Livre Negociação	447	13	(23)	-	(2)	(12)	(12)	-	(16)	395
Instrumentos financeiros derivativos	447	13	(23)	-	(2)	(12)	(12)	-	(16)	395
<i>Swaps</i>	145	-	(20)	-	(2)	(13)	1	-	-	109
<i>Opções de taxa de câmbio</i>	95	-	(3)	-	-	(3)	(22)	-	(21)	46
<i>Outros</i>	207	13	-	-	-	6	9	-	5	240
Derivativos de hedge	1	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-
<i>Swaps</i>	1	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-
Outros ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	357	104	(28)	-	-	21	(1)	-	16	469
Operações de Crédito	54	-	-	-	-	4	-	-	16	74
Dívida e participações no capital	303	104	(28)	-	-	17	(1)	-	-	395
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	233	300	(131)	-	-	2	(5)	(16)	41	424
TOTAL DE ATIVOS	1.038	417	(182)	-	(2)	11	(18)	(16)	40	1.288
Passivos Financeiros Para Livre Negociação	110	11	-	-	(5)	-	(4)	-	(13)	99
Depósitos captados junto à clientes	-	-	-	-	-	-	-	-	7	7
Instrumentos financeiros derivativos	110	11	-	-	(5)	-	(4)	-	(20)	92
<i>Swaps</i>	2	4	-	-	(1)	-	1	-	2	8
<i>Opções de taxa de câmbio</i>	11	-	-	-	-	-	(2)	-	(3)	6
<i>Outros</i>	97	7	-	-	(4)	-	(3)	-	(19)	78
Outros passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	169	-	-	-	-	9	(35)	-	(37)	106
TOTAL DO PASSIVO	279	11	-	-	(5)	9	(39)	-	(50)	205

Milhões de reais	2011	Movimento							2012	
	Valor justo calculado usando modelos internos (nível 3)	Fazer compras	Vendas	Emissões	Liquidações	Alterações no valor justo reconhecido no (não realizado)	Alterações no valor justo reconhecido nos resultados (feitos)	Alterações no valor justo reconhecido no patrimônio líquido	Outros	Valor justo calculado usando modelos internos (nível 3)
Ativos Financeiros Para Livre Negociação	1.080	33	(58)	-	(5)	(30)	(29)	-	77	1.068
Instrumentos financeiros derivativos	1.080	33	(58)	-	(5)	(30)	(29)	-	77	1.068
<i>Swaps</i>	350	-	(50)	-	(5)	(37)	3	-	34	295
<i>Opções de taxa de câmbio</i>	230	-	(8)	-	-	(8)	(55)	-	(35)	124
<i>Outras</i>	500	33	-	-	-	15	23	-	78	649
Derivativos de hedge	2	-	-	-	-	-	-	-	(2)	-
<i>Swaps</i>	2	-	-	-	-	-	-	-	(2)	-
Outros ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	862	260	(70)	-	-	53	(3)	-	166	1.268
Operações de Crédito	130	-	-	-	-	10	-	-	60	200
Dívida e participações no capital	732	260	(70)	-	-	43	(3)	-	106	1.068
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	563	750	(328)	-	-	5	(13)	(43)	212	1.146
TOTAL DE ATIVOS	2.507	1.043	(456)	-	(5)	28	(45)	(43)	453	3.482
Passivos Financeiros Para Livre Negociação	266	28	-	-	(13)	-	(10)	-	(3)	268
Depósitos captados junto à clientes	-	-	-	-	-	-	-	-	19	19
Instrumentos financeiros derivativos	266	28	-	-	(13)	-	(10)	-	(22)	249
<i>Swaps</i>	5	10	-	-	(3)	-	3	-	7	22
<i>Opções de taxa de câmbio</i>	27	-	-	-	-	-	(5)	-	(6)	16
<i>Outras</i>	234	18	-	-	(10)	-	(8)	-	(23)	211
Outros passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	408	-	-	-	-	23	(88)	-	(56)	287
TOTAL DO PASSIVO	674	28	-	-	(13)	23	(98)	-	(59)	555

iv. Relatórios de resultados

Como padrão geral, variações na quantia escriturada de ativos e passivos são registradas com contrapartida nos lucros e perdas consolidados; diferenciação entre aqueles que têm sua origem na apropriação de juros e conceitos relacionados (que são registrados na seção Juros e rendimentos semelhantes ou juros e encargos semelhantes, conforme o caso); e aqueles que se aplicam a outras causas. Os últimos são registrados, por sua quantidade, na seção Resultados do capítulo de operações financeiras (líquido).

Ajustes para que por alterações no valor justo com origem em:

- Os ativos financeiros disponíveis para venda temporariamente são registrados em ajustes de medição do patrimônio líquido - ativos financeiros disponíveis para venda, a menos que venham de variações cambiais caso em que são registrados em ajustes de medição a patrimônio líquido - variações cambiais (líquido) -no caso de variações cambiais com origem em ativos financeiros monetários são reconhecidos nas na seção variações cambiais (líquido) da conta consolidada de lucros e perdas.
- Itens debitados ou creditados nas rubricas - ativos financeiros disponíveis para venda e ajustes por classificação - variações cambiais (líquido) continuam fazendo parte do patrimônio líquido consolidado do Grupo, enquanto haja perda de valor ou baixar no balanço consolidado do ativo de origem, em cujo ponto são anulados contra a conta de resultados consolidada.
- As mais valias não realizadas dos ativos disponíveis para a venda de ativos classificados como ativos não correntes para venda por ser parte de um Grupo de alienação ou operação interrompida são registrados com contrapartida sob a rubrica Ajustes por avaliação – ativos não correntes para venda.

v. Operações de hedge

As entidades consolidadas usam derivativos financeiros para os seguintes fins: i) facilitar estes instrumentos para clientes que solicitaram-los na gestão dos riscos de mercado e de crédito, ii) utilizados na gestão dos riscos das posições das entidades do Grupo e dos seus ativos e passivos (derivativos de hedge), e iii) aproveitar, em benefício próprio, as alterações de valor sofridas por esses derivativos (derivativos de negociação).

Todo derivativo financeiro que não satisfaz as condições que permitem considerá-lo como hedge são tratados para fins contábeis como um derivativo de negociação.

Para um derivativo financeiro ser considerado hedge, necessariamente tem que:

1. Cobrir um dos seguintes três tipos de risco:
 - a. De alterações no valor dos ativos e passivos devido a oscilações, entre outros, o tipo de juros ou a taxa de câmbio encontra-se a posição de sujeito ou saldo a cobrir (cobertura de valores justos);
 - b. Mudanças nos fluxos de caixa estimados com origem na ativos e passivos, compromissos e transações altamente prováveis com expectativa de realização (hedges de fluxo de caixa);
 - c. investimento líquido em um negócio no exterior (cobertura de investimentos líquidos em negócios no exterior).
2. Efetivamente eliminar qualquer risco inerente ao elemento ou posição coberta durante todo o período de cobertura, o que implica que:
 - a. no momento da contratação de cobertura espera-se que, em condições normais, que atue com um alto grau de eficiência (eficácia prospectiva).

- b. Haja provas suficientes de que a cobertura foi realmente eficaz para a vida útil do elemento ou posição coberta (eficácia retrospectiva). Portanto, o Grupo verifica que os resultados de cobertura tenha oscilado dentro de um intervalo de variação de 80% a 125% em comparação com o resultado da transação coberta.
3. Foi adequadamente documentado que a contratação do derivativo financeiro ocorreu especificamente para servir de cobertura de determinados saldos ou transações e a maneira em que se espera alcançar e medir essa cobertura, desde que isto seja consistente com a gestão de riscos feita pelo Grupo.

As diferenças na avaliação da contabilização de hedge são registadas de acordo com os seguintes critérios:

- a. Em hedges de valor justo, as diferenças em elementos de cobertura e elementos cobertos (no que diz respeito ao tipo de risco coberto) são reconhecidos diretamente nas demonstrações consolidadas do resultado.

Na cobertura do valor justo de um portfólio de risco de taxa de juro de instrumentos financeiros, ganhos ou perdas que possam surgir para o valor dos instrumentos de hedge são reconhecidas diretamente no lucro consolidado e enquanto que os lucros ou perdas devido a alterações no valor justo do montante coberto (atribuíveis ao risco coberto) são reconhecidos nas demonstrações consolidadas do resultado usando os títulos como ajustes de compensação de ajustes financeiros ativos por macrocoberturas ou ajustes financeiros passivos por macrocoberturas, conforme o caso.

- b. Nos hedges dos fluxos de caixa, a parte efetiva da variação no valor do instrumento de cobertura é temporariamente registrada na rubrica Ajustes por avaliação - hedges de fluxo de caixa, até o momento em que ocorrem as operações previstas, registrando em seguida na conta consolidada de lucros e perdas, a menos que ele esteja incluído no custo do ativo ou passivo não financeiro, caso as transações previstas terminem em reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros.
 - c. Nos hedges de investimentos líquidos em negócios no exterior, as diferenças de avaliação na parte da cobertura efetiva dos elementos de hedge são lançados temporariamente sob Patrimônio - Ajustes de avaliação - hedges de investimentos líquidos em negócios no exterior, até que os lucros ou perdas do item coberto sejam refletidas no resultado.
 - d. As diferenças na avaliação do instrumento de hedge correspondente à parte ineficaz de instrumento de hedge para cobertura de fluxo de caixa e investimento líquido em negócios no exterior, os investimentos vão diretamente para as demonstrações consolidadas do resultado, na seção de operações financeiras (líquido).

Se um derivativo atribuído como cobertura, por sua conclusão, sua ineficácia ou por qualquer outra causa, não satisfaz os requisitos listados acima, para fins contábeis, tal derivativo passa a ser considerado um derivativo da negociação.

Quando um hedge de valor justo é descontinuado, os ajustes previamente registrados no item coberto são apropriados ao resultado usando o método da taxa efetiva de juros recalculados na data em que ele deixa de ser coberto, devendo inteiramente amortizado no vencimento.

Quando os hedges dos fluxos de caixa são interrompidos, o resultado cumulativo do instrumento de cobertura reconhecido em ajustes de avaliação de patrimônio líquido (enquanto a cobertura foi eficaz) continuará reconhecido na referida seção, até que a transação de hedge ocorra, momento em que é lançado em resultados, a menos que haja previsão de que a transação não será realizada. Nesse caso é imediatamente registado em resultados.

vi. Derivativos implícitos em instrumentos financeiros híbridos

Derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros grandes contratos são registados separadamente como derivativos quando seus riscos e características não estão intimamente relacionadas com os principais contratos e desde que tais contratos não estejam classificados nas categorias de outros ativos (passivos) financeiros ao valor justo com as alterações no rendimento ou como uma carteira de negociação.

e) Baixa no balanço de ativos e passivos

A contabilização de transferências de ativos financeiros é condicionada pelo grau e a forma que são transferidos para terceiros os riscos e benefícios associados os ativos transferidos:

1. Se os riscos e os benefícios são substancialmente transferidos para terceiros - no caso das vendas incondicionais, vendas com pacto de recompra pelo seu valor justo na data da recompra, vendas de ativos financeiros com uma compra de opção de aquisição ou venda emitida *out of the money*, da titularização de ativos em que o cedente não retém financiamento subordinado nem concede qualquer tipo de melhoria de crédito aos novos titulares e outros casos semelhantes - incluindo o ativo transferido é dado baixa no balanço, reconhecendo ao mesmo tempo qualquer direito ou obrigação, mantidos ou criados como resultado da transferência.
2. Caso sejam retidos substancialmente os riscos e benefícios associados com o ativo financeiro transferido - caso das vendas de ativos financeiros com pacto de recompra por um preço fixo ou o preço de venda mais juros, os contratos de empréstimo de valores em que o mutuário tem a obrigação de restituí-los ou restituir ativos semelhantes e outros casos análogos - o ativo financeiro transferido é baixado do balanço e continua a valorizar com os mesmos critérios utilizados antes da transferência. Do contrário, são reconhecidos contabilmente:
 - a. Um passivo financeiro associado por um montante igual à contraprestação recebida, que é avaliada subsequenteiramente pelo custo amortizado, a menos que atenda aos requisitos para ser classificado como outros passivos pelo seu valor justo no resultado.
 - b. Tanto os rendimentos dos ativos financeiros transferidos (mas não baixado) como as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.
3. Se os riscos associados com o ativo financeiro transferido não forem substancialmente transferidos nem retidos - no caso das vendas de ativos financeiros com uma opção de compra ou venda emitida que não estejam totalmente *in e out of the money*, as titularidades nas quais o cedente assume um financiamento subordinado ou outro tipo de melhoria de crédito por uma parte dos ativos transferidos e outros casos semelhantes -é feita distinção entre:
 - a. Se a entidade cedente não retiver o controle do ativo financeiro transferido: é baixado do balanço e se reconhece os direitos ou obrigações criados ou retidos em consequência da transferência.
 - b. Se a entidade cedente mantém o controle do ativo financeiro transferido: continua a reconhecê-los no balanço por um montante igual à sua exposição às variações no valor que podem ocorrer e reconhece um passivo financeiro associado aos ativos financeiros transferidos. O valor líquido do ativo transferido e o passivo associado será o custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for medido pelo custo amortizado ou valor justo dos direitos e obrigações realizadas, se o ativo transferido for mensurado pelo seu valor justo.

Por conseguinte, ativos financeiros só são baixados do balanço quando os direitos para os fluxos de caixa gerados tornaram-se extintos ou quando os riscos e benefícios implícitos forem substancialmente transferidos para terceiros. Da mesma forma, passivos financeiros só são baixados do balanço quando obrigações geradas tornaram-se extintas ou eles são adquiridos com a intenção de cancelá-los ou reconhecê-los novamente.

f) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são objetos de compensação, ou seja, a apresentação no balanço consolidado pelo seu valor líquido, somente quando as filiais tenham tanto o direito legalmente exigível de compensar os montantes reconhecidos pelos instrumentos acima mencionados, quanto a intenção de liquidar a quantidade líquida, ou realizar o ativo e proceder com o pagamento do passivo simultaneamente.

A seguir o detalhamento dos ativos financeiros e passivos compensados no balanço de 31 de dezembro de 2013:

Ativo	Milhões de euros		
	Valor bruto dos ativos financeiros	Valor bruto dos passivos financeiros compensados no balanço	Valor líquido dos ativos financeiros apresentados no balanço
Derivativos	86.813	(19.613)	67.200
Aquisições temporárias de ativos	59.990	(12.463)	47.527
Total	146.803	(32.076)	114.727

Ativo	Milhões de reais		
	Valor bruto dos ativos financeiros	Valor bruto dos passivos financeiros compensados no balanço	Valor líquido dos ativos financeiros apresentados no balanço
Derivativos	282.802	(63.891)	218.911
Aquisições temporárias de ativos	195.423	(40.599)	154.824
Total	478.225	(104.490)	373.735

Passivos	Milhões de euros		
	Valor bruto dos ativos financeiros	Valor bruto dos ativos financeiros compensados no balanço	Valor líquido dos passivos financeiros apresentados no balanço
Derivativos	83.783	(19.613)	64.170
Transferências temporárias de ativos	103.621	(12.463)	91.158
Total	187.404	(32.076)	155.328

Passivos	Milhões de reais		
	Valor bruto dos ativos financeiros	Valor bruto dos ativos financeiros compensados no balanço	Valor líquido dos passivos financeiros apresentados no balanço
Derivativos	272.931	(63.891)	209.040
Transferências temporárias de ativos	337.556	(40.600)	296.956
Total	610.487	(104.491)	505.996

Além disso, o Grupo tem compensado em outros itens 2.267 milhões de euros (7.385 milhões de reais).

Além disso, a maioria dos derivativos de operações compromissadas não compensado em equilíbrio está sujeito a acordos de *netting* e garantia.

g) Perda de valor de ativos financeiros

i. Definição

Um ativo financeiro é deteriorado (e, conseqüentemente, seu valor contábil é corrigido para refletir o efeito da perda de valor) quando há evidência objetiva que há eventos que resultam em:

- No caso de instrumentos de dívida (empréstimos e títulos de dívida), um impacto negativo sobre os fluxos de caixa futuros estimados no momento da conclusão da transação.
- No caso de instrumentos de capital, que não podem ser inteiramente recuperado seu valor contábil.

Como regra geral, a correção do valor contábil dos instrumentos financeiros, devido à sua perda de valor é debitada na conta de lucros e perdas consolidada do período em que tal perda de valor ocorreu e as recuperações de perdas de valor anteriormente lançadas, se for o caso, são reconhecidas nas demonstrações consolidadas do resultado do período na qual a perda de valor deixa de existir ou é reduzida.

São consideradas irregulares e o acréscimo de seus juros são interrompidos, os saldos sobre os quais existem dúvidas razoáveis que questionam sua total recuperação e/ou o pagamento de juros sobre os montantes e datas inicialmente acordadas, uma vez tidas em conta as garantias recebidas pelas entidades consolidadas para tentar assegurar (total ou parcialmente) o bom desfecho das operações. Pagamentos recolhidos com origem em empréstimos e créditos em situação irregular se aplicam ao reconhecimento de juros e o excesso que poderia existir para reduzir o capital pendente de amortização.

Operações classificadas como duvidosas por razões de não realização de operações de empréstimos são reclassificados como normal se, como resultado do pagamento de parte ou da totalidade das parcelas não pagas, deixam de existir as razões para a classificação das operações como duvidosas, a menos que continue havendo outras razões subjetivas para a sua classificação como tal. O refinanciamento de empréstimos duvidosos não implica sua reclassificação como créditos normais a menos que as seguintes circunstâncias ocorram simultaneamente: que haja uma certeza de que o cliente possa fazer o pagamento de acordo com o novo calendário, que o cliente irá fornecer garantias efetivas, que o cliente pagar os juros incidentes, e que o cliente atenda o período de carência estabelecida descrito na Nota 54.

As seguintes garantias consideradas efetivas: garantias sob a forma de depósitos em dinheiro; instrumentos de renda variável em entidades cotadas e títulos de dívida por emitentes de reconhecida solvência; hipotecas sobre imóveis construídos, escritórios e imóveis multiuso e propriedades rurais livres de gravames, se for o caso; e garantias pessoais (garantias bancárias, incorporação de novas obrigações, etc.) que envolvem direta e conjunta dos avalistas novos para o cliente, sendo as mesmas pessoas ou entidades cuja solvência é suficientemente demonstrada para assegurar a amortização total da operação de acordo com as condições acordadas.

Os saldos relativos a operações em situação irregular são mantidos no balanço, na sua totalidade, até que a recuperação desses montantes seja considerada remota pelo Grupo.

O Grupo considera remota a recuperação quando o mutuário sofre uma perda de valor notória e irreversível em sua solvência, quando declarou a fase de liquidação com concurso de credores ou mais de 4 anos se passaram desde sua classificação como duvidoso por causa de atraso de pagamento (prazo máximo estabelecido pelo Banco de Espanha).

A partir do momento em que se considera remota a recuperação de um ativo financeiro, é dada baixa no balanço juntamente com a provisão, sem prejuízo das ações que possam realizar as entidades consolidadas para tentar recuperar o valor envolvido até que seus direitos tenham sido definitivamente extintos, por prescrição, remissão ou outras causas.

ii. Instrumentos da dívida mensurados pelo custo amortizado

Para determinar as perdas por perda de valor, o Grupo realiza um acompanhamento dos devedores, conforme indicado abaixo:

- Individualmente - instrumentos da dívida significativos e para aqueles que, embora não o sejam, não são suscetíveis a serem classificados em um Grupo de ativos financeiros com características semelhantes de risco de crédito - clientes conhecidos no Grupo como "*carteirizados*". Nesta categoria se incluem empresas do Banco de atacado, instituições financeiras e parte das empresas do Banco de varejo.
- Coletivamente, em todos os outros casos - clientes conhecidos no Grupo como "*estandarizados*", agrupando os instrumentos que têm características de risco de crédito semelhantes indicativas da capacidade dos mutuários de pagar a dívida integral, principal e juros, em conformidade com os termos e condições contratuais. Características de risco de crédito que são consideradas para agrupar os ativos são, entre outros: tipo de instrumento, setor de atividade do devedor, a área geográfica de atividade, tipo de garantia, antiguidade das parcelas vencidas e qualquer outro fator relevante para a estimativa dos fluxos de caixa futuro. Nesta categoria se inclui pessoas físicas, empresários individuais e empresas do Banco de varejo não carteirizadas.

No que se refere às perdas por perda de valor causada pela materialização do risco de insolvência dos tomadores (risco de crédito), um instrumento de dívida sofreu perda de valor por insolvência:

- Quando há evidência de uma depreciação da capacidade de pagamento do devedor, na qual fique bem clara sua não realização ou por razões diferentes; e/ou
- Pela materialização do risco país, compreendendo como tal o risco corrido por devedores residentes num país por circunstâncias além do risco comercial habitual.

O Grupo tem condições, métodos e procedimentos para a sua cobertura de risco de crédito, tanto por insolvência das contrapartes como por insolvência devido ao risco país. Estes métodos, procedimentos e políticas são aplicados na concessão, estudo e documentação dos instrumentos de dívida, riscos e compromissos contingentes, bem como na identificação de sua perda de valor e no cálculo dos valores necessários para a cobertura de seu risco de crédito.

No que diz respeito a cobertura da perda pelo risco de crédito, o Grupo deve cumprir os requisitos do Banco de Espanha, os quais estabelecem que, até que o regulador espanhol não tenha verificado e dado sua conformidade a modelos internos para o cálculo da cobertura das perdas por risco de crédito coberto (até agora só aprovou modelos internos a serem usados para o cálculo do capital regulatório), as entidades devem calcular a cobertura por risco de crédito de como mostrado abaixo:

a. Cobertura específica (individual):

Instrumentos de dívida não avaliados pelo seu valor justo no resultado e classificados como duvidosos são abordados, em geral, em conformidade com os critérios listados nas seções a seguir:

i. Ativos duvidosos por causa do atraso no pagamento da contrapartida:

Instrumentos de dívida, alguém quem é o proprietário ou garantidor, que tenham algumas parcelas vencidas há mais de três meses são provisionados em uma base individual, tendo em conta a antiguidade das parcelas não pagas, garantias e a situação econômica da contraparte e dos fiadores.

ii. Ativos duvidosos por motivos diferentes de inadimplência das contrapartes:

Os instrumentos de dívida, os quais, sem razões para classificá-los como duvidosos devido ao inadimplemento, há dúvida razoável quanto à sua restituição nos termos acordado contratualmente, é configurado individualmente, e sua cobertura é a diferença entre o montante registrado no ativo e o valor presente dos fluxos de dinheiro com expectativa de pagamento.

b. Cobertura de perdas inerentes (coletivas):

Banco Central da Espanha, com base na sua experiência e informação disponível no setor bancário espanhol, determinou diferentes categorias de instrumentos de dívida e os riscos contingentes, classificados como de risco normal, que estejam registrados em entidades espanholas ou correspondam às operações em nome de residentes na Espanha registrados nos livros das subsidiárias estrangeiras, aplicando uma gama de provisões necessárias para cada um deles.

c. Cobertura de risco do país:

Por risco do país se entende o risco corrido por contrapartes residentes num determinado país por circunstâncias além do risco comercial normal (risco soberano, transferência de risco ou riscos decorrentes da atividade financeira internacional). De acordo com a evolução econômica dos países, sua situação política, marco regulatório e evolução institucional, capacidade e experiência de pagamentos, o Grupo classifica todas as transações realizadas com terceiros em 6 diferentes Grupos, do Grupo 1 (operações com mutuários finais residentes em países da União Europeia, Noruega, Suíça, Islândia, Estados Unidos, Canadá, Japão, Austrália e Nova Zelândia); até Grupo 6 (operações cuja recuperação se considera remota devido a circunstâncias imputáveis ao país), atribuindo a cada Grupo, o percentual de provisão para perdas de crédito decorrentes de tal análise. Apesar do precedente, devido ao tamanho do Grupo e o gerenciamento proativo de sua exposição ao risco, os níveis de provisões para este conceito são não significativos em relação o saldo das provisões para insolvências constituídas.

Não obstante o disposto acima, a cobertura de perdas por risco de crédito do Grupo devem também cumprir com os requisitos das normas IFRS, às quais o Grupo compara com certas provisões como descrito acima com os obtidos a partir de modelos internos para o cálculo das perdas devido à cobertura do risco de crédito, para confirmar que não existem diferenças materiais.

Os modelos internos do Grupo determinam as perdas por imparidade de valor em instrumentos de dívida não avaliados ao valor justo com as alterações na conta de lucros e perdas, bem como os riscos contingentes, tendo em conta a experiência histórica de perda de valor e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação. Para este efeito, as perdas por redução de valor do crédito são as perdas incorridas na data de preparação das demonstrações financeiras calculada com procedimentos estatísticos.

A quantidade de perdas por imparidade por estes instrumentos coincide com a diferença entre seus respectivos valores nos livros e valores atuais de seus fluxos de caixa futuros esperados e estão reduzindo os saldos dos ativos corrigidos. Na estimativa dos fluxos de caixa futuros da dívida instrumentos, são levados em consideração:

- Todos os valores a serem obtidos durante a vida remanescente do instrumento, até mesmo, se necessário, os que podem ter sua origem em garantias prestadas (após a dedução dos custos necessários para encerramento e posterior venda). A perda por perda de valor considera a estimativa da possibilidade de pagamento de juros acumulados, devidos e não recolhidos;
- Os diferentes tipos de risco a que está sujeito a cada instrumento; e
- As circunstâncias sob as quais a liquidação pode ser obtida.

Posteriormente, esses fluxos de caixa são atualizados para a taxa efetiva de juros do instrumento (se sua taxa contratual for fixa) ou para o tipo de juros contratuais efetivos na data da atualização (se for variável).

Perdas incorridas é custo esperado, que se manifestará no período de um ano da data do balanço, do risco de crédito de uma operação, considerando as características da contraparte e garantias associadas a esta operação. Além disso, os parâmetros necessários para calculá-lo são também utilizados para o cálculo de capital econômico e no cálculo do capital regulatório BIS II sob os modelos internos (ver Nota 1.f).

A quantificação da perda incorrida resulta de três fatores: exposição a *default*, a probabilidade de *default* e severidade. Estes parâmetros também são utilizados para cálculo do capital econômico e no cálculo do capital regulatório BIS II.

- Exposição a *default* (EAD) é a quantidade de risco assumido no momento do *default* da contraparte.

- Probabilidade de *default* (PD) é a probabilidade de a contraparte não cumprir suas obrigações de pagamento do capital e/ou juros. A probabilidade de *default* está associada com a *rating/scoring* de cada contraparte/operação.

A medição de PD, para apuração do cálculo de perda incorrida, usa um cenário de um ano; ou seja, ele quantifica a probabilidade de que a contraparte entre em *default*, por um evento já ocorrido na data de análise, no próximo ano. A definição de *default* usada é o default por um período de 90 dias ou mais, bem como casos onde existem dúvidas sobre a solvência das contrapartes (devedores subjetivos); e

- Severidade (LGD) é a perda produzida em caso de *default*. Depende de atualização das garantias associadas à operação e fluxos futuros que se espera recuperar.

O cálculo da perda incorrida contempla, além de todas as anteriores, o ajuste ao momento atual (ajuste do exercício) dos fatores anteriores (PD e LGD) tendo em consideração a experiência histórica e outras informações específicas que refletem as condições atuais.

Em 31 de dezembro de 2013, os modelos internos do Grupo mostram um resultado estimado de perdas incorridas por risco de crédito que não apresenta diferenças materiais sobre as provisões determinadas, cumprindo com os requisitos do Banco Central da Espanha.

iii. Instrumentos de dívida ou de patrimônio líquido classificado como disponíveis para venda

A perda por imparidade de valor é igual à diferença positiva entre o custo de aquisição (líquido de qualquer amortização do principal, no caso de instrumentos de dívida) e seu valor justo, após dedução de qualquer perda por imparidade de valor anteriormente reconhecida na demonstrações consolidadas do resultado.

Quando na data da avaliação destes instrumentos, há provas objetivas que essas diferenças têm origem em uma perda de valor permanente, não estão presentes na rubrica de patrimônio Ajustes por avaliação - ativos financeiros disponíveis para venda, reclassificando-se todo o valor acumulado na conta consolidada de lucros e perdas.

Ao recuperar posteriormente a totalidade das perdas por imparidade de valor, seu valor é reconhecido, no caso de instrumentos de dívida, nas demonstrações consolidadas do resultado do período em que ocorre a recuperação (ou sob a rubrica de ajustes por avaliação - ativos financeiros disponíveis para venda, no caso de instrumentos de capital).

iv. Instrumentos de capital avaliados ao custo

Perdas por imparidade são iguais à diferença entre a quantia escriturada e o valor atual dos fluxos de caixa esperados, atualizados à taxa de retorno do mercado de valores mobiliários similares.

Perdas por imparidade são registradas nas demonstrações consolidadas do resultado no período em que se manifestam, diretamente, reduzindo o custo do instrumento. Estas perdas só podem recuperar mais tarde no caso de venda dos ativos.

h) Aquisição (cessão) temporária de ativos

Compras (vendas) de instrumentos financeiros, com o compromisso de sua reversão não opcional a um determinado preço (acordo de recompra) são registradas no balanço consolidado como um financiamento concedido (recebido), dependendo da natureza do respectivo devedor (credor) sob a conta Depósitos em Bancos Centrais, Depósitos em instituições financeiras ou Operações de Crédito a clientes (Depósitos em Bancos Centrais, Depósitos de financeiras ou depósitos de clientes).

A diferença entre os preços de compra e venda é registrada como juros financeiros durante a vigência do contrato.

i) Ativos não-correntes disponíveis para venda e passivos não-correntes disponíveis para venda

O capítulo Ativos não-correntes disponíveis para venda considera o valor de livro de título individual ou integrado em um conjunto (Grupo de disponível) ou como parte de um negócio de unidade que pretende vender (transações de interrupção), cuja venda é altamente provável, nas condições em que tais ativos estão atualmente, no prazo de um ano a contar da data referida nas contas anuais. Portanto, a recuperação da quantia escriturada desses itens (que pode ser de natureza financeira e não financeira) deverá ter lugar através do preço obtido à sua disposição.

Especificamente, bens imóveis ou outro não circulante recebido pelas entidades consolidadas para satisfação, total ou parcial, do pagamento para eles das suas obrigações de devedores são considerados para venda não circulante, exceto que as entidades consolidadas decidam fazer uso desses ativos. A este respeito, a fim de ser considerado no reconhecimento inicial daqueles ativos, o Grupo obteve no momento da premiação, o valor justo da precificação de ativos, solicitando as agências de rating externas.

O Grupo conta com uma política corporativa que garante a competência profissional e a independência e objetividade das agências de rating externa, conforme especificado pelo regulamento, que exige que as agências de rating devem cumprir as exigências de neutralidade e credibilidade para que o uso de suas estimativas não coloque em causa a fiabilidade de suas avaliações. Esta política estabelece que todas as sociedades e agências de avaliação e preços com o Grupo na Espanha estão trabalhando inscritas no registo oficial do Banco Central da Espanha e que suas avaliações se realizem seguindo a metodologia estabelecida na OM ECO/805/2003 de 27 de março. As principais empresas e agências com as quais o Grupo tem trabalhado na Espanha, durante o ano de 2013, são as seguintes: Ibertasa, S.A., Compañía Hispania de Tasaciones y Valoraciones, S.A., Internacional de transacciones y Servicios, S.A., Krata, S.A., tasaciones Hipotecarias Renta, S.A., Tinsa Tasaciones Inmobiliarias, S.A.U., Eurovaloraciones, S.A. y Valtecnic, S.A.. Também estabelece que as várias subsidiárias estrangeiras trabalhem com empresas de avaliação que possuam experiência recente na localidade determinada e tipo de ativo a ser valorizado, e cumprir com as exigências relativas à independência estabelecida na política corporativa, verificando, entre outros, que a sociedade mencionada não seja vinculada ao Grupo e seu volume de negócios para o Grupo no ano anterior não seja superior a quinze por cento do volume total de negócios da avaliadora de rating.

Ao mesmo tempo, o capítulo passivos não-correntes disponíveis para venda considera os saldos credores originados dos ativos ou da eliminação de Grupos e operações interrompidas.

Ativos não circulantes disponíveis para a venda são geralmente mensurados pelo menor entre o valor justo menos os custos de venda e o valor contábil apurado na data de atribuição a esta categoria. Ativos não circulantes disponíveis para venda não são depreciados enquanto permanecerem com esta classificação.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, o Grupo avalia seus ativos não circulantes pelo menor valor entre o seu valor justo menos os custos de venda e o seu valor contábil. No caso de imóveis hipotecados localizados na Espanha é determinado seu valor levando em consideração os preços no momento da concessão e o período de permanência para cada ativo em equilíbrio. Além disso, a fim de contrastar o final de cada ano em que a avaliação feita nos termos dos critérios acima não difere do seu valor justo, o Grupo solicitou uma avaliação realizada por um perito independente.

As perdas por avaliação a valor justo de um ativo, ou Grupo de ativos, resultantes das reduções no seu valor histórico ao seu valor justo (menos custo das vendas) são reconhecidas na rubrica Resultado de ativos não circulantes mantidos para venda não classificadas como operações descontinuadas na demonstração de resultado. Os ganhos resultantes de um ativo não circulante disponível para venda pelo aumento posterior no valor justo (menos custo das vendas) aumenta seu valor contábil e são reconhecidos nas demonstrações consolidadas do resultado, até um montante igual ao das perdas por valor anteriormente reconhecido.

j) Ativos de resseguros e contratos de seguros passivos

Contratos de seguros envolvem a transferência de um risco específico e quantificável, em troca de um prêmio único ou periódico. Os efeitos sobre os fluxos de caixa do Grupo serão derivados de um desvio em pagamentos planejados, uma falha no prêmio estabelecido, ou ambos.

O Grupo controla o risco de seguro da seguinte maneira:

- Considerando uma metodologia rigorosa em lançamentos de produtos e o valor atribuído a eles.
- Por meio do uso de modelos atuariais determinísticos e estocásticos para a avaliação dos compromissos.
- Por meio do uso do resseguro para mitigar riscos, dentro das diretrizes de qualidade de crédito em consonância com a política geral de risco do Grupo.
- Por meio de um plano de ação para riscos de crédito.
- Por meio de uma gestão ativa de casamento dos ativos e passivos.
- Por meio da aplicação de segurança dos processos.

O capítulo Ativos de resseguro inclui os valores aos quais as entidades consolidadas têm direito originados nos contratos de resseguro mantidos com terceiros e, mais especificamente, a participação do resseguro nas provisões técnicas constituídas pelas entidades seguradoras consolidadas.

Pelo menos anualmente é analisado se os ativos estão deteriorados (se há evidência objetiva, resultado de um evento que ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, que o Grupo não poderá receber os montantes estabelecidos por contrato e o montante a ser recebido possa ser mensurado com exatidão), caso em que se registra a perda correspondente na demonstração de resultados, dando baixa nos referidos ativos.

O capítulo Contratos de seguros passivos contém provisões técnicas registradas para entidades consolidadas a fim de cobrir reclamações originárias de contratos de seguros que permanecem em vigor até o fim do ano.

Os resultados das companhias de seguros são registrados de acordo com sua natureza nos itens correspondentes da demonstração de resultados.

Em conformidade com as práticas contábeis geralmente aceitas no setor dos seguros, as companhias de seguros consolidadas lançam nos resultados os montantes dos prêmios que emitem e debitam de suas contas de resultados o custo dos sinistros devidos no momento de sua liquidação. Estas práticas contábeis forçam as seguradoras a prever a cada final de exercício, os montantes pagos às suas contas de lucros e perdas e não apurados nessa data como os custos incorridos não debitados nas contas de lucros e perdas.

Pelo menos no final de cada exercício é verificado se a avaliação dos passivos por contrato de seguros reconhecidos no balanço consolidado é adequada, calculando a diferença entre os seguintes montantes:

- Estimativas atuais dos fluxos de caixa futuros em consequência dos contratos de seguro de entidades consolidadas. Estas estimativas incluem todos os fluxos de caixa contratuais e relacionados, tais como custos de transação e de reclamações; e

- O valor reconhecido no balanço patrimonial consolidado para contratos de seguros (ver Nota 15), líquidos de quaisquer despesas de aquisição de ativo ou diferidos intangíveis relacionados, tais como o montante pago para a aquisição, no caso de compra pela entidade, os direitos econômicos decorrentes de um conjunto de apólices de sua carteira em favor de um mediador.

Se este cálculo obtém uma importância positiva, a deficiência é debitada na demonstração de resultado. Nos casos em que os ganhos ou perdas de ativos das companhias de seguros do Grupo afetam as mensurações dos passivos por contratos de seguro ou custos de aquisição a eles associados e/ou a ativos intangíveis igualmente associados, essas mais valias são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. O ajuste correspondente no passivo por contratos de seguro (ou em custos de aquisição diferidos ou ativos intangíveis) são reconhecidos da mesma forma, no patrimônio.

Os conceitos mais importantes como parte das provisões técnicas (ver Nota 15) estão discriminados abaixo:

- Provisões para seguros do ramo não vida:
 - i) Provisão para prêmios não realizados: corresponde a parte dos prêmios cobrados ao final do ano na pendência de imputar no período compreendido entre essa data e o fim do período de cobertura.
 - ii) Provisões de risco atual: complementa a provisão de prêmios não realizados na medida em que a quantidade não é suficiente para refletir a avaliação de todos os riscos e custos a serem cobertos pelas empresas de seguros que correspondem ao período de cobertura não decorrido até a data de encerramento do exercício.
- Provisões para seguro de vida: representam valor das obrigações líquidas com o tomador de seguro de vida. Estas provisões incluem:
 - i) Provisão para prêmios não realizados e risco atual: corresponde a parte dos prêmios cobrados ao final do ano na pendência de imputar ao período entre nessa data e o fim do período de cobertura.
 - ii) Provisões matemáticas: correspondem a valor das obrigações da companhia de seguro, líquido das obrigações do tomador. Estas provisões são calculadas apólice a apólice, usando um sistema de capitalização individual, tomando como base para o cálculo do prêmio apurado no exercício e de acordo com as bases técnicas de cada modalidade de seguro, conforme o caso, de acordo com as tabelas de mortalidade locais.
- Provisão para prestações: inclui o montante total das obrigações pendentes decorrentes de acidentes ocorridos antes da data de encerramento do exercício. Esta provisão é calculada como a diferença entre o custo total estimado, ou algumas dos sinistros pendentes de declaração, liquidação ou pagamento e o conjunto dos valores já pagos em virtude de tais sinistros.
- Provisão para benefícios e descontos: inclui o montante das prestações acumuladas a favor de tomadores, segurados ou beneficiários e os prêmios a serem restituídos para tomadores de seguro ou do segurado, se necessário, na medida em que eles não forem atribuídos para o final do ano. Este cálculo é feito de acordo com seus contratos individuais.
- Provisões técnicas de seguros de vida, quando os riscos do investimento são assumidos pelos tomadores: são determinados com base em índices estabelecidas como referência para determinar o valor econômico dos direitos dos tomadores de seguros.

k) Ativos tangíveis

Inclui a quantidade de imóveis, terras, móveis, veículos, equipamentos de informática e outras instalações pertencentes às entidades estabelecidas ou adquiridas sob o regime de leasing financeiro. Os ativos devem ser classificados de acordo com sua função em:

i. Imobilizado de uso próprio

Imobilizados de uso próprio (que inclui, entre outros, bens materiais recebidos por entidades consolidadas para liquidação, total ou parcial, de ativos financeiros que representam créditos contra terceiros e com expectativa de um uso continuado e próprio, bem como aqueles adquiridos sob leasing financeiro) são apresentados ao seu custo de aquisição, menos sua depreciação acumulada e, se for caso disso, as perdas estimadas que resultem da comparação do valor líquido de cada um com seu correspondente valor recuperável.

A amortização é calculada pelo método linear, sobre o custo de aquisição do ativo menos seu valor residual, o que significa que a terra em que os edifícios e outras estruturas se apoiam tem uma vida por tempo indeterminado e, portanto, não estão sujeitas a amortização.

As alocações anuais sob o conceito de amortização dos ativos tangíveis são feitas com uma contrapartida na conta consolidada de lucros e perdas e, basicamente, equivalem às seguintes percentagens de amortização (determinado com base em anos de vida útil estimada, em média, dos diferentes elementos):

	Percentagem média anual
Edifícios para uso próprio	2,0%
Móveis	7,7%
Instalações	7,0%
Equipamentos de escritório de mecanização	25,0%
Reformas de escritórios alugados	7,0%

A cada encerramento contábil, as entidades consolidadas analisam se há evidências de que o valor líquido dos elementos de seu material ativo excede a sua quantia recuperável correspondente, nesse caso, reduzir o valor contábil do ativo à sua quantia recuperável e ajustar os futuros débitos sob o conceito de amortização proporcionalmente seu valor contábil ajustado e sua nova vida útil remanescente, se forem necessários uma nova estimativa.

Da mesma forma, quando há evidência da recuperação de valor de um bem material, as entidades consolidadas registram a reversão do impairment por perda de valor registrado em períodos anteriores e são ajustados em consequência de lançamentos futuros relativos à sua amortização. Em nenhum caso, a reversão de perda de valor de um ativo pode ser aumentada acima de seu valor contábil ou acima do que teria se não fosse reconhecida a perda de valor de impairment em exercícios anteriores.

Ainda, no mínimo no final do exercício, é feita a revisão da vida útil estimada de itens de instalações e equipamentos para uso próprio, a fim de detectar alterações significativas nos mesmos, e serão ajustados mediante a correspondente correção da dos lançamentos nas demonstrações consolidadas do resultado de exercícios futuros, de dotações para sua depreciação em virtude do novo cálculo da vida útil.

Os custos de conservação e manutenção de ativos tangíveis, para uso próprio são lançados a resultados do exercício em que são incorridas, desde que não aumentem a vida útil dos ativos.

ii. Propriedade para Investimento

A rubrica de investimentos imobiliários inclui o valor líquido dos terrenos, edifícios e outras construções que são mantidas para exploração em regime de locação um ganho na sua venda como resultado dos aumentos futuros em seus respectivos preços de mercado.

Os critérios para o reconhecimento do custo de aquisição dos investimentos imobiliários para sua amortização, para a estimativa das respectivas vidas úteis e para o registro de possíveis perdas por perda de valor são os mesmos descritos em relação aos ativos tangíveis para uso próprio.

iii. Arrendamento Mercantil

Os ativos cedidos em leasing operacional incluem o montante de ativos que não sejam terrenos e edifícios que são cedidos por meio de locações operacionais.

Os critérios para o reconhecimento do custo de aquisição dos ativos cedidos em leasing operacional para sua amortização e para a estimativa das respectivas vidas úteis e para o registro de suas perda por perda de valor são idênticos aos descritos em relação aos ativos tangíveis para uso próprio.

l) Contabilização de operações de leasing

i. Leasing financeiro

São consideradas operações de leasing financeiro aquelas em que substancialmente todos os riscos e benefícios que recaem sobre o bem objeto do contrato de leasing são transferidos para o arrendatário.

Quando as entidades consolidadas atuam como arrendadoras de um bem, a soma dos valores presentes dos montantes que receberá do locatário, incluindo o preço de exercício da opção de compra do locatário ao final do contrato, quando o preço de exercício seja suficientemente mais baixo do que o valor justo do ativo na data da opção, nesse caso é razoavelmente provável que a opção seja exercida, é lançado como financiamento a terceiros, e está incluído na rubrica Empréstimos e recebíveis do balanço consolidado.

Quando as entidades consolidadas atuam como arrendatárias, apresentam o custo dos ativos arrendados no balanço consolidado, dependendo da natureza do bem objeto do contrato e, simultaneamente, um passivo pelo mesmo montante (que será o mais baixo do valor justo da propriedade arrendada ou a soma dos valores presentes dos valores a pagar ao arrendatário (nesse caso, o exercício do preço de opção de compra). Esses ativos são amortizados com critérios semelhantes aos aplicados ao conjunto de bens tangíveis, para uso próprio.

Em ambos os casos, receitas e despesas financeiras com origem nestes contratos são pagos e imputados, respectivamente, as demonstrações consolidadas do resultado, no item Receita de juros e similares Despesa de juros e similares, respectivamente, de tal forma que o rendimento permanece constante ao longo da vida dos contratos.

ii. Leasing operacional

Em leasing operacional, posse do ativo arrendado e substancialmente todos os riscos e benefícios que caem sobre o ativo, e permanecem com o arrendador.

Quando as entidades consolidadas atuam como arrendadoras, apresentam o custo de aquisição dos bens arrendados sob a rubrica Ativos tangíveis (ver Nota 16). Esses ativos são amortizados em conformidade com as políticas adotadas para seus ativos tangíveis semelhantes e as receitas de leasing são reconhecidas nas demonstrações consolidadas do resultado linearmente, no capítulo Outras receitas.

Quando as entidades consolidadas agem como arrendatárias, os custos do contrato de leasing, incluindo os incentivos concedidos, se for o caso, pelo arrendador, são lançados linearmente a suas contas de lucros e perdas consolidados, sob a rubrica Outras despesas administrativas.

iii. Vendas com leasing posterior

No caso das vendas ao valor justo com leasing operacional posterior, os resultados gerados são registrados no momento da venda. No caso de leasing posterior, os resultados gerados são amortizados durante o prazo do contrato.

Em conformidade com o que está estabelecido na norma IAS17, ao determinar se um contrato de leasing é um leasing operacional, devem ser discutidas, entre outros aspectos, se no início do leasing existem opções de compra as quais, por suas condições haja razoável certeza de que as mesmas serão exercitadas, bem como sobre quem vão cair os lucros ou prejuízos de flutuações do valor justo do valor residual do ativo relevante.

m) Ativos intangíveis

São ativos não-monetários identificáveis (com possibilidade de serem separados de outros ativos), mas sem existência física, que surgem como resultado de uma transação legal ou foram desenvolvidos pelas entidades consolidadas. Somente são reconhecidos contabilmente aqueles ativos cujos custos podem ser mensurados de maneira confiável e que as entidades consolidadas estimam obter prováveis benefícios econômicos no futuro.

Os ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente ao seu custo de aquisição ou de produção e, posteriormente, são avaliados ao custo deduzida, conforme o caso, sua amortização correspondente acumulada e suas perdas por redução de valor, se aplicável.

i. Ágio

As diferenças positivas entre o custo de participação no capital das entidades consolidadas, e das avaliadas pelo método da participação no que diz respeito a valores correspondentes teórico-contábeis adquiridos, ajustados na data da primeira consolidação, são imputados conforme abaixo:

- Caso sejam atribuíveis a ativos específicos das empresas adquiridas, aumentando o valor dos ativos (ou reduzindo o passivo) cujos valores justos foram superiores (inferiores) aos valores contábeis líquidos que aparecem no balanço das entidades adquiridas.
- Se são atribuídos a ativos intangíveis específicos, reconhecidos explicitamente no balanço consolidado sempre que o seu valor justo no prazo de doze meses após a data de aquisição possa ser determinado de forma confiável.
- As diferenças restantes são contabilizadas como ágio, que é atribuído a uma ou mais unidades geradoras de caixa (são o menor Grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa para o Grupo, como resultado de sua operação continuada, independentemente de outros ativos ou Grupo de ativos). As unidades geradoras de caixa representam os segmentos geográficos e/ou empresas do Grupo.

Os ágios (registrados apenas quando tenham sido adquiridos a título oneroso) representam, portanto, pagamentos antecipados, feitos pelo adquirente, de benefícios econômicos futuros derivados dos ativos da empresa adquirida que não são individual e separadamente identificáveis e reconhecíveis.

Por ocasião de cada encerramento contábil ou quando há evidência de perda de valor, é o momento de estimar se ocorreu neles qualquer perda de valor que reduz seu valor recuperável a uma importância inferior ao custo líquido registrado e, em caso afirmativo, deve-se proceder ao ajuste adequado; usando como contrapartida a rubrica Perdas com outros ativos - impairment - Ágio e outros ativos intangíveis na conta consolidada de lucros e perdas.

Perdas por diminuição de valor relativas a ágio não são revertidas posteriormente.

ii. Outros ativos intangíveis

Inclui o montante dos ativos intangíveis identificáveis, entre outros conceitos, as carteiras de clientes adquiridas e softwares.

Podem ter vida útil indefinida (quando, com base na análise de todos os fatores relevantes, conclui-se que não existe limite previsível do período durante o qual espera-se que eles irão gerar fluxos de caixa líquidos a favor de entidades consolidadas) ou vida útil definida (nos demais casos).

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, embora por ocasião de cada encerramento contábil, ou sempre que houver indícios de deterioração, as entidades consolidadas revisam suas respectivas vidas úteis remanescentes para assegurar que estas continuam a ser indeterminadas ou, caso contrário, proceder em conformidade.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados em sua função, conforme critérios semelhantes aos adotados para a amortização dos ativos tangíveis.

Os lançamentos nas contas de resultado consolidados da amortização desses ativos são registrados sob a rubrica Amortização das contas de resultado consolidadas.

Em ambos os casos, as entidades consolidadas reconhecem contabilmente qualquer perda que tenha se originado no valor registrado desses ativos, com origem em redução ao valor recuperável, usando como contrapartida a conta Perdas com outros ativos - impairment da conta consolidada de resultado. Os critérios para o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável desses ativos e, se for o caso, das recuperações de perdas por deterioração, registradas nos exercícios anteriores são semelhantes àquelas aplicadas a ativos tangíveis (ver Nota 2.k).

Softwares desenvolvidos pela própria instituição

Softwares desenvolvidos internamente são reconhecidos como ativos intangíveis quando, dentre outros requisitos (basicamente a capacidade de usá-los ou vendê-los), esses ativos possam ser identificados e demonstrar sua capacidade de gerar benefícios econômicos futuros.

Os gastos incorridos durante a fase de pesquisa são reconhecidos diretamente na conta de resultado consolidada do exercício em que são incorridos, não podendo posteriormente juntar-se ao valor contábil dos ativos intangíveis.

n) Outros ativos

A rubrica de Outros ativos inclui o montante de ativos não registrados em outras contas, discriminadas no balanço consolidado em:

- **Estoque:** Inclui a quantidade de ativos, exceto instrumentos financeiros, que estão à venda no curso ordinário do negócio, estão no processo de produção, construção ou desenvolvimento com essa finalidade, ou que vão ser consumidos no processo de produção ou na prestação de serviços. Nessa rubrica se incluem os terrenos e outras propriedades que estão à venda na atividade de desenvolvimento imobiliário.

Os estoques são avaliados pelo menor valor entre o seu custo e seu valor realizável líquido, que é o preço estimado de venda do estoque no curso normal dos negócios, menos os custos estimados para completar a sua produção e necessários para realizar sua venda.

A importância de qualquer ajuste para avaliação de estoques, tais como danos, obsolescência, redução do preço de venda ao valor realizável líquido, bem como as perdas por outros conceitos, é reconhecida como despesas do exercício em que ocorre a perda de valor ou outra perda. Recuperações subsequentes de valor são reconhecidas na conta consolidada de resultado no exercício em que elas surgem.

O valor contábil dos estoques é baixado do balanço patrimonial e é registrado como uma despesa no exercício em que se reconhece a receita de sua venda.

- **Outros:** inclui o saldo de todas as contas que acrescentam o ativo, exceto aquelas correspondentes a juros e comissões financeiras, o montante líquido da diferença entre as obrigações de planos de pensão e o valor dos ativos do plano com um saldo positivo para a entidade quando deve ser apresentado como líquido no balanço patrimonial, bem como o montante dos ativos remanescentes não incluídos em outras partidas.

ñ) Outros passivos

A rubrica Outros Passivos inclui o saldo de todas as contas que acrescentam o passivo, exceto aquelas relativas a juros e o montante de outros passivos não incluído em outras categorias.

o) Provisões e passivos (ativos) contingentes

No momento da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, os administradores do Banco fazem a distinção entre:

- **Provisões:** saldos credores que cobrem obrigações presentes na data do balanço que surgiram como resultado de eventos por danos passados que podem resultar em prejuízos patrimoniais para as entidades consolidadas e que são considerados prováveis quanto à sua ocorrência, específicos quanto à sua natureza, mas indeterminado quanto à sua importância e/ou tempo de cancelamento.
- **Passivos contingentes:** obrigações prováveis resultantes de eventos passados, cuja realização está condicionada à ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros independentes da vontade das entidades consolidadas. Eles incluem as obrigações atuais das entidades consolidadas, cujo cancelamento dificilmente origine uma diminuição de recursos que incorporam benefícios econômicos.

- Ativos contingentes: ativos prováveis, resultantes de eventos passados, cuja existência está condicionada e deve ser confirmada quando ocorrerem, ou não, eventos que estão fora do controle do Grupo. Os ativos contingentes não são reconhecidos no balanço patrimonial consolidado e nas demonstrações consolidadas do resultado, mas são sempre informados em Nota e quando for provável o aumento de recursos que incorporam benefícios econômicos por esta causa.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem todas as provisões significativas com relação às quais se estima que a probabilidade de que ele terá de cumprir a obrigação é maior do que a alternativa contrária. Conforme a norma contábil, os passivos contingentes devem ser registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo que devem constar informações sobre os mesmos.

As provisões (mensuradas levando em consideração as melhores informações disponíveis sobre as consequências da ocorrência em que tratem suas causas e são novamente estimados em cada encerramento contábil) são usadas para lidar com obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas; procedendo a sua reversão, total ou parcial, quando estas obrigações deixam de existir ou a diminuem.

As provisões são classificadas de acordo com as obrigações cobertas em (ver Nota 25):

- Fundos de pensão e obrigações similares: inclui a soma de todas as provisões constituídas para cobertura de benefícios pós-emprego, incluindo os compromissos assumidos com funcionários precocemente aposentados e obrigações semelhantes.
- Provisões para riscos e compromissos contingentes: inclui o montante das provisões constituídas para cobertura dos riscos contingentes, entendidos como aquelas transações nas quais a entidade garante a obrigações de terceiros, como resultado de garantias financeiras prestadas ou outros tipos de contrato, e de compromissos contingentes, entendidos como compromissos irrevogáveis que podem dar lugar ao reconhecimento de ativos financeiros.
- Provisões para impostos, outras contingências legais e outras provisões: inclui a importância das provisões feitas para a cobertura de contingências de natureza fiscal, jurídicas, litígio e as demais provisões constituídas pelas entidades consolidadas. Entre outras coisas, esta rubrica inclui provisões para reestruturação e autuações ambientais, conforme o caso.

p) Processos judiciais e/ou reclamações em andamento

Além do indicado na Nota 1, ao final do exercício estavam em curso diversas ações judiciais e reclamações contra as entidades consolidadas decorrentes do desenvolvimento normal de suas atividades (ver Nota 25).

q) Instrumentos de capital próprio

São considerados instrumentos de capital próprio aqueles que satisfaçam as seguintes condições:

- Não incluem qualquer obrigação para a entidade emitente que envolva: (i) entregar dinheiro ou outro ativo financeiro à outra parte; ou (ii) trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com terceiros em condições potencialmente desfavoráveis para a entidade.
- Se podem ser, ou serão, liquidados com os próprios instrumentos de capital da entidade emitente: (i) quando é um instrumento financeiro não derivativo, não implica a obrigação de entregar um número variável de seus próprios instrumentos de capital; ou (ii) caso seja um derivativo, sempre que liquidado por uma quantia fixa de dinheiro ou outro ativo financeiro em troca de um número fixo de seus próprios instrumentos de capital.

Os negócios realizados com instrumentos de capital próprio, incluindo a sua emissão e amortização, são registrados diretamente contra o patrimônio líquido.

As alterações no valor dos instrumentos qualificados como de capital próprio não são registradas nas demonstrações financeiras; os pagamentos recebidos, ou dados em troca por estes instrumentos serão adicionados ou deduzidos diretamente ao patrimônio líquido.

r) Remuneração ao pessoal com baseado em ações

A entrega aos funcionários de pagamento baseado em ações como contraprestação a seus serviços, quando essas ações são entregues assim que completo um período específico de serviço, é reconhecido como uma despesa de serviços (com um aumento correspondente no patrimônio líquido) na medida em que os funcionários prestem os serviços no período citado. Na data da concessão, os serviços recebidos são avaliados (e o aumento correspondente no patrimônio líquido) pelo seu valor justo dos instrumentos de capital concedidos. Se os instrumentos de capital concedidos forem consolidados, imediatamente, o Grupo reconhece inteiramente, na data da concessão, a despesa pelos serviços prestados.

Quando, dentre os requisitos estabelecidas no acordo de remuneração, há condições de mercado externo (por exemplo, caso o preço dos instrumentos de capital alcance um certo nível), o montante que eventualmente será registrado no patrimônio líquido dependerá do cumprimento dos demais requisitos (geralmente requisitos de permanência), independentemente de se terem sido cumpridas as condições de mercado, ou não. Se forem satisfeitos os requisitos do acordo, mas não as condições do mercado externo, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido não serão revertidos ao patrimônio líquido, mesmo quando os funcionários não exercerem seu direito de receber o pagamento baseado em ações.

s) Reconhecimento de receitas e despesas

Em seguida há um resumo dos critérios mais significativos utilizados pelo Grupo para o reconhecimento das receitas e despesas:

i. Receitas e despesas de juros e conceitos relacionados

Em geral, as receitas e despesas de juros e conceitos similares são reconhecidos contabilmente de acordo com seu período de competência, aplicando o método da taxa efetiva de juros. Os dividendos recebidos de outras empresas são reconhecidos como rendimento no momento em que é reconhecido o direito de recebê-los pelas entidades consolidadas.

No entanto, quando um instrumento de dívida é considerado deteriorado individualmente ou está integrado ao Grupo daqueles que sofrem deterioração por ter saldos vencidos há mais de três meses, o reconhecimento dos juros vincendos é interrompido nas demonstrações consolidadas do resultado. Os juros reconhecidos nas demonstrações consolidadas do resultado antes da classificação dos instrumentos de dívida como deteriorados, e que não sejam liquidados antes da data de tal classificação, deve ser levado em consideração no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa; portanto, se eles forem liquidados posteriormente, estes juros são reconhecidos como uma recuperação de valor de perda. Os juros cujo reconhecimento foi interrompido nas demonstrações consolidadas do resultado são contabilizados como receita de juros no momento da sua liquidação, usando o critério de caixa.

ii. Comissões, honorários e conceitos similares

Essas receitas e despesas são reconhecidas nas demonstrações consolidadas do resultado com critérios diferentes, dependendo da sua natureza. As mais importantes são:

- Os vinculados a ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo com as variações no resultado são reconhecidos no momento do desembolso.
- Os que têm sua origem nas transações ou serviços que se estendem ao longo do tempo, durante a vida de tais transações ou serviços.

- Aqueles que respondem a um único ato, quando ocorre o ato que os origina.

iii. Receitas e despesas não-financeiras

São reconhecidos contabilmente de acordo com o regime competência.

iv. Recebimentos e pagamentos diferidos ao longo do tempo

São reconhecidos contabilmente pelo valor resultante da atualização financeira, atualizando os fluxos de caixa esperados às taxas de mercado.

v. Comissões na formalização de empréstimos

As comissões financeiras decorrentes da formalização de empréstimos, principalmente as comissões de abertura, estudo e cadastro, devem ser lançadas em regime de competência e refletidas no resultado ao longo da vida do empréstimo. No caso das comissões de abertura, é registrada imediatamente na demonstração de resultados a parte correspondente aos custos diretos incorridos na formalização de tais operações.

t) Garantias financeiras

Consideram-se garantias financeiras os contratos pelos quais uma entidade se obriga a pagar valores específicos para a conta de um terceiro em caso de não observância independentemente da forma em que a obrigação é instrumentada: caução, garantia financeira, seguro ou derivativos de crédito.

No momento de seu registro inicial, o Grupo contabiliza as garantias financeiras no passivo do balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo, que, em geral, é igual ao valor atual das comissões e rendimentos a receber por estes contratos ao longo de sua duração, tendo como contrapartida, um crédito no ativo do balanço patrimonial consolidado, o valor das comissões e rendimentos semelhantes recolhidos no início das operações e contas a receber para o valor atual das comissões e pendente de liquidação.

As garantias financeiras, qualquer que seja seu titular, instrumentação ou outras circunstâncias, são analisadas periodicamente a fim de determinar o risco de crédito a que estão expostas e, eventualmente, estimar a necessidade de constituir provisão para elas, a qual é determinada aplicando critérios semelhantes aos estabelecidos para quantificar as perdas por deterioração sofridas por instrumentos de dívida avaliados ao custo amortizado, que tem sido explicado na alínea g) acima.

As provisões constituídas sobre essas transações são contabilizadas no item Provisões - Provisões para riscos e compromissos contingentes no passivo do balanço patrimonial consolidado (Nota 25). A alocação e recuperação de tais provisões é registrada na rubrica Provisões (liquidas) das demonstrações consolidadas do resultado.

Onde é necessário estabelecer uma provisão específica para garantias financeiras, as comissões correspondentes pendentes de vencimento que estão registradas sob o item Passivos financeiros pelo custo amortizado - outros passivos financeiros no passivo do balanço patrimonial consolidado são reclassificadas para a provisão correspondente.

u) Ativos, Fundos de investimento e Fundos de pensão geridos pelo Grupo

Os ativos geridos pelas empresas consolidadas que são de propriedade de terceiros não são incluídos no balanço patrimonial consolidado. As comissões geradas por essa atividade são incluídas no saldo das comissões recebidas da demonstrações consolidadas do resultado.

Os fundos de investimento e os fundos de pensão geridos pelas empresas consolidadas não se apresentam registrados no balanço patrimonial consolidado do Grupo, pois o patrimônio dos mesmos é propriedade de terceiros. As comissões auferidas no exercício pelos vários serviços prestados a estes fundos pelas empresas do Grupo (gestão de ativos e de depósitos de carteira) estão registradas no item Comissões recebidas das demonstrações consolidadas do resultado.

Na Nota 2.b.iv se descrevem os critérios e procedimentos internos para determinar a existência de controles sobre as entidades de propósito específico, sob as quais se encontram os fundos de investimento e os fundos de pensão.

v) Benefícios pós-emprego

De acordo com as convenções coletivas de trabalho existentes e outros arranjos, os bancos espanhóis do Grupo e algumas das entidades consolidadas (nacionais e estrangeiras) assumiram o compromisso de complementar os benefícios dos sistemas públicos que correspondem a determinados empregados e seus dependentes em casos de aposentadoria, invalidez permanente ou morte e sistemas de assistência social pós-emprego.

Os compromissos de pós-emprego mantidos pelo Grupo aos seus empregados são considerados compromissos de contribuição definida, isto é, contribuições de caráter pré-determinado (lançado na rubrica de despesas de pessoal nas demonstrações consolidadas do resultado) a uma entidade separada, sem ter obrigação legal de efetivamente fazer contribuições adicionais, se a entidade separada não puder participar nos pagamentos aos empregados relacionados com os serviços prestados no exercício corrente e nos anteriores. Os compromissos pós-emprego que não cumpram as condições acima são considerados compromissos de prestações definidas (ver Nota 25).

Planos de contribuição definida

As contribuições efetuadas sob este conceito, em cada exercício são registradas no item Despesas de pessoal nas demonstrações consolidadas do resultado. As quantias pendentes a aportar ao final de cada exercício são registradas pelo seu valor presente nas rubricas Provisões- Fundos de Pensão e obrigações no passivo do balanço patrimonial consolidado.

Planos de benefício definido

O Grupo registra na rubrica Provisões - Fundo de Pensão e obrigações similares no passivo do balanço patrimonial consolidado (ou no ativo, na rubrica Outros ativos, dependendo do sinal da diferença) o valor presente dos compromissos pós-emprego de benefício definido, liquidados do valor justo dos ativos do plano. Ativos do plano são considerados aqueles com os quais são liquidadas diretamente as obrigações e atender às seguintes condições:

- Não são propriedade das entidades consolidadas, mas sim de terceiros legalmente separados e sem vinculação com o Grupo.
- Apenas estão disponíveis para pagar ou financiar remuneração pós-emprego e não podem retornar às entidades consolidadas, exceto quando os ativos remanescentes no plano são suficientes para satisfazer todas as obrigações do plano ou da entidade relacionada com as prestações dos empregados atuais ou passados ou para reembolsar as prestações dos empregados já pagos pelo Grupo.

Se o Grupo pode exigir das entidades o pagamento de uma parte ou a totalidade das despesas necessárias para liquidar a obrigação por benefícios definidos, resultando praticamente certo que a referida seguradora reembolsará algumas ou todas as despesas necessárias para liquidar a obrigação, mas a apólice de seguro não é qualificada para ser um ativo do plano, o Grupo registra seu direito ao reembolso do ativo do balanço patrimonial consolidado no item Contratos de seguros vinculados às pensões que, em outros aspectos, é tratado como um ativo do plano.

Os benefícios pós-emprego são reconhecidos da seguinte maneira:

- O custo dos serviços é reconhecido nas demonstrações consolidadas do resultado e inclui os seguintes componentes:
 - O custo de serviço do exercício corrente (entendido como o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços prestados no exercício pelos empregados) é reconhecido na rubrica de despesas de pessoal.
 - O custo de serviços de exercícios passados, que tem sua origem em modificações introduzidas nos benefícios pós-emprego já existentes ou na introdução de novos recursos e inclui o custo das reduções é reconhecido na rubrica alocações com provisões (líquido).
 - Qualquer ganho ou perda decorrente de uma liquidação de plano é registrada na rubrica alocações com provisões (líquido).
- O juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de compromissos de benefícios definidos (entendido como a mudança durante o exercício no passivo (ativo) líquido por benefícios decorrentes da passagem do tempo), é reconhecido na rubrica Juros e encargos similares (juros e rendimentos similares no caso de uma renda) das demonstrações consolidadas do resultado.
- A reavaliação do passivo (ativo) líquido por benefícios definidos é reconhecida na rubrica Ajustes por valorização e inclui:
 - O resultado atuarial gerado no exercício, que têm sua origem nas diferenças entre as premissas atuariais anteriores e a realidade e as alterações nos pressupostos actuariais usados.
 - O desempenho dos ativos do plano, excluindo as quantidades incluídas em juros líquidos sobre os passivos (ativos) por benefícios definidos.
 - Qualquer mudança nos efeitos do limite de ativos, excluindo os montantes incluídos em juros líquidos sobre os passivos (ativos) por benefícios definidos.

w) Outras remunerações a longo prazo

As outras remunerações a longo prazo, entendidas como os compromissos assumidos com o pessoal no período anterior à aposentadoria (quem parou de trabalhar na entidade, mas que, sem estar legalmente aposentado, continua com direitos econômicos até passar para a situação jurídica do aposentado), os prêmios por tempo de serviço, de compromissos por viuvez e invalidez anteriores à aposentadoria que dependem do tempo de serviço do empregado na entidade e outros conceitos semelhantes são contabilizados, se aplicável, segundo o estabelecido anteriormente para os planos de benefícios pós-emprego de benefícios definidos, com a ressalva de que todos os custos dos serviços passados e os ganhos e perdas atuariais são reconhecidas imediatamente (ver Nota 25).

x) A indenização por rescisão

As verbas rescisórias são registradas quando existe um plano formal e detalhado em que se identificam as mudanças fundamentais que se realizarão, e sempre que começar a implementar o plano ou seja anunciado publicamente suas principais características ou se desprendam esses objetivos sobre a sua execução.

y) Imposto de renda

As despesas de imposto de empresas espanholas e os impostos de natureza semelhante aplicados a empresas estrangeiras são reconhecidas nas demonstrações consolidadas do resultado, exceto quando decorrente de uma transação, cujos resultados são registrados diretamente no patrimônio líquido, nesse caso, seu efeito fiscal correspondente é registrado no patrimônio líquido.

As despesas de impostos sobre o lucro do exercício são calculados usando a soma do imposto corrente resultante da aplicação do tipo de gravame correspondente sobre o lucro tributável para o exercício (depois de aplicar as deduções fiscalmente admissíveis) e variação de ativos e passivos por impostos diferidos é reconhecido nas demonstrações consolidadas do resultado.

Os ativos e passivos por impostos diferidos incluem as diferenças temporárias que são identificadas como os montantes que se esperam pagar ou recuperar pela diferença entre o valor escriturados nos livros contábeis e suas bases de tributação correspondente (valor fiscal), bem como as bases fiscais negativas pendentes de compensação e os créditos por impostos não aplicáveis de deduções fiscais. Estes valores são registrados aplicando a diferença temporal que corresponde ao tipo de avaliação que é esperado para recuperá-los ou liquidá-los.

O item Ativos tributários inclui a soma de todos os bens de natureza fiscal, com diferenciação entre: correntes (montantes a recuperar em impostos nos próximos doze meses) e diferidos (inclui os montantes dos impostos em exercícios futuros, incluindo derivativos fiscais ou crédito por deduções ou créditos tributários pendentes de compensação).

O item Obrigações fiscais inclui a soma de todos os passivos de natureza fiscal, exceto as provisões para impostos, que são divididos em: correntes (o montante a pagar o imposto de renda sobre o lucro tributável do exercício e outros impostos nos próximos doze meses) e diferido (o montante de impostos sobre lucros a pagar em exercícios futuros).

Os passivos por impostos diferidos no caso de diferenças temporais tributáveis associadas com os investimentos em empreendimentos conjuntos, em entidades associadas ou controladas são reconhecidos exceto quando o Grupo é capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e, além disso, é provável que não será revertido no futuro previsível.

Além disso, os ativos por impostos diferidos, identificados como diferenças temporárias, são reconhecidos apenas no caso em que for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucro tributável suficiente para realizá-los no futuro e não provêm de reconhecimento inicial (exceto em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afeta o resultado fiscal, nem o lucro contábil. Os outros ativos por impostos diferidos (base de cálculo negativa e deduções pendentes de compensação) são reconhecidos apenas no caso em que for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucro tributável suficiente contra o qual poderão deduzir no futuro.

Os rendimentos ou gastos registrados diretamente no patrimônio líquido são considerados como diferenças temporárias.

Por ocasião de cada fechamento contábil os impostos diferidos registrados (tanto ativos como passivos) são analisados, a fim de verificar se eles continuam atuais, efetuando as correções adequadas, em conformidade com os resultados das análises realizadas.

z) Prazos residuais das operações e taxas de juros médias

A Nota 51 fornece detalhe dos vencimentos das partidas que integram os saldos de determinados itens que compõem balanço patrimonial consolidado, bem como as taxas de juros médias no encerramento do exercício.

aa) Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Nas demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa, as seguintes expressões são utilizadas conforme descrito:

- Fluxos de caixa: entradas e saídas de dinheiro em caixa e equivalentes; sendo esses investimentos de curto prazo de alta liquidez e baixo risco de alterações em seu valor, qualquer que seja a carteira em que se classifique.
O Grupo considera como caixa ou equivalentes os saldos registrados na conta Caixa e depósitos em Bancos Centrais do balanço patrimonial consolidado.
- Atividades operacionais: atividades típicas das instituições financeiras, bem como outras atividades que não podem ser classificadas como de investimento ou de financiamento.
- Atividades de investimento: aquisição, alienação ou disposição por outros meios de ativos a longo prazo e outros investimentos não incluídos no caixa ou equivalentes.
- Atividades de financiamento: atividades que produzem alterações no porte e composição do patrimônio líquido e dos passivos que não fazem parte das atividades de exploração.

ab) Demonstrações consolidadas do resultado abrangente

As receitas e despesas geradas pelo Grupo como resultado de sua atividade durante o exercício, distinguindo entre aqueles registrados como resultados nas demonstrações consolidadas do resultado do exercício e outras receitas e despesas são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido consolidado.

Portanto, neste demonstrativo são apresentados:

- a. O lucro consolidado do exercício.
- b. O montante líquido das receitas e despesas reconhecidas temporariamente como ajustes de avaliação no patrimônio líquido consolidado.
- c. O montante líquido das receitas e despesas reconhecidas definitivamente no patrimônio líquido consolidado.
- d. Imposto sobre os lucros obtidos pelos conceitos referidos em b) e c) acima, exceto para ajustes de avaliação com origem em participações em empresas ligadas ou conjuntamente controladas avaliados pelo método de equivalência patrimonial, que são apresentados numa base líquida.
- e. O total das receitas e despesas consolidadas reconhecidos, calculadas pela soma dos itens anteriores, sendo mostrado separadamente a quantia atribuída a entidade controladora e o correspondente aos acionistas minoritários.

O montante das receitas e despesas que correspondem às entidades avaliadas pelo método de equivalência patrimonial registrado diretamente contra o patrimônio líquido são apresentados nesta demonstração, qualquer que seja a sua natureza, sob a rubrica Entidades avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

O estado apresenta separadamente os itens por natureza, agrupando-os naqueles que, de acordo com as normas contábeis do aplicativo, não serão posteriormente reclassificadas para o resultado e aqueles que serão posteriormente reclassificados para o resultado ao final dos requisitos que estabelecem as normas contábeis correspondentes.

ac) Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Apresenta toda a movimentação ocorrida no patrimônio líquido, incluindo aqueles que se originam em mudanças nos critérios contábeis e em correções de erros. Esta demonstração mostra, portanto, uma conciliação da quantia escriturada no início e no final do exercício de todos os títulos que formam o patrimônio líquido consolidado, agrupando os movimentos com base na sua natureza nas seguintes rubricas:

- a. Ajustes em alterações nas políticas contábeis e correção de erros: inclui as alterações no patrimônio líquido consolidado, resultantes da correção retroativa dos saldos das demonstrações financeiras, distinguindo os originários de alterações dos princípios contábeis dos que correspondem a correção de erros.
- b. Receitas e despesas reconhecidos no exercício: inclui, de forma agregada, o total de itens registrados nas demonstrações consolidadas do resultado abrangente anteriormente discriminadas.
- c. Outras variações no patrimônio líquido: inclui o resto dos itens registrados no patrimônio líquido, tais como aumentos ou diminuições na capital, distribuição de resultados, as operações com instrumentos de capital próprio, pagamentos com instrumentos de capital, as transferências entre os itens do patrimônio líquido e qualquer outro aumento ou diminuição do patrimônio líquido consolidado.

3. Grupo Santander

a) Banco Santander, S.A. e a estrutura internacional do Grupo

O crescimento experimentado pelo Grupo na última década fez com que o Banco também atuasse, na prática, como uma entidade detentora de ações das diferentes empresas que compõem o Grupo, sendo os resultados do Banco cada vez menos representativos do que a evolução e os resultados do Grupo. Por este motivo, o Banco determina em cada exercício fiscal, o montante dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas com base nos resultados obtidos a nível consolidado, tendo em conta a manutenção dos níveis tradicionalmente elevados de capitalização do Grupo e que a gestão das operações do Banco e do resto do Grupo é feita em bases consolidadas (independentemente da atribuição a cada sociedade do efeito de patrimônio líquido correspondente).

Internacionalmente, os diversos bancos e as demais subsidiárias, controladas e associadas do Grupo são integradas em uma estrutura que consiste de várias sociedades por ações que, em última análise, são os detentores das ações dos bancos e das subsidiárias no exterior.

Essa estrutura, controlada integralmente pelo Banco, tem como objetivo a otimização estratégica, económico-financeira e fiscal da organização internacional, pois permite definir as unidades mais adequadas em cada caso, no momento de realizar operações de aquisição, venda ou participação em outras organizações internacionais, a modalidade mais adequada de financiamento para tais operações e o canal mais adequado para a transferência para a Espanha dos lucros obtidos pelas diversas unidades operacionais do Grupo.

Nos diferentes anexos estão contidas informações relevantes sobre as empresas do Grupo consolidadas e as avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

b) Aquisições e vendas

Abaixo estão resumidas as aquisições e vendas de ações no capital de outras entidades mais representativas, bem como outras operações societárias relevantes, realizado pelo Grupo nos últimos 3 exercícios:

i. Acordo com Skandinaviska Enskilda Banken (SEB Group) para a compra de seu negócio de banco comercial na Alemanha

Em 12 de julho de 2010, o Grupo Santander anunciou um acordo com Skandinaviska Enskilda Banken (SEB Group) para a aquisição, pela subsidiária alemã Santander Consumer Bank AG, do negócio de Banco comercial do SEB Group na Alemanha. Este negócio, que inclui 173 ramos e oferece serviços de 1 milhão de clientes, é quase o dobro do número de ramificações da rede do Santander Consumer Bank na Alemanha e aumenta o número de colaboradores do Grupo em, aproximadamente, 2.200. A operação foi encerrada em 31 de janeiro de 2011, uma vez obtidas as aprovações pertinentes regulatórias, pelo montante de 494 milhões de euros (1.134 milhões de reais).

O valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos na data da compra, o custo de participação e ágio são os seguintes:

	Milhões de euros
Caixa e depósitos em Bancos Centrais	61
Empréstimos e recebíveis (*)	8.202
Ativos tangíveis	8
Outros ativos	82
Total de Ativos	8.353
Depósitos captados junto à instituições financeiras	710
Depósitos captados junto à clientes	4.486
Obrigação por emissão de títulos	2.467
Provisões (**)	299
Outros passivos	42
Total do Passivo	8.004
Valor do ativo líquido	349
Participação dos acionistas não controladores	-
Custo de participação	(494)
Ágio a partir de 1 de fevereiro de 2011 (***)	145

	Milhões de reais
Caixa e depósitos em Bancos Centrais	140
Empréstimos e recebíveis (*)	18.834
Ativos tangíveis	18
Outros ativos	188
Total de Ativos	19.180
Depósitos captados junto à instituições financeiras	1.630
Depósitos captados junto à clientes	10.301
Obrigação por emissão de títulos	5.665
Provisões (**)	687
Outros passivos	96
Total do Passivo	18.379
Valor do ativo líquido	801
Participação dos acionistas não controladores	-
Custo de participação	(1.134)
Ágio a partir de 1 de fevereiro de 2011 (***)	333

(*) Dos quais, aproximadamente 83% são empréstimos com hipoteca e o resto para empréstimos ao consumidor. Na estimativa do valor justo foram considerados perdas por deterioração adicional dos empréstimos adquiridos de 126 milhões de euros (289 milhões de reais).

(**) Disso, 66 e 103 milhões de euros (152 e 238 milhões de reais), aproximadamente correspondem aos fundos de Pensão e outras provisões, respectivamente.

(***) Faz parte da unidade geradora de caixa Santander Consumer Holding.

Os montantes contribuídos pela empresa adquirida a partir do resultado, antes de impostos, para o exercício de 2011 elevou-se a 58 milhões de euros (135 milhões de reais) em prejuízos.

ii. Aquisição do Santander Banif Imobiliário

Em de 3 de dezembro de 2010 o Grupo, por razões exclusivamente comerciais, decidiu aportar recursos para o fundo de investimento imobiliário Santander Banif Imobiliário F.I.I. (o Fundo) através da subscrição de novas cotas e a concessão de uma garantia de liquidez por dois anos para atender os reembolsos dos participantes que assim o queriam e impedir assim a sua dissolução. O Grupo ofereceu aos participantes do Fundo a possibilidade de que, antes de 16 de fevereiro de 2011, enviassem novos pedidos de reembolso total ou parcial de suas participações ou que cancelassem totalmente ou parcialmente os pedidos que já tinham enviado e ainda não tinham sido atendidos.

O Fundo, gerido pela entidade do Grupo Santander Real Estate S.G.I.I.C., S.A. tinha tido reembolsos suspensos por dois anos em fevereiro de 2009, de acordo com o pedido para a CNMV, devido à falta de liquidez suficiente para atender os reembolsos solicitados nessa data, que ultrapassavam os 10% do patrimônio.

Em 1 de março de 2011, o Grupo procedeu ao pagamento total dos reembolsos solicitados pelos seus participantes de 2.326 milhões de euros (5.334 milhões de reais), equivalentes a 93,01% dos patrimônio do fundo, através da subscrição das cotas correspondentes ao Grupo ao seu valor líquido em 28 de fevereiro de 2011.

Considerando que o Grupo já tinha anteriormente uma participação minoritária no Fundo, após esta aquisição o Grupo alcançou 95,54% no referido fundo. Desde essa data houve a suspensão das restituições e o Fundo opera normalmente.

O valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos na data da compra, o custo de participação e ágio são os seguintes:

	Milhões euros
Caixa e depósitos em Bancos Centrais	69
Empréstimos e recebíveis	10
Ativos tangíveis	2.756
Outros ativos	9
Total de Ativos	2.844
Depósitos captados junto à clientes	81
Depósitos captados junto à instituições financeiras	245
Outros passivos	17
Total do Passivo	343
Valor do ativo líquido	2.501
Participação dos acionistas não controladores	(112)
Custo de participação	(2.389)
Ágio a partir de 1 de março de 2011	-

	Milhões de reais
Caixa e depósitos em Bancos Centrais	158
Empréstimos e recebíveis	23
Ativos tangíveis	6.320
Outros Ativos	21
Total de ativos	6.522
Depósitos captados junto à clientes	186
Depósitos captados junto à instituições financeiras	562
Outros passivos	39
Total do Passivo	787
Valor do ativo líquido	5.735
Participação dos acionistas não controladores	(257)
Custo de participação	(5.478)
Ágio a partir de 1 de março de 2011	-

Em 31 de dezembro de 2011 o Santander Banif imobiliário F.I.I. contribuiu em 106 milhões de euros (302 milhões de reais) para perdas antes do imposto de renda do Grupo.

Durante o exercício de 2012 o Grupo adquiriu as cotas do Fundo, no montante de 22 milhões de euros (55 milhões de reais), atingindo uma participação de 97,63%, que aumentou durante o exercício de 2013 para 99,65%.

iii. Chile

Durante o exercício de 2011 o Grupo efetuou diversas vendas de ações representativas de 9,72% do capital social do Banco Santander - Chile, em um total de 1.241 milhões de dólares americanos, gerando um aumento de 434 milhões de euros (1.034 milhões de reais) nas Reservas do Grupo e de 373 milhões de euros (901 milhões de reais) em Participações minoritárias. Após estas operações, o Grupo mantém uma participação de 67% no capital social da entidade, porcentagem a qual se comprometeu a não reduzir no período de um ano.

iv. Companhias de seguros latino-americanas

Em 22 de fevereiro de 2011, o Banco Santander S.A. e a seguradora Zurich Financial Services Group chegaram a um acordo para formar uma aliança estratégica com o objetivo de impulsionar o negócio bancário de seguros nos cinco principais mercados para o Grupo Santander na América Latina: Brasil, Chile, México, Argentina e Uruguai.

Depois de obter as autorizações pertinentes dos diferentes órgãos reguladores, durante o quarto trimestre de 2011, a Zurich adquiriu por 1.044 milhões de euros (2.427 milhões de reais) 51% do capital da Zurich Santander Insurance América S.L. (*holding* que integra as "fábricas" de seguro do Grupo na América Latina), passando a controlar tal companhia, e obtendo a responsabilidade pela gestão das empresas. Além disso, o acordo incluiu pagamentos diferidos, com base no cumprimento do plano de negócios nos próximos 25 anos.

Após a operação, o Santander detém 49% do capital da *holding* e assinou um acordo de distribuição para a venda de produtos de seguros em cada um dos países do acordo durante 25 anos (ver Nota 13).

Esta operação resultou no registro do Grupo de um ganho de 641 milhões de euros (1.490 milhões de reais) (líquido de seu efeito fiscal) registrado por seu montante bruto sob a rubrica Receita na baixa de ativos não classificados como não circulante para venda nas demonstrações consolidadas do resultado do exercício de 2011 (ver Nota 49), dos quais 233 milhões de euros (542 milhões de reais) correspondente ao registro ao valor justo do investimento dos 49% detidos pela entidade.

v. SCUSA

Em dezembro de 2011, o Santander Consumer USA Inc. (SCUSA) efetuou um aumento de capital no montante de 1.158 milhões de dólares americanos, dos quais 1.000 milhão de dólares americanos foram pagos pelo patrocinador Sponsor Auto Finance Holdings Series LP (Sponsor Holdings) - entidade com participação dos fundos controlados por Warburg Pincus LLC, Kohlberg Kravis Roberts & Co. L.P. e Centerbridge Partners L.P. - e o resto por DDFS LLC (DDFS) - empresa controlada pela Thomas G. Dundon, o *Chief Executive Officer* de SCUSA-. Após este aumento, Sponsor Holdings e Thomas G. Dundon (indiretamente) tem quotas aproximadas de 24% e 11%, respectivamente, no capital social de SCUSA, enquanto a participação do Grupo é de 65%.

Além disso, o Grupo assinou com os mesmos acionistas parceiros um contrato pelo qual, entre outros, é dada a representação do Sponsor Holdings e DDFS LLC no conselho de administração da SCUSA e define um sistema de votação de forma a que as decisões significativas estratégicas, financeiras e operacionais e outras associadas à gestão ordinária de SCUSA estão sujeitos a articulação da aprovação do Grupo Santander e dos demais acionistas e, portanto, a SCUSA ficou sujeitas o controle comum de todos.

Também em conformidade com as disposições no acordo de acionistas, se os resultados da SCUSA durante os anos fiscais 2014 e 2015 forem superiores a determinados objetivos, a SCUSA ficará obrigada a fazer um pagamento de até 595 milhões dólares americanos em favor do Santander Holdings USA, Inc. (SHUSA). Se os resultados da SCUSA não superarem estes objetivos em 2014 e 2015, a SCUSA se obriga a fazer um pagamento em favor do Sponsor Holdings de até a mesma importância. Os Administradores do Banco estimam que a SCUSA cumprirá em tais exercícios os aludidos objetivos, sem ter que fazer desembolsos significativos a favor de qualquer um desses acionistas de acordo com o contrato.

O contrato entre sócios finalmente estabelece que ambos Sponsor Holdings como DDFS devem ter o direito de vender suas participações no capital da SHUSA a valor de mercado no quarto, quinto e sétimo aniversários do fechamento da transação, exceto se uma oferta pública de ações de SCUSA tenha ocorrido antes dessas datas. O acordo também inclui este mesmo direito caso ocorra uma situação de bloqueio em relação a qualquer uma das questões sujeitas a aprovação conjunta na Assembléia de acionistas ou do Conselho de administração da SCUSA.

Esta operação resultou no registro, em 2011 pelo Grupo de uma quantidade excedente de 872 milhões de euros (2.027 milhões de reais) registados sob a Resultado na alienação de ativos não-correntes disponíveis para venda (ver Nota 49), dos quais 649 milhões de euros (1.509 milhões de reais) correspondem ao reconhecimento pelo seu valor justo do investimento de 65% detido na referida entidade. O valor justo da SCUSA foi determinado usando comparáveis do mercado, transações recentes, análise de descontos dos fluxos e levando em consideração os pagamentos contingentes.

Após esta operação, o Grupo detém uma quota de 65% na SCUSA e o controle em conjunto com os acionistas mencionados nesta empresa (ver Nota 13).

Em janeiro de 2014, conduziram uma oferta pública de venda de ações de SCUSA e a sua listagem na Bolsa de Valores de Nova York, negociando 21,6% de seu capital. Após essa negociação, o contrato com os sócios anteriormente mencionado será concluído, passando o Grupo a controlar a SCUSA (veja Nota 1.h).

vi. Banco Santander (Brasil) S.A.

Nos meses de janeiro a março 2012, o Grupo transmitiu ações do Banco Santander (Brasil), S.A. correspondente a 4,41% e 0,77% a duas entidades financeiras internacionais de primeira linha, as quais assumiram o compromisso de entregar tais ações para os titulares das obrigações permutáveis em ações de Banco Santander (Brasil) S.A., publicados pelo Banco Santander, S.A. em outubro de 2010, a sua maturidade e sujeito às provisões destes. Esta operação não é uma alteração no patrimônio líquido do Grupo (ver Nota 34).

Em 7 de novembro de 2013, as referidas ações foram entregues.

vii. Colômbia

Em dezembro de 2011, o Grupo chegou a um acordo com o Grupo chileno Corpbanca para a venda de sua participação no Banco Santander Colômbia S.A. e suas outras filiais de negócios naquele país (Santander Investment Valores Colombia S.A., Comisionista de Bolsa Comercial; Santander Investment Colombia S.A.; Santander Investment Trust Colombia S.A., Sociedad Fiduciaria e Agencia de Seguros Santander, Ltda.).

Depois de obter das autoridades reguladoras as autorizações e a exclusão da negociação das ações do Banco Santander Colômbia S.A., no segundo trimestre de 2012 Grupo materializou a venda ao Grupo Corpbanca de sua participação no Banco Santander Colômbia S.A. e suas controladas naquele país, perfazendo um total de 1.229 milhões dólares americanos (983 milhões de euros) (2.459 milhões de reais) que significou o registro pelo Grupo de um excedente, no valor de 619 milhões de euros (1.548 milhões de reais) registradas em Resultado na alienação de ativos não-correntes disponíveis para venda na conta consolidada de resultados para o ano de 2012 (ver Nota 49).

viii. Grupo Financiero Santander México, S.A.B. de C.V.

No mês de agosto de 2012 o Grupo comunicou sua intenção de registrar na Comisión Nacional de Bolsa y Valores Mexicana e o US Securities and Exchange Commission nos EUA prospectos de colocação de ações da filial Grupo Financiero Santander México, S.A.B. de C.V. no mercado secundário.

Foi concluída em 26 de setembro de 2012 a oferta pública de 1.469.402.029 ações série B Grupo Financiero Santander México, S.A.B. de C.V. A operação consistiu em uma seção mexicana através de ações e de outros organismos internacionais, incluindo Estados Unidos, pela American Depositary Shares (ADSs) correspondente a 5 ações por ADS.

O preço da colocação de ações foi fixado em 31,25 pesos mexicanos (2,437 dólares americanos) pelo título.

Além disso, foi dado as entidades seguradoras que participaram da colocação da oferta uma opção, que pode ser exercida até 25 de outubro, para a compra de 220.410.304 ações adicionais.

Uma vez finalizada a oferta após o exercício realizado por seguradoras de suas opções, o percentual vendido atingiu 24,9%, gerando no exercício de 2012 um aumento de 1.092 milhões de euros (2.864 milhões de reais) em Reservas, 1.493 milhões de euros (4.036 milhões de reais) em Participação dos acionistas não controladores e 263 milhões de euros (711 milhões de reais) em Ajustes de avaliação - Variações cambiais.

ix. Metrovacesa, S.A.

Em 17 de março de 2011, as entidades credoras que haviam participado em 2009 de um acordo de reestruturação da dívida do Grupo Sanahuja, de qual se recebeu, como forma de pagamento das dívidas do Grupo, ações da Metrovacesa, S.A., chegaram a um novo acordo de capitalização e voto na referida entidade, sujeito a certas condições suspensivas entre as quais estava a realização pela Metrovacesa, S.A. de um aumento de capital por meio de contribuições monetárias e compensação de créditos, no qual consta que as entidades credoras capitalizarão em seu conjunto a dívida financeira global da Metrovacesa S.A. de aproximadamente 1.360 milhões de euros (3.178 milhões de reais), correspondendo ao Grupo em 492 milhões de euros (1.150 milhões de reais).

Em 28 de junho de 2011, a Assembléia geral de acionistas da Metrovacesa, S.A. aprovou o referido aumento de capital, sujeito a condições suspensivas, tais como a concessão pela Comissão Nacional do Mercado de Valores para o Grupo, de dispensa da obrigação de lançar uma oferta pública de aquisição para a totalidade do capital social, ao existir a possibilidade de que, em consequência dessa operação, a participação do Grupo no capital da Metrovacesa, S.A. exceda 30%. Esta dispensa foi obtida em 6 de julho de 2011.

Após a execução do aumento de capital acima mencionado o Grupo tornou-se proprietário de 34,88% das ações da Metrovacesa, S.A. registrando essa participação na rubrica Participações no balanço patrimonial consolidado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial (ver Nota 13).

Em 19 de dezembro de 2012 as entidades credenciadas que participaram do acordo de reestruturação mencionado acima anunciaram que tinha chegado a um acordo para promover a exclusão da negociação de ações da Metrovacesa, S.A. votando a favor na Assembléia geral de acionistas, convocados em 29 de janeiro de 2013 para esse fim. Após a aprovação da exclusão da negociação e da oferta pública de aquisição pela Assembléia Geral de acionistas da Metrovacesa, S.A., as entidades formularão uma oferta pública de aquisição para exclusão dirigida aos acionistas da Metrovacesa S.A. não-signatários do acordo a um preço de 2,28 euros por ação (6,50 reais por ação). O Grupo vai participar da referida oferta pública de aquisição de exclusão em um percentual de 45,56% e, após a aceitação da oferta pública de aquisição em 97,29% adquiriu 1,953% adicional da Metrovacesa, S.A. pelo qual desembolsou 44 milhões de euros (125 milhões de reais).

Após esta operação, em 31 de dezembro de 2013, o Grupo mantém um 36,82% de seu capital.

x. Bank Zachodni WBK S.A.

Em 7 de fevereiro de 2011, o Grupo comunicou a formulação na Polônia de uma oferta pública de aquisição de ações de 100% da entidade polaca Bank Zachodni WBK S.A. (BZ WBK), que seria necessariamente do Allied Irish Bank (AIB), titular da 70,36% do BZ WBK, em virtude do contrato com o Banco Santander S.A., firmado em setembro de 2010.

Em 18 de fevereiro de 2011 recebeu a comunicação de não oposição do órgão regulador financeiro da Polônia - KNF – para fazer uma participação significativa do Grupo.

Em 1 de abril de 2011, o Grupo adquiriu 69.912.653 ações do Banco Zachodni WBK S.A., que representava 95,67% do capital da entidade. A compra das ações mencionadas acima representaram um desembolso de 3.987 milhões de euros (9.178 milhões de reais). Além disso, e como havia anunciado, o Grupo adquiriu a participação de 50% que AIB tinha na entidade Bank Zachodni WBK Asset Management S.A. por 174 milhões de euros (401 milhões de reais) em dinheiro. Posteriormente, em conformidade com os termos da oferta, certos acionistas minoritários de ações da BZ WBK fizeram o mesmo, portanto, o Grupo adquiriu 421.859 ações adicionais no valor de 24 milhões de euros (55 milhões de reais).

O valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos na data da compra, o custo de participação e ágio contravalorados à taxa de câmbio na data da aquisição é a seguinte:

	Milhões euros
Caixa e depósitos em Bancos Centrais	316
Aplicações no mercado aberto	386
Ativos financeiros para livre negociação	691
Ativos financeiros disponíveis para venda	3.422
Empréstimos e recebíveis (*)	8.346
Ativos tangíveis (**)	113
Ativos intangíveis	94
Outros ativos	226
Total de Ativos	13.594
Depósitos captados junto à clientes (***)	10.288
Depósitos captados junto à instituições financeiras	797
Provisões	46
Outros passivos	464
Total do Passivo	11.595
O valor do ativo líquido	1.999
Participação dos acionistas não controladores	(75)
Custo de participação	(4.185)
Ágio a partir de 1 de abril de 2011	2.261

	Milhões de reais
Caixa e depósitos em Bancos Centrais	727
Aplicações no mercado aberto	889
Ativos financeiros para livre negociação	1.591
Ativos financeiros disponíveis para venda	7.877
Empréstimos e recebíveis (*)	19.212
Ativos tangíveis (**)	260
Ativos intangíveis	216
Outros ativos	520
Total de Ativos	31.292
Depósitos captados junto à clientes (***)	23.682
Depósitos captados junto à instituições financeiras	1.835
Provisões	106
Outros passivos	1.068
Total do Passivo	26.691
O valor do ativo líquido	4.601
Participação dos acionistas não controladores	(173)
Custo de participação	(9.633)
Ágio a partir de 1 de abril de 2011	5.205

(*) Na estimativa do valor justo, consideraram-se as perdas por deterioração adicionais no montante de 15 milhões de euros (35 milhões de reais).

(**) Na estimativa identificouse a lista de clientes de 54 milhões de euros (124 milhões de reais).

(***) Na estimativa reduziu o valor dos depósitos de clientes no montante de cerca de 178 milhões de euros (410 milhões de reais).

No final de dezembro de 2011, o número total de ações que o Grupo possuía do Banco Zachodni WBK S.A. totalizava 70.334.512 que representava 96,25%.

Durante 2011 o Banco Zachodni WBK S.A. contribuiu com 207 milhões de euros (500 milhões de reais) no resultado do Grupo. Se a transação de compra tinha ocorrido em 1 de janeiro de 2011, os resultados fornecidos ao Grupo durante 2011 teriam sido de, aproximadamente, 276 milhões de euros (642 milhões de reais).

Em agosto de 2012 o Banco Zachodni WBK S.A. realizou um aumento de capital no montante de 332 milhões de zlotys polacos (81 milhões de euros) (208 milhões de reais) que não foi subscrito pelo Grupo, resultando em uma redução de 12 e 5 milhões de euros (38 e 14 milhões de reais) em Reservas e Ajustes de avaliação, respectivamente, e um aumento de 93 milhões de euros (251 milhões de reais) em participações de não -controladores, considerando a percentagem efetiva de participação do Grupo na entidade. Após esta operação, o Grupo manteve uma participação de 94,23% no capital social da entidade.

xi. Acordo de fusão do Bank Zachodni WBK S.A. y Kredyt Bank S.A.

Em 28 de fevereiro de 2012, o Grupo anunciou que o Banco Santander S.A. e o KBC Bank NV (KBC) tinham alcançado um acordo de investimento para mesclar subsidiárias de ambos os Grupos na Polônia, o Bank Zachodni WBK S.A. e o Kredyt Bank S.A., respectivamente, após o qual o Grupo controlaria cerca de 76,5% da entidade resultante e o KBC 16,4%, sendo os 7,1% restantes detidos pelos acionistas minoritários. Além disso, o Grupo se comprometeu a fazer parte da sua participação entre os investidores e a compra de até 5% da entidade resultante para ajudar o KBC a reduzir sua participação na entidade fundida abaixo de 10%, tendo o KBC como objetivo desfazer completamente sua participação para maximizar seu valor.

Foi acordado para realizar a operação através de um aumento de capital do Bank Zachodni WBK S.A., cujas novas ações seriam oferecidas ao KBC e aos acionistas restantes do Kredyt Bank S.A. em troca de suas ações no mesmo, estabelecendo a relação de troca de 6,96 ações do Bank Zachodni WBK S.A. por cada 100 ações do Kredyt Bank S.A.

Nos primeiros dias de 2013, depois de receber a aprovação do órgão regulador financeiro da Polônia (KNF), foi realizada esta operação, passando o Grupo para controlar 75,2% da entidade resultante e o KBC cerca de 16,2%, enquanto os 8,6% restantes detidos pelos acionistas minoritários. Esta operação tem levado ao aumento de participações dos acionistas não controladores de 1.037 milhões de euros (2.683 milhões de reais) 169 milhões de euros (437 milhões de reais) na aquisição do Kredyt Bank S.A. e 868 milhões de euros (2.246 milhões de reais) resultantes da redução da porcentagem de participação no Bank Zachodni WBK S.A.

O valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos no fechamento do negócio, o custo de participação e o ágio provisionado são os seguintes:

	Milhões de euros
Caixa e depósitos em Bancos Centrais	351
Empréstimos e recebíveis (*)	6.767
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.547
Outros ativos (**)	692
Total de Ativos	10.357
Depósitos captados junto à instituições financeiras	1.414
Depósitos captados junto à clientes	7.620
Outros passivos	642
Total do Passivo	9.676
O valor do ativo líquido	681
Participação dos acionistas não controladores	(169)
Custo de participação	838
Ágio para janeiro de 2013 (***)	326

	Milhões de reais
Caixa e depósitos em Bancos Centrais	933
Empréstimos e recebíveis (*)	17.997
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.774
Outros ativos (**)	1.840
Total de Ativos	27.544
Depósitos captados junto à instituições financeiras	3.761
Depósitos captados junto à clientes	20.265
Outros passivos	1.707
Total do Passivo	25.733
O valor do ativo líquido	1.811
Participação dos acionistas não controladores	(449)
Custo de participação	(2.229)
Ágio para janeiro de 2013 (***)	867

(*) Na estimativa do valor justo foram considerados perdas deterioração adicional no valor de 122 milhões de euros (329 milhões de reais).

(**) Na estimativa foi identificado ativos intangíveis no montante de 51 milhões de euros (138 milhões de reais).

(***) Parte da unidade geradora de caixa (UGC) do Banco Zachodni WBK S.A. (ver Nota 17).

Em 22 de março de 2013, o Banco Santander S.A. e o KBC culminaram na colocação no mercado de todas as ações detidas pela KBC, bem como de uma participação de 5,2% do capital do Banco Zachodni WBK S.A. de Propriedade do Grupo para um total de 285 milhões de euros (743 milhões de reais), operação que geraram um aumento de 292 milhões de euros (951 milhões de reais) em participação dos acionistas não controladores minoritários.

Após as operações acima mencionadas, o Grupo tem participação de 70% no capital do Bank Zachodni WBK S.A., sendo os 30% restantes detidos pelos acionistas minoritários.

xii. O acordo para a compra de escritórios do Royal Bank of Scotland

Em agosto de 2010, o Santander UK plc anunciou que tinha chegado a um acordo para adquirir a parte das atividades bancárias que o Royal Bank of Scotland (RBS) desenvolve através de suas filiais na Inglaterra e país de Gales e a rede do NatWest, na Escócia, bem como certos serviços bancários para PMEs e centros de bancos corporativos.

Em 12 de outubro de 2012, o Grupo anunciou que o acordo foi cancelado devido a impossibilidade de cumprimento das condições exigidas dentro do prazo acordado (fevereiro de 2013).

xiii. Fusão por absorção do Banesto e o Banif-Banco

Em 17 de dezembro de 2012, o Banco Santander S.A. anunciou sua decisão de aprovar a proposta de fusão por absorção do Banco Español de Crédito S.A. (Banesto) e o Banco Banif S.A. Unipersonal, no âmbito da reestruturação do setor financeiro espanhol.

Em 9 de janeiro de 2013 os conselhos de Administração do Banco Santander S.A. e do Banesto aprovaram os termos do projeto comum de fusão. Também, em 28 de janeiro de 2013, o Conselho de Administração do Banco Santander S.A. e do Banco Banif S.A. Unipersonal aprovaram os termos correspondentes do projeto comum de fusão. Da mesma forma, as assembleias gerais de acionistas do Banco Santander S.A. e do Banesto, realizadas nos dias 22 e 21 de março, respectivamente, aprovaram o projeto.

Em 29 de abril de 2013, o Banco Santander S.A. comunicou, conforme as provisões do projeto comum de fusão e conforme acordado pela Assembleia Geral de acionistas de ambas as empresas, o regime e procedimento de resgate das ações da Banesto por ações do Banco Santander S.A. O Banco Santander S.A. participou da fusão com o Banesto através da outorga de ações em tesouraria de acordo com a relação do acordo de 0,633 ações do Banco Santander S.A., no valor nominal de 0,5 euros cada (1,31 reais), por cada ação do Banesto, no valor nominal de 0,79 euros cada (2,05 reais), sem compensação adicional em dinheiro. Como resultado de tal troca, houve um declínio de 455 milhões de euros (1.492 milhões de reais) dos participantes minoritários.

Em 3 de maio de 2013, foi inscrita no Registro Mercantil de Cantabria a escritura de fusão por absorção do Banesto, sociedade que foi extinta. Também, em 30 de abril, foi outorgada a escritura correspondente à fusão por absorção do Banco Banif S.A. Unipersonal, deixando tal sociedade extinta. A escritura foi inscrita no Registro Mercantil de Cantabria em 7 de maio de 2013.

xiv. Negócios de seguros na Espanha

Em 20 de dezembro de 2012, o Grupo anunciou que tinha chegado a um acordo com a Aegon para melhorar o negócio de seguros na Espanha. O acordo não afeta a economia de seguro, saúde e carros que continuam sendo geridos pelo Santander.

No mês de junho de 2013, depois de obter as autorizações pertinentes da *Dirección General de Seguros y Fondos de Pensiones*, das autoridades de concorrência europeia e dos fundos de pensão, a Aegon adquiriu, por 220 milhões de euros (629 milhões de reais) euros, 51% do capital das duas companhias de seguros criadas pelo Grupo para este fim, uma para seguros de vida e outra para seguros gerais (agora conhecido como Aegon Santander Vida Seguros e Resseguros S.A. e Aegon General Santander Seguros e Resseguros S.A.), passando a controlar em conjunto com o Grupo as empresas citadas. Além disso, o acordo inclui o pagamento diferido a favor da Aegon em 2 anos e encargos diferidos em favor do Grupo em 5 anos com base no plano de negócios.

O acordo inclui a assinatura de um acordo de distribuição para a venda de produtos de seguros na Espanha há 25 anos através de redes comerciais através do qual o Grupo irá receber comissões em termos de mercado.

Esta operação resultou no registro de um ganho no valor de 385 milhões de euros (1.098 milhões de reais) registrados na rubrica Ganhos na baixa de ativos não classificados como não circulante disponível para venda (270 milhões de euros, líquidos de impostos (770 milhões de reais)), dos quais 186 milhões de euros (530 milhões de reais) correspondem ao reconhecimento ao valor justo de 49% investimento mantido pelo Grupo.

xv. Acordo com a Elavon Financial Services Limited

Em 19 de outubro de 2012, o Banco Santander S.A. anunciou que tinha chegado a um acordo com a Elavon Financial Services Limited para desenvolver, em conjunto com a Espanha, os serviços de negócio de pagamento através de terminais de cartões de crédito e débito em lojas.

A operação levou à criação de uma empresa de joint venture, detida a 51% pela Elavon e 49% pelo Santander, para quem o Grupo Santander transmitiu seu negócio na Espanha (excluindo o do extinto Banesto) de serviços de pagamento indicado acima.

A operação foi fechada durante o primeiro semestre de 2013, gerando um ganho de 122 milhões de euros (348 milhões de reais) (85 milhões de euros, líquidos de impostos (242 milhões de reais)).

xvi. Acordo com Warburg Pincus e General Atlantic

Em 30 de maio de 2013, o Grupo informou que ele tinha assinado um acordo com filiais da Warburg Pincus e General Atlantic para promover o desenvolvimento global de sua unidade de gestão de ativos, o Santander Asset Management (SAM). De acordo com os termos deste acordo, Warburg Pincus e General Atlantic vão juntos deter 50% da empresa *holding* que vai integrar as 11 gestoras pertencentes ao Grupo principalmente na Europa e na América Latina, enquanto que os outros 50% serão detidos pelo Grupo.

A aliança visa permitir que a SAM melhore sua capacidade de competir com as grandes gestoras independentes internacionais, aparecendo entre as empresas a melhorar a gestão de ativos no mercado global e institucional, com a vantagem adicional de ter conhecimento e experiência nos mercados em que o Grupo está presente. Além disso, o acordo contempla a distribuição dos produtos geridos pela SAM nos países em que o Grupo tem a rede comercial, por um período de 10 anos prorrogáveis por 5 períodos adicionais de 2 anos, para o qual o Grupo irá receber comissões em condições de mercado, para que se beneficie da expansão da gama de produtos e serviços para oferecer aos seus clientes. A SAM também distribuirá seus produtos e serviços internacionalmente, fora da rede comercial do Grupo.

Considerar que as gestoras acima mencionadas pertenciam a diferentes empresas do Grupo, antes da melhoria da operação foi realizada uma reorganização societária, em que cada uma das gestoras foi vendida, pelo seu valor justo, por seus acionistas para a SAM Investment Holdings Limited (SAM), companhia holding criada pelo Grupo. O valor agregado das gestoras aumentou cerca de 1.700 milhões de euros (5.462 milhões de reais).

Posteriormente, durante o mês de dezembro de 2013, após obter as autorizações pertinentes dos diferentes órgãos reguladores, materializou-se o acordo através da aquisição pela Sherbrooke Acquisition Corp SPC (entidade de propriedade da Warburg Pincus e General Atlantic) de 50% de participação no capital da SAM por 449 milhões de euros (1.443 milhões de reais). Nessa data, a SAM teve financiamento de terceiros no montante de 845 milhões de euros (2.410 milhões de reais). O acordo inclui o pagamento de contingentes diferidos, contra e a favor do Grupo, de acordo com o cumprimento do plano de negócios dos próximos 5 anos.

Além disso, o Grupo assinou com esses acionistas um contrato de sócios em se regulamentam, entre outros aspectos, a tomada conjunta de todas as decisões estratégicas, financeiras, operacionais, bem como outras decisões importantes associados com a gestão corrente da SAM. Foi acordado também certas restrições para transferência das ações, com um compromisso para ambas as partes para mantê-los pelo menos 18 meses. Finalmente, a Sherbrooke Acquisition Corp SPC terá direito de vender ao Grupo sua participação no capital da SAM, ao valor de mercado, no quinto e no sétimo aniversários da operação, exceto se ocorrer antes dessas datas, uma oferta pública inicial de ações da SAM.

Depois dessas operações, ao final do exercício o Grupo detém uma participação de 50% da SAM e controla juntamente com os acionistas mencionados esta empresa (ver Nota 13).

Esta operação significou o registro pelo Grupo de um ganho no montante de 1.372 milhões de euros (3.913 milhões de reais) registados pelo seu valor bruto sob a rubrica Receita na baixa de ativos não classificação como não circulante disponível para venda nas demonstrações consolidadas do resultado no exercício de 2013 (ver Nota 49), dos quais 671 milhões de euros (1.914 milhões de reais) correspondem ao valor justo do investimento de 50% detido pelo Grupo.

xvii. Acordo com o El Corte Inglés

Em 7 de outubro de 2013, o Grupo anunciou que havia assinado um acordo estratégico através de sua subsidiária Santander Consumer Finance, S.A. com El Corte Inglés, S.A. no âmbito de financiamento aos clientes, que inclui a compra de 51% do capital social da financeira El Corte Inglés E.F.C. S.A., detendo o El Corte Inglés, S.A. os 49% restantes. O Santander Consumer irá arcar com o montante aproximado de 140 milhões de euros (422 milhões de reais) pelo 51% do capital social da financeira El Corte Inglés E.F.C., S.A.

O fechamento da transação está sujeito, entre outras condições, à obtenção das aprovações pertinentes nos órgão reguladores e de concorrência e provavelmente ocorrerá no primeiro trimestre de 2014.

xviii. Acordo com Apollo

Em 21 de novembro de 2013, o Grupo relatou que havia chegado a uma tentativa de acordo com o Apollo European Principal Finance Fund II, um fundo gerido por entidades filiadas do Apollo Global Management LLC para a venda da plataforma, que é responsável pela gestão de recuperação de crédito do Banco Santander S.A., na Espanha e da gestão e comercialização dos imóveis provenientes de tal atividade.

Após esta operação, o Grupo vai manter em seu balanço patrimonial os ativos imobiliários e a carteira de crédito, enquanto a gestão desses ativos será a partir da plataforma detida pelo Apolo.

Este acordo foi aperfeiçoado no mês de janeiro de 2014 (ver Nota 1. h).

O custo de aquisição, o total de ativos e a receita bruta das entidades restantes consolidadas adquiridas e vendidas durante os últimos 3 anos não são significativos no que se refere aos respectivos totais consolidados.

c) Entidades do off-shore

Até a data o Grupo não tem nenhuma entidade residente em territórios considerados paraísos fiscais, de acordo com a lista publicada pela OCDE.

De acordo com a lei espanhola, o Grupo teria 12 filiais residentes em territórios *off-shore*. Atualmente uma destas filiais está em processo de liquidação e ao longo dos próximos exercícios é esperado a liquidação de mais 4 filiais, todas elas com atividade reduzida ou inativa.

Após as citadas baixas previstas, o Grupo ficaria com um total de 7 filiais *off-shore* de acordo com os critérios da legislação espanhola. Estas entidades têm 152 funcionários, principalmente em Jersey e na Ilha de Man e podem ser classificadas da seguinte maneira, por atividades:

i. Filiais operacionais com atividades bancárias, financeiras, ou de serviços:

- Abbey National International Limited em Jersey, cuja atividade principal é o Banco remoto direcionado aos clientes de origem britânica, a quem se oferece produtos de poupança tradicional.

ii. *Filiais com atividades muito pequenas ou inativas:*

- Serfin International Bank and Trust Limited (Cayman), Banco inativo.
- Whitewick Limited (Jersey), sociedade inativa.
- ALIL Services Limited (Ilha de Man), atividade muito reduzida de serviços (anteriormente denominada Alliance & Leicester International Limited).

iii. *Agências*

O Grupo possui 3 agências localizadas nas seguintes jurisdições:

Agências de ações preferenciais:

- Totta & Açores Financing Limited (Cayman).

Agências de dívida:

- Santander Central Hispano Financial Services Limited (Cayman).
- Santander Central Hispano Issuances Limited (Cayman).

Tanto as emissões de ações preferenciais como as de dívida subordinada, realizadas pelas sociedades emitentes mencionadas, foram autorizadas pelo Banco Central Espanhol ou pelo Banco Central de Portugal, com a finalidade de sua computação como recursos próprios. Uma vez que há a amortização das emissões realizadas por estas companhias, ocorrerá sua liquidação.

Os resultados individuais dessas filiais, calculados de acordo com as normas contábeis locais, estão contidos nos anexos desta Nota, junto com outros dados das mesmas.

Deve ser levado em consideração que os resultados individuais incluem operações realizadas com outras empresas do Grupo, tais como, recebimento de dividendos, constituição e reversão de provisões e resultados por reorganizações societárias que, conforme as normas contábeis, são eliminados no processo de consolidação a fim de evitar duplicidade nos lucros ou no reconhecimento do resultado consolidado do Grupo.

Também estão incluídos os benefícios atribuíveis aos titulares de ações preferenciais. Portanto, esses resultados individuais não são representativos das operações do Grupo nestes países nem nos resultados que contribuem para o Grupo.

Os bancos e as sociedades cuja atividade foi detalhada anteriormente contribuíram em 2013 para o resultado consolidado do Grupo com um lucro de, aproximadamente, 24 milhões de euros (68 milhões de reais).

Além disso, o Grupo iria manter 5 subsidiárias: 3 Ilhas Cayman, 1 na ilha de Man e 1 em Jersey. Estes ramos dependem de, e integram seu balanço patrimonial e a demonstração do resultado em, suas correspondentes matrizes estrangeiras.

Espera-se que a Espanha firme acordos de intercâmbio de informações com as Ilhas Cayman, Ilha de Man, Jersey e Guernsey, de forma que estes territórios deixem de ter a condição de paraíso fiscal para efeitos da legislação espanhola e, portanto, o Grupo não manteria nenhuma entidade em territórios off-shore. Deve notar-se que, de acordo com a lista publicada pela OCDE, nenhuma destas jurisdições é considerado um paraíso fiscal.

Além disso, o Grupo controla do Brasil, uma entidade de securitização denominada *Brazil Foreign Diversified Payment Rights Finance Company* e gerencia um *segregated portfolio company* chamada Santander Brazil Global Investment Fund SPC nas Ilhas Cayman e gerencia do Reino Unido um *protected cell company* em Guernsey chamado Guaranteed Investment Product 1 PCC Ltd. Além disso, participa direta ou indiretamente de diversos investimentos financeiros com sede em paraísos fiscais, entre outros, Asiabridge Fund I LLC em Maurício, Olivant Limited em Guernsey e JC Flowers em Cayman.

Por outro lado, Singapura e Hong Kong, onde o Grupo possui 1 filial e 2 sucursais, deixaram de ser considerados centros *off-shore* em janeiro e abril de 2013, respectivamente, após a aplicação das disposições contidas nos acordos de bitributação internacional assinados com a Espanha em 2011. Além disso, o Grupo tem 5 filiais domiciliadas em territórios *off-shore* que não são consideradas entidades *off-shore* por serem residentes, para fins fiscais, no Reino Unido e operarem exclusivamente neste país.

O Grupo estabeleceu procedimentos e controles (gestão de riscos, planos de inspeção, comprovação e revisão de relatórios periódicos) para evitar a existência de riscos à reputação e legais nessas entidades. Além disso, o Grupo mantém a política de redução do número de unidades. Adicionalmente, as demonstrações financeiras das unidades *off-shore* do Grupo são auditadas por firmas-membro da Deloitte.

4. Distribuição de resultados do sistema de Banco de remuneração aos acionistas e Lucro por ação

a) Distribuição dos resultados do Banco e Sistema de remuneração aos acionistas

A proposta de distribuição do lucro líquido do Banco para este exercício, que o Conselho de Administração irá propor à Assembléia geral de acionistas para aprovação é a seguinte:

	Milhões de euros
Aquisição, com a renúncia ao exercício, de direitos de alocação gratuita aos acionistas que, no âmbito do programa <i>Santander Dividendo Eleccion</i> , optaram por receber, em dinheiro, a remuneração equivalente à primeira, segunda e terceira distribuição de dividendos - 641 milhões de euros (1.828 milhões de reais)- e aos que se espera optarem por receber, em dinheiro, a remuneração equivalente ao dividendo complementar (236 milhões de euros) (673 milhões de reais):	877
<i>Dos quais:</i>	
<i>Distribuído em 31 de dezembro de 2013(*)</i>	406
<i>Terceiro dividendo</i>	235
<i>Dividendo complementar do exercício)(**)</i>	236
Para reservas voluntárias	153
Lucro líquido do exercício	1.030

	Milhões de reais
Aquisição, com a renúncia ao exercício, de direitos de alocação gratuita aos acionistas que, no âmbito do programa <i>Santander Dividendo Elección</i> , optaram por receber, em dinheiro, a remuneração equivalente à primeira, segunda e terceira distribuição de dividendos - 641 milhões de euros (1.828 milhões de reais) - e aos que se espera optarem por receber, em dinheiro, a remuneração equivalente ao dividendo complementar (236 milhões de euros) (673 milhões de reais):	2.501
<i>Dos quais:</i>	
<i>Distribuído em 31 de dezembro de 2013 (*)</i>	1.158
<i>Terceiro dividendo</i>	670
<i>Dividendo complementar do exercício (**)</i>	673
<i>Para reservas voluntárias</i>	436
Lucro líquido do exercício	2.937

(*) Registrado sob a rubrica Fundos próprios - Dividendos e remunerações.

(**) Supondo um percentual de solicitações de dinheiro de 13,6%. Se o valor gasto na aquisição dos direitos dos acionistas que optarem por receber, em dinheiro, a remuneração equivalente ao dividendo complementar for inferior à quantidade indicada, a diferença entre os dois montantes será alocada automaticamente para aumentar as reservas voluntárias. Se for superior, a diferença será reduzida pelo valor que se destina a aumentar as reservas voluntárias.

Além dos referido 877 milhões de euros (2.501 milhões de reais), foi destinado para remunerar os acionistas 4.400 milhões de euros (12.548 milhões de reais) em ações no âmbito do esquema de remuneração aos acionistas (*Santander Dividendo Elección*) aprovado pela Assembleia Geral Ordinária de 22 de março de 2013, segundo a qual o Banco ofereceu a oportunidade de optar por receber um montante equivalente ao primeiro, segundo e terceiro dividendo para o ano de 2013 em dinheiro ou em novas ações.

Da mesma forma, no âmbito do esquema de remuneração aos acionistas (*Santander Dividendo Elección*), cujo pedido deve ser apresentado à Assembleia Geral Ordinária, o Banco vai oferecer a possibilidade de optar por receber um montante igual ao dividendo complementar do referido exercício em dinheiro ou em novas ações. Os administradores do Banco estimam que a porcentagem de pedidos de ações será 86,4% e por isso a estimativa de remuneração aos acionistas é de, aproximadamente, 1.498 milhões de euros (4.272 milhões de reais) em ações.

A remuneração por ação de 2013 que o conselho de administração propôs Assembleia geral de acionistas é de, aproximadamente, 0,60 euros (1,71 reais).

b) Lucro por ação em atividades continuadas e descontinuadas

i. Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é determinado dividindo o lucro líquido atribuído ao Grupo em um período, pelo número médio ponderado de ações em circulação durante esse período, excluindo o número médio de ações próprias detidas ao longo do mesmo.

Nesse sentido:

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Resultado atribuído aos acionistas não controladores (milhões de euros)	4.370	2.295	5.330
Resultado de operações descontinuadas (líquido de minoritários) de operações (milhões de euros)	(15)	70	15
Resultados de operações contínuas (líquido de minoritários) (milhões de euros)	4.385	2.225	5.315
Número médio ponderado de ações em circulação	10.836.110.583	9.451.734.994	8.408.973.592
Conversão assumida de obrigações conversíveis	-	314.953.901	483.059.180
Número ajustado de ações	10.836.110.583	9.766.688.895	8.892.032.772
Lucro básico por ação (euros)	0,40	0,23	0,60
Lucro básico por ação em operações descontinuadas (euros)	(0,00)	0,01	0,00
Lucro básico por ação em operações continuadas (euros)	0,40	0,22	0,60

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Resultado atribuído aos acionistas não controladores (milhões de reais)	12.463	5.739	12.389
Resultado de operações descontinuadas (líquido de minoritários) de operações (milhões de reais)	(43)	175	35
Resultados de operações contínuas (líquido de minoritários) (milhões de reais)	12.506	5.564	12.354
Número médio ponderado de ações em circulação	10.836.110.583	9.451.734.994	8.408.973.592
Conversão assumida de obrigações conversíveis	-	314.953.901	483.059.180
Número ajustado de ações	10.836.110.583	9.766.688.895	8.892.032.772
Lucro básico por ação (reais)	1,15	0,59	1,39
Lucro básico por ação em operações descontinuadas (reais)	(0,00)	0,02	0,00
Lucro básico por ação em operações continuadas (reais)	1,15	0,57	1,39

ii. Lucro diluído por ação

Para proceder com o cálculo do lucro diluído por ação, tanto o valor do resultado atribuível a acionistas ordinários, como as médias ponderadas ações em circulação, líquidas das ações em tesouraria, devem ser ajustadas para efeitos de diluição inerente à ações ordinárias potenciais (opções de ações).

Desta forma, os resultados diluídos por ação foram determinados da seguinte forma:

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Resultado atribuído aos acionistas não controladores (milhões de euros)	4.370	2.295	5.330
Resultado operações descontinuadas (líquido de minoritários)(milhões de euros)	(15)	70	15
Resultados operações contínuas (líquido de minoritários) (milhões de euros)	4.385	2.225	5.315
Efeito diluidor das alterações nos resultados do exercício Derivados do potencial de conversão de ações ordinárias	-	-	-
Número médio ponderado de ações em circulação	10.836.110.583	9.451.734.994	8.408.973.592
Conversão assumida de obrigações convertíveis	-	314.953.901	483.059.180
Diluidoras direitos sobre ações/opções	51.722.251	66.057.677	64.715.094
Ajustado o número de ações	10.887.832.834	9.832.746.572	8.956.747.866
Ganhos diluídos por ação (euros)	0,40	0,23	0,60
Efeito diluidor por ação em operações descontinuadas (euros)	(0,00)	0,01	0,00
Lucro diluído por ação em atividades continuadas (euros)	0,40	0,22	0,60

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Resultado atribuído aos acionistas não controladores (milhões de reais)	12.463	5.739	12.389
Resultado operações descontinuadas (líquido de minoritários)(milhões de reais)	(43)	175	35
Resultados operações contínuas (líquido de minoritários) (milhões de reais)	12.506	5.564	12.354
Efeito diluidor das alterações nos resultados do exercício Derivados do potencial de conversão de ações ordinárias	-	-	-
Número médio ponderado de ações em circulação	10.836.110.583	9.451.734.994	8.408.973.592
Conversão assumida de obrigações convertíveis	-	314.953.901	483.059.180
Diluidoras direitos sobre ações/opções	51.722.251	66.057.677	64.715.094
Ajustado o número de ações	10.887.832.834	9.832.746.572	8.956.747.866
Ganhos diluídos por ação (reais)	1,15	0,58	1,38
Efeito diluidor por ação em operações descontinuadas (reais)	(0,00)	0,01	0,00
Lucro diluído por ação em atividades continuadas (reais)	1,15	0,57	1,38

5. Remuneração e outros benefícios para a diretoria e o Conselho de Administração do Banco

a) Remuneração do Conselho de Administração

i. Disposições estatutárias

O atual estatuto social aprovado pela Assembleia Geral de 21 de junho de 2008 estabelece - no artigo 58 - que os conselheiros terão direito a receber, para o exercício das suas funções como membros do Conselho de Administração, pelo conceito de participação no lucro de cada exercício - comissão anual e comissão de participação em reuniões - uma remuneração equivalente a 1% do lucro líquido obtido pelo Banco no ano fiscal correspondente, embora o Conselho possa decidir reduzir essa porcentagem. O montante fixado pelo Conselho em relação ao exercício de 2012, e que foi calculado em conformidade com as provisões do citado artigo 58 do estatuto social, foi de 0,321% do lucro do Banco em 2012.

Em Assembleia Geral de 22 de março de 2013, aprovado para modificar os estatutos, de tal forma que a remuneração dos diretores em sua capacidade como tal tenha acontecido que consistem de um montante fixo anual determinado pela Assembleia Geral. Este montante permanecerá em vigor enquanto o Conselho concordar com a determinação, embora o Conselho possa reduzir sua quantidade nos anos em que, assim, considerar justificado. A taxa estabelecida pelo Conselho para o exercício de 2013 foi de 6 milhões de euros (17 milhões de reais), com dois componentes: (a) comissão anual e (b) comissão de participação em reuniões.

A determinação específica do montante que corresponde a cada um dos diretores por conceitos anteriores é estabelecida pelo Conselho de Administração. Para tanto, leva em conta as posições realizada por cada diretor na própria faculdade e Associação de assistência ao Conselho e das comissões.

O montante total que obteve do Conselho em 2013 em termos de subsídios legais totalizaram 4,3 milhões de euros (12,3 milhões de reais).

Comissão anual

Montantes cobrados individualmente por cada membro do Conselho durante os anos fiscais 2013 e 2012, com base nas posições realizadas no Conselho e pelos seus membros das diversas comissões do mesmo, foram os seguintes:

	Euros
	2013 - 2012
Membros do Conselho de Administração	84.954
Membros do Comitê Executivo	170.383
Membros da Comissão de auditoria e conformidade	39.551
Membros do Comitê de remuneração e nomeações	23.730
Primeiros e quarto vice-presidentes ⁽¹⁾	28.477

	Reais
	2013 - 2012
Membros do Conselho de Administração	242.273
Membros do Comitê Executivo	485.901
Membros da Comissão de auditoria e conformidade	112.792
Membros do Comitê de remuneração e nomeações	67.674
Primeiros e quarto vice-presidentes ⁽¹⁾	81.211

(1) Em 2013 totais 28.477 euros (81.211 reais) pagou o atual terceiro vice-presidente e ex quarto vice-presidente, proporcionalmente ao tempo de exercício durante o ano da taxa para cada um deles.

Comissão de participação em reuniões

Os conselheiros recebem honorários por sua assistência presente nas reuniões do Conselho de Administração e seus comitês, excluindo o Comitê Executivo, uma vez que não há nenhuma comissão de participação em reuniões.

Pelo acordo do Conselho, sobre a proposta da Comissão de Nomeações e Remunerações, o montante do comissão de participação em reuniões aplicável às reuniões do Conselho e suas comissões - excluídos da Comissão Executiva, em relação ao qual não há taxas de participação estabelecidas – tem sido o mesmo desde 2008 e continuará a ser na mesma quantidade de a partir de 1 de janeiro de 2014.

Comissão de participação em reuniões	Euros
	2008-2013
<i>Conselho de Administração</i>	
Conselheiros residentes	2.540
Conselheiros não-residentes	2.057
<i>Associar a Comissão no Comitê de conformidade e auditoria e riscos</i>	
Conselheiros residentes	1.650
Conselheiros não-residentes	1.335
<i>Outras comissões</i>	
Conselheiros residentes	1.270
Conselheiros não-residentes	1.028

Comissão de participação em reuniões	Reais
	2008-2013
<i>Conselho de Administração</i>	
Conselheiros residentes	7.244
Conselheiros não-residentes	5.866
<i>Associar a Comissão no Comitê de conformidade e auditoria e riscos</i>	
Conselheiros residentes	4.705
Conselheiros não-residentes	3.807
<i>Outras comissões</i>	
Conselheiros residentes	3.622
Conselheiros não-residentes	2.932

iii. Remuneração salarial

O salário bruto anual dos conselheiros executivos para os anos fiscais, 2012 e 2013 é mostrado abaixo:

	Milhares de euros	
	2013	2012
D. Emilio Botín-Sanz de Sautuola y García de los Ríos	1.344	1.344
D. Javier Marin Roman ⁽¹⁾	2.000	-
D. Matias Rodriguez Inciarte	1.710	1.710
D ^a . Ana Patricia Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea ⁽²⁾	2.005	2.100
D. Juan Rodriguez Inciarte	987	987
D. Alfredo Saenz Abad ⁽³⁾	-	3.703
Total	8.046	9.844

	Milhares de reais	
	2013	2012
D. Emilio Botín-Sanz de Sautuola y García de los Ríos	3.833	3.362
D. Javier Marin Roman ⁽¹⁾	5.704	-
D. Matias Rodriguez Inciarte	4.877	4.277
D ^a . Ana Patricia Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea ⁽²⁾	5.718	5.252
D. Juan Rodriguez Inciarte	2.815	2.469
D. Alfredo Saenz Abad ⁽³⁾	-	9.262
Total	22.947	24.622

(1) Valor do salário do CEO anualizado. No entanto, o montante efetivamente recebido em 2013 é 1.600.000 euros (4.562.905 reais), que é a soma de sua remuneração como diretor-geral do Banco para os primeiros quatro meses do ano e seu salário como CEO para os oito restantes.

(2) Salário anual bruto de para 2011 foi revisado no caso da Sra. Ana Patricia Botín Sanz de Sautuola y O'Shea para refletir a Assunção de novas responsabilidades como conselheiro executivo do Santander UK, fixando-se em 2 milhões de euros (5 milhões de reais) que, aplicado a taxa de câmbio publicada pelo Banco de Espanha no dia útil anterior no dia de 20 de dezembro de 2010 - data em que o Conselho aprovou a atual remuneração de salário fixo citado Conselheiro executivo-Foi dito em 1.702 mil libras esterlinas. Os montantes em euros referidos na tabela acima são a quantidade equivalente calculada aplicando-se à sua remuneração em libras esterlinas os tipos de média tais exercícios alterações.

(3) Cesa como membro do Conselho de 29 de abril de 2013. Salário bruto recebido até que a data é exibida, junto com seus benefícios de compensação restantes, (iii) abaixo.

Abaixo está a máxima remuneração variável dos conselheiros executivos relativas aos exercícios de 2013 e 2012, aprovados pelo Conselho, segundo a proposta da Comissão de Nomeações e Remunerações:

	Milhares de euros	
	2013	2012
D. Emilio Botín-Sanz de Sautuola y Garcia de los Ríos	1.412	1.412
D. Javier Marín Romano ⁽¹⁾	2.500	-
D. Matías Rodríguez Inciarte	2.308	2.669
D ^a . Ana Patricia Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea ⁽²⁾	2.212	2.247
D. Juan Rodríguez Inciarte	1.480	1.557
D. Alfredo Sáenz Abad	-	3.510
Total	9.912	11.395

	Milhares de reais	
	2013	2012
D. Emilio Botín-Sanz de Sautuola y Garcia de los Ríos	4.026	3.532
D. Javier Marín Romano ⁽¹⁾	7.130	-
D. Matías Rodríguez Inciarte	6.582	6.676
D ^a . Ana Patricia Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea ⁽²⁾	6.308	5.620
D. Juan Rodríguez Inciarte	4.220	3.894
D. Alfredo Sáenz Abad	-	8.779
Total	28.266	28.501

(1) Nomeado CEO em uma reunião do Conselho, de 29 de abril de 2013.
(2) Equivalente em euros do montante original em libras esterlinas.

Durante 2012 e 2013 aprovou a segunda e terceira parte de remuneração variável executiva diferida e condicionada com o mesmo esquema de pagamentos para o primeiro ciclo do plano (ver Nota 5.e) pelo qual uma parte da remuneração variável de tais exercícios é diferida por três anos a seu crédito, se for caso disso, por terceiros, 50% em dinheiro e 50% em ações do Santander, desde que sejam satisfeitas as condições previstas para tal assistência. Também, a parte da remuneração variável que não é diferido (pagamento imediato) é pago 50% em dinheiro e 50% em ações.

Os valores mostrados na tabela acima inclui a remuneração variável máxima atribuída para a conselheiros executivos para cada um dos exercícios correspondentes. Estes montantes cobrados tanto a remuneração variável em dinheiro e em ações (de acordo com planos acordados em cada exercício) e ambos de abono de imediato, como no seu caso, são pagaos após o período de diferimento.

A tabela a seguir mostra a forma de pagamento da remuneração variável de 2013 e 2012:

	Milhares de euros							
	2013				2012			
	Pagamento imediato em dinheiro (20%)	Pagamento imediato em ações (20%)	Pagamento diferido em dinheiro (30%) ⁽¹⁾	Pagamento diferido em ações (30%) ⁽¹⁾	Pagamento imediato em dinheiro (20%)	Pagamento imediato em ações (20%)	Pagamento diferido em dinheiro (30%) ⁽²⁾	Pagamento diferido em ações (30%) ⁽²⁾
D. Emilio Botin-Sanz de Sautuola y Garcia de los Rios	282	282	424	424	282	282	424	424
D. Javier Marín Romano	500	500	750	750	-	-	-	-
D. Matías Rodríguez Inciarte	462	462	692	692	534	534	801	801
D ^a . Ana Patricia Botin-Sanz de Sautuola y O'Shea ⁽³⁾	442	442	664	664	449	449	674	674
D. Juan Rodríguez Inciarte	296	296	444	444	311	311	467	467
D. Alfredo Sáenz Abad	-	-	-	-	702	702	1.053	1.053
Total	1.982	1.982	2.974	2.974	2.278	2.278	3.419	3.419

	Milhares de reais							
	2013				2012			
	Pagamento imediato em dinheiro (20%)	Pagamento imediato em ações (20%)	Pagamento diferido em dinheiro (30%) ⁽¹⁾	Pagamento diferido em ações (30%) ⁽¹⁾	Pagamento imediato em dinheiro (20%)	Pagamento imediato em ações (20%)	Pagamento diferido em dinheiro (30%) ⁽²⁾	Pagamento diferido em ações (30%) ⁽²⁾
D. Emilio Botin-Sanz de Sautuola y Garcia de los Rios	804	804	1.209	1.209	705	705	1.060	1.060
D. Javier Marín Romano	1.426	1.426	2.139	2.139	-	-	-	-
D. Matías Rodríguez Inciarte	1.318	1.318	1.973	1.973	1.336	1.336	2.003	2.003
D ^a . Ana Patricia Botin-Sanz de Sautuola y O'Shea ⁽³⁾	1.260	1.260	1.894	1.894	1.123	1.123	1.686	1.686
D. Juan Rodríguez Inciarte	844	844	1.266	1.266	778	778	1.168	1.168
D. Alfredo Sáenz Abad	-	-	-	-	1.756	1.756	2.634	2.634
Total	5.652	5.652	8.481	8.481	5.698	5.698	8.551	8.551

(1) Em 3 anos: em 2015, 2016 e 2017 objecto de mandato, com exceções e o não-atendimento das cláusulas *malus*.

(2) Em 3 anos: 2014, 2015 e 2016 objecto de mandato, com exceções e o não-atendimento das cláusulas *malus*.

(3) Equivalente em euros do montante original em libras esterlinas.

Os montantes de pagamento imediato e diferidos em ações na tabela acima correspondem com os seguintes números de ações:

	Número de ações					
	2013			2012		
	Pagamento imediato	Pagamento diferido ⁽¹⁾	Total	Pagamento imediato	Pagamento diferido ⁽²⁾	Total
D. Emilio Botin-Sanz de Sautuola y García de los Ríos	42.287	63.431	105.718	43.952	65.927	109.879
D. Javier Marin Romano	74.850	112.275	187.125	-	-	-
D. Matias Rodríguez Inciarte	69.092	103.639	172.731	83.059	124.589	207.648
D ^a . Ana Patricia Botin-Sanz de Sautuola y O'Shea	66.241	99.362	165.603	69.916	104.874	174.790
D. Juan Rodríguez Inciarte	44.299	66.448	110.747	48.466	72.699	121.165
D. Alfredo Sáenz Abad	-	-	-	109.211	163.817	273.028
Total	296.769	445.155	741.924	354.604	531.906	886.510

(1) Em 3 anos: em 2015, 2016 e 2017 objecto de mandato, com exceções e o não-atendimento das cláusulas *malus*.

(2) Em 3 anos: 2014, 2015 e 2016 objecto de mandato, com exceções e o não-atendimento das cláusulas *malus*.

iii. Detalhamento individualizado

A seguir o detalhamento individualizado, por conselheiro do Banco, dos conceitos anteriores correspondentes ao ano de 2013. A remuneração salarial dos Conselheiros executivos mostrados na tabela abaixo correspondem ao montante máximo para cada componente aprovado pelo Conselho como remuneração para o ano, independentemente do ano e valor que, nesse caso, seja pago para os administradores em conformidade com o regime de diferimento acordado. No item e) da presente Nota contém informações sobre as ações entregues segundo o sistema de remuneração diferida de exercícios anteriores onde foram cumpridas condições para entrega durante os anos fiscais correspondentes.

Conselheiros	Milhares de euros															Variação (%)	
	2013														2012		
	Atenção estatutária						Remuneração salário dos conselheiros executivos						Outros elegíveis a ações	Total	Total		
	Comissão anual				Dietas		Fixo	Pagamento imediato variável		Variável pagamento diferido (a)		Total					
	Conselho	Comissão Executiva	Comissão de auditoria e conformidade	Comissão de nomeação e remunerações	Conselho	Outras dietas		Em dinheiro	Em ações	Em dinheiro	Em ações						
D. Emilio Botin-Sanz de Sautuola y Garcia de los Rios	85	170	-	-	33	5	1.344	282	282	424	424	2.757	1	3.051	3.061	(0,3%)	
D. Javier Marín Romano (1)	57	115	-	-	15	3	1.600	500	500	750	750	4.100	51	4.341	-	-	
D. Fernando de Asúa Álvarez	113	170	-	40	33	199	-	-	-	-	-	-	-	579	567	2,1%	
D. Mafias Rodríguez Inciarte	85	170	-	-	30	160	1.710	462	462	692	692	4.018	265	4.729	5.154	(8,2%)	
D. Guillermo de la Dehesa Romero (2)	104	170	-	27	33	36	-	-	-	-	-	-	-	394	320	23,3%	
D ^a Ana Patricia Botin-Sanz de Sautuola y O'Shea	85	170	-	-	25	4	2.005	442	442	664	664	4.217	339	4.840	5.140	(5,8%)	
D. Francisco Javier Botin-Sanz de Sautuola y O'Shea (3)	85	-	-	-	28	-	-	-	-	-	-	-	-	113	108	4,7%	
Lord Burns (Terence) (4)	85	-	-	-	19	-	-	-	-	-	-	-	-	103	106	(1,9%)	
D. Vittorio Corbo Lioi	85	-	-	-	21	-	-	-	-	-	-	-	-	106	106	0%	
D. Rodrigo Echemque Gordillo	85	170	-	40	33	111	-	-	-	-	-	-	30	493	415	18,7%	
D ^a Esther Gómez-Saizmas i Colomer (5)	85	-	-	-	28	1	-	-	-	-	-	-	-	114	82	39,1%	
D. Angel Jado Bocerro de Bengoa	85	-	-	-	30	-	-	-	-	-	-	-	-	115	110	4,6%	
D. Abel Matutes Juan	85	-	-	40	25	19	-	-	-	-	-	-	-	169	169	0%	
D. Juan Rodríguez Inciarte	85	-	-	-	33	64	987	296	296	444	444	2.467	151	2.830	2.937	(3,7%)	
D ^a Isabel Tacino Biscarolasaga (6)	85	115	-	-	33	175	-	-	-	-	-	-	-	432	257	68,1%	
D. Juan Miguel Villar Mir (7)	56	-	-	-	15	-	-	-	-	-	-	-	-	71	-	-	
D. Alfredo Sáenz Abad (8)	28	56	-	-	18	3	1.234	-	-	-	-	1.234	561	1.899	8.237	(76,9%)	
D. Manuel Soto Serrano (8)	57	-	-	13	15	64	-	-	-	-	-	-	-	137	352	(61,2%)	
D. Francisco Luzán López (9)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	130	-	-
D. Antonio Basagoiti García-Tañón (10)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	115	-	-
D. Antonio Escámez Torres (10)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	118	-	-
D. Luis Alberto Salazar-Simpson Bos (10)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44	-	-
Total ano 2013	1.415	1.308	158	103	468	874	8.880	1.982	1.982	2.974	2.974	18.792	1.398	24.517	-	(10,9%)	
Total ano 2012	1.464	1.287	168	119	409	900	9.952	2.278	2.278	3.419	3.419	21.347	1.833	-	27.528		

Conselheiros	Milliões de reais														2012	
	2013															
	Atenção estatutária						Remuneração salário dos conselheiros executivos						Outros elegíveis a ações (b)	Total		Total (c)
	Comissão anual				Dietas		Fixo	Pagamento imediato variável		Variável pagamento diferido (a)		Total				
	Conselho	Comissão Executiva	Comissão de auditoria e conformidade	Comissão de nomeação e remunerações	Conselho	Outras dietas		Em dinheiro	Em ações	Em dinheiro	Em ações					
D. Emilio Botín-Sanz de Sautuola y Garcia de los Rios	242	485	-	-	94	14	3.833	804	804	1.209	1.209	7.862	3	8.701	7.656	
D. Javier Marin Romano (1)	163	328	-	-	43	9	4.563	1.426	1.426	2.139	2.139	11.692	145	12.380	-	
D. Fernando de Asua Alvarez	322	485	114	68	94	568	-	-	-	-	-	-	-	1.651	1.418	
D. Matias Rodriguez Inciarte	242	485	-	-	86	456	4.877	1.318	1.318	1.973	1.973	11.459	756	13.486	12.891	
D. Guillermo de la Dehesa Romero (2)	297	485	77	68	94	103	-	-	-	-	-	-	-	1.124	800	
D ^a . Ana Patricia Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea	242	485	-	-	71	11	5.718	1.261	1.261	1.894	1.894	12.026	967	13.803	12.856	
D. Francisco Javier Botin-Sanz de Sautuola y O'Shea (3)	242	-	-	-	80	-	-	-	-	-	-	-	-	322	270	
Lord Burns (Terence) (4)	242	-	-	-	54	-	-	-	-	-	-	-	-	294	265	
D. Vittorio Corbo Lini	242	-	-	-	60	-	-	-	-	-	-	-	-	302	265	
D. Rodrigo Echenique Gordillo	242	485	114	68	94	317	-	-	-	-	-	-	86	1.406	1.038	
D ^a . Esther Giménez-Salinas i Cotomer (5)	242	-	-	-	80	3	-	-	-	-	-	-	-	325	205	
D. Ángel Jado Becerro de Bengoa	242	-	-	-	86	-	-	-	-	-	-	-	-	328	275	
D. Abel Matutes Juan	242	-	114	-	71	54	-	-	-	-	-	-	-	482	423	
D. Juan Rodriguez Inciarte	242	-	-	-	94	268	2.815	844	844	1.266	1.266	7.035	431	8.071	7.346	
D ^a . Isabel Tocino Biscarolasaga (6)	242	328	-	68	94	499	-	-	-	-	-	-	-	1.232	643	
D. Juan Miguel Villar Mir (7)	160	-	-	-	43	-	-	-	-	-	-	-	-	202	-	
D. Alfredo Sáenz Abad (8)	80	160	-	-	51	9	3.519	-	-	-	-	3.519	1.600	5.416	20.602	
D. Manuel Soto Serrano (8)	106	-	37	23	43	183	-	-	-	-	-	-	-	391	850	
D. Francisco Luzón López (9)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	325	
D. Antonio Basagoiti Garcia-Tuñón (10)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	288	
D. Antonio Escámez Torres (10)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	295	
D. Luis Alberto Salazar-Simpson Bos (10)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	110	
Total ano 2013	4.035	3.730	451	294	1.335	2.492	25.324	5.652	5.652	8.481	8.481	53.591	3.987	69.918	-	
Total ano 2012	4.175	3.670	479	339	1.166	2.567	28.381	6.496	6.496	9.750	9.750	60.878	5.227	-	68.852	

(1) Membro do Conselho e do comité executivo desde 29 de abril de 2013.

(2) Membro da Comissão de auditoria e conformidade e terceiro Vice-Presidente de 29 de abril de 2013.

(3) As quantidades fornecidas para o Fundación Botín.

(4) Deixa de ser membro do Conselho em 31 de dezembro de 2013.

(5) Membro do Conselho desde 30 de março de 2012 e a Comissão Internacional desde 26 de novembro de 2013.

(6) Membro de associação Comité de riscos, de 30 de março de 2012 e a Comissão Executiva desde 29 de abril de 2013.

(7) Membro do Conselho desde 7 de maio de 2013.

(8) Deixa de ser membro do Conselho em 29 de abril de 2013.

(9) Deixa de ser membro do Conselho, em 23 de janeiro de 2012.

(10) Deixa de ser membro do Conselho em 30 de março de 2012.

(a) Montante máximo aprovado pelo Conselho de Administração, em suas reuniões relevantes, como remuneração variável diferido do exercício para cada um dos diretores.

(b) Colata, entre outras coisas, os custos de seguro de vida e seguro de saúde ao Grupo correspondente à conselheiros do Banco.

(c) Inclui a correspondente remuneração variável de pagamento diferido.

b) Remuneração dos membros do Conselho decorrentes da representação do Banco

Pelo acordo do Comitê Executivo, todas as remunerações recebidas por conselheiros do Banco que o representem nos Conselhos de Administração das sociedades listadas, envolvendo o Banco, de acordo com as nomeações correspondentes acordados a partir 18 de março de 2002 são em benefício do Grupo. Durante os exercícios 2013 e 2012 os conselheiros do Banco não receberam honorários derivados deste tipo de representações.

Três diretores do Banco perceberam um total de 1.184 mil euros (3.377 mil reais) durante o ano fiscal de 2013 por sua permanência no Conselho de Administração de sociedades do Grupo (1.317 mil euros durante o ano fiscal 2012), (3.294 mil reais) de acordo com a seguinte divisão: 736 mil euros (2.099 mil reais) Lord Burns pela presidência não-executiva do Conselho de Administração do Santander UK Plc; 42 mil euros (120 mil reais) D. Matías Rodríguez Inciarte como conselheiro não executivo de U.C.I., S.A. e 406 mil euros (1.158 mil reais) (297 mil reais) D. Vittorio Corbo Lioi como conselheiro não executivo do Banco Santander Chile, 284 mil euros (810 mil reais) pela prestação de serviços de consultoria para essa entidade e 18 mil euros (51 mil reais) como conselheiro não executivo do Grupo Financiero Santander México, S.A.B. de C.V.

c) Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo

No ano de 2012, no âmbito das ações desenvolvidas pelo Grupo para reduzir os riscos decorrentes da manutenção das autorizações para as pensões na modalidade de entrega definida com alguns funcionários, que resultou em um acordo com os representantes dos trabalhadores para transformar os compromissos de benefícios definidos resultantes da convenção coletiva em planos de contribuição definida (ver Nota 25), os contratos dos Conselheiros executivos foram modificados e dos outros membros da alta administração do Banco - diretores - que contavam com compromissos sob a forma de pensão de benefício definido para transformá-los em um sistema de contribuição definida, que foi terceirizada Santander Seguros e Reaseguros, Compañía de Seguros, S.A. O novo sistema outorga aos Conselheiros executivos o direito de receber um benefício para a aposentadoria, na ocasião de que este, tenha contribuído no Banco nesse momento, calculado com base nas contribuições ao sistema indicado e substituiu o direito a receber um complemento de pensão em caso de aposentadoria que tinha até então, expressamente excluindo qualquer obrigação do Banco para os Conselheiros executivos, além da conversão do antigo sistema para o novo sistema de previdência social, que teve lugar em 2012 e, e nesse caso, da preparação de contribuições anuais, descrevendo-as mais posteriormente¹. No caso de aposentadoria antecipadae até a data da aposentadoria, os Conselheiros executivos que não tiveram exercido a opção de receber suas pensões na forma de capital têm direito a receber uma comissão anual.

O saldo inicial que correspondia a cada um dos Conselheiros executivos do novo sistema de contribuição definida referia-se ao valor de mercado dos ativos que estavam registrados nas provisões correspondentes às respectivas obrigações acumulados na data da transformação dos antigos compromissos para as pensões no novo sistema de previdência².

1 Em conformidade com as provisões dos contratos dos conselheiros executivos e membros da Diretoria, antes da sua modificação, D. Emilio Botín-Sanz de Sautuola y García de los Ríos e D. Matías Rodríguez Inciarte tinham exercido a opção a receber vencidos pensões ou quantidades equivalentes sob a forma de capital - ou seja, em uma única compensação-, o que significava que eles pararam de acumular pensões desde entãoa capital sendo definida para perceber, que eie seria atualizado para a taxa de juro acordada.

2 No caso de D. Emilio Botín-Sanz de Sautuola y García de los Ríos e D. Matías Rodríguez Inciarte, o saldo de início foi o correspondente às quantidades que tinham sido fixadas no momento do exercício por sua opção de parte parece antes de capital em causa, incluindo os juros que esses montantes foram rendeu a partir desse momento.

Após essa modificação, o Banco realiza anualmente, desde 2013 contribuições para o sistema de previdência para os benefícios dos Conselheiros executivos e alta administração, na proporção de suas respectivas bases pensionais, até aqueles que deixaram o Grupo, ou aqueles que se aposentaram no Grupo, incluindo falecimento ou invalidez (também os casos de aposentadoria antecipada). Não são realizadas contribuições com relação a conselheiros executivos e alta administração que tenham exercido, antes da transformação dos compromissos relativamente aos benefícios por contribuição definida no atual sistema de contribuição definida, a opção de receber em forma de capital seus direitos por benefícios.

As condições do sistema de previdência regulam o impacto do diferimento da remuneração variável computável no pagamento das prestações abrangidas pelo sistema no momento da aposentadoria, bem como, se for caso disso, de retenção em ações que tragam a causa disso.

Em 2013, na sequência da sua nomeação como CEO, foram inseridas no contrato de D. Javier Marín Romano as alterações em relação aos compromissos pelas contribuições existentes em seu contrato de diretor sênior. A contribuição anual para o sistema de previdência passa a ser calculada como 80% da soma de: (i) a remuneração fixa anual; e (ii) 30% da média aritmética do montante bruto da três últimas remunerações variáveis. Também, a base de pensão em relação ao regime de morte e invalidez permanente sob seu contrato do executivo sênior passa a ser 100% da remuneração anual fixa. No seu contrato de alta administração, que está suspenso, a contribuição anual é de 55% de sua remuneração fixa e a base de pensão para os casos de morte e de invalidez é de 80% de sua remuneração fixa.

O quadro abaixo demonstra o balanço em 31 de dezembro de 2013, correspondente para cada um dos atuais Conselheiros executivos no novo sistema de previdência, bem como o saldo inicial que lhes correspondia em 2012 para transformar seus compromissos:

	Milhares de euros	
	2013	2012
D. Emilio Botín-Sanz de Sautuola y García de los Ríos	25.864	25.566
D. Javier Marín Romano ⁽¹⁾	4.346	-
D. Matías Rodríguez Inciarte	46.058	45.524
D ^a . Ana Patricia Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea ⁽²⁾	37.202	34.941
D. Juan Rodríguez Inciarte	13.410	12.824
D. Alfredo Sáenz Abad ⁽³⁾	-	88.174
	126.880	207.029

	Milhares de reais	
	2013	2012
D. Emilio Botín-Sanz de Sautuola y García de los Ríos	84.255	69.120
D. Javier Marín Romano ⁽¹⁾	14.158	-
D. Matías Rodríguez Inciarte	150.039	123.079
D ^a . Ana Patricia Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea ⁽²⁾	121.189	94.466
D. Juan Rodríguez Inciarte	43.684	34.671
D. Alfredo Sáenz Abad ⁽³⁾	-	238.387
	413.325	559.723

- (1) Inclui tanto os seus direitos sob o sistema aqui descrito e que correspondem, para o período anterior à sua nomeação como CEO, no sistema de pensões para os executivos que se tornou um participante em espera após essa nomeação.
- (2) Inclui os montantes correspondentes ao período de prestação de serviços no Banesto, terceirizados com outra seguradora.
- (3) Em Abril de 2013, por ocasião de sua aposentadoria, D. Alfredo Sáenz Abad solicitou abono em um único pagamento das pensões que lhe correspondiam (montante bruto de 88,5 milhões de euros) (229,3 milhões de reais). Este fato aconteceu pelos termos contratuais e legalmente previstos com a liquidação de seus direitos por pensões, sendo: i) pagamento em dinheiro de 38,2 milhões de euros (99 milhões de reais) correspondentes ao montante líquido da pensão calculada tendo em conta a remuneração fixa e 12,2 milhões de euros (31,61 milhões de reais) correspondendo ao valor residual entre o montante de pensão calculada tendo em conta a remuneração variável já vencidos à data da aposentadoria e ii) o investimento pelo Sáenz Estes 12,2 milhões euros (milhões de reais) em ações do Santander (2.216.082 ações) , que tenham sido depositadas no Banco de forma restrita, até 29 de abril de 2018.

Além disso, o Grupo mantém compromissos por pensão com outros conselheiros em de 18 milhões de euros (59 milhões de reais) em 31 de Dezembro de 2013 (18 milhões de euros, 49 milhões de reais, em 31 de Dezembro de 2012). Os pagamentos realizados durante 2013 aos membros do Conselho elegíveis para pós emprego elevaram-se a 1,2 milhões de euros (3,4 milhões de reais) (1,6 milhões de euros, 4 milhões de reais, em 2012).

Finalmente, os contratos dos conselheiros executivos que não havia exercido a opção anteriormente à transformação dos compromissos por pensão de contribuição definida no atual sistema de previdência incluem um regime de previsão complementar para os casos de falecimento (viúva e órfãos) e invalidez permanente.

O quadro abaixo demonstra as alocações realizadas durante os anos 2013 e 2012 no conceito de em pensões, pensões por aposentadoria e pensões complementares de viuvez, órfãos e invalidez permanente:

	Milhares de euros	
	2013	2012
D. Emilio Botín-Sanz de Sautuola y García de los Ríos	-	-
D. Javier Marín Romano	2.006	-
D. Matías Rodríguez Inciarte	-	-
D ^a . Ana Patricia Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea	1.443	2.088
D. Juan Rodríguez Inciarte	609	78
D. Alfredo Sáenz Abad	-	-
	4.058	2.166

	Milhares de reais	
	2013	2012
D. Emilio Botín-Sanz de Sautuola y García de los Ríos	-	-
D. Javier Marín Romano	6.535	-
D. Matías Rodríguez Inciarte	-	-
D ^a . Ana Patricia Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea	4.701	5.645
D. Juan Rodríguez Inciarte	1.984	211
D. Alfredo Sáenz Abad	-	-
	13.220	5.856

d) Seguros

O Grupo contratou seguro de vida em favor dos conselheiros do banco e que têm o direito de perceber ao ser declarado sua invalidez, ou seus herdeiros em caso de morte. Prêmios pagos pelo Grupo estão incluídos na coluna outras remunerações da tabela mostrada no parágrafo a.iii da presente Nota. Além disso, a tabela a seguir fornece informações sobre o capital segurado no que diz respeito aos conselheiros executivos do Banco:

	Capital segurado (Milhares de euros)	
	2013	2012
D. Emilio Botín-Sanz de Sautuola y García de los Ríos	-	-
D. Javier Marín Romano	2.400	-
D. Matías Rodríguez Inciarte	5.131	5.131
D ^a . Ana Patricia Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea	6.000	6.000
D. Juan Rodríguez Inciarte	2.961	2.961
D. Alfredo Sáenz Abad	-	11.108
	16.492	25.200

	Capital segurado (Milhares de reais)	
	2013	2012
D. Emilio Botín-Sanz de Sautuola y García de los Ríos	-	-
D. Javier Marín Romano	7.818	-
D. Matías Rodríguez Inciarte	16.715	13.872
D ^a . Ana Patricia Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea	19.546	16.222
D. Juan Rodríguez Inciarte	9.646	8.005
D. Alfredo Sáenz Abad	-	30.032
	53.725	68.131

Além disso, outros conselheiros mantiveram seguro de vida a cargo Grupo, cujo capital segurado correspondeu a 31 dezembro de 2013 para 1,4 milhões de euros (4,6 milhões de reais) (1,4 milhões de euros, 3,8 milhões de reais, no exercício de 2012).

e) Descrição dos sistemas de remuneração variável diferida

Abaixo estão vários planos de ações, mediante a qual facilitaram as ações de remuneração variável diferida dos conselheiros (ver Nota 47):

i) Plano de ação ligada a objetivos

Este plano envolve a implementação de ciclos sucessivos de ações aos beneficiários, como parte da sua remuneração variável correspondente ao exercício que começa a cada ciclo e com uma duração de três anos cada, assim que cada ano, iniciando um ciclo e, a partir de 2009, também terminou o outro. Após mudanças em 2011 para a política de remuneração para os Conselheiros executivos, estes já não são beneficiários ambos ciclo adotado em 2011.

Abaixo está o número de máximos direitos concedidos para cada conselheiro executivo em cada um dos ciclos, bem como as ações recebidas em 2013 e 2012 sob os I12 e I13 regimes de incentivo (e Planos I12 e I13) respectivamente. Em conformidade com eles, o número de ações que recebeu foi determinado com base no grau de cumprimento dos objetivos que cada plano, não tendo atingido I12 plano máximo, não é mínimo o plano I13.

	Direitos para o 1 de janeiro de 2012	Ações entregues em 2012 (número)	Direitos cancelados em 2012 (número)	Direitos para o 31 de dezembro de 2012	Ações entregues em 2013 (número)	Direitos cancelados em 2013 (número)	Direitos em 31 de dezembro de 2013	Data da concessão do	Prazo para entrega de ações
Plano I12:									
D. Emilio Botín-Sanz de Sautuola y García de los Ríos	82.941	24.882	(58.059)	-	-	-	-	19/06/09	31/07/12
D. Alfredo Sáenz Abad	228.445	68.534	(159.911)	-	-	-	-	19/06/09	31/07/12
D. Matías Rodríguez Inciarte	105.520	31.656	(73.864)	-	-	-	-	19/06/09	31/07/12
D ^a . Ana Patricia Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea ⁽¹⁾	56.447	16.934 ⁽²⁾	(39.513)	-	-	-	-	19/06/09	31/07/12
D. Francisco Luzón López ⁽³⁾	92.862	-	(92.862)	-	-	-	-	19/06/09	31/07/12
D. Juan Rodríguez Inciarte	60.904	18.271	(42.633)	-	-	-	-	19/06/09	31/07/12
	627.119	160.277	(466.842)	-	-	-	-		
Plano I13:									
D. Emilio Botín-Sanz de Sautuola y García de los Ríos	82.941	-	-	82.941	-	(82.941)	-	11/06/10	31/07/13
D. Alfredo Sáenz Abad ⁽⁴⁾	228.445	-	-	228.445	-	(228.445)	-	11/06/10	31/07/13
D. Matías Rodríguez Inciarte	105.520	-	-	105.520	-	(105.520)	-	11/06/10	31/07/13
D ^a . Ana Patricia Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea ⁽¹⁾	56.447	-	-	56.447	-	(56.447)	-	11/06/10	31/07/13
D. Francisco Luzón López ⁽³⁾	92.862	-	(92.862)	-	-	-	-	11/06/10	31/07/13
D. Juan Rodríguez Inciarte	60.904	-	-	60.904	-	(60.904)	-	11/06/10	31/07/13
	627.119	-	(92.862)	534.257	-	(534.257)	-		

- (1) Sem prejuízo das ações de Banesto que correspondiam a Ana Patricia Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea sob diferentes planos de incentivos baseados em ações de Banesto, aprovadas pelo Conselho de Banesto (máximo de 32.358 ações de Banesto, correspondente à sua participação no incentivo plano baseado no Banesto compartilha devido em 2013).
- (2) Durante o exercício de 2012, a Sra. Ana Patricia Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea recebeu adicionalmente 14.022 Banesto ações correspondentes a sua participação no incentivo baseado nas ações de Banesto, aprovadas pela Assembleia Geral de acionistas da Banesto em 24 de fevereiro de 2010.
- (3) Após a saída do D. Francisco Luzón López datada de 23 de janeiro de 2012, este perdeu o direito derivado de sua participação nestes planos ao não cumprir todas as condições previstas para tal assistência.
- (4) Após a saída de D. Alfredo Sáenz Abad datada de 29 de abril de 2013, este perdeu o direito derivado de sua participação nestes planos não satisfazem todas as condições previstas para tal assistência.

ii) Plano de ação ligado ao investimento obrigatório

De acordo com o plano de ações ligadas ao investimento obrigatório (ver Nota 47) bem como a remuneração variável diferida em ações do correspondente, os atuais conselheiros executivos adquiriram, antes de 28 de fevereiro de 2009 e 28 de fevereiro de 2010, o número de ações do Banco listados na tabela a seguir, correspondem ao segundo e terceiro ciclo desse plano. A manutenção das ações adquiridas no investimento obrigatório por permanência no Grupo por um período de três anos a contar da realização do investimento obrigatório dão o direito aos conselheiros executivos a receberem ações do Banco no mesmo número com o que inicialmente adquiriram de forma obrigatória.

A Assembléia geral de acionistas realizada em 19 de junho de 2009 apresentou para o terceiro ciclo um requisito adicional para a permanência, que consiste em que durante o período de três anos o investimento em ações de não compareça em qualquer das seguintes circunstâncias: (i) desempenho (*performance*) financeira ruim do Grupo; (ii) descumprimento interno pelo beneficiário dos códigos de conduta e outros regulamentos, incluindo, nomeadamente, os riscos relativos, resultante da aplicação do executivo; ou (iii) reformulação material das demonstrações financeiras do Grupo, exceto quando de acordo com uma mudança nas regras contábeis.

	Número máximo de ações para entregar ⁽²⁾	
	3º ciclo 2010-2012	2º ciclo 2009-2011
D. Emilio Botín-Sanz de Sautuola y García de los Ríos	20.515	19.968
D. Javier Marín Romano ⁽¹⁾	11.092	-
D. Matías Rodríguez Inciarte	25.849	25.159
D ^a . Ana Patricia Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea ⁽²⁾	18.446	16.956
D. Juan Rodríguez Inciarte	15.142	14.738
	91.044	76.821

(1) Membro do Conselho desde 29 de abril de 2013.

(2) O número máximo de ações correspondentes a Sra. Ana Patricia Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea correspondentes a ciclos 2009-2011 e 2010-2012 como beneficiário deste plano está em conformidade com o que foi aprovada pela Assembléia geral de acionistas do Banco Santander em 21 de junho de 2008 e Assembléia geral de acionistas do Banesto em 24 de fevereiro de 2010.

(3) Além disso D. Alfredo Saenz Abad recebeu 49.000 e 47.697 ações pela sua participação no segundo e terceiro ciclo do mencionado plano.

Cumprida a condição de manter as ações acordadas e o requisito adicional de permanência no Grupo por três anos, no mês de fevereiro de 2012 e de 2013, mediante a aprovação do Conselho, conforme a proposta da Comissão de Nomeação e Remuneração, são acumulados em favor dos conselheiros executivos, o número de ações brutas para o primeiro ciclo e segundo ciclo que estão listados na tabela acima e que são equivalentes às originalmente adquiridas pelo mesmo.

iii) Plano de ação de entrega condicional e diferido

A remuneração variável para o ano de 2010 dos Conselheiros executivos e desses diretores e funcionários do Grupo cuja retribuição variável ou bônus anual para 2010 seja superior a 300.000 euros (697.847 reais) brutos, como regra geral, foi aprovada pelo Conselho de Administração através da implementação do primeiro ciclo do plano de entrega de ações diferidas e condicionais sobre essa parte da remuneração variável ou bônus é diferido por um período de três anos para seu abono, no seu caso, ações do Santander. A aplicação deste ciclo, o qual implicou a entrega das ações aos beneficiários do plano, foi autorizada pela Assembléia Geral de Acionistas, em 11 de junho de 2010.

A acumulação da remuneração diferida em ações foi condicionada, além da permanência do beneficiário no Grupo, com as exceções contidas nas regras do plano, que não inclua, na opinião do Conselho de Administração, qualquer das seguintes circunstâncias durante o período anterior a cada entrega: (i) desempenho (*performance*) financeiro ruim do Grupo; (ii) descumprimento pelo beneficiário do regulamento interno, incluindo, nomeadamente, os riscos relativos; (iii) reformulação material demonstrações financeiras do Grupo, exceto quando sujeito a uma alteração das regras contábeis; ou (iv) variações significativas de capital económico e a avaliação qualitativa de riscos.

O diferimento de ações dadas como abono será estendido por um período de três anos e será pago, se for caso disso, em terços desde o primeiro ano.

O número de ações atribuídas a cada Conselheiro executivo para fins de diferimento, entregues em 2012 (primeiro terço), 2013 (segundo terço) e que o Conselho adotou para entregar em fevereiro de 2014 (tercer terço) sobre a satisfação das condições para a sua percepção, é conforme segue:

	Número de ações bônus diferido em 2010 ⁽¹⁾	Número de ações entregado em 2012 (primeiro terço) ⁽²⁾	Número de ações entregado em 2013 (segundo terço) ⁽²⁾	Número de ações a serem entregues em 2014 (terceiro terço) ⁽²⁾
D. Emilio Botin-Sanz de Sautuola y Garcia de los Rios	94.345	31.448	31.448	31.448
D. Javier Marin Romano	37.749	12.583	12.583	12.583
D. Matias Rodríguez Inciarte	135.188	45.063	45.063	45.063
D ^a . Ana Patricia Botin-Sanz de Sautuola y O'Shea ⁽¹⁾	91.187	30.395	30.395	19.240
D. Juan Rodriguez Inciarte	61.386	20.462	20.462	20.462

(1) Banesto ações sujeita a autorização da Assembleia geral de acionistas da entidade em 23 de fevereiro de 2011. Após a fusão do Banco Banesto, em 2014 19.240 ações do Banco, será equivalente ao 30.395 ações do Banesto autorizadas pelos acionistas.

(2) Com data de 23 de janeiro de 2012, D. Francisco Luzón López entrou em pré-aposentadoria, cessando seus cargos de conselheiro e chefe da divisão Americana. De acordo com o plano, D. Francisco Luzón López retém o direito de receber, no seu caso, 51.660 ações em 2014, desde que sejam cumpridas as condições previstas no plano de tal assistência. Em 2012 e 2013 recebeu 51.660 ações, em cada exercício financeiro, correspondente ao número de ações que você resultantes da apropriação do primeiro e segundo terço da parte diferida do seu bônus de 2010.

Além disso, em 29 de abril de 2013, D. Alfredo Sáenz Abad entregou seu cargo como conselheiro. De acordo com o plano, D. Alfredo Sáenz Abad mantém o direito de receber, no seu caso, 104.150 ações em 2014, desde que sejam cumpridas as condições previstas no plano de assistência. Em 2012 e 2013 recebeu 104.150 ações, em cada exercício financeiro, correspondente ao número de ações que correspondem você resultantes da apropriação do primeiro e segundo terço da parte diferida do seu bônus para 2010.

iv) Plano de remuneração variável diferido e condicional

Os bônus correspondentes aos exercícios de 2011, 2012 e 2013 dos conselheiros executivos e de certos executivos (incluindo a alta administração) e empregados que assumem riscos, que exercem funções de controle ou que recebam uma remuneração global que os inclua na mesma escala de remuneração dos executivos e funcionários que assumem riscos (todos eles denominados como os *identified staff* de acordo com as *Guidelines on Remuneration Policies and Practices* aprovadas pelo *Committee of European Banking Supervisors* em 10 de dezembro de 2010) foram aprovados pelo Conselho de Administração e implementados, respectivamente, usando o 1º, 2º e 3º ciclo do plano de remuneração variável diferida e condicional. A aplicação desses ciclos, na medida em que implica a outorga de ações aos beneficiários do plano, foi autorizada, respectivamente, pela Assembleia Geral de acionistas em 17 de junho de 2011, 30 de março de 2012 e 22 de março de 2013.

A finalidade destes planos é diferir uma parte da remuneração variável ou bônus de seus beneficiários, por um período de três anos para o abono, se for o caso, em dinheiro e em ações do Santander, pagando igualmente no início a outra parte desta remuneração variável em dinheiro e em ações do Santander, de acordo com as regras listadas abaixo.

A remuneração variável será paga de acordo com as seguintes porcentagens, dependendo do momento em que ocorre o abono e o Grupo ao qual pertence o beneficiário (o "percentual de abono imediato" identifica a parte do bônus cujo pagamento não é diferido, e o "percentual de diferimento" identifica a parte do bônus cujo pagamento é diferido):

	Porcentagem de pagamento imediato	Percentual de diferimento
Conselheiros executivos	40%	60%
Diretores de divisão e outros funcionários do Grupo de perfil semelhante	50%	50%
Outros executivos estão sujeitos a fiscalização	60%	40%

O pagamento do percentual de diferimento de bônus que, em cada caso será diferido por um período de três anos e será pago em terços, no prazo de quinze dias após o aniversário da data inicial (data em que ocorre o pagamento do percentual de pagamento imediato) nos anos de 2013, 2014 e 2015 para a remuneração diferida de 2011; 2014, 2015 e 2016 para a remuneração diferida de 2012; e 2015, 2016 e 2017 para a remuneração diferida de 2013, pagando 50% em dinheiro e 50% em ações, desde que se cumpram as condições discriminadas a seguir.

O acúmulo da remuneração diferida está condicionado, além da permanência do beneficiário no Grupo, com as exceções contidas no regulamento do plano, a quem não contribua, segundo parecer do Conselho, sob proposta da Comissão de nomeação e remuneração, nenhuma das seguintes circunstâncias durante o exercício que antecede a cada uma das parcelas: (i) desempenho (performance) financeira ruim do Grupo; (ii) descumprimento pelo beneficiário do regulamento interno, incluindo, em particular, os relacionados a riscos; (iii) reformulação material das demonstrações financeiras do Grupo, exceto quando é sujeito a uma alteração das normas contábeis; ou (iv) variações significativas do capital econômico ou do perfil de risco do Grupo.

Em cada parcela será pago aos beneficiários um montante em dinheiro equivalente aos dividendos pagos pela quantidade diferida em ações e os juros sobre o valor diferido em dinheiro. Nos casos de aplicação do programa *Santander Dividendo Elección*, será pago o preço oferecido pelo Banco pelos direitos de alocação gratuita referentes às ações citadas.

O número máximo de ações a entregar é calculado tendo em conta a média ponderada do volume diário das contribuições médias correspondentes aos quinze pregões anteriores à data do Conselho em que se acordou o bônus para os Conselheiros executivos do Banco para cada um dos exercícios.

A tabela a seguir mostra o número de ações do Santander atribuídas, como remuneração variável de 2011, 2012 e 2013, a cada Conselheiro executivo, bem como as ações brutas que foram entregues em 2012 e 2013, seja bônus de pagamento imediato ou de pagamento diferido, neste caso, uma vez apreciado pelo conselho, a proposta da comissão de nomeação e remunerações, que tinha produzido o acréscimo do terço correspondente de cada plano:

Remuneração variável em ações	Número máximo de ações a entregar em 1 de janeiro de 2012	Ações entregadas em 2012 (pagamento imediato r. variável 2011)	Remuneração variável 2012 (ações números máximos para entregar)	Número máximo de ações a dar em 31 de dezembro de 2012	Ações entregadas em 2013 (pagamento imediato r. variável 2012)	Ações entregadas em 2013 (pagamento de remuneração variável 2011 adiada)	Remuneração variável 2013 (ações números máximos para entregar)	Número máximo de ações a dar em 31 de dezembro de 2013
Remuneração variável 2011								
D. Emilio Botín-Sanz de Sautuola y García de los Ríos	248.879	(99.552)	-	149.327	-	(49.776)	-	99.551
D. Javier Marín Romano	155.764	(77.882)	-	77.882	-	(25.961)	-	51.921
D. Matías Rodríguez Inciarte	314.390	(125.756)	-	188.634	-	(62.878)	-	125.756
D ^a . Ana Patricia Botín-Sanz Sautuola y O'Shea	235.004	(94.002)	-	141.002	-	(47.001)	-	94.001
D. Juan Rodríguez Inciarte	183.450	(73.380)	-	110.070	-	(36.690)	-	73.380
D. Francisco Luzón López ⁽¹⁾	327.490	(130.996)	-	196.494	-	(65.498)	-	130.996
D. Alfredo Sáenz Abad ⁽²⁾	618.415	(247.266)	-	371.049	-	(123.683)	-	247.366
	2.083.392	(848.934)	-	1.234.458	-	(411.487)	-	822.971
Remuneração variável 2012								
D. Emilio Botín-Sanz de Sautuola y García de los Ríos	-	-	109.879	109.879	(43.952)	-	-	65.927
D. Javier Marín Romano	-	-	116.908	116.908	(58.454)	-	-	58.454
D. Matías Rodríguez Inciarte	-	-	207.648	207.648	(83.059)	-	-	124.589
D ^a . Ana Patricia Botín-Sanz Sautuola y O'Shea	-	-	174.790	174.790	(69.916)	-	-	104.874
D. Juan Rodríguez Inciarte	-	-	121.165	121.165	(48.466)	-	-	72.699
D. Alfredo Sáenz Abad ⁽²⁾	-	-	273.028	273.028	(109.211)	-	-	163.817
	-	-	1.003.418	1.003.418	(413.058)	-	-	590.360
Remuneração variável 2013								
D. Emilio Botín-Sanz de Sautuola y García de los Ríos	-	-	-	-	-	-	105.718	105.718
D. Javier Marín Romano	-	-	-	-	-	-	187.125	187.125
D. Matías Rodríguez Inciarte	-	-	-	-	-	-	172.731	172.731
D ^a . Ana Patricia Botín-Sanz Sautuola y O'Shea	-	-	-	-	-	-	165.603	165.603
D. Juan Rodríguez Inciarte	-	-	-	-	-	-	110.747	110.747
	-	-	-	-	-	-	741.924	741.924

- (1) Em 23 de janeiro de 2012, D. Francisco Luzón López aposentou-se antecipadamente, cessando assim seu cargo de conselheiro e chefe da divisão da América. Sobre a remuneração variável de 2011 para receber em dinheiro e em ações do Santander, o Conselho aprovou, a proposta da Comissão, de dar em forma de pagamento imediato 743 mil euros (1.958 mil reais) e 130.996 ações. O pagamento do montante diferido em dinheiro e em ações correspondente ao primeiro terço foi realizado em fevereiro de 2013, procedendo, se for o caso, o pagamento do restante, nas datas e condições acordadas pelo Conselho e desde que sejam cumpridas as exigências estabelecidas no acordo do Conselho e o Regulamento do plano, bem como os termos restantes previstos (371 mil euros, 1.058 mil reais, e 65.498 ações do Banco nos anos de 2014 e 2015). Por ocasião de cada outorga de ações, e sujeito, portanto, aos mesmos requisitos, será pago um montante em dinheiro equivalente aos dividendos pagos por essas ações e em caso de aplicação do programa *Santander Dividendo Elección*, a taxa oferecida pelo Banco pelos direitos de alocação gratuita, relacionados com as ações acima mencionadas, bem como os juros acumulados sobre o montante diferido em dinheiro.
- (2) Em 29 de abril de 2013, D. Alfredo Sáenz Abad cessou em sua posição como conselheiro. O pagamento dos valores diferidos, em dinheiro (dois pagamentos brutos de 702 mil euros (1.632 milhares de reais) cada - correspondente à remuneração variável diferida 2011 - e três de 351 mil euros (878 milhares de reais) cada - correspondente à remuneração variável diferida 2012) e em ações (ver tabela acima), correspondente a remuneração variável diferida dos anos de 2011 e 2012 serão pagos na data de vencimento junto com as remunerações correspondentes às ações (dividendos e montantes oferecidos pelos direitos de alocação gratuita no caso de aplicação do programa *Santander Dividendo Elección*) e os juros sobre os montantes em dinheiro, sujeitos ao cumprimento das exigências previstas nos correspondentes acordos do Conselho e Regulamento destes planos, bem como o restante dos termos previstos nos mesmos.

Além disso, a tabela a seguir mostra o montante entregue em 2012 e 2013, seja de pagamento imediato ou pagamento diferido, neste caso, uma vez apreciada pelo Conselho, a proposta da Comissão de nomeação e remunerações, que tinha produzido o acréscimo do terço correspondente de cada plano:

	Milhares de euros		
	2013		2012
	Dinheiro pago (pagamento imediato da remuneração variável de 2012)	Dinheiro pago (1º. Terço do pagamento diferido da remuneração variável 2011)	Dinheiro pago (pagamento imediato da remuneração variável de 2011)
D. Emilio Botín-Sanz de Sautuola y García de los Ríos	282	282	565
D. Javier Marín Romano	376	147	442
D. Matías Rodríguez Inciarte	534	357	714
D ^a . Ana Patricia Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea ⁽¹⁾	449	286	534
D. Juan Rodríguez Inciarte	311	208	416
D. Francisco Luzón López	-	371	743
D. Alfredo Sáenz Abad	702	702	1.404
	2.654	2.353	4.818

	Milhares de reais		
	2013		2012
	Dinheiro pago (pagamento imediato da remuneração variável de 2012)	Dinheiro pago (1º. Terço do pagamento diferido da remuneração variável 2011)	Dinheiro pago (pagamento imediato da remuneração variável de 2011)
D. Emilio Botín-Sanz de Sautuola y García de los Ríos	804	804	1.413
D. Javier Marín Romano	1.072	419	1.106
D. Matías Rodríguez Inciarte	1.523	1.018	1.786
D ^a . Ana Patricia Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea ⁽¹⁾	1.280	816	1.336
D. Juan Rodríguez Inciarte	887	593	1.040
D. Francisco Luzón López	-	1.058	1.858
D. Alfredo Sáenz Abad	2.002	2.002	3.512
	7.568	6.710	12.051

(1) Equivalente do montante original em libras esterlinas.

f) **Créditos**

Os riscos diretos do Grupo com os conselheiros do Banco junto às garantias prestadas a estes estão demonstradas abaixo. As condições destas operações são equivalentes às que ocorrem em transações efetuadas em condições de mercado ou foram imputadas à correspondente remuneração em espécie:

	Milhares de euros					
	2013			2012		
	Empréstimos e créditos	Garantias	Total	Empréstimos e créditos	Garantias	Total
D. Javier Marín Romano ⁽¹⁾	707	-	707	-	-	-
D. Matías Rodríguez Inciarte	17	-	17	13	-	13
D ^a . Ana Patricia Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea	-	-	-	7	-	7
D. Javier Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea	22	-	22	13	-	13
D. Vittorio Corbo Lioi	4	-	4	-	-	-
D. Rodrigo Echenique Gordillo	650	-	650	1.178	-	1.178
D. Ángel Jado Becerro de Bengoa	7	-	7	7	-	7
D. Juan Rodríguez Inciarte	4.734	-	4.734	5.313	-	5.313
D ^a Isabel Tocino Biscarolasaga	20	-	20	42	-	42
D. Alfredo Sáenz Abad ⁽²⁾	-	-	-	17	-	17
	6.161	-	6.161	6.591	-	6.591

	Milhares de reais					
	2013			2012		
	Empréstimos e créditos	Garantias	Total	Empréstimos e créditos	Garantias	Total
D. Javier Marín Romano ⁽¹⁾	2.303	-	2.303	-	-	0
D. Matías Rodríguez Inciarte	55	-	55	35	-	35
D ^a . Ana Patricia Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea	-	-	-	19	-	19
D. Javier Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea	72	-	72	35	-	35
D. Vittorio Corbo Lioi	13	-	13	-	-	-
D. Rodrigo Echenique Gordillo	2.117	-	2.117	3.185	-	3.185
D. Ángel Jado Becerro de Bengoa	23	-	23	19	-	19
D. Juan Rodríguez Inciarte	15.421	-	15.421	14.364	-	14.364
D ^a Isabel Tocino Biscarolasaga	65	-	65	114	-	114
D. Alfredo Sáenz Abad ⁽²⁾	-	-	-	46	-	46
	20.069	-	20.069	17.817	-	17.817

(1) Nomeado CEO em 29 de abril de 2013.

(2) Deixa de ser membro do Conselho de 29 de abril de 2013.

g) Altos executivos

A seguir detalhamento da remuneração máxima aprovada aos diretores-gerais do Banco ⁽¹⁾ durante os dois últimos exercícios:

Exercício	Número de pessoas ⁽¹⁾	Milhares de euros							
		Compensação salarial						Outros elegíveis a ações ⁽³⁾	Total
		Fixo	Pagamento imediato variável		Variável crédito diferido ⁽²⁾		Total		
			Em dinheiro	Em ações	Em dinheiro	Em ações			
2013	28	26.040	9.521	9.521	9.588	9.588	64.257	8.416	72.673
2012	24	24.580	10.689	10.689	10.769	10.769	67.495	6.615	74.111

Exercício	Número de pessoas ⁽¹⁾	Milhares de reais							
		Compensação salarial						Outros elegíveis a ações ⁽³⁾	Total
		Fixo	Pagamento imediato variável		Variável crédito diferido ⁽²⁾		Total		
			Em dinheiro	Em ações	Em dinheiro	Em ações			
2013	28	74.261	27.152	27.152	27.343	27.343	183.251	24.001	207.252
2012	24	61.479	26.735	26.735	26.935	26.935	168.819	16.545	185.364

(*) O conselho executivo pertinentes acima listados foram excluídos.

(1) Em algum momento no período correspondente ocupou o cargo de diretor-geral. Os montantes incluem a remuneração anual exceto os meses que pertenceu à direção-geral.

(2) A assembleia geral de acionistas, em reuniões realizadas em 30 de março de 2012 e 22 de março de 2013, aprovaram o segundo e terceiro ciclo do plano de remuneração variável diferida, condicionando que uma parte desta remuneração variável dos exercícios de 2012 e 2013 seja diferida por três anos para realização de pagamento – 50% em dinheiro e 50% em ações do Santander, sempre que sejam cumpridas as condições estabelecidas. O montante relativo à remuneração imediata corresponde a 1.331.781 ações do Santander e 165.100 ações do Banco Santander Brasil (1.653.565 ações do Santander e 61.328 ações do Banco Santander Brasil em 2012). As ações correspondentes à remuneração variável diferida em ações são indicadas no quadro a seguir. (3) inclui outros conceitos de remuneração, tais como os prêmios de seguro de vida de 1.499 mil euros – 4.275 mil reais (1.355 mil euros (3.389 mil reais) em 2012).

Os diretores gerais do Banco (excluindo os conselheiros executivos) mantinham em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o direito de receber um número máximo de ações do Santander correspondente à parte diferida dos diferentes planos em vigor em cada data (ver Nota 47), como detalhado abaixo:

Número máximo de ações para entrega	31/12/13	31/12/12
Plano I13	-	1.463.987 ⁽¹⁾
Terceiro ciclo de investimento obrigatório	-	286.317
Plano de entrega diferida e condicional (2010)	482.495	980.780 ⁽²⁾
Plano de remuneração variável diferida e condicional (2011)	1.480.251 ⁽³⁾	2.076.477 ⁽³⁾
Plano de remuneração variável diferida e condicional (2012)	1.660.832 ⁽⁴⁾	1.622.485 ⁽⁴⁾
Plano de remuneração variável diferida e condicional (2013)	1.341.718 ⁽⁵⁾	-

- (1) Além disso tinham direito até um máximo de 114.160 ações da Banesto em 31 de dezembro de 2012.
- (2) Além disso tinham direito até um máximo de 14.705 ações do Banesto em 31 de dezembro de 2012.
- (3) Além disso tinham direito a um máximo de 123.973 ações da Banesto e Santander Brasil 79.696 ações em 31 de dezembro de 2012.
- (4) Além disso, tinham direito a um máximo de 61.328 ações do Santander Brasil em 31 de dezembro de 2012 e um máximo de 344.070 opções de ações do Santander Brasil para 31 de dezembro de 2012, de acordo com o plano de opções de ações aprovado em 2011 e cujo exercício, sujeito às condições do plano, iniciado em julho de 2014.
- (5) Para os diretores do Banesto, proveniência do Banesto ações tornaram-se ações Santander a um preço de 0,633 euros (1,652 reais) por ação.
- (6) Além disso, tinham direito a um máximo de 165.000 ações do Santander Brasil em 31 de dezembro de 2013 e um máximo de 844.070 das opções de ações do Santander Brasil (344.070 opções de acordo com as opções de ações plano aprovado em 2011 e cujo exercício, sujeito às condições do plano, iniciado em julho de 2014 mais 500.000 de acordo com as opções de ações plano aprovado em 2013 e cujo exercício sujeito aos termos do plano, irá iniciar em julho de 2016).

Em 2013 e 2012, cumpridas as condições previstas nos sistemas de remuneração correspondente, de entrega diferida de ações correspondentes a anos anteriores, além do pagamento em dinheiro dos montantes correspondentes, foi entregue aos diretores gerais o seguinte número de ações Santander:

Número de ações entregues	2013	2012
Plano I12	-	439.195 ⁽¹⁾
Segundo ciclo de investimento obrigatório	-	442.319
Terceiro ciclo de investimento obrigatório	275.325	-
Plano fornece diferidos e condicional (2010)	482.494 ⁽³⁾	490.388 ⁽²⁾
Plano de remuneração variável diferida e condicional (2011)	708.375 ⁽⁴⁾	-

- (1) Adicionalmente 49.469 Ações do Banesto foram entregues.
- (2) Adicionalmente 14.705 Ações do Banesto foram entregues.
- (3) Adicionalmente 14.705 Ações do Banesto foram entregues.
- (4) Ações adicionais 50.159 Ações do Banesto foram entregues.

Como indicado na Nota 5.c, no ano de 2012 foram modificados os contratos dos membros da diretoria do Banco com compromissos sob a forma de pensão de benefício definido para transformá-los em um sistema de contribuição, que terceirizado pela a companhia de seguros Santander Seguros y Reaseguros Compañía Aseguradora, S.A. O novo sistema oferece a altos executivos o direito de receber um benefício por ocasião da aposentadoria estejam ou não atuando no Banco neste momento, calculado com base nas contribuições para o sistema indicado e a elegibilidade para um complemento de pensão em caso de aposentadoria que tinham até então, excluindo-se expressamente qualquer obrigação do Banco contra os diretores que não seja a conversão do sistema atual para o novo sistema de previdência, e neste caso, a realização das contribuições anuais que correspondem. Em caso de aposentadoria antecipada e até a data de aposentadoria dos altos executivos que que exerceram a opção descrita no parágrafo (c) da presente Nota, têm direito a receber uma comissão anual.

O saldo inicial de altos executivos no novo sistema de previdência atingiu a 287 milhões de euros (935 milhões de reais). Este saldo é igual ao valor de mercado, à data da transformação dos compromissos para pensões no novo sistema de previdência, dos ativos em que estavam registradas as provisões correspondentes às respectivas obrigações acumuladas. O saldo a partir de 31 de dezembro de 2013, cresceu para a 312 milhões de euros (1.016 milhões de reais).

Os contratos de altos executivos que não exerceram a opção descrita no parágrafo (c) desta Nota antes da transformação dos compromissos para pensões de contribuição definida no sistema atual de previdência incluem um sistema de previsão complementar para os casos de invalidez permanente e morte (viúvas e órfãos) no ativo.

Além disso, o valor assegurado pelo seguro de vida e acidentes para 31 de dezembro de 2013, atingiu 92 milhões de euros (262 milhões de reais (73 milhões de euros (183 milhões de reais) em 31 de dezembro de 2012)).

Finalmente, durante o ano de 2012 houve liquidações no valor de 10,7 milhões de euros (26,8 milhões de reais). O débito líquido a resultados elevou-se no ano de 2013 para 19,7 milhões de euros (56,2 milhões de reais (17,5 milhões de euros (43,8 milhões de reais) no exercício de 2012)).

h) Benefícios pós-emprego de antigos membros do Conselho de Administração e ex-diretores-gerais

Pagamentos e liquidações efetuados durante o exercício de 2013 a antigos membros do Conselho de Administração do Banco, além das descritas no parágrafo (c) desta Nota e, a continuação³ elevou-se para 7,2 milhões de euros (20,5 milhões de reais) (10 milhões de euros (25 milhões de reais) em 2012). Também pagamentos e liquidações feitas durante o exercício de 2013, aos diretores-gerais anteriores nesta rubrica elevaram-se a 21 milhões de euros (66 milhões de reais) (7,1 milhões de euros (17,8 milhões de reais) em 2012).

³ Em janeiro de 2013, por ocasião de sua aposentadoria, Sr. Francisco Luzón López solicitou o adubo em uma única disposição das pensões que (montante bruto de 65,4 milhões de euros – 177 milhões de reais), (Para o efeito, procedeu, nos termos do contratual e legalmente previstas, para a liquidação de seus direitos através de pensão: i) pagamento em dinheiro de 21,1 milhões de euros (60,2 milhões de reais) correspondente ao valor líquido da pensão calculado tendo em conta a remuneração fixa e a atenção estatutária e 7,1 milhões de euros (23,1 milhões de reais) correspondendo a net do montante de pensão calculada tendo em conta a remuneração variável já vencidos à data da aposentadoria, ii) investimento de Sr. Luzón dos 7,1 milhões de euros (23,1 milhões de reais) em ações Santander (1.144.110 ações), que será depositado com indisponível indisponível até 23 de janeiro de 2017 e iii) investimento pelo Banco do restante montante bruto da pensão (6,6 milhões de euros – 21,5 milhões de reais), calculado tendo em conta a remuneração variável não vencidos, em Santander (1.061.602 ações) ações, para ser entregue ao Sr. Luzón (sujeito o período de indisponibilidade do indicado e líquido de impostos) ou será definitivamente na posse do Banco dependendo de se a remuneração variável que trazem causa finalmente está tendo ou não. Do 1.061.602 indicado ações até à data foram entregues a Sr. Luzon 400.148, na época do acréscimo da remuneração variável dos quais trouxe causa, tendo sido depositada com indisponível indisponível até 23 de janeiro de 2017.

Durante o exercício de 2013 foi registrada nas demonstrações consolidadas do resultados (incluindo os prêmios de seguro de viuvez, orfandade e benefícios suplementares de invalidez permanente), um montante de 707 mil euros (2.016 mil reais) em relação às autorizações para pensões e obrigações similares realizadas pelo Grupo para antigos membros do Conselho de Administração do Banco, sendo associados a ex-diretores gerais 1.153 mil euros – 3.288 mil reais (2 mil de euros (5 mil reais) de provisões e 509 mil de euros (1.273 mil reais) de dotação, respectivamente, no ano de 2012).

Também, sob a rubrica Provisões-Fundo de Pensões e Obrigações similares do balanço consolidado em 31 de dezembro de 2013 foram registrados 93 milhões de euros (303 milhões de reais), no conceito para compromissos de pós emprego com antigos membros do Conselho de Administração do Banco (162 milhões de euros (438 milhões de reais) em 31 de dezembro de 2012, inclusive, o correspondente a Francisco Luzón) e 121 milhões de euros (394 milhões de reais), correspondendo a anteriores diretores-gerais (120 milhões de euros (324 milhões de reais) no exercício de 2012).

i) Aposentadoria antecipada e Aposentadoria

Os conselheiros executivos seguintes têm o direito a aposentadoria antecipada em caso de desligamento por razões diferentes de sua própria vontade ou a violação de suas obrigações, caso em que terá os direitos listados abaixo:

- D. Javier Marín Romano, será elegível para uma comissão anual que, a 31 de dezembro de 2013, seria 800 milhares de euros (2.606 milhares de reais) por ano. Como alternativa, pode escolher retornar à sua posição como diretor-geral do Banco.
- Sra. Ana Patricia Botin Sanz de Sautuola y O'Shea pode receber de uma comissão anual que, a 31 de dezembro de 2013, seria de 2.692 milhares de euros por ano (2.645 milhares de euros por ano em 31 de dezembro de 2012) (8.769 e 7.151 milhares de reais, respectivamente).
- D. Juan Rodríguez Inciarte, será elegível para uma comissão anual que, a 31 de dezembro de 2013, seria de 987 milhares de euros por ano (987 milhares de euros por ano em 31 de dezembro de 2012) (3.215 e 2.668 milhares de reais, respectivamente).

Se D. Javier Marín Romano, Sra. Ana Patricia Botin-Sanz de Sautuola y O'Shea e D. Juan Rodríguez Inciarte, passem à situação de aposentadoria antecipada, têm o direito de optar por receber alocações anuais sob a forma de renda ou capital - ou seja, em uma única compensação - no todo, mas não em parte.

Além disso, os demais conselheiros executivos podem ter sua aposentadoria a qualquer momento e, portanto, reivindicar o seguro com a Asseguradora que terceiriza o sistema de previdência descrito no parágrafo (c) benefícios anteriores que correspondem ao valor presente, sem qualquer obrigação de cobrar do Banco nesses casos.

j) Rescisão

Os contratos da conselheiros executivos e alta administração são de duração indefinida. A cessação da relação por descumprimento das suas obrigações pelo conselheiro ou diretor ou seu livre-arbítrio não dá direito a qualquer compensação econômica. Após o término do acordo pelo Banco por qualquer outro motivo, eles terão direito apenas a compensação legal, onde adequado.

Outros membros da diretoria - não conselheiros, que não sejam aqueles cujos contratos foram modificados em 2012 conforme indicado, mantêm contratos que reconhecem o direito da pessoa, em certos casos, uma contribuição extraordinária para o sistema de previdência social no caso de rescisão, involuntária, aposentadoria, invalidez e grave violação do dever. Benefícios são reconhecidos como uma provisão para Pensões e obrigações similares e como uma despesa de pessoal somente quando o elo que vincula a entidade gestora antes da data normal de aposentadoria é finalizado.

k) Informações exigidas pelos artigos 229 e 230º da Ley de Sociedades de Capital

Em conformidade com o disposto nos artigos 229 e 230º da Ley de Sociedades de Capital, a fim de reforçar a transparência das sociedades anónimas listadas, são designados abaixo as participações dos membros do Conselho e suas pessoas conectadas no capital social de entidades cujo objeto social é bancário, financiamento ou de crédito, bem como as funções de administração ou direção como, se necessário, são exercidas por eles:

Administrador	Denominação social	Número de ações	Funções
D. Enilio Botín-Sanz de Sautuola y García de los Ríos	Bankinter, S.A. ⁽¹⁾	330.314	-
	Bank of America Corporation	560	-
	Santander Investment, S.A.	-	Presidente ⁽²⁾
D. Javier Marín Romano	Allfunds Bank, S.A.	-	Conselheiro ⁽³⁾
	Santander Investment, S.A.	-	Vice-presidente ⁽²⁾
D.ª Ana Patricia Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea	Bankinter, S.A. (*)	6.000.000	-
	Santander UK plc	-	Conselheiro executivo
D. Javier Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea	Bankinter, S.A.	7.929.853	-
Lord Burns (Terence)	Lloyds Banking Group plc (*)	3.745	-
	Barclays plc (*)	1.901	-
	Santander UK plc	-	Presidente ⁽²⁾
D. Vittorio Cerbo Lioi	Banco Santander Chile	-	Conselheiro ⁽³⁾
	Banco Santander (México), S.A. Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander	-	Conselheiro ⁽³⁾
	Santander Consumo, S.A. de C.V., Sofom.e.r.	-	Conselheiro ⁽³⁾
	Santander Hipotecario, S.A. de C.V., Sofom.e.r.	-	Conselheiro ⁽³⁾
D. Guillermo de la Dehesa Romero	Goldman Sachs & Co. (The Goldman Sachs Group, Inc.)	19.546	-
	Banco Popular Español, S.A.	2.789	-
D. Rodrigo Echenique Gordillo	Wells Fargo & Co.	4.500	-
	Bank of America Corporation	12.000	-
	Santander Investment, S.A.	-	Conselheiro ⁽²⁾
	Allfunds Bank, S.A.	-	Vice-Presidente ⁽²⁾
D.ª Esther Giménez-Salinas i Colomer	Banco Santander International	-	Conselheiro ⁽²⁾
	Gawa Capital Partners, S.L.	-	Conselheiro ⁽²⁾
D. Ángel Jado Becerro de Bengoa	Bankinter, S.A. ⁽³⁾	1.774.000	-
D. Abel Matutes Juan	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. (*)	716.136	-
	Citibank	109.062	-
D. Juan Rodríguez Inciarte	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. ⁽⁴⁾	1.118	-
	Wells Fargo & Co.	107	-
	Santander UK plc	-	Vice-Presidente ⁽²⁾
	Santander Consumer Finance, S.A.	-	Conselheiro ⁽²⁾
D. Alfredo Sáenz Abad ⁽⁵⁾	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. (*)	367.234	-
	HSBC Holdings plc	14.254	-
	Lloyds Banking Group plc	522	-
	Banco Bradesco S.A. (*)	1.815	-
	Caixabank, S.A. (*)	6.349	-
	Banco Popular Español, S.A. (*)	14.380	-
	Banco Banif, S.A.	-	Presidente ⁽²⁾
	Santander Investment, S.A.	-	Vice-Presidente ⁽²⁾
Santander Private Banking S.p.A.	-	Presidente ⁽²⁾	

Administrador	Denominação social	Número de ações	Funções
D. Manuel Soto Serrano ⁽⁵⁾	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. Istituto per le Opere di Religione (IOR)	183,214	- Membros ⁽⁶⁾
D.ª Isabel Tocino Biscarolasaga	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	2,608	-

(*) Ações detidas por pessoas vinculadas.

(1) Além disso, ele possui o direito de usufruir sobre 3.422.836 ações da Bankinter, S.A.

(2) Não-executivo.

(3) Ações listadas, 274.000 ações são mantidas por pessoas.

(4) Mantido junto com uma pessoa vinculada.

(5) Deixa de ser membro do Conselho de 29 de abril de 2013. Os detalhes estão no final de 2012.

(6) Membro não-executivo da diretoria da Superintendência.

Nenhum dos membros do Conselho local exerce, por conta própria ou através de terceiros, atividades do gênero indicadas na tabela acima.

No que se refere a situações de conflito, de acordo com o Regulamento do Conselho (artigo 30), membros devem comunicar ao Conselho qualquer situação de conflito, direto ou indireto, que pode ser do interesse do Banco. Se conflito refere-se a uma operação, o conselheiro não pode atuar sem a aprovação do Conselho, conforme previsto no Comitê de nomeações e remunerações.

O conselheiro afetado deve abster-se de deliberação e votação sobre a operação a que se refere o conflito.

Para os casos de conselheiros, do Órgão de Resolução de Conflitos, é o próprio Conselho de Administração.

Durante o exercício de 2013, vem ocorrendo as seguintes ocasiões em que os conselheiros abstiveram-se de intervir e votar na deliberação das questões nas sessões do Conselho de Administração ou de suas comissões.

O Conselho, sem a intervenção do interessado e relatório do omissão de nomeações e remuneração, autorizou a compra em termos de quotas de mercado de até 0,25% do capital do Banco por Espacio Activos Financieros, S.L.U. empresa indiretamente controlada por D. Juan Miguel Villar Mir.

Além disso, 29 ocasiões foram devido a proposta de nomeação ou de re-eleição de conselheiros; em 26 ocasiões foram aprovadas as condições de remuneração e outras condições dos contratos dos conselheiros, incluindo a autorização da política de financiamento para conselheiros executivos; em 18 ocasiões no que diz respeito ao procedimento de avaliação da aptidão, tendo como instituição de crédito para o Banco dos membros do órgão de administração e dos titulares de funções-chave, tudo em conformidade com o disposto no Real Decreto 1245/1995 na formulação dada pelo Real Decreto 256/2013; em 18 ocasiões quando discutidas propostas para financiamento ou colateral para empresas afiliadas com conselheiros diferentes; em cinco ocasiões, a abstenção ocorreu no que se refere a verificação anual do personagem de conselheiros que, de acordo com o artigo 6.3 das regras de procedimento do Conselho, fez as nomeações e remuneração Comissão na sua reunião de 13 de fevereiro de 2013; em duas ocasiões no que diz respeito a propostas para a nomeação de dois conselheiros independentes em cargos da Fundação Banco Santander e um no que diz respeito à nomeação de um membro da família de um conselheiro executivo, como um membro do Conselho de uma subsidiária do Grupo; em uma ocasião para aprovar uma contribuição em favor de uma Fundação presidida por um conselheiro; e em outras três vezes para constasse em ata o agradecimento pelo trabalho feito por um conselheiro.

Finalmente, Lord Burns absteve-se de intervir nos acordos adotados pelo Conselho, relacionado com a posição de conselheiro, demitiu-se com efeitos a partir de 31 de dezembro de 2013 e sua nomeação como membro do Conselho Consultivo Internacional de 1 de janeiro de 2014.

6. Aplicações no mercado aberto

A composição do saldo desta rubrica dos balanços consolidados, de acordo com a classificação, natureza e moeda das operações, são demonstrados abaixo:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Classificação:			
Ativos financeiros para livre negociação	5.503	9.843	4.636
Outros ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	13.444	10.272	4.701
Empréstimos e recebíveis	56.017	53.785	42.389
	74.964	73.900	51.726
Natureza:			
Contas mútuas	1.858	1.863	2.658
Contas a prazo	16.284	15.669	11.419
Aquisição temporária de ativos	29.702	25.486	10.647
Outras contas	27.120	30.882	27.002
	74.964	73.900	51.726
Moeda:			
Euro	33.699	36.955	26.066
Libras esterlinas	4.964	3.787	4.481
US Dolar	14.915	13.567	9.784
Outras moedas	21.423	19.621	11.431
Ajustes de impairment (Nota 10)	(37)	(30)	(36)
<i>Por risco-país</i>	<i>(11)</i>	<i>-</i>	<i>(2)</i>
	74.964	73.900	51.726

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Classificação:			
Ativos financeiros para livre negociação	17.927	26.612	11.200
Outros ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	43.795	27.771	11.357
Empréstimos e recebíveis	182.481	145.413	102.408
	244.203	199.796	124.965
Natureza:			
Contas mútuas	6.053	5.037	6.422
Contas a prazo	53.047	42.362	27.587
Aquisição temporária de ativos	96.757	68.904	25.722
Outras contas	88.346	83.493	65.234
	244.203	199.796	124.965
Moeda:			
Euro	109.778	99.912	62.973
Libras esterlinas	16.171	10.238	10.826
US Dolar	48.587	36.680	23.637
Outras moedas	69.788	53.047	27.616
Ajustes de impairment (Nota 10)	(121)	(81)	(87)
<i>Por risco-país</i>	(36)	-	(5)
	244.203	199.796	124.965

Aplicações no mercado aberto classificados como ativos financeiros para livre negociação são, principalmente, aquisições temporárias de ativos de títulos de instituições estrangeiras, enquanto aqueles classificados como outros ativos financeiros ao valor justo com as alterações em perdas e ganhos são aquisições temporárias de ativos tanto títulos do setor público espanhol e outras instituições.

Aplicações no mercado aberto classificadas como empréstimos e recebíveis são principalmente dados em dinheiro para instituições de crédito e contas de depósitos a prazo.

Na Nota 10 são relatados as correções por perda de valor de ativos financeiros registrados como empréstimos e recebíveis.

A Nota 51 mostra o detalhe dos vencimentos dos empréstimos e recebíveis, bem como suas taxas de juros médias.

7. Instrumentos de Dívida

a) Composição do saldo

A composição do saldo desta rubrica dos balanços consolidados, de acordo com a classificação, as operações de natureza e moeda, são mostrados abaixo:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Classificação:			
Ativos financeiros para livre negociação	40.841	43.101	52.704
Outros ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	3.875	3.460	2.649
Ativos financeiros disponíveis para venda	79.844	87.724	81.589
Empréstimos e recebíveis	7.886	7.059	6.840
	132.446	141.344	143.782
Natureza:			
Dívida pública espanhola	32.880	37.141	39.309
Dívida externa	59.660	67.222	60.553
Publicados por instituições financeiras	17.206	12.297	16.324
Outros títulos de renda fixa	22.907	24.828	27.847
Ajustes de impairment	(207)	(144)	(251)
	132.446	141.344	143.782
Moeda:			
Euro	63.263	63.169	61.577
Libras esterlinas	7.709	9.240	5.394
US Dólar	14.195	18.183	20.383
Outras moedas	47.486	50.896	56.679
Ajustes de impairment	(207)	(144)	(251)
	132.446	141.344	143.782

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Classificação:			
Ativos financeiros para livre negociação	133.044	116.528	127.328
Outros ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	12.623	9.354	6.400
Ativos financeiros disponíveis para venda	260.100	237.171	197.111
Empréstimos e recebíveis	25.689	19.085	16.525
	431.456	382.138	347.364
Natureza:			
Dívida pública espanhola	107.110	100.415	94.967
Dívida externa	194.348	181.741	146.290
Publicados por instituições financeiras	56.050	33.246	39.437
Outros títulos de renda fixa	74.622	67.125	67.277
Ajustes de impairment	(674)	(389)	(607)
	431.456	382.138	347.364
Moeda:			
Euro	206.086	170.784	148.764
Libras esterlinas	25.113	24.981	13.032
US Dólar	46.242	49.160	49.243
Outras moedas	154.690	137.602	136.931
Ajustes de impairment	(675)	(389)	(606)
	431.456	382.138	347.364

b) Detalhamento

O detalhamento do saldo líquido de ajustes de impairment, em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, instrumentos de dívida de acordo com a origem geográfica do emitente é mostrada abaixo:

	Milhões de euros											
	2013				2012				2011			
	Renda fixa privada	Renda fixa-públicos	Total	%	Renda fixa privada	Renda fixa-públicos	Total	%	Renda fixa privada	Renda fixa-públicos	Total	%
Espanha	11.752	32.880	44.632	33,70%	10.046	37.141	47.187	33,38%	8.409	39.309	47.718	33,19%
Estados Unidos	5.945	3.997	9.942	7,51%	5.994	6.965	12.959	9,17%	11.147	2.030	13.177	9,16%
Reino Unido	3.268	5.112	8.380	6,33%	3.865	7.528	11.393	8,06%	8.529	1.654	10.183	7,08%
Portugal	2.634	3.465	6.099	4,60%	2.843	2.217	5.060	3,58%	3.704	1.824	5.528	3,84%
Polónia	723	5.184	5.907	4,46%	462	2.611	3.073	2,17%	108	3.649	3.757	2,61%
Itália	733	2.857	3.590	2,71%	375	619	994	0,70%	545	653	1.198	0,83%
Irlanda	848	-	848	0,64%	739	-	739	0,52%	642	-	642	0,45%
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	84	84	0,06%
Resto Europa	5.357	3.607	8.964	6,77%	4.244	6.009	10.253	7,25%	3.329	4.174	7.503	5,22%
Brasil	4.954	19.852	24.806	18,73%	4.810	27.359	32.169	22,76%	4.867	29.607	34.474	23,98%
México	566	8.156	8.722	6,59%	501	8.817	9.318	6,59%	534	11.426	11.960	8,32%
Chile	1.467	1.272	2.739	2,07%	1.377	2.124	3.501	2,48%	577	2.528	3.105	2,16%
Resto da América	1.384	995	2.379	1,80%	1.208	1.163	2.371	1,68%	1.275	1.583	2.858	1,99%
Resto do mundo	275	5.163	5.438	4,11%	517	1.810	2.327	1,65%	360	1.235	1.595	1,11%
	39.906	92.540	132.446	100%	36.981	104.363	141.344	100%	44.026	99.756	143.782	100%

	Milhões de reais											
	2013				2012				2011			
	Renda fixa privada	Renda fixa-públicos	Total	%	Renda fixa privada	Renda fixa-públicos	Total	%	Renda fixa privada	Renda fixa-públicos	Total	%
Espanha	38.283	107.110	145.393	33,70%	27.160	100.413	127.573	33,38%	20.315	94.967	115.282	33,19%
Estados Unidos	19.366	13.021	32.387	7,51%	16.205	18.831	35.036	9,17%	26.930	4.904	31.834	9,16%
Reino Unido	10.646	16.653	27.299	6,33%	10.449	20.353	30.802	8,06%	20.605	3.996	24.601	7,08%
Portugal	8.581	11.288	19.869	4,60%	7.687	5.994	13.681	3,58%	8.948	4.407	13.355	3,84%
Polônia	2.355	16.886	19.241	4,46%	1.249	7.059	8.308	2,17%	261	8.816	9.077	2,61%
Itália	2.388	9.307	11.695	2,71%	1.014	1.674	2.688	0,70%	1.317	1.578	2.894	0,83%
Irlanda	2.762	-	2.762	0,64%	1.998	-	1.998	0,52%	1.551	-	1.551	0,45%
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	203	203	0,06%
Resto Europa	17.451	11.750	29.201	6,77%	11.474	16.246	27.720	7,25%	8.043	10.084	18.126	5,22%
Brasil	16.138	64.670	80.808	18,73%	13.004	73.968	86.972	22,76%	11.758	71.528	83.286	23,98%
México	1.844	26.569	28.413	6,59%	1.355	23.838	25.193	6,59%	1.290	27.604	28.894	8,32%
Chile	4.779	4.144	8.923	2,07%	3.723	5.742	9.465	2,48%	1.394	6.107	7.501	2,16%
Resto da América	4.509	3.241	7.750	1,80%	3.266	3.144	6.410	1,68%	3.080	3.824	6.905	1,99%
Resto do mundo	896	16.819	17.715	4,11%	1.398	4.894	6.292	1,65%	870	2.984	3.853	1,11%
	129.998	301.458	431.456	100%	99.982	282.156	382.138	100%	106.362	241.001	347.363	100%

O detalhamento do saldo, em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, em função do *rating* do emitente, é indicada abaixo:

	Milhões de euros											
	2013				2012				2011			
	Renda fixa privada	Renda fixa-públicos	Total	%	Renda fixa privada	Renda fixa-públicos	Total	%	Renda fixa privada	Renda fixa-públicos	Total	%
AAA	10.357	7.847	18.204	13,74%	15.754	11.711	27.465	19,43%	19.250	5.205	24.455	17,01%
AA	2.884	11.304	14.188	10,71%	714	12.724	13.438	9,51%	2.056	3.885	5.941	4,13%
A	5.036	5.184	10.220	7,72%	5.524	2.611	8.135	5,76%	9.457	45.489	54.946	38,21%
BBB	7.158	64.341	71.499	53,98%	3.460	74.435	77.895	55,11%	2.739	42.377	45.116	31,38%
Inferior a BBB	6.386	3.864	10.250	7,74%	4.052	2.882	6.934	4,90%	2.196	2.800	4.996	3,47%
Sem <i>rating</i>	8.085	-	8.085	6,11%	7.477	-	7.477	5,29%	8.328	-	8.328	5,79%
	39.906	92.540	132.446	100,00%	36.981	104.363	141.344	100,00%	44.026	99.756	143.782	100%

	Milhões de reais											
	2013				2012				2011			
	Renda fixa privada	Renda fixa-públicos	Total	%	Renda fixa privada	Renda fixa-públicos	Total	%	Renda fixa privada	Renda fixa-públicos	Total	%
AAA	33.739	25.562	59.301	13,74%	42.593	31.662	74.255	19,43%	46.506	12.575	59.081	17,01%
AA	9.395	36.824	46.219	10,71%	1.930	34.401	36.331	9,51%	4.967	9.386	14.353	4,13%
Para	16.405	16.888	33.293	7,72%	14.935	7.059	21.994	5,76%	22.847	109.897	132.744	38,21%
BBB	23.318	209.597	232.915	53,98%	9.354	201.242	210.596	55,11%	6.617	102.379	108.996	31,38%
Inferior a BBB	20.803	12.587	33.390	7,74%	10.955	7.792	18.747	4,90%	5.305	6.765	12.070	3,47%
Sem rating	26.338	-	26.338	6,11%	20.215	-	20.215	5,29%	20.120	-	20.120	5,79%
	129.998	301.458	431.456	100,00%	99.982	282.156	382.138	100,00%	106.362	241.001	347.363	100%

A distribuição do nível de exposição de *rating* na tabela acima tem sido afetada por opiniões diferentes do *rating* dos emitentes soberanos que tenham ocorrido nos últimos anos, então as revisões principais foram: Espanha de A em 2011 para BBB em 2012 e Chile de A em 2011 para AA em 2012. Por outro lado, em 31 de dezembro de 2013, dentro do BBB se encontram, principalmente, além de exposições soberanas de Espanha, exposições soberanas do México e do Brasil e dentro de menos de exposições soberanas do BBB de Portugal (BB).

Além disso, o detalhamento do saldo da renda fixa privada líquida de perda de valor, em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 por tipo de instrumento financeiro é mostrada abaixo:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Obrigações hipotecárias securitizados	2.936	6.835	7.080
Outros títulos de securitização	2.781	1.497	3.100
Dívida de taxa de juro variável	10.857	15.883	16.668
Dívida a taxa de juro fixa	23.332	12.766	17.178
Total	39.906	36.981	44.026

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Obrigações hipotecárias securitizados	9.564	18.479	17.105
Outros títulos de securitização	9.060	4.048	7.489
Dívida de taxa de juro variável	35.368	42.941	40.268
Dívida a taxa de juro fixa	76.006	34.514	41.500
Total	129.998	99.982	106.362

c) Ajustes por impairment

A seguir um resumo dos movimentos que têm afetado as perdas por desgaste dos ativos financeiros disponíveis para venda, instrumentos de dívida:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Saldo no início do ano	129	235	119
Subsídio líquido do exercício	72	13	124
<i>Dos quais:</i>			
<i>Equipamento com uma carga de renda (Nota 29)</i>	89	18	125
<i>Recuperação de doações com crédito para renda</i>	(18)	(5)	(1)
Ativo baixo	-	(109)	-
Variações cambiais e outros	(13)	(10)	(8)
Saldo no final do exercício	188	129	235
<i>Dos quais:</i>			
<i>Dependendo da localização geográfica da área de risco:</i>			
<i>União Europeia</i>	105	51	155
<i>América Latina</i>	83	78	80

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Saldo no início do ano	349	568	264
Subsídio líquido do exercício	203	33	288
<i>Dos quais:</i>			
<i>Equipamento com uma carga de renda (Nota 29)</i>	254	45	290
<i>Recuperação de doações com crédito para renda</i>	(51)	(12)	(2)
Ativo baixo	-	(273)	-
Variações cambiais e outros	60	21	16
Saldo no final do exercício	612	349	568
<i>Dos quais:</i>			
<i>Dependendo da localização geográfica da área de risco:</i>			
<i>União Europeia</i>	342	138	375
<i>América Latina</i>	270	211	193

Também Nota 10 são relatados nos ajustes de valor por perda de valor dos empréstimos e recebíveis (19, 15 e 16 milhões de euros, 61, 41 e 39 milhões de reais, em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, respectivamente).

d) Outras informações

Em 31 de dezembro de 2013, o montante nominal dos instrumentos de dívida, próprios ou terceiros, em sua maioria como garantias de financiamento, recebidos pelo Grupo, aumentou para 42.433 milhões de euros (138.230 milhões de reais). Destes valores, 12.550 milhões de euros (40.883 milhões de reais) correspondem a Dívida Pública espanhola.

A discriminação abaixo relaciona o prazo de maturidade dos títulos da dívida:

	1 dia	1 semana	1 mês	3 meses	6 meses	1 ano	Mais de 1 ano	Total
Dívida pública	11%	53%	16%	13%	4%	0%	2%	100%
Outros instrumentos de dívida	65%	4%	2%	4%	11%	4%	10%	100%
Total	12%	45%	20%	12%	5%	3%	2%	100%

Não há nenhuma condições especiais relacionadas à penhora dos ativos sujeitos a detalhamento.

O detalhe dos ajustes de valorização, registrados no patrimônio líquido, correspondendo a ativos financeiros disponíveis para venda mostrada na Nota 29.

A Nota 51 mostra o detalhe dos vencimentos dos ativos financeiros disponíveis para venda e dos empréstimos e recebíveis, bem como suas taxas de juros médias.

8. Instrumentos de Capital

a) Detalhamento

O detalhamento do saldo nos balanços patrimoniais consolidados de acordo com sua classificação e natureza é:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Classificação:			
Ativos financeiros para livre negociação	4.967	5.492	4.744
Outros ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	866	688	465
Ativos financeiros disponíveis para venda	3.955	4.542	5.024
	9.788	10.722	10.233
Natureza:			
Ações em empresas espanholas	2.629	3.338	2.960
Ações de empresas estrangeiras	4.711	4.726	4.582
Participação de fundos de investimento	2.448	2.658	2.691
	9.788	10.722	10.233

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Classificação:			
Ativos financeiros para livre negociação	16.180	14.848	11.461
Outros ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	2.821	1.860	1.123
Ativos financeiros disponíveis para venda	12.884	12.279	12.137
	31.885	28.987	24.721
Natureza:			
Ações em empresas espanholas	8.564	9.025	7.151
Ações de empresas estrangeiras	15.346	12.776	11.069
Participação de fundos de investimento	7.975	7.186	6.501
	31.885	28.987	24.721

Nota 29 é demonstrado o detalhamento dos ajustes por avaliação, registrados no patrimônio líquido, correspondentes aos ativos financeiros disponíveis para venda bem como as correções de valor por impairment.

b) Movimento

O movimento que ocorreu no saldo do item ativos financeiros disponíveis para a venda é mostrado abaixo:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Saldo no início do exercício	4.542	5.024	6.546
Alterações de perímetro	-	-	(493)
Dos quais:			
<i>Metrovacesa, S.A. (Nota 3)</i>	-	-	(402)
Adições (saques) líquidos	(722)	(666)	(862)
Dos quais:			
<i>Sareb</i>	44	164	-
Ajustes de avaliação	135	184	(167)
Saldo no final do ano	3.955	4.542	5.024

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Saldo no início do ano	12.280	12.137	14.517
Alterações de perímetro	-	-	(1.146)
Dos quais:			
<i>Metrovacesa, S.A. (Nota 3)</i>	-	-	(934)
Adições (saques) líquidos	(2.059)	(1.666)	(2.004)
Dos quais:			
<i>Sareb</i>	125	410	-
Ajustes de avaliação	2.663	1.808	770
Saldo no final do ano	12.884	12.279	12.137

Principais aquisições e alienações durante os últimos três exercícios financeiros estão listadas abaixo:

i. Sociedad de Gestión de Activos Procedentes de la Reestructuración Bancaria S.A. (Sareb)

Em dezembro de 2012 o Grupo juntamente com outras instituições financeiras espanholas assinou um acordo de investimento na empresa *Sociedad de Gestión de Activos Procedentes de la Reestructuración Bancaria S.A. (SAREB)*. O Grupo se comprometeu em um investimento de até 840 milhões de euros (2.271 milhões de reais) (25% do capital e 75% em dívida subordinada), desembolsados 164 e 490 milhões de euros (443 e 1.325 milhões de reais) de capital e dívida, subordinada, respectivamente, de 31 de dezembro de 2012.

Em fevereiro de 2013, após a revisão dos recursos próprios que a empresa SAREB necessitava, o compromisso foi reduzido para 806 milhões de euros (2.626 milhões de reais), desembolsando o Grupo os restantes 44 e 108 milhões euros (143 e 352 milhões de reais) de capital e dívida subordinada, respectivamente.

c) Notificação de aquisição de participações

Notificações sobre aquisição e venda de participações efetuadas pelo Banco no ano 2013 em conformidade com o disposto no artigo 155 da lei de sociedades anônimas, no artigo 53 da Lei 24/1988 do mercado de valores mobiliários, estão indicados no anexo IV.

9. Instrumentos Financeiros Derivativos (ativo e passivo) e posições de títulos de curto prazo

a) Instrumentos Financeiros Derivativos

A seguir está uma análise do valor justo de derivativos de negociação contratados pelo Grupo, classificados de acordo com os riscos inerentes (ver Nota 36):

	Milhões de euros					
	2013		2012		2011	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Risco de juros	43.185	43.154	89.404	86.956	77.016	76.834
Risco de taxa de câmbio	11.315	10.181	16.516	16.692	16.032	16.278
Risco de preço	3.247	4.609	3.289	5.081	5.853	7.068
Outros riscos	1.152	943	1.110	1.014	3.597	2.903
	58.899	58.887	110.319	109.743	102.498	103.083

	Milhões de reais					
	2013		2012		2011	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Risco de juros	140.679	140.578	241.712	235.094	186.063	185.623
Risco de taxa de câmbio	36.860	33.166	44.653	45.129	38.732	39.326
Risco de preço	10.577	15.014	8.892	13.737	14.140	17.076
Outros riscos	3.753	3.072	3.001	2.741	8.690	7.013
	191.869	191.830	298.258	296.701	247.625	249.038

b) Posições de títulos de curto prazo

A seguir um detalhamento de posições de títulos de curto prazo:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Empréstimos e recebíveis:			
Instrumentos de dívida	3.921	5.371	1.775
<i>Dentre os quais, o Santander UK plc</i>	<i>3.260</i>	<i>4.989</i>	<i>850</i>
Instrumentos de capital	189	551	572
Para os descobertos nas atribuições:			
Instrumentos de dívida	11.840	9.259	7.836
<i>Dos quais:</i>			
<i>Banco Santander, S.A.</i>	<i>6.509</i>	<i>5.946</i>	<i>6.560</i>
<i>Banco Santander (México), S.A. Institución De Banca múltiple, Grupo Financiero Santander México</i>	<i>2.882</i>	<i>3.266</i>	<i>1.235</i>
<i>Banco Santander (Brasil) S.A.</i>	<i>2.388</i>	-	-
Instrumentos de capital	1	-	4
	15.951	15.181	10.187

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Empréstimos e recebíveis:			
Instrumentos de dívida	12.773	14.521	4.288
<i>Dentre os quais, o Santander UK plc</i>	<i>10.620</i>	<i>13.488</i>	<i>2.054</i>
Instrumentos de capital	616	1.490	1.382
Para os descobertos nas atribuições:			
Instrumentos de dívida	38.570	25.032	18.931
<i>Dos quais:</i>			
<i>Banco Santander, S.A.</i>	<i>21.204</i>	<i>16.076</i>	<i>15.848</i>
<i>Banco Santander (México), S.A. Institución De Banca múltiple, Grupo Financiero Santander México</i>	<i>9.388</i>	<i>8.830</i>	<i>2.984</i>
<i>Banco Santander (Brasil) S.A.</i>	<i>7.779</i>	-	-
Instrumentos de capital	3	-	10
	51.962	41.043	24.611

10. Operações de Crédito

a) Composição do saldo

A composição do saldo desta rubrica do balanço consolidado, de acordo com sua classificação é como segue:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Ativos financeiros para livre negociação	5.079	9.162	8.056
Outros ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	13.196	13.936	11.748
Empréstimos e recebíveis	650.581	696.014	728.737
<i>Dos quais:</i>			
<i>Independentemente dos ajustes de valor por perda de valor</i>	<i>675.484</i>	<i>721.436</i>	<i>747.543</i>
<i>Ajustes de perda de valor de valor</i>	<i>(24.903)</i>	<i>(25.422)</i>	<i>(18.806)</i>
<i>De que país de risco</i>	<i>(31)</i>	<i>(42)</i>	<i>(41)</i>
	668.856	719.112	748.541
Operações de crédito, sem considerar as correções da perda de valor de valor (*)	693.759	744.534	767.347

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Ativos financeiros para livre negociação	16.545	24.770	19.462
Outros ativos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	42.988	37.678	28.382
Operações de crédito	2.119.333	1.881.743	1.760.556
Dos quais:			
<i>Independentemente dos ajustes de valor por perda de valor</i>	2.200.457	1.950.474	1.805.989
<i>Ajustes de perda de valor de valor</i>	(81.124)	(68.731)	(45.433)
<i>De que país de risco</i>	(101)	(114)	(99)
	2.178.866	1.944.191	1.808.400
Operações de crédito, sem considerar as correções da perda de valor de valor (*)	2.178.866	1.944.191	1.808.400

(*) Inclui ajustes para avaliação pelos juros cobrados e outros no valor de 2.593, 3.481 e 2.550 milhões de euros (8.447, 9.411 e 7.127 milhões de reais) em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, respectivamente.

Nota 51 mostra detalhe de vencimentos de operações de crédito, bem como suas taxas de juros médias.

A exposição total do Grupo, de acordo com a origem geográfica do transmissor é mostrada na Nota 54.

Não há nenhuma operação de crédito de duração indeterminada com valor significativo.

b) Detalhamento

São mostradas abaixo os detalhamentos dos empréstimos concedidos a clientes do Grupo, que incluía a exposição ao risco de crédito do Grupo no seu *core business*, sem considerar o saldo de correções por perda de valor, de acordo com a modalidade e a localização das operações, a área geográfica de sua residência e o modo de taxa de juros de operações:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Por modalidade e situação de crédito:			
Carteira comercial	11.898	12.054	13.581
Devedores com garantia real	396.432	428.259	446.882
Aquisição temporária de bens	13.223	19.383	18.365
Outro termo de devedores	203.267	218.728	227.093
Locações financeiras	15.871	16.241	18.326
Devedores à vista	10.155	11.087	8.893
Ativos depreciados	40.320	35.301	31.257
Avaliação de juros cobrados e outros ajustes	2.593	3.481	2.950
	693.759	744.534	767.347
Por área geográfica dos credenciados:			
Espanha	173.852	200.014	214.558
União Europeia (exceto Espanha)	328.118	335.727	356.199
Estados Unidos da América e Porto Rico	43.566	51.186	48.596
Outro OCDE	9.184	10.894	7.760
América Latina	129.529	138.071	136.434
Resto do mundo	9.510	8.642	3.800
	693.759	744.534	767.347
Por modalidade de taxa de juros:			
Taxa de juro fixa	280.188	299.937	292.373
Taxa de juros variável	413.571	444.597	474.974
	693.759	744.534	767.347

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Por modalidade e situação de crédito:			
Carteira comercial	38.759	32.588	32.810
Devedores com garantia real	1.291.417	1.157.841	1.079.622
Aquisição temporária de bens	43.075	52.404	44.368
Outro termo de devedores	662.163	591.353	548.634
Locações financeiras	51.701	43.909	44.274
Devedores à vista	33.081	29.975	21.485
Ativos depreciados	131.346	95.440	75.514
Avaliação de juros cobrados e outros ajustes	8.447	9.411	7.127
	2.259.989	2.012.921	1.853.834
Por área geográfica dos credenciados:			
Espanha	566.340	540.758	518.351
União Europeia (exceto Espanha)	1.068.877	907.672	860.541
Estados Unidos da América e Porto Rico	141.921	138.386	117.403
Outro OCDE	29.918	29.453	18.747
América Latina	421.954	373.289	329.611
Resto do mundo	30.979	23.363	9.181
	2.259.989	2.012.921	1.853.834
Por modalidade de taxa de juros:			
Taxa de juro fixa	912.740	810.910	706.344
Taxa de juros variável	1.347.249	1.202.011	1.147.490
	2.259.989	2.012.921	1.853.834

Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 o Grupo teve com 13.374, 16.884 e 12.147 milhões de euros (43.567, 45.648 e 29.346 milhões de reais), respectivamente, de créditos concedidos a administrações públicas espanholas (cujo *rating*, em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 era BBB, BBB e A, respectivamente) e 4.402, 4.983 e 4.394 milhões de euros (14.340, 13.472 e 10.615 milhões de reais), respectivamente, concedido a setores públicos de outros países (em 31 de dezembro de 2013 este montante consistia dependendo do *rating* do emitente segue: 12,8% AA, 0,8% A, 72,1%BBB e 14,2% inferior a BBB).

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo tinha 635.663 milhões de euros (2.070.736 milhões de reais) em Operações de Crédito em nenhuma situação duvidosa, além de empréstimos para as administrações públicas. Abaixo está a distribuição percentual destes créditos com base na qualidade de crédito da contraparte: 8,29% AAA, 15,96%AA, 17,80% A, 24,36% BBB e 33,59% inferior a BBB.

Anteriores qualificações obtidas através da conversão de classificações dadas pela solvência de Grupo (*rating*) clientes internos do *ranking* de avaliações externas estabelecido pela Standard & Poors, a fim de torná-los mais facilmente comparáveis.

A seguir é a distribuição de crédito de clientes por atividade, líquido de depreciação, de 31 de dezembro de 2013:

	Milhões de euros									
	Total	Sem garantia	Crédito com garantia real						Mais de 80% e inferior ou igual a 100%	Mais de 100%
			Exposição líquida		Loan to value (a)					
			Dos quais: imóveis de garantia	Dos quais: outras garantias reais	Menor ou igual a 40%	Superior a 40% e inferior ou igual a 60%	Superior a 60% e inferior ou igual a 80%	Mais de 80% e inferior ou igual a 100%		
Administrações públicas	17.756	16.834	107	815	316	333	30	29	214	
Outras instituições financeiras	29.220	4.561	16.994	7.665	8.140	822	2.836	10.133	2.728	
Empresas não-financeiras e empresários em nome individual	229.896	134.386	50.153	45.357	30.694	16.043	16.666	20.851	11.256	
<i>Dos quais:</i>										
<i>Desenvolvimento imobiliário e construção</i>	20.738	3.581	14.822	2.335	6.893	3.516	3.675	1.449	1.624	
<i>Construção de obras civis</i>	3.470	2.361	636	473	220	208	151	249	281	
<i>Grandes empresas</i>	130.708	86.918	12.602	31.188	13.162	5.308	5.016	14.656	5.648	
<i>E médias empresas e empresários em nome</i>	74.980	41.526	22.093	11.361	10.419	7.011	7.824	4.497	3.703	
Outras casas e instituições ao serviço das famílias sem fins lucrativos	395.329	89.156	293.343	12.830	63.475	76.642	104.267	49.708	12.081	
<i>Dos quais:</i>										
<i>Habitação</i>	291.262	2.105	288.195	962	60.222	72.102	99.455	47.315	10.063	
<i>Consumo</i>	91.984	79.969	2.025	9.990	2.316	3.547	3.699	894	1.559	
<i>Outros fins</i>	12.083	7.082	3.123	1.878	937	993	1.113	1.499	459	
Subtotal	672.201	244.937	360.897	66.667	102.625	93.840	123.799	80.721	26.279	
Menos: depreciação de ativos a correções de valor determinadas coletivamente	3.345									
Total	668.856									
<i>Pro-memoria</i>										
<i>Operações refinanciadas e reestruturadas</i>	41.755	11.777	25.387	4.591	8.955	7.134	8.088	3.888	1.913	

	Milhões de reais								
	Total	Sem garantia	Crédito com garantia real						Mais de 100%
			Exposição líquida		Loan to value (a)				
			Dos quais: imóveis de garantia	Dos quais: outras garantias reais	Menor ou igual a 40%	Superior a 40% e inferior ou igual a 60%	Superior a 60% e inferior ou igual a 80%	Mais de 80% e inferior ou igual a 100%	
Administrações públicas	57.843	54.838	349	2.656	1.029	1.085	98	94	697
Outras instituições financeiras	95.188	14.858	55.360	24.970	26.517	2.678	9.239	33.009	8.887
Empresas não-financeiras e empresários em nome individual	748.909	437.776	163.378	147.755	99.989	52.262	54.291	67.923	36.667
<i>Dos quais:</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Desenvolvimento imobiliário e construção</i>	67.556	11.666	48.284	7.606	22.455	11.454	11.972	4.720	5.290
<i>Construção de obras civis</i>	11.304	7.691	2.072	1.541	717	678	492	811	915
<i>Grandes empresas</i>	425.794	283.144	41.052	101.598	42.877	17.291	16.340	47.743	18.399
<i>E médias empresas e empresários em nome</i>	244.255	135.275	71.970	37.010	33.940	22.839	25.487	14.649	12.063
Outras casas e instituições ao serviço das famílias sem fins lucrativos	1.287.823	290.435	955.594	41.794	206.776	249.669	339.661	161.928	39.355
<i>Dos quais:</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Habituação</i>	948.815	6.857	938.824	3.134	196.179	234.879	323.985	154.133	32.781
<i>Consumo</i>	299.647	260.507	6.597	32.543	7.545	11.555	12.050	2.912	5.079
<i>Outros fins</i>	39.361	23.071	10.173	6.117	3.052	3.235	3.626	4.883	1.495
Subtotal	2.189.763	797.907	1.174.681	217.175	334.311	305.694	403.289	262.954	85.606
Menos: depreciação de ativos a correções de valor determinadas coletivamente	10.897								
Total	2.178.866								
<i>Pro-memoria</i>									
<i>Operações refinanciadas e reestruturadas</i>	136.021	38.365	82.701	14.956	29.172	23.240	26.347	12.666	6.232

(a) Índice que resulta da divisão do valor em livros de operações de 31 de dezembro de 2013, sobre o montante da última avaliação disponível da garantia.

A Nota 54 inclui informações sobre o portfólio reestruturado e refinanciado.

c) Ajustes por impairment

Abaixo o movimento que ocorreu no saldo das provisões para cobrir a por perda de valor dos ativos que compreende rubricas Aplicações no mercado aberto (ver Nota 6) e Instrumentos de Dívida (ver Nota 7):

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Saldo no início do ano	25.467	18.858	19.544
Provisões líquidas lançadas na conta de resultados	12.054	19.839	12.750
<i>Dos quais:</i>			
<i>Provisões no resultado</i>	17.551	23.002	16.781
<i>Recuperação de doações com crédito para renda</i>	(5.497)	(3.163)	(4.031)
Alteração de perímetro (Nota 3)	-	(266)	(1.267)
Eliminação dos saldos baixados contra fundos constituídos	(10.626)	(11.346)	(12.293)
Variações cambiais e outros	(1.936)	(1.618)	124
Saldo no final do ano	24.959	25.467	18.858
<i>Dos quais:</i>			
<i>Dependendo da forma de sua determinação:</i>			
<i>Determinado individualmente</i>	21.604	21.540	15.267
<i>Risco Soberano (Nota 2-g)</i>	42	42	43
<i>Determinada coletivamente</i>	3.355	3.927	3.591
<i>Dependendo da localização geográfica da área de risco:</i>			
<i>Espanha</i>	12.279	11.711	6.907
<i>Resto da Europa</i>	5.918	5.625	4.827
<i>América</i>	6.762	8.131	7.124
<i>De acordo com a classificação de bens:</i>			
<i>Aplicações no mercado aberto (Nota 6)</i>	37	30	36
<i>Instrumentos de Dívida (Nota 7)</i>	19	15	16
<i>Operações de Crédito</i>	24.903	25.422	18.806

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Saldo no início do ano	82.961	50.984	43.343
Provisões líquidas lançadas na conta de resultados	34.376	49.621	29.636
<i>Dos quais:</i>			
<i>Provisões no resultado</i>	50.052	57.532	39.005
<i>Recuperação de doações com crédito para renda</i>	(15.676)	(7.911)	(9.369)
Alteração de perímetro (Nota 3)	-	(665)	(2.945)
Eliminação dos saldos baixados contra fundos constituídos	(30.303)	(28.378)	(28.573)
Variações cambiais e outros	(5.728)	(2.709)	4.098
Saldo no final do ano	81.306	68.853	45.559
<i>Dos quais:</i>			
<i>Dependendo da forma de sua determinação:</i>			
<i>Determinado individualmente</i>	70.377	58.236	36.884
<i>Risco Soberano (Nota 2-g)</i>	137	114	104
<i>Determinada coletivamente</i>	10.929	10.617	8.675
<i>Dependendo da localização geográfica da área de risco:</i>			
<i>Espanha</i>	40.000	31.662	16.687
<i>Resto da Europa</i>	19.278	15.208	11.661
<i>América</i>	22.028	21.983	17.211
<i>De acordo com a classificação de bens:</i>			
<i>De crédito (Nota 6)</i>	121	81	87
<i>Dívida mobiliária (Nota 7)</i>	61	41	39
<i>Operações de Crédito</i>	81.124	68.731	45.433

O aumento da provisão para créditos de liquidação duvidosa para o ano de 2012 foi associado, principalmente, para duas finalidades: (i) aumento na taxa de inadimplência em certos setores em Espanha motivada pela perda de valor da situação macroeconômica do país resultantes do declínio da atividade econômica, a diminuição do consumo e a deterioração do mercado de trabalho com um mais do que a taxa de desemprego de 25%, sendo especialmente significativo aumento da taxa de não-realização de empréstimos no setor imobiliário (47,7% porem 31 de dezembro de 2012, em comparação com 28,6% em 2011); e (ii) slide para o aumento da taxa de não-realização de empréstimos em certos sistemas financeiros (Brasil, Chile e Portugal).

A diminuição da provisão para créditos de liquidação duvidosa para o ano 2013 tem sido associada a dois efeitos: (i) menor equipamento no Brasil, Reino Unido, Portugal, Santander Consumer Finance e Estados Unidos e (ii) uma estabilização progressiva da economia espanhola, com uma diminuição menor no ano do produto interno bruto - comparado com o exercício última - com crescimento positivo nos dois últimos trimestres pela primeira vez desde 2011, assim como alguma melhoria no consumo privado e uma contenção do desemprego.

Os ativos em suspenso recuperados durante exercícios de 2013, 2012 e 2011 elevaram-se a 1.068, 1.316 e 1.784 milhões de euros (3.479, 3.558 e 4.310 milhões de reais), respectivamente. Considerando que esses montantes e os registrados em Reservas lançados aos resultados exercício no quadro acima, a perda de valor dos investimentos em crédito subiu para 10.986, 18.523 e 10.966 milhões de euros (31.330, 46.329 e 25.489 milhões de reais), respectivamente, nos três anos anteriores.

d) Ativo em situação irregular e perda do valor de ativos

Abaixo está o detalhamento do movimento ocorrido no saldo de ativos financeiros classificados como Empréstimos e recebíveis- Operações de crédito e considerado como prejudicados por perda de valor devido ao seu risco de crédito:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Saldo no início do ano	35.301	31.257	27.863
Entradas líquidas	16.438	16.167	15.920
Transferências para duvidosos	(10.626)	(11.346)	(12.293)
Alterações de perímetro	699	(626)	69
Variações cambiais e outros	(1.492)	(151)	(302)
Saldo no final do ano	40.320	35.301	31.257

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Saldo no início do ano	95.440	75.514	61.792
Entradas líquidas	46.878	40.436	37.004
Transferências para duvidosos	(30.303)	(28.378)	(28.573)
Alterações de perímetro	1.993	(1.566)	160
Variações cambiais e outros	17.338	9.434	5.131
Saldo no final do ano	131.346	95.440	75.514

Referido montante, uma vez deduzidas as provisões correspondentes, representa a melhor estimativa do Grupo em relação ao valor justo dos ativos com perda de valor.

Para 31 de dezembro de 2013, o valor total de ativos baixados subiu para 30.006 milhões de euros (97.748 milhões de reais) (28.745 e 26.763 milhões de euros, 77.715 e 64.657 milhões de reais, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente).

A seguir detalhes de ativos financeiros classificados como Investimentos em crédito e considerados como prejudicados por perda de valor devido ao seu risco de crédito em 31 de dezembro de 2013, classificados de acordo com áreas geográficas onde os riscos são localizados, bem como de acordo com o tempo decorridos desde o vencimento do montante não pago mais antigo nessa data de cada operação:

	Milhões de euros					
	Sem saldos vencidos ou vencidos até 3 meses	Com saldos vencidos e não pagos				
		Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 9 meses	Entre 9 e 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Espanha	6.876	3.327	1.707	1.700	8.255	21.865
União Europeia (exceto Espanha)	1.791	3.141	994	763	3.461	10.150
Estados Unidos da América e Porto Rico	322	178	78	43	417	1.038
Outro OCDE	12	38	29	10	49	138
América Latina	819	2.671	1.194	1.050	1.393	7.127
Resto do mundo	-	-	-	-	2	2
	9.820	9.355	4.002	3.566	13.577	40.320

	Milhões de reais					
	Sem saldos vencidos ou vencidos até 3 meses	Com saldos vencidos e não pagos				
		Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 9 meses	Entre 9 e 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Espanha	22.399	10.838	5.561	5.538	26.891	71.227
União Europeia (exceto Espanha)	5.834	10.232	3.238	2.486	11.275	33.065
Estados Unidos da América e Porto Rico	1.049	580	254	140	1.358	3.381
Outro OCDE	39	124	94	33	160	450
América Latina	2.668	8.701	3.890	3.420	4.538	23.217
Resto do mundo	-	-	-	-	6	6
	31.989	30.475	13.037	11.617	44.228	131.346

A mesma informação, em 31 de dezembro, 2012, mostrado abaixo:

	Milhões de euros					
	Sem saldos expirado ou expirado até 3 meses	Com saldos vencidos e não pagos				
		Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 9 meses	Entre 9 e 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Espanha	3.268	3.364	2.058	1.263	6.372	16.325
União Europeia (exceto Espanha)	233	3.782	1.232	821	3.280	9.348
Estados Unidos da América e Porto Rico	327	216	111	83	484	1.221
Outro OCDE	12	42	40	43	-	137
América Latina	535	3.263	1.641	1.282	1.548	8.269
Resto do mundo	-	-	-	-	1	1
	4.375	10.667	5.082	3.492	11.685	35.301

	Milhões de reais					
	Sem saldos expirado ou expirado até 3 meses	Com saldos vencidos e não pagos				
		Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 9 meses	Entre 9 e 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Espanha	8.835	9.095	5.564	3.415	17.227	44.136
União Europeia (exceto Espanha)	630	10.225	3.331	2.220	8.868	25.274
Estados Unidos da América e Porto Rico	884	584	300	224	1.309	3.301
Outro OCDE	33	113	108	116	-	370
América Latina	1.446	8.822	4.437	3.466	4.185	22.356
Resto do mundo	-	-	-	-	3	3
	11.828	28.839	13.740	9.441	31.592	95.440

A mesma informação, em 31 de dezembro, 2011, mostrado abaixo:

	Milhões de euros					
	Sem saldos expirado ou expirado até 3 meses	Com saldos vencidos e não pagos				
		Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 9 meses	Entre 9 e 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Espanha	2.962	3.574	1.589	1.956	4.902	14.983
União Europeia (exceto Espanha)	474	3.330	1.018	703	2.752	8.277
Estados Unidos da América e Porto Rico	406	282	137	118	533	1.476
Outro OCDE	9	34	37	43	1	124
América Latina	440	2.438	1.339	1.075	1.103	6.395
Resto do mundo	-	2	-	-	-	2
	4.291	9.660	4.120	3.895	9.291	31.257

	Milhões de reais					
	Sem saldos expirado ou expirado até 3 meses	Com saldos vencidos e não pagos				
		Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 9 meses	Entre 9 e 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Espanha	7.156	8.634	3.839	4.726	11.843	36.197
União Europeia (exceto Espanha)	1.145	8.045	2.459	1.698	6.649	19.996
Estados Unidos da América e Porto Rico	981	681	331	285	1.288	3.566
Outro OCDE	22	82	90	104	1	300
América Latina	1.063	5.890	3.235	2.597	2.665	15.450
Resto do mundo	-	5	-	-	-	5
	10.367	23.337	9.954	9.410	22.446	75.514

Apresenta-se a seguir, para cada classe de ativos depreciados, o valor bruto, provisões relacionadas a eles e informações relativas à garantia ou outras melhorias de crédito obtidas a partir de 31 de dezembro de 2013:

	Milhões de euros		
	Montante bruto	Provisão constituída	Valor estimado de colateral (*)
Sem garantia associada	15.697	10.600	-
Com garantia de imóveis	24.423	8.068	15.361
Com outras garantias reais	200	109	88
Saldo no final do ano	40.320	18.777	15.449

	Milhões de reais		
	Montante bruto	Provisão constituída	Valor estimado de colateral (*)
Sem garantia associada	51.135	34.531	-
Com garantia de imóveis	79.560	26.282	50.040
Com outras garantias reais	651	355	287
Saldo no final do ano	131.346	61.168	50.327

(*) Inclui o valor estimado das garantias associadas a cada empréstimo. Como resultado, qualquer outro fluxo de caixa que pode ser obtido, tais como aqueles associados com as garantias pessoais de credenciados, não estão incluídos.

Quando se trata de classificar os ativos na tabela acima foram considerados os principais fatores considerados pelo Grupo ao determinar se um ativo se encontra deteriorado são a existência de falta de pagamento - ativos deteriorados por motivos de inadimplência - ou outras circunstâncias que fazem pensar eles não irão recuperar todos os fluxos de caixa contratuais - ativos deteriorados por razões distintas de inadimplemento -, tais como a perda de valor da situação econômica e financeira dos mutuários, o agravamento da sua capacidade de geração de recursos ou dificuldades de acesso ao crédito.

Portfólio em situação normal: créditos em atraso

Além disso, em 31 de dezembro de 2013, existem ativos com montantes em atraso a receber com inadimplemento igual ou inferior a três meses, cujo detalhamento é mostrado abaixo, dependendo da data do primeiro vencimento:

	Milhões de euros		
	Menos de 1 mês	1 a 2 meses	2 a 3 meses
Operações de crédito	2.450	631	416
<i>Administrações públicas</i>	5	-	1
<i>Setor privado</i>	2.445	631	415
Total	2.450	631	416

	Milhões de reais		
	Menos de 1 mês	1 a 2 meses	2 a 3 meses
Operações de crédito	7.981	2.056	1.355
<i>Administrações públicas</i>	16	-	3
<i>Setor privado</i>	7.965	2.056	1.352
Total	7.981	2.056	1.355

e) Securitização

Operações de crédito inclui, entre outros, esses empréstimos encaminhados aos outros através de securitização que é mantida, mesmo que parcialmente, os riscos e benefícios, razão pela qual e em conformidade com as normas contábeis que aplica-se, não pode ser dado do balanço. A repartição dos empréstimos securitizados, de acordo com a natureza do instrumento financeiro que são originados, mostrado abaixo, juntamente com os dados securitizados empréstimos do balanço pelos requisitos a fazê-lo (ver Nota 2. e). São relatados em passivos Nota 22 associados as operações de securitização.

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Baixados do balanço	3.618	6.251	8.227
<i>Dos quais:</i>			
<i>Ativos de hipotecas securitizadas</i>	3.618	6.249	8.221
<i>Outros ativos securitizados</i>	-	2	6
Mantidos no balanço	78.229	95.981	137.939
<i>Dos quais:</i>			
<i>Ativos de hipotecas securitizadas</i>	56.277	69.354	103.655
<i>Dos quais, Reino Unido</i>	45.296	56.037	81.286
<i>Outros ativos securitizados</i>	21.952	26.627	34.284
Total	81.847	102.232	146.166

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Baixados do balanço	11.786	16.900	19.875
<i>Dos quais</i>			
<i>Ativos de hipotecas securitizadas</i>	11.786	16.895	19.861
<i>Outros ativos securitizados</i>	-	5	14
Mantidos no balanço	254.839	259.494	333.247
<i>Dos quais</i>			
<i>Ativos de hipotecas securitizadas</i>	183.328	187.505	250.420
<i>Dos quais, Reino Unido</i>	147.556	151.502	196.379
<i>Outros ativos securitizados</i>	71.511	71.989	82.827
Total	266.625	276.394	353.122

Essa atividade responde ao seu uso como uma ferramenta para gestão de capital regulatório e como um recurso para a diversificação das fontes de liquidez do Grupo. Durante exercícios de 2013, 2012 e 2011, o Grupo não deu qualquer baixa na securitização feita, dada o baixo saldo correspondente a estas datas para empréstimos feitos em anos anteriores.

Entre os empréstimos baixados do balanço incluem ativos do Santander Holdings USA, Inc. quantidade estimada de 3.082 milhões de euros (10.040 milhões de reais) em 31 de dezembro, 2013 (5.603 e 7.188 milhões de euros, 15.148, 17.365 milhões de reais, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente) que foram vendidos, antes de entrar para o Grupo, no mercado secundário para empréstimos de hipoteca (*multifamily loans*) tendo transferido o controle da mesma e não retendo substancialmente os seus riscos e benefícios. O Grupo registrou uma obrigação sob a rubrica "Outros passivos" pela quantidade de 49 milhões de euros (160 milhões de reais) em 31 de dezembro de 2013 (91 e 105 milhões de euros, 246 e 254 milhões de reais, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente), que representa o valor justo do risco de crédito retido.

Entre os empréstimos mantidos no balanço estão aqueles associados com securitização em que o Grupo mantém financiamento subordinado ou concede algum tipo de aumento do crédito aos novos titulares. Durante o exercício de 2012, após a decisão do *Bank of England* de aceitar como garantia nos seus programas de liquidez, não só securitização mas também todos os empréstimos com hipoteca e certa qualidade de crédito, as empresas do Grupo no Reino Unido amortizaram 33.800 milhões de libras esterlinas de ativos securitizados hipoteca para gerenciar com mais eficiência a liquidez das ações do Santander UK.

Transferido através da securitização de empréstimos são, principalmente, empréstimos hipotecários, empréstimos de negócios e empréstimos ao consumidor.

11. Derivativos de hedge

Abaixo uma discriminação por tipos de riscos cobertos, o valor justo dos derivativos designados como cobertura contábil (ver Nota 36):

	Milhões de euros					
	2013		2012		2011	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Hedges de valor justo	5.403	4.146	7.467	5.492	9.424	5.501
<i>Dos quais: cobertura de Portfólio</i>	<i>610</i>	<i>1.703</i>	<i>544</i>	<i>2.621</i>	<i>1.493</i>	<i>2.515</i>
Hedges dos fluxos de caixa	1.766	1.023	344	553	313	773
Hedges de investimentos líquidos em negócios no exterior	1.132	114	125	399	161	170
	8.301	5.283	7.936	6.444	9.898	6.444

	Milhões de reais					
	2013		2012		2011	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Hedges de valor justo	17.601	13.506	20.188	14.848	22.768	13.290
<i>Dos quais: cobertura de Portfólio</i>	<i>1.987</i>	<i>5.548</i>	<i>1.471</i>	<i>7.086</i>	<i>3.607</i>	<i>6.076</i>
Hedges dos fluxos de caixa	5.753	3.333	930	1.495	756	1.867
Hedges de investimentos líquidos em negócios no exterior	3.687	371	358	1.079	389	411
	27.041	17.210	21.456	17.422	23.913	15.568

A descrição do hedge principal do Grupo é detalhada na Nota 36.

12. Ativos não correntes disponíveis para venda

O seguinte é um detalhamento do saldo deste item dos balanços consolidados:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Ativos tangíveis	4.845	4.259	5.171
<i>Dos quais:</i>			
<i>Bens retomados</i>	4.742	4.196	5.112
<i>Dos quais, patrimônio imobiliário em Espanha (Nota 54)</i>	4.146	3.674	4.274
<i>Outros bens tangíveis para venda</i>	103	63	59
Outros Ativos	47	1.441	1.726
	4.892	5.700	6.897

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Ativos tangíveis	15.783	11.515	12.492
<i>Dos quais:</i>			
<i>Bens retomados</i>	15.448	11.344	12.350
<i>Dos quais, patrimônio imobiliário em Espanha (Nota 54)</i>	13.506	9.933	10.326
<i>Outros bens tangíveis para venda</i>	335	171	142
Outros Ativos	153	3.896	4.170
	15.936	15.411	16.662

Em 31 de dezembro de 2013 a provisão cobrindo o valor da dos bens retomados e adquiridos, totaliza 4.955 milhões de euros (16.141 milhões de reais) (4.416 e 4.512 milhões de euros, 11.939 e 10.901 milhões de reais, em 2012 e 2011, respectivamente), resultando em um hedge de 51,1% do valor bruto destes bens (51,3% para 46,9% em 2012 e 2011). As provisões liquidas feitas durante esses exercícios corresponderam a 335, 449 e 2.037 milhões de euros (955, 1.123 e 4.735 milhões de reais), respectivamente (ver Nota 50).

Durante o ano de 2013, o Grupo vendeu imóveis retomados no montante de 735 milhões de euros (2.096 milhões de reais), cujo valor bruto totalizou 1.236 milhões de euros (3.525 milhões de reais), sendo provisionados por 402 milhões de euros (1.146 milhões de reais). Essas vendas geraram prejuízos de 99 milhões de euros (282 milhões de reais), além disso, a venda de outros ativos intangíveis gerou 82 milhões de euros (234 milhões de reais), e um lucro de 12 milhões de euros (34 milhões de reais) (ver Nota 50).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 dentro de Ativos há ativos no montante de 1.370 e 1.559 milhões de euros (3.704 e 3.766 milhões de reais), respectivamente, que correspondia ao negócio de cartões de crédito Santander UK. Este negócio foi vendido em 10 de maio de 2013 por um montante de 770 milhões de euros (2.196 milhões de reais), gerando uma perda de 14 milhões de euros (40 milhões de reais) registrados sob o resultado da rubrica de operações descontinuadas (líquido) conta de resultados consolidado.

13. Participações

a) Composição

O detalhamento deste item (ver Nota 2.b), de acordo com a sociedade que se origina a ele, é a seguinte:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Entidades coligadas-			
Zurich Santander Insurance América, S.L.	826	1.013	1.017
Metrovacesa, S.A.	647	649	772
Outras sociedades	356	295	293
	1.829	1.957	2.082
Entidades controladas em conjunto-			
Santander Consumer USA Inc.	2.159	2.026	2.063
SAM Investment Holdings Limited	449	-	-
Aegon Santander Seguros	213	-	-
Outras sociedades	886	471	10
	3.707	2.497	2.073

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Entidades coligadas-			
Zurich Santander Insurance América, S.L.	2.691	2.739	2.457
Metrovacesa, S.A.	2.108	1.755	1.865
Outras sociedades	1.159	797	708
	5.958	5.291	5.030
Entidades controladas em conjunto-			
Santander Consumer USA Inc.	7.033	5.477	4.984
SAM Investment Holdings Limited	1.463	-	-
Aegon Santander Seguros	694	-	-
Outras sociedades	2.886	1.274	24
	12.076	6.751	5.008

b) Movimento

O movimento que ocorreu no saldo desta posição é mostrado abaixo:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Saldo no início do ano	4.454	4.155	273
Comercial (vendas) e capital aumenta (reduções)	422	34	23
<i>Santander Elavon Merchant Services Entidad de Pago, S.L.</i>	88	-	-
Alteração de perímetro de consolidação (Nota 3)	769	394	3.919
<i>Dos quais:</i>			
<i>SAM Investment Holdings Limited</i>	449	-	-
<i>Aegon Seguros Santander</i>	211	-	-
<i>Santander Consumer USA Inc.</i>	-	-	2.063
<i>Zurich Santander Insurance América, S.L.</i>	-	-	932
<i>Metrovacesa, S.A.</i>	-	-	894
Efeito da estimativa pelo método de equivalência patrimonial	500	427	57
Ajustes de impairment	-	-	(100)
Os dividendos pagos e restituições do prêmio	(303)	(508)	(13)
Variações cambiais e outros movimentos	(306)	(48)	(4)
Saldo no final do ano	5.536	4.454	4.155

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Saldo no início do ano	12.042	10.038	605
Comercial (vendas) e capital aumenta (reduções)	1.203	85	53
<i>Instituição de pagamento Santander Elavon Merchant Services Entidad de Pago, S.L.</i>	251	-	-
Alteração de perímetro de consolidação (Nota 3)	2.193	985	9.109
<i>Dos quais:</i>			
<i>SAM Investment Holdings Limited</i>	1.280	-	-
<i>Aegon Seguros Santander</i>	602	-	-
<i>Santander Consumer USA Inc.</i>	-	-	4.795
<i>Zurich Santander Insurance América, S.L.</i>	-	-	2.166
<i>Metrovacesa, S.A.</i>	-	-	2.078
Efeito da estimativa pelo método de equivalência patrimonial	1.426	1.068	132
Ajustes de impairment	-	-	(232)
Os dividendos pagos e restituições do prêmio	(864)	(1.271)	(30)
Variações cambiais e outros movimentos	2.034	1.137	401
Saldo no final do ano	18.034	12.042	10.038

c) Ajustes de impairment

Durante os exercícios de 2013 e 2012, não havia evidência de perda de valor significativa nas explorações de associados do Grupo. Durante o exercício de 2011, foi registrada uma correção por perda de valor da participação no Metrovacesa por um montante de 100 milhões de euros (232 milhões de reais), que foi lançada sob o resultado das entidades avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

d) Outras informações

Um resumo das informações financeiras das instituições consolidadas pelo método de equivalência patrimonial (obtidos a partir das informações disponíveis na data de elaboração das demonstrações financeiras) é mostrado abaixo:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Total ativo	63.443	54.367	32.344
Passivo total	(55.483)	(46.933)	(24.519)
Ativo líquido	7.960	7.434	7.825
Participação dos ativos líquidos Grupo	3.755	2.769	2.473
Ágio	1.781	1.685	1.682
<i>Dos quais:</i>			
<i>Santander Consumer USA Inc.</i>	937	979	999
<i>Zurich Santander Insurance América, S.L.</i>	526	526	526
Total participação do Grupo	5.536	4.454	4.155
Rendimento total	11.756	10.232	8.428
Resultados totais	1.029	612	1.212
Participação do Grupo nos resultados	500	427	57

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Total ativo	206.672	146.987	78.140
Passivo total	(180.742)	(126.888)	(59.235)
Ativo líquido	25.930	20.099	18.905
Participação dos ativos líquidos Grupo	12.232	7.486	5.974
Ágio	5.802	4.556	4.064
Dos quais:			
<i>Santander Consumer USA Inc.</i>	3.052	2.647	2.413
<i>Zurich Santander Insurance América, S.L.</i>	1.713	1.422	1.271
Total participação do Grupo	18.034	12.042	10.038
Rendimento total	33.526	25.592	19.590
Resultados totais	2.935	1.531	2.817
Participação do Grupo nos resultados	1.426	1.068	132

Um resumo das informações financeiras para o ano de 2013 das principais entidades coligadas e controladas em conjunto (obtidos a partir das informações disponíveis na data de elaboração das demonstrações anuais) é mostrado abaixo:

	Milhões de euros			
	Total de ativos	Total do passivo	Rendimento total	Resultados totais
Coligadas	22.305	(19.032)	4.943	277
Dos quais:				
<i>Zurich Santander Insurance América, S.L.</i>	10.340	(9.563)	3.684	274
Controlada em conjunto	41.138	(36.451)	6.813	752
Dos quais:				
<i>Santander Consumer USA Inc.</i>	19.589	(17.708)	4.175	495
<i>SAM Investment Holdings Limited</i>	1.185	(312)	853	145
<i>Unión de Créditos Inmobiliarios, S.A., CEF</i>	12.553	(12.175)	553	17
Total	63.443	(55.483)	11.756	1.029

	Milhões de reais			
	Total de ativos	Total do passivo	Rendimento total	Resultados totais
Coligadas	72.661	(61.999)	14.097	790
Dos quais:				
<i>Zurich Santander Insurance América, S.L.</i>	33.684	(31.152)	10.506	781
Controlada em conjunto	134.011	(118.743)	19.429	2.145
Dos quais:				
<i>Santander Consumer USA Inc.</i>	63.813	(57.686)	11.906	1.412
<i>SAM Investment Holdings Limited</i>	3.860	(1.016)	2.433	414
<i>Unión de Créditos Inmobiliarios, S.A., CEF</i>	40.893	(39.661)	1.577	48
Total	206.672	(180.742)	33.526	2.935

Em 31 de dezembro de 2013 o Grupo mantinha participações em entidades em conjunto nem associadas com ações listadas. Em 31 de dezembro de 2012 o único investimento em entidades associadas corresponde a uma lista entidade listada era a mantida na Metrovacesa, S.A. cujo valor justo, considerando o seu preço em 31 de dezembro de 2012, era de 761 milhões de euros (2.057 milhões de reais) (2,21 euros por ação, 5,97 reais ação).

14. Contrato de seguros vinculados a pensões

Os detalhes do saldo desta rubrica dos balanços consolidados são mostrados abaixo:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Ativos de hedge de contratos de seguros			
obrigações para os planos pós-emprego:			
Banco Santander, S.A.	342	214	1.926
Banesto	-	190	191
Outras empresas espanholas	-	1	29
	342	405	2.146

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Ativos de hedge de contratos de seguros			
obrigações para os planos pós-emprego:			
Banco Santander, S.A.	1.114	579	4.653
Banesto	-	514	461
Outras empresas espanholas	-	2	71
	1.114	1.095	5.185

Durante o exercício de 2012, o Grupo chegou a um acordo com Generali España, S.A. para cancelar parte dos contratos de seguro ligados às pensões com a seguradora (ver Nota 25.c).

15. Contratos de seguros passivos e Ativos de Resseguro

O detalhamento do saldo desses itens dos balanços consolidados (ver Nota 2.j) é:

Provisões técnicas para:	Milhões de euros								
	2013			2012			2011		
	Seguro direta e resseguro aceite	Resseguro dado	Total (saldo credor)	Seguro direta e resseguro aceite	Resseguro dado	Total (saldo credor)	Seguro direta e resseguro aceite	Resseguro dado	Total (saldo credor)
Prêmios não ganhos e risco atual	245	(36)	209	137	(68)	69	166	(86)	80
Seguro de vida	546	(183)	363	479	(229)	250	229	(78)	151
Benefícios	315	(55)	261	391	(61)	330	66	(55)	11
Parte do lucro e descontos	25	(6)	19	14	-	14	17	-	17
Outras provisões técnicas	299	(76)	222	404	(66)	338	39	(35)	4
	1.430	(356)	1.074	1.425	(424)	1.001	517	(254)	263

Provisões técnicas para:	Milhões de reais								
	2013			2012			2011		
	Seguro direta e resseguro aceite	Resseguro dado	Total (saldo credor)	Seguro direta e resseguro aceite	Resseguro Dado	Total (saldo credor)	Seguro direta e resseguro aceite	Resseguro dado	Total (saldo credor)
Prêmios não ganhos e risco atual	798	(117)	681	370	(184)	186	401	(208)	193
Seguro de vida	1.779	(596)	1.183	1.295	(619)	676	553	(188)	365
Benefícios	1.026	(179)	847	1.057	(165)	892	159	(133)	26
Parte do lucro e descontos	81	(20)	61	38	-	38	41	-	41
Outras provisões técnicas	974	(248)	726	1.093	(178)	915	95	(85)	10
	4.658	(1.160)	3.498	3.853	(1.146)	2.707	1.249	(614)	635

Em 19 de julho de 2012, o Grupo assinou com a seguros de Abbey Life Assurance Company Limited (Abbey Life Assurance), uma subsidiária do Deutsche Bank, um contrato pelo qual reasegurará a Abbey Life Assurance através de um portfólio de risco individual de vida das companhias de seguros do Grupo Santander em Espanha e Portugal. Através deste contrato, o Grupo transferiu para Abbey Life Assurance, em troca de um montante *up-front*, as condições de mercado determinado e não-reembolsável, seu portfólio de políticas de seguro de vida anual renovável para 30 de junho de 2012, bem como a potencial renovação do mesmo. Abbey Life Assurance assume, a partir da data do contrato, todos os riscos e benefícios ligados à vida destas políticas e suas renovações potenciais (isto é, tanto o risco na variação nas taxas reais contra aqueles estimada de mortalidade e invalidez permanente e absoluta, como o risco de cair na carteira, crédito pelo risco segurado etc.). O Grupo continuará, por meio de agente, de gestão administrativa (*servicing*) de tais políticas, recebendo em troca da garantia de vida abadia uma consideração, independente do montante recebido *up-front*.

Esta transação gerou, ao ter transferido os respectivos riscos e benefícios significativos, um resultado de 435 milhões de euros (1.088 milhões de reais) registados na rubrica Outras receitas operacionais - Custo de contratos de seguros e resseguros nas demonstrações consolidadas do resultado para o ano de 2012 (líquidos de imposto de 308 milhões de euros, 770 milhões de reais).

16. Ativos tangíveis

a) Movimento

Movimento neste item dos saldos consolidados tem sido o seguinte:

	Milhões de euros			
	Imobilizado de uso	Arrendamento Mercantil	Propriedade para Investimento	Total
Custo:				
Saldos em 1 de janeiro de 2011	13.389	3.226	1.561	18.176
Adições / remoções (líquido) por modificação no âmbito da consolidação	473	(187)	2.759	3.045
Adições / remoções (net)	905	(13)	59	951
Transferências, variações cambiais e outros	(165)	50	(72)	(187)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	14.602	3.076	4.307	21.985
Adições / remoções (líquido) por modificação no âmbito da consolidação	41	(11)	(69)	(39)
Adições / remoções (net)	795	(105)	105	795
Transferências, variações cambiais e outros	342	157	(78)	421
Saldos em 31 de dezembro de 2012	15.780	3.117	4.265	23.162
Adições / remoções (líquido) por modificação no âmbito da consolidação	(17)	-	541	524
Adições / remoções (net)	1.021	(124)	(23)	874
Transferências, variações cambiais e outros	(989)	212	(139)	(916)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	15.795	3.205	4.644	23.644
Depreciação acumulada:				
Saldos em 1 de janeiro de 2011	(5.847)	(886)	(54)	(6.787)
Levantamentos por modificação no âmbito da consolidação	22	43	-	65
Baixas	158	274	6	438
Doações	(898)	(2)	(15)	(915)
Transferências, variações cambiais e outros	(217)	(261)	(66)	(544)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(6.782)	(832)	(129)	(7.743)
Levantamentos por modificação no âmbito da consolidação	44	-	7	51
Baixas	423	229	8	660
Doações	(1.059)	(1)	(13)	(1.073)
Transferências, variações cambiais e outros	(252)	(265)	(37)	(554)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(7.626)	(869)	(164)	(8.659)
Levantamentos por modificação no âmbito da consolidação	16	-	-	16
Baixas	280	179	14	473
Doações	(1.020)	(1)	(17)	(1.038)
Transferências, variações cambiais e outros	416	(235)	(36)	145
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(7.934)	(926)	(203)	(9.063)

	Milhões de euros			
	Imobilizado de uso	Arrendamento Mercantil	Propriedade para Investimento	Total
Impairment:				
Saldos em 1 de janeiro de 2011	(34)	(16)	(197)	(247)
Provisões para o exercício	2	(22)	(131)	(151)
Variações cambiais	9	(8)	1	2
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(23)	(46)	(327)	(396)
Provisões para o exercício	(10)	(23)	(185)	(218)
Levantamentos por modificação no âmbito da consolidação	-	-	(50)	(50)
Variações cambiais	15	1	6	22
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(18)	(68)	(556)	(642)
Provisões para o exercício	(53)	(24)	(260)	(337)
Levantamentos por modificação no âmbito da consolidação	-	-	39	39
Variações cambiais	(3)	-	16	13
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(74)	(92)	(761)	(927)
Ativo líquido do material:				
Saldos em 31 de dezembro de 2011	7.797	2.198	3.851	13.846
Saldos em 31 de dezembro de 2012	8.136	2.179	3.545	13.860
Saldos em 31 de dezembro de 2013	7.787	2.187	3.680	13.654

	Milhões de reais			
	Imobilizado de uso	Arrendamento Mercantil	Propriedade para Investimento	Total
Custo:				
Saldo em 1 de janeiro de 2011	29.693	7.154	3.462	40.309
Adições / remoções (líquido) por modificação no âmbito da consolidação	1.099	(435)	6.414	7.078
Adições / remoções (net)	2.104	(30)	136	2.210
Transferências, variações cambiais e outros	2.381	742	394	3.517
Saldo em 31 de dezembro de 2011	35.277	7.431	10.406	53.114
Adições / remoções (líquido) por modificação no âmbito da consolidação	103	(28)	(173)	(98)
Adições / remoções (net)	1.988	(263)	263	1.988
Transferências, variações cambiais e outros	5.295	1.287	1.035	7.617
Saldo em 31 de dezembro de 2012	42.663	8.427	11.531	62.621
Adições / remoções (líquido) por modificação no âmbito da consolidação	(48)	-	1.542	1.494
Adições / remoções (net)	2.912	(354)	(66)	2.492
Transferências, variações cambiais e outros	5.927	2.368	2.121	10.416
Saldo em 31 de dezembro de 2013	51.454	10.441	15.128	77.023
Depreciação acumulada:				
Saldo em 1 de janeiro de 2011	(12.967)	(1.965)	(120)	(15.052)
Levantamentos por modificação no âmbito da consolidação	51	100	-	151
Baixas	367	637	14	1.018
Doações	(2.087)	(5)	(35)	(2.127)
Transferências, variações cambiais e outros	(1.749)	(777)	(170)	(2.696)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(16.385)	(2.010)	(311)	(18.706)
Levantamentos por modificação no âmbito da consolidação	110	-	18	128
Baixas	1.058	573	20	1.651
Doações	(2.649)	(3)	(32)	(2.684)
Transferências, variações cambiais e outros	(2.752)	(909)	(138)	(3.799)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(20.618)	(2.349)	(443)	(23.410)
Levantamentos por modificação no âmbito da consolidação	46	-	-	46
Baixas	799	510	40	1.349
Doações	(2.909)	(3)	(48)	(2.960)
Transferências, variações cambiais e outros	(3.164)	(1.175)	(210)	(4.549)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(25.846)	(3.017)	(661)	(29.524)

	Milhões de reais			
	Imobilizado de uso	Arrendamento Mercantil	Propriedade para Investimento	Total
Impairment:				
Saldos em 1 de janeiro de 2011	(75)	(35)	(438)	(548)
Provisões para o exercício	5	(51)	(305)	(351)
Variações Cambiais	14	(25)	(47)	(58)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(56)	(111)	(790)	(957)
Provisões para o exercício	(25)	(58)	(462)	(545)
Levantamentos por modificação no âmbito da consolidação	-	-	(125)	(125)
Variações Cambiais	32	(15)	(126)	(109)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(49)	(184)	(1.503)	(1.736)
Provisões para o exercício	(151)	(68)	(742)	(961)
Levantamentos por modificação no âmbito da consolidação	-	-	111	111
Variações Cambiais	(41)	(48)	(345)	(434)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(241)	(300)	(2.479)	(3.020)
Ativo líquido do material:				
Saldos em 31 de dezembro de 2011	18.837	5.310	9.304	33.451
Saldos em 31 de dezembro de 2012	21.996	5.892	9.584	37.472
Saldos em 31 de dezembro de 2013	25.367	7.124	11.988	44.479

b) Ativos tangíveis –Imobilizado de uso

O detalhamento, de acordo com sua natureza, de itens compreendendo o balanço desta rubrica nos balanços consolidados é a seguinte:

	Milhões de euros			
	Custo	Amortização acumulado	Impairment	Saldo NET
Terrenos e edifícios	5.654	(1.565)	(23)	4.066
Instalações e equipamentos de informática	3.304	(2.419)	-	885
Móveis e veículos	5.239	(2.719)	-	2.520
Obras em andamento e outros	405	(79)	-	326
Saldos em 31 de dezembro de 2011	14.602	(6.782)	(23)	7.797
Terrenos e edifícios	5.735	(1.583)	(18)	4.134
Instalações e equipamentos de informática	4.174	(3.087)	-	1.087
Móveis e veículos	5.403	(2.873)	-	2.530
Obras em andamento e outros	468	(83)	-	385
Saldos em 31 de dezembro de 2012	15.780	(7.626)	(18)	8.136
Terrenos e edifícios	5.781	(1.624)	(74)	4.083
Instalações e equipamentos de informática	4.168	(3.271)	-	897
Móveis e veículos	5.616	(2.983)	-	2.633
Obras em andamento e outros	230	(56)	-	174
Saldos em 31 de dezembro de 2013	15.795	(7.934)	(74)	7.787

	Milhões de reais			
	Custo	Amortização acumulado	Perdas por perda de valor	Saldo NET
Terrenos e edifícios	13.659	(3.781)	(55)	9.823
Instalações e equipamentos de informática	7.982	(5.844)	-	2.138
Móveis e veículos	12.657	(6.569)	-	6.088
Obras em andamento e outros	979	(191)	-	788
Saldos em 31 de dezembro de 2011	35.277	(16.385)	(55)	18.837
Terrenos e edifícios	15.505	(4.280)	(49)	11.176
Instalações e equipamentos de informática	11.285	(8.346)	-	2.939
Móveis e veículos	14.608	(7.768)	-	6.840
Obras em andamento e outros	1.265	(224)	-	1.041
Saldos em 31 de dezembro de 2012	42.663	(20.618)	(49)	21.996
Terrenos e edifícios	18.832	(5.290)	(241)	13.301
Instalações e equipamentos de informática	13.578	(10.656)	-	2.922
Móveis e veículos	18.295	(9.718)	-	8.577
Obras em andamento e outros	749	(182)	-	567
Saldos em 31 de dezembro de 2013	51.454	(25.846)	(241)	25.367

Parte do saldo líquido em 31 de dezembro, 2013 contido na tabela acima existem partidas de um valor aproximado de:

- 5.615 milhões de euros (18.291 milhões de reais) (5.615 e 5.254 milhões de euros, 15.181 e 12.693 milhões de reais, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente) correspondente a bens tangíveis, pertencentes a entidades e filiais do Grupo com sede em países estrangeiros.
- 138 milhões de euros (450 milhões de reais) (208 e 793 milhões de euros, 562 e 1.916 milhões de reais, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente) correspondente a imobilizações que as entidades consolidadas são adquiridas como locações financeiras.

c) *Propriedade para investimento*

O valor justo de investimentos imobiliários em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 corresponde a 3.689, 3.548 e 3.860 milhões de euros (12.017, 9.592 e 9.325 milhões de reais), respectivamente. A comparação entre o valor justo da propriedade de investimento em 31 de dezembro de 2013, 2012 e o 2011 com o valor contábil líquido gera um excedente e ganhos de não realizados de 9, 3 e 9 milhões de euros (26, 8 e 21 milhões de reais) para cada um destes exercícios, que atribuiu ao Grupo 9, 2 e 5 milhões de euros (26, 5 e 12 milhões de de reais), respectivamente.

A receita derivada de rendas de investimento em propriedades e custos diretos associados tanto com as investimento em propriedades que geraram uma receita durante os anos 2013, 2012 e 2011 os investimento em propriedades que não geraram renda durante esses exercícios não são relevantes no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

d) Venda de imóveis

Durante os exercícios de 2007 e 2008, o Grupo formalizou a venda de dez prédios, 1.152 escritórios do Banco na Espanha e sua sede (cidade financeira) para compradores diferentes. Também foram formalizadas com tais empresas locações operacionais (manutenção, seguro e impostos pelo Grupo dessas propriedades) para diferentes períodos (entre 12 e 15 anos para imóveis exclusivos, entre 24 e 26 para os escritórios e 40 anos para a cidade financeira), com diferentes arranjos de revisão dos custos durante esses períodos e as extensões possíveis. Também opções em compra pelo Grupo em geral o vencimento final do contrato de locação para o mercado de valor que tinha imóveis nesta data, que será determinado no caso deles, por peritos independentes.

Despesas por mandato reconhecido pelo Grupo durante o exercício de 2013, para esses contratos de locação operacional totalizou 286 milhões de euros (816 milhões de reais) (269 e 257 milhões de euros, 673 e 597 milhões de reais, em 2012 e 2011, respectivamente). O valor presente dos pagamentos mínimos futuros que incorrerá o Grupo durante o período do obrigatório equivale a 31 de dezembro de 2013 para 230 milhões de euros (749 milhões de reais) no período de um ano, 847 milhões de euros (2.759 milhões de reais) entre um e cinco anos e 1.821 milhões de euros (5.932 milhões de reais) em cinco anos.

17. Ativos intangíveis - ágio

O detalhamento do ágio com base em unidades geradoras de caixa que os originam, é o seguinte:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Santander UK	8.913	9.105	8.896
Banco Santander (Brasil)	5.840	7.035	7.878
Bank Zachodni WBK	2.487	2.210	2.019
Santander Holdings USA	1.489	1.556	1.587
Santander Consumer Holding (Alemanha)	1.315	1.315	1.315
Banco Santander Totta	1.040	1.040	1.040
Banco Santander - Chile	687	788	742
Grupo Financiero Santander (México)	541	558	531
Outras sociedades	969	1.019	1.081
Ágio total	23.281	24.626	25.089

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Santander UK	29.035	24.616	21.492
Banco Santander (Brasil)	19.024	19.024	19.024
Bank Zachodni WBK	8.102	5.975	4.878
Santander Holdings USA	4.851	4.207	3.834
Santander Consumer Holding (Alemanha)	4.284	3.555	3.177
Banco Santander Totta	3.388	2.812	2.513
Banco Santander - Chile	2.238	2.130	1.793
Grupo Financiero Santander (México)	1.762	1.509	1.283
Outras sociedades	3.156	2.751	2.619
Ágio total	75.840	66.579	60.613

O movimento foi o seguinte:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Saldo no início do ano	24.626	25.089	24.622
Adições (Nota 3)	398	87	2.557
<i>Dos quais:</i>			
<i>Bank Zachodni WBK</i>	326	-	2.261
<i>Skandinaviska Enskild Banken</i>	-	-	145
Perda de valor	(40)	(156)	(660)
<i>Dos quais:</i>			
<i>Santander Consumer Bank S.p.A. (Itália)</i>	-	(156)	-
<i>Banco Santander Totta, S.A.</i>	-	-	(601)
Levantamentos por vendas ou alterações do perímetro (Nota 3)	(39)	-	(716)
<i>Dos quais:</i>			
<i>Santander Consumer USA Inc.</i>	-	-	(541)
<i>Santander Seguros S.A. (Brasil)</i>	-	-	(173)
Variações cambiais e outros	(1.664)	(394)	(714)
Saldo no final do ano	23.281	24.626	25.089

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Saldo no início do ano	66.579	60.613	54.604
Adições (Nota 3)	1.135	218	5.943
<i>Dos quais:</i>			
<i>Bank Zachodni WBK</i>	930	-	5.255
<i>Skandinaviska Enskild Banken</i>	-	-	337
Perda de valor	(114)	(390)	(1.534)
<i>Dos quais:</i>			
<i>Santander Consumer Bank S.p.A. (Itália)</i>	-	(390)	-
<i>Banco Santander Totta, S.A.</i>	-	-	(1.397)
Levantamentos por vendas ou alterações do perímetro (Nota 3)	(111)	-	(1.664)
<i>Dos quais:</i>			
<i>Santander Consumer USA Inc.</i>	-	-	(1.257)
<i>Santander Seguros S.A. (Brasil)</i>	-	-	(402)
Variações cambiais e outros	8.351	6.138	3.264
Saldo no final do ano	75.840	66.579	60.613

O Grupo possui fundos de comércio gerados em países com moedas que não o euro (principalmente no Reino Unido, Brasil, Estados Unidos, Polônia, México e Chile) de unidades geradoras de caixa e, conseqüentemente, gera variações cambiais ao converter em euros à taxa de câmbio de fechamento, o montante dos fundos de comércio, expressado em moeda estrangeira. De acordo com as normas vigentes, tais variações cambiais são registradas por meio de ajustes de medição no patrimônio líquido - variações cambiais do patrimônio líquido. A mudança no saldo desta posição é apresentada nas demonstrações consolidadas do resultado de exercício.

O Grupo, pelo menos anualmente (e desde que há evidências de perda de valor), realiza uma análise do potencial de perda de valor do ágio registrado em relação ao seu valor recuperável. O primeiro passo para realizar esta análise requer a identificação do dinheiro gerado por unidades, que são o Grupos menores de ativos identificáveis de que geram entradas de caixa, que são em grande parte independentes de outros ativos ou Grupos de ativos dos fluxos de caixa.

O montante a ser recuperado a partir de cada unidade geradora de caixa é determinado tendo em consideração o valor contábil (incluindo valor de ajustes justo decorrente de uma combinação de negócios) de todos os ativos e passivos do conjunto de entidades jurídicas independentes que compõem a UGC, juntamente com o ágio correspondente.

Este montante a recuperar da unidade geradora de caixa é comparado com a sua quantia recuperável a fim de determinar se há danos.

Os administradores do Grupo avaliam a existência de quaisquer sinais de que poderia ser considerado evidência de comprometimento da UGC, analisando as informações entre o que inclui: (i) várias variáveis macroeconômicas que podem afetar seu investimento (entre outros, a população de dados, a situação política e situação econômica - incluindo o grau de bancabilidade); e (ii) diversas variáveis microeconômicas, comparando o investimento do Grupo em relação ao setor financeiro do país onde é principalmente suas atividades), composição do saldo global de recursos gerenciados, resultados, índice de eficiência, índice de solvabilidade, retorno sobre o patrimônio, entre outros).

Independentemente da existência ou não de sinais de perda de valor, o Grupo anualmente estima o valor recuperável de cada unidade geradora de caixa tendo atribuído ágio para os que usam cotações, se disponíveis, as referências de mercado (múltiplos), estimativas internas ou as avaliações feitas por peritos independentes.

Em primeiro lugar, o Grupo determina a quantia recuperável, calculando-se o valor justo de cada unidade geradora de caixa a partir da cotação das unidades geradoras de caixa, se disponíveis, e o Price Earnings Ratio das entidades locais comparáveis.

Além disso, o Grupo realiza estimativas da quantia recuperável de determinadas unidades gerando dinheiro, calculando o seu valor de uso por desconto de projeções dos fluxos de caixa de . As principais premissas utilizadas no cálculo são: (i) projeções de resultados baseados em pressupostos financeiros aprovados pela gerência cobrindo, geralmente um período de 5 anos (a menos que haja uma justificação para a utilização de um horizonte de tempo maior); (ii) a taxa de desconto determinado como o custo de capital, tendo em conta a taxa livre de risco de um prêmio de risco adequado para o mercado e negócios operacionais; e (iii) taxas constante crescimentos para extrapolar os resultados em perpetuidade, não superior à taxa de crescimento de médio a longo prazo para o mercado em que opera a UGC em questão.

As projeções dos fluxos de caixa empregadas pela administração do Grupo para obter os valores em uso são baseadas em pressupostos financeiros aprovados tanto por unidades locais correspondentes endereços e os administradores de Grupo. A estimativa de pressuposto do processo de Grupo é comum a todas as unidades geradoras de caixa. As diretrizes locais elaboram seus orçamentos baseando-se nos seguintes pressupostos principais:

- a) Variáveis micro-econômicas da unidade geradora de caixa: leva em conta a estrutura existente de saldo, o *mix* de produtos comerciais oferecidos e decisões tomadas pelos endereços locais neste sentido.
- b) Macroeconômicas variáveis: o crescimento estimativas baseiam-se sobre a evolução do ambiente considerando a evolução esperada para o produto interno bruto da localização da unidade e o comportamento das taxas de juros e previsões de taxas de câmbio. Estes dados são fornecidos pelo serviço de estudos do Grupo, que são baseados em fontes de informações externas.

c) Variáveis de comportamentos passados: Além disso, o último comportamento diferencial (positivo e negativo) em relação ao mercado de unidade geradora de caixa é considerada na projeção.

Abaixo estão as principais hipóteses usadas na determinação da quantia recuperável, no encerramento do exercício 2013, das unidades geradoras de caixa que foram valorizadas usando o método do fluxo de caixa descontado:

	Período previsto	Taxa de desconto (*)	Taxa de crescimento nominal na perpetuidade
Santander UK	5 anos	10,3%	2,5%
Banco Santander (Brasil)	5 anos	14,8%	7,0%
Santander Holdings USA	5 anos	10,5%	2,5%
Santander Consumer Holding (Alemanha)	5 anos	9,7%	2,5%
Banco Santander Totta	5 anos	12,2%	3,0%

(*) Taxa de desconto depois de impostos a fim de ser uniforme com as projeções de resultados.

Dado o grau de incerteza destes pressupostos, o Grupo realizou uma análise de sensibilidade do mesmo usando mudanças razoáveis nos principais pressupostos em que assenta a quantia recuperável do dinheiro das unidades geradoras, a fim de confirmar se a quantia recuperável é superior a sua quantia registrada contabilmente. A análise de sensibilidade foi ajustada +/- 50 b.p. e +/- 50 b.p. na taxa de crescimento da perpetuidade. Após a análise de sensibilidade feita, o valor em uso da totalidade das unidades geradoras de dinheiro, com exceção da detalhada no parágrafo seguinte, o valor continua a exceder o montante a recuperar.

Determinou-se a quantia recuperável do Bank Zachodní WBK, Banco Santander - Chile e o Grupo Financiero Santander México como o valor justo destes, obtido a partir do preço de suas ações no final do ano de unidades geradoras de caixa. Este valor excede o montante recuperado.

Com base em todos tópicos acima e em conformidade com as estimativas, projeções e análise de sensibilidade, disponível para os administradores do Banco durante o ano de 2013, o Grupo reconheceu perda de valor de ativos (líquido) - Fundo de comércio e outras deficiências de ativo intangível do ágio no montante total de 40 milhões de euros (130 milhões de reais) (156 e 660 milhões de euros (422 e 1.594 milhões de reais) nos exercícios 2012 e 2011, respectivamente). O total da perda de valor registrado no ano 2011 correspondeu às filiais do Grupo em Portugal. Esta perda foi atribuída à perda de valor macroeconômica sofrida em Portugal. No exercício de 2012, os prejuízos por perda de valor registrados, causados pelo colapso das expectativas projetadas de negócios, correspondeu às filiais do Grupo na Itália.

Em 31 de dezembro de 2013 nenhuma das unidades geradoras de caixa com ágios significativos, tinha uma quantia recuperável perto de seu valor contábil. A quantia recuperável é perto de seu valor de livro quando mudanças razoáveis nas principais hipóteses empregadas na avaliação sugerem que a quantia recuperável for inferior ao montante a recuperar.

18. Ativos intangíveis - Outros ativos intangíveis

O detalhamento do saldo da presente rubrica nos balanços consolidados e seu movimento ao longo dos anos, 2013, 2012 e 2011 é como segue:

	Vida útil estimada	Milhões de euros						
		31 Dezembro de 2012	Adições e remoções líquidas	Mudança no Escopo	Amortização e depreciação	Aplicação de amortização e depreciação	Variações cambiais e outros	31 de dezembro de 2013
Com vida útil indefinida:								
Marcas		14	2	-	-	-	(1)	15
Com vida útil definida:	3-7 anos							
Evolução tecnológica		5.285	1.229	4	-	(679)	(293)	5.546
Outros		1.373	(46)	37	-	(37)	(195)	1.132
Amortização acumulada		(3.106)	-	(3)	(1.353)	715	144	(3.603)
Impairment		(130)	-	-	(1)	1	-	(130)
		3.436	1.185	38	(1.354)	-	(345)	2.960

	Vida útil estimada	Milhões de reais						
		31 Dezembro de 2012	Adições e remoções líquidas	Mudança no Escopo	Amortização e depreciação	Aplicação de amortização e depreciação	Variações cambiais e outros	31 de dezembro de 2013
Com vida útil indefinida:								
Marcas		38	17	-	-	-	(6)	49
Com vida útil definida:	3-7 anos							
Evolução tecnológica		14.288	4.004	13	-	(2.212)	1.973	18.066
Outros		3.712	(150)	121	-	(121)	125	3.687
Amortização acumulada		(8.397)	-	(10)	(4.408)	2.329	(1.250)	(11.736)
Impairment		(351)	-	-	(3)	3	(72)	(423)
		9.290	3.861	124	(4.411)	(1)	780	9.643

	Vida útil estimada	Milhões de euros						
		31 de dezembro de 2011	Adições e remoções líquidas	Mudança no Escopo	Amortização e depreciação	Aplicação de amortização e depreciação	Variações cambiais e outros	31 de dezembro de 2012
Com vida útil indefinida: Marcas		14	-	-	-	-	-	14
Com vida útil definida: Evolução tecnológica	3-7 anos	5.127	1.098	45	-	(911)	(74)	5.285
Outros		1.494	545	11	-	(552)	(125)	1.373
Amortização acumulada		(3.150)	-	(28)	(1.110)	1.139	43	(3.106)
Impairment		(491)	-	-	5	324	32	(130)
		2.994	1.643	28	(1.105)	-	(124)	3.436

	Vida útil estimada	Milhões de reais						
		31 de dezembro de 2011	Adições e remoções líquidas	Mudança no Escopo	Amortização e depreciação	Aplicação de amortização e depreciação	Variações cambiais e outros	31 de dezembro de 2012
Com vida útil indefinida: Marcas		34	-	-	-	-	4	38
Com vida útil definida: Evolução tecnológica	3-7 anos	12.386	2.746	113	-	(2.279)	1.322	14.288
Outros		3.609	1.363	28	-	(1.380)	92	3.712
Amortização acumulada		(7.610)	-	(70)	(2.776)	2.849	(790)	(8.397)
Impairment		(1.186)	-	-	13	810	12	(351)
		7.233	4.109	71	(2.763)	-	640	9.290

	Vida útil estimada	Milhões de euros						
		31 de dezembro de 2010	Adições e remoções líquidas	Mudança no Escopo	Amortização e depreciação	Aplicação de amortização e depreciação	Variações cambiais e outros	31 de dezembro de 2011
Com vida útil indefinida: Marcas		44	-	(30)	-	-	-	14
Com vida útil definida: Evolução tecnológica	3-7 anos	4.237	1.420	145	-	(570)	(105)	5.127
Outros		1.899	62	(104)	-	(249)	(114)	1.494
Amortização acumulada		(2.732)	-	(112)	(1.183)	794	83	(3.150)
Impairment		(6)	-	-	(501)	25	(9)	(491)
		3.442	1.482	(101)	(1.684)	-	(145)	2.994

	Vida útil estimada	Milhões de reais						
		31 de dezembro de 2010	Adições e remoções líquidas	Mudança no Escopo	Amortização e depreciação	Aplicação de amortização e depreciação	Variações cambiais e outros	31 de dezembro de 2011
Com vida útil indefinida:								
Marcas		98	-	(70)	-	-	6	34
Com vida útil definida:								
Evolução tecnológica	3-7 anos	9.396	3.301	337	-	(1.325)	677	12.386
Outros		4.211	144	(242)	-	(579)	75	3.609
Amortização acumulada		(6.059)	-	(260)	(2.750)	1.846	(387)	(7.610)
Impairment		(13)	-	-	(1.165)	58	(66)	(1.186)
		7.633	3.445	(235)	(3.915)	-	305	7.233

19. Outros ativos

É a composição do saldo do presente item:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Operações em curso	127	224	616
Ativos líquidos em planos de pensão (Nota 25)	149	348	299
Contas a conciliar	2.114	1.756	2.032
Outros	3.344	3.046	3.541
Estoque	80	173	319
	5.814	5.547	6.807

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Operações em curso	414	606	1.488
Ativos líquidos em planos de pensão (Nota 25)	485	941	722
Contas a conciliar	6.887	4.747	4.909
Outros	10.893	8.235	8.555
Estoque	261	468	771
	18.940	14.997	16.445

20. Depósitos captados junto à Bancos Centrais e depósitos captados junto a instituições financeiras

A composição do saldo dessas seções dos balanços consolidados de acordo com os critérios de classificação, sua contrapartida, sua natureza e sua moeda, é mostrada abaixo:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Classificação:			
Passivos financeiros para livre negociação	11.334	9.420	17.027
<i>Dos quais:</i>			
<i>Depósitos captados junto à Bancos Centrais</i>	3.866	1.128	7.740
<i>Depósitos captados junto à instituições financeiras</i>	7.468	8.292	9.287
Outros passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	11.741	11.876	9.742
<i>Dos quais:</i>			
<i>Depósitos captados junto à Bancos Centrais</i>	2.097	1.014	1.510
<i>Depósitos captados junto à instituições financeiras</i>	9.644	10.862	8.232
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado	86.322	131.670	116.369
<i>Dos quais:</i>			
<i>Depósitos captados junto à Bancos Centrais</i>	9.788	50.938	34.996
<i>Depósitos captados junto à instituições financeiras</i>	76.534	80.732	81.373
	109.397	152.966	143.138
Natureza:			
Contas mútuas	755	508	604
Contas a termo	55.839	92.491	82.817
Outras contas à vista	3.425	3.225	3.396
Transferência temporária de bens	49.378	50.742	51.316
Provisões de crédito na conta do Banco Central	-	6.000	5.005
	109.397	152.966	143.138
Moeda:			
Euro	63.947	98.808	81.044
Libras esterlinas	6.993	8.566	9.787
US Dólar	27.509	34.904	31.175
Outras moedas	10.948	10.688	21.132
	109.397	152.966	143.138

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Classificação:			
Passivos financeiros para livre negociação	36.922	25.468	41.135
<i>Dos quais:</i>			
<i>Depósitos captados junto à Bancos Centrais</i>	12.594	3.050	18.699
<i>Depósitos captados junto à instituições financeiras</i>	24.328	22.418	22.436
Outros passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	38.247	32.108	23.536
<i>Dos quais:</i>			
<i>Depósitos captado junto à Bancos Centrais</i>	6.831	2.741	3.648
<i>Depósitos captado junto à instituições financeiras</i>	31.416	29.367	19.888
Passivos financeiros pelo custo amortizado	281.202	355.983	281.136
<i>Dos quais:</i>			
<i>Depósitos captados junto à Bancos Centrais</i>	31.885	137.716	84.547
<i>Depósitos captados junto à instituições financeiras</i>	249.317	218.267	196.589
	356.371	413.559	345.807
Natureza:			
Contas mútuas	2.459	1.373	1.459
Contas a termo	181.901	250.059	200.078
Outras contas à vista	11.157	8.719	8.204
Transferência temporária de bens	160.854	137.186	123.974
Provisões de crédito na conta do Banco Central	-	16.222	12.092
	356.371	413.559	345.807
Moeda:			
Euro	208.314	267.137	195.794
Libras esterlinas	22.781	23.159	23.644
US Dolar	89.613	94.367	75.316
Outras moedas	35.663	28.896	51.053
	356.371	413.559	345.807

Durante 2012, os saldos com os Bancos Centrais aumentaram tanto nos ativos como nos passivos, após injeções de liquidez pelos Bancos Centrais dos países onde o Grupo opera e, em particular, na zona euro. O Grupo continuou a prática de participar nestes leilões e depositando a maioria dos fundos recolhidos no BCE, aumentando de forma notável do *buffer* de liquidez, bem como melhora da sua estrutura para substituir os vencimentos a curto prazo para financiamento de longo prazo. O Grupo devolveu a maioria dos montantes em janeiro de 2013.

Nota 51 mostra o detalhe dos vencimentos dos passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado, bem como suas taxas de juros médias.

21. Depósitos captados junto à clientes

A composição do saldo desta posição de acordo com os critérios de classificação, geográfica e sua área de natureza é mostrado abaixo:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Classificação:			
Passivos Financeiros Para Livre Negociação	8.500	8.897	16.574
Outros passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	26.484	28.638	26.982
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado	572.853	589.104	588.977
	607.837	626.639	632.533
Por área geográfica:			
Espanha	185.460	192.588	202.022
União Europeia (exceto Espanha)	259.903	261.135	260.529
Estados Unidos da América e Porto Rico	43.773	45.129	43.437
América Latina	116.666	126.842	125.343
Resto do mundo	2.035	945	1.202
	607.837	626.639	632.533
Natureza:			
Vista-			
Contas correntes	167.787	144.305	155.455
Contas de poupança	164.214	167.389	140.583
Outros fundos para o vista	3.512	3.443	3.179
Termo-			
Depósitos a prazo fixo	225.471	257.583	257.498
Contas de poupança-vivienda	102	132	174
Depósitos para desconto	1.156	1.345	732
Passivos financeiros híbridos	3.324	3.128	4.594
Outros fundos no prazo	463	590	139
Depósitos a prazo	21	969	1.338
Transferência temporária de bens	41.787	47.755	68.841
	607.837	626.639	632.533

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Classificação:			
Passivos financeiros para livre negociação	27.690	24.054	40.041
Outros passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	86.274	77.426	65.186
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado	1.866.126	1.592.702	1.422.910
	1.980.090	1.694.182	1.528.137
Por área geográfica:			
Espanha	604.155	520.681	488.065
União Europeia (exceto Espanha)	846.660	706.005	629.412
Estados Unidos da América e Porto Rico	142.595	122.011	104.939
América Latina	380.051	342.930	302.816
Resto do mundo	6.629	2.555	2.905
	1.980.090	1.694.182	1.528.137
Natureza:			
Vista-			
Contas correntes	546.583	390.143	375.564
Contas de poupança	534.945	452.553	339.634
Outros fundos para o vista	11.441	9.310	7.681
Termo-			
Depósitos a prazo fixo	734.494	696.401	622.089
Contas de poupança-vivienda	332	357	420
Depósitos para desconto	3.766	3.636	1.768
Passivos financeiros híbridos	10.828	8.457	11.099
Outros fundos no prazo	1.508	1.595	336
Depósitos a prazo	68	2.620	3.232
Transferência temporária de bens	136.125	129.110	166.314
	1.980.090	1.694.182	1.528.137

Nota 51 mostra o detalhe dos vencimentos dos passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado, bem como suas taxas de juros médias.

22. Obrigação por emissão de títulos

a) Composição

A composição do saldo deste grupo de contas de acordo com sua classificação e sua natureza é:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Classificação:			
Passivos financeiros para livre negociação	1	1	77
Outros passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	4.086	4.904	8.185
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado	171.390	201.064	189.110
	175.477	205.969	197.372
Natureza:			
Títulos e obrigações pendentes	161.274	183.686	185.530
Notas promissórias e outros títulos	14.203	22.283	11.842
	175.477	205.969	197.372

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Classificação:			
Passivos financeiros para livre negociação	3	3	186
Outros passivos financeiros avaliados pelo seu valor justo no resultado	13.311	13.258	19.774
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado	558.320	543.597	456.871
	571.634	556.858	476.831
Natureza:			
Títulos e obrigações pendentes	525.366	496.614	448.222
Notas promissórias e outros títulos	46.268	60.244	28.609
	571.634	556.858	476.831

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não existiam emissões conversíveis em ações do Banco, ou que outorgassem privilégios ou direitos que poderiam, antes de qualquer contingência, torná-los conversíveis em ações. Em 31 de dezembro de 2011 as únicas emissões com esas características correspondiam aos títulos do Santander conforme descrito na Nota 34.a e que foram convertidos em ações no exercício de 2012.

Na Nota 51 está demonstrado o detalhe dos prazos de vencimento dos passivos pelo custo amortizado no final dos exercícios de 2013, 2012 e 2011, bem como os juros médios de tais exercícios.

b) Títulos e obrigações pendentes

O detalhamento do saldo deste item com base em sua moeda de emissão, é o seguinte:

Moeda de emissão	Milhões de euros			31 de dezembro de 2013	
				Quantidade de emissão em moeda (Milhões)	Taxa de juros anual %
	2013	2012	2011		
Euros	85.120	111.173	116.590	85.120	3,64%
US Dolar	25.641	26.186	28.995	35.361	2,88%
Libras esterlinas	20.237	24.707	20.483	16.872	2,79%
Reais	15.017	14.581	12.790	48.920	7,73%
Dólares de Hong Kong	5.026	170	283	53.748	3,72%
Pesos chilenos	3.360	3.906	3.714	2.434.430	4,25%
Outras moedas	6.873	2.963	2.675		
Saldo no final do ano	161.274	183.686	185.530		

Moeda de emissão	Milhões de reais			31 de dezembro de 2013	
				Quantidade de emissão em moeda (Milhões)	Taxa de juros anual %
	2013	2012	2011		
Euros	277.287	300.568	281.670	85.120	3,64%
US Dolar	83.528	70.796	70.049	35.361	2,88%
Libras esterlinas	65.924	66.798	49.485	16.872	2,79%
Reais	48.919	39.421	30.899	48.920	7,73%
Dólares de Hong Kong	16.373	460	684	53.748	3,72%
Pesos chilenos	10.946	10.560	8.973	2.434.430	4,25%
Outras moedas	22.389	8.011	6.462		
Saldo no final do ano	525.366	496.614	448.222		

O movimento que ocorreu nas contas de títulos e obrigações pendentes foi o seguinte:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Saldo no início do ano	183.686	185.530	185.869
Adição líquida de sociedades do Grupo	-	(1.649)	(6.064)
Das quais,			
- Santander Consumer USA Inc.	-	-	(6.025)
Extinções	61.754	80.817	91.215
Das quais,			
- Grupo Santander UK			
- Títulos em moedas	23.491	32.162	49.497
- Bônus em libras esterlinas	5.577	13.281	8.561
- Banco Santander (Brasil) S.A.			
- Títulos	5.777	6.461	6.783
- Letras de crédito imobiliária	4.989	5.359	3.927
- Letras de crédito agrário	478	1.612	1.274
- Santander International Debt, S.A. Unipersonal - Letras	4.654	9.727	8.635
- Banco Santander, S.A.			
- Certificados territoriais - Fixados	4.009	-	-
- Hipoteca - Fixada	1.990	4.089	-
- Títulos	323	-	3.978
- Santander Consumer Finance, S.A. - Títulos	2.325	1.012	481
- Banco Santander - Chile - Letras	1.469	1.436	874
- Motor 2012 PLC - Títulos de securitização	598	-	-
- Bilkredit 5 Limited - Títulos de securitização	494	-	-
- Bilkredit 3 Limited - Títulos de securitização	468	-	-
- SC Alemanha Auto 2013-12 UG - Títulos de securitização	466	-	-
- Santander Consumer Bank A.S. - Letras	443	816	4
- Dansk Auto Skovsøendet 1 Ltd. - Títulos de securitização	416	-	-
- SC Alemanha Auto 2013-1 UG (Hafungsbeschränkt) - Títulos de securitização	407	-	-
- Banco Santander (México), S.A. Institución de Banco múltiple			
- Grupo Financiero Santander - Letras	392	780	-
- SC F Rohituspälväht 2013 Limited - Títulos de securitização	384	-	-
- Santander Holdings USA, Inc. - Títulos	362	453	384
- Bilkredit 4 Limited - Títulos de securitização	357	-	-
- Trade Maple 3 Ireland Limited - Deveres Variável	313	-	-
- Santander Consumer Bank Spolka Akcyjna - Letras	256	112	213
- Fondo de Titulización de Activos PYMES Santander 6 - Títulos de securitização	235	-	-
- Santander Consumer Bank S.P.A. - Títulos Variável	109	-	650
- Santander International Products, Plc. - Títulos	65	-	-
- Banesto			
- Hipoteca - fixado	-	955	600
- Títulos	-	949	1.452
- Motor 2012 PLC - Títulos de securitização	-	895	-
- Svensk Amfinsans 1 Limited - Títulos de securitização	-	407	-
- SC F Rohituspälväht Limited - Títulos de securitização	-	227	-
- Banco Santander Totta, S.A.			
- Obrigações de hipoteca	-	-	875
- Títulos	-	-	359
- SC Private Cars 2010-1 limitada - Títulos de securitização	-	-	597
- Motor 2011 PLC - Títulos de securitização	-	-	320
- Limited Bilkredit - Títulos de securitização	-	-	288
- Brazil Forging Diversified Payment Rights Finance Company - Títulos de securitização	-	-	193
Amarização	(73.619)	(78.706)	(81.395)
Das quais:			
- Grupo Santander UK	(37.388)	(41.862)	(51.707)
- Banco Santander, S.A.	(11.434)	(6.542)	(2.968)
- Santander International Debt, S.A. Unipersonal	(10.437)	(8.479)	(7.795)
- Banco Santander (Brasil) S.A.	(8.246)	(9.346)	(6.102)
- Santander International Products, Plc.	(1.605)	-	-
- Banco Santander - Chile	(1.263)	(1.122)	(520)
- Santander Consumer Finance, S.A.	(1.012)	(481)	(150)
- Banco Santander Totta, S.A.	(962)	(1.014)	(2.477)
- Santander US Debt, S.A. Unipersonal	(947)	(1.156)	(1.118)
- Santander Consumer Bank Spolka Akcyjna	(48)	(68)	(167)
- Santander Consumer Bank AG	(6)	(863)	(317)
- Banesto	-	(6.101)	(7.748)
- Santander Holdings USA, Inc.	-	(1.236)	-
- Totta (Irlanda), PLC	-	-	(112)
Variações cambiais	(5.590)	(526)	(11)
Outros movimentos	(4.957)	(1.670)	(4.084)
Saldo no final do exercício	161.274	183.686	185.530

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Saldo no início do ano	598.376	501.599	449.041
Ação líquida de sociedades do Grupo	-	(4.458)	(14.650)
Das quais:			
Santander Consumer USA Inc.	-	-	(14.356)
Emissões	251.170	218.497	220.366
Das quais:			
Grupo Santander UK			
Títulos em outras moedas	76.524	86.953	119.580
Bônus em libras esterlinas	19.145	35.207	20.054
Banco Santander (Brasil) S.A.			
Títulos	18.819	17.168	16.387
Letras de crédito imobiliário	16.252	14.489	9.487
Letras de crédito agrário	1.557	4.358	3.078
Santander International Debt, S.A. Unipersonal - Letras	15.161	26.298	20.861
Banco Santander, S.A.			
Certificados territoriais - Fixados	13.630	-	-
Hipoteca - Fixado	6.483	11.055	-
Títulos	1.052	-	9.610
Santander Consumer Finance, S.A. - Títulos	7.574	2.736	1.162
Banco Santander - Chile - Letras	4.785	3.852	2.111
Motor 2013 PLC - Títulos de securitização	1.948	-	-
BilKredit 5 Limited - Títulos de securitização	1.609	-	-
BilKredit 3 Limited - Títulos de securitização	1.525	-	-
SC Alemanha Auto 2013-12 UG - Títulos de securitização	1.518	-	-
Santander Consumer Bank A.S. - Letras	1.443	2.206	10
Dansk Auto Skolleværdet 1 Ltd. - Títulos de securitização	1.355	-	-
SC Alemanha Auto 2013-1 UG (Haftungsbeschränkt) - Títulos de securitização	1.326	-	-
Banco Santander (México), S.A. Institución de Banca múltiple.			
Grupo Financiero Santander - Letras	1.277	2.109	-
SCF Rabotospalveta 2013 Limited - Títulos de securitização	1.251	-	-
Santander Holdings USA, Inc. - Títulos	1.179	1.225	928
BilKredit 4 Limited - Títulos de securitização	1.163	-	-
Trade Maps 3 Ireland Limited - Deveres - Variável	1.020	-	-
Santander Consumer Bank Spolka Akcyjna - Letras	834	303	515
Fundo de Titulização de Activos PYMES Santander 6 - Títulos de securitização	766	-	-
Santander Consumer Bank S.P.A. - Títulos - Variável	326	-	1.570
Santander International Products, Plc. - Títulos	212	-	-
Banesto			
Hipoteca - fixado	-	2.582	1.450
Títulos	-	2.566	3.508
Motor 2012 PLC - Títulos de securitização	-	2.420	-
Svensk Autofinans 1 Limited - Títulos de securitização	-	1.100	-
SCF Rabotospalveta Limited - Títulos de securitização	-	641	-
Banco Santander Totta, S.A.			
Obrigações de hipoteca	-	-	2.114
Títulos	-	-	867
SC Private Cars 2010-1 limitada - Títulos de securitização	-	-	1.428
Motor 2011 PLC - Títulos de securitização	-	-	773
1 Limited BilKredit - Títulos de securitização	-	-	696
Brazil Foreign Diversified Payment Rights Finance Company.			
Títulos de securitização	-	-	466
Amortização	(239.821)	(212.790)	(196.642)
Das quais:			
Grupo Santander UK	(121.795)	(113.178)	(124.919)
Banco Santander, S.A.	(37.247)	(17.687)	(7.170)
Santander International Debt, S.A. Unipersonal	(34.060)	(22.924)	(18.837)
Banco Santander (Brasil) S.A.	(26.862)	(25.268)	(14.742)
Santander International Products, Plc	(5.228)	-	-
Banco Santander - Chile	(4.114)	(3.006)	(1.256)
Santander Consumer Finance, S.A.	(3.297)	(1.300)	(362)
Banco Santander Totta, S.A.	(3.134)	(2.741)	(5.984)
Santander US Debt, S.A. Unipersonal	(3.085)	(3.698)	(2.701)
Santander Consumer Bank Spolka Akcyjna	(156)	(184)	(403)
Santander Consumer Bank AG	(20)	(2.333)	(766)
Banesto	-	(17.396)	(18.718)
Santander Holdings USA, Inc.	-	(3.342)	-
Totta (Irlanda), PLC	-	-	(271)
Variações cambiais	(18.211)	(1.719)	(26)
Outros movimentos	(16.143)	(4.515)	(9.867)
Saldo no final do exercício	525.366	496.614	448.222

c) Notas promissórias e outros títulos

Essas notas promissórias foram publicadas principalmente pelo Banco Santander, S.A., Santander Consumer Finance, S.A, Santander Commercial Paper, S.A. Unipersonal, Abbey National North America LLC, Santander UK plc, Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander, Santander Banco de Emisiones, S.A., Fondo de Titulización de Activos Santander 2 e Santander International Products, Plc.

d) Garantias

A seguir estão demonstradas as informações para os passivos garantidos por ativos financeiros:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Títulos de securitização	30.020	35.853	37.466
<i>Dos quais títulos de securitização hipotecária</i>	<i>22.843</i>	<i>29.938</i>	<i>31.719</i>
Outros títulos hipotecários	59.984	67.214	76.243
<i>Edos quais, cédulas hipotecárias</i>	<i>32.717</i>	<i>38.500</i>	<i>42.717</i>
	90.004	103.067	113.709

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Títulos de securitização	97.793	96.932	90.514
<i>Dos quais títulos de securitização hipotecária</i>	<i>74.413</i>	<i>80.940</i>	<i>76.630</i>
Outros títulos hipotecários	195.404	181.720	184.195
<i>Edos quais, cédulas hipotecárias</i>	<i>106.579</i>	<i>104.089</i>	<i>103.200</i>
	293.197	278.652	274.709

A seguir estão demonstradas as principais características dos ativos que garantem os passivos financeiros acima:

1. Títulos de securitização:

- a. Títulos de securitização hipotecária – garantidos por ativos hipotecários securitizados (ver Nota 10.e) com vencimentos médios superiores a 10 anos devem cumprir os seguintes requisitos: ser a primeira hipoteca com destino a compra da primeira ou segunda casa, ter pagamento em dia, ser um *loan to value* inferior a 80% e ter seguro contra perdas e danos em vigor por um montante que cubra pelo menos, o valor da transação. O valor do passivo financeiro, discriminado na tabela acima é inferior ao o saldo dos bens que garantem o mesmo - ativos securitizados mantidos no balanço, devido, principalmente, a que o Grupo recompra parte dos títulos publicados não aparecendo em tais casos em seu passivo.
- b. Outros títulos de securitização – incluem títulos de securitização de ativos e notas promissórias emitidas por fundos de securitização principalmente garantidos por empréstimos hipotecários que não atendam aos requisitos acima e outros empréstimos (principalmente de empréstimos pessoais com um prazo entre 5 anos e empréstimos às PME com vencimento médio de 7 anos).

2. Outros títulos hipotecários: incluem principalmente, (i), cédulas hipotecárias, que possuem um vencimento médio superior a 10 anos, que são garantidas pela carteira de empréstimos e hipotecas (obtidos junto avededores com garantia real - ver Nota 10.b-) que devem cumprir os seguintes requisitos: não estar classificadas em disputa judicial, tendo disponíveis avaliações efetuadas por entidades especializadas, tendo um *loan to value* inferior a 80% no caso de habitação e fundo de 60% para o resto dos bens e ter seguro de danos suficientes, (ii) outros títulos da dívida, principalmente no Reino Unido –*covered bonds*- títulos garantidos por hipotecas e outros ativos, emitidos como parte da estratégia de liquidez do Grupo no Reino Unido.

O valor justo das garantias recebidas pelo Grupo (ativos financeiros e ativos não financeiros) de que o Grupo esteja autorizado a vender ou penhorar a menos que tenha ocorrido o não pagamento pelo proprietário da garantia não tem importância relativa, considerando que as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

e) Emissões do mercado hipotecário espanhol

Os membros do Conselho de Administração mostram que as empresas do Grupo estabelecem políticas e procedimentos que cobrem todas as atividades realizadas no âmbito das emissões do mercado hipotecário, o que asseguram o estrito cumprimento das regras do mercado hipotecário aplicável a essas atividades para os efeitos do disposto no decreto real 716/2009 de 24 de abril, pelo qual se desenvolveu certos aspectos da lei 2/1981, de 25 de março, o Regulamento do mercado de hipotecas e pela aplicação do mesmo, pelas Circulares 7/2010 e 5/2011 do Banco de Espanha e outras regras do sistema financeiro e de hipotecário. Além disso, a gestão financeira define a estratégia de financiamento das empresas do Grupo.

As políticas de riscos aplicáveis às operações do mercado de hipotecário preveem limites máximos de financiamento sobre o preço do bem hipotecado (LTV), além disso há políticas específicas, adaptadas a cada produto de hipoteca, que às vezes se aplicam os limites mais restritivos.

As políticas gerais, definidas para este assunto, estabelecem uma análise, por meio de indicadores fixos a serem cumpridos, sobre a capacidade de pagamento (taxa de esforço na contratação) de cada cliente em potencial. Esta análise deve determinar se as receitas de cada cliente são suficientes para lidar com pagamentos de parcelas para a operação solicitada. Além disso, na análise de cada cliente deve constar uma conclusão sobre a estabilidade dos rendimentos considerados durante período da operação. O indicador mencionado, usado na medição da capacidade de pagamento (taxa de esforço na contratação) de cada cliente, considera principalmente a relação da dívida potencial frente à renda gerada, tendo em conta, tanto os pagamentos mensais correspondentes ao empréstimo como de outras operações e salários mensais e as demais rendas devidamente justificadas.

Quanto a verificação das informações e a solvabilidade do cliente, as entidades do Grupo possuem procedimentos e ferramentas especializados (vide Nota 54).

Os procedimentos das empresas do Grupo prevêm que cada hipoteca originada no segmento do mercado de hipotecas deve conter uma avaliação individual realizada por uma empresa de avaliação independente do Grupo.

Ainda que o mercado de hipotecas - Ley 41/2007 prevê (Art. 5) que qualquer avaliação de empresas aprovada pelo Banco de Espanha seja capaz de emitir relatórios válidos de avaliação, com base neste artigo, as empresas do Grupo realizam uma série de verificações, selecionando, dentre estas entidades, um pequeno Grupo que assinou acordos de colaboração, com condições especiais e mecanismos de controle automatizado. As regras internas do Grupo especificam em detalhe cada uma das sociedades aprovadas internamente e também os requisitos e procedimentos de admissão e controles estabelecidos para a sua manutenção. Neste sentido, na normativa está regulamentado funcionamento de um Comitê de empresas de avaliação, formada por diferentes áreas do Grupo relacionadas com estas sociedades, e cujo objetivo é regular e adaptar as normas internas e o procedimento da atividade das empresas de preços para a situação de mercado e negócios.

Basicamente, as sociedades que desejam colaborar com o Grupo devem ter uma atividade relevante no mercado de hipotecas e o território onde eles trabalham, passar por pré-filtros de análise de acordo com os critérios de independência, capacidade técnica e solvência - para assegurar a continuidade do seu negócio e finalmente passam por uma série de testes antes da aprovação final.

Além disso, para cumprir plenamente com as regras, qualquer avaliação fornecida pelo cliente é revisada, independentemente da sociedade que a emitir, para verificar se os requisitos, procedimentos e métodos tratados na mesma estão adequados à legislação.

Abaixo estão as informações requeridas pelas circulares 7/2010 e 5/2011 do Banco de Espanha, pela aplicação do Real Decreto 716/2009, de 24 de abril:

	Milhões de euros
Valor nominal da carteira de empréstimos e pendentes de hipotecas de amortização que oferecem suporte à emissão de certificados e títulos, em conformidade com o decreto real 716/2009 de hipoteca (excluindo securitizados)	80.538
<i>Dos quais:</i>	
<i>Elegíveis e elegíveis para cobrir as hipotecas de emissão</i>	50.320
<i>Transferências de ativos mantidos em saldo: certificados e outros ativos securitizados hipoteca de hipoteca</i>	9.129

	Milhões de reais
Valor nominal da carteira de empréstimos e pendentes de hipotecas de amortização que oferecem suporte à emissão de certificados e títulos, em conformidade com o decreto real 716/2009 de hipoteca (excluindo securitizados)	262.361
<i>Dos quais:</i>	
<i>Elegíveis e elegíveis para cobrir as hipotecas de emissão</i>	163.922
<i>Transferências de ativos mantidos em saldo: certificados e outros ativos securitizados hipoteca de hipoteca</i>	29.739

Cédulas hipotecárias

As cédulas hipotecárias publicadas pelas empresas do Grupo são valores mobiliários cuja principal e os juros são especialmente garantidos por hipoteca, sem registro, sem prejuízo da responsabilidade universal da entidade emitente.

As cédulas hipotecárias incorporam o direito ao crédito do detentor frente a entidade emitente, garantida da forma indicada no parágrafo anterior e estão associada com a execução para reclamar o pagamento do emitente após seu vencimento. Os detentores desses títulos tem o caráter de credores com preferência especial que designa o número 3 do artigo 1.923 do Código Civil frente a todos os outros credores, no que diz respeito a todos os empréstimos e hipotecas registadas a em favor do emitente e, se for caso, para os fluxos econômicos gerados por instrumentos financeiros derivativos ligados às emissões.

Em caso de concurso, os titulares de cédulas teriam o privilégio especial estabelecido no paragrafo 1 do item 1 do artigo 90 da lei 22/2003, de 9 de julho, Concursal. Sem limitar o disposto acima, são vistos durante o concurso, em conformidade com o nº 7º nº2 do artigo 84 da lei de recuperação judicial, os pagamentos correspondentes ao reembolso de capital e juros dos títulos publicados e pendentes de depreciação na data de aplicação do concurso, até o montante dos rendimentos da falência de empréstimos e hipotecas e, se for caso, a substituição que respaldam as cédulas e fluxos econômicos gerados pelos instrumentos ligadas à emissões (XIX Disposição da Lei de Recuperação Judicial).

Onde, por um intervalo de tempo, o rendimento recebido pelo concursado for insuficiente para satisfazer os pagamentos referidos no parágrafo anterior, a administração de concurso de credores deve satisfazê-los através da liquidação dos bens de substituição relativos à emissão e, se este for insuficiente, deve financiar operações para cumprir o mandato de pagamento aos detentores de títulos ou cédula, subrogando-se o financiador na posição dos mesmos.

No caso de proceder em conformidade com o referido no número 3 do artigo 155 da Lei de Recuperação Judicial, o pagamento de todos os detentores de cédulas publicadas pela emissora seria proporcional, independentemente das datas de emissão dos títulos.

O Grupo tem um saldo correspondente a cédulas hipotecárias vigentes no dia 31 de dezembro de 2013, de 32.717 milhões de euros (106.579 milhões de reais) (todos são publicados em euros), dos quais 32.071 milhões de euros (104.474 milhões de reais) correspondem às emissões do Banco Santander, S.A., e 646 milhões de euros (2.104 milhões de reais) as emissões de Santander Consumer Finance, S.A. Nas demonstrações financeiras de cada uma dessas sociedades as emissões vigentes estão detalhadas em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Na emissão de cédulas hipotecárias existe a possibilidade de amortização antecipada pelo emitente apenas para cumprir os limites relativos ao volume da hipoteca em circulação previstas nas regras que regem o mercado hipotecário.

Nenhuma das cédulas hipotecárias publicadas pelas entidades do Grupo tem ativos de substituição vinculados.

23. Passivos subordinados

a) Composição

O detalhe deste item dos balanços consolidados de acordo com a sua moeda de emissão, é o seguinte:

Moeda de emissão	Milhões de euros			em 31 de dezembro de 2013	
	2013	2012	2011	Valor emissão de em moeda (Milhões)	Taxa de de juros anuais %
Euros	4.600	5.214	6.848	4.600	3,59%
US Dolar	4.413	3.932	5.637	6.085	5,95%
Libras esterlinas	2.750	3.292	4.568	2.293	8,90%
Real brasileiro	2.734	4.409	4.515	8.906	8,36%
Outras moedas	1.642	1.391	1.424		
Saldo no final do ano	16.139	18.238	22.992		
<i>Dos quais, ações preferenciais</i>	<i>401</i>	<i>421</i>	<i>449</i>		
<i>Dos quais, ações preferenciais</i>	<i>3.652</i>	<i>4.319</i>	<i>5.447</i>		

Moeda de emissão	Milhões de reais			em 31 de dezembro de 2013	
	2013	2012	2011	Valor emissão de em moeda (Milhões)	Taxa de de juros anuais %
Euros	14.985	14.096	16.544	4.600	3,59%
US Dolar	14.376	10.631	13.618	6.085	5,95%
Libras esterlinas	8.959	8.900	11.056	2.293	8,90%
Real brasileiro	8.906	11.920	10.908	8.906	8,36%
Outras moedas	5.349	3.761	3.440		
Saldo no final do ano	52.575	49.308	55.546		
<i>Dos quais, ações preferenciais</i>	<i>1.306</i>	<i>1.138</i>	<i>1.085</i>		
<i>Dos quais, ações preferenciais</i>	<i>11.897</i>	<i>11.677</i>	<i>13.159</i>		

Detalhe dos prazos de vencimento dos passivos subordinados ao final de cada ano, bem como as taxas de juros médias nestes exercícios é demonstrada na Nota 51.

b) Movimento

Movimento no saldo da presente posição durante os últimos 3 anos é a seguinte:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Saldo no início do ano	18.238	22.992	30.475
Adição líquida de sociedades do Grupo (Nota 3)	237	(1)	99
<i>Bank Zachodni WBK S.A.</i>	-	-	99
Emissões	1.027	2	171
<i>Dos quais:</i>			
<i>Santander UK plc</i>	599	-	-
<i>Banco Santander (México), S.A. Institución de Banca múltiple</i>	235	-	-
<i>Banco Santander - Chile</i>	191	-	169
Recmbolsos e recompras	(1.915)	(4.080)	(8.616)
<i>Dos quais:</i>			
<i>Banco Santander (Brasil), S.A.</i>	(663)	-	-
<i>Santander Issuances, S.A. Unipersonal</i>	(608)	(1.253)	(3.190)
<i>Abbey National Capital Trust I</i>	(278)	(203)	-
<i>Santander Holdings USA, Inc.</i>	(193)	(264)	(517)
<i>Santander PR Capital Trust I</i>	(91)	-	-
<i>Santander Perpetual S.A. Unipersonal</i>	(28)	(155)	(35)
<i>Banco Santander S.A.</i>	(28)	(66)	(294)
<i>Banco Santander-Chile</i>	(7)	(168)	(8)
<i>Santander Finance Preferred, S.A. Unipersonal</i>	(7)	(99)	-
<i>Santander Finance Capital, S.A. Unipersonal</i>	(4)	-	(1.943)(*)
<i>Santander Banco de Emisiones, S.A.</i>	(6)	-	-
<i>Santander UK plc</i>	-	(1.166)	(847)
<i>Banesto</i>	-	(608)	(506)
<i>Santander Central Hispano Issuances Limited</i>	-	-	(1.195)
Variações cambiais	(923)	(190)	230
Outros movimentos	(525)	(485)	633
Saldo no final do ano	16.139	18.238	22.992

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Saldo no início do ano	49.308	55.546	67.584
Adição líquida de sociedades do Grupo (Nota 3)	772	(3)	239
<i>Bank Zachodni WBK S.A.</i>	-	-	230
Emissões	3.346	5	413
<i>Dos quais:</i>	-	-	-
<i>Santander UK plc</i>	1.951	-	-
<i>Banco Santander (México), S.A. Institución de Banca múltiple</i>	766	-	-
<i>Banco Santander - Chile</i>	622	-	408
Reembolsos e recompras	(6.233)	(10.766)	(20.619)
<i>Dos quais:</i>	-	-	-
<i>Banco Santander (Brasil), S.A.</i>	(2.160)	-	-
<i>Santander Issuances, S.A. Unipersonal</i>	(1.981)	(3.388)	(7.707)
<i>Abbey National Capital Trust I</i>	(906)	(549)	-
<i>Santander Holdings USA, Inc.</i>	(629)	(714)	(1.249)
<i>Santander PR Capital Trust I</i>	(296)	-	-
<i>Santander Perpetual S.A. Unipersonal</i>	(91)	(419)	(85)
<i>Banco Santander S.A.</i>	(91)	(178)	(710)
<i>Banco Santander-Chile</i>	(23)	(454)	(19)
<i>Santander Finance Preferred, S.A. Unipersonal</i>	(23)	(268)	-
<i>Santander Finance Capital, S.A. Unipersonal</i>	(13)	-	(4.694)(*)
<i>Santander Banco de Emisiones, S.A.</i>	(20)	-	-
<i>Santander UK plc</i>	-	(3.152)	(2.046)
<i>Banesto</i>	-	(1.644)	(1.222)
<i>Santander Central Hispano Issuances Limited</i>	-	-	(2.887)
Variações cambiais	6.879	5.739	6.458
Outros movimentos	(1.497)	(1.213)	1.471
Saldo no final do ano	52.575	49.308	55.546

(*) Em 30 de dezembro de 2011 foram publicadas 341.802.171 novas ações (3,837% do capital), no âmbito da oferta de recompra, dirigida aos titulares da série X ações preferenciais publicadas pelo Santander Finance Capital, S.A. Unipersonal (Nota 31).

c) Outras informações

Esse item inclui ações preferenciais, bem como de outros instrumentos financeiros publicados pelas empresas consolidadas, que a natureza jurídica do capital, não cumprem os requisitos para se qualificar como patrimônio líquido (ações preferenciais).

As ações preferenciais não têm direito de voto e não são cumulativas. Foram subscritas por terceiros fora do Grupo, e salvo as ações do Santander UK plc mencionado abaixo, o restante pode ser amortizável por uma decisão da entidade emitente, de acordo com as condições de cada emissão.

As ações preferenciais são colocadas para fins de prioridade dos créditos atrás de credores comuns com depósitos subordinados. Sua remuneração é condicionada ao lucro distribuível suficiente, e as restrições impostas pelo Regulamento Banco de Espanha em recursos próprios e a falta de direitos políticos.

O resto das emissões têm o caráter de subordinado e, para os fins da prioridade dos créditos, estão por trás de todos os credores comuns do CAs. No caso de emissões de Santander Central Hispano Issuances Limited, Santander Central Hispano Financial Services Limited, Santander Issuances, S.A. Unipersonal, Santander Perpetual, S.A. Unipersonal, Santander Finance Capital, S.A. Unipersonal, Santander International Preferred, S.A. Unipersonal, Santander Finance Preferred, S.A. Unipersonal e Santander Banco de Emisiones S.A., são garantidas pelo Banco, ou existem depósitos indisponíveis no Banco em garantia de tais emissões. Em 31 de dezembro de 2013 estas emissões totalizaram 7.904 milhões de euros (25.748 milhões de reais).

Em 31 de dezembro de 2013 não existem emissões conversíveis em ações do Banco, nem que concedam privilégios ou direitos que podem, para qualquer eventualidade, torná-los conversíveis em ações.

Em 31 de dezembro de 2013, o Santander UK plc tem uma emissão subordinada, no montante de 200 milhões de libras esterlinas, que podem ser convertíveis a uma opção do Santander UK plc, em ações preferenciais do próprio Santander UK plc, ao preço de uma libra por ação.

Os juros auferidos por passivos subordinados durante o ano de 2013 elevou-se a 1.260 milhões de euros (3.593 milhões de reais) (1.650 e 1.940 milhões de euros; 4.127 e 4.509 milhões de reais; durante anos fiscais 2012 e 2011, respectivamente) - vide Nota 39-.

24. Outros passivos financeiros

A composição do saldo desta posição nos balanços consolidados é como segue:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Credores comerciais	1.031	1.255	1.249
Câmaras de compensação	841	573	1.330
Contas de arrecadação:			
Administrações públicas	2.197	2.021	1.949
Credores por factoring	194	201	390
Pendente resolver operações financeiras	3.063	5.080	3.656
Outros passivos financeiros	9.084	10.115	9.647
	16.410	19.245	18.221

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Credores comerciais	3.358	3.393	3.017
Câmaras de compensação	2.740	1.549	3.213
Contas de arrecadação:			
Administrações públicas	7.157	5.464	4.709
Credores por factoring	632	544	942
Pendente resolver operações financeiras	9.978	13.734	8.833
Outros passivos financeiros	29.592	27.347	23.306
	53.457	52.031	44.020

Na Nota 51 está demonstrado o detalhe dos vencimentos de outros passivos financeiros ao final de cada ano fiscal.

25. Provisões

a) Composição

A composição do saldo do presente item dos balanços consolidados está listada abaixo:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Fundo de Pensões e obrigações similares	9.126	10.353	10.782
Provisões para impostos e outras contingências legais	2.727	3.100	3.663
Provisões para riscos e compromissos de contingente (Nota 2):	693	617	659
<i>As quais, pelo risco-país</i>	<i>4</i>	<i>3</i>	<i>11</i>
Outras provisões	1.929	2.078	2.205
Provisões	14.475	16.148	17.309

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Fundo de Pensões e obrigações similares	29.729	27.990	26.048
Provisões para impostos e outras contingências legais	8.883	8.381	8.849
Provisões para riscos e compromissos de contingente (Nota 2):	2.258	1.668	1.592
<i>As quais, pelo risco-país</i>	<i>13</i>	<i>8</i>	<i>27</i>
Outras provisões	6.284	5.618	5.327
Provisões	47.154	43.657	41.816

b) Movimento

Abaixo está o movimento que ocorreu no item provisões durante os últimos 3 anos:

	Milhões de euros											
	2013				2012				2011			
	Pensões	Riscos e Compromissos de Contingente	Resto do Provisões	Total	Pensões	Riscos e Compromissos de Contingente	Resto do Provisões	Total	Pensões	Riscos e Compromissos de Contingente	Resto do Provisões	Total
Saldos no início do ano	10.353	617	5.178	16.148	10.782	659	5.868	17.309	10.591	1.030	5.111	16.732
Adição líquida de sociedades do Grupo	(1)	15	-	14	(60)	(1)	(16)	(77)	71	4	(71)	4
Provisões lançadas em resultados:												
Despesa de juros e similares (Nota 39)	363	-	-	363	398	-	-	398	357	-	-	357
Despesas de pessoal (Nota 47)	88	-	-	88	145	-	-	145	138	-	-	138
Provisões	397	126	1.659	2.182	(184)	68	1.594	1.478	225	(153)	2.544	2.616
Outras provisões de contratos relacionados para seguros de pensões	(27)	-	-	(27)	(161)	-	-	(161)	7	-	-	7
Variações de valor registrado contra Património	(90)	-	-	(90)	1.682	-	-	1.682	927	-	-	927
Pagamentos antecipadamente contra fundos internos	(1.086)	-	-	(1.086)	(980)	-	-	(980)	(1.051)	-	-	(1.051)
Benefícios pagos por liquidações	(2)	-	-	(2)	(1.006)	-	-	(1.006)	-	-	-	-
Prémios de seguros pagos	(6)	-	-	(6)	54	-	-	54	(2)	-	-	(2)
Pagamentos de fundos externos	(217)	-	-	(217)	(268)	-	-	(268)	(614)	-	-	(614)
Fundos utilizados	-	-	(1.661)	(1.661)	-	-	(2.161)	(2.161)	-	-	(1.473)	(1.473)
Transferências, variações cambiais e outros movimentos	(646)	(65)	(520)	(1.231)	(49)	(109)	(107)	(265)	133	(222)	(243)	(332)
Saldos no final do exercício	9.126	693	4.656	14.475	10.353	617	5.178	16.148	10.782	659	5.868	17.309

	Milhões de reais											
	2013				2012				2011			
	Pensões	Riscos e Compromissos de Contingente	Resto do Provisões	Total	Pensões	Riscos e Compromissos de Contingente	Resto do Provisões	Total	Pensões	Riscos e Compromissos de Contingente	Resto do Provisões	Total
Saldos no início do ano	27.990	1.668	13.999	43.657	26.048	1.592	14.176	41.816	23.488	2.284	11.335	37.107
Adição líquida de sociedades do Grupo	(3)	43	-	40	(150)	(3)	(40)	(193)	165	9	(165)	9
Provisões lançadas em resultados:												
Despesa de juros e similares (Nota 39)	1.035	-	-	1.035	995	-	-	995	830	-	-	830
Despesas de pessoal (Nota 47)	251	-	-	251	363	-	-	363	321	-	-	321
Provisões	1.132	359	4.732	6.223	(460)	170	3.987	3.697	523	(356)	5.914	6.081
Outras provisões de contratos relacionados para seguros de pensões	(77)	-	-	(77)	(403)	-	-	(403)	16	-	-	16
Variações de valor registrado contra Patrimônio	(257)	-	-	(257)	4.207	-	-	4.207	2.155	-	-	2.155
Pagamentos de aposentadoria e aposentadoria antecipada contra fundos internos	(3.097)	-	-	(3.097)	(2.451)	-	-	(2.451)	(2.443)	-	-	(2.443)
Benefícios pagos por liquidações	(6)	-	-	(6)	(2.516)	-	-	(2.516)	-	-	-	-
Prêmios de seguros pagos	(17)	-	-	(17)	135	-	-	135	(5)	-	-	(5)
Pagamentos de fundos externos	(619)	-	-	(619)	(670)	-	-	(670)	(1.427)	-	-	(1.427)
Fundos utilizados	-	-	(4.737)	(4.737)	-	-	(5.405)	(5.405)	-	-	(3.424)	(3.424)
Transferências, variações cambiais e outros movimentos	3.397	188	1.173	4.758	2.892	(91)	1.281	4.082	2.425	(345)	516	2.596
Saldos no final do exercício	29.729	2.258	15.167	47.154	27.990	1.668	13.999	43.657	26.048	1.592	14.176	41.816

c) **Fundos de pensão e obrigações similares**

A composição deste item é mostrada abaixo:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Provisões para os planos pós emprego - entidades espanholas	4.643	4.909	5.913
<i>Dos quais: benefício definido</i>	<i>4.633</i>	<i>4.900</i>	<i>5.908</i>
Provisões para obrigações similares - entidades espanholas	2.161	2.404	2.781
<i>Dos quais: aposentadoria antecipada</i>	<i>2.149</i>	<i>2.389</i>	<i>2.769</i>
Provisões para os planos pós emprego - Santander UK plc	806	409	255
Provisões para planos pós emprego e outras obrigações semelhantes - outras subsidiárias estrangeiras	1.516	2.631	1.833
<i>Dos quais: benefício definido</i>	<i>1.512</i>	<i>2.626</i>	<i>1.827</i>
Provisões para Pensões e obrigações similares	9.126	10.353	10.782

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Provisões para os planos pós emprego - entidades espanholas	15.125	13.272	14.285
<i>Dos quais: benefício definido</i>	<i>15.092</i>	<i>13.248</i>	<i>14.273</i>
Provisões para obrigações similares - entidades espanholas	7.040	6.499	6.719
<i>Dos quais: aposentadoria antecipada</i>	<i>7.001</i>	<i>6.459</i>	<i>6.690</i>
Provisões para os planos pós emprego - Santander UK plc	2.626	1.106	616
Provisões para planos pós emprego e outras obrigações semelhantes - outras subsidiárias estrangeiras	4.938	7.113	4.428
<i>Dos quais: benefício definido</i>	<i>4.925</i>	<i>7.100</i>	<i>4.414</i>
Provisões para Pensões e obrigações similares	29.729	27.990	26.048

i. *Entidades espanholas-plano pós-emprego e outras obrigações semelhantes*

Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, as entidades espanholas mantêm compromissos na compensação de contribuição definida e benefício definido pós-emprego. Além disso, certas empresas consolidadas têm oferecido em exercícios diferentes para alguns dos seus colaboradores a possibilidade de desligamento antes da sua aposentadoria, por este motivo, em cada ano constituem fundos para cobrir os compromissos para o pessoal com aposentadoria antecipada - ambos em salários e outros encargos sociais - desde o momento da sua saída até a data da aposentadoria propriamente dita. Em 2013, foram aceitas a oferta de aposentadoria antecipada e incentivo de demissões de 1.621 funcionários, aumentando a provisão efetuada para cumprir estes compromissos de 334 milhões de euros (1.088 milhões de reais).

No ano de 2012, o Banco e o Banesto chegaram a um acordo com os representantes dos trabalhadores para transformar os compromissos de prestação definida resultantes da convenção coletiva em planos de contribuição definida. Da mesma forma, foi mudado o contrato de colaboradores de altos cargos com compromissos de pensão de prestação definida, para transformá-los em um sistema de contribuição definida.

O valor das obrigações acumulados por pessoal ativo, ambos acordos coletivos como diretores, sujeitos a provisão para transformação de contribuição definida definida ascendeu a 1.389 milhões de euros (4.525 milhões de reais). Os compromissos se efetuaram mediante a subscrição de diversos contratos de seguro com companhias de seguro Espanholas. O efeito da liquidação dos compromissos de benefícios definidos acima é mostrado nas tabelas abaixo.

O montante das despesas incorridas pelo Grupo nos exercícios 2013, 2012 e 2011 em relação às contribuições para planos de contribuição definida elevou-se a 108, 54 e 50 milhões de euros (308, 135 e 116 milhões de reais), respectivamente, em cada ano fiscal.

Determinou-se o montante dos compromissos de benefícios definidos com base no trabalho feito por atuários independentes, aplicando para quantificá-los com os seguintes critérios:

1. Método de cálculo: unidade de crédito projetada, contemplando cada ano de serviço como gerador de uma unidade adicional do direito às prestações e valores de cada unidade separadamente.
2. Hipoteses atuariais utilizados: não-tendencioso e se compatíveis entre si. Especificamente, as premissas atuariais mais significativas que foram consideradas em seus cálculos foram:

	Planos pós-emprego			Outras obrigações similares		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Taxa de juro técnica anual	3,00%	2,75% e 3% no caso Banesto	4,00%	3,00%	2,75% e 3% no caso Banesto	4,00%
Tábuas de mortalidade	PERM/F-2000	GRM/F-95 (PERM/F-2000 no caso Banesto)	GRM/F-95 (PERM/F-2000 no caso Banesto)	PERM/F-2000	GRM/F-95 (PERM/F-2000 no caso Banesto)	GRM/F-95 (PERM/F-2000 no caso Banesto)
I.P.C. anual cumulativa	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%
Taxa de crescimento anual salários	2,50% (*)	2% (*)	2,50% (2,9% no caso Banesto)	n.a.	n.a.	n.a.
Taxa anual de revisão da Reforma de segurança Social	1,5%	1,5%	1,5%	n.a.	n.a.	n.a.
Taxa de crescimento anual contribuições	n.a.	n.a.	n.a.	De 0% a 1,5%	De 0% a 1,5%	De 0% a 1,5%

(*) Corresponde os compromissos, por prestação definida mantida pelo Grupo.

A taxa de juro utilizada para atualizar os fluxos é determinada com referência a títulos corporativos de alta qualidade (pelo menos AA e em euro), coincidentes com os prazos dos referidos compromissos. Da carteira de bônus considerada, são excluídos *callable*, *putable*, *sinkable bonos*, que poderiam distorcer os índices coincidentes con las duraciones de los compromisos.

As alterações das principais hipóteses podem afetar o cálculo dos compromissos. Em 31 de dezembro de 2013, caso a taxa de desconto tivesse diminuído ou aumentado em 50 *basis points*, o aumento ou diminuição do valor atual das obrigações pós-emprego de +/- 5% e um aumento ou diminuição no valor atual das obrigações a longo prazo de +/- 0,80%. Estas variações seriam parcialmente compensadas por aumentos ou diminuições no valor dos ativos e dos contratos de seguros relacionados.

3. A idade estimada da aposentadoria de cada funcionário é o primeiro com direito a se aposentar ou o acordado, se for o caso.

O valor justo dos contratos de seguro tem sido determinado como o valor presente das obrigações de pagamento relacionadas, considerando as seguintes premissas:

	Planos pós-emprego			Outras obrigações similares		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Tipo de retorno esperado dos ativos do plano	3,0%	2,75% e 3% no caso Banesto	4,0%	n.a.	n.a.	-
Tipo de desempenho esperado dos direitos de reembolso	3,0%	2,75% e 3% no caso Banesto	4,0%	n.a.	n.a.	4,0%

A situação dos compromissos de benefícios definidos para o exercício de 2013 e os quatro anteriores, são mostrados abaixo:

	Milhões de euros									
	Planos pós-emprego					Outras obrigações similares				
	2013	2012	2011	2010	2009	2013	2012	2011	2010	2009
Valor presente das obrigações:										
Com pessoal ativo	50	58	1.533	1.240	1.200	-	-	-	-	-
Com pessoal passivo	4.483	4.765	4.367	4.471	4.708	-	-	-	-	-
Com pessoal com aposentadoria antecipada	-	-	-	-	-	2.149	2.389	2.769	3.262	3.842
Prêmios de antiguidade e outros compromissos	-	-	-	-	-	11	7	7	8	9
Outros	257	221	185	181	183	1	8	5	3	-
	4.790	5.044	6.085	5.892	6.091	2.161	2.404	2.781	3.273	3.851
Menos-										
Valor justo dos ativos do plano	157	144	177	183	184	-	-	-	-	-
Provisões-provisões para Pensões	4.633	4.900	5.908	5.709	5.907	2.161	2.404	2.781	3.273	3.851
<i>Das quais:</i>										
<i>Fundos internos</i>	4.293	4.495	3.762	3.490	3.554	2.161	2.404	2.781	3.272	3.848
<i>Contratos de seguros ligados a Pensões (Nota 14)</i>	342	405	2.146	2.219	2.353	-	-	-	1	3
<i>Ativos de pensões líquido não reconhecido</i>	(2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

	Milhões de reais									
	Planos pós-emprego					Outras obrigações similares				
	2013	2012	2011	2010	2009	2013	2012	2011	2010	2009
Valor presente das obrigações:										
Com pessoal ativo	163	157	3.704	2.750	3.014	-	-	-	-	-
Com pessoal passivo	14.604	12.883	10.550	9.915	11.823	-	-	-	-	-
Com pessoal com aposentadoria antecipada	-	-	-	-	-	7.001	6.459	6.690	7.234	9.648
Prêmios de antiguidade e outros compromissos	-	-	-	-	-	36	19	17	18	23
Outros	837	597	447	402	459	3	21	12	7	-
	15.604	13.637	14.701	13.067	15.296	7.040	6.499	6.719	7.259	9.671
Menos- Valor justo dos ativos do plano	512	389	428	406	462	-	-	-	-	-
Provisões-provisões para Pensões	15.092	13.248	14.273	12.661	14.834	7.040	6.499	6.719	7.259	9.671
<i>Dos quais:</i>										
Fundos internos	13.985	12.153	9.089	7.740	8.925	7.040	6.499	6.719	7.257	9.663
Contratos de seguros ligados a Pensões (Nota 14)	1.114	1.095	5.184	4.921	5.909	-	-	-	2	8
Ativos de pensões líquido não reconhecido	(7)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Abaixo os montantes reconhecidos nas contas de resultados no que diz respeito estes compromissos de benefícios definidos:

	Milhões de euros					
	Planos pós-emprego			Outras obrigações similares		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Custo dos serviços do atual período	10	53	52	-	1	1
Custo de juros (líquidos)	139	204	208	61	101	117
Desempenho esperado dos contratos de Seguros vinculados a pensões	(11)	(45)	(86)	-	-	-
Contribuições extraordinárias- (Lucros) / perdas atuariais reconhecido no exercício	-	-	-	3	66	(3)
Custo de serviços passados	30	22	25	34	21	-
Custo de aposentadoria antecipada	8	-	2	326	55	55
Efeito redução/liquidação	(6)	(401)	(7)	-	1	-
	170	(167)	194	424	245	170

	Milhões de reais					
	Planos pós-emprego			Outras obrigações similares		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Custo dos serviços do atual período	28	133	121	-	2	2
Custo de juros (líquidos)	396	510	483	174	253	272
Desempenho esperado dos contratos de Seguros vinculados a pensões	(31)	(113)	(200)	-	-	-
Contribuições extraordinárias- (Lucros) / perdas atuariais reconhecido no exercício	-	-	-	9	165	(7)
Custo de serviços passados	86	55	58	97	53	-
Custo de aposentadoria antecipada	23	-	5	930	138	128
Efeito redução/liquidação	(17)	(1.003)	(16)	-	2	-
	485	(418)	451	1.210	613	395

Além disso, durante o ano de 2013 os ajustes de medição do patrimônio líquido - outras correções de valores aumentou em 52 milhões de euros (169 milhões de reais) em relação a compromissos de benefícios definidos (redução de 533 e 233 milhões de euros em 2012 e 2011, respectivamente) (1.441 e 563 milhões de reais).

O movimento no valor presente da obrigação acumulada pelos compromissos de benefício definido foi o seguinte:

	Milhões de euros					
	Planos pós-emprego			Outras obrigações similares		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Valor presente das obrigações no início do ano	5.044	6.085	5.892	2.404	2.781	3.273
Adição líquida das empresas do Grupo	(5)	-	-	-	-	-
Custo dos serviços do atual período de	10	53	52	-	1	1
Custo de juros	145	211	215	61	101	117
Custo de aposentadoria antecipada	8	-	2	326	55	55
Efeito redução/liquidação	(6)	(401)	(7)	-	-	-
Benefícios pagos por liquidações	-	(1.006)	-	-	-	-
Resto de prestações pagas	(394)	(317)	(330)	(661)	(624)	(666)
Custo de serviços passados	30	15	24	34	21	-
(Lucros) / perdas atuariais (*)	(79)	382	235	3	66	(3)
Outros	37	22	2	(6)	3	4
Valor presente das obrigações para o final do ano	4.790	5.044	6.085	2.161	2.404	2.781

	Milhões de reais					
	Planos pós-emprego			Outras obrigações similares		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Valor presente das obrigações no início do ano	13.637	14.701	13.067	6.499	6.719	7.259
Adição líquida das empresas do Grupo	(14)	-	-	-	-	-
Custo dos serviços do atual período de	28	133	121	-	2	2
Custo de juros	414	528	500	174	253	272
Custo de aposentadoria antecipada	23	-	5	930	138	128
Efeito redução/liquidação	(17)	(1.003)	(16)	-	2	-
Benefícios pagos por liquidações	-	(2.516)	-	-	-	-
Resto de prestações pagas	(1.124)	(793)	(767)	(1.885)	(1.561)	(1.548)
Custo de serviços passados	86	55	58	97	53	-
(Lucros) / perdas atuariais (*)	(225)	955	546	9	165	(7)
Outros	106	22	2	(6)	3	4
Valor presente das obrigações para o final do ano	12.914	12.082	13.516	5.818	5.774	6.110

(*) O ano de 2013 inclui perdas atuariais demográficas de 19 milhões de euros (54 milhões de reais) e lucros atuariais de 98 milhões de euros (279 milhões de reais) em planos pós-emprego.

O movimento no valor justo dos ativos do plano e contratos de seguros relacionados com pensões tem sido o seguinte:

Ativos do plano

	Milhões de euros		
	Planos pós-emprego		
	2013	2012	2011
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	144	177	183
Retorno esperado dos ativos do plano	6	7	7
Lucro / (perda) atuarial	-	11	(5)
Contribuições / (resgates)	5	(42)	2
Benefícios pagos	(12)	(9)	(10)
Outros	14	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	157	144	177

	Milhões de reais		
	Planos pós-emprego		
	2013	2012	2011
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	389	428	442
Retorno esperado dos ativos do plano	17	18	16
Lucro / (perda) atuarial	-	28	(12)
Contribuições / (resgates)	14	(105)	5
Benefícios pagos	(34)	(23)	(23)
Outros	40	-	-
Variações cambiais	86	43	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	512	389	428

Contratos de seguros vinculados a pensões

	Milhões de euros					
	Planos pós-emprego			Outras obrigações similares		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Valor justo dos contratos de seguro ligados às pensões no início do ano	405	2.146	2.219	-	-	1
Desempenho esperado dos contratos de seguros (Nota 38)	11	45	86	-	-	-
Lucro / (perda) atuarial	(27)	(162)	7	-	1	-
Os prémios pagos / (resgata) (Nota 14)	-	(1.565)	(16)	-	(1)	-
Benefícios pagos	(47)	(59)	(150)	-	-	(1)
Valor justo dos contratos de seguro ligados às pensões no final do exercício	342	405	2.146	-	-	-

	Milhões de reais					
	Planos pós-emprego			Outras obrigações similares		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Valor justo dos contratos de seguro ligados às pensões no início do ano	1.095	5.185	5.361	-	-	2
Desempenho esperado dos contratos de seguros (Nota 38)	31	113	200	-	-	-
Lucro / (perda) atuarial	(77)	(405)	16	-	3	-
Os prémios pagos / (resgata) (Nota 14)	-	(3.914)	(37)	-	(3)	-
Benefícios pagos	(134)	(148)	(349)	-	-	(2)
Variações cambiais	199	264	(6)	-	-	-
Valor justo dos contratos de seguro ligados às pensões no final do exercício	1.114	1.095	5.185	-	-	-

Tendo em conta a transformação das autorizações de benefícios definidos para a contribuição definida, o Grupo na Espanha não fará contribuições significativas em 2014 de atuais compromissos de pensão de benefício definido.

Os ativos do plano e os contratos vinculados ao seguro de pensão estão implementados principalmente em apólices de seguro.

A tabela a seguir mostra a estimativa dos benefícios devidos em 31 de dezembro de 2013 para os próximos dez anos:

	Milhões de Euros
2014	928
2015	834
2016	727
2017	622
2018	531
2019 para 2023	1.797

	Milhões de reais
2014	3.023
2015	2.717
2016	2.368
2017	2.026
2018	1.730
2019 para 2023	5.854

ii. Reino Unido

No final de cada um dos últimos três exercícios, as empresas do Reino Unido mantêm compromissos relativos à reparação pós-emprego de contribuição definida e benefício definido. O montante das despesas incorridas no exercício 2013, 2012 e 2011 em relação às contribuições para o plano de contribuição definida foi de 62, 53 e 35 milhões de euros (177, 133 e 81 milhões de reais), respectivamente, em cada ano fiscal.

Determinou-se o montante dos compromissos de benefícios definidos com base no trabalho feito por atuários independentes, aplicando os seguintes critérios para quantificá-los:

1. Método de cálculo da unidade de crédito projetada, o que inclui cada ano de serviço como uma unidade adicional do direito às prestações e valores de cada unidade separadamente.

2. Os pressupostos atuariais utilizados: não-tendencioso e se suportam mutuamente. Especificamente, as premissas atuariais mais significativas que foram consideradas em seus cálculos foram:

	2013	2012	2011
Taxa de juro técnica anual	4,45%	4,50%	4,95%
Tábuas de mortalidade	103-S1 Light TMC	103-S1 Light TMC	103-S1 Light TMC
I.P.C. anual cumulativa	3,40%	2,85%	3,10%
Taxa anual de crescimento dos salários	3,40%	2,85%	3,10%
Taxa anual de revisão da pensão	3,15%	2,75%	3,00%

A taxa de juro utilizada para atualizar os fluxos é determinada com referência a títulos corporativos de alta qualidade (pelo menos, AA, em libras esterlinas), coincidindo com a duração dos compromissos. Considerada a carteira de títulos, são excluídos *callable*, *puttable* e *sinkable*, o que poderia distorcer os índices.

Variações dos principais pressupostos podem afetar o cálculo dos compromissos. Em 31 de dezembro de 2013, no evento em que a taxa de juros de desconto tinha diminuiu ou aumentou 50 p.b., teria ocorrido um aumento ou diminuição do valor presente das obrigações da + /-10%. No caso em que a hipótese de inflação aumentou ou diminuiu 50 p.b., um aumento ou uma diminuição ocorreu no valor presente das obrigações da + /-7%. Esta variação seria parcialmente compensada pelo aumento ou diminuição no valor justo dos ativos.

A situação dos compromissos de benefícios definidos em 2013 e os quatro anos anteriores, são mostrados abaixo:

	Milhões de euros				
	2013	2012	2011	2010	2009
Valor presente das obrigações	10.120	9.260	8.467	7.824	7.116
Menos-					
Valor justo dos ativos do plano	9.455	9.194	8.496	7.617	5.910
Provisões-provisões para Pensões e obrigações similares	665	66	(29)	207	1.206
Dos quais:					
<i>Fundo de pensões interno</i>	<i>806</i>	<i>409</i>	<i>255</i>	<i>261</i>	<i>1.207</i>
<i>Ativo líquido pensão</i>	<i>(141)</i>	<i>(343)</i>	<i>(284)</i>	<i>(54)</i>	<i>(1)</i>

	Milhões de reais				
	2013	2012	2011	2010	2009
Valor presente das obrigações	32.967	25.035	20.455	17.351	17.870
Menos- Valor justo dos ativos do plano	30.801	24.857	20.525	16.892	14.842
Provisões-provisões para Pensões e obrigações similares	2.166	178	(70)	459	3.028
Dos quais:					
<i>Fundo de pensões interno</i>	<i>2.625</i>	<i>1.106</i>	<i>616</i>	<i>579</i>	<i>3.031</i>
<i>Ativo líquido pensão</i>	<i>(459)</i>	<i>(928)</i>	<i>(686)</i>	<i>(120)</i>	<i>(3)</i>

A seguir os valores reconhecidos nas contas resultados no que diz respeito a compromissos de prestações definidas:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Custo dos serviços do atual período	32	49	46
Custo de juros (líquidos)	1	34	45
	33	83	91

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Custo dos serviços do atual período	91	123	107
Custo de juros (líquidos)	3	85	105
	94	208	212

Além disso, durante o ano fiscal de 2013 o montante de ajustes para avaliação da correções de valores foi reduzido em 697 milhões de euros (2.271 milhões de reais) em relação os compromissos de benefícios definidos (redução de 182 milhões de euros em 2012, 492 milhões de reais, e aumento de 29 milhões de euros, 70 milhões de reais, em 2011).

O movimento no valor presente da obrigação acumulada pelos compromissos de benefícios definidos, foi o seguinte:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Valor presente das obrigações no início do ano	9.260	8.467	7.824
Custo dos serviços do atual período de	32	49	46
Custo de juros	396	427	417
Benefícios pagos	(239)	(258)	(236)
(Ganhos) / atuarial perdas (*)	852	367	169
Variações cambiais e outros conceitos	(181)	208	247
Valor presente das obrigações no final do exercício	10.120	9.260	8.467

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Valor presente das obrigações no início do ano	25.035	20.455	17.351
Custo dos serviços do atual período de	91	123	107
Custo de juros	1.129	1.068	969
Benefícios pagos	(682)	(645)	(549)
(Ganhos) / atuarial perdas (*)	2.430	918	393
Variações cambiais e outros conceitos	4.964	3.116	2.184
Valor presente das obrigações no final do exercício	32.967	25.035	20.455

(*) Em 2013 inclui perdas atuariais demográficas por 25 milhões de euros (71 milhões de reais) e perdas atuariais e financeiras de 827 milhões de euros (2.358 milhões de reais).

O movimento no valor justo dos ativos do plano, foi o seguinte:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	9.194	8.496	7.617
Retorno esperado dos ativos do plano	395	393	372
Lucro / (perda) atuarial	155	186	198
Contribuições	133	180	294
Benefícios pagos	(239)	(258)	(236)
Variações cambiais e outros movimentos	(183)	197	251
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	9.455	9.194	8.496

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	24.857	20.525	16.892
Retorno esperado dos ativos do plano	1.126	983	865
Lucro / (perda) atuarial	442	465	460
Contribuições	379	450	683
Benefícios pagos	(682)	(645)	(549)
Variações cambiais e outros movimentos	4.679	3.079	2.174
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	30.801	24.857	20.525

O Grupo espera realizar no ano 2014, contribuições por quantidades semelhantes ao ano de 2013 para estes compromissos.

As principais categorias de ativos do plano, expressas em porcentagem do total de ativos do plano são descritas abaixo:

	2013	2012	2011
Instrumentos de patrimônio líquido	24%	27%	30%
Instrumentos de dívida	59%	56%	54%
Propriedades	11%	3%	2%
Outros	6%	14%	14%

A tabela a seguir mostra a estimativa dos benefícios a pagar em 31 de dezembro de 2013 para os próximos dez anos:

	Milhões de euros
2014	257
2015	274
2016	292
2017	311
2018	332
2019 para 2023	2.028

	Milhões de reais
2014	837
2015	893
2016	951
2017	1.013
2018	1.082
2019 para 2023	6.606

iii. Outras subsidiárias estrangeiras

Algumas das entidades coligadas estrangeiras assumiram compromissos comparáveis com funcionários para benefícios pós-emprego.

Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 estas empresas mantêm compromissos na compensação de contribuição definida e benefício definido pós-emprego. O montante das despesas incorridas em tais exercícios relativamente a contribuições para planos de contribuição definida aumentou em 53, 49 e 52 milhões de euros (151, 123 e 121 milhões de reais), respectivamente, em cada ano fiscal.

As bases técnicas aplicadas por essas entidades (taxas de juros, tabelas de mortalidade e IPC anual cumulativo) são consistentes com as condições econômicas e sociais nos países em que se baseiam.

Em particular, a taxa de desconto utilizada para atualizar os fluxos de trabalho foi determinada tendo como referência os títulos corporativos de alta qualidade, com exceção do Brasil, onde, na ausência de tal um mercado de títulos corporativo amplo, foi determinado como referência aos títulos publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional, série B, para uma durabilidade coincidente como período dos compromissos.

Variações dos principais pressupostos podem afetar o cálculo dos compromissos em 31 de dezembro de 2013, no evento em que a taxa de juros de desconto diminua ou aumente 50 p.b., implicaria em um aumento ou diminuição do valor presente das obrigações para + /-5%. Estas variações serão parcialmente compensadas pelo aumento ou queda no valor justo dos ativos.

A situação dos compromissos similares para benefícios pós-emprego e outras remunerações de longo prazo em 2013 e dos quatro anteriores é mostrado abaixo:

	Milhões de euros				
	2013	2012	2011	2010	2009
Valor presente das obrigações	9.289	12.814	11.245	11.062	9.078
Menos-					
<i>A cargo dos participantes</i>	133	125	-	-	-
Valor justo dos ativos do plano	7.938	10.410	9.745	10.176	8.497
Provisões-provisões para Pensões e obrigações similares	1.218	2.279	1.500	886	581
Dos quais:					
<i>Fundos internos</i>	1.512	2.626	1.827	1.340	1.165
<i>Ativos líquidos para pensão</i>	(8)	(5)	(15)	(8)	(8)
<i>Pensão de ativos líquidos não reconhecido</i>	(286)	(342)	(312)	(446)	(576)

	Milhões de reais				
	2013	2012	2011	2010	2009
Valor presente das obrigações	30.260	34.644	27.167	24.532	22.798
Menos-					
<i>A cargo dos participantes</i>	433	338	-	-	-
Valor justo dos ativos do plano	25.859	28.144	23.543	22.567	21.339
Provisões-provisões para Pensões e obrigações similares	3.968	6.162	3.624	1.965	1.459
Dos quais:					
<i>Fundos internos</i>	4.926	7.100	4.414	2.972	2.926
<i>Ativos líquidos para pensão</i>	(26)	(13)	(36)	(18)	(20)
<i>Pensão de ativos líquidos não reconhecido</i>	(932)	(925)	(754)	(989)	(1.447)

Em dezembro de 2011, as entidades financeiras de Portugal, que incluem o Banco Santander Totta, S.A., efetuaram uma transferência parcial de compromissos por pensão previdenciária. Como resultado, Banco Santander Totta, S.A. realizou a transferência dos ativos e passivos correspondentes sendo registrados, em 31 de dezembro de 2011, sob a classificação Provisões-Fundos para Pensões e obrigações semelhantes, o valor presente dos compromissos líquidos do valor justo dos ativos relacionados no plano.

Os valores reconhecidos nas contas de resultados no que diz respeito estes compromissos são mostrados abaixo:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Custo dos serviços do atual período	46	42	39
Custo de juros (líquidos)	162	116	192
Doações extraordinárias:			
(Ganhos) / perdas atuariais reconhecidas durante o período	(1)	7	1
Custam de serviços passados	7	2	-
Custo de aposentadoria antecipada	-	(10)	24
Outros	(2)	(4)	(77)
	212	153	179

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Custo dos serviços do atual período	131	105	91
Custo de juros (líquidos)	462	290	446
Doações extraordinárias:			
(Ganhos) / perdas atuariais reconhecidas durante o período	(3)	18	2
Custam de serviços passados	20	5	-
Custo de aposentadoria antecipada	-	(25)	56
Outros	(6)	(10)	(179)
	604	383	416

Além disso, durante o ano de 2013 os ajustes de avaliação do patrimônio líquido – montante das correções aumentou em 735 milhões de euros (2.394 milhões de reais) em relação a compromissos de benefícios definidos (reduzindo 968 milhões de euros, 2.617 milhões de reais, e 723 milhões de euros, 1.747 milhões de reais, em 2012 e 2011, respectivamente).

O movimento no valor presente da obrigação acumulada é o seguinte:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Valor presente das obrigações no início do ano	12.814	11.245	11.062
Adição líquida de sociedades do Grupo	4	(70)	71
Custo dos serviços do atual período de	46	42	39
Custo de juros	951	1.010	1.031
Custo de aposentadoria antecipada	-	13	24
Efeito de Redução/ Liquidação	(1)	(16)	(5)
Benefícios pagos	(686)	(735)	(739)
Benefícios pagos por liquidações	(2)	(41)	-
Custo de serviços passados	7	-	9
(Ganhos) / perdas atuariais (*)	(2.039)	2.352	553
Variações Cambiais e outros	(1.805)	(986)	(800)
Valor presente das obrigações no final do exercício	9.289	12.814	11.245

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Valor presente das obrigações no início do ano	34.644	27.167	24.532
Adição líquida de sociedades do Grupo	11	(175)	165
Custo dos serviços do atual período de	131	105	91
Custo de juros	2.712	2.526	2.396
Custo de aposentadoria antecipada	-	33	56
Efeito de Redução/ Liquidação	(3)	(40)	(12)
Benefícios pagos	(1.956)	(1.838)	(1.718)
Benefícios pagos por liquidações	(6)	(103)	-
Custo de serviços passados	20	-	21
(Ganhos) / perdas atuariais (*)	(5.815)	5.883	1.285
Variações Cambiais e outros	522	1.086	351
Valor presente das obrigações no final do exercício	30.260	34.644	27.167

(*) Em 2013 inclui perdas atuariais demográficas de 28 milhões de euros (80 milhões de reais) e ganhos atuariais por 2.067 milhões de euros (5.895 milhões de reais)

O movimento no valor justo dos ativos do plano foi o seguinte:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	10.410	9.745	10.176
Adição líquida de sociedades do Grupo	-	10	-
Retorno esperado dos ativos do plano	789	894	839
Lucro / (perda) atuarial	(1.314)	1.259	(224)
Contribuições	239	165	353
Benefícios pagos	(641)	(687)	(674)
Variações cambiais e outros	(1.545)	(976)	(725)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	7.938	10.410	9.745

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	28.144	23.543	22.567
Adição líquida de sociedades do Grupo	-	25	-
Retorno esperado dos ativos do plano	2.250	2.236	1.950
Lucro / (perda) atuarial	(3.747)	3.149	(521)
Contribuições	682	413	820
Benefícios pagos	(1.828)	(1.718)	(1.567)
Variações Cambiais e outros	358	496	294
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	25.859	28.144	23.543

O Grupo espera aportar no ano 2014 contribuições por valores semelhantes do ano 2013 para estes compromissos.

As principais categorias de ativos do plano, como uma porcentagem do total de ativos do plano são descritas abaixo:

	2013	2012	2011
Instrumentos de capital	10%	6%	4%
Instrumentos de dívida	85%	86%	85%
Propriedades	2%	4%	3%
Outros	3%	4%	8%

A tabela a seguir mostra a estimativa dos benefícios a pagar em 31 de dezembro de 2013 para os próximos dez anos:

	Milhões de euros
2014	661
2015	683
2016	712
2017	737
2018	766
2019 para 2023	4.282

	Milhões de reais
2014	2.153
2015	2.225
2016	2.319
2017	2.401
2018	2.495
2019 para 2023	13.949

(d) Provisões para impostos, outras contingências legais e outras provisões

O saldo das contas de provisões para impostos, outras contingências legais e outras provisões incluem o correspondente às provisões para reestruturação fiscal e jurídica, contencioso, foram estimadas utilizando procedimentos de cálculo prudentes e consistentes com as condições de incerteza inerente às obrigações que cobrem, sendo determinado o momento definitivo da saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para o Grupo para cada uma das obrigações em alguns casos sem um prazo fixo de cancelamento e em outros casos, com base em litígio em andamento.

O saldo desta posição por área geográfica é discriminado abaixo:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Constituída em empresas espanholas	1.007	722	680
Constituída em outras sociedades da União Europeia	1.134	1.483	1.523
Constituída em outras sociedades	2.515	2.973	3.665
<i>Dos quais:</i>			
<i>Brasil</i>	<i>2.263</i>	<i>2.750</i>	<i>3.364</i>
	4.656	5.178	5.868

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Constituída em empresas espanholas	3.280	1.952	1.643
Constituída em outras sociedades da União Europeia	3.694	4.009	3.679
Constituída em outras sociedades	8.193	8.038	8.854
<i>Dos quais:</i>			
<i>Brasil</i>	<i>7.372</i>	<i>7.435</i>	<i>8.127</i>
	15.167	13.999	14.176

Abaixo a discriminação do saldo, de 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, para as contas de provisões para impostos e outras contingências legais e outras provisões para cada tipo de provisão. Os tipos de provisões foram determinados pelo agrupamento desses itens de natureza semelhante:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Provisões para impostos	1.177	1.198	1.346
Provisões para processos trabalhistas (Brasil)	638	975	1.390
Provisões para outros processos de natureza jurídica	912	927	927
Provisão para compensação aos clientes (<i>customer remediation</i>) (Reino Unido)	465	803	863
Provisões decorrentes do marco regulatório (Reino Unido)	201	227	211
Provisão para reestruturação	378	120	98
Outros	885	928	1.033
	4.656	5.178	5.868

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Provisões para impostos	3.834	3.239	3.252
Provisões para processos trabalhistas (Brasil)	2.078	2.636	3.358
Provisões para outros processos de natureza jurídica	2.971	2.506	2.239
Provisão para compensação aos clientes (<i>customer remediation</i>) (Reino Unido)	1.515	2.171	2.085
Provisões decorrentes do marco regulatório (Reino Unido)	655	614	510
Provisão para reestruturação	1.231	324	237
Outros	2.883	2.509	2.495
	15.167	13.999	14.176

Da mesma forma, abaixo informações relevantes para cada um dos tipos de disposição mostrado na tabela anterior:

Provisões para impostos incluem provisões para processos fiscais.

Provisões para processos trabalhistas (Brasil) incluem ações judiciais pelos sindicatos, associações, promotores de Justiça e ex funcionários reivindicando os direitos dos trabalhadores que, na sua opinião, corresponder-lhes, especialmente o pagamento de horas extras e outros direitos trabalhistas incluídos litígios que beneficiam a aposentadoria. O número e a natureza desses processos, que são comuns em bancos no Brasil, justifica-se a classificação destas provisões em uma categoria em separado de outros tipos. O Grupo determina as provisões associadas com estas afirmações com base na experiência passada dos pagamentos efetuados em reivindicações para conceitos semelhantes. Nos casos onde créditos não se enquadram no prazo acima é feita uma avaliação individualizada, determinação do montante da prestação de acordo com a situação de cada processo e a avaliação de risco realizada pelos solicitadores. A duração média dos processos de trabalho é aproximadamente de oito anos.

Provisões para outros processos de natureza jurídica incluem provisões para os procedimentos judiciais, arbitrais ou administrativos (exceto aquelas incluídas em outras categorias ou tipos de disposição desagregadas separadamente) contra as empresas do Grupo Santander.

Provisões para compensação aos clientes (*customer remediation*) (Reino Unido) inclui o custo estimado dos encargos com correção de erros relacionados a vendas de certos produtos no Reino Unido. O cálculo da provisão para compensação aos clientes utiliza a melhor estimativa da provisão feita pela Diretoria, que é baseada em estimativas do número de queixas recebidas e, entre eles, o número dos que serão admitidos, bem como os meios de pagamento estimados por caso.

Provisões decorrentes do marco regulatório (Reino Unido) inclui principalmente as seguintes questões relativas à Santander UK-relacionados:

- A provisão para pagamento do *Financial Services Compensation Scheme - FSCS*: a FSCS é o fundo de compensação para os clientes do Reino Unido entidades de serviços financeiros e é responsável pelo pagamento da indenização, no caso que uma entidade não pode lidar com o pagamento de direitos, alegando que ele. A FSCS é financiado por taxas aplicadas ao campo (e recuperações e empréstimo, se for o caso).

- A provisão para o pagamento da taxa de banco no Reino Unido: as finanças Act (*Finance Act*) de 2011 introduziu no Reino Unido, uma taxa de juros de caráter anual, que é coletada através da carga existente trimestral de impostos sobre as sociedades. Esta taxa é baseada em passivos totais apresentados no balanço patrimonial no final do ano, embora certos montantes sejam excluídos. Em 2013, foi aplicada uma taxa de 0,13% em 2012 0,088%, e foram implementadas três taxas diferentes, com uma média de 0,075% em 2011.

Provisões para reestruturação incluem apenas os custos diretos de processos de reestruturação efetuados pelas diferentes entidades do Grupo.

Na Nota 25.e há maiores detalhes sobre informações qualitativas a respeito dos principais litígios.

A política geral do Grupo consiste em que foi constituída provisão para os processos de natureza fiscal e jurídica onde considera-se que o risco de perda é provável, as provisões não são registradas quando o risco de perda é possível ou remoto. Os montantes da prestação são calculados em conformidade com a melhor estimativa do valor necessário para resolver a reclamatória, com base em, entre outros, uma análise individual dos fatos e pareceres de consultores internos e externos ou levando em consideração a figura média histórica de demandas de perdas desta natureza. A data final do fluxo de recursos incorporando benefícios econômicos para o Grupo depende de cada uma das obrigações. Em alguns casos, as obrigações não tem um prazo fixo de liquidação e, em outros casos, dependem de processos judiciais em andamento.

Mudanças nos saldos das contas de provisões para impostos, contingências legais e outras provisões são divulgadas em Nota 25.b. sobre o Brasil, os principais lançamentos em resultados em 2013 correspondem com 346 milhões de euros (987 milhões de reais) devido a provisões para reestruturações, 247 milhões de euros (704 milhões de reais) de contingências cíveis e 336 milhões de euros (958 milhões de reais) decorrentes de contingências trabalhistas no Brasil. Este aumento é compensado parcialmente pelo uso das provisões disponíveis, dos quais 500 milhões de euros (1.629 milhões de reais) correspondem a pagamentos de natureza trabalhista, 215 milhões de euros (700 milhões de reais) de pagamentos de natureza cível e 62 milhões de euros (202 milhões de reais) pela utilização da provisão para reestruturação, bem como o efeito das variações cambiais. Por sua parte no Reino Unido, se notam 312 milhões de euros pelas provisões principalmente derivadas pelo marco normativo (Bank Levy e FSCS), aumento compensado por 317 milhões de euros, pagos pelo Bank Levy e FSCS e o uso de 319 milhões de euros (1.039 milhões de reais) em provisões para compensação aos clientes.

As principais acusações por conta de perdas e ganhos em 2012 se correspondeu com 573 milhões de euros (1.433 milhões de reais) decorrentes de créditos de natureza trabalhista no Brasil e 264 milhões de euros (660 milhões de reais) devido a provisões de compensação para os clientes do Reino Unido. Este aumento foi amplamente compensado pela utilização das provisões disponíveis, dos quais 730 milhões de euros (1.974 milhões de reais) correspondeu a reclamações de natureza do trabalhista no Brasil e 392 milhões de euros (1.060 milhões de reais) para os direitos de indemnização para os clientes do Reino Unido e o efeito das variações cambiais.

e) Contencioso e outros assuntos

i. Litígios de natureza tributária

Em 31 de dezembro de 2013, os principais litígios tributários que afetam o Grupo são os seguintes:

- Ação judicial interposto pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e certas empresas do seu Grupo no Brasil questionando aumento da alíquota de 9% para 15% da Contribuição Social sobre lucro líquido estabelecida pela medida provisória 413/2008, validada pela Lei 11.727/2008, há uma provisão para o montante da perda estimada.
- Ações judiciais arquivadas por determinadas empresas do Grupo no Brasil para garantir seu direito de liquidar a contribuição Social sobre lucro líquido à taxa de 8% e 10% durante o período de 1994 a 1998, não tendo provisionado o montante considerado como passivo contingente.
- Legal recursos interpostos pelo Banco Santander, S.A. (atualmente Banco Santander (Brasil) S.A.) e outras entidades do Grupo para garantir o direito de liquidar a contribuição social, PIS e COFINS exclusivamente sobre os rendimentos para os serviços. No caso do Banco Santander, S.A. foi indeferida ação judicial para recorrer ao o Tribunal Regional Federal. Em setembro de 2007 obteve uma resolução favorável do Tribunal que fez um apelo a União Federal, o Supremo Tribunal. No caso do Banco ABN AMRO Real, S.A. (atualmente Banco Santander (Brasil) S.A.), obteve a resolução favorável em março de 2007, um apelo pela União Federal com o Tribunal Regional Federal, em setembro de 2009, o acordo foi publicado, aceitando parcialmente o recurso interposto. Banco Santander (Brasil) S.A. apresentou recurso para o Supremo Tribunal. A lei 12.865/2013 estabeleceu um programa de pagamentos ou adiamento de certas dívidas fiscais e Previdência Social, concedeu a isenção do pagamento de juros para as entidades que concordassem em desistir das ações interpostas. Em novembro de 2013 o Banco Santander (Brasil) S.A. aderiu parcialmente ao programa, mas apenas em relação a ações judiciais arquivadas pelo antigo Banco ABN AMRO Real, S.A. em relação ao período entre setembro de 2006 e abril de 2009, bem como no que se refere a outras ações menores, trazidas por outras entidades do Grupo. No entanto, existem ações judiciais arquivadas pelo Banco Santander, S.A. e para os períodos anteriores a setembro de 2006 do Banco ABN AMRO Real, S.A. para que lá é disposição para a quantidade de perda estimada.
- Banco Santander (Brasil) S.A. e outras empresas do Grupo no Brasil têm recorrido as as decisões publicadas pelas autoridades fiscais brasileiras, questionando a dedução de perdas de créditos de impostos (IRPJ e CSLL) benéficos a considerar que eles não cumpriram os requisitos pertinentes em conformidade com as provisões da legislação aplicável, sem qualquer disposição para o montante considerado como passivo contingente.
- Banco Santander (Brasil) S.A. e outras empresas do Grupo no Brasil mantêm processos administrativos e judiciais contra vários municípios que exigem o pagamento do imposto de serviços sobre determinados rendimentos de operações que não são classificados como serviços. Não há nenhuma disposição para o montante considerado como passivo contingente.
- Também o Banco Santander (Brasil) S.A. e outras empresas do Grupo no Brasil mantêm processos administrativos e judiciais contra autoridades fiscais relacionados com o assunto de contribuição da segurança social de certos conceitos que não são considerados como remuneração para fins laborais. Não se tiver configurado o montante considerado como passivo contingente.

- Em dezembro de 2008, a administração tributária brasileira emitiu um auto de infração contra o Banco Santander (Brasil) S.A., relacionadas com créditos (IRPJ e CSLL) de impostos dos anos 2002 a 2004. A administração tributária argumenta que o Banco não satisfaz os requisitos legais para ser capaz de deduzir a amortização do ágio resultante da aquisição do Banespa (atualmente Banco Santander (Brasil) S.A.). Banco Santander (Brasil) S.A. apelou o auto de infração antes dos recursos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) que, em 21 de outubro de 2011, a sessão decidiu por unanimidade substituir o auto de infração em sua totalidade. As autoridades fiscais recorreram desta decisão para o tribunal superior administrativo. Em junho de 2010, a administração tributária brasileira publicou violação dos autos sobre este mesmo aspecto em relação ao exercício de 2005 a 2007, o que tem sido contestado antes do CARF e resolvido parcialmente de negativamente 8 de outubro de 2013, a decisão que irá ser objeto de recurso para o tribunal superior do CARF (câmara superior de recursos fiscais). Em dezembro de 2013, as autoridades fiscais brasileiras emitiram o auto de infração para o ano de 2008, depreciação do ano passado do ágio. Este auto de infração será ser reclassificado pelo Banco Santander (Brasil), S.A. O Grupo se encontra em conformidade com o Conselho de seus advogados externos e a primeira decisão do CARF, a posição da administração tributária brasileira não é correta, que existem argumentos sólidos de defesa para autos de infração de recurso e que, portanto, o risco de perda é remoto. Como resultado, não se inscreveram provisões por este litígio dado que este assunto não deve ter impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas.
- Em maio de 2003, a administração tributária brasileira publicou dois autos separados de infração contra Santander Distribuidora de títulos e valores mobiliários Ltda. (DTVM) e Banco Santander Brasil S.A. (atualmente Banco Santander (Brasil) S.A.) em relação a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) com relação a certas operações realizadas pela DTVM na administração de seus fundos do cliente e serviços de compensação fornecidos pelo Banco Santander Brasil S.A. para a DTVM durante os anos 2000, 2001 e os dois primeiros meses de 2002. As duas entidades apelaram autos de infração ao CARF, obtiveram uma decisão favorável no caso da DTVM e desfavorável no caso do Banco Santander Brasil, S.A. ambas as resoluções foram apeladas pelos perdedores das partes para a câmara superior do CARF, encontrando-se pendente para o Banco Santander Brasil, S.A. sobre a DTVM em 24 de agosto de 2012, foi-lhe notificado uma resolução que revogou a anterior decisão favorável, tendo sido arquivada antes da câmara Superior do CARF a datada de 29 de agosto de 2012. De acordo com a avaliação de seus consultores jurídicos, o Grupo considera que o tratamento fiscal aplicado nessas operações foi adequado, sem que exista provisão para contingências para este litígio nas demonstrações financeiras.
- Em dezembro de 2010 a administração tributária brasileira emitiu um auto de infração contra Santander Seguros, S.A. como um sucessor pela fusão da entidade ABN AMRO Brasil Dois Participações, S.A. relativas aos créditos dos impostos (IRPJ e CSLL) para o ano de 2005. As autoridades fiscais questionaram o tratamento fiscal aplicado à venda das ações da Real Seguros, S.A., neste exercício. A entidade apresentou recurso contra tal infração. Como anteriormente denominada, Santander Seguros, S.A. (Brasil), Banco Santander (Brasil) S.A. é responsável por qualquer resultado adverso neste processo. Não há nenhuma disposição em relação a este litígio como um passivo contingente.
- Também em dezembro de 2010, a administração tributária brasileira emitiu auto de infração contra o Banco Santander (Brasil) S.A. em relação ao Imposto sobre o Lucro Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL), questionando o tratamento fiscal aplicado à compensação financeira recebida sob as garantias contratuais de vendedores do antigo Banco Meridional. A entidade apresentou recurso contra tal infração. Em 23 de novembro de 2011, o CARF decidiu por unanimidade anular inteiramente um auto da infração, pela mesma questão do ano de 2002. Em fevereiro de 2012, esta decisão foi declarada transitada em julgado em relação ao ano de 2002. Os Procedimentos relativos aos exercícios de 2003 a 2006 estão em andamento. Não existe provisão em relação a este litígio como um passivo contingente.

- Em junho de 2013, a autoridade fiscal brasileira emitiu um auto de infração contra o Banco Santander (Brasil) S.A. como responsável pelo imposto sobre ganhos de capital alegadamente obtidos no Brasil pela entidade não residente no Brasil, Sterrebeeck B.V., por ocasião da operação de "incorporação de ações", realizada em agosto de 2008. Como resultado da operação em causa, o Banco Santander (Brasil) S.A. adquiriu todas as ações do Banco ABN AMRO Real S.A. e ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A., mediante a entrega a essas entidades de novas ações do Banco Santander (Brasil) S.A., publicado em um aumento de capital realizado para essa finalidade. A administração tributária argumenta que, na referida operação que Sterrebeeck B.V. gera um rendimento tributável no Brasil, pela diferença entre a emissão das ações do Banco Santander (Brasil) recebeu S.A. e o custo de aquisição das ações entregado em troca. O Grupo tem apelado a infração no auto de substituição para a Delegacia da Receita Federal e considerado, em conformidade com o Conselho de seus advogados externos, que a posição da administração tributária brasileira não é correta, que existem argumentos sólidos de defesa para apelar o auto de infração e que, portanto, o risco de perda é remoto. Como resultado, o Grupo não possui registrado provisão por este litígio, dado que este assunto não deve ter impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas.
- Ação judicial movida por Sovereign Bancorp Inc. (atualmente Santander Holdings USA Inc.) reclamando a aplicação de uma dedução por dupla tributação internacional por impostos no exterior apurados no exercício social de 2003-2005 em relação ao financiamento com transações de um banco internacional. Santander Holdings USA Inc. acredita que, nos termos da legislação fiscal aplicável, tem o direito de utilizar essas deduções, bem como os custos de emissão e de financiamento. Além disso, se o resultado dessa ação for favorável para os interesses do Santander Holdings USA, Inc., autoridades fiscais procederá a devolução dos montantes inserida pela entidade sobre esta questão relativas aos exercícios de 2006 e 2007. No primeiro trimestre de 2013 os tribunais americanos decidiram de forma desfavorável aos interesses de dois sujeitos passivos em casos com uma estrutura semelhante. No caso do Santander Holdings USA Inc. A audiência estava marcada para 7 de outubro de 2013, embora ele foi suspensa por tempo indeterminado para pronunciar o juiz a favor do Santander Holdings USA Inc. no que diz respeito uma das principais razões para o caso. Santander Holdings USA Inc. espera-se que nos próximos meses o juiz decida sobre se sua decisão anterior levará à destituição do caso ou se é apropriado discutir outras questões para resolvê-lo permanentemente. Se a resolução fosse favorável aos interesses dos Santander Holdings USA Inc., o Governo dos EUA informou sua intenção de apelar. A perda estimada em relação a este litígio está provisionada.

Na data de aprovação dessas demonstrações financeiras consolidadas existem outros processos tributários menos significativos.

ii. Jurídico contencioso

Em 31 de dezembro de 2013, os principais litígios de natureza legal que afetam o Grupo são os seguintes:

- Compensação aos clientes (*customer remediation*): créditos relacionados com a venda de determinados produtos financeiros (principalmente proteção seguro pagamentos-PPI) pelos clientes Santander UK.

Seguros de Proteção de pagamento são produtos oferecidos no Reino Unido para a proteção de pagamento associado a empréstimos pessoais sem garantia (e cartão de crédito). O produto foi vendido por todos os bancos do Reino Unido; problemas de comercialização do produto com defeito estão principalmente relacionados com operações formalizadas antes de 2009. Desde 2008, a natureza e a rentabilidade do produto mudaram significativamente.

Em 1 de julho de 2008 serviço de Proteção ao Cliente de Serviços Financeiros do Reino Unido (FOS) transferiu para o *Financial Services Authority* (FSA) sua preocupação em relação as reivindicações PPI. 29 de setembro de 2009 e em 9 de março de 2010, a FSA publicou documentos de consulta sobre o tratamento de reclamações sobre estes produtos. Também em 10 de agosto de 2010 publicou uma declaração (*Policy Statement*), que forneceu evidências e diretrizes para a adequada avaliação dos créditos e o cálculo da compensação correspondente, bem como uma exigência para as instituições a reavaliar as reclamações sobre este produto que havia sido rejeitado por 1 de dezembro de 2010.

Em 8 de outubro de 2010, a *British Bankers Association* (BBA), principal associação no Reino Unido, do setor de serviços bancários e financeiros, apresentou, em nome de determinadas instituições financeiras (entre os quais não incluem Santander UK plc), uma solicitação para deixar de apelar a um recurso (*judicial review*) contra o FSA e o FOS. O BBA solicitou a anulação da *Policy Statement* da FSA e a decisão do FOS de determinar as vendas PPI em conformidade com as orientações publicadas na sua página web em novembro de 2008. O recurso foi no tribunal em janeiro de 2011 e 20 de abril de 2011 que o Supremo Tribunal (*High Court*) emitiu uma decisão de demitir o procedimento chamado pelo BBA.

Santander UK não juntou-se o procedimento arquivado por outros bancos britânicos e tinha sido provisionado e liquidando as reivindicações decorrentes do PPI.

No primeiro semestre de 2011 Santander UK conduziu um exame detalhado da prestação tendo em conta a nova situação, incluindo o acórdão do tribunal superior de abril de 2011, a decisão posterior do BBA de não recorrer e o correspondente aumento no volume de reclamações. Como resultado, a provisão foi ajustada para refletir as novas informações.

Neste contexto, o Grupo registrou em 2011, uma provisão cujo efeito líquido sobre os resultados foi 620 milhões de euros (538 milhões de libras esterlinas), que foi calculado com base na estimativa do número de reclamações que receberia, o número deles que seria aceito e a quantidade média estimada de compensação em cada caso.

Após os pagamentos efetuados, de 31 de dezembro de 2013 a provisão nesta conta ascendeu a 165 milhões de libras esterlinas.

A tabela a seguir exibe informações sobre o número total de reclamações recebidas através de 31 de dezembro de 2013 e a resolução deles:

(número de sinistros, em milhares)

	2013	2012	2011
Reivindicações pendentes no início do período	31	1	-
Reclamações recebidas	363	437	111
Pedidos rejeitados por não ser válido ⁽¹⁾	(298)	(258)	(90)
Reclamações resolvidas ⁽²⁾	(82)	(149)	(20)
Reivindicações pendentes no final do período	14	31	1

(1) Inclui pedidos rejeitados pelos clientes, que nunca tinham adquirido para Santander UK pagamento seguro da proteção.

(2) O cliente tem o direito de apelar para o *Financial Ombudsman Services* (FOS), se sua demanda for rejeitada. O FOS pode estimar ou rejeitar o recurso e se considera-se necessário que o Santander UK compensa para o cliente. A tabela reflete o resultado de Apelações em sinistros pagos ou não admitido.

O montante liquidado sinistros pagos durante o exercício de 2013 ascenderam a um total de 217 milhões de libras esterlinas.

O aumento nas reivindicações em 2011 teve como principal causa o seguimento dado pelos meios de comunicação a este tópico, após a rejeição pelo tribunal superior (*High Court*) para revisão judicial feita pela British Bankers Association e início de campanhas por empresas na gestão de reclamações em relação a essas mercadorias.

Também durante 2012 houve um aumento de queixas devido a maior cobertura dada pelos meios de comunicação para este tópico, o aumento da atividade das empresas afirmam que gestão e política proativa de Santander UK, que contactou diretamente para mais de 300.000 clientes.

Finalmente, o número de queixas recebidas diminuiu 17% em 2013 sobre 2012 e os custos associados também foram reduzidos significativamente, em especial no último trimestre do ano 2013.

A provisão que está registrada no encerramento do exercício financeiro 2013 representa a melhor estimativa da direção do Grupo, considerando a opinião de seus consultores e os custos a serem incorridos em relação a compensação que possam surgir a partir de ações de remediação, associadas com as vendas de seguro da proteção pagamento Reino Unido (PPI). Esta disposição foi determinada com base nas seguintes hipóteses principais que exigiram a aplicação de julgamento pela administração:

- Volume de sinistros - estimativa do número de sinistros;
- Percentagem de pedidos perdidos - percentual estimado de declarações que são ou serão favoráveis aos clientes; e
- Custo médio - pagamento estimado para os clientes, incluindo a compensação por perdas diretas, acrescido de juros.

Estes pressupostos basearam-se nas seguintes informações:

- Análise abrangente das causas da demanda, a probabilidade de sucesso, bem como a possibilidade de que esta probabilidade pode variar no futuro;
- A atividade registrada no número de reclamações recebidas;
- Nível das compensações pagas aos clientes, juntamente com uma previsão de qual é a probabilidade de que isso pode mudar no futuro;
- Impacto sobre o nível de ações pró-ativas realizadas pelas declarações de Grupo através do contato direto com os clientes; e
- Impacto da cobertura pelos meios de comunicação.

Suposições anteriores são revistas, atualizadas e validadas regularmente com os últimos dados disponíveis, por exemplo, o número de reclamações recebidas, percentagem de pedidos perdidos, impacto que pode ter qualquer mudança em que percentagem, etc. e qualquer nova avaliação da população estimada.

A gestão do Grupo de clientes a prestação necessária para cada data relevante, tendo em conta as últimas informações disponíveis sobre os pressupostos mencionados, bem como experiência do passado.

O fator mais importante para determinar o saldo da prestação é o número de reclamações recebidas, bem como o nível esperado de reclamação futura. A percentagem de pedidos perdidos é determinada pela análise do processo de venda. Em termos de custo médio de compensação, estima-se razoavelmente desde que o Grupo lida com um alto volume de reclamações, sendo tal população homogênea.

- Processo ordinário apresentado pelo Galesa de Promociones, S.A., contra o Banco, seguiu-se perante o Tribunal de instância número 5 do primeiro Elche (Alicante), sob o número de autos 1946/2008. Demanda pedidos de compensação por danos de 51 milhões de euros em consequência a nulidade declarada por acórdão do Supremo Tribunal Federal datado de 24 de novembro de 2004 uma hipoteca de processo Sumário formulado pelo Banco contra a empresa demandante.

Datada de 2 de março de 2010 o Tribunal de Primeira Instância processado seu acórdão parcialmente positivo tanto a demanda e o pedido reconvenicional contra o Banco. Datado de 11 de novembro de 2010 a Audiência Provincial de Alicante processado seu acórdão Considerando o apelo do Banco e dispensando o interposta pelo Galesa de Promociones, S.A., em resultado da qual e em compensação de obrigações de compensação responsável por cada uma das partes, o Banco tornou-se em credor de Galés em 0,4 milhões de euros.

Contra esta decisão foi arquivado por Galesa de Promociones, S.A. de recurso para o Supremo Tribunal. O recurso foi indeferido por acórdão do Supremo Tribunal Federal em 17 de julho de 2013, contra o qual o recorrente pediu a um incidente de nulidade do processo. O Banco tem não provisão formado por esse processo.

- Após o cancelamento do prêmio pelo Tribunal Provincial de Madrid teve uma recaída em arbitragem previamente transacionado, datada de 8 de setembro de 2011, Banco Santander S.A. deduzido novo pedido de arbitragem, perante o Tribunal espanhol de arbitragem contra Delforca 2008, S.A. (anteriormente Gaesco Bolsa Sociedad de Valores S.A.), reivindicar o montante de 66 milhões de euros que lhe devia como resultado a declaração de vencimento com antecedência de 4 de janeiro de 2008 por parte das operações financeiras do Banco contratado entre as partes.

Em 3 de agosto de 2012 Delforca 2008, S.A. foi declarada falida voluntária por Tribunal Mercantil n.º 10, em Barcelona, tendo esta acordado no meio do processo de falência, a suspensão do processo de arbitragem e os efeitos do acordo arbitral assinaram entre o Banco Santander, S.A. e Delforca 2008, S.A.; decisão contra a qual o Banco interpôs recurso para a reversão e rejeitou este, formulado protesto enfrentando um futuro recurso. O Tribunal de arbitragem, em conformidade com as provisões do tribunal comercial, concordou em 20 de janeiro de 2013 de suspender o processo arbitral no estado em que então era o procedimento e sujeitos que, no momento, pode decidir sobre o assunto em processo de falência.

Da mesma forma, no seio do processo de falência, de Delforca 2008, S.A., Banco Santander, S.A. informou seu crédito contra o insolvente interessante seu reconhecimento como um crédito comum sem valor próprio. No entanto, a administração de falências optou por excluir o crédito do Banco Santander, S.A. da lista provisória de credores, para que o Banco Santander, S.A. Arquivado uma demanda incidental do desafio que está pendente. Naquele incidente (ainda em andamento) Delforca 2008, S.A. e a administração da falência visam tribunal deliberar sobre o mérito da disputa entre Banco Santander, S.A. e Delforca 2008, S.A. o Banco Santander, S.A. refere providência admitir elementos de prova que aqueles propuseram. O recurso foi inadmitido e Banco Santander formulou protesto correspondente.

Em processo de falência da mesma, Delforca 2008, S.A. apresentou outra demanda incidental, solicitando a resolução da Convenção de arbitragem no âmbito do contrato de operações financeiras, assinado entre a tal festa e Banco Santander, S.A. em 1998, bem como a resolução da relação obrigacional que supostamente ligados a falência e o Conselho Superior das câmaras de comércio (Espanhol Tribunal de arbitragem). Banco Santander, S.A. apresentou resposta escrita datada de 21 de junho de 2013, embora ele tem repetidamente questionado a jurisdição objetiva do Tribunal para ouvir a ação, bem como o Conselho Superior das câmaras de comércio, indústria e navegação. O tribunal tem inadmitido o declinatorias apresentado pelo Banco Santander e rejeitou os apelos feitos pelo Conselho. Estas decisões foi apeladas.

Em 30 de dezembro de 2013, Banco Santander tem ajuizou ação solicitando a finalização do processo de falência da Delforca 2008, S.A. pelo súbito desaparecimento da situação de insolvência da empresa.

Além disso, Mobiliaria Monesa S.A. (matriz de Delforca 2008, S.A.), ajuizou ação contra o Banco Santander, S.A., da qual conhecido em abril de 2009 o Tribunal de primeira instância n.º 5 de Santander, em reivindicações por danos e reclamações indevidas do Banco contra sua filial reproduzindo as mesmas objeções a este. Este procedimento está suspenso por decisão preliminar de direito civil, contra as quais Mobiliaria Monesa, S.A. Arquivado de recurso, que foi dispensado pela audiência Provincial de Cantabria por despacho de 16 de janeiro de 2014.

Finalmente, em 11 de abril de 2012 foi notificado a judicial, Banco Santander, S.A. trazido por Delforca 2008, S.A. que satisfaçam o Tribunal de primeira instância n.º 21, em Madrid, no qual as solicitações de indenização por danos e causou danos que diz, para seu julgamento, pedido demissão do Banco. Delforca 2008, S.A. solicitação de já feita pelo pedido reconvenional na arbitragem terminou o prêmio cancelado por e que criptografados até então 218 milhões de euros; Embora agora em sua aplicação e invocando o artigo 219.3 da Lei do Processo Civil, deixa para um novo procedimento, o montante a ser resolvido - eventualmente - pelo Banco. O Tribunal estimou que o declínio pelo Banco Santander, S.A., para ser submetido a questão à arbitragem, uma decisão que está pendente de recurso. O Grupo considera que o risco de perda resultante destas questões, é remota, razão por que não registrar provisões para estas disputas.

- Antigos funcionários do Banco Estado de São Paulo S.A., Santander Banespa, CIA. Locação comercial: reivindicação iniciada em 1998 pela Associação dos aposentados do Banespa (AFABESP) em nome de seus parceiros, solicitando o pagamento de um bônus semestral inicialmente previsto nos estatutos da entidade, para o caso onde esta seria benefícios e o acordo foi aprovado pelo seu Conselho de Administração. O bônus não foi pago em 1994 e 1995 devido à falta de benefícios do Banco e de 1996 até o ano 2000 foi pago parcialmente, conforme acordado pelo Conselho de administração, tendo eliminado a cláusula expressada em 2001. Tribunal Regional do trabalho condenou o Banco deste pagamento de bônus semestrais em setembro de 2005 e o Banco recorreu da decisão do Tribunal para o Tribunal Superior do trabalho ("TST") e, posteriormente, para o Supremo Tribunal Federal ("STF"). O primeiro defendeu o Banco e o segundo recusou o recurso especial interposto pelo Banco através de uma decisão tomada por um dos Ministros do referido tribunal, mantendo também a condenação do Banco. Esta decisão foi apelado pelo Banco e a associação, tendo apenas sido admitido o recurso apresentado pelo Banco, que será resolvido pelo plenário do STF.

- Planos econômicos: semelhante ao resto do sistema bancário, Santander Brasil é submetido às demandas dos clientes, a maioria dos depositantes-los, bem como ações civis pelo mesmo assunto, que trazem, faz com que uma série de alterações legislativas relativas ao cálculo da inflação (planos econômicos), Considerando que os queixosos que lhes é violaram os seus direitos, aplicando-lhes essas configurações imediatamente. Em abril de 2010, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) definir o prazo de prescrição dessas ações civis em cinco anos, tais e como eles assaltaram bancos, em vez dos vinte anos que os queixosos buscou o que provavelmente irá reduzir significativamente o número de ações e os montantes que alegou. No que se refere ao mérito do caso, as resoluções até agora foram negativas para os bancos, há dois procedimentos levados perante o superior tribunal e Supremo Federal Tribunal (STF) que pretende resolver o problema permanentemente. Durante o mês de agosto de 2010, o STJ emitiu uma decisão que, embora deu o motivo queixosos I fundo, excluída a reivindicação de um dos aviões, reduzindo a quantidade e novamente confirmou o prazo de prescrição de cinco anos. Então, a STF emitiu uma liminar que basicamente são suspensos processos em andamento, ambos neste corpo proferida uma decisão definitiva sobre o assunto, que poderia ter lugar durante o mês de fevereiro de 2014.
- Processo ordinário n.º 1043/2009 seguido antes do Tribunal de primeira instância n.º 26 Madrid iniciado por demanda promovida pelo Banco Occidental de Descuento, Banco Universal, C.A. contra reivindicações de 150 milhões de dólares americanos do Banco mais importante 4,7 milhões de dólares americanos de interesses, alegando que um contrato de escrow.

O tribunal emitiu juízo positivo sem decisão nas costas. Por sentença do Tribunal Provincial de Madrid a 9 de outubro de 2012, ele foi o apelo do Banco e foi dispensado apelo off Banco Occidental de Descuento, Banco Universal, C.A. subestimando demanda. Descartando o pronunciamento da demanda foi confirmada por acórdão de 28 de dezembro de 2012. O acórdão do Tribunal Provincial de Madrid foi apelado de cassação pelo Banco ocidental para desconto no Supremo Tribunal. O Banco opôs-se a apelação. O Banco tem não foi constituída provisão para esse processo.

- A 26 de Janeiro de 2011 foi comunicada para a demanda do Banco para incidente de falência de rescisão de atos prejudicial à massa no coração do Mediterraneo Hispa Group, S.A. voluntário concurso de perante o tribunal comercial n.º 2 de Múrcia. A principal ação é direcionada para solicitar a cessação da aplicação do produto obtido pela falência por ocasião de uma transação de venda de ativos, sendo o montante de 32 milhões de euros para principal e 2,7 milhões de euros pelo interesse. A vista da prova prática do teste proposto, realizou-se na data de 24 de novembro de 2011. No final, uma diligência final concordou. Por acórdão de 13 de novembro de 2013 o Tribunal julgou totalmente a demanda. A sentença apelou no recurso pela recorrente.
- 15 setembro de 2008 a falência de várias empresas do Grupo Lehman foi tornada pública. Clientes diferentes do Grupo Santander foram afetados por esta situação para ter investido em títulos publicados por Lehman ou outros produtos com tais ativos como subjacente.

A data deste relatório, houve certos créditos relacionados com este assunto. Na opinião dos administradores do Banco e seus assessores jurídicos, a comercialização dos diversos produtos do Lehman foi realizada de acordo com as normas legais aplicáveis ao tempo de cada venda ou subscrição e não seria atribuível ao Grupo, por causa da mediação, de qualquer responsabilidade derivada da situação de insolvência por essa entidade. Portanto, o risco de perda é considerado remoto, por isso não foi necessário registros provisões para estes processos.

- Em dezembro de 2008, a Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos (SEC) interveio firme Bernard L. Madoff Investment Securities LLC (Madoff Securities) por alegada fraude. A exposição dos clientes do Grupo através da parte *Optimal Strategic US Equity (Optimal Strategic)* foi 2.330 milhões de euros, dos quais 2.010 milhões de euros correspondeu a investidores institucionais e clientes bancários privados internacionais e os restantes 320 milhões de euros eram parte das carteiras de investimentos de clientes de private Bank do Grupo em Espanha que tinha o status de *qualifying investors*.

A data deste relatório, houve certos créditos relacionados com este assunto. O Grupo considera que atuou em todos os momentos com due diligence e a venda destes produtos tem sido sempre transparente e ajustado para as normas vigentes e procedimentos estabelecidos, para que, com exceção de um problema específico em que a sentença proferida foi parcialmente positiva demanda baseada em circunstâncias particulares do caso (e que apelou pelo Banco) o risco de perda é considerado remoto, por isso não foi necessário registos provisões para estes processos.

- No final do primeiro trimestre de 2013, publicado certas notícias que discutiu a validade do *swap* de contratos de taxas de juros entre diferentes instituições financeiras e empresas do setor público em Portugal, nomeadamente no setor dos transportes públicos do setor público.

Entre contratos a esta discussão foram os realizados pelo Banco Santander Totta com empresas públicas Metropolitan de Lisboa, E.P.E (MdL), Metro do Porto, S.A. (MdP), Sociedade de Transportes coletivos do Porto, S.A. (STCP), e a Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. (Carris). Estes contratos foram assinados antes de 2008, ou seja, antes da eclosão da crise financeira; e estavam sendo executados sem qualquer impacto.

Perante esta situação, o Banco Santander Totta tomou a iniciativa de solicitar a declaração judicial de validade respectivas perante os tribunais ingleses, a que estão sujeitos os contratos. As exigências correspondentes surgiram em maio de 2013.

Após a apresentação de demandas do Banco, quatro empresas (MdL, MdP, STCP e Carris) comunicada ao Banco Santander Totta que suspenderam o pagamento de montantes devido nos termos de contratos até a decisão final da jurisdição inglesa no processo. MdL, MdP e Carris de suspensão de pagamentos se tornou eficaz em setembro de 2013 e STCP fez o mesmo em Dezembro do mesmo ano.

Como resultado, Banco Santander Totta cada um estendido demandas para reivindicar montantes não pagos.

Em 29 de novembro de 2013 as empresas apresentaram suas defesas em que alegam que, com a legislação portuguesa, os acordos forem nulos e pedido de reembolso dos montantes pagos.

Estes processos estão em tramitação.

O Banco e seus assessores jurídicos consideram que o Banco tem agiu em todos os momentos sujeito ao estatuto e nos termos dos acordos e estima-se que os tribunais ingleses confirmará a plena validade e eficácia dos contratos. O Banco, portanto, não tem registrado provisões para estes processos.

O Banco e o resto das empresas do Grupo estão sujeitas a exigências e, portanto, estão imersos em processos judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo procedimentos derivados de sua atividade de empréstimos, relações laborais e outros assuntos comerciais ou fiscais.

Neste contexto, há que considerar que o resultado do processo judicial é incerto, em particular no caso de condenações em dinheiro por um montante reivindicado significativas ou indeterminadas, que são baseadas em questões jurídicas em que há sem precedentes judiciais, afetam um grande número de peças ou de que o processo está numa fase muito preliminar de conexão.

Com as informações disponíveis, o Grupo considera que, de 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, tem sido fiavelmente estimadas obrigações associadas com cada procedimento e tem reconhecido, quando assim exigidas, adequadas provisões que razoavelmente cobrir as responsabilidades que possam surgir, no seu caso, estas situações fiscais e legais. Além disso, considera-se que as responsabilidades que possam surgir de tais procedimentos não terá, no total, um efeito adverso significativo sobre os negócios, situação financeira ou nos resultados das operações do Grupo.

26. Outros passivos

A tabela a seguir demonstra a composição dos saldos de outros passivos:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Operações em curso	505	784	866
Contas de regularização	5.004	5.124	5.413
Outros	2.774	2.054	3.237
	8.283	7.962	9.516

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Operações em curso	1.645	2.120	2.093
Contas de regularização	16.301	13.853	13.077
Outros	9.038	5.553	7.820
	26.984	21.526	22.990

27. Posição fiscal

a) Grupo fiscal consolidado

De acordo com a legislação vigente, o Grupo Fiscal Consolidado inclui o Banco Santander S.A, como controladora e as filiais espanholas como controladas, que cumprem com os requisitos para efeito de tributação consolidada.

As outras empresas coligadas do Grupo apresentam suas declarações de imposto de acordo com a legislação tributária em que se aplicam.

b) Exercícios sujeitos a fiscalização do fisco

Em 31 de dezembro de 2013 foram objeto de revisão no Grupo Fiscal Consolidado, desde o ano de 2005 até o ano 2013, inclusive no que diz respeito os impostos principais que se aplicam.

As demais entidades estão sujeitas a fiscalização dos exercícios correspondentes, em conformidade com a legislação tributária.

Durante o exercício de 2013 não houve novos impactos significativos em relação a alterações em processos pendentes em 31 de dezembro de 2012.

Devido as diferentes interpretações possíveis que podem ser concedidas às regras fiscais, os resultados das inspeções das autoridades fiscais para os anos revistos e aqueles sujeitos a verificação podem resultar no contingente de passivos fiscais cujo montante não é possível quantificar de forma objetiva. No entanto, na opinião dos conselheiros fiscais do Grupo, a possibilidade de materializar passivo tal contingente é remota e, em qualquer caso, a dívida de imposto deles decorrentes não afetaria significativamente as demonstrações financeiras consolidadas.

c) Conciliação

A seguir a reconciliação entre a despesas de imposto aplicando a alíquota da Espanha (30%) e despesas registradas para o referido imposto, bem como a alíquota efetiva de imposto:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Resultado consolidado antes de impostos:			
Atividades ordinárias	7.652	3.583	7.858
De operações descontinuadas	(18)	99	32
	7.634	3.682	7.890
Imposto sobre PJs - alíquota aplicável na Espanha (30%)	2.290	1.105	2.367
Efeito da aplicação de diferentes alíquotas aplicáveis em cada país ^(*)	96	170	390
Das quais:			
Brasil	304	318	390
Reino Unido	(90)	(96)	(52)
Estados Unidos	37	43	113
Chile	(105)	(108)	(112)
Efeito do resultado da associadas e controladas	(153)	(128)	(17)
Efeito de lucros não sujeitos a imposto ⁽¹⁾	(61)	(186)	(262)
Efeito da dedução do ágio no Brasil	(274)	(414)	(414)
Efeito de imposto em livros locais de transações eliminadas na consolidação	(42)	(86)	(188)
Diferenças permanentes	254	158	(104)
Lucro fiscal do exercício	2.110	619	1.772
<i>Alíquota efetiva de imposto</i>	<i>27,64%</i>	<i>16,82%</i>	<i>22,46%</i>
Dos quais:			
Atividades ordinárias	2.113	590	1.755
Unidades operacionais descontinuadas(Nota 37)	(3)	29	17
Dos quais:			
Imposto corrente	3.511	3.066	3.206
Impostos diferidos	(1.401)	(2.447)	(1.434)
Impostos pagos durante o ano	3.577	3.162	1.924

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Resultado consolidado antes de impostos:			
Atividades ordinárias	21.822	8.962	18.265
De operações descontinuadas	(51)	248	74
	21.771	9.210	18.339
Imposto sobre PJs - alíquota aplicável na Espanha (30%)	6.530	2.764	5.502
Efeito da aplicação de diferentes alíquotas aplicáveis em cada país (*)	274	425	906
<i>Das quais:</i>			
<i>Brasil</i>	867	795	906
<i>Reino Unido</i>	(257)	(240)	(121)
<i>Estados Unidos</i>	106	108	263
<i>Chile</i>	(299)	(270)	(260)
Efeito do resultado da associadas e controladas	(436)	(320)	(39)
Efeito de lucros não sujeitos a imposto (1)	(174)	(465)	(609)
Efeito da dedução do ágio no Brasil	(781)	(1.036)	(962)
Efeito de imposto em livros locais de transações eliminadas na consolidação	(120)	(215)	(437)
Diferenças permanentes	724	395	(242)
Lucro fiscal do exercício	6.017	1.548	4.119
<i>Aliquota efetiva de imposto</i>	<i>27,64%</i>	<i>16,82%</i>	<i>22,46%</i>
<i>Das quais:</i>			
<i>Atividades ordinárias</i>	<i>6.026</i>	<i>1.476</i>	<i>4.079</i>
<i>unidades operacionais descontinuadas (Nota 37)</i>	<i>(9)</i>	<i>73</i>	<i>40</i>
<i>Das quais:</i>			
<i>Imposto corrente</i>	<i>10.013</i>	<i>7.669</i>	<i>7.452</i>
<i>Impostos diferidos</i>	<i>(3.995)</i>	<i>(6.120)</i>	<i>(3.333)</i>
<i>Impostos pagos durante o ano</i>	<i>10.201</i>	<i>7.909</i>	<i>4.472</i>

(*) Calculado usando a diferença entre a alíquota aplicável em Espanha e a alíquota aplicável em cada jurisdição aos resultados previstos para o Grupo de entidades que operam em cada um deles.

(1) Efeito fiscal da venda do Banco Santander Colômbia, S.A. em 2012 e SCUSA em 2011 (ver Nota 3).

d) Impostos reconhecidos no patrimônio líquido

Independentemente do imposto de renda ser reconhecido nas demonstrações consolidadas do resultado, o Grupo reconheceu em seu patrimônio líquido os seguintes montantes durante 2013, 2012 e 2011:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Registrados no patrimônio líquido (valor líquido)-			
Avaliação da carteira de renda fixa disponível para venda	162	(283)	9
Avaliação da carteira de renda variável disponível para venda	(51)	(64)	(83)
Valorização de derivativos de hedge dos fluxos de caixa	(38)	23	(1)
Ganhos y perdas atuariais	(331)	538	326
Avaliação de entidades avaliadas usando o método de equivalência patrimonial	39	(15)	4
	(219)	199	255

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Registrados no patrimônio líquido (valor líquido)-			
Avaliação da carteira de renda fixa disponível para venda	528	(765)	22
Avaliação da carteira de renda variável disponível para venda	(166)	(173)	(201)
Valorização de derivativos de hedge dos fluxos de caixa	(124)	62	(2)
Ganhos y perdas atuariais	(1.078)	1.455	787
Avaliação de entidades avaliadas usando o método de equivalência patrimonial	127	(41)	10
	(713)	538	616

e) Impostos diferidos

O saldo dos ativos tributários dos balanços consolidados inclui os montantes devedores ao Tesouro correspondentes a impostos as receitas de exercícios futuros; por sua vez, o saldo do item passivo fiscal inclui impostos diferidos diferentes do Grupo.

Em 26 de junho de 2013, juntou-se o quadro jurídico de Basileia III na legislação europeia se uniu pela Diretiva 2013/36 (CRD IV) e Regulamento 575/2013 sobre os requisitos prudenciais para as instituições financeiras e empresas de investimento (CRR) de aplicação direta dos Estados-Membro a partir de 1 de janeiro de 2014, ao estabelecer um calendário gradual em relação à implementação e execução dos requerimentos.

O novo regulamento estabelece que os ativos por impostos diferidos que dependem de sua utilização de lucros futuros devem ser deduzidos capital regulatório.

Neste sentido, durante os últimos anos vários países, ao acolhimento de Basileia III, têm modificado seus regimes fiscais em relação a certos ativos por impostos diferidos assim que poderiam continuar a ser registrados como capital regulatório para não depender de seu uso dos próprios lucros futuros das entidades que gerá-los (doravante referido como ativo monetizável).

Assim, a Itália apreciou um regime a este respeito, introduzido pelo Decreto-Legge n.º 225, de 29 de dezembro de 2010, alterada pela Legge n.º 10, de 26 de fevereiro de 2011.

Também durante 2013 no Brasil, através da medida provisória n.º 608 de 28 de fevereiro de 2013 e em Espanha, pelo Real Decreto-Lei 14/2013 de 29 de novembro, regimes fiscais que foram estabelecidos certos ativos por impostos diferidos - provisões para doações de insolvências (no Brasil) e alocações de provisões de insolvência, provisões para bens retomados e para Pensões e aposentadoria antecipada (em Espanha) - podem tornar-se, em determinadas circunstâncias, dívidas pelo tesouro, não dependendo do uso dos benefícios futuros das entidades e ser, portanto, isento de sua dedução de capital regulatório.

Então os ativos por impostos diferidos para 31 de dezembro de 2013 são discriminados de acordo com sua qualificação ou ativos monetizáveis, bem como os passivos por impostos diferidos:

	Milhões de euros			
	2013		2012	2011
	Monetizável (*)	Resto		
Ativos fiscais:	7.902	13.166	20.942	18.455
Fiscais e deduções	-	5.523	7.643	5.862
Diferenças temporárias	7.902	7.643	13.299	12.593
Das quais:				
<i>Provisões Indedutíveis</i>	-	2.365	2.353	2.212
<i>Avaliação dos instrumentos financeiros</i>	-	1.213	1.700	1.715
<i>Insolvências</i>	3.989	920	3.341	2.609
<i>Pensão</i>	3.286	553	2.897	2.482
<i>Avaliação de ativos tangíveis e intangíveis</i>	627	522	731	1.075
Passivos fiscais:	-	1.825	2.603	2.865
Diferenças temporais	-	1.825	2.603	2.865
Das quais:				
<i>Avaliação dos instrumentos financeiros</i>	-	729	1.314	934
<i>Leasing</i>	-	461	760	1.094

	Milhões de reais			
	2013		2012	2011
	Monetizável (*)	Resto		
Ativos fiscais:	25.742	42.889	56.619	44.585
Fiscais e deduções	-	17.992	20.664	14.162
Diferenças temporárias	25.742	24.897	35.955	30.423
Das quais:				
<i>Provisões Indedutíveis</i>	-	7.704	6.362	5.344
<i>Avaliação dos instrumentos financeiros</i>	-	3.951	4.596	4.143
<i>Insolvências</i>	12.995	2.997	9.033	6.303
<i>Pensão</i>	10.704	1.801	7.832	5.996
<i>Avaliação de ativos tangíveis e intangíveis</i>	2.043	1.700	1.976	2.597
Passivos fiscais:	-	5.945	7.037	6.922
Diferenças temporais	-	5.945	7.037	6.922
Dos quais:				
<i>Avaliação dos instrumentos financeiros</i>	-	2.375	3.553	2.256
<i>Locação financeira</i>	-	1.502	2.055	2.643

(*) Não deduzidos do capital regulatório

Movimento ocorrido no saldo da sua conta nos últimos três anos é mostrado abaixo:

	Milhões de euros					
	Saldos em 31 de dezembro de 2012	(Débito) / crédito na demonstração de resultados	Variações cambiais de saldos em moeda estrangeira e outros conceitos	(Débito) / ajustes de avaliação dos ativos e passivos de crédito	Aquisições (líquidas) do exercício	Saldos em 31 de dezembro de 2013
Impostos diferidos ativo	20.942	1.236	(494)	(616)	-	21.068
Impostos diferidos passivos	(2.603)	165	259	361	(7)	(1.825)
	18.339	1.401	(235)	(255)	(7)	19.243

	Milhões de reais					
	Saldos em 31 de dezembro de 2012	(Débito) / crédito na demonstração de resultados	Variações cambiais de saldos em moeda estrangeira e outros conceitos	(Débito) / ajustes de avaliação dos ativos e passivos de crédito	Aquisições (líquidas) do exercício	Saldos em 31 de dezembro de 2013
Impostos diferidos ativo	56.619	3.525	10.494	(2.007)	-	68.631
Impostos diferidos passivos	(7.037)	471	(535)	1.176	(20)	(5.945)
	49.582	3.996	9.959	(831)	(20)	62.686

	Milhões de euros					
	Saldos em 31 de dezembro de 2011	(Débito) / crédito na demonstração de resultados	Variações cambiais de saldos em moeda estrangeira e outros conceitos	(Débito) / ajustes de avaliação dos ativos e passivos de crédito	Aquisições (líquidas) do exercício	Saldos em 31 de dezembro de 2012
Impostos diferidos ativo	18.455	2.211	(28)	326	(22)	20.942
Impostos diferidos passivos	(2.865)	236	197	(201)	30	(2.603)
	15.590	2.447	169	125	8	18.339

	Milhões de reais					
	Saldos em 31 de dezembro de 2011	(Débito) / crédito na demonstração de resultados	Variações cambiais de saldos em moeda estrangeira e outros conceitos	(Débito) / ajustes de avaliação dos ativos e passivos de crédito	Aquisições (líquidas) do exercício	Saldos em 31 de dezembro de 2012
Impostos diferidos ativo	44.585	5.530	5.678	881	(55)	56.619
Impostos diferidos passivos	(6.922)	590	(237)	(543)	75	(7.037)
	37.663	6.120	5.441	338	20	49.582

	Milhões de euros					
	Saldos em 31 de dezembro de 2010	(Débito) / crédito na demonstração de resultados	Variações cambiais de saldos em moeda estrangeira e outros conceitos	(Débito) / ajustes de avaliação dos ativos e passivos de crédito	Aquisições (líquidas) do exercício	Saldos em 31 de dezembro de 2011
Impostos diferidos ativo	17.467	1.081	(198)	299	(194)	18.455
Impostos diferidos passivos	(4.113)	353	784	112	(1)	(2.865)
	13.354	1.434	586	411	(195)	15.590

	Milhões de reais					
	Saldos em 31 de dezembro de 2010	(Débito) / crédito na demonstração de resultados	Variações cambiais de saldos em moeda estrangeira e outros conceitos	(Débito) / ajustes de avaliação dos ativos e passivos de crédito	Aquisições (líquidas) do exercício	Saldos em 31 de dezembro de 2011
Impostos diferidos ativo	38.737	2.513	3.064	722	(451)	44.585
Impostos diferidos passivos	(9.121)	820	1.110	271	(2)	(6.922)
	29.616	3.333	4.174	993	(453)	37.663

f) Outras informações

Em conformidade com o regulamento do instrumento 2005 publicado pela autoridade de condutas financeiras do Reino Unido é informado que os acionistas do Banco que são residentes no Reino Unido terão o direito a um crédito fiscal em relação as retenções que o Banco faz na prática sobre os dividendos que serão pagos para as acionistas. Aos acionistas do Banco residentes no Reino Unido e que mantenham sua participação no Banco através do Santander Nominee Service será fornecida diretamente informações sobre os montantes retidos, bem como quaisquer outras informações que podem precisar para preencher suas declarações de impostos no Reino Unido. Os demais acionistas que residem no país devem entrar em contato com seu banco ou agência de valores.

28. Participação dos acionistas não controladores

Inclui o valor líquido do patrimônio líquido das controladas atribuíveis aos instrumentos de patrimônio líquido não pertencentes, direta ou indiretamente, ao Banco, incluindo a parte que lhe coube do resultado do exercício.

a) Composição

Detalhe, por empresa do Grupo, do saldo da conta participação dos acionistas não controladores de a seguir:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Banco Santander (Brasil) S.A.	4.292	4.920	3.525
Bank Zachodni WBK S.A.	1.372	168	62
Grupo Financiero Santander México, S.A.B. de C.V.	978	1.296	5
Banco Santander - Chile	950	1.027	916
Banesto	-	627	559
Outras empresas	568	609	499
	8.160	8.647	5.566
Lucro / (prejuízo) do período atribuído à minoria	1.154	768	788
<i>Dos quais:</i>			
<i>Banco Santander (Brasil) S.A.</i>	<i>494</i>	<i>585</i>	<i>516</i>
<i>Banco Santander - Chile</i>	<i>221</i>	<i>208</i>	<i>183</i>
<i>Grupo Financiero Santander México, S.A.B. de C.V.</i>	<i>251</i>	<i>59</i>	<i>2</i>
<i>Bank Zachodni WBK S.A.</i>	<i>123</i>	<i>13</i>	<i>8</i>
<i>Banesto</i>	<i>-</i>	<i>(138)</i>	<i>3</i>
<i>Outras empresas</i>	<i>65</i>	<i>41</i>	<i>76</i>
	9.314	9.415	6.354

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Banco Santander (Brasil) S.A.	13.982	13.302	8.516
Bank Zachodni WBK S.A.	4.469	454	150
Grupo Financiero Santander México, S.A.B. de C.V.	3.186	3.504	12
Banco Santander - Chile	3.095	2.777	2.213
Banesto	-	1.695	1.350
Outras empresas	1.850	1.616	1.206
	26.582	23.378	13.447
Lucro / (prejuízo) do período atribuído à minoria	3.290	1.922	1.832
Dos quais:			
<i>Banco Santander (Brasil) S.A.</i>	<i>1.409</i>	<i>1.463</i>	<i>1.199</i>
<i>Banco Santander - Chile</i>	<i>630</i>	<i>520</i>	<i>425</i>
<i>Grupo Financiero Santander México, S.A.B. de C.V.</i>	<i>716</i>	<i>148</i>	<i>5</i>
<i>Bank Zachodni WBK S.A.</i>	<i>351</i>	<i>33</i>	<i>19</i>
<i>Banesto</i>	<i>-</i>	<i>(345)</i>	<i>7</i>
<i>Outras empresas</i>	<i>184</i>	<i>103</i>	<i>177</i>
	30.338	25.455	15.351

b) Movimento

O movimento que tem ocorrido neste item é resumido da seguinte forma:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Saldo no início do ano	9.415	6.354	5.860
Grupo de fusão Banesto (Nota 3)	(455)	-	-
Alteração de perímetro	199	27	132
Modificação das percentagens de participação	925	3.337	405
Dividendos satisfeitos a minoria	(747)	(409)	(431)
Mudanças na capital e outros conceitos	57	(10)	57
Lucro do período atribuído à minoria	1.154	768	788
Ajustes de avaliação (incluindo variações cambiais)	(1.234)	(652)	(457)
Saldo no final do ano	9.314	9.415	6.354

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Saldo no início do ano	25.455	15.351	12.994
Grupo de fusão Banesto (Nota 3)	(1.194)	-	-
Alteração de perímetro	568	68	307
Modificação das percentagens de participação	2.638	8.346	941
Dividendos satisfeitos a minoria	(2.124)	(1.023)	(1.002)
Mudanças na capital e outros conceitos	(275)	(35)	139
Lucro do período atribuído à minoria	3.290	1.922	1.832
Ajustes de avaliação (incluindo variações cambiais)	1.980	826	140
Saldo no final do ano	30.338	25.455	15.351

Conforme descrito na Nota 3, durante o exercício de 2011, o Grupo vendeu um 9,72% do capital social do Banco Santander - Chile. O preço de vendas totalizou 1.241 milhões de dólares americanos, gerando um aumento de 434 milhões de euros (1.034 milhões de reais) em reservas e 373 milhões de euros (901 milhões de reais) em participações de não-controle.

Também conforme indicado na Nota 3, durante o ano fiscal 2012 o Grupo vendida 24,9% de sua participação no Grupo Financiero Santander México, S.A.B.de C.V., gerando um aumento de 1.092 milhões de euros (2.864 milhões de reais) em reservas, 1.493 milhões euros (4.036 milhões de reais) em participação minoritária e 263 milhões de euros (711 milhões de reais) em ajustes de avaliação - diferenças mudam.

Nos meses de janeiro e março de 2012 o Grupo transferiu ações de 4,41% e 0,77% do Banco Santander (Brasil) S.A. para duas instituições financeiras de primeira ordem gerando um aumento no balanço do item interesses da minoria 1.532 milhões de euros (3.398 milhões de reais) (ver Nota 34).

Finalmente, durante 2013 o Grupo reduziu sua participação percentual no Bank Zachodni WBK S.A. até 70%, gerando um aumento no saldo dos interesses da minoria de 1.329 milhões de euros (4.329 milhões de reais) (ver Nota 3).

Os movimentos anteriores são mostrados na instrução total de alterações no patrimônio líquido consolidado.

c) Outras informações

Um resumo das informações financeiras das instituições entidades controladas, tendo participações minoritárias significativos para o 31 de dezembro de 2013 mostrado abaixo:

	Milhões de euros (*)			
	Banco Santander (Brasil)	Banco Santander - Chile	Grupo Financiero Santander México	Bank Zachodni WBK
Total ativo	133.925	38.553	48.398	25.106
Passivo total	122.383	36.431	45.584	23.230
Ativo líquido	11.542	2.122	2.814	1.876
Margem bruta total	13.565	2.261	3.040	1.331
Resultados totais	2.044	624	936	447

	Milhões de reais (*)			
	Banco Santander (Brasil)	Banco Santander - Chile	Grupo Financiero Santander México	Bank Zachodni WBK
Total ativo	436.274	125.591	157.661	81.785
Passivo total	398.675	118.678	148.494	75.674
Ativo líquido	37.599	6.913	9.167	6.111
Margem bruta total	38.685	6.448	8.670	3.796
Resultados totais	5.829	1.780	2.669	1.275

(*) Informação produzida com os agrupamento critérios descritos na Nota 52, assim que pode não coincidir com aqueles publicados individualmente por cada entidade.

29. Ajustes de avaliação

Os saldos do item Ajustes de avaliação incluem montantes, líquidos de efeito fiscal dos ajustes realizados nos ativos e nos passivos registrados temporariamente no patrimônio líquido por meio das demonstrações consolidadas do resultado. Os valores originados das entidades de apresentam, linha a linha, nas partidas às quais correspondem, de acordo com sua natureza.

Em termos das demonstrações consolidadas do resultado se deve mencionar que apresentam separadamente os itens por natureza, agrupando-os naqueles que, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis, não serão posteriormente reclassificados em resultados e aqueles que serão posteriormente reclassificados em resultados ao cumprir os requisitos que estabelecem as normas contábeis correspondentes. Além disso, com respeito aos itens que poderão ser reclassificados ao resultado, as demonstrações consolidadas do resultado inclui variações de Ajustes de avaliação, da seguinte forma:

- Lucros (perdas) por avaliação: inclui o montante das receitas, líquidas das despesas no exercício, reconhecidas diretamente no patrimônio Líquido. As quantias reconhecidas no patrimônio líquido no exercício permanecem nesta partidas, enquanto no mesmo período são transferidas para a conta de resultados ou ao seu valor inicial dos ativos ou passivos ou reclassificar para outra partida.

- Valores transferidos para a conta de resultados: inclui a soma da avaliação de lucros (perdas) anteriormente reconhecida no patrimônio líquido, embora no mesmo exercício, que reconhecidas na conta de resultados.
- Valores transferidos para o valor inicial de partidas com cobertura de hedge: inclui a quantidade de avaliação de lucros (perdas) previamente reconhecida no patrimônio líquido, ainda que seja no mesmo exercício, reconhecidos no valor inicial de ativos e passivos como resultado de hedges dos fluxos de caixa.
- Outras reclassificações: inclui a quantidade de transferências efetuadas no período entre as diferentes partidas de ajuste por avaliação.

Os montantes desses itens são registrados pelo seu valor bruto e incluindo o valor dos ajustes por avaliação ajustes relativos a participações minoritárias, mostrando em um separado com seu efeito fiscal correspondente, exceto aquelas para as instituições que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, que é apresentado líquido dos efeitos fiscais.

a) Ativos financeiros disponíveis para venda

Inclui o valor líquido das alterações no valor justo não realizadas dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda (ver Notas 7 e 8).

Abaixo é demonstrado o detalhamento da composição do saldo em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 para avaliação financeira Ativos disponíveis para venda com base no tipo de instrumento e a origem geográfica do emitente:

	Milhões de euros											
	31 de dezembro de 2013				31 de dezembro de 2012				31 de dezembro de 2011			
	Excedente por valorização	Perdas por avaliação	Excedente / (Perdas) líquido de avaliação	Valor justo	Excedente por valorização	Perdas por avaliação	Excedente / (Perdas) líquido de avaliação	Valor justo	Excedente por valorização	Perdas por avaliação	Excedente / (Perdas) líquido de avaliação	Valor justo
Instrumentos de dívida												
Bancos Centrais e dívida pública												
Espanha	356	(496)	(140)	25.664	68	(1.286)	(1.218)	29.288	125	(1.175)	(1.050)	29.976
Outras localidades da Europa	38	(143)	(115)	12.080	112	(179)	(66)	10.891	18	(507)	(489)	4.959
América Latina e outros	38	(217)	(179)	17.134	627	(37)	589	23.759	426	(48)	378	22.058
Dívida privada	258	(280)	(22)	24.966	215	(184)	31	23.786	264	(352)	(88)	24.596
	680	(1.136)	(456)	79.844	1.022	(1.686)	(664)	87.724	833	(2.082)	(1.249)	81.589
Instrumentos de capital												
Nacional												
Espanha												
International	132	(10)	122	1.432	201	(34)	167	1.233	68	(91)	(23)	1.433
Resto da Europa	158	(25)	133	974	75	(46)	29	1.135	111	(160)	(49)	1.279
Estados Unidos	20	(1)	19	661	15	(5)	10	1.622	94	(35)	59	1.032
América Latina e outros	235	(18)	217	888	265	(56)	209	1.152	332	(67)	265	1.280
	545	(54)	491	3.955	556	(141)	415	4.542	625	(353)	272	5.024
Dos quais:												
Negociados em bolsa	313	(26)	287	1.330	311	(68)	243	1.849	424	(255)	169	2.745
Não negociados	232	(28)	204	2.625	245	(73)	172	2.693	201	(98)	103	2.279
	1.225	(1.190)	35	83.799	1.578	(1.827)	(249)	92.266	1.458	(2.435)	(977)	86.613

	Milhões de reais											
	31 de dezembro de 2013				31 de dezembro de 2012				31 de dezembro de 2011			
	Excedente por valorização	Perdas por avaliação	Excedente / (Perdas) líquido de avaliação	Valor justo	Excedente por valorização	Perdas por avaliação	Excedente / (Perdas) líquido de avaliação	Valor justo	Excedente por valorização	Perdas por avaliação	Excedente / (Perdas) líquido de avaliação	Valor justo
Instrumentos de dívida												
Bancos Centrais e dívida pública												
<i>Espanha</i>	1.160	(1.616)	(456)	83.603	184	(3.477)	(3.293)	79.183	302	(2.839)	(2.537)	72.419
<i>Outras localidades da Europa</i>	91	(466)	(375)	39.352	303	(484)	(178)	29.445	43	(1.225)	(1.181)	11.980
<i>América Latina e outros</i>	124	(708)	(584)	55.816	1.695	(100)	1.592	64.235	1.029	(116)	913	53.290
Dívida privada	840	(912)	(72)	81.329	581	(497)	84	64.308	638	(850)	(212)	59.422
	2.215	(3.702)	(1.487)	260.100	2.763	(4.558)	(1.795)	237.171	2.012	(5.030)	(3.017)	197.111
Instrumentos de capital												
Nacional												
<i>Espanha</i>	430	(33)	397	4.665	543	(92)	452	3.334	164	(220)	(56)	3.462
Internacional												
<i>Resto da Europa</i>	515	(81)	434	3.173	203	(124)	78	3.069	268	(387)	(118)	3.090
<i>Estados Unidos</i>	65	(3)	62	2.153	41	(14)	27	2.763	227	(85)	143	2.493
<i>América Latina e outros</i>	765	(59)	706	2.893	716	(151)	565	3.113	851	(161)	688	3.092
	1.775	(176)	1.599	12.884	1.503	(381)	1.122	12.279	1.510	(853)	657	12.137
<i>Dos quais:</i>												
<i>Negociados em bolsa</i>	1.020	(85)	935	4.333	841	(184)	657	4.999	1.024	(616)	408	6.632
<i>Não negociados</i>	755	(91)	665	8.551	662	(197)	465	7.281	486	(237)	249	5.506
	3.990	(3.878)	112	272.984	4.266	(4.939)	(673)	249.450	3.522	(5.883)	(2.360)	209.248

No final de cada exercício financeiro, o Grupo realiza uma avaliação da existência ou não de provas objetivas que instrumentos classificados na carteira de ativos disponíveis para venda (instrumentos de dívida e equity securities) sofreram impairment.

Esta avaliação inclui, embora não esteja limitada à análise das seguintes informações: (i) a situação econômica e financeira do emitente, a existência de padrões ou atrasos nos pagamentos, sua análise de solvência, evolução de seus negócios, projeções de curto prazo, tendências em seus resultados e, se for caso, sua política de distribuição de dividendos; (ii) informações relacionadas ao mercado, tais como mudanças em geral, a situação econômica, as alterações no setor de atividade em que opera o emitente que pode afetar sua capacidade de pagamento; relatórios (iii) mudanças no valor justo do título analisado, análise da origem dessas mudanças - intrínsecas ou consequência sobre a situação da incerteza geral sobre a economia ou o país; e (iv) relatórios de analistas independentes e previsões e outras informações do mercado independente.

No caso de instrumentos de capital cotados, ao realizar a análise das mudanças no valor justo do título analisado é levada em conta a duração e o significado da queda de seu valor abaixo do custo para o Grupo. Como regra geral, o Grupo encontra estes efeitos significativos como uma queda de 40% no valor do ativo ou durante 18 meses. No entanto, é válido mencionar que esse Grupo analisa cada um dos títulos que possuem impairment, fazendo o acompanhamento da evolução da sua cotação e processo para registrar uma perda tão logo é considerado que o valor recuperável pode ser afetado, embora o percentual e o período do declínio indicado não fossem alcançados.

Se, após a realização da análise acima, o Grupo de verificar que a presença de um ou mais desses fatores afeta a recuperação do custo do ativo, por impairment é reconhecida a perda na demonstração de resultados o valor de perda registrado sob as configurações para avaliação do ativo. Também, nos casos em que o Grupo não tenha a intenção ou capacidade de manter o investimento durante um período de tempo suficiente para recuperar o custo, o instrumento é diminuído ao seu valor justo.

No encerramento do exercício financeiro a 2013, que o Grupo realizou a análise descrita anteriormente registrando na demonstração de resultado 89 milhões de euros (254 milhões de reais) por impairment de instrumentos de dívida 18 milhões de euros (45 milhões de reais) em 2012 e 125 milhões de euros (290 milhões de reais) em 2011, dos quais 106 milhões de euros (246 milhões de reais) correspondeu a dívida soberana da Grécia) e 169 milhões de euros (482 milhões de reais) correspondentes à perda de valor de instrumentos de capital que tinha experimentado uma queda até 31 de dezembro de 2013 em sua citação longa e significativa 344 milhões de euros (860 milhões de reais) em 2012 e 704 milhões de euros (1.634 milhões de reais) em 2011, incluindo 592 milhões de euros (1.376 milhões de reais) que correspondiam a perda de valor do valor das ações da Iberdrola, S.A. e Assicurazioni Generali SpA).

No encerramento do exercício financeiro 2013, 65,05% das perdas reconhecidas no item Ajustes por avaliação – ativos financeiros disponíveis para venda, com origem em títulos da dívida foram gerados em mais de doze meses. A maioria das perdas de títulos da dívida pública, reconhecidos no patrimônio líquido do Grupo (aproximadamente 68,71% do total) correspondem à perda do valor observado em títulos de dívida do governo espanhol e Português. Esta perda de valor não corresponde aos movimentos das taxas de juros, mas a um aumento dos *spreads* de risco de crédito gerado pelas tensões nos mercados de dívida da zona do euro nos últimos anos, não tendo sido observadas deficiências em termos de pagamentos de juros, nem provas de que as emissoras não continuarem a servir suas obrigações de pagamento no futuro tanto capital e juros, de modo que o custo de contabilização desses valores não pôde ser recuperado.

Por outro lado, no final do ano financeiro 2013, 45,82% das perdas reconhecidas de acordo com as configurações por classificação – ativos financeiros disponíveis para venda, com origem em instrumentos de capital que foram gerados há mais de doze meses. O Grupo, depois de realizar a análise que precede, conclui que dada a capacidade e intenção de manter estes valores a longo prazo, não é esperado que essa perda de valor tivesse impacto sobre os fluxos de caixa futuros, não exigindo o registro de uma perda de valor no final do ano.

b) Hedges dos fluxos de caixa

Inclui o lucro ou prejuízo atribuível ao instrumento de *hedge* qualificado como cobertura eficaz. Este montante permanecerá neste curso até registrar na conta de perdas e ganhos nos períodos em que as partidas com *hedge* afetam a conta (ver Nota 11).

Portanto, os montantes que envolvem avaliação de perda deve ser compensada nos futuros ganhos gerados pelos instrumentos abrangidos.

c) Hedges de investimentos líquidos em negócios no exterior e as variações cambiais

A rubrica Hedges de investimentos líquidos em negócios no exterior inclui o montante líquido do valor das variações de instrumento de *hedge* em hedges de investimentos líquidos em negócios no exterior, por parte destas variações consideradas como cobertura eficaz (ver Nota 11).

A rubrica Variações cambiais inclui o montante líquido das variações cambiais originárias dos itens não-monetários, cujo valor justo é ajustado com contrapartida em patrimônio líquido e das que ocorrem quando a conversão dos saldos de euros das entidades consolidadas, cuja moeda funcional é diferente de euro (ver Nota 2.a).

A variação no exercício social 2013 e 2012 reflete o efeito gerado pela depreciação dos tipos de mudança, principalmente do real. A variação no exercício de 2011 reflete o efeito gerado pela valorização ou depreciação dos taxas de câmbio, principalmente de libra esterlina e o real.

Variação do saldo em nestes exercícios, uma perda de 1.665 milhões de euros (5.424 milhões de reais), 388 milhões de euros (1.049 milhões de reais) e 771 milhões de euros (1.863 milhões de reais) no exercício social 2013, 2012 e 2011, respectivamente, corresponde à valorização do ágio.

A detalhamento do saldo líquido de ambos os títulos por países é demonstrado abaixo:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Saldo no final do ano	(10.642)	(5.970)	(3.208)
Dos quais:			
Por meio da consolidação			
Filiais:	(10.642)	(5.970)	(3.208)
<i>Grupo Brasil</i>	(5.480)	(2.627)	713
<i>Grupo Santander UK</i>	(2.364)	(2.096)	(2.405)
<i>Grupo México</i>	(1.171)	(900)	(1.217)
<i>Grupo Argentina</i>	(618)	(287)	(141)
<i>Grupo Chile</i>	(453)	(80)	23
<i>Grupo SHUSA</i>	(352)	(50)	27
<i>Resto</i>	(204)	70	(208)

d) Entidades avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

Inclui os montantes das correções de valor registados no patrimônio líquido de entidades controladas em conjunto e coligadas.

O movimento do saldo da rubrica ocorre conforme:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Saldo no início do ano	(152)	(95)	-
Lucros (perdas) por valorização	(283)	(61)	(38)
Valores líquidos transferidos para resultados	23	21	-
Transferências	(34)	(17)	(57)
Saldo no final do ano	(446)	(152)	(95)
Dos quais:			
<i>Metrovacesa, S.A.</i>	(63)	(55)	(34)
<i>Zurich Santander Insurance América, S.L.</i>	(90)	49	(14)
<i>Santander Consumer USA Inc.</i>	(145)	(92)	-

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Saldo no início do ano	(410)	(230)	-
Lucros (perdas) por valorização	(807)	(153)	(88)
Valores líquidos transferidos para resultados	66	53	-
Transferências	(97)	(43)	(132)
Variações cambiais	(205)	(37)	(10)
Saldo no final do ano	(1.453)	(410)	(230)
Dos quais:			
<i>Metrovacesa, S.A.</i>	<i>(205)</i>	<i>(149)</i>	<i>(82)</i>
<i>Zurich Santander Insurance América, S.L.</i>	<i>(293)</i>	<i>132</i>	<i>(34)</i>
<i>Santander Consumer USA Inc.</i>	<i>(472)</i>	<i>(249)</i>	-

e) Outros ajustes de avaliação

O saldo da rubrica de Outros ajustes por avaliação - resto de ajustes de avaliação coleta os resultados atuariais e o desempenho dos ativos do plano, desconsiderando os custos da administração e impostos do próprio plano, custos e quaisquer alterações nos efeitos do limite de ativos, excluindo montantes incluídos em juros líquidos no benefício definido líquido do passivo (ativo).

Sua variação é dada na demonstração de resultados. As variações mais significativas durante o exercício 2013 são:

- Redução de 707 milhões de euros (2.303 milhões de reais) em perdas atuariais acumuladas nas empresas do Grupo no Brasil, principalmente devido à evolução experimentada pelas principais premissas atuariais - aumento da taxa de desconto de 8,70% para 11,24%.
- Aumento de 697 milhões de euros (2.271 milhões de reais) em perdas atuariais acumuladas relativos aos negócios do Grupo no Reino Unido, principalmente devido à evolução experimentada pelas principais premissas atuariais - CPI de 2,85% a 3,40% aumentar e diminuir na taxa de desconto de 4,5% para 4,45%.
- Variações em consequência da evolução das taxas de câmbio, principalmente no Brasil (desvalorização do real brasileiro).

30. Capital Próprio

O item Capital Próprio inclui os montantes do capital correspondentes às contribuições feitas pelos acionistas, ganhos reconhecidos através da conta consolidada de resultados; e componentes de instrumentos financeiros compostos que têm caráter de patrimônio permanente. Dos importes procedentes de entidades controladas surgem as posições que correspondem de acordo com sua natureza.

O movimento do patrimônio é demonstrado na instrução total de alterações no patrimônio líquido. Além disso, as seções a seguir mostram informações relevantes sobre determinados itens de fundos próprios e seu movimento durante o exercício.

31. Capital

a) Movimento

O número de ações e o valor nominal do capital social em 31 de dezembro de 2010 ascendeu a 8.329.122.098 ações e 4.164,5 milhões de euros (9.236 milhões de reais), respectivamente.

Em 1 de fevereiro de 2011 foi realizado um aumento de capital por meio do qual se baseia o programa "Santander Dividendo Elección" (ver Nota 4) mediante da emissão de 111.152.906 ações (1,33% do capital social), correspondentes aos direitos de atribuição gratuita na proporção de 1 nova por 65 antigas, para um total de 55,5 milhões de euros (127 milhões de reais).

Por outro lado, após a conclusão do período de 3 de outubro de 2011 de conversão voluntária para ações Valores Santander e em conformidade com os termos estabelecidos na brochura, em 7 de outubro de 2011 1.223.457 novas ações foram publicadas para tal troca.

A 2 de novembro 2011 foi realizado um aumento de capital que viabilizou o programa Santander Dividendo Elección, através da emissão de 125.742.571 ações (1,49% do capital), correspondendo a um aumento de capital de 62,8 milhões de euros (153 milhões de reais).

Finalmente, em 30 de dezembro de 2011 foram publicadas 341.802.171 novas ações (3,837% do capital), com valor nominal de 171 milhões de euros (413 milhões de reais) e o prêmio de emissão de 1.773 milhões de euros (4.282 milhões de reais) no âmbito da oferta de recompra, dirigida aos titulares da série X ações preferenciais emitidas pela Santander Finance Capital que, simultaneamente à sua aceitação, procuraram irrevogavelmente subscrever novas ações do Banco pelo montante recebido em recompra.

A 31 de dezembro de 2011, o capital social do Banco foi representado por 8.909.043.203 ações, com um nominal 4.454,5 milhões de euros (9.930 milhões de reais).

Com datas 31 de janeiro de 2012 e 2 de Maio de 2012 foram efetuados dois aumentos de capital, instrumentando o programa o programa Santander Dividendo Elección, através da emissão de 167.810.197 e 284.326.000 ações (1,85% e 3,04% do capital social respectivamente), correspondente a um aumento de capital lançado de 83,9 e 142,2 milhões de euros (192 e 354 milhões de reais), respectivamente.

Assembleia Geral Ordinária de acionistas, de 30 de março de 2012 concordou em conceder aos titulares de Valores Santander (ver Nota 34.a) a opção de aplicar para a conversão voluntária dos seus valores em quatro ocasiões antes de 4 de outubro de 2012, conversão de data exigido deles. Em consequência do exercício desta opção e a conversão obrigatória, datada de junho, 7 de junho, 5 de julho, 7 de agosto, 6 de setembro e 9 de outubro de 2012 foram publicadas ações 73.927.779, 193.095.393, 37.833.193, 14.333.873 e 200.311.513, respectivamente, correspondendo a um aumento de capital de 37, 97, 19, 7 e 100 milhões de euros (82, 214, 42, 16 e 222 milhões de reais).

Além disso, nas datas 31 de julho de 2012 e 2 de novembro de 2012 foram realizados aumento de capital, o qual viabilizou o programa Santander Dividendo Elección, mediante a emissão de 218.391.102 e 222.107.497 ações (2,22% e 2,15% do capital social, respectivamente), correspondente a um aumento de capital lançado de 109,2 e 111,1 milhões de euros (274 e 304 milhões de reais) respectivamente.

A 31 de dezembro de 2012, o capital social do Banco era representado por 10.321.179.750 ações, com um nominal de 5.161 milhões de euros (11.632 milhões de reais).

Com datas 30 de janeiro de 2013, 30 de abril de 2013, 31 de julho de 2013 e 31 de outubro de 2013, 3 foram realizados os correspondentes aumentos de capital, por meio do qual foi viabilizado o programa Santander Dividendo Elección, mediante a emissão de 217.503.395, 270.917.436, 282.509.392 e 241.310.515 ações (2,06%, 2,51%, 2,55% e 2,13% capital social, respectivamente), correspondente a um aumento de capital lançado de 108,8, 135,5, 141,3 e 120,7 milhões de euros (292, 355, 428 e 362 milhões de reais), respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social do Banco era representado por 11.333.420.488 ações, com um montante nominal de 5.667 milhões de euros (13.069 milhões de reais).

Ações de bancos são negociadas no mercado contínuo das bolsas de valores espanholas, bem como nos mercados de Nova York, Londres, Milão, Lisboa, Buenos Aires e México e possuem as mesmas características e direitos. Em 31 de dezembro de 2013, os únicos titulares que figuravam nos registros de acionistas do Banco com mais de 3% eram State Street Bank & Trust, 9,33%; Chase Nominees Limited, 7,05%; O Bank of New York Mellon, da 5,35%; EC Nominees Ltd., 4,57% Clearstream Banking, 3,49%; e Guaranty Nominees, 3,29%.

No entanto, o Banco entende que estas participações são levadas sob custódia em nome de terceiros, sem que qualquer um destes tenha, como consta no o Banco, uma participação superior a 3% no capital ou nos direitos de voto do Banco.

b) Outras considerações

O capital adicional autorizado pela Assembleia Geral Ordinária de acionistas, de 22 de março de 2013 é 2.635 milhões de euros (8.584 milhões de reais). O prazo disponível para os administradores do Banco para executar e realizar aumentos de capital até o referido limite termina em 22 de março de 2016. O acordo concede ao Conselho o poder de excluir total ou parcialmente o direito de subscrição preferencial, nos termos do artigo 506 do Ley de Sociedades de Capital, embora essa capacidade é limitada a 1.054 milhões de euros (3.434 milhões de reais).

A Assembleia Geral Ordinária de acionistas, de 22 de março de 2013 também concordou em expandir o capital do Banco por um valor nominal de 500 milhões de euros (1.629 milhões de reais), delegando ao Conselho os mais amplos poderes para que, no prazo de um ano a contar da data de tal reunião, possa designar a data e definir as condições para tal aumento de capital do Banco. Se dentro do tempo designado pela diretoria para a execução do presente acordo, o Conselho não exercite tais poderes que a ele são delegados, eles ficarão sem efeito.

Além disso, a assembleia acima mencionada concordou em delegar ao Conselho a autoridade para emitir valores de renda fixa conversíveis e/ou permutáveis em ações do Banco, perfazendo um total máximo de emissão de 10.000 milhões de euros (32.566 milhões de reais) ou seu equivalente em outra moeda. O prazo disponível para os administradores do Banco executarem este acordo é 22 de março do ano 2018.

Em 31 de dezembro de 2013 eram cotadas em mercados oficiais de bolsa de valores as ações do Banco Santander Rio S.A.; Grupo Financiero Santander México, S.A.B. de C.V.; Banco Santander-Chile; Cartera Mobiliaria, S.A., SICAV; Santander Chile Holding S.A.; Banco Santander (Brasil) S.A. e Bank Zachodni WBK S.A..

A 31 de dezembro de 2013, o número de ações do Banco em propriedade de terceiros administrado pelas sociedades de gestão (portfólio, fundos de pensão e instituições de investimento coletivo, principalmente) do Grupo e gerenciado em conjunto equivale a 54 milhões de ações, representativas de 0,48% do capital social do Banco. Além disso, o número de ações do em propriedade de terceiros aceitos em garantia aumentou em a 227,2 milhões de ações (equivalentes a 2% do capital social do Banco).

Em 31 de dezembro de 2013, os aumentos de capital em curso nas empresas do Grupo e o capital adicional aprovado por sua Assembléia Geral de acionistas não eram significativas no contexto do Grupo (ver anexo V).

32. Prêmio de Emissão

Inclui o valor pago pelos acionistas do Banco acima do nominal nas emissões de capital.

A *Ley de Sociedades de Capital* permite o uso do saldo do prêmio de emissão para expandir o capital das entidades em que está registrado e não estabelece nenhuma restrição específica em termos da disponibilidade de tais saldos.

O aumento no saldo do Prêmio de emissão longo dos anos 2012 e 2011 corresponde excedentes detalhadas na Nota 31.a. Durante o exercício de 2013 o prêmio de participação foi reduzido em 506 milhões de euros (1.438 milhões de reais) para lidar com os aumentos de capital, como O aumento no saldo do Prêmio de emissão longo dos anos . Além disso, durante os anos fiscais 2013, 2012 e 2011 foram 102, 141 e 24 milhões de euros (315, 382 e 58 milhões de reais), respectivamente, de Prêmio de emissão para Reserva legal (Nota 33.b.i).

33. Reservas

a) Definição

O saldo de Reservas - Reservas (prejuizos) acumuladas inclui o montante líquido dos resultados acumulados (resultados) reconhecido nos exercícios anteriores através da conta de resultados as quais, na distribuição de lucro, se destinaram ao patrimônio líquido, eles foram para o patrimônio líquido, bem como os custos das emissões de instrumentos de capital e as diferenças entre o preço de venda e os preços de aquisição.

O saldo de Reservas - Reservas (perdas) de entidades avaliadas pelo método de equivalência patrimonial inclui o montante líquido dos resultados acumulados em exercícios anteriores, gerados por entidades avaliadas usando o método de equivalência patrimonial, reconhecido através da conta consolidada de resultados.

b) Composição

A composição do saldo de ambas as rubricas mostrado abaixo:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Reservas acumuladas:			
Reservas restritas-			
Legais	1.134	1.032	857
Para ações próprias	1.509	1.549	821
Reavaliação Decreto Lei 7/1996	43	43	43
Reserva a capital amortizado	11	11	11
Reservas voluntárias	3.220	125	1.246
Reservas de consolidação atribuído ao Banco	7.968	8.551	7.107
Reservas de controladas	23.973	25.587	22.836
	37.858	36.898	32.921
Reservas de entidades avaliadas usando o método de equivalência patrimonial:			
Entidades coligadas	263	255	59
	38.121	37.153	32.980

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Reservas acumuladas:			
Reservas restritas-			
Legais	2.615	2.300	1.905
Para ações próprias	4.914	4.187	1.984
Reavaliação Decreto Lei 7/1996	95	95	95
Reserva a capital amortizado	24	24	24
Reservas voluntárias	8.786	277	2.763
Reservas de consolidação atribuído ao Banco	17.659	19.117	15.762
Reservas de controladas	60.011	65.763	59.725
	94.104	91.763	82.258
Reservas de entidades avaliadas usando o método de equivalência patrimonial:			
Entidades coligadas	655	628	131
	94.759	92.391	82.389

i. Reserva legal

De acordo com o texto revisto da Lei das Sociedades Anônimas, bancos espanhóis que obtêm dos benefícios fiscais devem fornecer 10% do lucro líquido do exercício para a reserva legal. Estas dotações devem ser feitas até que a reserva atinja 20% do capital social. A reserva legal pode ser usada para aumentar o capital, a parte de seu saldo que exceda 10% do capital social já aumento.

Durante o exercício de 2013 banco destinou 102 milhões de euros (315 milhões de reais) em compartilharmos a reserva legal de Prêmio de emissão. Durante o exercício de 2012 o Banco alocados 141 e 34 milhões de euros (382 e 79 milhões de reais) de prêmio de emissão e distribuição dos lucros para o ano de 2011, respectivamente, para reserva legal. Durante o exercício 2011 banco destinou 24 milhões de euros (58 milhões de reais) de prêmio de emissão para Reserva legal.

Desta forma, uma vez realizados os aumentos de capital descritos na Nota 31, o montante da reserva legal atingiu mais de 20% do capital, deixando a Reserva completamente constituída em 31 de dezembro de 2013.

ii. Reservas para ações próprias

De acordo com o texto revisto da *Ley de Sociedades de Capital*, formou-se uma reserva indisponível igual ao valor pela qual são contabilizados as ações do Banco de propriedade de subsidiárias. Esta reserva estará livremente disponível quando desaparecem as circunstâncias que levaram à sua constituição. Além disso, a reserva abrange o saldo dos empréstimos concedidos pelo Grupo com ações da garantia bancária bem como o montante equivalente a empréstimos concedidos pelas empresas do Grupo a terceiros para a aquisição de ações próprias.

iii. O Real Decreto-Ley 7/1996, de reserva de reavaliação de junho 7

Essa reserva pode se destinar, líquido de impostos, a aumentar o capital social. A partir de 1 de Janeiro do ano de 2007, o saldo remanescente pode ser alocado para reservas de lucros, desde que o excedente monetário tenha sido realizado. Valor excedente deve ser feito na parte correspondente à amortização contábil ou quando os itens patrimoniais atualizados tenham sido transferidos ou baixados dos livros de contabilidade.

Se o saldo desta conta está disponível de forma diferente ao que previsto no Real Decreto-Ley, o saldo estaria sujeito a tributação.

iv. Reservas em subsidiárias e controladas

O detalhamento pelas sociedades de tal saldo, atendendo contribuição das mesmas ao Grupo (considerando o efeito dos ajustes de consolidação), é mostrado abaixo:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Banco Santander (Brasil) S.A. (Grupo consolidado)	6.478	5.237	4.395
Grupo Santander UK	5.428	4.764	4.189
Banesto (*)	-	4.327	4.341
Banco Santander – Chile	2.736	3.072	2.691
Banco Santander (México), S.A. Institución de Banca múltiple, Grupo Financiero Santander	2.573	2.104	2.399
Banco Santander Totta, S.A. (Grupo consolidado)	1.890	1.860	1.985
Grupo Santander Consumer Finance	1.189	1.351	794
Santander Holdings USA	1.084	624	122
Santander Seguros e Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	515	387	432
Banco Banif, S.A. (*)	-	349	307
Banco Santander Río, S.A.	395	61	(77)
Banco Santander International	348	288	245
Cartera Mobiliaria S.A., SICAV	339	329	334
Banco Santander (Suisse), S.A	242	333	84
Santander Investment, S.A.	222	219	247
Bank Zachodni WBK, S.A.	175	62	-
Varição cambiais, consolidação e outras empresas (**)	359	220	348
	23.973	25.587	22.836
<i>Isso, restrito</i>	<i>2.062</i>	<i>2.241</i>	<i>1.815</i>

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Banco Santander (Brasil) S.A. (Grupo consolidado)	15.800	13.011	11.163
Grupo Santander UK	13.750	12.258	10.996
Banesto (*)	-	11.722	11.753
Banco Santander – Chile	6.947	7.702	6.866
Banco Santander (México), S.A. Institución de Banca múltiple, Grupo Financiero Santander	6.689	5.635	6.283
Banco Santander Totta, S.A. (Grupo consolidado)	5.184	5.117	5.391
Grupo Santander Consumer Finance	3.025	3.389	2.166
Santander Holdings USA	2.379	1.345	243
Santander Seguros e Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	1.311	1.023	1.122
Banco Banif, S.A. (*)	-	911	819
Banco Santander Río, S.A.	761	11	(292)
Banco Santander International	876	741	646
Cartera Mobiliária S.A., SICAV	923	901	912
Banco Santander (Suisse), S.A.	549	754	207
Santander Investment, S.A.	602	595	657
Bank Zachodni WBK, S.A.	390	136	-
Varição cambiais, consolidação e outras empresas (**)	826	512	793
	60.012	65.763	59.725
<i>Isso, restrito</i>	<i>4.709</i>	<i>5.118</i>	<i>4.052</i>

(*) As reservas dessas entidades são registadas em 31 de dezembro de 2013, como reservas voluntárias e como reservas de consolidação atribuídas ao Banco, derivado da fusão por absorção de ambas as entidades, pelo Banco (ver Nota 3).

(**) Inclui o registro das diferenças cambiais acumuladas na transição para as normas internacionais de informações financeiras.

34. Outros instrumentos de capital e valores próprios

a) Outros instrumentos de capital

Inclui o montante correspondente a instrumentos financeiros compostos com natureza de patrimônio líquido, para aumentar a remuneração para o pessoal, e outros conceitos não registrados em outros itens de fundos próprios.

A 31 de dezembro de 2011 a maior parte do saldo de outros instrumentos de capital correspondia ao Santander valores descritos abaixo:

Valores Santander

Santander Emissora 150, S.A. Unipersonal, emitiu em 2007, a fim de financiar parcialmente a oferta pública de aquisição para o ABN AMRO, 7.000 milhões de euros (17.828 milhões de reais) em títulos necessariamente conversíveis em novas ações ordinárias do Banco (Valores Santander). Estes valores poderiam voluntariamente ser trocadas por ações do Banco em 4 de outubro de 2008, 2009, 2010 e 2011 e seria obrigatória em 4 de outubro de 2012.

O preço de referência das ações do Banco para fins de conversão foi estabelecido em 16,04 euros (40,85 reais) por ação, sendo a taxa de conversão de obrigações - ou seja, o número de ações do Banco que corresponde a cada valor de Santander para efeitos de conversão - 311,76 ações para cada valor de Santander. Sua taxa de juros nominal ascendeu a 7,30% - outubro 4, 2008 e a Euribor mais 2,75% desde então e até seu resgate por ações.

Logo após a emissão o Banco Santander S.A. concordou em várias ocasiões, como previsto no prospecto da emissão, modificar a taxa de conversão de tais títulos. A última dessas reavaliações foi realizada à vista do último aumento de capital que ocorreu em 30 de julho de 2012, que o Santander Dividendo Eleccion estabeleceu o novo preço de referência das ações do Banco Santander, para fins de conversão em 12,96 euros por ação. Como resultado, a nova relação de conversão aplicável para o Santander valoriza era 385.802 ações do Banco Santander para cada Valor Santander, resultante da divisão do valor nominal de cada valorizam de Santander (5.000 euros) (16.288 reais) pelo preço de referência acima (12,96 euros) (32,18 reais).

A Assembléia Geral Ordinária de Acionistas, de 30 de março de 2012 concordou em conceder aos titulares de valores mobiliários Santander a opção de aplicar a conversão voluntária dos seus títulos em quatro ocasiões antes de 4 de outubro de 2012, data de conversão determinada para eles. Em particular, os titulares de valores Santander se desejarem podem solicitar sua conversão durante os quinze dias antes de cada um dos dias 4 dias de junho, julho, agosto e setembro de 2012. Como resultado dessa opção em 7 de junho, 5 de julho, 7 de agosto, 6 de setembro e 9 de outubro de 2012 195.923, 511.769, 98.092, 37.160 e 519.300 Valores Santander foi voluntariamente convertido em ações do Banco. A conversão resultou na redução do saldo da rubrica capital outro instrumentos em 6.811 milhões de euros (15.103 milhões de reais) e o aumento da rubricas Capital e Prêmio de emissão em 260 e 6.551 milhões de euros (566 e 14.527 milhões de reais), respectivamente.

Durante 2012 y 2011 foram pagos, com débito em reservas, 226 y 268 milhões de euros (544 e 620 milhões de reais) correspondente aos juros de Valores Santander. Estes juros são exibidos nas Demonstrações de mutações no patrimônio líquido na linha de "Outros aumentos (reduções) no patrimônio líquido.

Acordo com a Qatar Holding

Em outubro de 2010, os investidores do emirado do Qatar subscreveram e desembolsaram uma transmissão feita pelo Banco Santander, S.A. de obrigações passíveis de troca obrigatória por ações do Banco Santander (Brasil) S.A.. A quantidade de emissão alcançou 2.819 milhões de dólares americanos, dos qual Qatar Holding subscreveu 2.719 milhões de dólares americanos. As obrigações terminam em 29 de outubro de 2013, a data em que eles são convertidos automaticamente por ações do Banco Santander (Brasil) S.A. equivalente a 5% do seu capital à data da emissão. O preço de troca é de 23,75 reais por ação (*domestic unit*) e títulos pagam um cupom anual de 6,75% em dólares americanos.

Na data de emissão, o Grupo registrou 366 milhões de euros (865 milhões de reais), correspondente ao valor presente dos juros a pagar, sob os débitos da rubrica representados por títulos Outros passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado e o montante restante (1.668 milhões de euros) (3.699 milhões de reais) na rubrica outros instrumentos de capital- Instrumentos financeiros patrimônio líquido.

Nos meses de janeiro e março de 2012, o Grupo transmitiu ações por 4,41% e 0,77% do Banco Santander (Brasil) S.A. para duas instituições financeiras de primeira ordem, que fizeram o compromisso de entregar tais ações para os titulares das obrigações permutáveis em ações do Banco Santander (Brasil) S.A., publicado pelo Banco Santander S.A. em outubro de 2010, com vencimento em conformidade com estas. Como resultado dessas transações, saldos das rubricas Outros instrumentos de capital e de Ajustes de avaliação foram reduzidas por 1.668 e 26 milhões de euros (3.699 e 61 milhões de reais), respectivamente e das rubricas de Reservas e Participações minoritárias aumentaram em 162 e 1.532 milhões de euros (359 e 3.398 milhões de reais), respectivamente, não gerando, portanto, qualquer impacto no patrimônio líquido. Em 7 de novembro de 2013 houve a entrega das ações acima mencionadas.

b) Valores próprios

O saldo da rubrica Valores próprios inclui a quantidade de instrumentos de capital próprio, em poder de todas as entidades do Grupo.

Negócios realizados com instrumentos de capital próprio, incluindo a sua emissão e amortização, registram-se diretamente contra o património líquido, sem que pode ser reconhecido qualquer resultados por eles. Além disso, os custos de qualquer operação efetuada sobre os instrumentos de capital próprio são subtraídos diretamente do património líquido, após descontar qualquer efeito imposto relacionado.

Em 21 de outubro de 2013 o Conselho de Administração do Banco modificou a regulamentação da política de auto-carreira, a fim de levar em consideração os critérios recomendados pela CNMV, estabelecendo limites à média diária de contratação de compras e limites temporais. Além disso, é fixado um preço por ação máximo para as ordens de compra e um preço por ação mínimo para as ordens de venda.

Todas as ações do Banco de propriedade de empresas consolidadas chegam a 0,013% do capital social publicado em 31 de dezembro de 2013 (0,474% em 31 de dezembro de 2012 e 2011).

O preço médio das ações do Banco no ano 2013 foi de 5,74 euros (16,37 reais) por ação e o preço médio de venda das ações do Banco neste exercício foi de 5,75 euros (16,40 reais) por ação.

O efeito patrimonial líquido de imposto, gerado por transações de compra e venda com quantidades de ações emitidas pelo Banco corresponde a uma redução de 28 milhões de euros (80 milhões de reais) líquido de impostos; redução de 85 milhões de euros (213 milhões de reais) de aumento em 2012 e redução de 31 milhões de euros (72 milhões de reais) em 2011, respectivamente.

35. Elementos extrapatrimoniais

Os valores registrados em contas extrapatrimoniais incluem os saldos representativos de direitos, obrigações e outras situações jurídicas que no futuro poderiam repercussões patrimoniais, bem como os demais saldos necessários para refletir todas as operações executadas pelas entidades consolidadas, ainda que não comprometam seu património.

a) **Riscos contingentes**

Inclui as operações pelas quais uma entidade garante a obrigações de terceiros, resultantes de garantias financeiras concedidas pela entidade ou por outros tipos de contratos. Sua composição é exibida abaixo:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Garantias financeiras-	13.479	14.437	15.417
<i>Garantias financeiras</i>	<i>12.186</i>	<i>13.706</i>	<i>14.697</i>
<i>Garantias duvidosas</i>	<i>1.293</i>	<i>731</i>	<i>720</i>
Créditos documentados como irrevogáveis	2.430	2.866	2.978
Outras garantias-	24.690	27.285	29.093
<i>Garantias técnicas</i>	<i>24.496</i>	<i>27.089</i>	<i>28.937</i>
<i>Promessas de endosso</i>	<i>194</i>	<i>196</i>	<i>156</i>
Outros riscos contingentes-	450	445	554
<i>Obrigações de ativos de terceiros</i>	<i>128</i>	<i>108</i>	<i>108</i>
<i>Outros riscos contingentes</i>	<i>322</i>	<i>337</i>	<i>446</i>
	41.049	45.033	48.042

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Garantias financeiras-	43.909	39.032	37.246
<i>Garantias financeiras</i>	<i>39.697</i>	<i>37.056</i>	<i>35.507</i>
<i>Garantias duvidosas</i>	<i>4.212</i>	<i>1.976</i>	<i>1.739</i>
Créditos documentados como irrevogáveis-	7.916	7.749	7.195
Outras garantias	80.430	73.767	70.286
<i>Garantias técnicas</i>	<i>79.798</i>	<i>73.237</i>	<i>69.909</i>
<i>Promessas de endosso</i>	<i>632</i>	<i>530</i>	<i>377</i>
Outros riscos contingentes-	1.466	1.203	1.338
<i>Obrigações de ativos de terceiros</i>	<i>417</i>	<i>292</i>	<i>261</i>
<i>Outros riscos contingentes</i>	<i>1.049</i>	<i>911</i>	<i>1.077</i>
	133.721	121.751	116.065

Uma parcela significativa desses montantes vai atingir a maturidade sem se materializar qualquer obrigação de pagamento para as empresas consolidadas, por que o saldo conjunto destes compromissos não pode ser considerado como uma efetiva necessidade futura de financiamento ou de liquidez a conceder a terceiros pelo Grupo.

Os rendimentos obtidos de instrumentos de garantia são registrados no item Comissões consideradas nas demonstrações consolidadas de resultados e são calculados pela aplicação da taxa estabelecida no contrato referente ao montante nominal da garantia.

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo tinha provisões constituídas para cobrir os riscos contingentes totalizando 693 milhões de euros (2.258 milhões de reais) (617 e 659 milhões de euros (1.668 e 1.592 milhões de reais) em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente) (ver Nota 25).

i. Garantias financeiras

Inclui os contratos de garantia financeira, como avais financeiros, derivativos de crédito vendidos, riscos por derivativos contratados em nome de terceiros e outros.

ii. Outras garantias e cauções

Inclui as garantias que são diferentes daquelas classificadas como financeiras tais como garantias técnicas, importação ou exportação de bens e serviços, promessas de aval irrevogáveis, cartas de garantia, na medida em que podem ser aplicáveis em lei e a fianças de qualquer tipo.

iii. Outros riscos contingentes

Inclui o montante de qualquer risco contingente não compreendido em outras partidas.

b) Compromissos contingentes

Inclui os compromissos irrevogáveis que poderiam levar ao reconhecimento de ativos financeiros. Sua composição é demonstrada a seguir:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Disponível para terceiros	154.314	187.664	181.559
Compromissos de compra a prazo de ativos financeiros	82	891	307
Contratos convencionais de aquisição de ativos financeiros	8.222	15.040	2.324
Títulos subscritos pendentes de desembolso	12	15	20
Colocação e subscrição de títulos	6	5	5
Documentos apresentados para a câmara de compensação	9.901	12.132	10.925
Outros compromissos contingentes	260	295	242
	172.797	216.042	195.382

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Disponível para terceiros	502.693	507.368	438.628
Compromissos de compra a prazo de ativos financeiros	267	2.409	742
Contratos convencionais de aquisição de ativos financeiros	26.784	40.662	5.614
Títulos subscritos pendentes de desembolso	39	41	48
Colocação e subscrição de títulos	20	13	12
Documentos apresentados para a câmara de compensação	32.254	32.800	26.394
Outros compromissos contingentes	847	798	585
	562.904	584.091	472.023

c) Recursos gerenciados fora do balanço

Detalhe dos recursos fora do balanço, geridos pelo Grupo por entidades controladas em conjunto, são demonstrados abaixo:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Fundos de investimento	93.304	89.176	102.611
Fundos de pensões	10.879	10.076	9.645
Patrimônios administrados	20.987	18.889	19.200
	125.170	118.141	131.456

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Fundos de investimento	303.947	241.096	247.898
Fundos de pensões	35.439	27.241	23.301
Patrimônios administrados	68.367	51.068	46.385
	407.753	319.405	317.584

d) Valores de terceiros em depósito

Em 31 de dezembro de 2013 o Grupo tinha títulos da dívida e instrumentos de capital depositados por terceiros no montante de 853.509 milhões de euros (2.780.391 milhões de reais) (725.609 e 768.917 milhões de euros (1.961.756 e 1.857.627 milhões de reais) em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente).

36. Derivativos - valores notionais e de mercado de Instrumentos Financeiros Derivativos e Derivativos de Hedge

Abaixo está o detalhamento dos valores notionais ou contratuais e de mercado de derivativos de hedge mantidos pelo Grupo:

	Milhões de euros					
	2013		2012		2011	
	Valor notional	Valor de Mercado	Valor notional	Valor de mercado	Valor notional	Valor de mercado
Negociação:						
Risco de juros-						
Acordos relativos às taxas de juros futuros	120.773	(2)	324.031	(7)	205.780	(13)
Em swaps de taxa de juros	2.454.752	1.190	2.114.198	2.942	2.344.783	366
Opções e futuros	605.532	(1.157)	655.091	(487)	782.874	(171)
Risco de crédito-						
Credit Default Swaps	79.822	49	90.119	18	107.026	(60)
Risco de taxa de câmbio-						
Compra e venda de moeda estrangeira	186.207	1.935	187.976	278	232.619	(122)
Opções sobre divisas	45.196	200	49.442	(18)	50.376	32
Swaps de moeda	255.731	(1.001)	277.392	(436)	226.042	(157)
Derivativos sobre valores e mercadorias e outros	95.634	(1.202)	149.737	(1.714)	187.497	(460)
	3.843.647	12	3.847.986	576	4.136.997	(585)
Hedge:						
Risco de juros-						
Em swaps de taxa de juros	219.103	1.456	195.416	2.154	179.010	2.546
Opções e futuros	2.144	12	8.006	19	2.169	34
Risco de crédito-						
Credit Default Swaps	760	(14)	833	(7)	1.405	50
Risco de taxa de câmbio-						
Compra e venda de moeda estrangeira	24.161	630	24.758	(278)	3.351	(8)
Opções sobre divisas	3.883	409	24.740	(34)	37.724	(9)
Swaps de moeda	38.760	525	38.895	(399)	21.931	981
Derivativos sobre títulos e mercadorias e outros	258	-	278	37	443	(140)
	289.069	3.018	292.926	1.492	246.033	3.454

	Milhões de reais					
	2013		2012		2011	
	Valor notional	Valor de Mercado	Valor notional	Valor de mercado	Valor notional	Valor de mercado
Negociação:						
Risco de juros-						
Acordos relativos às taxas de juros futuros	393.430	(7)	876.050	(19)	497.144	(31)
Em swaps de taxa de juros	7.996.600	3.877	5.715.946	7.954	5.664.761	884
Opções e futuros	1.972.581	(3.769)	1.771.104	(1.317)	1.891.345	(413)
Risco de crédito-						
Credit Default Swaps	260.028	160	243.646	49	258.564	(145)
Risco de taxa de câmbio-						
Compra e venda de moeda estrangeira	606.588	6.303	508.212	752	561.984	(295)
Opções sobre divisas	147.230	652	133.671	(49)	121.703	77
Swaps de moeda	833.069	(3.261)	749.957	(1.179)	546.095	(379)
Derivativos sobre valores e mercadorias e outros	311.537	(3.916)	404.829	(4.634)	452.974	(1.111)
	12.521.063	39	10.403.415	1.557	9.994.570	(1.413)
Hedge:						
Risco de juros-						
Em swaps de taxa de juros	713.750	4.743	528.327	5.824	432.470	6.151
Opções e futuros	6.984	39	21.645	51	5.240	82
Risco de crédito-						
Credit Default Swaps	2.476	(46)	2.252	(19)	3.394	121
Risco de taxa de câmbio-						
Compra e venda de moeda estrangeira	78.707	2.052	66.936	(752)	8.096	(19)
Opções sobre divisas	12.649	1.332	66.887	(92)	91.137	(22)
Swaps de moeda	126.265	1.710	105.157	(1.079)	52.983	2.370
Derivativos sobre títulos e mercadorias e outros	840	-	752	100	1.070	(338)
	941.671	9.830	791.956	4.033	594.390	8.345

O valor contratual ou notional de contratos formalizados, listados acima, não supõe o risco real assumido pelo Grupo, visto que a posição líquida em instrumentos financeiros resulta da compensação e/ou combinação destes. Esta posição líquida é utilizada pelo Grupo, basicamente, para o hedge do risco do preço do ativo subjacente, taxa de juros ou câmbio, cujos resultados são incluídos nos resultados de operações financeiras das demonstrações consolidadas de resultados e, onde apropriado, aumentando ou compensando o resultado dos investimentos para o qual foram formalizadas como hedges (ver Nota 11).

Além disso, para uma correta interpretação dos resultados gerados por derivativos de valores e bens no quadro acima, é necessário considerar que correspondem, na maior parte, a emissão de valores mobiliários que recebeu um prêmio que compensa o valor negativo do mercado de opções. Além disso, o valor de mercado é compensado por valores positivos de mercado gerados pelas posições simétricas da carteira de negociação do Grupo.

O Grupo gerencia a exposição ao risco de crédito destes contratos, mantendo acordos de *netting* com as principais contrapartidas e recebendo ativos como garantia de suas posições de risco.

Abaixo são demonstrados os valores notionais e justos dos hedges accounting, de acordo com o tipo de cobertura:

	Milhões de euros					
	2013		2012		2011	
	Valor notional	Valor justo	Valor notional	Valor justo	Valor notional	Valor justo
Hedge de valor justo	229.439	1.257	195.486	1.975	158.096	3.924
Hedges dos fluxos de caixa	55.417	743	56.311	(209)	57.034	(461)
Hedge de investimentos líquidos em negócios no exterior	4.213	1.018	41.129	(274)	30.903	(9)
	289.069	3.018	292.926	1.492	246.033	3.454

	Milhões de reais					
	2013		2012		2011	
	Valor notional	Valor justo	Valor notional	Valor justo	Valor notional	Valor justo
Hedge de valor justo	747.421	4.094	528.516	5.340	381.944	9.480
Hedges dos fluxos de caixa	180.526	2.420	152.243	(565)	137.788	(1.113)
Hedge de investimentos líquidos em negócios no exterior	13.724	3.316	111.197	(742)	74.638	(22)
	941.671	9.830	791.956	4.033	594.390	8.345

A descrição do hedge principal (incluindo os resultados do hedge do instrumento atribuível a título de cobertura de risco coberto), é mostrado a seguir:

Contabilidade de hedge

O Grupo, parte de sua estratégia de gestão de riscos financeiros e para reduzir as assimetrias no tratamento contábil de suas operações, contratos de hedge de derivativos, o risco de juros, taxa de câmbio ou de *equity*, dependendo da natureza do risco coberto.

Com base no seu objetivo, o Grupo classifica os derivativos de hedge nas seguintes categorias:

- Hedges dos fluxos de caixa: cobrir a exposição à variação dos fluxos de caixa associados a um ativo, passivo ou uma transação prevista altamente provável. Assim, taxa de emissão coberto em moeda, as emissões a taxa fixa em moeda não-local, interbancária de financiamento a variável taxa variável ativos taxa (títulos, empréstimos comerciais, hipotecas, etc.).
- Hedges de valor justo: cobrir a exposição à variação no valor atribuível a um risco identificado e coberto, razoável de ativos ou passivos. Assim se cobrem os riscos de fixar taxa de juros de ativos ou passivos (títulos, empréstimos, letras, emissões, depósitos, etc.) com cupons ou taxas fixas de juros, participações em entidades, as emissões em moeda estrangeira e depósitos ou outros passivos.
- Hedges de Investimentos líquidos no exterior: cobre o risco de taxa de câmbio de investimentos em subsidiárias domiciliadas num país fora da zona Euro.

i. Hedges dos fluxos de caixa

O valor justo dos hedges dos fluxos de caixa, líquidos do impacto fiscal, são registado na rubrica de Patrimônio líquido - ajustes de avaliação - hedge dos fluxos de caixa do Grupo. A seguir, são demonstrados os detalhes dos prazos, a partir de 31 de dezembro de 2012, em que quantidades registradas no patrimônio líquido – ajustes de avaliação - hedges dos fluxos de caixa reverterem para os resultados consolidados dos próximos exercícios:

2013	Milhões de euros			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais do que 5 anos	Total
Saldos devedores (perdas)	(116)	(54)	(63)	(233)

2013	Milhões de reais			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais do que 5 anos	Total
Saldos devedores (perdas)	(378)	(177)	(205)	(760)

O saldo líquido registrado como ajuste do valor de patrimônio líquido em 2013, por hedges dos fluxos de caixa equivale a uma redução de 14 milhões de euros (46 milhões de reais).

O saldo líquido transferido do patrimônio líquido para o resultado do exercício 2013 é de 416 milhões de euros (1.186 milhões de reais) e que corresponde ao acréscimo da margem financeira de hedges dos fluxos de caixa.

O impacto sobre o resultado de 2013 devido à ineficácia dos hedges dos fluxos de caixa do Grupo é um excedente líquido de 2 milhões de euros (6 milhões de reais) (ver Nota 44).

ii. Hedges de valor justo

Durante o exercício de 2013 foram registradas perdas financeiras líquidas de 117 milhões de euros (334 milhões de reais) (valor acrescentado de 1.205 milhões de euros (3.436 milhões de reais) do coberto e deficiência de 1.322 milhões de euros (3.670 milhões de reais) de derivativos de hedge) pelo seu valor justo, hedge de operações (ver Nota 44). As principais operações foram realizadas pelo Banco e são descritas abaixo.

A área de gestão financeira do Banco, como entidade controladora do Grupo, possui negociação com derivativos para cobrir o risco do cupom cambial das operações das sociedades de titularização do Grupo, garantidas pelo próprio Banco. Em 31 de dezembro eram mantidos derivativos hedge accounting por uma notional contra-valorizado de 42.101 milhões de euros (137.148 milhões de reais), cujo valor de mercado é uma mais-valia de 1.745 milhões de euros (4.976 milhões de reais) que são compensados nos resultados para o valor das emissões cobertas. O resultado líquido deste hedge é uma perda de 82,3 milhões de euros (235 milhões de reais) milhões de euros.

As principais moedas cobertas pelos hedges de valor justo são: Euro com um notional de 38.273 milhões de euros (124.678 milhões de reais) mais valia em derivativos de 1.785 milhões de euros (5.090 milhões de reais), dólar americano com notional de 1.692 milhões de dólares americanos e mais valia decorrentes de 91 milhões de dólares americanos e libras esterlinas com um notional 1.526 milhões de euros (4.351 milhões de reais) e ganhos de capital derivados de 122 milhões de libras esterlinas.

Além disso, o Banco fecha com cobertura de risco de derivativos de juros sobre o governo e títulos corporativos contabilizados registrados ativos disponíveis para o portfólio de venda. A teórica desses derivativos de 31 de dezembro de 2013 é 3.935 milhões de euros (12.819 milhões de reais) e seu valor de mercado tem uma deficiência de 621 milhões de euros (1.771 milhões de reais), que são compensados pelo resultado da avaliação de títulos por seu risco coberto, dando origem a um líquido positivo de 1,8 milhões de euros (5 milhões de reais).

Finalmente, o Banco tem dois macro hedge de valor justo de sua fusão com a Banesto em 2013. No final do exercício, o notional de derivativos correspondentes é 6.096 milhões de euros (19.858 milhões de reais) e seu valor de mercado pressupõe uma perda de 23,5 milhões de euros (67 milhões de reais). Incluindo a avaliação das partidas cobertas, o resultado líquido é positivo de 5,2 milhões de euros (15 milhões de reais).

iii. Hedge de taxa de câmbio (investimentos líquidos em negócios no exterior)

O Grupo mantém como estratégia financeira cobrir o risco de taxa de câmbio causado por investimentos em países fora da zona euro. Para este efeito, contratam hedges de taxa de câmbio que assume uma posição significativa em euros contra a moeda local do investimento.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor notional destes instrumentos de investimento deveria para ser um total correspondente a 19.507 milhões de euros (63.546 milhões de reais), dos quais 12.928 milhões de euros (42.114 milhões de reais) se referem a *FX swap*, 1.942 milhões de euros (6.326 milhões de reais) para opções de *FX* e 4.638 milhões de euros (15.109 milhões de reais) em vendas de câmbio *spot*.

Por moeda,

- O hedge de real brasileiro inclui opções e *FX swap* de hedge por 8.846 milhões de euros (28.817 milhões de reais) entre. Durante o exercício de 2013 foi aplicado a reservas perdas de 214 milhões de euros (610 milhões de reais) pelas opções já executadas, também o valor das opções de vida, de 31 de dezembro de 2013 assumiu um ganho de capital de 399 milhões de euros (1.300 milhões de reais). Além disso, dentro do hedge de real são coletados *FX swap* de 6.905 milhões de euros (22.494 milhões de reais) com resultado positivo de 720 milhões de euros (2.053 milhões de reais).
- O hedge do peso mexicano inclui *FX swap* por um notional 3.185 milhões de euros (10.375 milhões de reais) e uma desvantagem de 2 milhões de euros (7 milhões de reais).
- O hedge do zloty polonês mantém *FX swap* por um notional 1.651 milhões de euros (5.378 milhões de reais) com um handicap de 40 milhões de euros (130 milhões de reais), 6 milhões de euros (17 milhões de reais) também como resultado positivo para opções em atraso.
- Finalmente, o hedge do peso chileno tem *FX swap* vivo 1.187 milhões de euros (3.867 milhões de reais) com um ganho de capital de 139 milhões de euros (453 milhões de reais).

Além desses hedges, também se realizaram vendas estrangeiras em dinheiro (*Spot FX*) para neutralizar o risco estrutural de *FX*, correspondente às vendas de dólares americanos em dinheiro versus euros de 1.293 milhões de euros (3.687 milhões de reais) que se originou de um lucro de 68 milhões de euros (194 milhões de reais) e vendas em dinheiro de libras esterlinas contra euros, para um total de 3.345 milhões de euros (9.539 milhões de reais) que se originou de um ganho de capital de 214 milhões de euros (697 milhões de reais).

No final de 2012 é mantido este conceito para opções de FX por um correspondente notional a 12.370 milhões de euros (33.444 milhões de reais); dos quais são 10.468 milhões de reais e 1.902 milhões zloty polonês. No ano de 2012 foi aplicado a patrimônio perdas de de 571 milhões de euros (1.544 milhões de reais) causada pela liquidação das opções executadas. No final de dezembro de 2012, o valor de mercado de opções pendente exercício envolve uma perda de valor de 33 milhões de euros (89 milhões de reais). Além das opções de FX, também outros derivativos de hedge tinham sido recrutados para completar o hedge do investimento risco estrutural em moeda FX; Pesos chilenos por um notional 2.327 milhões de euros (6.291 milhões de reais) que gerou um resultado negativo de 360 milhões de euros (900 milhões de reais), de reais para um notional de 2.722 milhões de euros (7.359 milhões de reais) e um resultado negativo de 377 milhões de euros (943 milhões de reais) e pesos mexicanos para um total notional de 4.172 milhões de euros (11.279 milhões de reais) com uma deficiência de 266 milhões de euros (719 milhões de reais).

Finalmente, além destes hedges com derivativos também foram feitas vendas de moeda estrangeira em dinheiro (Spot FX) para neutralizar o risco estrutural de FX. Moeda estrangeira: em dólar americano as vendas eram dinheiro vs 1.805 milhões de euros (4.515 milhões de reais) que se originaram de um lucro de 38 milhões de euros (95 milhões de reais) e em libras esterlinas foram realizadas vendas e vista em um total de 6.377 milhões de euros (15.950 milhões de reais) que resultou em uma perda de 170 milhões de euros (425 milhões de reais).

No final de 2011, eram mantidas por este conceito opções de controle FX para um correspondente nominal a 16.688 milhões de euros (40.317 milhões de reais); que 14.456 milhões de euros (34.924 milhões de reais) correspondem a reais brasileiros, 942 milhões de euros (2.276 milhões de reais) a pesos mexicanos e 1.290 milhões de euros (3.117 milhões de reais) a zlotys poloneses. Durante o ano de 2011, aplicado a patrimônio por perda de 83 milhões de euros (201 milhões de reais) resultantes de liquidação das opções implementadas em 2011. A essa data, o valor de mercado de opções pendente exercício representa uma desvantagem de 71 milhões de euros (172 milhões de reais). Além destas opções de FX, também foram contratados outros derivativos de hedge para completar a estratégia de hedge do risco FX estrutural do investimento nas seguintes moedas: pesos chilenos para um total de notional de 3.515 milhões euros (8.492 milhões de reais), o que gerou um positivo 95 milhões de euros em 2011, libras esterlinas por um notional de 5.604 milhões de euros (13.539 milhões de reais), que resultou em uma perda de 168 milhões de euros (390 milhões de reais) no exercício de 2011 e pesos mexicanos por um notional total swap FX de 2.880 milhões de euros (6.958 milhões de reais) com um ganho de capital de 86 milhões de euros (208 milhões de reais).

Finalmente, durante 2011 além desses hedges com derivativos, o risco de FX estrutural de um valor teórico contábil em dólares americanos foi neutralizado por um hedge direto com a venda à vista (Spot) venda de dólar x euros, perfazendo um total de 2.216 milhões de euros (5.151 milhões de reais) se originou de um déficit de 195 milhões de euros (471 milhões de reais) no exercício financeiro.

De acordo com sua finalidade de hedge do valor contábil das participações em moedas, o conjunto de todos estes resultados (deficiência / excedente) obtidos pelos hedges acima mencionados foram patrimonialmente neutralizados reajustando a avaliação em euros dos investimentos do Grupo em suas entidades.

Enquanto isso, hedges de investimentos líquidos em negócios no exterior não têm gerado resultados por ineficiências no exercício de 2013.

37. Operações descontinuadas

Durante os anos fiscais 2013, 2012 e 2011 não houve descontinuação de operações significativas.

a) Resultados e fluxos de caixa líquidos de operações descontinuadas

Os resultados gerados por operações descontinuadas estão abaixo.

Balancos e contas de resultados de 2011 e 2012 foram re-expressas para apresentar o negócio de cartões do Santander UK, que foi adquirido ao Grupo GE (General Electric) em exercícios anteriores, tais como descontinuidade de operação (ver Nota 1.e):

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Margem de juros	84	232	242
Comissões (net)	22	48	65
Resultado de operações financeiras	-	-	-
Outros resultados operacionais	-	(2)	(3)
Margem bruta	106	278	304
Despesas de pessoal	(7)	(19)	(26)
Outras despesas gerais e administrativas	(23)	(114)	(123)
Amortização	(2)	(6)	(13)
Dotação para provisões (net)	(6)	(6)	(11)
Perda por impairment de ativos financeiros	(6)	(36)	(97)
Ganhos (perdas) em ativos em baixa não classificados como não circulante para venda	(80)	2	(2)
Resultado antes de impostos	(18)	99	32
Imposto de renda	3	(29)	(17)
Resultados das operações descontinuadas	(15)	70	15

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Margem de juros	240	580	562
Comissões (net)	62	120	151
Resultado de operações financeiras	-	-	-
Outros resultados operacionais	-	(5)	(6)
Margem bruta	302	695	707
Despesas de pessoal	(20)	(48)	(60)
Outras despesas gerais e administrativas	(65)	(284)	(286)
Amortização	(6)	(15)	(30)
Dotação para provisões (net)	(17)	(15)	(26)
Perda por impairment de ativos financeiros	(17)	(90)	(225)
Ganhos (perdas) em ativos em baixa não classificados como não circulante para venda	(229)	5	(5)
Resultado antes de impostos	(52)	248	75
Imposto de renda	9	(73)	(40)
Resultados das operações descontinuadas	(43)	175	35

Além disso, a seguir estão indicados os fluxos de caixa líquidos atribuíveis às atividades operacionais, de investimento e de financiamento de operações descontinuadas.

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Caixa e equivalentes no início do ano	-	-	-
Fluxos de caixa das atividades operacionais	2	(3)	13
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	3	(13)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento	-	-	-
Caixa e equivalentes no final do exercício	-	-	-

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Caixa e equivalentes no início do ano	-	-	-
Fluxos de caixa das atividades operacionais	6	(8)	30
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(6)	8	(30)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento	-	-	-
Caixa e equivalentes no final do exercício	-	-	-

b) Lucro por ação de atividades descontinuadas

Lucro por ação de atividades descontinuadas é mostrado abaixo:

	2013	2012	2011
Resultados básicos por ação (euros)	(0,00)	0,01	0,00
Ganhos diluídos por ação (euros)	(0,00)	0,01	0,00

	2013	2012	2011
Resultados básicos por ação (reais)	-	0,03	-
Ganhos diluídos por ação (reais)	-	0,03	-

38. Receita de juros e similares

Este item das demonstrações consolidadas do resultados inclui os juros acumulados durante o exercício por todos os ativos financeiros cujo desempenho, implícito ou explícito, é obtido aplicando o método do tipo de juros efetivo, independentemente de ser mensurado ao seu valor justo, bem como correções de produtos resultantes de heges. Os juros são registados pelo seu valor bruto, sem dedução, no seu caso, retenções de impostos feitas na origem.

A seguir detalhamento da origem dos juros e rendimentos similares mais significativos ganhado nos últimos 3 anos:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Banco de Espanha e de outros Bancos Centrais	2.701	2.693	3.192
Instituições de crédito	766	1.034	1.061
Instrumentos de dívida	6.435	7.093	7.406
Operações de Crédito	40.206	46.127	46.670
Contratos de seguro ligados às pensões (Nota 25)	11	45	86
Outros juros	1.328	1.799	2.203
	51.447	58.791	60.618

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Banco de Espanha e de outros Bancos Centrais	7.703	6.736	7.419
Instituições de crédito	2.184	2.586	2.466
Instrumentos de dívida	18.351	17.741	17.214
Operações de Crédito	114.660	115.372	108.477
Contratos de seguro ligados às pensões (Nota 25)	31	113	200
Outros juros	3.789	4.499	5.121
	146.718	147.047	140.897

A maioria dos juros e rendimentos foi gerada por ativos financeiros do Grupo e são medidos pelo custo amortizado ou pelo seu valor justo com as alterações no património líquido.

39. Despesa de juros e similares

Este item das demonstrações consolidadas do resultado inclui os juros acumulados no exercício por todos os passivos financeiros com rendimento, explícita ou implícita, incluindo aqueles procedentes de remuneração em espécie, obtidos a partir da aplicação do método da taxa efetiva de juros, independentemente de serem mensurados ao seu valor justo, bem como correções de custo resultantes de hedges contábeis, e o custo de juros atribuíveis aos fundos de pensão.

Abaixo o detalhamento da origem dos juros e rendimentos mais significativos acumulados nos últimos 3 anos:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Banco de Espanha e de outros Bancos Centrais	118	522	448
Instituições de crédito	1.852	1.959	2.417
Depósitos de clientes	14.805	16.403	16.818
Débitos representados por títulos	6.880	7.277	6.430
Passivos subordinados (Nota 23)	1.260	1.650	1.940
Fundos de pensões (Nota 25)	363	398	357
Outros juros	234	659	1.614
	25.512	28.868	30.024

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Banco de Espanha e de outros Bancos Centrais	337	1.306	1.041
Instituições de crédito	5.282	4.900	5.618
Depósitos de clientes	42.221	41.027	39.091
Débitos representados por títulos	19.620	18.201	14.946
Passivos subordinados (Nota 23)	3.593	4.127	4.509
Fundos de pensões (Nota 25)	1.035	995	830
Outros juros	668	1.648	3.751
	72.756	72.204	69.786

A maioria dos juros e encargos semelhantes foi gerada pelo passivo financeiro do Grupo é mensurado pelo custo amortizado.

40. Rendimento sobre instrumentos de capital

Inclui dividendos e remuneração dos instrumentos de capital correspondentes aos lucros gerados pelas entidades pertencentes na sequência da aquisição da participação.

O detalhamento do saldo deste item é:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Instrumentos de capital classificados como:			
Ativos financeiros para livre negociação	264	290	268
Ativos financeiros disponíveis para venda	114	133	126
	378	423	394

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Instrumentos de capital classificados como:			
Ativos financeiros para livre negociação	753	725	623
Ativos financeiros disponíveis para venda	325	333	293
	1.078	1.058	916

41. Resultados das entidades avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

Inclui o montante dos lucros ou prejuízos gerados no exercício pelas coligadas e controladas em conjunto, atribuíveis ao Grupo.

O detalhamento do saldo deste item é:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Santander Consumer USA Inc.	322	349	-
Zurich Santander Insurance América, S.L.	138	134	59
Metrovacesa, S.A.	(40)	(100)	-
Outras empresas	80	44	(2)
	500	427	57

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Santander Consumer USA Inc.	918	873	-
Zurich Santander Insurance América, S.L.	394	335	137
Metrovacesa, S.A.	(114)	(250)	-
Outras empresas	228	110	(5)
	1.426	1.068	132

42. Comissões recebidas

Inclui o montante de todas as comissões de prestação de serviços acumuladas no exercício, exceto aqueles que formam parte integral da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros.

O detalhamento do saldo deste item é:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Por serviços de cobranças e pagamento:			
Efeitos	333	336	317
Contas à vista	1.163	1.209	1.028
Cartões	2.890	2.746	2.291
Cheques e outros	165	226	290
Ordens	347	347	432
	4.898	4.864	4.358
Por comercialização de produtos financeiros não bancários:			
Fundos de investimento	1.040	1.074	1.195
Fundos de pensões	163	143	145
Seguro	2.399	2.451	2.462
	3.602	3.668	3.802
Por serviços de valores mobiliários:			
Subscrição e colocação de valores mobiliários	208	204	204
Compra e venda de valores mobiliários	316	323	337
Gestão e custódia	212	214	217
Gestão de ativos	107	103	77
	843	844	835
Outros:			
Câmbio de moedas	243	229	252
Garantias financeiras	476	484	501
Comissões de disponibilidade	329	282	233
Outras comissões	2.082	2.361	2.659
	3.130	3.356	3.645
	12.473	12.732	12.640

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Por serviços de cobranças e pagamento:			
Efeitos	950	840	737
Contas à vista	3.317	3.024	2.389
Cartões	8.242	6.868	5.325
Cheques e outros	471	565	675
Ordens	988	869	1.004
	13.968	12.166	10.130
Por comercialização de produtos financeiros não bancários:			
Fundos de investimento	2.966	2.686	2.778
Fundos de pensões	465	358	337
Seguro	6.841	6.130	5.722
	10.272	9.174	8.837
Por serviços de valores mobiliários:			
Subscrição e colocação de valores mobiliários	593	510	474
Compra e venda de valores mobiliários	901	808	783
Gestão e custódia	605	535	504
Gestão de ativos	305	258	180
	2.404	2.111	1.941
Outros:			
Câmbio de moedas	695	573	586
Garantias financeiras	1.357	1.211	1.165
Comissões de disponibilidade	938	705	542
Outras comissões	5.937	5.905	6.179
	8.927	8.394	8.472
	35.571	31.845	29.380

43. Comissões pagas

Inclui o montante de todas as comissões de prestação de serviços ou a vencidas pagar no exercício, exceto aquelas que formam parte integral da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros.

O detalhamento do saldo deste item é:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Comissões cedidas a terceiros	1.718	1.616	1.404
<i>Dos quais: Cartões</i>	<i>1.279</i>	<i>1.203</i>	<i>990</i>
Operações de corretagem, ativas e passivas	37	36	44
Outras comissões	957	819	784
	2.712	2.471	2.232

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Comissões cedidas a terceiros	4.899	4.042	3.263
<i>Dos quais: Cartões</i>	3.647	3.009	2.301
Operações de corretagem, ativas e passivas	106	90	102
Outras comissões	2.729	2.048	1.823
	7.734	6.180	5.188

44. Resultados de operações financeiras

Inclui o valor dos ajustes para avaliação dos instrumentos financeiros, exceto o atribuível aos juros cobrados na aplicação do método do taxa de juro efetivo e valor dos ajustes de ativos, bem como os resultados obtidos em sua compra e venda.

a) Detalhamento

O detalhamento do saldo deste item, consoante à origem dos itens que compõem o é:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Ativos Financeiros Para Livre Negociação (*)	1.733	1.460	2.113
Outros instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo com as alterações em resultado (*)	(6)	159	21
Instrumentos financeiros não avaliados ao valor justo com alterações em resultados	1.622	1.789	803
Os quais: Ativos financeiros disponíveis para venda	1.490	915	627
<i>Os quais:</i>			
<i>Instrumentos de dívida</i>	1.345	576	328
<i>Instrumentos de capital</i>	145	339	299
<i>De que outras</i>	132	874	176
<i>Pela redenção de recompra das emissões</i>	-	870	144
Derivativos de hedge (Nota 36)	(115)	(79)	(99)
	3.234	3.329	2.838

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Ativos Financeiros Para Livre Negociação (*)	4.942	3.652	4.911
Outros instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo com as alterações em resultado (*)	(17)	398	49
Instrumentos financeiros não avaliados ao valor justo com alterações em resultados	4.626	4.474	1.866
Os quais: Ativos financeiros disponíveis para venda	4.249	2.289	1.457
Os quais:	-	-	-
<i>Instrumentos de dívida</i>	3.836	1.441	762
<i>Instrumentos de capital</i>	413	848	695
<i>De que outras</i>	377	2.185	409
<i>Pela redenção de recompra das emissões</i>	-	2.176	335
Derivativos de hedge (Nota 36)	(328)	(198)	(229)
	9.223	8.326	6.597

(*) Inclui o resultado líquido obtido por operações com valores mobiliários de dívida, derivativos e instrumentos de capital incluíam nesta carteira para gerenciar de forma conjunta do Grupo seu risco em tais instrumentos.

Resultado do resgate e recompra das emissões

Em 15 de novembro de 2011, o Banco Santander, S.A. convidou os detentores de títulos subordinados emitidos por Santander Issuances, S.A. Unipersonal, com valor nominal de aproximadamente 5.499 milhões de euros (13.285 milhões de reais) e há 1.143 milhões de libras esterlinas a possibilidade de trocá-los por novos valores de emissão da dívida não subordinados do Grupo denominados em libras esterlinas e euros. Os titulares de valores mobiliários com um total nominal de 1.256 milhões de euros (3.034 milhões de reais) y 217 milhões de libras esterlinas concordaram com a troca mencionada. Por serem as características dos títulos recebido e entregue substancialmente diferentes, o Grupo cancelou o passivo financeiro original, reconhecendo um novo passivo financeiro para os títulos fornecidos, e creditando a resultados 144 milhões de euros (335 milhões de reais) (100 milhões de euros (232 milhões de reais) líquidos de efeitos fiscais) correspondente à diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro cancelado e o valor justo da retribuição dada.

Durante 2012 Grupo tem realizado diversas operações de troca e recompra de emissões registradas na demonstração de resultados no valor de 870 milhões de euros (2.176 milhões de reais). No mês de julho de 2012, o Grupo ofereceu-se para os titulares de determinados valores mobiliários publicados pelo Santander UK plc a possibilidade de trocá-los por uma nova emissão dos mesmos valores da entidade; no mês de agosto de 2012 Banco Santander, S.A. e Santander Financial Exchanges Limited convidou os titulares das diferentes emissões de Santander Finance Preferred, S.A. Unipersonal, Santander Perpetual, S.A. Unipersonal y Santander Issuances, S.A. Unipersonal, para apresentar uma oferta de venda de seus títulos para compra em dinheiro; Banco Espanhol de Crédito, S.A. ofereceu em fevereiro de 2012 aos titulares a possibilidade de diversas emissões de participações preferenciais, trocando as mesmas por uma nova emissão de bônus simples e em Setembro 2012 Banco Espanhol de Crédito, S.A. ofereceu para detentores de várias emissões a venda de seus títulos para compra em dinheiro.

b) Ativos e passivos avaliados pelo seu valor justo no resultado

O montante dos saldos ativos são mostrados abaixo:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Depósitos em instituições financeiras	18.947	20.115	9.337
Operações de crédito	18.275	23.098	19.804
Instrumentos de dívida	44.716	46.561	55.353
Instrumentos de capital	5.833	6.180	5.209
Instrumentos financeiros derivativos	58.899	110.319	102.498
	146.670	206.273	192.201

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Depósitos em instituições financeiras	54.033	50.311	21.703
Operações de Crédito	52.117	57.772	46.032
Instrumentos de dívida	127.522	116.457	128.660
Instrumentos de capital	16.635	15.457	12.108
Instrumentos financeiros derivativos	191.869	298.258	247.625
	442.176	538.255	456.128

O Grupo atenua e reduz essa exposição por:

- Relativamente aos derivativos, há acordos com uma parte significativa das instituições financeiras e clientes para compensação pelo devedor posição de compensação e liquidação de ativos de garantia como garantia para não remunerado.

Em 31 de dezembro de 2013 a real exposição ao risco dos derivativos de crédito é de 49.994 milhão de euros (162.860 milhões de reais).

- Dentro das partidas de instituições financeiras e itens de Operações de Crédito, existem bens adquiridos com pacto de recompra (repos) pelo valor de 31.335 milhões de euros (102.077 milhões de reais) de 31 de dezembro de 2013.

Também ativos pelo valor de de 2.491 milhões de euros (8.115 milhões de reais) com garantia de hipotecas.

- Os títulos de dívida incluem 36.047 milhões de euros (117.427 milhões de reais) de dívida pública nacional e estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2013 o montante da variação do valor justo de ativos financeiros ao valor justo com as alterações nos resultados atribuíveis às variações de seu risco de crédito (*spread*) que ocorreu durante o exercício é não significativo.

O montante dos saldos passivos são mostrados abaixo:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Depósitos dos Bancos Centrais	(5.963)	(2.142)	(9.250)
Depósitos de instituições financeiras	(17.112)	(19.154)	(17.519)
Depósitos de clientes	(34.984)	(37.535)	(43.556)
Obrigação por emissão de títulos	(4.087)	(4.905)	(8.262)
Posições de títulos de curto prazo	(15.951)	(15.181)	(10.187)
Instrumentos financeiros derivativos	(58.887)	(109.743)	(103.083)
	(136.984)	(188.660)	(191.857)

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Depósitos dos Bancos Centrais	(17.005)	(5.358)	(21.500)
Depósitos de instituições financeiras	(48.800)	(47.907)	(40.720)
Depósitos de clientes	(99.768)	(93.881)	(101.240)
Obrigação por emissão de títulos	(11.655)	(12.268)	(19.204)
Posições de títulos de curto prazo	(51.962)	(41.043)	(24.611)
Instrumentos financeiros derivativos	(167.935)	(274.486)	(239.602)
	(397.125)	(474.943)	(446.877)

45. Variação cambial

Este item basicamente inclui os resultados obtidos na compra e venda de moedas, as diferenças que possam surgir durante a conversão de itens monetários em moeda estrangeira para a moeda funcional e os ativos não monetários em moeda estrangeira aquando da sua disposição.

46. Outras receitas e outras despesas

Esses itens das contas consolidadas de resultados incluem:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Negócios de seguros	117	593	392
Receitas de contratos de seguros e resseguros emitidas	4.724	5.541	6.748
<i>Dos quais:</i>			
<i>Prêmios de seguro e resseguro cobrados</i>	4.513	4.667	6.547
<i>Renda de resseguro (Nota 15)</i>	211	874	201
Custo dos contratos de seguros e resseguros	(4.607)	(4.948)	(6.356)
<i>Dos quais:</i>			
<i>Prestações pagas e outras despesas relativas a seguros</i>	(4.497)	(4.440)	(4.852)
<i>NET subsídio aos contratos de seguros passivos</i>	382	(323)	(1.202)
<i>Prêmios de resseguro pagos</i>	(492)	(185)	(302)
Serviços não-financeiros	93	137	151
Vendas e rendimentos pela prestação de serviços não-financeiros	322	369	400
Custo das vendas	(229)	(232)	(249)
Outros receitas e despesas operacionais	(501)	(620)	(522)
Outras receitas operacionais	857	783	902
<i>Dos quais, comissões de compensação dos custos diretos</i>	115	130	119
Outras despesas operacionais	(1.358)	(1.403)	(1.424)
<i>Dos quais, de garantia de depósitos</i>	(559)	(530)	(346)
	(291)	110	21

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Negócios de seguros	334	1.483	911
Receitas de contratos de seguros e resseguros emitidas	13.472	13.859	15.684
<i>Dos quais:</i>			
<i>Prêmios de seguro e resseguro cobrados</i>	12.870	11.673	15.217
<i>Renda de resseguro (Nota 15)</i>	602	2.186	467
Custo dos contratos de seguros e resseguros	(13.138)	(12.376)	(14.773)
<i>Dos quais:</i>			
<i>Prestações pagas e outras despesas relativas a seguros</i>	(12.825)	(11.105)	(11.278)
<i>NET subsídio aos contratos de seguros passivos</i>	1.089	(808)	(2.794)
<i>Prêmios de resseguro pagos</i>	(1.402)	(463)	(701)
Serviços não-financeiros	265	343	351
Vendas e rendimentos pela prestação de serviços não-financeiros	918	923	930
Custo das vendas	(653)	(580)	(579)
Outros receitas e despesas operacionais	(1.429)	(1.551)	(1.213)
Outras receitas operacionais	2.444	1.958	2.097
<i>Dos quais, comissões de compensação dos custos diretos</i>	328	325	277
Outras despesas operacionais	(3.873)	(3.509)	(3.310)
<i>Dos quais, de garantia de depósitos</i>	(1.594)	(1.326)	(804)
	(830)	275	49

O negócio de seguros é desenvolvido principalmente em matéria de seguro de vida.

47. Despesas de pessoal

a) Composição

A composição das despesas de pessoal é:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Ordenados e salários	7.215	7.343	7.382
Previdência social	1.296	1.353	1.313
Provisões para fundos de pensão de benefício definido (Nota 25)	88	145	138
Contribuições para fundos de pensão de contribuição definida (Nota 25)	223	155	137
Despesas remuneração baseada em ações	103	133	185
<i>Dos quais, membros do Conselho de Administração do Banco (*)</i>	<i>1</i>	<i>4</i>	<i>4</i>
Outras despesas de pessoal	1.144	1.177	1.150
	10.069	10.306	10.305

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Ordenados e salários	20.576	18.366	17.158
Previdência social	3.696	3.384	3.052
Provisões para fundos de pensão de benefício definido (Nota 25)	251	363	321
Contribuições para fundos de pensão de contribuição definida (Nota 25)	636	388	318
Despesas com origem na remuneração baseada em ações	294	333	430
<i>Dos quais, membros do Conselho de Administração do Banco (*)</i>	<i>3</i>	<i>10</i>	<i>9</i>
Outras despesas de pessoal	3.262	2.943	2.674
	28.715	25.777	23.953

(*) Corresponde ao montante associado com os planos de ações ligadas aos objetivos

b) Número de funcionários

O número de funcionários do Grupo, distribuídos por categorias profissionais é a seguinte:

	Número médio de empregados (**)		
	2013	2012	2011
Banco (**):			
Posições sênior (*)	133	96	100
Técnico	23.403	16.545	16.502
Administrativo	3.421	2.845	3.048
Serviços gerais	28	29	30
	26.985	19.515	19.680
Banesto (**)	-	8.762	9.049
Resto de Espanha	6.931	6.708	7.236
Santander U.K plc	19.773	20.355	20.061
Banco Santander (Brasil) S.A.	51.462	53.543	53.431
Outras empresas (***)	81.222	79.752	77.596
	186.373	188.635	187.053

(*) Categorias de assistente de diretor-geral adjunto e acima, incluindo a Alta Administração.

(**) Os funcionários Banesto está incluído no Banco Santander, S.A. em 2013 após sua integração (ver Nota 3.b.xiii)

(***) Não inclui pessoal de atividades descontinuadas.

A seguir a distribuição por sexo, em 31 de dezembro de 2013:

	Distribuição de funcionários por sexo					
	Altos executivos		Outros executivos		Outro pessoal	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Europa continental	1.339	269	5.824	2.711	23.035	28.770
Reino Unido	162	34	1.140	490	9.100	13.797
América Latina	660	117	5.387	3.109	36.213	50.801
	2.161	420	12.351	6.310	68.348	93.368

A seguir, a distribuição por sexo em 31 de dezembro de 2013, expressa em termos percentuais é demonstrada conforme abaixo:

	Distribuição de funcionários por sexo					
	Altos executivos		Outros executivos		Outro pessoal	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Europa continental	83%	17%	68%	32%	44%	56%
Reino Unido	83%	17%	70%	30%	40%	60%
América Latina	85%	15%	63%	37%	42%	58%
	84%	16%	66%	34%	42%	58%

Relações trabalhistas entre os funcionários e as diferentes empresas do Grupo são regulamentadas em acordos coletivos ou com base nas normas aplicáveis.

c) Sistemas de remuneração baseado em ações

A seguir os principais sistemas de remunerações baseados em ações concedidas pelo Grupo vigente em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

i. Banco

A política de remuneração variável dos Conselheiros Executivos do Banco e de alguns diretores do Banco e de outras empresas do Grupo, inclui remuneração vinculada às ações do Banco, cuja implementação deve estar em conformidade com a lei e os estatutos, acordos específicos de Assembléia Geral de Acionistas.

Se necessário ou desejável por razões legais, regulamentar ou outra de natureza semelhante, os mecanismos de entrega descritos podem ser adaptados em casos específicos, em seguida, sem alterar o número máximo de ações ligadas para o plano ou as condições essenciais que dependem da entrega. Tais adaptações podem incluir a substituição da entrega das ações pela entrega de quantias em dinheiro de valor equivalente.

Os planos que compõem a política de incentivos em causa são referidos como: plano de ação (i) vinculados a batimento de metas, (ii) ligada ao plano de ação de investimento obrigatório, (iii) plano de opção de outorga de ações e (iv) plano de remuneração diferida e variável. Suas características são descritas nas seções a seguir:

(i) Plano de ações vinculados a batimento de metas

Trata-se de uma remuneração variável diferida implementado através de um plano plurianual de incentivo pago em ações do Banco. Os beneficiários do mesmo plano são os Conselheiros Executivos do Banco e outros membros da Alta Administração e os outros executivos do Grupo determinado pelo Conselho de Administração ou, por sua delegação, do Comitê Executivo, exceto o plano PI14 (aprovado em 2011), que não são beneficiários os Conselheiros Executivos e gerentes seniores, que participam na remuneração variável condicional e diferida.

Este plano envolve a implementação de ciclos sucessivos de ações aos beneficiários, com uma duração de três anos cada. O terceiro ciclo (PI11) foi aprovado em junho de 2008, o quarto ciclo (PI12) foi aprovado em junho de 2009, o quinto ciclo (PI13) foi aprovado em junho de 2010 e o sexto e último ciclo do plano de ação, ligado ao cumprimento de objetivos (PI14) foi aprovado em junho de 2011. O terceiro ciclo (PI11) foi cancelado em 31 de julho de 2011, o quarto ciclo (PI12) foi cancelado em 31 de julho de 2012 e o quinto ciclo (PI13) foi cancelado em 31 de julho de 2013.

O número máximo de ações que podem corresponder a cada beneficiário que permaneceu ativo no Grupo durante o período do plano é estabelecido para cada um dos ciclos. A meta que vai determinar o número de ações para entregar é definida pela comparação da evolução do retorno Total do acionista (RTA) das ações do Banco Santander, S.A. com o RTA para um Grupo de instituições financeiras de referência e, para o PI11, também por comparação do crescimento do lucro por ação (BPA) do Grupo com e com as entidades de referência.

O número final de ações a entregar nos ciclos previstos foi determinado pelo grau de conformidade com as metas designadas por ocasião do terceiro aniversário da entrada em vigor de cada ciclo e entregam no prazo máximo de sete meses desde o início do ano de conclusão do ciclo correspondente.

Sobre o plano PI14, a aplicação do critério sobre o RTA irá determinar o percentual de ações para entregar, se necessário, antes do final do mês de julho de 2015, com base na seguinte tabela e com base na posição relativa da Santander dentro do Grupo de instituições financeiras de referência:

Posição do Santander no ranking RTA	Percentagem de ações ganhou no máximo
1 a 5	100,0%
6	86,0%
7	72,0%
8	58,0%
9	44,0%
10	30,0%
11 em diante	0%

Se qualquer uma das entidades do Grupo de referência ser adquirida por outra empresa, deixarem de ser cotadas ou desaparecer, ela será removida do Grupo de referência. Neste caso e qualquer outra análoga à mesma, a comparação com o Grupo de referência será da forma de recebimentos pelo percentual máximo de ações, apenas se o Santander ficar dentro do primeiro quartil (incluindo 25%) do Grupo de referência; nenhuma ação será recebidas se o Santander cair abaixo da mediana (50%) do Grupo de referência; será ganho 30% do máximo das ações da mediana (50%) e para posições intermediárias entre a mediana (exclusive) e o primeiro quartil (25% exclusive), será calculado por interpolação linear.

O valor justo de instrumentos de capital concedidos do plano em 31 de dezembro de 2013 (PI14) corresponde a 64 milhões de euros (208 milhões de reais), montante atribuído a custos e despesas de pessoal durante o período específico em que seus beneficiários fornecem seus serviços ao Grupo, com um crédito ao patrimônio líquido.

Durante o exercício de 2013 expirou o plano I13, sem que se tenha sido entregue nenhuma ação para os beneficiários do plano, dado que não foi atingido o alvo mínimo que permite a outorga de ações.

Abaixo um resumo do desenvolvimento dos ciclos deste plano no período 2011-2013:

	Número de ações (em milhares)	Ano de Prêmio	Coletivo	Número de pessoas	Data de Em casa da direito	Data de conclusão da lei
Planos em vigor a partir de 01/01/11	55.602					
Ações entregadas (plano 111)	(13.472)	2008	Gerentes	(5.379)	21/06/08	31/07/11
Direitos cancelados NET (plano 111)	(3.650)	2008	Gerentes	(392)	21/06/08	31/07/11
Direitos concedidos (plano 114)	16.286	2011	Gerentes	6.500	17/06/11	31/07/14
Planos em vigor em 31/12/11	54.766					
Ações entregadas (plano 112)	(5.056)	2009	Gerentes	(5.749)	19/06/09	31/07/12
Direitos cancelados NET (plano 112)	(13.811)	2009	Gerentes	(761)	19/06/09	31/07/12
Direitos cancelados NET (plano 114)	(1.810)	2011	Gerentes	(199)	17/06/11	31/07/14
Planos em vigor a partir de 31/12/12	34.089					
Direitos cancelados NET (plano 113)	(19.613)	2010	Gerentes	(6.782)	11/06/10	31/07/13
Planos em vigor a partir de 31/12/13	14.476					
<i>Dos quais: Plano 114</i>	<i>14.476</i>	<i>2011</i>	<i>Gerentes</i>	<i>6.699</i>	<i>17/06/11</i>	<i>31/07/14</i>

(ii) Plano de ações vinculado a investimento obrigatório

É uma remuneração variável diferidas ações através de um incentivo plurianual pagáveis em ações do Banco e vinculado ao cumprimento de determinados requisitos de investimento e permanecer no Grupo. Os beneficiários deste plano foram os Conselheiros Executivos, membros da diretoria do Banco e outros executivos do Grupo, definindo o Conselho de Administração.

Este plano, que deixou de existir em 2010, foi estruturado em ciclos de duração de três anos. Os beneficiários do plano obrigatoriamente devem alocar 10% do seu bruta remuneração variável anual dinheiro (ou bônus) para adquirir ações do Banco no mercado (o investimento obrigatório). Investimento obrigatório foi realizado, em conformidade com os termos do ciclo correspondente, antes da 29 de fevereiro de 2008, 28 de fevereiro de 2009 e 28 de fevereiro de 2010, respectivamente.

A manutenção das ações adquiridas no investimento obrigatório e a permanência do acionista do Grupo por um período de três anos a contar da conclusão do investimento obrigatório (até 2011, 2012 e 2013, respectivamente, para cada ciclo) deu direito ao participante de receber ações do Banco no mesmo número como que inicialmente tinham comprado de forma obrigatória.

A outorga de ações terá lugar num prazo máximo de um mês a contar da data em que o terceiro aniversário da conclusão do investimento obrigatório for atendido.

Em 2009 foi introduzido o terceiro ciclo de um requisito adicional para a permanência, que consiste no não preenchidas durante o período de três anos do investimento em ações de qualquer das seguintes circunstâncias: (i) desempenho financeiro ruim do Grupo; (ii) descumprimento interno pelo beneficiário dos códigos de conduta e outros regulamentos, incluindo, nomeadamente, os riscos relativos, resultante da aplicação ao executivo; ou (iii) representação das demonstrações financeiras do Grupo, exceto quando é de acordo com uma mudança nas regras contábeis.

Este plano tornou-se extinto com a entrega das ações do terceiro ciclo no mês de março de 2013.

(iii) Plano de opção para subscrição de ações

Nos anos de 2011, 2012 e 2013, o Conselho de Administração do Banco, sobre a proposta da Comissão de Nomeações e Remuneração, aprovou o segundo, terceiro e quarto ciclo para planejar a outorga dos bônus de subscrição de ações de gerentes ou funcionários do Grupo cuja remuneração variável bônus ou bônus anual para os exercícios de 2011, 2012 e 2013, respectivamente, foram superior, em geral, de 0,3 milhões de euros (1 milhões de reais) brutos, a fim de adiar uma porção da variável remuneração ou bônus por um período de três anos para o seu abono em ações do Santander. Enquanto esses ciclos envolvem a outorga de ações do bancos, as assembleias gerais ordinárias dos acionistas em 17 de junho de 2011, 30 de março de 2012 e 22 de março de 2013 aprovaram, respectivamente, a implementação do segundo, terceiro e quarto ciclo do plano de opção para subscrição de ações. Esses ciclos não são aplicáveis para a diretoria executiva e outros membros da diretoria e dos outros executivos que são beneficiários do plano de remuneração variável descritos abaixo.

O diferimento do bônus em subscrição de ações é prorrogado por um período de três anos e será paga, se for caso disso, pela terça parte desde o primeiro ano. A quantidade de ações é calculada de acordo com o fixado pelo Conselho de Administração, com base no montante bruto da remuneração variável em dinheiro ou bônus anual para o ano seguinte, conforme a escala:

Bônus de referência (milhares de euros)	Porcentagem (atrasado)
Menor ou igual a 300	0%
Mais de 300-600 (inclusivo)	20%
Mais de 600	30%

Bônus de referência (milhares de reais)	Porcentagem (atrasado)
Menor ou igual a 977	0%
Mais de 977-1.955 (inclusivo)	20%
Mais de 1.955	30%

O acréscimo das opções de outorga das ações é condicional, além do mandato do Grupo, de acordo com os termos previstos nas regras do plano, que não irá ocorrer durante o período anterior a cada uma das qualquer das seguintes circunstâncias: (i) desempenho financeiro ruim do Grupo; (ii) descumprimento pelo beneficiário do regulamento interno, incluindo, nomeadamente, os riscos relativos; (iii) reapresentação das demonstrações financeiras do Grupo, exceto quando sujeito às alterações das regras contábeis; ou variações significativas (iv) da capital econômica e o perfil de risco do Grupo.

(iv) Plano de remuneração variável diferida e condicionada

Nos anos de 2011, 2012 e 2013, o Conselho de Administração do Banco, sobre a proposta de nomeações e remuneração, aprovou o primeiro, segundo e terceiro ciclo do plano de remuneração variável diferida e condicional implementando a remuneração variável ou bônus para os exercícios de 2011, 2012 e 2013, respectivamente, de alguns executivos (incluindo os administradores) e os Conselheiros Executivos e trabalhadores, cujas atividades profissionais influenciam significativamente o risco para exercer as funções de controle, ou que eles percebem a indenização global que inclui-las na mesma escala de remuneração de dirigentes e funcionários cujas atividades profissionais têm um impacto em uma maneira significativa no perfil de risco (todos eles são referidos como identified staff em conformidade com as *Guidelines on Remuneration Policies and Practices* adotada pelo *Committee of European Banking Supervisors* em 10 de dezembro de 2010). Enquanto esses ciclos envolvem a outorga de ações do Banco, as assembléias gerais de acionistas em 17 de junho de 2011, 30 de março de 2012 e 22 de março de 2013 aprovaram, respectivamente, a aplicação do primeiro, segundo e terceiro ciclo do plano de remuneração variável diferida e condicional.

O objetivo desses ciclos é adiar uma parte da remuneração variável ou do bônus de seus beneficiários, por um período de três anos para sua assinatura, se aplicável, em dinheiro e ações do Santander, pagando igualmente no início a outra parte da remuneração variável em dinheiro, de acordo com as regras listadas abaixo.

A remuneração variável será paga em conformidade com as seguintes percentagens, dependendo do momento em que ocorre o abono e o Grupo ao qual pertence o beneficiário (a percentagem de pagamento imediato identifica a parte do bônus de pagamento não é diferido, e o percentual de diferimento identifica se a parte do bônus de pagamento é adiado):

	Porcentagem de pagamento imediato (*)	Percentual de diferimento (*)
Conselheiros executivos	40%	60%
Diretores de divisão e outros funcionários do Grupo de perfil semelhante	50%	50%
Outros executivos que estão sujeitos a fiscalização	60%	40%

(*) Percentagens de aplicação geral. Em alguns países, que as percentagens diferem podendo ser maiores para determinadas categorias de gerentes, também resultando em uma menor proporção de pagamento imediato.

O pagamento do percentual de diferimento de bônus que, em cada caso será diferente para um período de três anos e será pago em terços, no prazo de quinze dias do aniversário do início data (data em que a percentagem de pagamento imediato é pago) nos anos de 2013, 2014 e 2015 para o primeiro ciclo e no prazo de trinta dias após o aniversário da data de início no ano de 2014, 2015 e 2016 para o segundo ciclo e nos anos de 2015, 2016 e 2017 para o terceiro ciclo, pagando 50% em dinheiro e 50% em ações, desde que sejam satisfeitas as condições abaixo.

O diferimento do plano de outorga das ações, além da permanência do beneficiário no Grupo, às exceções contidas nas regras do plano, desde que não diverjam, no parecer do Conselho, com a proposta da Comissão de nomeação e remuneração, qualquer das seguintes circunstâncias durante o período que antecede a cada uma das parcelas: (i) desempenho ruim (performance) financeira do Grupo; (ii) descumprimento pelo beneficiário do regulamento interno, incluindo, nomeadamente, os riscos relativos; (iii) reapresentação das demonstrações financeiras do Grupo, exceto quando é do sujeito a uma alteração das regras contábeis; ou variações significativas (iv) em capital econômico e do Grupo perfil de risco.

Em cada parcela será paga aos beneficiários um montante em dinheiro igual dos dividendos pagos pela quantidade adiada em ações e juros sobre o montante que é ganho em dinheiro. Em caso de aplicação do programa de *Santander Dividendo Elección*, será pago o preço oferecido pelo Banco gratuitamente os direitos de atribuição referentes às ações acima.

O número máximo de ações para entregar é calculado tendo em conta o montante resultante da aplicação dos impostos que se aplicam e os preços médios ponderados relativos à média correspondente aos quinze pregões anteriores à data do Conselho para os anos 2011, 2012 e 2013 para o primeiro, segundo e terceiro ciclo, respectivamente.

ii. *Santander UK plc*

Por outro lado, os planos de incentivo de longo prazo em ações de bancos, concedidas pela direção dos funcionários Santander UK plc estão listados abaixo:

	Número de Ações (em milhares)	Preço de Exercício Libras esterlinas (*)	Ano de Prêmio	Coletivo	Número de pessoas	Data da entrada em vigor	Data de conclusão
Planos em vigor a partir de 01/01/11	8.939	7,09					
Opções concedidas (<i>Sharesave</i>)	7.725	4,46	2011	Empregados	7.429 (**)	01/11/11 01/11/11	01/11/14 01/11/16
Exercício de opções	(43)	4,09					
Opções canceladas (net) ou não exercido	(5.348)	6,92					
Planos em vigor em 31/12/11	11.273						
Opções concedidas (<i>Sharesave</i>)	10.012	3,66	2012	Empregados	7.089 (**)	01/11/12 01/11/12	01/11/15 01/11/17
Exercício de opções	(3)	4,56					
Opções canceladas (net) ou não exercido	(6.468)	5,34					
Planos em vigor a partir de 31/12/12	14.814						
Opções concedidas (<i>Sharesave</i>)	4.340	3,69	2013	Empregados	13.110 (**)	01/11/13 01/11/13	01/11/16 01/11/18
Exercício de opções	(78)	4,02					
Opções canceladas (net) ou não exercido	(3.169)	4,72					
Planos em vigor a partir de 31/12/13	15.907						
<i>Das quais:</i>							
Opções de executivas	12	4,54	2004	Gerentes	2	26 03 06	24 03 14
<i>Sharesave</i>	15.895	3,98	2009-2013	Empregados	14.189 (**)	01 04 09	01 05 18

(*) Taxa de câmbio Libra esterlina / euros a partir de 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 corresponderam a 1,19947, 1,22534 e 1,19717 por libra esterlina, respectivamente.

(**) Número de contas/contratos. Um mesmo funcionário pode ter mais de uma conta/contrato.

No ano de 2008 o Grupo lançou um plano de poupança voluntária para os funcionários do Santander UK (*Sharesave Scheme*), consistindo no desconto para os funcionários que aderirem ao plano de desconto entre 5 e 250 libras esterlinas por mês de sua folha de pagamento líquida por três ou cinco anos e onde, uma vez neste período, funcionários podem usar a quantidade salva para exercício de opções sobre ações do Banco a um preço de exercício resultante que reduzem em até 20% da média dos preços de compra e venda de ações do Banco durante as três sessões de negociação antes da aprovação do plano pela administração tributária britânicos (HMRC). Esta aprovação ocorreu entre 21 e 41 dias da publicação dos resultados da primeira metade do Grupo. Este plano foi aprovado pelo Conselho de Administração, sobre a proposta de nomeações e remuneração, Comissão, e, na medida em que envolve a outorga de ações do Banco, seu pedido foi autorizado pela Assembléia Geral de acionistas realizada em 21 de junho de 2008. Além disso, o plano foi autorizado pelas autoridades fiscais do Reino Unido e começou em setembro de 2008. No exercício social de 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013, assembleias gerais de acionistas, realizadas em 19 de junho de 2009, em 11 de junho de 2010, em 17 de junho de 2011, 30 de março de 2012 e em 22 de março de 2013, respectivamente, aprovou a execução dos planos previamente aprovados pelo Conselho em semelhante ao adotado em 2008.

iii. O Valor justo

Estima-se o valor justo de cada um dos planos concedidos pelo Grupo na data da concessão. Com exceção dos que incluem termos relacionados com as condições do mercado, as condições de transmissão incluídas nos termos da concessão não são levados em conta para estimar o valor justo. As condições de transmissão fora do mercado são tidas em conta ao ajustar o número de ações ou opções de ações incluídas na medição do custo do serviço do funcionário que, em última análise, o montante reconhecido na conta de resultados reflete o número de ações ou opções de ações transmitidas. Quando as condições de transmissão estão relacionadas com as condições do mercado, carga é reconhecida por serviços recebidos, independentemente das condições de transmissão do mercado, cumprindo, mesmo que não relacionado com as condições de transmissão do mercado deve ser atendida. A volatilidade dos preços das ações é baseada na escala de volatilidade implícita para as ações do Banco para exercer e preços a duração que correspondem à maioria das sensibilidades.

Para o cálculo do valor justo dos planos de ações ligados, foi realizado conforme segue:

- Tem sido considerado que os beneficiários não causará baixa durante o período de cada plano.
- O valor justo da posição relativa do RTA do Banco determinou-se à data da concessão, com base no relatório do perito independente, o que fez a sua avaliação, usando um modelo de avaliação de Monte Carlo com conclusão de 10.000 simulações para determinar o RTA para cada uma das empresas do Grupo de comparação, tendo em conta as variáveis listadas abaixo. Os resultados (cada um representa a entrega de um número de ações) são classificados em um descendente *ranking* através do cálculo da média ponderada e descontando o montante financeiro para a taxa de juros livre de risco.

	PI12	PI13	PI14
Volatilidade esperada (*)	42,36%	49,65%	51,35%
Rendimento do dividendo anual baseado nos últimos anos	4,88%	6,34%	6,06%
Taxa de juros livre de risco (rendimento do Bônus do Tesouro no, período de (cupon zero) pelo período do plano	2,04%	3,33%	4,073%

(*) Determinado com base na volatilidade histórica do período relevante (3 anos).

O resultado da aplicação do modelo de simulação mostra uma percentagem de 55,42% para o plano I-12, 62,62% para o plano I-13 e 55,39% para o plano I-14. Uma avaliação, para ser encaminhado para uma condição de mercado, não é suscetível de ajuste a partir da data de concessão.

Quanto ao valor justo de cada opção concedida pelo Santander UK estimou à data da concessão usando uma Equação Diferencial Parcial euro-americana a seguir:

	2013	2012	2011
Taxa de juros livre de risco	1,2%-1,7%	0,73%-1,04%	1,41-1,64%
Aumento dos dividendos	16%-19%	16% - 17%	14-16%
Volatilidade do preço das ações subjacentes com base na volatilidade histórica			
De cinco anos	32,15%-32,32%	38,62%-39,41%	41,03%-41,9%
Período previsto de duração das opções concedidas	3 a 5 anos	3 a 5 anos	3 a 5 anos

48. Outras despesas administrativas gerais

a) Depreciação

O detalhamento do saldo deste item é:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Imóveis e instalações e material	1.980	1.916	1.846
Tecnologia e sistemas	992	889	828
Publicidade	630	662	690
Comunicações	519	638	649
Relatórios técnicos	493	491	466
Homenagens	445	415	400
Serviço de monitoramento e de transferência de fundos	425	432	412
Diárias e deslocamento	284	297	312
Prêmios de seguro	59	61	65
Outras despesas administrativas	1.556	1.694	1.671
	7.383	7.495	7.339

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Imóveis e instalações e material	5.647	4.792	4.291
Tecnologia e sistemas	2.829	2.224	1.925
Publicidade	1.797	1.656	1.604
Comunicações	1.480	1.596	1.509
Relatórios técnicos	1.406	1.228	1.083
Homenagens	1.269	1.038	930
Serviço de monitoramento e de transferência de fundos	1.212	1.081	958
Diárias e deslocamento	810	743	725
Prêmios de seguro	168	153	151
Outras despesas administrativas	4.436	4.235	3.882
	21.054	18.746	17.058

b) Relatórios técnicos e outros

Incluído no saldo de relatórios técnicos, honorários pagos pelas várias empresas do Grupo (detalhados nos anexos em apenso a este) para seus respectivos auditores independentes, como segue:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
<i>Audit fees</i>	35,9	38,1	36,2
<i>Audit-related fees</i>	20,8	20,6	13,6
<i>Tax fees</i>	4,6	4,3	3,8
<i>All other fees</i>	6,5	8,1	5,7
Total	67,8	71,1	59,3

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
<i>Audit fees</i>	102	95	84
<i>Audit-related fees</i>	59	52	32
<i>Tax fees</i>	13	11	9
<i>All other fees</i>	19	20	13
Total	193	178	138

Abaixo está um detalhe dos principais saldos incluídos em *Audit fees*:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Auditorias das empresas auditadas pela Deloitte	21,7	21,0	20,4
<i>Das quais, por:</i>			
<i>Santander UK plc</i>	5,0	4,4	3,9
<i>Santander Holdings USA, Inc.</i>	2,4	2,2	2,2
<i>Banco Santander (Brasil) S.A.</i>	1,7	1,8	1,6
<i>Auditoria das demonstrações anuais individuais e consolidadas do Banco</i>	2,1	2,0	2,0
Outros trabalhos de auditoria	14,2	17,1	15,8
<i>Das quais,</i>			
<i>Controle interno de auditoria (SOX) e cálculo de capital (Basileia)</i>	5,9	5,8	6,2
<i>Grupo de auditoria semestral</i>	6,0	5,8	5,5
<i>Emissão de cartas de conforto</i>	2,3	2,5	2,1
Audit fees	35,9	38,1	36,2

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Auditorias das empresas auditadas pela Deloitte	61	52	47
<i>Das quais, por:</i>			
<i>Santander UK plc</i>	14	11	9
<i>Santander Holdings USA, Inc.</i>	7	6	5
<i>Banco Santander (Brasil) S.A.</i>	5	5	4
<i>Auditoria das demonstrações anuais individuais e consolidadas do Banco</i>	5	5	5
Outros trabalhos de auditoria	41	43	37
<i>Das quais,</i>			
<i>Controle interno de auditoria (SOX) e cálculo de capital (Basileia)</i>	17	15	14
<i>Grupo de auditoria semestral</i>	17	15	13
<i>Emissão de cartas de conforto</i>	7	6	5
Audit fees	102	95	84

Além disso, um detalhe dos principais saldos incluída abaixo em *Audit-related fees*:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Outras obras e relatórios recorrentes exigidos pelos vários órgãos de supervisores nacionais dos países onde o Grupo opera	7,6	6,7	4,6
Revisões não-recorrentes exigidas pelos órgãos reguladores	1,1	2,1	0,2
Auditorias de compra (due diligence)	3,1	1,8	1,5
Outros relatórios de segurança	3,7	2,8	1,8
Comentários de procedimentos, dados e controles e outros serviços	5,3	7,2	5,5
Total audit-related fees	20,8	20,6	13,6

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Outras obras e relatórios recorrentes exigidos pelos vários órgãos de supervisores nacionais dos países onde o Grupo opera	22	17	11
Revisões não-recorrentes exigidas pelos órgãos reguladores	3	5	1
Auditorias de compra (due diligence)	9	5	3
Outros relatórios de segurança	10	7	4
Comentários de procedimentos, dados e controles e outros serviços	15	18	13
Total audit-related fees	59	52	32

Outras informações

Os serviços contratados para nossos auditores independentes cumprem os requisitos de independência no texto revisto da Ley de Auditoria de Cuentas (Real Decreto Legislativo 1/2011 de 31 de julho), bem como Sarbanes - Oxley Act of 2002 e não incluem trabalho incompatível com a função de auditoria.

Finalmente, o Grupo contratou serviços que não sejam empresas de auditoria Deloitte para 48,6 milhões de euros (139,6 milhões de reais) (38,7 e 37 milhões de euros (96,8 e 86 milhões de reais) durante os exercícios de 2012 e 2011, respectivamente).

49. Lucros / (perdas) em baixas de ativos não classificados como não circulante para venda

O detalhamento do saldo deste item é:

	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Ganhos:			
Venda de ativos tangíveis (*)	74	219	128
Venda de participações	2.167	775	1.795
<i>Dos quais:</i>			
<i>Sociedades de gestão (Nota 3)</i>	1.372	-	-
<i>Empresas de seguros em Espanha (Nota 3)</i>	385	-	-
<i>Serviços da sociedade de pagamento (Nota 3)</i>	122	-	-
<i>Santander Consumer USA Inc. (Nota 3)</i>	-	-	872
<i>As seguradoras Latam (Nota 3)</i>	-	-	908
<i>Banco Santander Colômbia (Nota 3)</i>	-	619	-
	2.241	994	1.923
Perdas:			
Venda de ativos tangíveis	(78)	(87)	(76)
Venda de participações	(11)	(1)	(1)
	(89)	(88)	(77)
	2.152	906	1.846

	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Ganhos:			
Venda de ativos tangíveis (*)	211	548	298
Venda de participações	6.180	1.938	4.172
<i>Dos quais:</i>			
<i>Sociedades de gestão (Nota 3)</i>	3.913	-	-
<i>Empresas de seguros em Espanha (Nota 3)</i>	1.098	-	-
<i>Serviços da sociedade de pagamento (Nota 3)</i>	348	-	-
<i>Santander Consumer USA Inc. (Nota 3)</i>	-	-	2.027
<i>As seguradoras Latam (Nota 3)</i>	-	-	2.111
<i>Banco Santander Colômbia (Nota 3)</i>	-	1.548	-
	6.391	2.486	4.470
Perdas:			
Venda de ativos tangíveis	(223)	(218)	(177)
Venda de participações	(31)	(2)	(2)
	(254)	(220)	(179)
	6.137	2.266	4.291

(*) Em 2012, inclui os benefícios relatados pelas vendas do "Complejo Canalejas" (Espanha), certas agências e escritórios no México e uma propriedade em Nova York, 87, 80 e 47 milhões de euros, respectivamente.

50. Lucros / (perdas) de ativos não correntes para venda não classificadas como descontinuado operações

O detalhamento do saldo deste item é como segue:

Saldo líquido	Milhões de euros		
	2013	2012	2011
Ativos não correntes para venda	(422)	(757)	(2.109)
<i>Perda de valor (Nota 12)</i>	<i>(335)</i>	<i>(449)</i>	<i>(2.037)</i>
<i>Resultando na venda (Nota 12)</i>	<i>(87)</i>	<i>(308)</i>	<i>(72)</i>
	(422)	(757)	(2.109)

Saldo líquido	Milhões de reais		
	2013	2012	2011
Ativos não correntes para venda	(1.204)	(1.893)	(4.902)
<i>Perda de valor (Nota 12)</i>	<i>(956)</i>	<i>(1.123)</i>	<i>(4.735)</i>
<i>Resultando na venda (Nota 12)</i>	<i>(248)</i>	<i>(770)</i>	<i>(167)</i>
	(1.204)	(1.893)	(4.902)

51. Outras informações

a) Residuais termos de transações e as taxas de juros médias

Segue o detalhamento, pela maturidade dos saldos de certas rubricas do balanço consolidado:

	31 de dezembro de 2013								Taxa de juros médio
	Milhões de euros								
	A vista	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total	
Ativo:									
Caixa e depósitos em Bancos Centrais	70.303	4.565	1.410	706	-	-	119	77.103	2,53%
Ativos financeiros disponíveis para venda-									
Instrumentos de dívida	200	3.034	2.194	5.100	13.243	16.965	39.108	79.844	4,60%
Empréstimos e Recebíveis-									
Aplicações no mercado aberto	13.794	25.619	3.710	2.120	3.360	2.415	4.999	56.017	2,36%
Operações de crédito	13.475	45.117	28.939	70.130	88.822	67.727	336.371	650.581	5,69%
Instrumentos de dívida	3	1.024	646	1.470	1.042	283	3.418	7.886	3,01%
	97.775	79.359	36.899	79.526	106.467	87.390	384.015	871.431	5,07%
Passivo:									
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado-									
Depósitos captados junto a bancos centrais	485	3.207	156	312	5.628	-	-	9.788	0,27%
Depósito captados junto a instituições de crédito	2.756	27.665	5.578	14.436	13.106	7.837	5.156	76.534	2,18%
Depósitos captados junto a clientes	328.508	53.108	26.039	80.639	63.278	9.576	11.705	572.853	2,55%
Obrigações por emissão de títulos (*)	146	8.551	17.198	27.092	53.966	20.667	43.770	171.390	3,72%
Passivos subordinados	24	159	2	821	2.468	2.723	9.942	16.139	6,02%
Outros passivos financeiros	5.524	7.476	1.613	312	486	115	884	16.410	n.a.
	337.443	100.166	50.586	123.612	138.932	40.918	71.457	863.114	2,80%
Diferença de ativos menos passivos	(239.668)	(20.807)	(13.687)	(44.086)	(32.465)	46.472	312.558	8.317	

	em 31 de dezembro de 2013								Taxa de juros médio
	Milhões de reais								
	A vista	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total	
Ativo:									
Caixa e depósitos em Bancos Centrais	229.019	14.871	4.593	2.300	-	-	388	251.171	2,53%
Ativos financeiros disponíveis para venda-									
Instrumentos de dívida	652	9.884	7.147	16.614	43.140	55.265	127.398	260.100	4,60%
Empréstimos e Recebíveis-									
Aplicações no mercado aberto	44.935	83.456	12.086	6.906	10.946	7.867	16.285	182.481	2,36%
Operações de crédito	43.896	146.973	94.272	228.455	289.347	220.627	1.095.763	2.119.333	5,46%
Instrumentos de dívida	10	3.336	2.104	4.789	3.394	922	11.134	25.689	3,01%
	318.512	258.520	120.202	259.064	346.827	284.681	1.250.968	2.838.774	5,07%
Passivo:									
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado-									
Depósitos captados junto a bancos centrais	1.580	10.447	508	1.016	18.334	-	-	31.885	0,27%
Depósito captados junto a instituições de crédito	8.978	90.122	18.171	47.027	42.694	25.530	16.795	249.317	2,18%
Depósitos captados junto a clientes	1.070.148	173.005	84.825	262.690	206.134	31.195	38.129	1.866.126	2,55%
Obrigações por emissão de títulos (*)	476	27.856	56.024	88.255	175.800	67.325	142.584	558.320	3,72%
Passivos subordinados	78	518	7	2.674	8.040	8.870	32.388	52.575	6,02%
Outros passivos financeiros	17.995	24.354	5.255	1.016	1.583	375	2.879	53.457	n.a.
	1.099.255	326.302	164.790	402.678	452.585	133.295	232.775	2.811.680	2,80%
Diferença de ativos menos passivos	(780.743)	(67.782)	(44.588)	(143.614)	(105.758)	151.386	1.018.193	27.094	

(*) Inclui Notas promissórias, certificados de depósito e outras emissões de dívida a curto prazo.

Em 2012 os saldos com os Bancos Centrais aumentaram tanto ativos e passivos, após injeções de liquidez pelos Bancos Centrais dos países onde o Grupo opera e, em particular, na área do euro.

O Grupo continuou na prática de participar nestes leilões e depositado a maioria dos fundos recolhidos no BCE, que aumentou de forma notável a *buffer* de liquidez, bem como melhorada sua estrutura pela substituição de vencimentos a curto prazo mais longos prazo financiamento. Durante o primeiro trimestre de 2013, o Grupo voltou a maior parte desses montantes para o BCE. A exposição líquida retirada do Grupo com o BCE é de 6.000 milhões de euros (19.546 milhões de reais) em 31 de dezembro de 2013, principalmente devido ao Banco Santander Totta, S.A.

	31 de dezembro de 2012								Taxa de juros média
	Milhões de euros								
	A vista	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total	
Ativos:									
Caixa e depósitos em Bancos Centrais	68.501	45.030	2.061	2.699	-	-	197	118.488	1,74%
Ativos financeiros disponíveis para venda-									
Instrumentos de dívida	55	2.050	2.786	7.935	14.656	13.141	47.101	87.724	4,56%
Empréstimos e Recebíveis-									
Aplicações no mercado aberto	11.120	26.482	3.406	3.987	1.507	753	6.530	53.785	2,37%
Operações de crédito	16.560	38.953	29.528	74.048	103.089	70.857	362.979	696.014	5,29%
Instrumentos de dívida	3	945	277	527	1.541	421	3.345	7.059	2,90%
	96.239	113.460	38.058	89.196	120.793	85.172	420.152	963.070	4,61%
Passivo:									
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado-									
Depósitos captados junto a bancos centrais	948	4.678	1.173	1	44.138	-	-	50.938	0,77%
Depósito captados junto a instituições de crédito	4.611	25.839	7.863	15.958	11.845	11.076	3.540	80.732	2,81%
Depósitos captados junto a clientes	306.051	79.513	34.738	88.012	60.827	13.992	5.971	589.104	1,90%
Obrigações por emissão de títulos (*)	707	13.616	13.924	44.466	54.158	27.291	46.902	201.064	3,76%
Passivos subordinados	203	230	280	1.226	1.377	5.169	9.753	18.238	5,45%
Outros passivos financeiros	4.101	3.309	7.403	211	517	339	3.365	19.245	n.a.
	316.621	127.185	65.381	149.874	172.862	57.867	69.531	959.321	2,38%
Diferença de ativos menos passivos	(220.382)	(13.725)	(27.323)	(60.678)	(52.069)	27.305	350.621	3.749	

	31 de dezembro de 2012								Taxa de juros média
	Milhões de reais								
	A vista	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total	
Ativos:									
Caixa e depósitos em Bancos Centrais	185.199	121.743	5.572	7.297	-	-	533	320.344	1,74%
Ativos financeiros disponíveis para venda-									
Instrumentos de dívida	149	5.542	7.533	21.453	39.624	35.528	127.342	237.171	4,56%
Empréstimos e Recebíveis-									
Aplicações no mercado aberto	30.064	71.597	9.208	10.779	4.074	2.036	17.655	145.413	2,37%
Operações de crédito	44.772	105.313	79.832	200.196	278.711	191.569	981.350	1.881.743	5,29%
Instrumentos de dívida	8	2.555	749	1.425	4.166	1.138	9.044	19.085	2,90%
	260.192	306.750	102.894	241.150	326.575	230.271	1.135.924	2.603.756	4,61%
Passivo:									
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado-									
Depósitos captados junto a bancos centrais	2.564	12.647	3.171	3	119.331	-	-	137.716	0,77%
Depósito captados junto a instituições de crédito	12.466	69.859	21.258	43.144	32.024	29.945	9.571	218.267	2,81%
Depósitos captados junto a clientes	827.439	214.971	93.918	237.949	164.452	37.830	16.143	1.592.702	1,90%
Obrigações por emissão de títulos (*)	1.911	36.812	37.645	120.218	146.422	73.785	126.804	543.597	3,76%
Passivos subordinados	549	622	757	3.315	3.723	13.974	26.368	49.308	5,45%
Outros passivos financeiros	11.087	8.946	20.015	570	1.398	917	9.098	52.031	n.a.
	856.016	343.857	176.764	405.199	467.350	156.451	187.984	2.593.621	2,38%
Diferença de ativos menos passivos	(595.824)	(37.107)	(73.870)	(164.049)	(140.775)	73.820	947.940	10.135	

(*) Inclui Notas promissórias, certificados de depósito e outras emissões de dívida a curto prazo.

	31 de dezembro de 2011								
	Milhões de euros								Taxa de juros média
	A vista	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total	
Ativos:									
Caixa e depósitos em Bancos Centrais	68.634	21.921	2.772	3.130	66	-	1	96.524	5,59%
Ativos financeiros disponíveis para venda- Instrumentos de dívida	84	3.650	2.288	9.131	14.734	11.446	40.256	81.589	5,25%
Empréstimos e Recebíveis- Aplicações no mercado aberto	12.963	16.476	1.385	2.652	1.547	1.841	5.525	42.389	4,22%
Operações de crédito	24.467	39.832	32.459	79.274	102.134	67.195	383.376	728.737	6,74%
Instrumentos de dívida	58	1.688	737	339	399	1.220	2.399	6.840	3,34%
	106.206	83.567	39.641	94.526	118.880	81.702	431.557	956.079	6,36%
Passivo:									
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado- Depósitos captados junto a bancos centrais	113	9.601	5	1	-	25.276	-	34.996	1,63%
Depósito captados junto a instituições de crédito	2.276	27.970	10.756	14.897	10.983	14.331	160	81.373	5,69%
Depósitos captados junto a clientes	299.631	87.398	40.465	74.515	63.284	14.301	9.383	588.977	2,64%
Obrigações por emissão de títulos (*)	503	8.093	13.532	23.325	52.077	33.899	57.681	189.110	3,32%
Passivos subordinados	77	1	2	237	2.846	3.402	16.427	22.992	6,38%
Outros passivos financeiros	6.184	2.637	6.274	367	1.632	420	707	18.221	n.a.
	308.784	135.700	71.034	113.342	130.822	91.629	84.358	935.669	3,10%
Diferenças de ativos menos passivos	(202.578)	(52.133)	(31.393)	(18.816)	(11.942)	(9.927)	347.199	20.410	

	31 de dezembro de 2011								Taxa de juros média
	Milhões de reais								
	A vista	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total	
Ativos:									
Caixa e depósitos em Bancos Centrais	165.813	52.959	6.697	7.562	159	-	2	233.192	5,59%
Ativos financeiros disponíveis para venda-									
Instrumentos de dívida	203	8.818	5.528	22.060	35.596	27.652	97.254	197.111	5,25%
Empréstimos e Recebíveis-									
Aplicações no mercado aberto	31.317	39.804	3.346	6.407	3.737	4.448	13.349	102.408	4,22%
Operações de crédito	59.110	96.230	78.418	191.518	246.746	162.336	926.198	1.760.556	6,74%
Instrumentos de dívida	140	4.078	1.781	819	964	2.947	5.796	16.525	3,34%
	256.583	201.889	95.770	228.366	287.202	197.383	1.042.599	2.309.792	6,36%
Passivo:									
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado-									
Depósitos captados junto a bancos centrais	273	23.195	13	2	-	61.064	-	84.547	1,63%
Depósito captados junto a instituições de crédito	5.499	67.573	25.985	35.989	26.534	34.622	387	196.589	5,69%
Depósitos captados junto a clientes	723.879	211.145	97.759	180.021	152.888	34.550	22.668	1.422.910	2,64%
Obrigações por emissão de títulos (*)	1.215	19.552	32.692	56.351	125.812	81.897	139.352	456.871	3,32%
Passivos subordinados	186	2	5	573	6.876	8.219	39.685	55.546	6,38%
Outros passivos financeiros	14.939	6.371	15.157	887	3.943	1.015	1.708	44.020	n.a.
	745.991	327.838	171.611	273.823	316.053	221.367	203.800	2.260.483	3,10%
Diferenças de ativos menos passivos	(489.408)	(125.949)	(75.841)	(45.457)	(28.851)	(23.984)	838.799	49.309	

(*) Inclui Notas promissórias, certificados de depósito e outras emissões de dívida a curto prazo.

Além disso, abaixo estão discriminados os vencimentos contratuais não descontados dos passivos financeiros ao custo amortizado existente em 31 de dezembro de 2013:

	31 de dezembro de 2013							
	Milhões de euros							
	Para o vista	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado:								
Depósitos captados junto à Bancos Centrais	482	3.185	155	310	5.589	-	-	9.720
Depósitos captados junto à instituições de crédito	2.740	27.502	5.545	14.351	13.029	7.791	5.126	76.084
Depósitos captados junto à clientes	327.853	53.002	25.987	80.478	63.152	9.557	11.682	571.712
Obrigações por emissão de títulos (*)	141	8.260	16.612	26.169	52.127	19.963	42.278	165.549
Passivos subordinados	22	143	2	736	2.212	2.441	8.911	14.465
Outros passivos financeiros	5.524	7.476	1.613	312	486	115	884	16.410
	336.761	99.567	49.914	123.356	136.595	39.866	68.880	853.940

	31 de dezembro de 2013							
	Milhões de reais							
	Para o vista	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado:	Para o							
Depósitos captados junto à Bancos Centrais	1.570	10.375	505	1.010	18.207	-	-	31.667
Depósitos captados junto à instituições de crédito	8.926	89.591	18.063	46.750	42.443	25.380	16.698	247.851
Depósitos captados junto à clientes	1.068.014	172.659	84.655	262.165	205.724	31.133	38.055	1.862.405
Obrigações por emissão de títulos (*)								
Passivos subordinados	459	26.908	54.115	85.248	169.809	65.031	137.725	539.295
Outros passivos financeiros	72	466	7	2.398	7.206	7.952	29.028	47.129
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado:	17.995	24.354	5.255	1.016	1.583	375	2.880	53.458
	1.097.033	324.349	162.600	401.845	444.972	129.867	224.383	2.785.049

(*) Não divide a análise de maturidade dos derivativos devido ao fato de que não é essencial para a compreensão da temporização dos fluxos de caixa, dado que quase todos esses contratos de derivativos estão sujeitos a liquidação através dos acordos de compensação com outros derivativos mantidos com a mesma contraparte (acordos de *netting*).

Com base na experiência do Grupo, não são produzidas saídas de recursos ou outros ativos financeiros antes da data de vencimento contratual que possam afetar as informações detalhadas acima.

b) Equivalente em euros dos ativos e passivos

O detalhamento dos principais saldos do balanço consolidado em moeda estrangeira, de acordo com a natureza dos itens que a compõe é a seguinte:

	Valor em milhões de euros					
	2013		2012		2011	
	Ativos	Passivo	Ativos	Passivo	Ativo	Passivos
Caixa e depósitos em Bancos Centrais	71.328	-	70.756	-	73.487	-
Ativos financeiros para livre negociação	72.888	61.473	106.813	80.893	110.645	89.833
Outros ativos financeiros						
avaliados pelo seu valor justo no resultado	9.177	9.953	10.448	10.480	7.457	23.442
Ativos financeiros disponíveis para venda	43.558	-	50.144	-	44.248	-
Empréstimos e Recebíveis	454.791	-	466.933	-	468.555	-
Participações	3.941	-	3.336	-	3.161	-
Ativos tangíveis	5.611	-	5.667	-	5.349	-
Ativos intangíveis	22.422	-	24.269	-	24.374	-
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado	-	526.588	-	560.483	-	544.218
Outros	20.700	23.817	22.360	50.971	22.037	44.998
	704.416	621.831	760.726	702.827	759.313	702.491

	Valor em milhões de reais					
	2013		2012		2011	
	Ativos	Passivo	Ativos	Passivo	Ativo	Passivos
Caixa e depósitos em Bancos Centrais	232.358	-	191.296	-	177.537	-
Ativos financeiros para livre negociação	237.440	200.254	288.780	218.702	267.307	217.028
Outros ativos financeiros						
avaliados pelo seu valor justo no resultado	29.895	32.423	28.247	28.334	18.015	56.634
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Empréstimos e Recebíveis	141.895	-	135.569	-	106.899	-
Participações	1.481.527	-	1.262.400	-	1.131.982	-
Ativos tangíveis	12.838	-	9.019	-	7.637	-
Ativos intangíveis	18.278	-	15.321	-	12.923	-
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado	73.042	-	65.614	-	58.885	-
Outros	-	1.715.413	-	1.515.322	-	1.314.776
Caixa e depósitos em Bancos Centrais	67.432	77.586	60.452	137.805	53.239	108.711
	2.294.705	2.025.676	2.056.698	1.900.163	1.834.424	1.697.149

c) O valor justo dos ativos financeiros e passivos não relatados pelo seu valor justo

Ativos financeiros, detidos pelo Grupo são relatados no balanço consolidado ao seu valor justo, exceto Caixa e Bancos Centrais, crédito, investimentos, instrumentos de patrimônio líquido, cujo valor de mercado não podem ser fielmente estimados e derivativos financeiros que têm esses instrumentos como ativo subjacente e são liquidados mediante a entrega do mesmo.

Da mesma forma, exceto o passivo incluído na carteira de negociação e o valor ao valor justo e os instrumentos financeiros derivativos (exceto aqueles que têm como valor de mercado de patrimônio líquido ativo subjacente não pode ser fielmente estimado), passivos financeiros do Grupo são relatados no balanço consolidado ao custo amortizado.

Em seguida, está apresentada uma comparação entre os valores que estão registrados nos instrumentos financeiros do Grupo e que são avaliadas com critérios diferentes do valor justo ou o seu correspondente valor razoável.

(i) Ativos avaliados com critério diferentes o do critério do valor justo

Ativo	Milhões de euros								
	2013					2012		2011	
	Quantidade registrado	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Quantidade registrado	Valor razoável	Quantidade registrado	Valor justo
Empréstimos e Recebíveis:									
Aplicações de mercado aberto	56.017	56.213	-	-	56.213	53.785	54.397	42.389	42.351
Operações de crédito	650.581	651.338	-	-	651.338	696.014	702.685	728.737	739.997
Instrumentos de dívida	7.886	7.858	-	3.017	4.841	7.059	7.241	6.840	6.583
	714.484	715.409	-	3.017	712.392	756.858	764.323	777.966	788.931

Ativo	Milhões de reais								
	2013					2012		2011	
	Quantidade registrado	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Quantidade registrado	Valor razoável	Quantidade registrado	Valor justo
Empréstimos e Recebíveis:									
Aplicações de mercado aberto	182.481	183.119	-	-	183.119	145.413	147.068	102.408	102.316
Operações de crédito	2.119.333	2.121.799	-	-	2.121.799	1.881.743	1.899.779	1.760.556	1.787.759
Instrumentos de dívida	25.689	25.598	-	9.828	15.770	19.085	19.577	16.525	15.904
	2.327.503	2.330.516	-	9.828	2.320.688	2.046.241	2.066.424	1.879.489	1.905.979

(ii) Passivos financeiros avaliados com critérios diferentes do valor justo

Passivo	Milhões de euros								
	2013					2012		2011	
	Quantidade Registrado	Valor razoável	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Quantidade registrado	Valor razoável	Quantidade registrado	Valor razoável
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado:									
Depósitos captados junto à Bancos Centrais	9.788	9.788	-	-	9.788	50.938	50.938	34.996	34.996
Depósitos captados junto à instituições de crédito	76.534	76.636	-	76.636	-	80.732	81.819	81.373	82.287
Depósitos captados junto à clientes	572.853	570.312	-	-	570.312	589.104	590.278	588.977	589.173
Obrigações por emissão de títulos	171.390	170.787	41.355	129.432	-	201.064	204.014	189.110	190.410
Passivos subordinados	16.139	16.342	-	16.342	-	18.238	18.356	22.992	25.175
Outros passivos financeiros	16.410	16.407	-	-	16.407	19.245	19.246	18.221	18.195
	863.114	860.272	41.355	222.410	596.507	959.321	964.651	935.669	940.236

Passivo	Milhões de reais								
	2013					2012		2011	
	Quantidade Registrado	Valor razoável	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Quantidade registrado	Valor razoável	Quantidade registrado	Valor razoável
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado:									
Depósitos captados junto à Bancos Centrais	31.885	31.885	-	-	31.885	137.716	137.716	84.547	84.547
Depósitos captados junto à instituições de crédito	249.317	249.649	-	249.649	-	218.267	221.206	196.589	198.797
Depósitos captados junto à clientes	1.866.126	1.857.848	-	-	1.857.848	1.592.702	1.595.876	1.422.910	1.423.383
Obrigações por emissão de títulos	558.320	556.356	134.718	421.638	-	543.597	551.572	456.871	460.012
Passivos subordinados	52.575	53.236	-	53.236	-	49.308	49.627	55.546	60.820
Outros passivos financeiros	53.457	53.447	-	-	53.447	52.031	52.033	44.020	43.957
	2.811.680	2.802.421	134.718	724.523	1.943.180	2.593.621	2.608.030	2.260.483	2.271.516

Os principais métodos de avaliação e *inputs* utilizados na estimativa de 31 de dezembro de 2013, relativos ao valor justo dos ativos e passivos financeiros da tabela acima estão demonstrados abaixo:

- Investimentos de crédito: o valor justo foi estimado usando a técnica de valor presente. Na estimativa foram considerados fatores como a maturidade esperada da carteira, as taxas de juros de mercado, nova concessão de operações de mercado -se estas estavam disponíveis -.
- Passivos financeiros pelo custo amortizado:
 - i) Foram similares ao valor justo de depósitos dos Bancos Centrais em seu valor contábil por tratar-se, principalmente, de saldos de curto prazo.
 - ii) Depósitos de instituições de crédito: o valor justo foi obtido pela técnica do valor presente usando as taxas de juros e spread de mercado.
 - iii) Depósitos dos clientes: o valor justo foi estimado utilizando a técnica de valor presente. Na estimativa foram considerados fatores como a maturidade esperada das operações e o custo do financiamento atual do Grupo em operações semelhantes.
 - iv) Débitos representados por títulos negociáveis e Passivos subordinados: o valor justo foi determinado com base nas cotações de mercado de tais instrumentos - quando estes estavam disponíveis-, ou usando o valor presente, aplicando as taxas de juros e *spreads* de mercado.

Além disso, o valor justo de Caixa e depósitos em Bancos Centrais foi considerado similar ao seu valor contábil, principalmente por se referirem a saldos no curto prazo.

Finalmente, em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 havia instrumentos de capital no montante de 461, 507 e 458 milhões de euros (1.502, 1.371, 1.106 milhões de reais), respectivamente, relataram na carteira de disponíveis para a venda de ativos financeiros, valorizados ao custo do balanço consolidado, uma vez que não é possível estimar de forma confiável se o valor justo corresponde aos interesses das entidades não listadas no mercado organizado e, como resultado, sem significativos *inputs* não observáveis.

d) Exposição do Grupo nos países periféricos da Europa

Abaixo a discriminação em 31 de dezembro de 2013 e 2012, por tipos de instrumentos financeiros, para a exposição do Grupo ao risco soberano dos países periféricos da Europa e é mantido em curto prazo, levando em consideração os critérios estabelecidos pela *European Bank Authority* (EBA) - explicado na Nota 54-

Risco soberano por país de emissor/creditado para 31 de dezembro de 2013 (*)								
	Milhões de euros							
	Instrumentos de dívida				Crédito a clientes (**)	Exposição direta líquida total	Derivativos (***)	
	Ativos financeiros para livre negociação e outros avaliados pelo seu valor justo no resultado	Posições de títulos de curto prazo	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis			Derivativos, exceto CDSs	CDSs
Espanha	4.783	(2.079)	21.144	1.145	13.374	38.367	(153)	-
Portugal	148	-	2.076	-	583	2.807	-	-
Itália	2.571	(1.262)	77	-	-	1.386	-	2
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	-
Irlanda	-	-	-	-	-	-	199	-

Risco soberano por país de emissor/creditado para 31 de dezembro de 2013 (*)								
	Milhões de reais							
	Instrumentos de dívida				Crédito a clientes (**)	Exposição direta líquida total	Derivativos (***)	
	Ativos financeiros para livre negociação e outros avaliados pelo seu valor justo no resultado	Posições de títulos de curto prazo	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis			Derivativos, exceto CDSs	CDSs
Espanha	15.581	(6.773)	68.879	3.730	43.567	124.984	(498)	-
Portugal	482	-	6.763	-	1.899	9.144	-	-
Itália	8.376	(4.111)	250	-	-	4.515	-	7
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	-
Irlanda	-	-	-	-	-	-	648	-

(*) Informações elaboradas com critérios EBA. Além disso, há a dívida pública no balanço das companhias de seguros de 5.649 milhões de euros (18.389 milhões de reais) (dos quais 4.783, 654 e 208 milhões de euros, 15.581, 2.130 e 678 milhões de reais, para Espanha, Portugal e Itália, respectivamente) e mostra fora do balanço não - compromissos e riscos contingentes - derivativos de 1.884 milhões de euros (6.137 milhões de reais) (1.627, 118, 137 e 2 milhões de euros (5.300, 384, 446 e 7 milhões de reais) com a Espanha, Portugal, Itália e Irlanda, respectivamente).

(**) Ocorre sem levar em conta as correções de valor estabelecido (20 milhões de euros) (65 milhões de reais).

(***) Além de CDS derivativos referem-se à exposição dos derivativos baseado na localização da compensação, independentemente da localização do subjacente. CDS refere-se à exposição dos CDS dependendo da localização do subjacente.

Risco soberano por país de emissor/creditado para 31 de dezembro de 2012 (*)									
	Milhões de euros								
	Instrumentos de dívida					Crédito a clientes (**)	Exposição direta líquida total	Derivativos (***)	
	Ativos financeiros para livre negociação e outros avaliados pelo seu valor justo no resultado	Posições de títulos de curto prazo	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	Derivativos, exceto CDSs			CDSs	
Espanha	6.473	(2.070)	24.654	1.173	15.356	45.586	(234)	-	
Portugal	-	-	1.684	-	616	2.300	-	1	
Itália	353	(425)	76	-	-	4	-	-	
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	-	
Irlanda	-	-	-	-	-	-	284	-	

Risco soberano por país de emissor/creditado para 31 de dezembro de 2012 (*)									
	Milhões de reais								
	Instrumentos de dívida					Crédito a clientes (**)	Exposição direta líquida total	Derivativos (***)	
	Ativos financeiros para livre negociação e outros avaliados pelo seu valor justo no resultado	Posições de títulos de curto prazo	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	Derivativos, exceto CDSs			CDSs	
Espanha	17.500	(5.598)	66.655	3.171	41.516	123.244	(633)	-	
Portugal	-	-	4.553	-	1.665	6.218	-	3	
Itália	955	(1.149)	205	-	-	11	-	-	
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	-	
Irlanda	-	-	-	-	-	-	768	-	

(*) Informações elaboradas com critérios EBA. Além disso, há a dívida pública no balanço das companhias de seguros de 4.276 milhões de euros (11.561 milhões de reais) (dos quais 3.935, 156 e 185 milhões de euros, 10.639, 422, 500 milhões de reais, para Espanha, Portugal e Itália, respectivamente) e mostra fora do balanço não - compromissos e riscos contingentes - derivativos de 2.578 milhões de euros (6.970 milhões de reais) (2.341, 33 e 204 milhões de euros-6.329, 89 e 551 milhões de reais com a Espanha, Portugal e Itália, respectivamente).

(**) Ocorra sem levar em conta as correções de valor estabelecido (20 milhões de euros)(54 milhões de reais).

(***) Além de CDS derivativos referem-se à exposição dos derivativos baseado na localização da compensação, independentemente da localização do subjacente. CDS refere-se à exposição dos CDS dependendo da localização do subjacente.

Por outro lado, se divide o resto dos riscos realizada pelo Grupo referentes ao países acima mencionados com outros parceiros (setor privado, Bancos Centrais e outras entidades públicas não consideradas de risco soberano) em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

Risco com o resto das contrapartes por país do emitente/homologado em 31 de dezembro de 2013 (*)									
	Milhões de euros								
	Aplicações no mercado aberto	Aquisições temporárias de ativos	Instrumentos de dívida			Operações de Crédito (**)	Exposição direta líquida total	Derivativos (***)	
			Ativos financeiros para livre negociação e outro pelo seu valor justo no resultado	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis			Derivativos, exceto CDSs	CDSs
Espanha	816	7.451	3.148	7.826	1.804	160.478	181.523	1.981	(44)
Portugal	1.716	-	209	1.168	1.845	25.578	30.516	1.454	(1)
Itália	11	-	368	273	93	6.490	7.235	(115)	(2)
Grécia	-	-	-	-	-	80	80	-	-
Irlanda	-	-	229	360	259	507	1.355	1.031	-

Risco com o resto das contrapartes por país do emitente/homologado em 31 de dezembro de 2013 (*)									
	Milhões de reais								
	Aplicações no mercado aberto	Aquisições temporárias de ativos	Instrumentos de dívida			Crédito a clientes (**)	Exposição direta líquida total	Derivativos (***)	
			Ativos financeiros para livre negociação e outro pelo seu valor justo no resultado	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis			Derivativos, exceto CDSs	CDSs
Espanha	2.658	24.272	10.255	25.494	5.877	522.773	591.329	6.453	(143)
Portugal	5.590	-	681	3.805	6.010	83.323	99.409	4.737	(3)
Itália	36	-	1.199	889	303	21.142	23.569	(375)	(7)
Grécia	-	-	-	-	-	261	261	-	-
Irlanda	-	-	745	1.173	844	1.652	4.414	3.359	-

(*) Além disso, o Grupo tem exposições fora de saldo não-derivados - compromissos e riscos contingentes - no montante de 48.659, 5.982, 2.717, 4 e 93 milhões de euros (158.512, 19.487, 8.851, 13 e 303 milhões de reais) com os congêneres em Espanha, Portugal, Itália, Grécia e Irlanda, respectivamente.

(**) Não considera as correções de valor ou correções à perda de valor de valor constituída (13.209 milhões de euros) (43.030 milhões de reais).

(***) Derivativos, exceto CDS refere-se à exposição dos derivativos com base na localização da compensação, independentemente da localização do subjacente. CDS refere-se à exposição dos CDS dependendo da localização do subjacente.

O risco com o resto dos homólogos por país de emissor/creditado para o 31 de dezembro de 2012 (*)									
	Milhões de euros								
	Depósitos em Bancos Centrais	Aquisições temporárias de ativos	Títulos de dívida			Crédito a clientes (**)	Exposição direta líquida total	Derivativos (***)	
			Ativos financeiros para livre negociação e outros avaliados pelo seu valor justo no resultado	Ativos financeiros disponíveis para venda	Operações de Crédito			Derivativos, exceto CDSs	CDSs
Espanha	1.218	11.471	2.598	7.225	1.130	184.658	208.300	7.180	(40)
Portugal	1.156	-	997	676	1.547	25.243	29.619	1.809	(4)
Itália	3	-	176	122	83	7.513	7.897	(2)	8
Grécia	-	-	-	-	-	96	96	-	-
Irlanda	-	-	146	414	179	481	1.220	344	-

O risco com o resto dos homólogos por país de emissor/creditado para o 31 de dezembro de 2012 (*)									
	Milhões de reais								
	Depósitos em Bancos Centrais	Aquisições temporárias de ativos	Títulos de dívida			Crédito a clientes (**)	Exposição direta líquida total	Derivativos (***)	
			Ativos financeiros para livre negociação e outros avaliados pelo seu valor justo no resultado	Ativos financeiros disponíveis para venda	Operações de Crédito			Derivativos, exceto CDSs	CDSs
Espanha	3.293	31.013	7.024	19.534	3.055	499.241	563.160	19.412	(108)
Portugal	3.125	-	2.696	1.828	4.182	68.247	80.078	4.891	(11)
Itália	8	-	476	330	224	20.312	21.350	(5)	22
Grécia	-	-	-	-	-	260	260	-	-
Irlanda	-	-	395	1.119	484	1.300	3.298	930	-

(*) Além disso, o Grupo tem exposições fora de saldo não-derivativos - compromissos e riscos contingentes - no montante de 63.101, 7.397, 3.234, 135 e 224 milhões de euros (170.600, 19.999, 8.743, 365 e 606 milhões de reais) com os parceiros em Espanha, Portugal, Itália, Grécia e Irlanda, respectivamente

(**) Ocorra sem levar em conta as correções de valor ou correções à perda de valor de valor constituída (12.671 milhões de euros) (34.257 milhões de reais).

(***) Além de CDS derivativos referem-se à exposição dos derivativos baseado na localização da compensação, independentemente da localização do subjacente. CDS refere-se à exposição dos CDS dependendo da localização do subjacente.

Abaixo informações sobre os valores notacionais correspondente para os CDS detalhadas em tabelas anteriores correspondem a 31 de dezembro de 2013 e 2012:

31/12/13							
Milhões de euros							
		Valor notional			Valor justo		
		Comprado	Vendida	Net	Comprado	Vendida	Net
Espanha	Soberano	-	-	-	-	-	-
	Outros	1.735	2.277	(542)	(18)	(26)	(44)
Portugal	Soberano	192	174	18	5	(5)	-
	Outros	223	278	(55)	1	(2)	(1)
Itália	Soberano	603	570	33	(1)	3	2
	Outros	834	913	(79)	(2)	-	(2)
Grécia	Soberano	-	-	-	-	-	-
	Outros	5	5	-	-	-	-
Irlanda	Soberano	4	4	-	-	-	-
	Outros	6	6	-	-	-	-

31/12/13							
Milhões de reais							
		Valor notional			Valor justo		
		Comprado	Vendida	Net	Comprado	Vendida	Net
Espanha	Soberano	-	-	-	-	-	-
	Outros	5.652	7.418	(1.766)	(59)	(84)	(143)
Portugal	Soberano	626	567	59	16	(16)	-
	Outros	727	906	(179)	3	(6)	(3)
Itália	Soberano	1.965	1.857	108	(3)	10	7
	Outros	2.717	2.974	(257)	(7)	-	(7)
Grécia	Soberano	-	-	-	-	-	-
	Outros	16	16	-	-	-	-
Irlanda	Soberano	13	13	-	-	-	-
	Outros	20	20	-	-	-	-

31/12/12							
Milhões de euros							
		Valor notional			Valor justo		
		Comprado	Vendida	Net	Comprado	Vendida	Net
Espanha	Soberano	-	-	-	-	-	-
	Outros	2.202	2.952	(750)	3	(43)	(40)
Portugal	Soberano	225	207	18	14	(13)	1
	Outros	398	418	(20)	7	(11)	(4)
Itália	Soberano	518	608	(90)	12	(12)	-
	Outros	1.077	1.025	52	40	(32)	8
Grécia	Soberano	-	-	-	-	-	-
	Outros	20	20	-	1	(1)	-
Irlanda	Soberano	9	9	-	-	-	-
	Outros	16	16	-	-	-	-

31/12/12							
Milhões de reais							
		Valor notional			Valor justo		
		Comprado	Vendida	Net	Comprado	Vendida	Net
Espanha	Soberano	-	-	-	-	-	-
	Outros	5.953	7.981	(2.028)	8	(116)	(108)
Portugal	Soberano	608	560	48	38	(35)	3
	Outros	1.076	1.130	(54)	19	(30)	(11)
Itália	Soberano	1.400	1.644	(244)	32	(32)	-
	Outros	2.912	2.771	141	108	(86)	22
Grécia	Soberano	-	-	-	-	-	-
	Outros	54	54	-	3	(3)	-
Irlanda	Soberano	24	24	-	-	-	-
	Outros	43	43	-	-	-	-

52. Informação segmentada por negócios e áreas geográficas

a) Geografias

Informações por segmento de negócio constituem um instrumento fundamental para o acompanhamento e gestão das diferentes atividades do Grupo.

Durante o exercício de 2013, o Grupo fez as seguintes modificações para os critérios de gestão e apresentação da suas informações financeiras por segmentos para o para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

- Criaram-se as seguintes unidades no segmento geográfico de Europa continental:
 - Espanha: que passa a incluir as velhas redes comerciais do Banco Santander, S.A., o Banesto e o Banif (mescladas em 2013), banca global atacadista, gerenciamento de ativos e seguros, todas elas correspondendo a Espanha.
 - Negócios imobiliários descontinuados na Espanha: inclui operações de créditos cujo atividade principal é a promoção imobiliária , investimentos relacionados ao setor imobiliário e retomadas correspondente para a Espanha, que são geridos de forma especializada.
- Dentro do nível secundário de divulgações, que é mostrado agrupado pelos negócios, é segregada também a unidade de negócios imobiliários de Espanha.
- O custo da liquidez aplicado a unidades para fins de gestão de tal forma que se move sobre para aplicar o custo da dívida de sênior do Banco Santander, S.A. ao contrário dos empréstimos e depósitos de cada unidade foi alterado.

Como resultado, as informações correspondentes aos exercícios 2012 e 2011, mostrado abaixo foi reformuladas sob esses critérios, de tal forma que é comparativa.

No nível principal de segmentação, derivado a gestão do Grupo, apresentou cinco segmentos: quatro áreas operacionais mais atividades corporativas. Áreas operacionais coletados a totalidade do negócio que o Grupo desenvolve-se na mesma e é: Reino Unido, Europa continental, América Latina e Estados Unidos, com base na localização dos ativos do Grupo.

A área da Europa continental incorpora todo o negócio da banca, atacado bancário, seguros e gestão de ativos e a Espanha de imobiliário, descontinuado o segmento de negócios feita na Europa, com exceção do Reino Unido. A área da América Latina inclui todas as atividades financeiras que o Grupo se desenvolve através de bancos e subsidiárias. Também inclui unidades especializadas de Santander Private Banking, como uma unidade independente e gerenciado globalmente e de negócios de Nova York. A zona de Estados Unidos inclui os negócios do Santander Bank e participação em Santander Consumer USA Inc.

A área de atividades corporativas inclui gerenciamento centralizado das empresas relativas à financeira e industrial a gestão financeira da mudança estrutural de posição e o risco de interesse estrutural da matriz, bem como a gestão de liquidez e os recursos próprios através de emissões e securitização.

A produção de informações financeiras de cada segmento operacional é feito a partir da agregação de unidades existentes no Grupo. Informação de fundo corresponde a ambos os dados contábeis das unidades jurídicas que são integradas em cada segmento para o disponível em sistemas de informações gerenciais. Em todos os casos, as demonstrações financeiras são homogeneizadas para os critérios contábeis utilizados por o Grupo.

Como resultado, a soma das contas de resultado de segmentos diferentes coincide com a conta de ganhos e perdas consolidada. Em termos de saldo, o necessário processo de abertura das unidades de negócio diferentes, integrados em um único balanço consolidado, deve refletir diferentes montantes emprestados e tomadas entre eles como um maior volume de ativos e passivos de cada negócio. Estes montantes para a liquidez InterGrupo removido eliminações de coluna intergrupais na tabela a seguir, a fim de conciliar os valores contribuídos por cada unidade de negócio para o saldo do Grupo consolidado.

Não há clientes localizados em um local diferente para a localização dos ativos do Grupo que geram renda de mais de 10% da receita.

O balanço e a conta de resultado, resumidos, diferentes áreas geográficas listados abaixo:

Balço patrimonial (resumo)	Milhões de euros						
	2013						
	Europa Continental	Reino Unido	América Latina	Estados Unidos	Atividades corporativas	Eliminações intergrupos	Total
Total de Ativos	436.641	323.744	249.978	54.331	181.722	(130.778)	1.115.638
Operações de crédito	266.355	231.046	132.542	37.682	1.231	-	668.856
Ativos financeiros para livre negociação (sem créditos e depósitos)	50.317	28.832	23.108	117	2.333	-	104.707
Ativos financeiros disponíveis para venda	37.319	6.003	20.947	8.854	10.676	-	83.799
Instituições de crédito	38.506	17.136	28.213	348	28.774	(38.013)	74.964
Ativos tangíveis (*)	6.297	2.498	3.931	585	3.303	-	16.614
Outras contas do ativo	37.847	38.229	41.237	6.745	135.405	(92.765)	166.698
Total do Passivo e Patrimônio líquido	436.641	323.744	249.978	54.331	181.722	(130.778)	1.115.638
Depósitos captados junto à clientes	256.138	187.467	125.844	35.537	2.851	-	607.837
Débitos representados por títulos	16.781	64.093	28.987	1.146	64.470	-	175.477
Passivos subordinados	406	5.805	4.832	1.225	3.871	-	16.139
Obrigação por emissão de títulos	1.430	-	-	-	-	-	1.430
Depósitos captados junto à Bancos Centrais e as instituições de crédito	59.041	26.882	24.825	8.101	28.561	(38.013)	109.397
Outras contas (**)	77.194	26.855	45.253	2.649	1.193	(28.562)	124.582
Recursos próprios (capital e reservas)	25.651	12.642	20.237	5.673	80.776	(64.203)	80.776
Outros recursos para clientes gerenciados	50.962	9.645	64.563	-	-	-	125.170
Fundos de investimento	33.445	9.645	50.214	-	-	-	93.304
Fundos de pensões	10.879	-	-	-	-	-	10.879
Ativos sob gestão	6.638	-	14.349	-	-	-	20.987
Fundos de cliente gerenciados (***)	324.287	267.010	224.226	37.908	71.192	-	924.623

Balço patrimonial (resumo)	Milhões de reais						
	2013						
	Europa Continental	Reino Unido	América Latina	Estados Unidos	Atividades corporativas	Eliminações interGrupos	Total
Total de ativos	1.422.401	1.054.629	814.329	176.990	591.976	(426.022)	3.634.303
Operações de crédito	867.678	752.656	431.769	122.753	4.010	-	2.178.866
Ativos financeiros para livre negociação (sem créditos e depósitos)	163.913	93.923	75.276	381	7.600	-	341.093
Ativos financeiros disponíveis para venda	121.570	19.556	68.237	28.843	34.778	-	272.984
Instituições de crédito	125.437	55.822	91.907	1.134	93.734	(123.831)	244.203
Ativos tangíveis (*)	20.513	8.137	12.806	1.906	10.760	-	54.122
Outras ativo	123.290	124.535	134.334	21.973	441.094	(302.191)	543.035
Total do Passivo e Patrimônio líquido	1.422.402	1.054.628	814.328	176.989	591.978	(426.022)	3.634.303
Depósitos captados junto à clientes	834.393	610.693	409.949	115.765	9.288	-	1.980.090
Débitos representados por títulos	54.666	208.789	94.428	3.733	210.018	-	571.634
Passivos subordinados	1.323	18.910	15.741	3.991	12.610	-	52.575
Obrigação por emissão de títulos	4.658	-	-	-	-	-	4.658
Depósitos captados junto à Bancos Centrais e as instituições de crédito	192.332	87.571	80.870	26.390	93.039	(123.831)	356.371
Outras contas (**)	281.416	102.243	171.044	15.252	98.197	(168.003)	500.149
Recursos próprios (capital e reservas)	53.612	26.422	42.296	11.858	168.826	(134.188)	168.826
Outros recursos para clientes gerenciados	166.014	31.420	210.319	-	-	-	407.753
Fundos de investimento	108.951	31.420	163.576	-	-	-	303.947
Fundos de pensões	35.439	-	-	-	-	-	35.439
Ativos sob gestão	21.624	-	46.743	-	-	-	68.367
Fundos de cliente gerenciados (***)	1.056.397	869.812	730.439	123.489	231.915	-	3.012.052

(*) Inclui ativos intangíveis e outros ativos intangíveis.

(**) Inclui, além de passivos itens que não são decompostos, os ajustes de saldo para avaliação, participações minoritárias e o lucro para o período atribuído ao controlador.

(***) Cobrar do cliente os depósitos, Débitos representados por títulos, Passivos subordinados e outros fundos do cliente gerenciado.

A área de atividades corporativas atua como *empresa holding* do Grupo. Consequentemente, gerencia todos os recursos próprios (capital e reservas de todas as unidades) e determina a atribuição das mesmas para cada uma das unidades. Os recursos próprios do Grupo (80.776 milhões de euros) (230.358 milhões de reais) são inicialmente atribuídos a esta área e então é cobrado, em conformidade com as políticas corporativas, das unidades de negócio (64.203 milhões de euros) (183.095 milhões de reais). Essa imputação é apresentada como um ativo da área de atividades corporativas (incluído no item outras contas do ativo) e como uma responsabilidade de cada unidade de negócio (incluído no e item recursos (capital e reservas)). Portanto, esse *input* é refletido no balanço das exclusões de configurações intra-Grupo para não duplicar os saldos e para se obter o balanço patrimonial consolidado do Grupo total.

Balço patrimonial (resumo)	Milhões de euros						
	2012						
	Europa Continental	Reino Unido	América Latina	Estados Unidos	Atividades corporativas	Eliminações intragrupo	Total
Total de ativos	495.272	359.058	269.627	62.950	243.455	(160.762)	1.269.600
Empréstimos a clientes	283.427	249.157	140.090	41.331	5.107	-	719.112
Ativos Financeiros Para Livre Negociação (sem créditos e depósitos)	87.992	38.177	28.403	275	4.065	-	158.912
Disponível para venda de ativos financeiros	38.309	6.718	23.499	14.791	8.949	-	92.266
Instituições de crédito	49.020	18.124	25.799	714	50.422	(70.179)	73.900
Ativos fixos	5.697	2.561	4.490	560	3.988	-	17.296
Outras contas do ativo	30.827	44.321	47.346	5.279	170.924	(90.583)	208.114
Patrimônio líquido e passivo total	495.272	359.058	269.627	62.950	243.455	(160.762)	1.269.600
Depósitos de clientes	256.154	194.452	134.765	38.116	3.152	-	626.639
Débitos representados por títulos	21.119	73.919	28.107	820	82.002	2	205.969
Passivos subordinados	118	5.534	5.734	1.986	4.866	-	18.238
Contratos de seguros passivos	1.425	-	-	-	-	-	1.425
Depósitos de Bancos Centrais e as instituições de crédito	78.177	29.313	32.131	14.221	69.304	(70.180)	152.966
Outras contas	107.245	42.689	48.481	2.628	4.442	(20.811)	184.674
Recursos próprios (capital e reservas)	31.034	13.151	20.409	5.179	79.689	(69.773)	79.689
Outros recursos para clientes gerenciados	43.391	13.919	60.831	-	-	-	118.141
Fundos de investimento	27.080	13.919	48.177	-	-	-	89.176
Fundos de pensões	10.076	-	-	-	-	-	10.076
Ativos sob gestão	6.235	-	12.654	-	-	-	18.889
Fundo de clientes gerenciados	320.782	287.824	229.437	40.922	90.020	-	968.987

Balço patrimonial (resumo)	Milhões de reais						
	2012						
	Europa Continental	Reino Unido	América Latina	Estados Unidos	Atividades corporativas	Eliminações intragrupo	Total
Total de ativos	1.339.017	970.749	728.964	170.191	658.206	(434.636)	3.432.491
Empréstimos a clientes	766.274	673.621	378.747	111.742	13.807	-	1.944.191
Ativos Financeiros Para Livre Negociação (sem créditos e depósitos)	237.895	103.215	76.791	743	10.990	-	429.634
Disponível para venda de ativos financeiros	103.572	18.163	63.532	39.988	24.195	-	249.450
Instituições de crédito	132.530	49.000	69.750	1.931	136.321	(189.736)	199.796
Ativos fixos (*)	15.402	6.924	12.139	1.515	10.782	-	46.762
Outras contas do ativo	83.344	119.826	128.005	14.272	462.111	(244.900)	562.658
Patrimônio líquido e passivo total	1.339.017	970.749	728.964	170.191	658.206	(434.636)	3.432.491
Depósitos de clientes	692.538	525.720	364.351	103.050	8.523	-	1.694.182
Débitos representados por títulos	57.097	199.847	75.990	2.217	221.702	5	556.858
Passivos subordinados	319	14.962	15.502	5.369	13.156	-	49.308
Contratos de seguros passivos	3.853	-	-	-	-	-	3.853
Depósitos de Bancos Centrais e as instituições de crédito	211.359	79.251	86.869	38.448	187.370	(189.738)	413.559
Outras contas (**)	308.247	123.169	143.109	10.159	58.997	(97.408)	546.273
Recursos próprios (capital e reservas)	65.604	27.800	43.143	10.948	168.458	(147.495)	168.458
Outros recursos para clientes gerenciados	117.312	37.631	164.462	-	-	-	319.405
Fundos de investimento	73.214	37.631	130.251	-	-	-	241.096
Fundos de pensões	27.241	-	-	-	-	-	27.241
Ativos sob gestão	16.857	-	34.211	-	-	-	51.068
Fundo de clientes gerenciados (***)	867.266	778.161	620.306	110.637	243.378	5	2.619.753

(*) Inclui ativos intangíveis e outros ativos intangíveis.

(**) Inclui, além de passivos itens que não são decompostos, os ajustes de saldo para avaliação, participações minoritárias e o lucro para o período atribuído ao pai.

(***) Cobrar do cliente os depósitos, Débitos representados por títulos, Passivos subordinados e outros fundos do cliente gerenciado.

Balço patrimonial (resumo)	Milhões de euros						
	2011						
	Europa Continental	Reino Unido	América Latina	Estados Unidos	Atividades corporativas	Eliminações intragrupos	Total
Total de ativos	497.157	355.542	275.105	59.785	289.766	(226.346)	1.251.009
Empréstimos a clientes	303.117	254.140	139.867	40.194	5.078	6.145	748.541
Ativos Financeiros Para Livre Negociação (sem créditos e depósitos) Disponível para venda de ativos financeiros	79.230	41.440	31.705	271	7.300	-	159.946
Instituições de crédito	40.424	55	26.186	12.435	7.513	-	86.613
Ativos fixos (*)	43.635	16.808	19.181	677	68.502	(97.077)	51.726
Outras contas do ativo	5.359	2.290	4.312	493	4.385	1	16.840
	25.392	40.809	53.854	5.715	196.988	(135.415)	187.343
Patrimônio líquido e passivo total	497.157	355.542	275.105	59.785	289.766	(226.346)	1.251.009
Depósitos de clientes	244.836	194.317	134.078	36.884	22.418	-	632.533
Débitos representados por títulos	16.586	70.823	23.253	1.653	83.721	1.336	197.372
Passivos subordinados	181	8.260	6.015	2.275	6.260	1	22.992
Contratos de seguros passivos	517	-	-	-	-	-	517
Depósitos de Bancos Centrais e as instituições de crédito	72.239	31.203	46.832	11.570	139.668	(158.374)	143.138
Outras contas (**)	133.418	37.922	45.435	2.862	(39.416)	(2.879)	177.342
Recursos próprios (capital e reservas)	29.380	13.017	19.492	4.541	77.115	(66.430)	77.115
Outros recursos para clientes gerenciados	40.050	15.744	69.902	1	5.759	-	131.456
Fundos de investimento	27.124	15.744	55.829	-	3.914	-	102.611
Fundos de pensões	8.159	-	-	-	1.486	-	9.645
Ativos sob gestão	4.767	-	14.073	1	359	-	19.200
Fundos dos clientes gerenciados (***)	301.653	289.144	233.248	40.813	118.158	1.337	984.353

Balço patrimonial (resumo)	Milhões de reais						
	2011						
	Europa Continental	Reino Unido	América Latina	Estados Unidos	Atividades corporativas	Eliminações intragrupos	Total
Total de ativos	1.201.082	858.954	664.626	144.435	700.046	(546.829)	3.022.314
Empréstimos a clientes	732.300	613.977	337.905	97.104	12.268	14.846	1.808.400
Ativos Financeiros Para Livre Negociação (sem créditos e depósitos)	191.412	100.115	76.596	655	17.636	-	386.414
Disponível para venda de ativos financeiros	97.660	132	63.263	30.042	18.151	-	209.248
Instituições de crédito	105.418	40.606	46.339	1.636	165.494	(234.528)	124.965
Ativos fixos (*)	12.947	5.533	10.417	1.191	10.594	2	40.684
Outras contas do ativo	61.345	98.591	130.106	13.807	475.903	(327.149)	452.603
Patrimônio líquido e passivo total	1.201.082	858.954	664.626	144.435	700.046	(546.829)	3.022.314
Depósitos de clientes	591.499	469.451	323.919	89.108	54.160	-	1.528.137
Débitos representados por títulos	40.070	171.101	56.177	3.993	202.262	3.228	476.831
Passivos subordinados	437	19.955	14.532	5.496	15.124	2	55.546
Contratos de seguros passivos	1.249	-	-	-	-	-	1.249
Depósitos de Bancos Centrais e as instituições de crédito	174.522	75.384	113.141	27.952	337.424	(382.616)	345.807
Outras contas (**)	331.551	95.703	115.887	8.342	(71.013)	(27.814)	452.656
Recursos próprios (capital e reservas)	61.754	27.360	40.970	9.544	162.089	(139.629)	162.088
Empréstimos a clientes	96.757	38.036	168.876	2	13.913	-	317.584
Ativos Financeiros Para Livre Negociação (sem créditos e depósitos)	65.529	38.036	134.877	-	9.456	-	247.898
Disponível para venda de ativos financeiros	19.711	-	-	-	3.590	-	23.301
Instituições de crédito	11.517	-	33.999	2	867	-	46.385
Fundos dos clientes gerenciados (***)	728.763	698.543	563.504	98.600	285.458	3.230	2.378.098

(*) Inclui ativos intangíveis e outros ativos intangíveis.

(**) Inclui, além de passivos itens que não são decompostos, os ajustes de saldo para avaliação, participações minoritárias e o lucro para o período atribuído ao pai.

(***) Cobrar do cliente os depósitos, Débitos representados por títulos, Passivos subordinados e outros fundos do cliente gerenciado.

Conta de resultados (resumo)	Milhões de euros					
	2013					
	Europa Continental	Reino Unido	América Latina	Estados Unidos	Atividades corporativas	Total
MARGEM DE JUROS	8.123	3.451	15.186	1.409	(2.234)	25.935
Rendimentos sobre instrumentos de capital	265	1	54	23	35	378
Resultado das entidades avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	(19)	4	202	321	(8)	500
Comissões líquidas	3.552	991	4.874	394	(50)	9.761
Resultado de operações financeiras (líquidas) e as diferenças de câmbio (net)	775	403	1.038	69	1.109	3.394
Outros resultados operacionais	(111)	30	(271)	(58)	119	(291)
MARGEM BRUTA	12.585	4.880	21.083	2.158	(1.029)	39.677
Despesas administrativas	(5.807)	(2.181)	(7.801)	(1.097)	(566)	(17.452)
<i>Despesas de pessoal</i>	<i>(3.527)</i>	<i>(1.401)</i>	<i>(4.319)</i>	<i>(606)</i>	<i>(216)</i>	<i>(10.069)</i>
<i>Outras despesas gerais e administrativas</i>	<i>(2.280)</i>	<i>(780)</i>	<i>(3.482)</i>	<i>(491)</i>	<i>(350)</i>	<i>(7.382)</i>
Amortização	(769)	(424)	(904)	(163)	(131)	(2.391)
Provisões (líquido)	(158)	(232)	(783)	(50)	(959)	(2.182)
Perda com ativos financeiros - impairment	(3.766)	(580)	(6.533)	4	(352)	(11.227)
Perda com outros ativos - impairment	(65)	(4)	(25)	(16)	(393)	(503)
Outras provisões e renda	(374)	-	307	2	1.795	1.730
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE LUCRO	1.646	1.459	5.344	838	(1.635)	7.652
Imposto de renda	(376)	(301)	(1.208)	(113)	(115)	(2.113)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.270	1.158	4.136	725	(1.750)	5.539
Resultado de operações descontinuadas	(6)	(9)	-	-	-	(15)
LUCRO CONSOLIDADO DO PERÍODO	1.264	1.149	4.136	725	(1.750)	5.524
Atribuída aos acionistas minoritários	137	-	879	-	138	1.154
RESULTADO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS CONTROLADORES	1.127	1.149	3.257	725	(1.888)	4.370

Conta de resultados (resumo)	Milhões de reais					
	2013					
	Europa Continental	Reino Unido	América Latina	Estados Unidos	Atividades corporativas	Total
MARGEM DE JUROS	23.165	9.842	43.308	4.018	(6.371)	73.962
Rendimentos sobre instrumentos de capital	756	3	154	65	100	1.078
Resultado das entidades avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	(54)	11	576	916	(23)	1.426
Comissões líquidas	10.130	2.826	13.900	1.124	(143)	27.837
Resultado de operações financeiras (líquidas) e as diferenças de câmbio (net)	2.210	1.149	2.960	196	3.163	9.678
Outros resultados operacionais	(317)	86	(773)	(165)	339	(830)
MARGEM BRUTA	35.890	13.917	60.125	6.154	(2.935)	113.151
Despesas administrativas	(16.560)	(6.220)	(22.247)	(3.128)	(1.614)	(49.769)
<i>Despesas de pessoal</i>	<i>(10.058)</i>	<i>(3.995)</i>	<i>(12.317)</i>	<i>(1.728)</i>	<i>(617)</i>	<i>(28.715)</i>
<i>Outras despesas gerais e administrativas</i>	<i>(6.502)</i>	<i>(2.225)</i>	<i>(9.930)</i>	<i>(1.400)</i>	<i>(997)</i>	<i>(21.054)</i>
Amortização	(2.193)	(1.209)	(2.578)	(465)	(374)	(6.819)
Provisões (líquido)	(451)	(662)	(2.233)	(142)	(2.735)	(6.223)
Perda com ativos financeiros - impairment	(10.740)	(1.654)	(18.631)	11	(1.003)	(32.017)
Perda com outros ativos - impairment	5.946	4.172	14.436	2.430	(8.661)	18.323
Outras provisões e renda	(185)	(11)	(71)	(46)	(1.121)	(1.434)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE LUCRO	4.694	4.161	15.240	2.390	(4.663)	21.822
Imposto de renda	(1.072)	(859)	(3.445)	(322)	(328)	(6.026)
LÚCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.622	3.302	11.795	2.068	(4.991)	15.796
Resultado de operações descontinuadas	(17)	(26)	-	-	-	(43)
LUCRO CONSOLIDADO DO PERÍODO	3.605	3.276	11.795	2.068	(4.991)	15.753
Atribuída aos acionistas minoritários	391	-	2.507	-	392	3.290
RESULTADO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS CONTROLADORES	3.214	3.276	9.288	2.068	(5.383)	12.463

Conta de resultados (resumo)	Milhões de euros											
	2012						2011					
	Europa Continental	Reino Unido	Teste	Estados Unidos	Atividades corporativas	Total	Europa Continental	Reino Unido	Teste	Estados Unidos	Atividades corporativas	Total
MARGEM DE JUROS	8.854	3.336	17.881	1.695	(1.843)	29.923	7.976	4.128	16.473	3.289	(1.272)	30.594
Rendimentos sobre instrumentos de capital	289	1	60	20	53	423	264	1	72	1	56	394
Resultado das entidades avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	(88)	(5)	183	341	(4)	427	17	1	36	-	3	57
Comissões líquidas	3.625	1.190	5.097	378	(29)	10.261	3.767	1.015	4.992	643	(9)	10.408
Resultado de operações financeiras (líquidas) e as diferenças de câmbio (net)	306	1.231	1.071	244	288	3.140	254	405	1.067	192	398	2.316
Outros resultados operacionais	(19)	24	(358)	(73)	536	110	131	28	(198)	(57)	117	21
MARGEM BRUTA	12.967	5.777	23.934	2.605	(999)	44.284	12.409	5.578	22.442	4.068	(707)	43.790
Despesas administrativas	(5.790)	(2.311)	(8.253)	(1.037)	(410)	(17.801)	(5.805)	(2.131)	(8.037)	(1.169)	(502)	(17.644)
<i>Despesas de pessoal</i>	<i>(3.498)</i>	<i>(1.492)</i>	<i>(4.643)</i>	<i>(571)</i>	<i>(102)</i>	<i>(10.306)</i>	<i>(3.535)</i>	<i>(1.407)</i>	<i>(4.480)</i>	<i>(645)</i>	<i>(238)</i>	<i>(10.305)</i>
<i>Outras despesas gerais e administrativas</i>	<i>(2.292)</i>	<i>(819)</i>	<i>(3.610)</i>		<i>(308)</i>	<i>(7.495)</i>	<i>(2.270)</i>	<i>(724)</i>	<i>(3.557)</i>	<i>(524)</i>	<i>(264)</i>	<i>(7.339)</i>
Amortização	(667)	(379)	(871)	(146)	(120)	(2.183)	(590)	(343)	(932)	(126)	(107)	(2.098)
Provisões (líquido)	(130)	(522)	(1.027)	(170)	371	(1.478)	(437)	(964)	(1.052)	(43)	(120)	(2.616)
Perda com ativos financeiros - impairment	(9.903)	(1.220)	(7.380)		(112)	(18.880)	(3.694)	(559)	(5.448)	(1.006)	(1.087)	(11.794)
Perda com outros ativos - impairment	(27)	-	(17)	(24)	(440)	(508)	(75)	-	(39)	(118)	(1.285)	(1.517)
Outras provisões e renda	(757)	5	226	7	668	149	(1.719)	9	62	-	1.385	(263)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE LUCRO	(4.307)	1.350	6.612	970	(1.042)	3.583	89	1.590	6.996	1.606	(2.423)	7.858
Imposto de renda	1.490	(312)	(1.484)	(165)	(119)	(590)	133	(424)	(1.636)	(554)	726	(1755)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(2.817)	1.038	5.128	805	(1.161)	2.993	222	1.166	5.360	1.052	(1.697)	6.103
Resultado de operações descontinuadas	(7)	77	-	-	-	70	(24)	39	-	-	-	15
LUCRO CONSOLIDADO DO PERÍODO	(2.824)	1.115	5.128	805	(1.161)	3.063	198	1.205	5.360	1.052	(1.697)	6.118
Atribuída aos acionistas minoritários	(79)	-	866	-	(19)	768	28	-	738	48	(26)	788
RESULTADO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS CONTROLADORES	(2.745)	1.115	4.262	805	(1.142)	2.295	170	1.205	4.622	1.004	(1.671)	5.330

Conta de resultados (resumo)	Milhões de reais											
	2012						2011					
	Europa Continental	Reino Unido	Teste	Estados Unidos	Atividades corporativas	Total	Europa Continental	Reino Unido	Teste	Estados Unidos	Atividades corporativas	Total
MARGEM DE JUROS	22.146	8.344	44.723	4.240	(4.610)	74.843	18.539	9.595	38.289	7.645	(2.957)	71.111
Rendimentos sobre instrumentos de capital	723	3	150	49	133	1.058	614	3	167	2	130	916
Resultado das entidades avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	(220)	(13)	458	853	(10)	1.068	40	2	84	-	6	132
Comissões líquidas	9.067	2.976	12.748	947	(73)	25.665	8.756	2.359	11.603	1.495	(21)	24.192
Resultado de operações financeiras (líquidas) e as diferenças de câmbio (net)	765	3.079	2.679	610	720	7.853	590	941	2.480	446	927	5.384
Outros resultados operacionais	(48)	60	(895)	(183)	1.341	275	304	65	(460)	(132)	272	49
MARGEM BRUTA	32.433	14.449	59.863	6.516	(2.499)	110.762	28.843	12.965	52.163	9.456	(1.643)	101.784
Despesas administrativas	(14.482)	(5.780)	(20.642)	(2.594)	(1.025)	(44.523)	(13.493)	(4.953)	(18.681)	(2.717)	(1.167)	(41.011)
<i>Despesas de pessoal</i>	<i>(8.749)</i>	<i>(3.732)</i>	<i>(11.613)</i>	<i>(1.428)</i>	<i>(255)</i>	<i>(25.777)</i>	<i>(8.217)</i>	<i>(3.270)</i>	<i>(10.413)</i>	<i>(1.499)</i>	<i>(554)</i>	<i>(23.953)</i>
<i>Outras despesas gerais e administrativas</i>	<i>(5.733)</i>	<i>(2.048)</i>	<i>(9.029)</i>	<i>(1.166)</i>	<i>(770)</i>	<i>(18.746)</i>	<i>(5.276)</i>	<i>(1.683)</i>	<i>(8.268)</i>	<i>(1.218)</i>	<i>(613)</i>	<i>(17.058)</i>
Amortização	(1.668)	(948)	(2.179)	(365)	(300)	(5.460)	(1.371)	(797)	(2.166)	(294)	(249)	(4.877)
Provisões (líquido)	(325)	(1.306)	(2.569)	(425)	928	(3.697)	(1.016)	(2.241)	(2.445)	(100)	(279)	(6.081)
Perda com ativos financeiros - impairment	(24.769)	(3.051)	(18.459)	(663)	(280)	(47.222)	(8.586)	(1.299)	(12.663)	(2.338)	(2.527)	(27.413)
Perda com outros ativos - impairment	(68)	-	(41)	(61)	(1.101)	(1.271)	(174)	-	(91)	(274)	(2.987)	(3.526)
Outras provisões e renda	(1.894)	13	565	18	1.671	373	(3.996)	21	144	-	3.220	(611)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE LUCRO	(10.773)	3.377	16.538	2.426	(2.606)	8.962	207	3.696	16.261	3.733	(5.632)	18.265
Imposto de renda	3.727	(780)	(3.712)	(413)	(298)	(1.476)	309	(986)	(3.802)	(1.288)	1.688	(4.079)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(7.046)	2.597	12.826	2.013	(2.904)	7.486	516	2.710	12.459	2.445	(3.944)	14.186
Resultado de operações descontinuadas	(18)	193	-	-	-	175	(56)	91	-	-	-	35
LUCRO CONSOLIDADO DO PERÍODO	(7.063)	2.789	12.826	2.013	(2.904)	7.661	460	2.801	12.459	2.445	(3.944)	14.221
Atribuída aos acionistas minoritários	(197)	-	2.166	-	(47)	1.922	65	-	1.716	111	(60)	1.832
RESULTADO ATRIBUÍDO AOS AÇIONISTAS CONTROLADORES	(6.866)	2.789	10.660	2.013	(2.857)	5.739	395	2.801	10.743	2.334	(3.884)	12.389

Segue uma distribuição das receitas por segmentos geográficos utilizados pelo Grupo. Para efeitos do disposto na tabela seguinte, são considerados rendimentos normais registrado interesse em rubrica Receita de juros e similares de juros e , rendimentos de instrumentos de capital, receberam comissões, resultado das operações financeiras (líquidas) e outras despesas Outros despesas de 2013 para consolida contas de resultados e 2012 adjuntas.

	Rendimentos normais (milhões de euros)					
	Receitas de clientes externos		Renda segmentos regulares		Receita total	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Europa continental	24.369	27.139	1.141	248	25.510	27.387
Reino Unido	9.612	11.019	1.180	1.294	10.792	12.313
América Latina	33.071	37.025	388	262	33.459	37.287
Estados Unidos	2.369	3.066	119	(62)	2.488	3.004
Atividades corporativas	4.015	3.718	6.862	9.056	10.877	12.774
Ajustes e eliminações de receitas entre os segmentos	-	-	(9.690)	(10.798)	(9.690)	(10.798)
	73.436	81.967	-	-	73.436	81.967

	Rendimentos normais (milhões de reais)					
	Receitas de clientes externos		Renda segmentos regulares		Receita total	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Europa continental	69.496	67.879	3.254	620	72.750	68.499
Reino Unido	27.412	27.560	3.365	3.237	30.777	30.797
América Latina	94.312	92.606	1.107	655	95.419	93.261
Estados Unidos	6.756	7.669	339	(155)	7.095	7.514
Atividades corporativas	11.450	9.299	19.569	22.651	31.019	31.950
Ajustes e eliminações de receitas entre os segmentos	-	-	(27.634)	(27.008)	(27.634)	(27.008)
	209.426	205.013	-	-	209.426	205.013

b) Negócios

No nível secundário das divulgações, o Grupo é organizado entre bancos comerciais, gerenciamento de ativos e seguros, bancário global por atacado o segmento com a atividade imobiliária em Espanha, descontinuado cuja soma é igual das áreas operacionais geográficas do nível principal. Acrescentando às informações por área de negócio de negócios corporativos, o total do Grupo é alcançado.

A área de Banco comercial contém todos os negócios bancários de clientes (exceto Bancos corporativos gerenciados globalmente ao redor do mundo através do modelo de relacionamento global). A área de gestão de ativos e seguros inclui a contribuição para o Grupo para a concepção e gestão de fundos de investimento, Pensões e seguro das diversas unidades. A área da banca de atacado global reflete a renda derivada de negócio de banca corporativa global, banca de investimento e mercados ao redor do mundo, incluindo todos os títulos do tesouro com gestão global, bem como o negócio de ações.

Segue um resumo das contas de resultados e outras informações relevantes:

Conta de resultados (resumo)	Milhões de euros											
	2013						2012					
	Banco comercial	Banco Atacadista global	Gestão de ativos e seguro	Atividades imobiliárias descontinuadas na Espanha	Atividades corporativas	Total	Banco comercial	Banco Atacadista global	Gestão de ativos e seguros	Atividades imobiliárias descontinuadas na Espanha	Atividades corporativas	Total
RECEITA DE JUROS LÍQUIDA	25.552	2.464	115	38	(2.234)	25.935	28.865	2.708	119	74	(1.843)	29.923
Desempenho de instrumentos de patrimônio líquido	78	265	-	-	35	378	86	284	-	-	53	423
Resultados de entidades contabilizado usando o método de equivalência patrimonial	401	(1)	148	(40)	(8)	500	400	-	131	(100)	(4)	427
Comissões líquidas	8.193	1.254	349	15	(50)	9.761	8.471	1.360	418	41	(29)	10.261
Resultado de operações financeiras (líquidas) e as diferenças de câmbio (net)	1.119	1.159	6	1	1.109	3.394	2.004	840	3	5	288	3.140
Outros resultados operacionais	(553)	7	145	(8)	118	(291)	(630)	(16)	223	(3)	536	110
MARGEM BRUTA	34.790	5.148	763	6	(1.030)	39.677	39.196	5.176	894	17	(999)	44.284
Despesas administrativas gerais	(14.890)	(1.549)	(285)	(162)	(566)	(17.452)	(15.343)	(1.592)	(272)	(184)	(410)	(17.801)
Despesas de pessoal	(8.669)	(988)	(149)	(47)	(216)	(10.069)	(8.986)	(1.013)	(160)	(45)	(102)	(10.306)
Outras despesas gerais e administrativas	(6.221)	(561)	(136)	(115)	(350)	(7.383)	(6.357)	(579)	(112)	(139)	(308)	(7.495)
Amortização	(2.027)	(186)	(33)	(13)	(132)	(2.391)	(1.848)	(171)	(35)	(9)	(120)	(2.183)
Dotação para provisões (net)	(1.173)	(47)	(3)	-	(959)	(2.182)	(1.815)	(17)	(17)	-	371	(1.478)
Perda por perda de valor de ativos	(9.506)	(952)	(7)	(410)	(352)	(11.227)	(12.182)	(420)	(2)	(6.164)	(112)	(18.880)
RESULTADO DA ATIVIDADE OPERACIONAIS	7.194	2.414	435	(579)	(3.039)	6.425	8.008	2.976	568	(6.340)	(1.270)	3.942
Líquido perdas por perda de valor de ativos não financeiros	(73)	(37)	-	-	(393)	(503)	(44)	(24)	-	-	(440)	(508)
Outros resultados não financeiros	249	12	2	(328)	1.795	1.730	219	(5)	8	(741)	668	149
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	7.370	2.389	437	(907)	(1.637)	7.652	8.183	2.947	576	(7.081)	(1.042)	3.583
Imposto de renda	(1.509)	(661)	(101)	272	(114)	(2.113)	(1.675)	(827)	(154)	2.185	(119)	(590)
RESULTADO DAS ATIVIDADES ORDINÁRIAS	5.861	1.728	336	(635)	(1.751)	5.539	6.508	2.120	422	(4.896)	(1.161)	2.993
Resultado de operações descontinuadas	(15)	-	-	-	-	(15)	70	-	-	-	-	70
LUCRO CONSOLIDADO DO PERÍODO	5.846	1.728	336	(635)	(1.751)	5.524	6.578	2.120	422	(4.896)	(1.161)	3.063
Atribuída a participações minoritárias	769	224	24	-	137	1.154	686	209	20	(128)	(19)	768
LUCRO ATRIBUÍDO AO CONTROLADOR	5.077	1.504	312	(635)	(1.888)	4.370	5.892	1.911	402	(4.768)	(1.142)	2.295

Conta de resultados (resumo)	Milhões de reais											
	2013						2012					
	Banco comercial	Banco Atacadista global	Gestão de ativos e seguro	Atividades imobiliárias descontinuadas na Espanha	Atividades corporativas	Total	Banco comercial	Banco Atacadista global	Gestão de ativos e seguros	Atividades imobiliárias descontinuadas na Espanha	Atividades corporativas	Total
RECEITA DE JUROS LÍQUIDA	72.870	7.027	328	108	(6.371)	73.962	72.196	6.773	299	185	(4.610)	74.843
Desempenho de instrumentos de patrimônio líquido	222	756	-	-	100	1.078	215	710	-	-	133	1.058
Resultados de entidades contabilizado usando o método de equivalência patrimonial	1.144	(3)	422	(114)	(23)	1.426	1.000	-	328	(250)	(10)	1.068
Comissões líquidas	23.365	3.577	995	43	(143)	27.837	21.188	3.402	1.045	103	(73)	25.665
Resultado de operações financeiras (líquidas) e as diferenças de câmbio (net)	3.191	3.304	17	3	3.163	9.678	5.013	2.101	6	13	720	7.853
Outros resultados operacionais	(1.577)	20	414	(23)	336	(830)	(1.576)	(40)	558	(8)	1.341	275
MARGEM BRUTA	99.215	14.681	2.176	17	(2.938)	113.151	98.036	12.946	2.236	43	(2.499)	110.762
Despesas administrativas gerais	(42.464)	(4.416)	(813)	(462)	(1.614)	(49.769)	(38.376)	(3.982)	(680)	(460)	(1.025)	(44.523)
<i>Despesas de pessoal</i>	<i>(24.722)</i>	<i>(2.818)</i>	<i>(425)</i>	<i>(134)</i>	<i>(616)</i>	<i>(28.715)</i>	<i>(22.476)</i>	<i>(2.534)</i>	<i>(400)</i>	<i>(112)</i>	<i>(255)</i>	<i>(25.777)</i>
<i>Outras despesas gerais e administrativas</i>	<i>(17.742)</i>	<i>(1.598)</i>	<i>(388)</i>	<i>(328)</i>	<i>(998)</i>	<i>(21.054)</i>	<i>(15.900)</i>	<i>(1.448)</i>	<i>(280)</i>	<i>(348)</i>	<i>(770)</i>	<i>(18.746)</i>
Amortização	(5.781)	(531)	(94)	(37)	(376)	(6.819)	(4.622)	(428)	(87)	(23)	(300)	(5.460)
Dotação para provisões (net)	(3.345)	(134)	(9)	-	(2.735)	(6.223)	(4.540)	(43)	(43)	-	929	(3.697)
Perda por perda de valor de ativos	(27.109)	(2.716)	(19)	(1.169)	(1.004)	(32.017)	(30.469)	(1.050)	(5)	(15.417)	(281)	(47.222)
RESULTADO DA ATIVIDADE OPERACIONAIS	20.516	6.884	1.241	(1.651)	(8.667)	18.323	20.029	7.443	1.421	(15.857)	(3.176)	9.860
Líquido perdas por perda de valor de ativos não financeiros	(208)	(105)	-	-	(1.121)	(1.434)	(110)	(60)	-	-	(1.101)	(1.271)
Outros resultados não financeiros	710	34	5	(936)	5.120	4.933	548	(12)	20	(1.854)	1.671	373
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	21.018	6.813	1.246	(2.587)	(4.668)	21.822	20.467	7.371	1.441	(17.711)	(2.606)	8.962
Imposto de renda	(4.304)	(1.885)	(288)	776	(325)	(6.026)	(4.189)	(2.069)	(386)	5.465	(297)	(1.476)
RESULTADO DAS ATIVIDADES ORDINÁRIAS	16.714	4.928	958	(1.811)	(4.993)	15.796	16.278	5.302	1.055	(12.246)	(2.903)	7.486
Resultado de operações descontinuadas	(43)	-	-	-	-	(43)	175	-	-	-	-	175
LUCRO CONSOLIDADO DO PERÍODO	16.672	4.928	958	(1.811)	(4.994)	15.753	16.453	5.303	1.055	(12.246)	(2.904)	7.661
Atribuída a participações minoritárias	2.193	639	68	-	390	3.290	1.716	523	50	(320)	(47)	1.922
LUCRO ATRIBUÍDO AO CONTROLADOR	14.479	4.289	890	(1.811)	(5.384)	12.463	14.737	4.780	1.005	(11.926)	(2.857)	5.739

53. Partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas do Grupo, além de entidades controladas, coligadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da direção do Banco (membro do seu Conselho de Administração e diretores gerais, juntamente com seus parentes próximos) bem como as entidades no qual o pessoal-chave pode exercer influência significativa ou controle.

Abaixo estão as transações de Grupo com as partes relacionadas com este, distinguindo entre coligadas e controladas, membros do Conselho de Administração do Banco, diretores gerais do Banco e outras partes relacionadas, que pertencem às operações regulares do Grupo. As condições das transações com partes relacionadas são equivalentes às que ocorrem em transações efetuadas em condições de mercado, ou vai ter imputado a correspondente remuneração em espécie.

	Milhões de euros											
	2013				2012				2011			
	Entidades associadas e controladas	Membros do Conselho de Administração	Diretores-gerais	Outras relacionadas	Entidades associadas e controladas	Membros do Conselho de Administração	Diretores-gerais	Outras relacionadas	Entidades associadas e controladas	Membros do Conselho de Administração	Diretores-gerais	Outros relacionados
Ativo:	9.425	6	36	1.599	6.626	7	33	1.417	6.507	19	31	1.902
Aplicações no mercado aberto	7.392	-	-	-	5.635	-	-	-	5.855	-	-	-
Operações de crédito	1.331	6	36	424	544	7	33	1.233	146	19	31	1.508
Instrumentos de dívida	702	-	-	1.175	447	-	-	184	506	-	-	394
Passivo:	(946)	(9)	(10)	(197)	(544)	(14)	(15)	(529)	(1.250)	(22)	(27)	(364)
Depósito captados junto à instituições financeiras	(440)	-	-	-	(422)	-	-	-	(1.136)	-	-	-
Depósitos captados junto à clientes	(498)	(9)	(10)	(197)	(122)	(14)	(15)	(529)	(114)	(22)	(27)	(364)
Obrigações por emissão de títulos	(8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados:	143	-	-	29	161	-	(1)	69	177	-	(1)	60
Receita de juros e similares	109	-	-	6	94	-	-	36	155	-	-	35
Despesa de juros e similares	(12)	-	-	(7)	(4)	-	(1)	(5)	(2)	-	(1)	(4)
Resultado operações financeiras (líquida)	12	-	-	25	59	-	-	24	12	-	-	20
Comissões recebidas	56	-	-	5	43	-	-	14	50	-	-	9
Comissões pagas	(22)	-	-	-	(31)	-	-	-	(38)	-	-	-
Outros:	14.029	-	4	4.137	12.573	1	7	2.958	10.866	1	10	5.051
Riscos contingentes	74	-	-	145	-	-	-	303	222	-	-	590
Compromissos contingentes	1.065	-	4	95	3.431	1	7	3	257	1	10	3
Instrumentos financeiros derivativos	12.892	-	-	3.897	9.142	-	-	2.652	10.387	-	-	4.458

	Milhões de reais											
	2013				2012				2011			
	Entidades associadas e controladas	Membros do Conselho de Administração	Diretores-gerais	Outras relacionadas	Entidades associadas e controladas	Membros do Conselho de Administração	Diretores-gerais	Outras relacionadas	Entidades associadas e controladas	Membros do Conselho de Administração	Diretores-gerais	Outros relacionados
Ativo:	30.703	20	117	5.209	17.914	19	89	3.831	15.720	46	75	4.595
Aplicações no mercado aberto	24.080	-	-	-	15.235	-	-	-	14.145	-	-	-
Operações de crédito	4.336	20	117	1.381	1.471	19	89	3.334	353	46	75	3.643
Instrumentos de dívida	2.287	-	-	3.828	1.208	-	-	497	1.222	-	-	952
Passivo:	(3.082)	(29)	(33)	(642)	(1.471)	(38)	(41)	(1.430)	(3.019)	(53)	(65)	(879)
Depósito captados junto à instituições financeiras	(1.433)	-	-	-	(1.141)	-	-	-	(2.744)	-	-	-
Depósitos captados junto à clientes	(1.622)	(29)	(33)	(642)	(330)	(38)	(41)	(1.430)	(275)	(53)	(65)	(879)
Obrigações por emissão de títulos	(27)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados:	465	-	-	94	435	-	(3)	186	427	-	(2)	145
Receita de juros e similares	355	-	-	20	254	-	-	97	374	-	-	85
Despesa de juros e similares	(39)	-	-	(23)	(11)	-	(3)	(14)	(5)	-	(2)	(10)
Resultados operações financeiras (líquida)	39	-	-	81	160	-	-	65	29	-	-	48
Comissões recebidas	182	-	-	16	116	-	-	38	121	-	-	22
Comissões pagas	(72)	-	-	-	(84)	-	-	-	(92)	-	-	-
Outros:	45.701	-	13	13.476	33.992	3	19	7.997	26.251	2	24	12.203
Riscos contingentes	241	-	-	472	-	-	-	819	536	-	-	1.425
Compromissos contingentes	3.463	-	13	309	9.276	3	19	8	621	2	24	7
Instrumentos financeiros derivativos	41.997	-	-	12.695	24.716	-	-	7.170	25.094	-	-	10.770

Além do detalhamento acima, existem contratos de seguros ligados às pensões de 342 milhões de euros (1.114 milhões de reais) a 31 de dezembro de 2013; 405 e 2.146 milhões de euros (1.095 e 5.185 milhões de reais) em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

54. Gestão de riscos

1. PRINCÍPIOS CORPORATIVOS DE GESTÃO, CONTROLE E APETITE DE RISCO

1.1 Princípios corporativos

O modelo de gestão de risco do modelo de negócio subjacente de Grupo baseia-se nos seguintes princípios:

- Independência da função de risco em relação ao negócio. Responsável pela divisão de risco do Grupo, como segundo vice-presidente e presidente da associada Comitê sobre riscos, reporta diretamente à Comissão Executiva e o Conselho. O estabelecimento de funções separadas entre áreas de negócio e áreas de risco responsáveis pela admissão, medição, análise, controle e risco de informações fornece independência e autonomia para realizar um controle adequado dos riscos suficientes.
- O Envolvimento direto da alta administração na tomada de decisão.
- As decisões coletivas que garantem o contraste de opiniões, evitando a alocação de apenas as capacidades individuais de decisão nem do escritório. As decisões da Comunidade sobre as operações de crédito entre os riscos e áreas comerciais, reservando-se o risco da decisão final em caso de discrepância.
- A definição de atribuições. Cada uma das unidades de gestão de risco e aceitação definiu claramente os tipos de atividades, segmentos e riscos incorridos e as decisões que podem ser tomadas em termos de riscos, de acordo com o delegado. Também é definida como eles se envolvem, gerenciar e onde as operações são contabilizadas.
- Governança Corporativa. O controle e gestão de riscos é realizada de forma integrada através de uma estrutura de responsabilidade corporativa, global (todos os riscos, todos os negócios, em toda a geografia).

No Grupo, a gestão e o controle dos riscos são desenvolvidos da seguinte forma:

- Formulação do apetite de risco, que visa delimitar, sintético e explicitamente, os níveis e tipos de risco que a entidade está disposta a assumir no desenvolvimento de seus negócios.
- Estabelecimento de políticas e procedimentos de riscos, que constituem o marco regulatório básico através do qual regulam as atividades e processos de riscos. Unidades de riscos locais, através do espelho de estruturas que estabeleceram-se, transpõem-se às regras corporativas de riscos em suas políticas internas.
- Construção, validação independente e aprovação de modelos desenvolveram de acordo com os riscos corporativos orientações metodológicas. Estas ferramentas permitem sistematizar a origem do risco, bem como seus processos de acompanhamento e processos que, no cálculo da perda esperada e capital necessário e a valorização dos produtos na carteira de negociação.
- Execução de um sistema de monitoramento e controle de riscos que é verificado, com frequência diária, e com os relatórios correspondentes, a adequação do perfil de risco do Grupo às políticas de risco aprovadas e aos limites de risco estabelecidos.

1.2 Cultura de risco

A cultura do risco baseia-se nos princípios do modelo de gestão de riscos do Grupo detalhados anteriormente e é transmitido para as unidades de negócio e gestão da organização apoiada, entre outros, por alavancas, que estão listadas em seguida:

- Riscos em função do Grupo é independente das unidades de negócio. Isto significa que seus critérios e opiniões são tidos em conta nas diferentes instâncias em que as empresas desenvolvem.

- o A estrutura de delegação de poderes requer que um grande número de operações deve ser submetidas para a validação dos comitês de riscos dos serviços centrais da entidade, seja o comitê global da direção-geral de riscos, a comissão delegada de riscos ou a comissão executiva do Grupo. A alta frequência com a qual estes validação e acompanhamento dos órgãos de risco se reúnem (duas vezes por semana no caso do associado Comitê sobre riscos; uma vez por semana no caso do Comitê Executivo) permitem garantir grande agilidade na resolução das propostas, assegurando, ao mesmo tempo, um intenso participação da alta administração na gestão diária dos diversos riscos da entidade.
- o O Grupo dispõe de manuais e políticas de ação no domínio de gestão de risco. As equipes de risco e negócios mantêm reuniões periódicas de orientação dos negócios se traduz em abordagens em conformidade com a cultura de risco do Grupo. De forma complementar, executivos de risco e de negócio participam como palestrantes em diferentes níveis de resolução das operações dos serviços centrais do Grupo acima citada, e isto facilita a transmissão de critérios e abordagens surgem da alta administração, tanto das próprias equipes de executivos quanto ao resto das comissões de risco da organização. A ausência de atribuição de poderes de caráter pessoal obrigam que todas as decisões sejam resolvidas por órgãos colegiados, que implica um maior rigor e transparência nas decisões.
- o Plano de limites: o Grupo tem implementado um abrangente sistema de limites de risco que é atualizado com frequência mínima anual e inclui risco de crédito bem como as diferentes exposições de risco de mercado, tanto de negociação como de liquidez e estruturais (para cada unidade de negócio e por fator de risco). A gestão de risco de crédito é suportado por programas de gestão de crédito (clientes individuais e pequenas empresas), *rating* (exposições com médias e grandes empresas) e pré-classificações (grandes clientes corporativos e contrapartes financeiras). Também há limites para os riscos operacionais
- o Sistemas de informação e de agregação de exposições disponíveis para o Grupo podem realizar um monitoramento diário de exposições verificando o cumprimento sistemático dos limites aprovados, bem como, se necessário, tomar as medidas corretivas necessárias.

Os principais riscos não só são analisados no momento da sua origem ou quando existem situações irregulares no processo de recuperação normal, mas realizados continuamente para todos os clientes.

- o Outros procedimentos que suporta a transmissão de uma cultura de risco são a atividade de formação que se desenvolve a escola de riscos empresariais, a política de remuneração e incentivos - que sempre inclui variáveis de desempenho que leva em conta a qualidade do risco e os resultados do Grupo no longo prazo, uma observância do quadro geral dos códigos de conduta da uma ação do serviço de auditoria interna independente e sistemática.

1.3 O apetite por risco no Grupo

O apetite por risco é definido no Grupo como a quantidade e o tipo de risco que é considerado razoável assumam na execução de sua estratégia de negócios, para que o Grupo possa manter sua atividade normal contra a ocorrência de eventos inesperados. Então são considerados cenários severos, que poderiam ter um impacto negativo sobre os níveis de capital, liquidez, rentabilidade e/ou no preço de suas ações.

A Diretoria é o órgão responsável pelo estabelecimento e atualização anual do apetite de risco da entidade, o seguimento do seu perfil de risco eficaz e assegurar a coerência entre os dois. O apetite por risco é formulado para todo o Grupo, bem como para cada uma das suas unidades de negócios principais, de acordo com uma metodologia corporativa adaptada às condições de cada unidade/mercado. A nível local, o Conselho de Administração das respectivas subsidiárias são responsáveis por aprovar as respectivas propostas de apetite por risco, uma vez que eles foram validados pelo Comitê Executivo do Grupo.

A alta gerência é responsável para atingir o perfil de risco desejado - que se reflete no orçamento anual aprovado e plano estratégico a médio prazo-, bem como a gestão de riscos em todos os dias, para as estruturas de limites habituais formalizaram para cada risco está corretamente ligada com as métricas estabelecidas para o apetite de risco.

Estes limites para cada estruturas de risco são fundamentais e complementares para o apetite de risco no dia a dia para articular uma gestão eficaz do mesmo. Onde atingem-se níveis de apetite de risco estabelecido, têm de adotar medidas de gestão necessárias para a redirecionamento eficaz do perfil de risco.

O associado Comitê sobre riscos e o Comitê Executivo do Grupo verificado com frequência trimestral conformidade com apetite por risco tanto no Grupo e em nível de unidades de negócios.

Durante o exercício de 2013, que aprofundou-se no quadro de implementação do risco apetite no Grupo através das revisões trimestrais correspondentes refere-se a ambos, como o seu desenvolvimento em algumas das principais unidades do Grupo.

Âmbito do apetite ao risco

Âmbito do apetite de risco do Grupo contém elementos quantitativos e qualitativos que são integrados em um conjunto de métricas primárias e uma série de indicadores complementares.

Elementos quantitativos do apetite ao risco

As métricas quantitativas primárias de apetite para risco são:

- As perdas máximas que o Grupo está disposto a correr.
- a posição de capital mínimo que o Grupo pretende manter.
- a posição de liquidez mínima que o Grupo quer ter.

Essas métricas são calculadas antes à grave probabilidade baixa mas cenários plausíveis de stress.

Além disso, o Grupo tem uma série de métricas transversais destinadas a limitar a concentração excessiva do perfil de risco, na perspectiva de clientes, empresas, regiões geográficas e produtos de ambos os fatores de risco. Perdas

Dentre as três métricas primárias usadas para formular o apetite de risco do Grupo é expressa em termos de resultados inesperados que impacto que Max está disposto a levar o Grupo para cuja probabilidade de ocorrência é considerado baixos, apesar de possíveis cenários desfavoráveis.

Estes cenários afetam principalmente a perdas resultantes da exposição ao risco de crédito dos varejistas de portfólio como atacadistas (considerando tanto a perda direta de redução de crédito e margem), ambos o potencial impacto desfavorável decorrente da exposição ao risco de mercado. Depois de aplicar estes impactos de crédito e de mercado para os resultados orçados, no âmbito da monitorização do risco alta administração de apetite avalia que o resultante margem suficiente para absorver os impactos inesperados resultantes de risco tecnológico e operacional e de conformidade e de reputação.

O horizonte de tempo em que os impactos negativos para todos os riscos considerados materializam será três anos, em geral, com um ano de risco de mercado. Portanto, o cumprimento do apetite ao risco deve ocorrer para cada um dos próximos três anos.

No que diz respeito essa métrica de perdas, o apetite de risco do Grupo estabelece que todo impacto combinado de riscos derivado desses cenários deve ser menor que a margem líquida após provisões comuns, ou seja, o que seria o ordinário lucro antes de impostos.

Posição de capital

O Grupo determinou-se a operar com uma base ampla de capital que permite não só atender aos requisitos regulatórios mas também dispor um razoável superávit de capital.

Além disso, perante os cenários de stress correspondente previstos na seção anterior, o apetite de risco do Grupo estabelece que seu perfil de risco deve ser tal que o impacto inesperado destes cenários de stress não presuma perda de valor de 100 *b.p.* sobre o índice *core capital*.

Esta abordagem de capital incluído no âmbito do apetite ao risco é complementar e compatível com o objetivo de capital do Grupo aprovado dentro da capital (Pilar II) implementada no Grupo de processo de planejamento e estendendo-se a um período de três anos.

Posição de liquidez

O Grupo desenvolveu um modelo de financiamento baseado em filiais autônomas que são responsáveis por suas próprias necessidades de liquidez. Nesta premissa, a liquidez é gerenciada a nível de cada uma das filiais dentro de um quadro de gestão empresarial que desenvolve seus princípios básicos (descentralização, saldo no médio e longo prazo de fontes de aplicação, peso elevado de depósitos de clientes, diversificação de fontes por atacado, recurso reduzido a curto prazo, a reserva de liquidez suficiente) e é construído em torno de três pilares (modelo de governança, análise de balanço e medição do risco de liquidez, de gestão adaptado às necessidades do negócio).

O apetite de risco de liquidez do Grupo estabelece um índice de fundos estruturais superior a 100%, ou seja, os depósitos de clientes, recursos próprios e as emissões a médio e longo prazo devem ser superiores às necessidades estruturais de financiamento definidas como empréstimo e participações em empresas do Grupo. Além disso, fixa posição objetivos e horizontes de liquidez para cenários de estresse sistêmico, locais e globais e idiossincrático.

Métricas quantitativas complementares de apetite de risco de concentração

O Grupo quer manter um portfólio de risco amplamente diversificado do ponto de vista de sua exposição a grandes riscos, certos mercados e produtos específicos. Em primeiro lugar, isso é feito sob a orientação do Grupo para o varejista de negócio bancário com uma elevada diversificação internacional.

O risco de concentração: é medido usando as seguintes métricas para estabelecer limites de apetite ao risco como proporção do patrimônio líquido ou investimento de empréstimo (em geral):

- o Cliente (na proporção de recursos próprios): (a) exposição líquida individual máxima com clientes corporativos (em adição, os clientes com menos do que o equivalente de investimento da classe interna *rating* é controlado e que excedam um determinado tipo de exposição); (b) exposição líquida agregado com os 20 maiores de clientes corporativos do Grupo (*Top 20*); (c) exposição líquida agregada máxima das exposições consideradas como principais riscos (clientes corporativos e financeiros); e (d) máximo impacto no lucro antes de impostos (LAI) de falha simultânea das 5 principais exposições corporativas ("*jump to default Top 5*").
- o Setor: percentagens máximas da exposição das empresas de um setor econômico, em relação ao investimento de empréstimo (total tanto para o segmento de empresas).
- o Carteiras com perfil de alto risco (definido como os varejistas de bolsas com uma percentagem do prêmio de risco que exceda um determinado limite): percentagens máximas de exposição a esse tipo de carteiras na proporção do investimento de empréstimo (nível total e nível de varejo) e para diferentes unidades de negócio.

Riscos não-financeiros

- o Risco operacional: define uma relação de perdas líquidas de máximos por risco operacional na margem bruta (tanto para o Grupo e para cada unidade). Além disso, o estado de gerenciamento, que é baseado nos resultados dos questionários de auto-avaliação das empresas sobre o ambiente de controle e indicadores sobre diferentes temas, entre outros, governo e de gestão, de conformidade financeira, qualidade do Banco de dados de eventos, é valorizado. Seguindo as especificações de Basileia, no número de perdas líquidas estão incluídos que possam resultar do risco de conformidade.
- o Riscos de conformidade e de reputação: zero apetite de risco. Nesse sentido, o Grupo surge como um visa minimizar a incidência deste tipo de risco e realiza criado sistemática através do indicador de risco de conformidade e acompanhamento à reputação resultante da matriz de avaliação criada para este efeito.

Elementos qualitativos do apetite ao risco

Em geral, o quadro de apetite de risco do Grupo é baseada na manutenção dos seguintes objetivos qualitativos:

- o Um perfil de risco médio-baixo e previsível, com base em um modelo de varejo diversificado, focado, negócios bancários e com uma presença internacionalmente diversificada e quotas de mercado relevante e um modelo de negócio da banca de atacado que prime a relação com a base de clientes nos principais mercados do Grupo geral.
- o Um alvo de *rating* incluído em um intervalo entre AA - e A-, tanto a nível de Grupo e nas unidades locais (nível local), de acordo com o ambiente e a evolução do risco soberano.
- o Uma política estável e recorrente de gerar resultados e remuneração aos acionistas, em uma forte base de capital e liquidez e uma estratégia de diversificação eficaz das fontes e os prazos.
- o Uma estrutura empresarial com base em subsidiárias auto-suficiente e autônomas em termos de capital e liquidez, minimizando o uso de empresas não operacionais ou instrumentais e garantir que nenhuma filial presente um risco perfil que podem comprometer a solvência do Grupo.
- o Uma função de riscos independente e com intensa participação da gestão de topo que garante uma cultura forte risco focada na proteção e garantia do retorno adequado sobre o capital.
- o Um modelo de gestão que garante uma visão abrangente e inter-relacionados de todos os riscos, através de um ambiente de controle e empresas corre o risco de controle robusto, com responsabilidades globais: todos os riscos, todos os negócios, todas de Geografia.
- o Um foco no modelo de negócio para aqueles produtos em que o Grupo é considerado suficientemente conhecedor e com gerenciamento de capacidade (sistemas, processos e recursos).
- o A confiança dos clientes, acionistas, empregados e profissionais de compensação, garantindo o desenvolvimento de sua atividade dentro de seu compromisso social e à reputação, em conformidade com os objetivos estratégicos do Grupo.
- o Disponibilidade adequada e suficiente de recursos humanos, sistemas e ferramentas que permitem garantir a manutenção de um perfil de risco compatível com o apetite de risco estabelecido, tanto a nível local e global.
- o A implementação de uma política de remuneração, contendo os incentivos necessários para assegurar que os interesses individuais dos empregados e gerentes estão alinhados com a estrutura corporativa de apetite para os riscos e que estas sejam consistentes com a evolução dos resultados da entidade, a longo prazo.

Âmbito do apetite de risco do Grupo coleta também objetivos qualitativos para os diferentes tipos de risco considerado.

Planos de viabilidade e resolução

O Grupo mantém uma estrutura corporativa baseada em subsidiárias auto-suficiente e autônomas em termos de capital e liquidez, assegurando também que nenhum deles apresenta um perfil de riscos que podem comprometer a solvência do Grupo.

O Grupo apresentou em 2010 à sua supervisão consolidada, Banco de Espanha, seus planos de viabilidade e resolução corporativos (*living will*). Além disso e mesmo quando não era necessário, naquele mesmo ano foram preparados planos individuais mais resumidos para as unidades geográficas relevantes, incluindo Brasil, México, Chile, Portugal e Reino Unido.

Em 2013 a quarta versão do plano corporativo foi elaborada a este respeito. Como foi feito nas três primeiras versões de 2010, 2011 e 2012, o Grupo apresentou a quarta versão do *recovery plan* a seu CMG (*Crisis Management Group*) em setembro de 2013. O plano de 2013 consiste o plano corporativo (que é o correspondente ao Banco Santander, S.A.) e os planos individuais para a maior parte de suas unidades locais mais relevantes (Brasil, México, Reino Unido, Estados Unidos – Santander USA, Alemanha e Portugal). É importante destacar casos do Reino Unido, Alemanha e Portugal, onde independentemente de sua obrigação de ser parte do plano empresarial, o seu pleno desenvolvimento é igualmente devido a iniciativas de regulamentação local.

2. FUNÇÃO DO RISCO E GOVERNANÇA CORPORATIVA

O associado Comitê sobre riscos é responsável por propor ao Conselho a política de risco do Grupo, cuja aprovação corresponde a último, dentro de seus poderes de administração e supervisão. Além disso, a Comissão garante que as ações do Grupo são consistentes com o nível de apetite do mesmo e, neste sentido, define limites globais para as exposições ao risco principal, revê-los sistematicamente e resolve as operações que excedam os órgãos inferiores delegados.

A Comissão delegada de riscos, que tem caráter executivo e toma decisões sobre o âmbito das competências delegadas a ele pelo Conselho, é presidido pelo segundo vice-presidente do Grupo, também fazem parte dos outros quatro diretores do Banco.

A Comissão delegada de riscos essencialmente tem as seguintes responsabilidades:

- Propor ao Conselho a política de risco do Grupo, que identificará, em particular:
 - Os diferentes tipos de risco (financeiro, operacional, tecnológico, legal e de reputação e outros) perante a entidade.
 - Os sistemas de controle interno e de informações que irão ser usados para controlar e gerenciar esses riscos.
 - A fixação do nível de risco considerado aceitável pela entidade.
 - Medidas para mitigar o impacto dos riscos identificados, se eles viessem a se materializar.
- Rever sistematicamente exposições com grandes clientes, setores de atividade, áreas geográficas e tipos de risco.
- Autorizar a ferramentas de gerenciamento e modelos de risco, bem como saber o resultado de sua validação interna.
- Certificar-se de que as performances do Grupo são consistentes com o nível de apetite de risco previamente determinado.
- Conhecer, avaliar e acompanhar as observações e recomendações que as autoridades periodicamente podem perguntar ao supervisor no exercício da sua função.
- Resolver as operações acima das competências delegadas aos órgãos inferiores, bem como os limites globais de pré-classificações a favor de Grupos econômicos ou em conexão com exposições por tipos de riscos.

A Comissão delegada de riscos delegou parte das suas competências em comitês de risco que são estruturado de forma geográfica, por tipos de negócio e risco, todos os quais são definidos no modelo de governança de riscos.

Além disso, tanto a Comissão Executiva e o Conselho de Administração do Banco dedicou especial atenção à gestão dos riscos do Grupo.

O Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral Ordinária de 2014 uma modificação estatutária que é esperada, em conformidade com a diretiva recente CRD IV, a constituição de um novo Comitê designado para auxiliar o Conselho na supervisão de risco. Depois desta Comissão, constituem o associado Comitê sobre riscos irá reter competências no domínio da gestão de riscos.

O segundo vice-presidente do Grupo é máximo responsável pela gestão de risco. É membro do Conselho de Administração e presidente da Comissão associada sobre riscos, relatório que dois riscos, direções-gerais, que são independentes das áreas de negócio da hierárquica e funcional ponto de vista e que organizacional e funcional esquema é o seguinte:

- o **Direção Geral de Riscos** (adiante referidos como DGR), é responsável para as funções executivas da gestão de riscos de crédito e controle de riscos financeiros e outros (principalmente tecnológicas, operacionais e de conformidade) e é adaptado à estrutura do negócio, tanto pelo tipo de atividade do cliente e Geografia (visão global / local vista).

Na direção geral de risco, as áreas estão configuradas em três blocos:

- Uma estrutura de gerenciamento e controle de riscos financeiros (de crédito, mercado e estrutural) e controle de outros riscos. Nesta seção são as áreas de: crédito para indivíduos, sociedades de crédito, admissão e monitoramento de crédito, mercado e estrutural de perigos e controle dos riscos não-financeiros.
- Uma estrutura de negócios, a execução da função de riscos do Grupo globais e locais negócios. Neste bloco, ajustar as áreas de: gestão de riscos de Santander Consumer Finance, negócios globais e recuperações e write-downs do gerenciamento de risco de ativos.
- Uma estrutura para o estabelecimento de quadros, o desenvolvimento e implementação de modelos e de infra-estrutura de informações. Aqui estão as áreas de: risco, metodologia e informações para políticas de gestão de riscos.

Complementando a estrutura anterior, definir uma área de planejamento e governança que é responsável pela coordenação de novos projetos e a gestão interna de todas as unidades e uma área de consolidação dos riscos que ele lida com o desenvolvimento da supervisão numa base consolidada de todos os riscos (*oversight*).

Essas funções têm um âmbito global, ou seja, envolvidos em todas as unidades onde atua a divisão de riscos, e lá é um reflexo da mesma estrutura nas unidades locais. Os elementos-chave através dos quais se replicam as funções globais em cada uma das unidades são as estruturas corporativas. Estes são os elementos fundamentais para se comunicar e traduzir práticas globais, refletir os critérios e condições de ação para cada uma das áreas e estabelecer a conformidade com as normas do Grupo a ser aplicado em todas as unidades locais.

Em geral, é possível distinguir as principais funções realizadas respectivamente pelas áreas globais DGR e unidades:

- Direção geral de riscos estabelece condições e critérios de riscos, os limites globais e os processos de decisão e controle; gerar esquemas de gestão, sistemas e ferramentas; e adaptar as melhores práticas, tanto no setor bancário e unidades locais diferentes, para aplicação no Grupo.

- Unidades locais aplicam políticas e sistemas para o mercado local; adaptam-se a organização e gerenciamento de esquemas de quadros corporativos; Eles fornecem críticas e melhores práticas e líder de projetos locais.
- **Direção Geral de Controle Integral e Validação Interna de Riscos**, com responsabilidades de alcance global e caráter corporativo e suporte para os órgãos sociais do Grupo, que são:
 - Validação interna de crédito, mercado e capital econômico em face de modelos de risco para avaliar a sua adequação para fins de gestão regulatório. O exercício de validação inclui a revisão dos fundamentos teóricos do modelo, a qualidade dos dados utilizados para sua construção e calibração, usar o processo mesmo e de *governance* associado .
 - Controle de risco integral, cuja missão é monitorar a qualidade da gestão de risco do Grupo, tentando assegurar que sistemas de gestão e controle dos diversos riscos inerentes à sua atividade satisfaçam os mais rigorosos critérios e melhores práticas observadas na indústria e/ou exigidas pelos órgãos reguladores e verificar se o perfil de risco eficaz assumida conforme com o estabelecido pela Diretoria.

3. CONTROLE INTEGRAL E VALIDAÇÃO INTERNA DE RISCOS

As funções de controle abrangente e validação interna de risco funções estão localizados, a nível corporativo, na direção geral do controle abrangente e validação interna de risco, com dependência direta do segundo Vice-Presidente do Grupo e presidente da Comissão associada sobre riscos e são configuradas como apoio aos membros dos órgãos de gestão de risco e controle do Grupo.

3.1 Função de controle integral de riscos

O Grupo lançou em 2008 a função de controle de risco integral para assegurar uma visão abrangente da gestão de todos os riscos que afetam o desenvolvimento da atividade normal do Grupo. Os riscos considerados são: risco de crédito (incluindo riscos de concentração e contrapartida); risco de mercado (incluindo o risco de liquidez, bem como de tipo estrutural dos riscos de juros e a taxa de câmbio); o risco operacional e tecnológico; e o risco de conformidade e de reputação.

A função de gestão integrada de riscos é dividida em 3 atividades complementares:

- 1) Assegurar que os sistemas de gestão e controle dos diferentes riscos inerentes à atividade do Grupo cumprir com os critérios mais rigorosos e as melhores práticas observadas na indústria e/ou exigidas pelos órgãos reguladores;
- 2) assegurar que a diretoria da entidade tem à sua disposição uma visão integral do perfil dos diferentes riscos assumidos em cada momento e que estes em conformidade com o apetite de risco previamente formulado; e
- 3) supervisionar o cumprimento adequado em tempo e forma do conjunto de recomendações em matéria de controle e gestão de risco como resultado de inspeções efetuados pela auditoria interna e pelo supervisores que o Grupo é enviado.

Função é caracterizada por escopo global e corporativo, cobrindo todos os riscos, todos os negócios e em Geografia e é configurado como uma terceira camada de controle de volta para o já feita em primeira instância, pela pessoa responsável pelo controle e gerenciamento de cada risco no peito de cada unidade de negócio ou funcional (1ª camada de controle), bem como por cada um executivo corporativo responsável para cada risco controlar (2ª camada de controle). Isso garante a visão e, portanto, o monitoramento abrangente de todos os riscos que o Grupo incorridos no exercício da sua atividade.

3.2 Validação interna independente dos modelos de risco

Além disso, para ser uma exigência regulatória, a função de validação interna do modelo de risco é um suporte fundamental para a comissão delegada de riscos e aos comitês locais e corporativos de riscos em suas responsabilidades de autorização de uso (gestão e regulamentação) de modelos e sua revisão periódica.

Para fazer isso, uma unidade especializada da entidade com suficiente independência, emite um parecer técnico sobre a adequação dos modelos de fins internos usados, sejam eles de gestão interna e/ou de caráter regulatório (cálculo de capital regulatório, níveis de suprimentos, etc.), concluindo, em sua robustez, a utilidade e a eficácia.

A validação interna Grupo abrange todo o modelo usado na função de riscos, se o risco de modelos de crédito, mercado, operacional ou estrutural, bem como modelos de capital, tanto econômica como regulatório. O escopo de validação inclui não só os aspectos teóricos ou metodológicos, mas, também, o tecnológico sistemas e a qualidade dos dados que permitem e aqueles que apoiam o seu funcionamento eficaz e, em geral, para todos os aspectos relevantes da gestão (controles, *reporting*, pedidos, envolvimento da alta administração, etc.).

A função tem caráter global e empresarial, a fim de assegurar a uniformidade na sua aplicação, agindo através de cinco centros regionais localizados em Madrid, Londres, São Paulo, Nova York e Wrocław (Polônia). Estes centros têm dependência funcional cheio do centro empresarial, permitindo-lhe assegurar a uniformidade no desenvolvimento das suas atividades. Assim, facilita a implementação de uma metodologia corporativa que é apoiada por uma série de ferramentas desenvolvidas internamente no Grupo, oferecendo uma estrutura corporativa robusta para aplicação em todas as unidades do Grupo, automatizar certas verificações para conseguir que as revisões são efetivamente realizadas.

Note-se que este quadro de validação interna do Grupo empresarial está totalmente alinhado com os critérios de validação interna de modelos avançados, publicado pelo Banco de Espanha e o resto dos supervisores que é enviado para o Grupo. Nesse sentido, mantendo o critério de separação de funções entre as unidades de validação interna e a auditoria interna que, como uma última camada de controle existentes no Grupo, é responsável por revisar a metodologia, ferramentas e trabalho realizado por validação interna e comentar sobre o seu grau de independência efetiva.

4. FONTES DE RISCO

A alta administração do Grupo acredita que há fontes de risco que afetam o desenvolvimento do seu negócio e, conseqüentemente, os riscos decorrentes da mesma. Estes focos e as ações mitigadoras correspondentes que são tomadas são as seguintes:

- Ambiente macro: em tempos de crise, é especialmente importante prestar atenção à volatilidade do ambiente macro. Diversificação geográfica protege os resultados do Grupo, minimizando o impacto de tal volatilidade e permite-lhe manter um perfil de risco médio-baixo. Além disso, o Grupo utiliza técnicas de análise de cenário para assegurar a manutenção do perfil de risco da entidade dentro o apetite de risco estabelecidos, bem como a força do balanço antes de quaisquer cenários macroeconômicos adversos. Essas análises são recursivamente a alta administração e incluem o impacto potencial sobre a declaração de renda do efeito dos cenários sobre as margens, o risco de perda de crédito e compensação, bem como a carteira de negociação. Da mesma forma, considerado o impacto dos cenários adversos na posição de liquidez do Grupo.
- Alteração regulatória: como uma resposta à crise financeira nos últimos anos, órgãos reguladores e autoridades no domínio bancário estão projetando uma série de medidas destinadas a prevenir futuras crises, se for caso disso, para atenuar os seus efeitos. O cumprimento destas medidas pelas instituições financeiras, especialmente designadas como sistêmica, está gerando impactos em diversas áreas: necessidades de capital, liquidez, transparência, etc.
Monitoramento constante das mudanças no marco regulatório e a antecipação dessas alterações para facilitar a rápida adaptação às novas exigências, constituem os pilares básicos da abordagem que o Banco enfrenta estas questões.
O departamento de Public Policy, dentro da divisão de comunicação, Marketing Corporativo e Estudos, assume esta tarefa de monitoramento e gerenciamento de alertas regulamentares, em coordenação com a

Secretaria-geral, intervenção geral, divisão financeira e riscos, bem como áreas de apoio e negócios afetados por estes alertas. Responsável pela public policy das divisões reúnem mensalmente, e países mantêm uma teleconferência mensal também para garantir o Grupo de coordenação.

Esta abordagem é promovida e apoiada desde a mais alta direção do Banco. A Comissão da Public Policy, presidido pelo chefe do executivo, é o órgão onde são analisados relatórios de grandes mudanças regulamentares, seus impactos e estratégia destina-se a continuar em torno destas questões.

- Risco à reputação e conduta a fim de atenuar o impacto desses riscos, a companhia reforçou significativamente no controle de anos recentes de todos os aspectos relacionados com a comercialização de produtos - incluindo o monitoramento do pós-programa de - e a relação com a clientela. Atualmente, tanto os supervisores e o público dar muita atenção a esta questão em relação não apenas com produtos de investimento, mas também com a banca de produtos e serviços financeiros em geral.

5. RISCO DE CRÉDITO

5.1 Introdução ao tratamento de risco de crédito

Risco de crédito é causado pela possibilidade de perdas decorrentes da violação total ou parcial das obrigações financeiras com o Grupo pelos seus clientes ou contrapartes.

A segmentação do ponto de vista da gestão de risco de crédito é baseada na distinção entre dois tipos de clientes:

- o São clientes carteirizados aqueles que são atribuídos a uma analista de risco. A esta categoria estão incluídos os clientes do banco global (corporativas, instituições financeiras e soberano) e as empresas de serviços bancários cujo nível de risco é acima de um limite de exposição estabelecido por cada unidade. A gestão de riscos é feito através da análise de especialistas com ferramentas de suporte de decisão.
- o O segmento de risco normalizado é composto por aqueles clientes que não são atribuído a uma analista de risco. Inclui os riscos com indivíduos, autônomos e empresas de serviços bancários não caracterizadas. A gestão desses riscos é baseada em modelos internos de avaliação e decisão automática, complementada, quando necessário, com o julgamento da experiência de equipes de analistas.

O perfil do Grupo é principalmente varejista, com mais de 80% do risco total gerado pelo negócio da banca comercial.

5.2 Evolução e principais magnitudes

5.2.1 Demonstração de risco de crédito global de 2013

Abaixo estão os principais indicadores relacionados ao risco da atividade de derivativos de crédito com os clientes:

	Risco de crédito com clientes (milhões de euros) ⁽¹⁾			Taxa de inadimplemento (%)			Taxa de cobertura (%)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Europa continental	312.167	332.261	353.506	9,13	6,29	5,24	57,3	73,0	55,2
Espanha	189.783	210.536	223.456	7,49	3,84	3,30	44,0	50,0	50,9
Santander Consumer Finance	58.628	59.387	59.442	4,01	3,90	3,97	105,3	109,5	109,3
Portugal	26.810	28.188	30.607	8,12	6,56	4,06	50,0	53,1	54,9
Polónia	18.101	10.601	9.120	7,84	4,72	4,89	61,8	68,3	65
Reino Unido	235.627	254.066	257.698	1,98	2,05	1,85	41,6	44,1	37,5
América Latina	150.979	160.413	159.445	5,03	5,42	4,32	84,6	87,5	97,0
Brasil	79.216	89.142	91.035	5,64	6,86	5,38	95,1	90,2	95,2
México	24.024	22.038	19.446	3,66	1,94	1,82	97,5	157,3	175,7
Chile	31.645	32.697	28.462	5,91	5,17	3,85	51,1	57,7	73,4
Puerto Rico	4.023	4.567	4.559	6,29	7,14	8,64	61,6	62	51,4
Argentina	5.283	5.378	4.957	1,42	1,71	1,15	140,4	143,3	206,9
Estados Unidos	40.349	44.678	43.052	2,23	2,29	2,85	93,6	105,9	96,2
Total Grupo	738.558	793.448	820.968	5,64	4,54	3,90	61,7	77,4	61,0

	Risco de crédito com clientes (milhões de reais) ⁽¹⁾			Taxa de inadimplimento (%)			Taxa de cobertura (%)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Europa continental	1.016.915	898.301	854.035	9,13	6,29	5,24	57,3	73,0	55,2
Espanha	618.237	569.205	539.847	7,49	3,84	3,30	44,0	50,0	50,9
Santander Consumer Finance	190.987	160.559	143.606	4,01	3,90	3,97	105,3	109,5	109,3
Portugal	87.336	76.209	73.943	8,12	6,56	4,06	50,0	53,1	54,9
Polónia	58.966	28.661	22.033	7,84	4,72	4,89	61,8	68,3	65
Reino Unido	767.579	686.893	622.573	1,98	2,05	1,85	41,6	44,1	37,5
América Latina	491.829	433.693	385.203	5,03	5,42	4,32	84,6	87,5	97,0
Brasil	258.054	241.004	219.931	5,64	6,86	5,38	95,1	90,2	95,2
México	78.261	59.582	46.980	3,66	1,94	1,82	97,5	157,3	175,7
Chile	103.087	88.400	68.761	5,91	5,17	3,85	51,1	57,7	73,4
Puerto Rico	13.105	12.347	11.014	6,29	7,14	8,64	61,6	62	51,4
Argentina	17.210	14.540	11.976	1,42	1,71	1,15	140,4	143,3	206,9
Estados Unidos	131.441	120.791	104.009	2,23	2,29	2,85	93,6	105,9	96,2
Total Grupo	2.405.927	2.145.166	1.983.377	5,64	4,54	3,90	61,7	77,4	61,0

(1) Inclui empréstimos brutos para os clientes, garantias e cartas de crédito e *mark to market* de derivativos de clientes (5.505 milhões de euros) (17.933 milhões de reais).

No final de 2013, risco de crédito com os clientes reduziu em 7%. Este declínio é generalizado, com exceção do Brasil, México, Chile e Polónia onde há crescimentos no ano em termos de moeda local. Estes níveis de investimento, juntamente com um atraso no pagamento de 41.652 milhões de euros (135.686 milhões de reais), a taxa de não-realização empréstimos do Grupo no topo 5,64% (+ 110 *b.p.* sobre 2012).

A taxa de hedge do Grupo situou-se em 62%. É importante observar que a relação é afetada para baixo pelo peso das carteiras hipotecárias (especialmente no Reino Unido e Espanha), que exigem menores provisões no balanço por ter garantia.

5.3 Detalhe das regiões com maior concentração

Segue estão as carteiras das localidades onde o Grupo possui a maior concentração de risco.

5.3.1 Reino Unido

O risco de crédito com clientes em Portugal ascende a 235.627 milhões de euros (767.579 milhões de reais) no final de dezembro de 2013, que representa 31,9% do Grupo total.

Por causa da sua relevância, não só para Santander UK, mas também para todo o investimento de empréstimo do Grupo Santander, devemos destacar o portfólio de empréstimos hipotecários, que, no final de dezembro de 2013, ascende a 177.617 milhões de euros (578.605 milhões de reais).

Este portfólio é composto por operações de empréstimos hipotecários para a compra ou reforma da habitação, concedido tanto aos clientes novos quanto aos já existentes, sempre com o nível de primeira hipoteca, já que não se originam de transações que envolvam segunda ou sucessivas cargas sobre o imóvel hipotecado.

A propriedade que na qual está a hipoteca deve estar situado no território do Reino Unido, independentemente do destino do financiamento, exceto para certas operações específicas. A possibilidade de concessão de empréstimos para a compra de habitação fora do Reino Unido, mas a hipoteca deve ser constituída em qualquer caso uma propriedade sita no país.

Geograficamente, o risco de crédito é mais predominante na parte sudeste do país, apresentando um comportamento mais estável dos índices de preços internos, mesmo durante períodos de abrandamento económico.

As propriedades são avaliadas de forma independente antes da aprovação de cada nova operação, de acordo com os princípios estabelecidos pelo Grupo em sua gestão de risco.

Para empréstimos de hipoteca já concedidos no portfólio, uma atualização trimestral do valor da propriedade é conduzida em garantia, por uma agência independente através de um sistema de classificação automática, de acordo com as práticas usuais de mercado e em conformidade com a legislação em vigor.

Para 2013, a taxa de inadimplência aumentou de 1,74% em 2012 para 1,88% no final do ano.

Este crescimento é explicado principalmente pela queda de investimento de empréstimo para a execução de crédito rigoroso e políticas de preço, implementadas nos últimos anos. O resultado destas medidas foi a redução da exposição em alguns sub-segmentos com pior comportamento, tais como hipoteca *interest only*, em proporção maior do que o novo investimento gerado com a consequente redução no *stock* total.

O comportamento de tarde experimentou uma melhoria significativa, graças a um ambiente macroeconómico mais favorável, bem como as saídas de aumento de empréstimos improdutivo devido as melhorias na eficiência das equipas de recuperação. Desta forma, a quantidade de não-realização premiado de empréstimos aumentados 1,1% a 3.453 milhões de euros (11.248 milhões de reais), incluindo imóveis retomados, contra um crescimento de 8,5% em 2012.

As políticas de crédito limitam o *loan to value* máximo em 90% para os empréstimos que se amortizam o juros e capital e 50% para aqueles que amortizam periodicamente o juros e o capital no vencimento.

As políticas de risco de crédito existentes proíbem explicitamente os empréstimos alto risco (hipotecas *subprime*), estabelecendo requisitos rigorosos em termos de qualidade de crédito, tanto das operações como dos clientes. Como exemplo, a partir de 2009 não é permitida a admissão de empréstimos hipotecários com *loan to value* superior a 100%. A partir deste ano e até 2012 menos de 0,1% da nova produção teve um *loan to value* superior a 90%.

5.3.2 Espanha

5.3.2.1. Visão geral do portfólio

O risco de crédito total (incluindo garantias e créditos documentários), em Espanha (excluindo a unidade de negócios de propriedade descontinuado), ascendeu a 189.783 milhões de euros (618.237 milhões de reais) (26% do Grupo total), exibindo um nível adequado de diversificação, tanto em sua visão de produto como segmento de clientes. Em 2013, uma redução continua a registar níveis de investimento como resultado da queda na demanda por crédito e a situação económica. A taxa de inadimplência é % 7.49. O índice de cobertura é de 44%.

5.3.2.2 Crédito de portfólio às famílias para a compra de habitação

O crédito dado às famílias para a compra da habitação em Espanha fica no final de 2013 em 55.158 milhões de euros (179.683 milhões de reais). Deles, 98% tem garantia hipotecária.

Em milhões de euros	31/12/13	
	Montante bruto	<i>Dos quais: duvidoso</i>
Crédito às famílias para casa própria	55.158	4.041
<i>Sem garantia hipotecária</i>	863	461
<i>Com garantia hipotecária</i>	54.295	3.580

Em milhões de reais	31/12/13	
	Montante bruto	<i>Dos quais: duvidoso</i>
Crédito às famílias para casa própria	179.683	13.164
<i>Sem garantia hipotecária</i>	2.811	1.502
<i>Com garantia hipotecária</i>	176.872	11.662

A carteira de hipotecas às famílias para habitação em Espanha apresenta características que mantêm o seu perfil de risco em um nível médio-baixo e com uma expectativa de perda de valor mais limitado:

- Todas as hipotecas pagam o principal desde o primeiro dia da operação.
- Existe prática habitual de amortização antecipada, por isso a vida média da operação é muito inferior a contratuais.
- Devedor responde com todos os seus ativos, não só com o imóvel financiado.
- Alta qualidade da garantia quase exclusivamente no financiamento da habitação primeiro.
- 88% da carteira tem um LTV inferior a 80%, calculada como risco total sobre o montante da última avaliação disponível.
- A taxa de esforço médio permanece próximo de 29%.

Em milhões de euros	31/12/13					
	Risco sobre a última avaliação disponível (<i>loan to value</i>)					
	Menor ou igual a 40%	Mais de 40% e inferior a 60%	Superior a 60%, mas inferior a 80%	Mais de 80% e inferior e igual a 100%	Mais de 100%	Total
Montante bruto no início	12.703	16.642	18.185	5.683	1.083	54.295
<i>Dos quais: duvidoso</i>	277	641	1.353	951	358	3.580

Em milhões de reais	31/12/13					
	Risco sobre a última avaliação disponível (<i>loan to value</i>)					
	Menor ou igual a 40%	Mais de 40% e inferior a 60%	Superior a 60%, mas inferior a 80%	Mais de 80% e inferior e igual a 100%	Mais de 100%	Total
Montante bruto no início	41.381	54.213	59.239	18.513	3.526	176.872
<i>Dos quais: duvidoso</i>	902	2.088	4.408	3.098	1.166	11.662

Para efeitos de gestão interna o Grupo atualiza o LTV pelo menos uma vez por ano, tendo em conta os índices de preços de imóveis publicados. Além disso, se um devedor torna-se duvidoso o Grupo atualiza as avaliações realizadas pela OMS, que são tidas em conta para o cálculo das provisões para perdas por perda de valor.

5.3.2.3 Carteira de empresas sem finalidade imobiliária

Os empréstimos diretamente para as PME e empresas, 106.042 milhões de euros (345.442 milhões de reais), constituem o mais importante segmento dentro de investimento de empréstimo da Espanha, representando 56% do total.

A maioria da carteira corresponde a clientes caracterizados que, em virtude do risco assumido, são atribuídos a um analista de risco, que realiza um monitoramento contínuo do cliente durante todas as fases do ciclo de risco.

Durante 2013 a taxa de inadimplimento dessa carteira taxa fica em 8,72%, afetado pela continuidade de um complexo ambiente económico e pela diminuição do investimento.

5.3.2.4 Carteira com finalidade imobiliária

No final de 2013, exposição bruta com fins imobiliários na Espanha atinge a 20.936 milhões de euros (68.201 milhões de reais), dos quais 12.105 milhões de euros (39.433 milhões de reais) para créditos e 8.831 milhões de euros (28.768 milhões de reais) para imóveis retomados. Dos 11.355 milhões de euros (36.990 milhões de reais) em créditos e 7.990 milhões de euros (26.028 milhões de reais) de propriedades retomadas são gerenciados com um modelo de gestão, especializando-se em uma unidade separada "negócios imobiliários descontinuada na Espanha" que também gerencia os investimentos relacionados ao setor imobiliário (Metrovacesa, S.A. e Sareb).

Durante 2013 continuou com a política de forte redução dos saldos neste segmento:

	Milhões de euros		
	31/12/13	31/12/12	31/12/11
Saldo no início do ano	15.867	23.442	27.334
Impedidos de ativos	(848)	(930)	(914)
Reduções ⁽¹⁾	(2.114)	(5.670)	(2.742)
Baixados	(800)	(975)	(236)
Saldo no final do ano (net)	12.105	15.867	23.442

	Milhões de reais		
	31/12/13	31/12/12	31/12/11
Saldo no início do ano	51.688	63.378	66.036
Impedidos de ativos	(2.762)	(2.514)	(2.208)
Reduções ⁽¹⁾	(6.887)	(15.329)	(6.624)
Baixados	(2.606)	(2.636)	(570)
Saldo no final do ano (net)	39.433	42.899	56.634

⁽¹⁾ Inclui vendas de portfólio, recuperação e sub-rogação para terceiros.

O taxa de inadimplência de portfólio fecha em 61,7% (em comparação com 47,7% de dezembro de 2012) como resultado de um maior portfólio de devedores duvidosos e especialmente acentua o declínio no investimento deste segmento e tem a distribuição apresentada na tabela a seguir. O índice de cobertura da exposição imobiliário em Espanha equivale a 41,1%.

Milhões de euros	31/12/13		
	Montante bruto	Valor excedente da garantia	Cobertura específica
Financiamento para o desenvolvimento imobiliário e construção registrado por instituições de crédito do Grupo (negócios em Espanha)	12.105	5.173	4.981
<i>Dos quais: duvidoso</i>	<i>7.473</i>	<i>3.869</i>	<i>3.960</i>
<i>Dos quais: abaixo do padrão</i>	<i>2.972</i>	<i>1.011</i>	<i>1.021</i>
Pro-memoria: Ativos baixados	1.642		

Pro-memoria: Dados no balanço consolidado público	31/12/13
Milhões de euros	Valor contabilístico
Crédito total a clientes excluindo Administração Pública (negócios em Espanha)	160.478
Total de ativos consolidados	1.115.638
Correções de valor e provisões para risco de crédito. Hedge coletivo (negócios em Espanha)	213

Milhões de reais	31/12/13		
	Montante bruto	Valor excedente da garantia	Cobertura específica
Financiamento para o desenvolvimento imobiliário e construção registrado por instituições de crédito do Grupo (negócios em Espanha)	39.433	16.852	16.226
<i>Dos quais: duvidoso</i>	24.344	12.604	12.900
<i>Dos quais: abaixo do padrão</i>	9.682	3.293	3.326
Pro-memoria: Ativos baixados	5.349		

Pro-memoria: Dados no balanço consolidado público	31/12/13
Milhões de reais	Valor contabilístico
Crédito total a clientes excluindo Administração Pública (negócios em Espanha)	522.773
Total de ativos consolidados	3.634.303
Correções de valor e provisões para risco de crédito. Hedge coletivo (negócios em Espanha)	694

O Grupo determina o fornecimento de insolvências individualmente como a diferença entre a quantia escriturada da dívida e o valor presente dos fluxos de caixa ao longo da vida do contrato, incluindo as garantias de dedução dos custos de venda.

No final do ano, este portfólio com baixa concentração e um nível adequado de garantias e hedge.

Milhões de euros	Crédito:	Crédito:
	Montante bruto	Montante bruto
	31/12/13	31/12/12
1. sem garantia hipotecária	1.562	2.225
2. com garantia hipotecária	10.543	13.642
2.1 edifícios concluídos	5.600	7.025
2.1.1 habitação	3.192	3.491
2.1.2 outros	2.408	3.534
2.2 edifícios em construção	685	1.493
2.2.1 habitação	573	1.080
2.2.2 outros	112	413
2.3 solo	4.258	5.124
2.3.1. urbanizada terra	3.751	4.705
2.3.2 Outros solo	507	419
Total	12.105	15.867

Milhões de reais	Crédito:	Crédito:
	Montante bruto	Montante bruto
	31/12/13	31/12/12
	5.088	6.016
1. sem garantia hipotecária		
2. com garantia hipotecária	34.345	36.883
2.1 edifícios concluídos	18.243	18.993
2.1.1 habitação	10.398	9.438
2.1.2 outros	7.844	9.555
2.2 edifícios em construção	2.231	4.036
2.2.1 habitação	1.867	2.920
2.2.2 outros	365	1.117
2.3 solo	13.871	13.853
2.3.1. urbanizada terra	12.219	12.720
2.3.2 Outros solo	1.652	1.133
Total	39.433	42.899

Políticas e estratégias estabelecidas para a gestão desses riscos

Condições em vigor para a gestão da carteira, revisto e aprovado periodicamente pela alta administração do Grupo, concentram-se atualmente na redução e a consolidação da exposição em vigor, sem esquecer a atenção de novos negócios que identifica viável.

Para atender esta gestão de exposição de crédito, o Grupo dispõe-se equipes especializados que não só se enquadrem dentro das áreas de riscos, mas complementam a sua gestão e cobrem o ciclo de vida inteiro dessas operações: sua gestão comercial, seu tratamento jurídico e gestão de eventual recuperação.

Como já foi dito neste ponto, o gerenciamento proativo desses riscos tem ajudado o Grupo uma redução significativa de sua exposição, com um portfólio diversificado geograficamente, onde o financiamento da segunda residência é muito baixo no conjunto da mesma.

O financiamento hipotecário em solo não urbano representa uma pequena porcentagem de exposição de hipoteca em solos, sendo o resto já qualificados solos urbanos ou urbanizáveis que permitem o desenvolvimento dos mesmos.

No caso de projetos de financiamento da habitação cuja obra terminou, a redução significativa da exposição é suportada em ações diferentes. Juntamente com o já existente especializada de marketing de canais, ter sido equipes de campanha conduzida de gestores específicos para esta função que, no caso da rede do Santander, tem sido protegidos diretamente pela área de negócios de recuperações, quando a gestão direta com promotores e adquirentes, aplicando critérios de redução de preços para a venda e adaptação do financiamento condições às necessidades dos compradores. Eles permitiram que a sub-rogação dos empréstimos já existentes. Estas hipotecas permitem diversificar o risco em um segmento de negócios que apresenta uma taxa de inadimplência claramente inferior.

Os processos de admissão são gerenciados por equipes especializadas que trabalham em coordenação direta com as equipes comerciais, contando com critérios e políticas claramente definidos:

- o Promotores com um perfil amplo de solvência e experiência comprovada no mercado.
- o Critérios rigorosos dos parâmetros característicos das operações: financiamento exclusivo para o custo de construção, altas porcentagens de vendas credenciadas, financiamento da primeira residência, etc.
- o Apoio para o financiamento de habitação protegida com credenciados percentagens vendas.
- o Financiamento de terreno restrito, delimitado para a restauração do nível adequado de cobertura em financiamento existente ou aumentar em garantia.

Além do controle permanente exercido pelas equipes de monitoramento de risco do Grupo, há uma unidade técnica especializada no monitoramento e controle desta carteira em conexão com o progresso da obra, em conformidade com o planejamento e o controle de vendas, bem como a validação e controle dos desembolsos por certificações. Para este efeito, o Grupo tem ferramentas específicas criadas para essa finalidade. Todas as distribuições hipotecárias, provisões de quantidade por qualquer tipo de conceito de hipoteca, alterações em períodos de carência, etc. são autorizadas de forma centralizada.

No caso de projetos em construção, mostrando algum tipo de dificuldade, o critério seguido é a de garantir a conclusão do trabalho a fim de ter terminado para comercialização nos edifícios do mercado. Para este efeito, a análise individual de cada projeto são a adotar para cada um dos casos, o conjunto de medidas mais eficaz (estruturas de pagamento a fornecedores que garantem a conclusão da obra, estabelecimentos de calendário de disposição específica, etc.).

A gestão de ativos imobiliários no balanço é feita através de empresas especializadas na venda de imóveis (Altamira Santander Real Estate, S.A.) é complementada pela estrutura de rede da empresa. A venda é feita com níveis de redução de preços em consonância com a situação do mercado.

Imóveis retomados

Em última análise, compra e retomada de bens imóveis é um dos mecanismos adotados na Espanha, para a gestão eficiente da carteira. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo líquido destes bens totaliza 4.146 milhões de euros (13.506 milhões de reais), resultantes de bruto de 8.831 milhões de euros (28.768 milhões de reais) e algumas provisões feitas de 4.685 milhões de euros (15.262 milhões de reais).

A tabela a seguir apresenta a desagregação no final dos anos de 2013 e 2012 dos ativos adquiridos e retomados pelas empresas em Espanha:

<i>Milhões de euros</i>	31/12/13		31/12/12	
	Valor contábil líquido	Dos quais: hedge	Valor contábil líquido	Dos quais: hedge
Ativos imobiliários de fundos destinados a empresas de desenvolvimento imobiliário e construção	3.397	4.151	2.906	3.650
<i>Dos quais:</i>				
<i>Edifícios acabados</i>	<i>1.059</i>	<i>727</i>	<i>793</i>	<i>498</i>
<i>Habitação</i>	<i>492</i>	<i>338</i>	<i>393</i>	<i>236</i>
<i>Outros</i>	<i>567</i>	<i>389</i>	<i>400</i>	<i>262</i>
<i>Edifícios em construção</i>	<i>366</i>	<i>369</i>	<i>283</i>	<i>281</i>
<i>Habitação</i>	<i>366</i>	<i>368</i>	<i>274</i>	<i>273</i>
<i>Outros</i>	<i>-</i>	<i>1</i>	<i>9</i>	<i>8</i>
<i>Solo</i>	<i>1.972</i>	<i>3.055</i>	<i>1.830</i>	<i>2.871</i>
<i>Terra urbanizada</i>	<i>926</i>	<i>1.390</i>	<i>1.302</i>	<i>2.024</i>
<i>Outros solo</i>	<i>1.046</i>	<i>1.665</i>	<i>528</i>	<i>847</i>
Bens imobiliários de financiamento hipotecário para habitação	747	530	707	454
Outros ativos imobiliários retomados	2	4	61	60
Total de ativos imobiliários	4.146	4.685	3.674	4.164
patrimônio líquido, participação e financiamento para empresas não consolidadas, detentoras de tais ativos	647	751	649	749
Total	4.793	5.436	4.323	4.913

<i>Milhões de reais</i>	31/12/13		31/12/12	
	Valor contábil líquido	Dos quais: hedge	Valor contábil líquido	Dos quais: hedge
Ativos imobiliários de fundos destinados a empresas de desenvolvimento imobiliário e construção	11.066	13.522	7.857	9.868
<i>Dos quais:</i>	-	-	-	-
<i>Edifícios acabados</i>	3.450	2.368	2.144	1.346
<i>Habitação</i>	1.603	1.101	1.063	638
<i>Outros</i>	1.847	1.267	1.081	708
<i>Edifícios em construção</i>	1.192	1.202	765	760
<i>Habitação</i>	1.192	1.199	741	738
<i>Outros</i>	-	3	24	22
<i>Solo</i>	6.424	9.952	4.948	7.762
<i>Terra urbanizada</i>	3.017	4.528	3.520	5.472
<i>Outros solo</i>	3.407	5.424	1.428	2.290
Bens imobiliários de financiamento hipotecário para habitação	2.433	1.727	1.911	1.227
Outros ativos imobiliários retomados	7	13	165	162
Total de ativos imobiliários	13.506	15.262	9.933	11.257
patrimônio líquido, participação e financiamento para empresas não consolidadas, detentoras de tais ativos	2.108	2.446	1.755	2.025
Total	15.614	17.708	11.688	13.282

Durante os últimos anos, o Grupo considerou que a aquisição / retomada como uma ferramenta eficiente na resolução de créditos inadimplentes frente ao processo legal. Na contabilização inicial desses ativos retomados o Grupo toma como referência o valor mais baixo entre a quantia escriturada da dívida (líquida de provisões) e o valor justo do ativo adquirido/retomado (descontando os custos estimados de vendidos). Se o valor justo (menos custo das vendas) for menor que o valor líquido da dívida, a diferença é registrada na rubrica perda por impairment ativos financeiros (líquido) - investimentos de crédito da conta de resultados do período. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o ativo é medido com o valor menor entre valor justo (menos custo das vendas) e o montante inicialmente considerado. O valor justo desses ativos é determinado pelos diretores do Grupo com base em provas obtidas por titulação qualificado ou evidência de transações recentes.

Listados abaixo o movimento dos imóveis retomados:

	Milhares de milhões de euros	
	2013	2012
Entradas brutas	1,9	2,1
Saídas	0,9	2,8
Diferença	1	(0,7)

	Milhares de milhões de reais	
	2013	2012
Entradas brutas	5,4	5,3
Saídas	2,6	7
Diferença	2,8	(1,7)

5.3.3 Brasil

A carteira de crédito do Brasil equivale a 79.216 milhões de euros (258.054 milhões de reais) (11% do Grupo total) e tem um nível adequado de diversificação e de um perfil predominantemente varejo. 55% do crédito encontra-se com os indivíduos, o consumidor e o financiamento das PME.

Em 2013, registrou-se um crescimento (à taxa de câmbio constante) de 7,1% em comparação com 11% do ano anterior. Este crescimento está em consonância com o crescimento nominal da economia brasileira e a média dos bancos no Brasil.

A taxa de inadimplência tem sido localizada a 5,64% até final de 2013, contra a 6,86% de 2012, refletindo a melhoria da qualidade de crédito da carteira, especialmente na carteira de particulares.

A taxa de inadimplência encontra-se em 95% versus 90% no final de 2012.

5.4. Outra perspectiva do risco de crédito

5.4.1 Risco de crédito por atividades em mercados financeiros

O risco de crédito gerado na atividade de tesouraria com os clientes, principalmente com as instituições financeiras é incorporado nesta rubrica. O agente desenvolve os dois produtos de financiamento no mercado monetário, com instituições financeiras diferentes e através de produtos derivativos para servir os clientes do Grupo.

Uma metodologia de MtM (substituição em derivativos de valor ou dispostos em quantidade comprometida linhas) mais uma exposição futura potencial (*addon*) é usada para medir a exposição. Além disso, estima-se também o capital em risco ou perda inesperada, ou seja, a perda que uma vez subtraídas as perdas esperadas, é recuperação e garantias de capital econômicas, líquidas.

No fechamento dos mercados, as exposições são recalculadas, ajustando as operações de seu novo horizonte, o potencial de exposição futura é ajustado e aplicar medidas de mitigação (*netting*, garantia, etc.), para que as exposições podem ser controladas diariamente contra os limites aprovados pela Alta Administração. O risco é controlado por um sistema integrado e em tempo real que permite saber em todos os momentos o limite de exposição disponível com qualquer compensação, em qualquer produto e período e em qualquer unidade do Grupo.

5.4.2. Risco de concentração

O controle do risco da concentração constitui um elemento essencial de gestão. O Grupo realiza um monitoramento contínuo do grau de concentração das carteiras de risco de crédito, sob diferentes dimensões relevantes: por país, por setor e por Grupos de clientes.

O Comitê de Riscos estabelece as condições de risco e os níveis de exposição adequados para a gestão adequada do grau de concentração de carteiras de risco de crédito de clientes.

O Grupo está sujeito a regulamentação do Banco Central de Espanha em grandes riscos. Em conformidade com as normas contidas da Circular 3/08 (na determinação e controle de recursos próprios mínimos) e alterações posteriores, o valor de todos os riscos, coberta por uma instituição de crédito com a mesma pessoa, entidade ou Grupo econômico, incluindo-se na parte não consolidável, não pode exceder 25% de seus recursos próprios. O risco mantido com uma pessoa, físico ou jurídico ou econômico Grupo será considerado grandes riscos quando seu valor for superior a 10% do patrimônio de uma instituição de crédito. Exceções incluem exposições a governos e Bancos Centrais de OECD.

Em 31 de dezembro de 2013, contam-se Grupos econômicos que inicialmente excederem os 10% de recursos próprios: sete instituições financeiras, um governo geral e uma entidade de contraparte central EU. Depois de aplicar as regras aplicáveis aos grandes riscos e técnicas de mitigação de risco, todos eles estão abaixo dos 4% de patrimônio líquido computável.

Em 31 de dezembro de 2013, com o crédito de 20 Grupos financeiros credenciados a primeira exposição, excluindo os governos AAA e títulos soberanos denominados em moeda local, representado 4,7% o risco de crédito com os clientes (investimento mais riscos de assinatura), encolhendo ligeiramente ao longo do ano anterior.

O Grupo não mantém exposição com uma entidade de contraparte central superior a 5% dos recursos próprios. O top 10 das IFI representa 14.769 milhões de euros (48.111 milhões de reais).

A divisão de risco do Grupo trabalha em estreita colaboração com a divisão financeira na gestão ativa das carteiras de crédito que, entre suas linhas de ação, inclui a redução da concentração de exposições usando várias técnicas, a compra de derivativos de crédito cobertura ou operações de securitização, com o objetivo de otimizar a relação retorno-risco da carteira total.

O detalhamento de 31 de dezembro de 2013, a concentração de riscos do Grupo por atividade e área geográfica das contrapartes é incluída abaixo:

Milhões de euros	31/12/13				
	Total	Espanha	Outro União Europeia	América	Resto do mundo
Instituições de crédito	147.993	26.142	69.665	48.481	3.705
Administrações públicas	113.441	46.880	22.358	38.931	5.272
<i>Dos quais:</i>					
<i>Administração Central</i>	92.780	32.216	21.646	33.649	5.269
<i>Resto</i>	20.661	14.664	712	5.282	3
Outras instituições financeiras	52.393	11.833	24.031	14.036	2.493
Empresas não-financeiras e empresários em nome individual	293.297	98.642	65.783	115.972	12.900
<i>Dos quais:</i>					
<i>Desenvolvimento imobiliário e construção</i>	21.477	7.159	4.542	9.623	153
<i>Construção de obras civis</i>	6.849	4.611	2.030	139	69
<i>Grandes empresas</i>	170.377	51.036	37.535	74.777	7.029
<i>E médias empresas e empresários em nome individual</i>	94.594	35.836	21.676	31.433	5.649
Outras casas e instituições ao serviço das famílias sem fins lucrativos	396.157	66.876	254.679	73.068	1.534
<i>Dos quais:</i>					
<i>Habituação</i>	291.267	54.441	205.536	30.349	941
<i>Consumo</i>	92.036	7.823	46.712	36.931	570
<i>Outros fins</i>	12.854	4.612	2.431	5.788	23
Subtotal	1.003.281	250.373	436.516	290.488	25.904
Menos: depreciação de ativos a correções de valor determinadas coletivamente	3.439				
Total (*)	999.842				

Milhões de reais	31/12/13				
	Total	Espanha	Outro União Europeia	América	Resto do mundo
Instituições de crédito	482.100	85.160	226.940	157.931	12.069
Administrações públicas	369.544	152.716	72.833	126.821	17.174
<i>Dos quais:</i>					
<i>Administração Central</i>	302.239	104.947	70.514	109.614	17.164
<i>Resto</i>	67.305	47.769	2.319	17.207	10
Outras instituições financeiras	170.675	38.547	78.283	45.724	8.121
Empresas não-financeiras e empresários em nome individual	955.442	321.335	214.294	377.791	42.022
<i>Dos quais:</i>					
<i>Desenvolvimento imobiliário e construção</i>	69.963	23.321	14.796	31.348	498
<i>Construção de obras civis</i>	22.312	15.021	6.613	453	225
<i>Grandes empresas</i>	555.018	166.254	122.273	243.594	22.897
<i>E médias empresas e empresários em nome individual</i>	308.149	116.739	70.612	102.396	18.402
Outras casas e instituições ao serviço das famílias sem fins lucrativos	1.290.517	217.854	829.641	238.025	4.997
<i>Dos quais:</i>					
<i>Habituação</i>	948.829	177.346	669.553	98.865	3.065
<i>Consumo</i>	299.815	25.484	152.169	120.305	1.857
<i>Outros fins</i>	41.873	15.024	7.919	18.855	75
Subtotal	3.268.278	815.612	1.421.991	946.292	84.383
Menos: depreciação de ativos a correções de valor determinadas coletivamente	11.203				
Total (*)	3.257.075				

(*) A definição de risco para efeito desta caixa inclui os seguintes itens do balanço público: depósitos em instituições financeiras, crédito para os clientes, de títulos de dívida, instrumentos de capital, derivativos de negociação, derivativos, participações e riscos contingentes.

5.4.3. Risco-país

Risco-país é um componente do risco de crédito que incorpora todas as operações de crédito transfronteiriço (*cross-border*) por circunstâncias que não sejam os riscos comerciais habituais. Seus principais elementos são o risco soberano, risco de transferência e outros riscos que podem afetar a atividade financeira internacional (guerras, catástrofes naturais, crise, balança de pagamentos, etc.).

Em 31 de dezembro de 2013, sujeitos a provisão para a exposição de risco de país elevou-se para 382 milhões de euros (1.244 milhões de reais) (342 milhões de euros (925 milhões de reais) de 31 de dezembro de 2012). Fundo de hedge no final do ano financeiro 2013 foi de 47 milhões de euros (153 milhões de reais), em comparação com 45 milhões de euros (122 milhões de reais) no ano anterior.

Exposição configuráveis para risco-país é moderada. Exposição total ao risco-país, independentemente se ele está configurado ou não, também moderada. Com exceção dos países do Grupo 1 (considerada pelo Banco de Espanha, o menor risco^[4]), a exposição individual pelo país não exceda 1% dos ativos totais do Grupo em todo o caso.

[4] Grupo estão incluídas as operações com contrapartes finais residentes em países da União Europeia, Noruega, Suíça, Islândia, Estados Unidos, Canadá, Japão, Austrália e Nova Zelândia.

Princípios de gestão de risco de país seguiram-se obedecendo aos critérios da máxima prudência, supondo que o país de risco em uma operações de forma muito seletiva claramente rentável para o Grupo, e que reforçar o relacionamento com os clientes em geral.

5.4.4. Risco soberano

Como regra geral, o Grupo é considerado soberano o risco das operações contratadas com o Banco central (incluindo o laço regulatório), o risco de emissor de tesouro ou entidade similar (carteira de dívida do governo) e operações de derivativos com entidades públicas com as seguintes características: seus fundos vêm apenas as receitas do orçamento de estado, ter o reconhecimento jurídico das entidades diretamente integrados no setor Estado desenvolver atividades que têm sem caráter comercial.

Este critério, historicamente usado pelo Grupo, apresenta algumas diferenças no que diz respeito a pedido da *European Banking Authority* (EBA), em face de seus períodos regulares de stress. Os mais significativo são o critério da EBA não inclui risco contratado com os Bancos Centrais, as exposições realizadas por companhias de seguros do Grupo, a mantida com empresas públicas, ou exposição indireta através de garantias e outros instrumentos. Por outro lado, incluem as administrações públicas em geral (incluindo locais e regionais) e não apenas o setor do estado.

Exposição ao risco soberano (de acordo com o critério aplicado no Grupo) é principalmente derivada das obrigações a que estão sujeito os bancos subsidiários de constituição de certos depósitos na correspondentes Bancos Centrais, bem como carteiras de renda fixa, mantidos no âmbito da estratégia de gestão de risco de interesse balanço estrutural. A maioria destes riscos se materializam em moeda local e é financiada com base nos depósitos de clientes recrutados localmente, também denominados em moeda local.

Em geral, exposição total ao risco soberano permaneceu relativamente estável nos últimos anos, o que parece razoável se considerarmos as razões estratégicas que estão por trás disso, discutido acima.

A discriminação, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, dependendo de como o Grupo gerencia cada portfólio, a exposição do Grupo ao risco soberano, net posições curtas realizadas com o mesmo, tendo em consideração os critérios estabelecidos pela *European Banking Authority* (EBA), acima referido, é a seguinte:

País	31/12/2013			
	Milhões de euros			
	Carteira			Exposição direta líquida total
	Ativos financeiros para livre negociação e outros a avaliados pelo seu valor justo no resultado (*)	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	
Espanha	4.359	21.144	12.864	38.367
Portugal	148	2.076	583	2.807
Itália	1.309	77	-	1.386
Grécia	-	-	-	-
Irlanda	-	-	-	-
Outra zona do euro	(1.229)	67	-	(1.161)
Reino Unido	(1.375)	3.777	-	2.402
Polónia	216	4.770	43	5.030
Resto da Europa	5	117	-	122
Estados Unidos	519	2.089	63	2.671
Brasil	8.618	8.901	223	17.743
México	3.188	2.362	2.145	7.695
Chile	(485)	1.037	534	1.086
Resto da América	268	619	663	1.550
Resto do mundo	5.219	596	146	5.964
Total	20.762	47.632	17.268	85.661

País	31/12/2013			
	Milhões de reais			
	Carteira			Exposição direta líquida total
	Ativos financeiros para livre negociação e outros a avaliados pelo seu valor justo no resultado (*)	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	
Espanha	14.199	68.879	41.906	124.984
Portugal	482	6.763	1.899	9.144
Itália	4.264	251	-	4.515
Grécia	-	-	-	-
Irlanda	-	-	-	-
Outra zona do euro	(4.000)	218	-	(3.782)
Reino Unido	(4.479)	12.304	-	7.825
Polónia	704	15.539	143	16.386
Resto da Europa	16	381	-	397
Estados Unidos	1.691	6.805	205	8.701
Brasil	28.074	28.996	730	57.800
México	10.385	7.694	6.988	25.067
Chile	(1.580)	3.378	1.740	3.538
Resto da América	873	2.016	2.160	5.049
Resto do mundo	17.010	1.942	476	19.428
Total	67.639	155.166	56.247	279.052

(*) Líquido de posições vendidas de títulos de 17.658 milhões de euros (57.523 milhões de reais).

Além disso, em 31 de dezembro de 2013, o Grupo manteve exposições diretas líquidas em derivativos cujo valor justo ascendia a (206) milhões de euros (671) milhões de reais, bem como a exposição indireta líquida em derivativos cujo valor justo corresponderam a 6 milhões de euros (20 milhões de reais). Por outro lado, o Grupo não tem nenhuma exposição em carteiras até o vencimento.

País	31/12/2012			
	Milhões de euros			
	Portfólio			Exposição direta líquida total
	Ativos financeiros para livre negociação e outros a avaliados pelo seu valor justo no resultado (*)	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	
Espanha	4.403	24.654	16.528	45.586
Portugal	-	1.684	616	2.300
Itália	(71)	76	-	4
Grécia	-	-	-	-
Irlanda	-	-	-	-
Outra zona do euro	943	789	-	1.731
Reino Unido	(2.628)	4.419	-	1.792
Polónia	669	2.898	26	3.592
Resto da Europa	10	-	-	10
Estados Unidos	(101)	1.783	30	1.712
Brasil	14.067	11.745	351	26.163
México	4.510	2.444	2.381	9.335
Chile	(293)	1.667	521	1.895
Resto da América	214	916	771	1.900
Resto do mundo	1.757	645	234	2.636
Total	23.480	53.718	21.457	98.655

País	31/12/2012			
	Milhões de reais			
	Portfólio			Exposição direta líquida total
	Ativos financeiros para livre negociação e outros a avaliados pelo seu valor justo no resultado (*)	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	
Espanha	11.904	66.655	44.685	123.244
Portugal	-	4.553	1.665	6.218
Itália	(192)	203	-	11
Grécia	-	-	-	-
Irlanda	-	-	-	-
Outra zona do euro	2.549	2.133	-	4.682
Reino Unido	(7.105)	11.947	-	4.842
Polónia	1.809	7.833	70	9.712
Resto da Europa	27	-	-	27
Estados Unidos	(273)	4.821	81	4.629
Brasil	38.032	31.753	949	70.734
México	12.193	6.608	6.437	25.238
Chile	(792)	4.506	1.409	5.123
Resto da América	579	2.476	2.082	5.137
Resto do mundo	4.750	1.744	633	7.127
Total	63.481	145.232	58.011	266.724

(*) Posições líquidas de títulos em de 15.282 milhões de euros (41.316 milhões de reais).

Além disso, em 31 de dezembro de 2012, o Grupo manteve exposições diretas líquidas em derivativos cujo valor justo ascendia a (330) milhões de euros ((892) milhões de reais), bem como a exposição indireta líquida em derivativos cujo valor justo corresponderam a (33) milhões de euros ((89,2) milhões de reais). Por outro lado, o Grupo não tem nenhuma exposição em carteiras até o vencimento.

5.4.5. Risco ambiental

Análise do risco ambiental das operações de crédito é um dos principais aspectos do plano estratégico da responsabilidade social empresarial, em consonância com o compromisso de sustentabilidade do Grupo. Baseia-se nos seguintes dois eixos principais:

- o Os princípios do Equador: é uma iniciativa da Corporação Financeira Internacional do Banco Mundial. É uma norma internacional para a análise das implicações sociais e ambientais das operações de *Project finance*. A assunção destes princípios implica o compromisso de avaliar e ter em conta o risco social e ambiental e, portanto, conceder crédito apenas para os projetos que pode provar a boa gestão dos seus impactos sociais e ambientais.
- o Vida da ferramenta: estabelecida desde 2004, tem como objetivo principal a avaliação do risco ambiental de empresas carterizadas na banca comercial Espanha, ambas as correntes e potenciais, por meio de um sistema que classifica em 7 seções para cada uma das empresas contratadas riscos ambientais.

5.5 Ciclo de risco de crédito

O processo de gestão de risco de crédito é identificar, analisar, controlar e decidir, se for caso disso, dos riscos incorridos pelo funcionamento do Grupo. Durante o processo envolveu tanto áreas de negócio e Alta Administração e áreas de risco.

O processo envolve a diretoria e o Comitê Executivo, bem como o associado Comitê sobre riscos, que estabelece as condições e procedimentos de riscos, os limites e as delegações de autoridade e aprova e supervisiona o desempenho da função do quadro de risco.

Três fases são diferentes do ciclo de risco: pré-venda, venda e pós-venda. O processo reabastece constantemente, incorporando os resultados e conclusões da fase de pós-venda para o estudo de risco e planejamento da pré-venda.

5.5.1 Estudo do processo de risco e rating de crédito

Em geral, o estudo do risco consiste em analisar a capacidade do cliente para cumprir os seus compromissos contratuais com o Banco. Isso envolve a análise da qualidade de crédito do mesmo, risco de operações, solvência e rentabilidade para obter com base no risco assumido.

Com este objetivo, o Grupo emprega desde 1993 modelos de atribuição de ratings de solvência de clientes, conhecidos como *rating*. Esses mecanismos são utilizados em todos os segmentos de carterizados, ambos os atacadistas (instituições soberanas, financeiras e bancário corporativo), como o resto de carterizadas instituições e empresas.

A *rating* é o resultado de um módulo quantitativo com base em índices de balanço ou variáveis macroeconômicas, que é complementado com a opinião de especialista fornecido pelo analista.

A classificação dada ao cliente é revista periodicamente, incorporando novas informações financeiras e experiência em desenvolvimento de relacionamento bancário. A periodicidade das revisões é maior no caso de clientes que alcançam certos níveis nos sistemas automáticos de alerta e o qualificado a partir de acompanhamento especial. Da mesma forma, também, ferramentas de classificação própria são revistas para ser capaz de ajustar a precisão da qualificação concedida.

Contra o uso do *rating* no mundo carterizado, padronizado segmento dominado por técnicas de *scoring*, que geralmente atribuído automaticamente uma avaliação das operações apresentadas.

5.5.2 Planejamento e estabelecimento de limites

Esta fase visa limitar, em um eficiente e abrangente, nível de risco assumido pelo Grupo.

O processo de planejamento de risco de crédito serve para estabelecer os limites do nível portfólio ou cliente dependendo o segmento ao qual fazemos referência e orçamentos.

Assim, no campo do risco padronizado de processo de planejamento e definição de limites é feito através de documentos acordados entre as áreas de negócio e de risco e aprovaram pela Comissão em riscos associada ou comissões delegadas por este e em que encarnam são os resultados esperados do negócio em termos de risco e rentabilidade, bem como os limites devem ser fixados, para que esta atividade e gestão dos riscos associados.

No campo carterizado, a análise é realizada no nível do cliente. Quando eles se encontram certas características, cliente está sujeito a liquidação de um limite individual (pré-qualificação).

Desta forma, um modelo de pré-classificações baseado em um sistema de medição e monitoramento do capital econômico é usado para grandes Grupos corporativos. O resultado da pré-qualificação é o nível máximo de risco que pode ser assumido com um cliente ou Grupo em termos de quantidade ou prazo. O segmento das empresas usa um modelo mais simplificado de pré-classificações aos clientes que preenchem determinados requisitos (alto conhecimento, *rating*, etc.).

Análise de cenário

Um aspecto importante no planejamento é a consideração da volatilidade das variáveis macroeconômicas que afetam a evolução das carteiras.

O Grupo realiza esta evolução em diferentes cenários adversos e simulações de stress (*stress test*) que permitem avaliar a solvabilidade do Grupo em determinadas situações futuras cíclicas.

Estas simulações cobrir as carteiras mais relevantes do Grupo e são realizadas de forma sistemática, de acordo com uma metodologia corporativa que:

- o Ele define cenários de referência (tanto a nível global e para cada uma das unidades do Grupo).
- o Determina a sensibilidade dos fatores de risco (PD, LGD) para variáveis macroeconômicas significativas para cada carteira e seus níveis nos cenários propostos.
- o Estima as perdas esperadas associadas a cada um dos cenários propostos e a evolução do perfil de risco de cada carteira para movimentos de variáveis macroeconômicas relevantes.

Os modelos de simulação utilizados pelo Grupo usam dados de um ciclo econômico completo para calibrar o comportamento dos fatores de risco para alterações nas variáveis macroeconômicas. Estes modelos são submetidos a processos de *backtesting* e recalibração periódicos para assegurar que eles refletem corretamente a relação entre variáveis macroeconômicas e os parâmetros de riscos.

Análise de cenário permite que a Alta Administração ter uma melhor compreensão da evolução da carteira para mudar as circunstâncias e as condições de mercado e é uma ferramenta essencial para avaliar a adequação das provisões feitas contra cenários de stress.

Definição de hipóteses e cenários (base/ácido)

As projeções dos parâmetros de riscos e perdas, geralmente com um horizonte temporal de três anos, são executadas sob diferentes cenários econômicos que incluem as principais variáveis macroeconômicas (PIB, taxa de desemprego, o preço da habitação, inflação, etc.).

Cenários econômicos definidos são suportados em diferentes níveis de estresse, do centro do palco (base), ou mais provavelmente para cenários econômicos mais ácidos que, embora mais improvável, pode ser possível.

Nessas situações, em geral, são definidas pelo serviço de estudos do Grupo em coordenação com os serviços de estudos de cada unidade e tendo como referência os dados publicados pelas principais organizações internacionais.

Define um ácido cenário global (*stress*), que descreve uma situação de crise mundial e como isso afeta a cada um das principais geografias onde tem presença Grupo Santander. Além disso, uma cena de estresse local que afetam de maneira isolada de algumas das principais unidades do Grupo e com um maior grau de acidez que o estresse global é definido.

No Comitê de coordenação do gerenciamento sênior da capital Grupo toma conhecimento, as alterações propostas e finalmente formalmente aprova a *set* de fases finais para ser usado na execução do *stress test* do Grupo.

Aplicativos de análise de cenário

Técnicas de análise de cenário são úteis em todo o ciclo de risco de crédito. Aplicações diferentes podem ser agrupadas da seguinte forma:

- Aplicações regulamentares: aquelas onde um agente externo ou regulatório solicitou o lucro para o ano após a execução da metodologia corporativa para o Grupo. Às vezes, cenários ou hipóteses de execução são impostas pelo requerente da informação. Em outros casos, realiza exercício próprio requerente da informação fornecida pelo Grupo.
- Usos do planejamento e gestão: exercícios para facilitar a tomada de decisão sobre as carteiras do Grupo, através do conhecimento da sensibilidade para a evolução das variáveis macroeconômicas que afetam a eles estão enquadrados dentro desta categoria. Isto analisado e apresentado à Alta Administração, inter alia, as seguinte:
 - Impacto na conta de capital e de resultados.
 - Evolução prevista para os próximos três anos no custo do crédito com a estratégia de negócios levantadas.
 - Suficiência de fundos e provisões.
 - Medição do nível de sensibilidade para o ambiente econômico de cada carteira.
 - Benefícios da diversificação da carteira em ambientes ácidos.
 - Contraste com outras estimativas feitas localmente.

Entre tais aplicações destaca sua utilização na orçamentação anual e recorrentes exercícios de acompanhamento. Seu uso na criação e acompanhamento de apetite de risco do Grupo também é muito relevante.

Resultados

Diferentes execuções de *stress test*, de uma perspectiva regulamentar, bem como gestão, mostraram a força e a validade do modelo de negócio do Grupo, por sua resistência aos ácidos cenários tanto para todo o Grupo para cada uma das principais unidades.

Nesse sentido, em cada atualização do apetite para o risco que é apresentado ao Conselho de Administração, ser válido para que o Grupo mantém a sua solvência e resultados positivos mesmo no cenário mais adverso do stress.

Uma das conclusões mais relevantes que são observadas através da análise de cenários é o benefício que traz a diversificação do Grupo em termos de regiões geográficas, setores e não concentração em clientes de grande porte, que permite lidar com cenários macroeconômicos adversos de solvência.

5.5.3 Decisão sobre operações

A fase de venda consiste o processo de tomada de decisão, que visa a análise e resolução de operações, riscos de aprovação, sendo um pré-requisito antes de contratar qualquer risco de operação. Este processo deve levar em conta as políticas definidas para aprovação de operações e levar em consideração tanto o apetite por risco como aqueles elementos da operação que são relevantes na busca de um saldo entre risco e rentabilidade.

No campo dos clientes *estandarizados*, facilitará o gerenciamento de grandes volumes de operações de crédito com o uso de decisão modelos qualificação binômio cliente/operação automática. Com eles, o investimento é classificado em Grupos de risco homogêneos de qualificação que o modelo dá para a operação, com base nas informações sobre as características da operação e as características de seu dono. Estes modelos são usados no setor bancário para indivíduos, empresas e meio padronizado.

Como indicado acima, a fase prévia do estabelecimento de limites pode seguir dois caminhos distintos, dando origem a diferentes tipos de decisão no domínio dos clientes carterizados:

- É automática e consistem em cheque pelo negócio se a operação proposta tem um lugar (em quantidade, produto, prazo e outras condições) dentro dos limites autorizados ao abrigo desta pré-qualificação. Este processo é geralmente aplicado para a pré-classificações da empresa.
- Sempre carecem da autorização do analista, enquanto ela se envolve em quantidade, prazo e outras condições no limite de semente. Este processo aplica-se para o pré-classificações de carterizadas empresas de banca de retalho.

Técnicas de mitigação de risco de crédito

O Grupo aplica-se a diferentes formas de redução do risco de crédito com base, entre outros fatores, do tipo de produto e cliente. Como veremos abaixo, alguns são específicos para uma determinada operação (por exemplo, garantias imobiliárias), enquanto outros se aplicam aos conjuntos de operações (por exemplo, *netting* e garantias).

Várias técnicas de mitigação podem ser agrupadas nas seguintes categorias:

Determinação de uma rede por contraparte

O conceito de *netting* refere-se a possibilidade de determinar um saldo líquido entre as operações do mesmo tipo, sob o respaldo de um quadro de acordo como o ISDA ou similar.

A agregação dos valores de mercado positivo e negativo dos derivativos que o Grupo tem dado um deslocamento determinado, para que em caso de *default*, este deve (ou o Grupo deverá, se a rede for negativa) é composto por um único valor líquido e não um conjunto de valores positivos ou negativos, correspondentes a cada operação que é fechada com ele.

Um aspecto importante dos contratos-quadro é que envolvem uma única obrigação legal abrange todas as operações que abrange. Isso é a coisa fundamental quando se trata de compensação das operações abrangidas pelo contrato com a mesma contraparte riscos.

Garantias reais

Os bens que estão sujeitos ao cumprimento da obrigação de seguro e que pode ser desde que não só pelos clientes, mas também por um terceiro partido são considerados desta maneira. Os bens ou direitos reais de garantia objeto pode ser:

- Financeiros: caixa, depósitos de valores, ouro, etc.

- Não-financeiros: imobiliário (ambos os casas e estabelecimentos comerciais, etc.), outros bens móveis, etc.

Do ponto de vista da admissão dos riscos, exige o mais alto nível de segurança possível. Para o cálculo do capital regulatório, só são tomados em consideração aqueles que estão em conformidade com os requisitos mínimos de qualidade descritos nos acordos de Basileia.

Um caso muito importante de uma garantia financeira é a garantia. A garantia é um conjunto de instrumentos com verdadeiro valor econômico e liquidez, que são depositado/transferido por uma contrapartida em favor de outro para garantir / reduzir o risco de crédito de contraparte que possam resultar de carteiras de derivativos com risco existentes entre eles.

A natureza dos acordos colaterais é diversa, mas seja qual seja a forma concreta de colateralização o objetivo final, como a técnica de *netting*, é reduzir o risco de contraparte.

As operações sujeitas a acordos com colateral são medidas periodicamente (normalmente todos os dias) e sobre o saldo líquido resultante desta avaliação, aplicar os parâmetros acordados definidos no acordo de forma que obtenha um montante de garantia (geralmente dinheiro ou títulos) para pagar ou receber a falha.

No que diz respeito as garantias de bens imobiliários, existem processos de reavaliação periódicos, com base em valores reais de mercado para diferentes tipos de imóveis, que atendam todos os requisitos estabelecidos pelo órgão regulador.

Na aplicação de técnicas de mitigação a seguir os requisitos mínimos estabelecidos no manual de políticas de gestão de riscos de crédito e brevemente consiste de monitor:

- A segurança jurídica. Você deve examinar e certifique-se de que o tempo todo a possibilidade de exigir legalmente a liquidação de garantias.
- A não-existência de correlação positiva significativa entre a contraparte e o valor da garantia.
- Documentação adequada de todas as garantias.
- A disponibilidade da documentação das metodologias utilizadas para cada técnica de mitigação.
- O adequado acompanhamento e inspeção periódica deles.

Os derivativos de crédito e garantias pessoais

Este tipo de garantias corresponde àqueles que colocou uma terceira pessoa, dada a necessidade de responder pelas obrigações na fachada do Grupo. Isso inclui, por exemplo, títulos, garantias, *stand-by letters of credit*, etc. Estar só pode reconhecer, para efeitos de cálculo de capital, as garantias prestadas por terceiros que estejam em conformidade com as normas mínimas estabelecidas pela autoridade.

Os derivativos de crédito são instrumentos financeiros cujo principal objetivo é para cobrir o risco de crédito através da compra de proteção para terceiros, para que o Banco transfere o risco do emitente do subjacente. Os derivativos de crédito são instrumentos OTC (*Over The Counter*), ou seja, são negociados em mercados de balcão. As coberturas com derivativos de crédito, realizadas principalmente por meio de *credit default swaps* são contratadas com as instituições financeiras de primeira linha.

5.5.4 Rastreamento

Função de controle é baseado em um processo de observação contínua, que pode detectar alterações iniciais que poderiam produzir na solvabilidade dos clientes a fim de tomar providências para corrigir os desvios que impactam negativamente.

O acompanhamento baseia-se a segmentação de clientes e é realizado por equipes de dedicado riscos locais e globais, complementadas pelo trabalho de auditoria interna.

Função é especificada, entre outras tarefas, na identificação e monitoramento de empresas de vigilância especial, *rating* de clientes e monitoramento contínuo de clientes padronizados indicadores.

O sistema chamado de assinaturas em vigilância especial (FEVE) distingue quatro classes de acordo com o nível de preocupação das condições observadas (extinção, afiançar, reduzir e seguir). A inclusão de uma posição de FEVE não implica que eles registraram falhas mas a conveniência da adoção de uma política específica com a mesma determinação responsável e tempo que deve ser executada. Os clientes qualificado FEVE são revisados pelo menos a cada seis meses, sendo esta revisão trimestral das piores qualidades. Caminhos pelos quais uma empresa é graduada em FEVE são o próprio trabalho de monitoramento, análise realizada pela auditoria interna, decisão do gerente comercial que protege a assinatura ou a entrada em funcionamento do sistema estabelecido de alarmes automáticos.

Comentários do *rating* atribuído são feitos, pelo menos anualmente, mas se forem detectadas deficiências, ou de acordo com a própria *rating*, são realizados com maior frequência.

Uma tarefa de monitoramento dos indicadores-chave para os riscos dos clientes padronizados é realizada para detectar desvios no comportamento da carteira de crédito sobre as previsões feitas na gestão dos programas de crédito.

5.5.5 Medição e controle

Além de monitorar o risco de crédito dos clientes, o Grupo estabelece procedimentos de controle necessários para analisar o portfólio atual de risco de crédito e sua evolução, através das diferentes fases do risco de crédito.

A função realiza avaliação dos riscos de diferentes perspectivas complementares juntos, definindo como eixos principais de controle pela geografia, áreas de negócio, modelos de gestão, produtos, etc., fornecendo a detecção adiantada de focos específicos de atenção, bem como a elaboração de planos de ação para corrigir qualquer dano.

Cada eixo de controle suporta dois tipos de análise:

1. Quantitativa e qualitativa de análise da carteira

Na análise da carteira é controlada, permanentemente e sistematicamente, a evolução do risco em relação a orçamentos, limites e padrões de referência, avaliar os efeitos em situações futuras, tanto exógenos como aqueles de decisões estratégicas, a fim de estabelecer medidas que colocam o perfil e o volume da carteira de riscos dentro dos parâmetros definidos pelo Grupo.

O controle de risco de crédito de fase o seguir usa, entre outros e maneira adicional de métricas tradicionais:

- VMG (variação da gestão do mora)
As medidas VMG como varia do mora durante um período, deduzindo baixas e tendo em conta as recuperações.
É uma medida que adicionado ao portfólio de nível que permite que reaja a pesquisaram observada na evolução de tarde.

Ele é obtido como resultado do saldo final menos o saldo inicial de inadimplência do período, mais as baixas do período menos os ativos em suspenso recuperados no mesmo período.

O VMG e seus componentes desempenham um papel decisivo como variáveis de controle.

- PE (perdas esperadas) e capital.
A perda esperada é a estimativa de perdas econômicas que ocorrerão durante o próximo ano do portfólio de existentes em um determinado momento.

É um custo da atividade, e isso deve ser ecoado no preço das operações. Seu cálculo envolve essencialmente três parâmetros:

- EAD (*exposure at default*): montante máximo que pode ser perdido como resultado da falta de pagamento.
- PD (*probability of default*): é a probabilidade de inadimplência de um cliente durante o ano que vem.
- LGD (*severity ou loss given default*): reflete a porcentagem de exposição que não pode ser recuperada em caso de *default*. Para calcular que são descontados na época de *default* das quantidades recuperado durante todo o processo recuperatório e porcentagem, este valor é comparado com o montante devido pelo cliente no momento.

Outros aspectos relevantes para o risco das operações são recolhidos, bem como a quantificação dos elementos extrapatrimoniais exposições ou recuperações de percentual esperado, relacionadas com as garantias associadas com a operação e outras propriedades, como tipo de produto, prazo, etc.

O risco de parâmetros também envolvidos no cálculo do capital, tanto econômica como regulamentar. Integração na gestão de métricas de capital, é essencial para racionalizar o seu uso.

2. Avaliação dos processos de controle

Inclui a avaliação sistemática e regular procedimentos e metodologia, desenvolvida através de todo o ciclo de risco de crédito, para assegurar a sua eficácia e validade.

Em 2006, no âmbito das empresas estabelecidas no Grupo para o cumprimento da lei Sarbanes-Oxley, estabelecida uma ferramenta corporativa na intranet do Grupo para documentação e certificação de todos os segmentos, risco operacional e controles que atenuá-los. Neste sentido, a divisão de riscos anualmente avalia a eficácia do controle interno de suas atividades.

Por outro lado, a direção geral de controle abrangente e validação interna do risco, da sua competência para monitorar a qualidade da gestão de risco do Grupo, garantia de sistemas de gestão e controle dos diversos riscos inerentes à sua atividade para atender os mais exigentes critérios e melhores práticas observadas na indústria e/ou exigidas pelos órgãos reguladores. Além disso, a auditoria interna é responsável por garantir que as políticas, métodos e procedimentos são adequados, estão implementados efetivamente e são regularmente revistos.

5.5.6 Gestão da recuperação

A recuperação é uma função relevante no âmbito da gestão de riscos do Grupo.

Para realizar uma gestão adequada recuperação opera em quatro fases principais: irregularidade ou falta de pagamento no início, cobrança de dívidas em atraso, cobrança de empréstimos baixados e gestão de ativos retomados. Na verdade, o escopo da função de recuperação começa antes mesmo do primeiro não-pagamento, quando o cliente sinais de perda de valor e termina quando a dívida foi paga ou regularizada. Função de recuperação tem como objetivo antecipar o evento de não-conformidade e centra-se na gestão preventiva.

O ambiente macroeconômico atual afeta de forma direta na taxa de inadimplência e atraso de pagamento dos clientes. Portanto, a qualidade das carteiras é essencial para o desenvolvimento e crescimento de nossos negócios em diferentes países, sendo um foco especial e contínuo, funções de recuperação de coleção e dívida para garantir que essa qualidade seja em todos os momentos dentro dos níveis esperados.

O Grupo tem um modelo de gestão empresarial que estabelece as diretrizes e orientações gerais que se aplicam em diferentes países, sempre considerando particularidades locais que atividade de recuperação requer, por seu ambiente econômico, seu modelo de negócio ou pela mistura de ambos. Este modelo corporativo é sujeito a uma revisão permanente e a metodologia de melhoria e gerenciamento de processo que estão subjacentes a ele. Gerenciamento de recuperação é, para o Grupo, o envolvimento direto de todas as áreas da gestão (comercial, tecnologia e operações, recursos humanos e riscos), que ajudou a incorporar soluções que melhoram a eficácia e a eficiência do referido modelo.

As várias características de clientes fazem segmentação necessária para realizar uma gestão correta recuperação. Gerenciamento em massa para grandes Grupos de clientes com produtos e perfis semelhantes é feito através de processos com uma elevada componente tecnológica, enquanto gestão personalizada e o carterizada destina-se a clientes que, por seu perfil, exigem a alocação de um gerente específico e uma análise mais individualizada.

Atividade de recuperação foi alinhada com a realidade social e econômica dos diferentes países e diferentes mecanismos de gestão de acordo com sua idade, garantias e condições, garantindo sempre, pelo menos a classificação e necessária prestação foram utilizadas, com as normas da prudência.

Dentro da função recuperação tem sido especial ênfase na gestão dos mecanismos descritos acima para a gestão de políticas corporativas de cedo, a seguintes, considerando as diferentes realidades locais e com produções de faixa estreita, o estoque e o desempenho deles. Estas políticas são revistas e regularmente adaptadas a fim de refletir as melhores práticas de gestão, bem como alterações à regulamentação de implementá-las.

Além de ações destinadas a adaptar as operações à capacidade de pagamento do cliente, merece menção especial a recuperação de gestão, onde estão à procura de soluções alternativas aos meios legais para a recuperação antecipada das dívidas.

Uma das maneiras de recuperar as dívidas de clientes com grave comprometimento de sua capacidade de reembolso, é a retomada (judicial ou dação em pagamento) de ativos imobiliários que servem como garantia para as operações. Em regiões com alta exposição ao risco de imóveis, como é o caso da Espanha, possui instrumentos de gestão de venda muito eficientes que permitem retornar o capital para o Banco e reduzem o stock em uma taxa muito maior do que o resto das instituições financeiras.

Portfólio redirecionado

O termo portfólio redirecionado refere-se aos efeitos de conceitos de gestão de risco do Grupo definidos como reestruturação/refinanciamento, de acordo com a Circular do Banco de Espanha 6/2012 e que correspondem a essas operações, onde o cliente tem apresentado, ou fornece que possa apresentar dificuldades financeiras para cumprir suas obrigações nos termos contratuais existentes e, por esta razão, procedeu-se modificar, cancelar ou até mesmo formalizar uma nova operação.

O Grupo tem uma política corporativa detalhada da redirecionamento das dívidas de clientes que se aplicam a todos os países, cumprindo com o mencionado Circular do Banco de Espanha 6/2012 e quem compartilha os princípios gerais, publicados recentemente pela Autoridade Bancária Europeia para este tipo de operação.

Esta política corporativa define critérios rigorosos de prudência na avaliação desses riscos:

- Deve ser um uso restrito desta prática, evitando processos que envolvam reconhecimento diferido da perda de valor.
- O objetivo principal deve ser a recuperação dos montantes devidos, logo que possível, reconhecendo os montantes que, se for o caso, podem ser irre recuperáveis.
- Deve sempre considerar a manutenção das garantias existentes e, se possível, melhorá-los. As garantias eficazes não podem servir apenas como atenuar a gravidade, mas pode reduzir a probabilidade de descumprimento.
- Esta prática não envolvem a concessão de financiamento adicional, o servir para refinarciar a dívida de o tras entidades, nem usado como uma ferramenta de venda.
- É a avaliação de todas as alternativas para a redirecionamento e seus impactos, garantindo que os resultados excedem que previsivelmente resultariam se não para torná-lo obrigatório.
- A nova operação não pode fazer uma melhoria na classificação de risco até que haja uma experiência satisfatória com o cliente. Por o tro lado, as operações que, na origem, classificam-se em situação normal podem ser classificadas como duvidoso, se uma série de circunstâncias que fazem assim tão

- Além disso, para os clientes caracterizados é especialmente a análise individual de cada caso, tanto para a sua correta identificação e para a sua classificação subsequente, monitoramento e adequadas provisões pessoais.

Também estabelece vários critérios relacionados com a determinação do perímetro das operações consideradas como redirecionamento, através da definição de uma série detalhada de indicadores objetivos que identifiquem as situações de dificuldades financeiras.

Desta forma, as operações que não são classificadas como duvidosas na data do redirecionamento em geral são consideradas com dificuldades financeiras se essa data exceder um mês de inadimplência. No caso, não será por não pagar ou não ultrapassar o mês, outros indicadores, entre os quais são tidos em conta:

- Operações de clientes que já têm dificuldades com outras operações.
- Quando a modificação é necessária prematuramente sem qualquer mesmo uma prévia e satisfazendo a experiência com o cliente.
- Em caso de modificações necessárias, envolvendo a concessão de condições, como seja a necessidade de estabelecer uma deficiência temporária no pagamento ou quando estas novas condições são consideradas para ser mais favorável ao cliente que teria agradecido sobre uma admissão ordinária.
- Aplicação das modificações sucessivas em intervalos razoáveis.
- Em todo o caso, após a modificação, se qualquer irregularidade no pagamento de um determinado período de observação, ainda não tendo outros sintomas, considera-se a operação dentro do perímetro do redirecionamento (backtesting).

Uma vez determinado que as razões dando origem à alteração são, na verdade, devido a dificuldades financeiras, definir uma tipologia mais exata dependendo do grau de danos e a localização da fonte de gestão de operações, distinguindo-se os seguintes tipos:

- Redirecionamento ex ante: Quando a operação original não chegou a consideração do risco incerto e ter alguma quantidade por pagar mais do que um mês no momento da formalização, mas não mais de três meses. No caso que há qualquer quantidade com um mês ou menos, ou mesmo quando a operação foi um dia, também considera-se redirecionamento ex ante se houver qualquer sinal de que a prova a existência de dificuldades financeiras, de acordo com os indicadores mencionados acima.
- Redirecionamento ex post: O conceito de ex post é usado para se referir a operações de redirecionamento dos riscos que seria alcançado no momento do redirecionamento da situação duvidosa, por padrão, ou por outras razões (questionável subjetiva ou causa diferente de inadimplência).

Além disso, dentro deste tipo de operações, são tratamentos diferenciados aplicáveis aos casos de perda de valor avançada. Os requisitos e critérios de classificação para essas operações são mais graves do que para o resto do retorno.

Em termos de estratégias a serem aplicadas, a política corporativa requer a capacidade de análise e a vontade de pagar do cliente, diferenciando ao mesmo tempo, a gravidade e a duração estimada de perda de valor. Baseado nos resultados desta análise define a decisão de redirecionar a dívida, bem como a mais adequada de acordo com cada caso esquema:

1. Quando capacidade contributiva experiência grave mas transitória - perda de valor a recuperação da capacidade de pagar é estimado em um curto período de tempo, estratégias de adaptação de curto prazo aplicam tais como a concessão de uma falta de principal ou a adaptação das ações durante um tempo limitado reduzido, até à recuperação da capacidade de pagar.
2. Quando a capacidade de pagamento tem deteriorou-se ligeiramente, mas não se espera uma recuperação antecipada do mesmo, aplica estratégias a longo prazo, tais como a redução do contingente pelo adiamento da data de expiração ou parte do principal, que será pago ao longo da última contribuição, sempre garantindo o seu pagamento através da prestação de garantias eficazes.

Em qualquer caso, através de estudo individualizado essas modificações dos clientes com comprometimento leve e prolongado, desde aqueles com uma grave deficiência transitória entrando no maior risco, dependendo do sucesso da estimativa temporária da sua recuperação futura e descartando sua redirecionamento para os casos de danos graves e duradouros é considerado para ser prolongada vão prevalecer.

Política corporativa também estabelece mecanismos de gestão e controle de tais operações, permitindo o tratamento de forma diferenciada para o resto das operações, que inclui o monitoramento de processos:

- o Planejamento e orçamentação, através da elaboração do plano de negócios previsões e limites sobre as magnitudes mais relevantes.
- o Monitoramento da evolução da carteira, avaliar o grau de conformidade das previsões feitas na fase de planejamento.

Uma vez que a redireção, no caso em que tais operações devem ser classificados como risco duvidoso por descumprimento aquando dos requisitos de redirecionamento de sua reclassificação para outra categoria^[5], deve cumprir uma programação de pagamento razoável para garantir uma certeza razoável de que o cliente se recuperou sua capacidade de pagamento.

Se houver qualquer irregularidade (não técnica) em pagamentos durante este período, reinicia o período de observação.

Superar este período, condicionados pela situação do cliente e as características da operação (tempo e fornecidas garantias), a operação deixa de ser considerado duvidoso, deixando temporariamente classificados em precárias até sua completa normalização. Normalizada de uma vez, continua realizar monitoramento e gerenciamento do mesmo enquanto não conhecemos a certos requisitos, entre eles: um período mínimo de dois anos desde o início da redirecionamento, depreciação de 20% do capital e satisfaz os montantes não pagos no momento da redirecionamento.

Por outro lado, se após formalizada os pagamentos de redirecionamento não melhora o atendimento, é avaliada a possibilidade de uma nova redirecionamento, aplicando os mais exigentes critérios de classificação/estandarizado.

A redirecionamento de uma operação duvidosa, independentemente de que, como resultado, a operação está ciente do pagamento não modifica data padrão considerada ao determinar a prestação. Além disso, a redirecionamento de uma operação duvidosa não conduz à libertação de provisões correspondentes.

Informações quantitativas requeridas pela Circular 6/2012 do Banco de Espanha

Abaixo a informação quantitativa é exigido pela Circular 6/2012 do Banco de Espanha em relação a operações reestruturado e refinanciou existentes em 31 de dezembro de 2013. Neste sentido, a Circular acima mencionada define-se como:

- Operação de refinanciamento: o que é concedido ou usado por razões relacionadas com dificuldades financeiras - atual ou previsíveis - do titular para cancelar uma ou mais operações que lhe foi concedidas, ou chegar a tais operações totais ou parcialmente o fluxo de pagamentos, a fim de facilitar os titulares das operações canceladas ou refinanciado seu pagamento de dívida (principal e juros), porque eles não podem, ou espera-se que não vai poder, conhecer suas condições em tempo e forma.
- Operação reestruturada: aquilo que, por razões econômicas ou legais relacionados com dificuldades financeiras, atual ou previsíveis, do titular, que altera as suas condições financeiras para facilitar o pagamento da dívida (principal e juros), porque o titular não pode, ou esperar que ele não vai, se encontram em tempo e formar nestas condições, mesmo se tal modificação foi planejada no contrato.

[5] Circular 6/12 Banco de Espanha: O refinanciamento ou reestruturação das operações que não se encontram em dia não interrompe sua morosidade, nem resultará na reclassificação a uma das categorias anteriores, exceto se existir uma razoável certeza de que o cliente poderá manter o fluxo de pagamentos nos prazos previstos ou que sejam incluídas novas e eficazes garantias, condicionada, em ambos os casos, às multas pendentes de cobrança, sem considerar os juros de mora.

SALDO ATUAL DE REFINANCIAMENTO E REESTRUTURAÇÃO (a)

	Mês de emissão																				Total				
	Nominal (b)						Abatido do produto							Deduzido											
	Garantia hipotecária plena		Outras garantias reais (c)		Sem garantia		Outras hipotecárias plenas		Outras garantias reais (c)		Sem garantia			Hedge específico	Hipotecária hipotecária plena		Outras garantias reais (c)		Sem garantia			Hedge específico	Nº operações	Valor bruto	Hedge específico
	Nº operações	Valor bruto	Nº operações	Valor bruto	Nº operações	Valor bruto	Nº operações	Valor bruto	Nº operações	Valor bruto	Nº operações	Valor bruto	Nº operações		Valor bruto	Nº operações	Valor bruto	Nº operações	Valor bruto	Nº operações	Valor bruto				
Administração pública	-	-	7	203	10	391	-	-	-	-	5	1	-	1	1	-	-	20	36	7	173	626	7		
Outras pessoas jurídicas e empresariais em nome individual	7.568	5.632	3.170	1.141	61.835	3.866	3.624	4.157	827	775	33.533	1.801	1.713	11.231	8.690	3.040	2.085	89.486	5.376	7.731	220.975	31.430	8.044		
Despesas financeiras para a administração de imóveis e construções residenciais	347	679	11	20	176	19	1.674	1.227	105	241	976	159	638	2.736	2.894	162	292	961	1.971	3.468	7.969	9.158	4.164		
Resíduos	66.280	5.592	11.781	513	472.628	1.386	51.211	5.130	7.267	350	302.607	1.245	562	46.539	4.607	23.056	742	985.793	2.170	2.351	1.967.908	21.546	2.896		
Total	74.048	9.194	15.161	1.850	514.922	5.646	59.968	9.289	8.024	1.125	338.637	2.840	1.775	57.771	13.298	26.096	2.827	1.074.299	7.516	10.072	2.188.756	53.602	11.847		

	Milhões de reais																						
	Nominal (R\$)						Abaixo do padrão						Desdese						Total				
	Garantia hipotecária plena		Outras garantias reais (c)		Sem garantia		Garantia hipotecária plena		Outras garantias reais (c)		Sem garantia		Índice de especificidade	Garantia hipotecária plena		Outras garantias reais (c)		Sem garantia					Hedge específico
	Nº operações	Valor bruto	Nº operações	Valor bruto	Nº operações	Valor bruto	Nº operações	Valor bruto	Nº operações	Valor bruto	Nº operações	Valor bruto		Nº operações	Valor bruto	Nº operações	Valor bruto	Nº operações	Valor bruto	Nº operações	Valor bruto	Número de operações	
Administrações Públicas	-	-	23	661	456	1.271	-	-	-	-	16	3	-	3	3	-	-	65	98	23	173	2.009	23
Outras pessoas jurídicas e empresários em nome individual	24.654	11.734	10.977	5.691	201.361	12.591	28.624	13.542	2.644	2.525	117.127	5.379	3.951	36.580	28.359	9.903	6.792	288.232	17.317	25.185	220.975	102.386	29.136
Financiamento para a aquisição de imóveis e construção de Residência individuais	605	2.675	174	63	371	62	5.452	4.323	742	785	2.625	313	2.978	12.333	13.933	336	2.586	3.121	3.492	11.291	7.909	29.833	16.469
Restos de indivíduos	244.585	18.226	38.388	1.672	1.540.545	4.525	169.238	16.741	23.478	1.140	986.666	3.441	3.831	151.695	15.998	75.107	2.417	3.211.319	7.069	7.603	1.967.808	70.189	9.434
Total	241.219	29.950	49.388	6.027	1.742.562	18.393	195.352	39.283	26.172	3.605	1.101.209	9.281	5.782	156.195	43.320	85.010	9.209	3.499.536	24.484	12.811	2.188.956	174.614	38.503

(a) Inclui as operações de refinanciadas ou reestruturado conforme definido na letra g) do item 1 do anexo IX a Circular 4/2004

(b) Riscos normais qualificado como acompanhamento especial em conformidade com o indicado na letra a) do item 7 do anexo IX a Circular 4/2004

(c) Inclui operações com garantia hipotecária não plena, isto é, com *loan to value* > 1 e as operações com garantia real diferente de hipoteca de imóveis que seja seu *loan to value*

As operações apresentadas nas tabelas anteriores são classificadas, de 31 de dezembro de 2013, de acordo com suas características da seguinte forma:

- **Duvidosas:** aqueles que estão em processo de normalização ou aqueles que tiveram a conceder condições favoráveis que eles não seriam concedidos em uma confissão comum ou que, sendo classificados como normal ou abaixo do padrão, durante a vida da operação apresentaram novas dificuldades financeiras.
- **Abaixo do padrão:** aqueles de duvidosa tendo assistido, após a redirecionamento, pagamento, sustentado por um período determinado com base nas características de operação e tipo de garantias existentes e os de normal: i) para a qual tenha sido concedido um período de carência inicial, que permanecerá nesta categoria deve ficar assim até três parcelas mensais (ou equivalente) a pagar após o período de carência (ii) que, após a redirecionamento entrada em situação irregular (padrão).
- **Normal:** aqueles provenientes de duvidosa ou abaixo do padrão que completaram a observação de precaução de períodos, constantes a política corporativa para demonstrar a restauração de sua capacidade de pagamento de acordo com os limites de tempo e aqueles que estavam em condição normal no momento da redirecionamento que não excedem os requisitos para estes sujeitos a monitoração especial descrito acima.

Quadro anexo mostra o movimento durante o ano fiscal 2013 do portfólio conduzido:

Milhões de euros	Ano 2013
Saldo de abertura	55.714
<i>Dos quais: portfólio non-duvidoso</i>	<i>37.497</i>
<i>Duvidoso</i>	<i>18.217</i>
Novas entradas	17.241
Reduções (*)	(19.353)
Saldo no final do exercício	53.602
<i>Dos quais: portfólio não-duvidoso</i>	<i>29.961</i>
<i>Duvidoso</i>	<i>23.641</i>

Milhões de reais	Ano 2013
Saldo de abertura	181.493
<i>Dos quais: portfólio non-duvidoso</i>	<i>122.150</i>
<i>Duvidoso</i>	<i>59.344</i>
Novas entradas	56.164
Reduções (*)	(63.044)
Saldo no final do exercício	174.614
<i>Dos quais: portfólio não-duvidoso</i>	<i>97.601</i>
<i>Duvidoso</i>	<i>77.013</i>

(*) Inclui principalmente, amortização da dívida, retomada e registro em baixas e não marcado acompanhamento especial de operações por ter cumprido as exigências anteriormente descritas.

O nível de reconduções do Grupo cai 3,8% em relação ao ano anterior, depois do esforço recuperatório realizado, o efeito da taxa de câmbio e a desalavancagem do imobiliário em Espanha. Além disso, a cobertura específica do total da carteira impulsionado aumenta 5% ficou em 22%.

De acordo com o rating de crédito, 56% não está em situação duvidosa. Destaca o elevado nível de garantias existentes (nível de segurança de 70%) e hedge adequado por específicas provisões (hedge específico do portfólio inadimplente de 43%).

Espanha representa 60% (32.271 milhões de euros) (105.126 milhões de reais) conduzido o portfólio do Grupo, tendo experimentado uma redução de 596 milhões de euros (1.942 milhões de reais) no ano. A propósito, a carteira é dividida da seguinte forma:

- 27% corresponde às empresas para fins imobiliários, com hedge específica de 46%. Este portfólio é sujeito ao processo de desalavancagem imobiliário em Espanha.
- Empresas sem finalidade imobiliária representam 45% do total. Apesar da queda nos mercados de consumo e demanda doméstica, 57% da carteira é mantida em nenhuma situação duvidosa.
- 28% está associado com o retorno a indivíduos, principalmente hipotecas com uma elevada percentagem de segurança.

No resto das regiões do Grupo, portfólio redirecionado não representa, em qualquer um deles, mais de 1% do risco total do crédito para os clientes do Grupo.

6. RISCO DE MERCADO

6.1 Atividades submetidas ao risco de mercado e tipos de risco de mercado

O perímetro de medição, controle e monitoramento da área de risco de mercado abrange as atividades financeiras onde assume o risco financeiro como resultado de mudanças nos fatores de mercado. Este risco provém da variação dos fatores de risco - taxa de juros, taxas de inflação, mudança de ritmo, ações, *spread* de crédito, preço das commodities e volatilidade de cada uma das opções acima, bem como o risco de liquidez dos vários produtos e mercados em que opera o Grupo-

- O risco de taxa de juro identifica a possibilidade de variações de juros taxas podem afetar adversamente o valor de um instrumento financeiro, uma carteira ou o Grupo como um todo. Isso afeta, entre outros, empréstimos, depósitos, títulos de dívida, a maioria dos ativos da carteira e passivos, bem como derivativos de negociação.
- O risco de taxa de inflação é definido como a possibilidade de variações nas taxas de inflação podem afetar de forma adversa para o valor de um instrumento financeiro, uma carteira ou o Grupo em sua totalidade. Afeta, entre outros, empréstimos, títulos de dívida e derivativos, cuja rentabilidade está ligada à inflação ou a taxa de variação real.
- O risco cambial é definido como a sensibilidade do valor da posição numa moeda diferente da moeda base para um movimento potencial da taxa do câmbio. Desta forma, uma posição longa ou adquirida em moeda estrangeira será uma perda onde tal moeda para depreciar em relação à moeda base. As posições afetadas por este risco incluem investimentos em subsidiárias em moedas não euro, bem como empréstimos, valores mobiliários e derivativos denominados em moeda estrangeira.
- O risco do património líquido é a sensibilidade do valor de posições abertas em títulos de capital contra movimentos adversos dos preços de mercado do mesmo ou as expectativas de futuros dividendos. Inclui, entre outros instrumentos, posições em ações, índices, derivativos e obrigações convertíveis na património líquido subjacentes (*put, call, equity swaps,...*).

- Risco de *spread* de crédito identifica a sensibilidade das taxas de recuperação (TR) associada com tipos particulares e emissão de dívida ou o valor das posições abertas em títulos de renda fixa ou de derivativos de crédito aos movimentos em curvas de *spread* o crédito. A *propagação* é um diferencial entre os instrumentos financeiros negociados com uma margem sobre outras ferramentas de referência, principalmente tiro de títulos do estado e as taxas de juros interbancárias.
- Risco de preço das commodities é uma consequência do efeito que têm potenciais alterações dos preços das matérias-primas. Exposição a este Grupo de risco não é relevante, focada em instrumentos derivativos sobre mercadorias com os clientes.
- Risco de volatilidade identifica a sensibilidade do valor da carteira a mudanças em fatores de risco de volatilidade: a volatilidade das taxas de juro, taxas de câmbio, ações, commodities e crédito se espalha. Você é incorrido neste risco sobre instrumentos financeiros que têm volatilidade como uma variável em seu modelo de preços. O caso mais significativo são carteiras de opções financeiras.

Todos estes riscos de mercado podem ser atenuados parcialmente ou completamente através do uso de derivativos como opções, futuros, *forwards* e *swaps*.

Além disso, existem outros tipos de riscos de mercado, cujo hedge é mais complexo. Eles são como segue:

- Risco de correlação. É definido como a sensibilidade do valor da carteira a mudanças na relação entre os fatores de risco (correlação), se eles são do mesmo tipo (por exemplo, entre dois tipos de mudança) ou de natureza diferente (por exemplo, entre um taxa de juros e o preço de uma mercadoria).
- Risco de liquidez do mercado. Ocorre como resultado de que uma entidade do Grupo ou do Grupo como um todo é incapaz de desfazer ou fechar uma posição no tempo sem causar impacto sobre o preço de mercado ou o custo da transação. Risco de liquidez de mercado pode ser causado pela redução do número de criadores mercado ou investidores institucionais, a execução de grandes volumes de transações, a volatilidade dos mercados e aumenta com a concentração existente em determinados produtos e moedas.
- Risco de pré-pagamento ou cancelamento. Quando em determinadas operações que permite a relação contratual, explicitamente ou implicitamente, o cancelamento cedo antes da expiração sem negociação, há o risco de que os fluxos de caixa tem que ser reinvestidos a uma taxa inferior potencialmente. Ela afeta principalmente empréstimos ou títulos de hipoteca.
- Risco de fidelidade. Aparece como resultado da participação da fidelidade de uma colocação de títulos ou outros tipos de dívida, quando não conseguem alcançar os objetivos da colocação do total entre potenciais compradores.

Dependendo a finalidade segmento de atividades de risco, como segue:

a) Negociação: esta rubrica inclui a atividade dos serviços financeiros para os clientes e a atividade de compra e venda e posicionamento em fixa-produtos de renda, renda variável e moeda principalmente.

b) Riscos estruturais: consiste no balanço excluindo a carteira de negociação, os riscos de mercado. Eles são como segue:

- Risco de interesse estrutural: surge como resultado de vencimentos existentes lacunas e hipotecas de todos os ativos e passivos do balanço.
- Riscos de resultados de hedge: é o resultado que a moeda em que é investimento é distinto do euro ambos nas empresas consolidados como a não consolidada (*mudança de estrutural*). Além disso, as posições de hedge de taxa de câmbio de resultados futuros gerados em outras moedas que não o euro são incluídas nesta rubrica (*cobertura de resultados*).
- Risco de capital estrutural: são coletados sob este investimento de posição através de participações em empresas que não consolidam, participações financeiras e não financeiras, bem como os disponíveis para o portfólio de venda formado pelas posições em ações.

A divisão do Banca Atacada Global (*Global Banking and Markets*) é o principal responsável pela gestão da atividade de negociação de posições, a fim de desenvolver a atividade de clientes nos mercados financeiros e em segundo lugar e muito menor medida as próprias posições.

A divisão de gestão financeira é responsável pela execução da estratégia de gestão de risco estrutural, aplicando metodologias uniformes, adaptadas à realidade de cada mercado em que atua, ou diretamente no caso a matriz bem em coordenação com o resto das unidades. Estas decisões de gestão de risco são tomadas por meio dos comitês ALCO em cada país em coordenação com os mercados do Comitê de Grupo. Visa proporcionar estabilidade e recorrência a margem financeira da atividade comercial e o valor econômico do Grupo, mantendo níveis adequados de liquidez e solvabilidade.

Cada uma destas atividades são medidos e analisados com métricas diferentes para mostrar mais precisamente o mesmo risco de perfil.

6.2 Riscos de mercado em 2013

6.2.1 Atividade de negociação

Para 2013, o Grupo manteve a sua estratégia para centrar a sua atividade de negociação no ramo de clientes, minimizando, na medida do possível, as exposições ao risco direcional em termos líquidos. Isto reflectiu-se no VaR, que evoluiu em torno da média dos últimos três anos.

Atividade de derivativos é orientada principalmente para a comercialização de produtos de investimento e a cobertura de riscos para os clientes. Gestão é orientada para fazer o risco líquido aberto mais baixa possível.

Tais operações incluem ações, como opções de renda fixa e moedas. Unidades de manejo onde tem sido principalmente desta atividade são Espanha, Santander UK e, em menor escala, Brasil e México.

O Grupo continua a ter um muito limitado instrumentos ou veículo estruturado complexo exposição, reflexo da manutenção de uma cultura de gestão que a prudência na gestão de riscos é uma das sua identidade principal. Em particular, no final de 2013, o Grupo tinha com:

- CDOs e CLOs: a posição continua a ser muito pouco significativos, 194 milhões de euros (632 milhões de reais). Uma parte importante disso é uma consequência da integração da carteira da Alliance & Leicester em 2008.
- *Hedge Funds*: exposição total não é significativos 317 milhões de euros (1.033 milhões de reais) no final de dezembro de 2013) e para materializar-se em grande parte através de financiamento para estes fundos (136 milhões de euros) (443 milhões de reais) e o resto participação direta em carteira ou via voltar para derivativos de *fundos de hedge*. Esta exposição apresenta baixos níveis de *loan-to-value*, cerca de 25% (garantia de 1.260 milhões de euros no final de dezembro (4.150 milhões de reais). O risco com este tipo de compensação é analisado caso a caso, que estabelece as percentagens de colateralização de acordo com as características e recursos de cada fundo.
- *Conduits*: sem exposição.

- *Monolines*: exposição do Santander aos seguradores de títulos (chamados *Monolines*) foi, em dezembro de 2013, 141 milhões de euros (459 milhões de reais)^[6], referindo-se principalmente à exposição indiretamente, 138 milhões de euros (450 milhões de reais), sob a garantia fornecida por este tipo de entidades para várias operações de securitização de financiamento ou tradicional. Exposição neste caso é o *double default*, sendo o primário subjacente de qualidade de crédito de alta. O pequeno restante resultante é exposição direta (por exemplo, através de compra de proteção contra o risco de não pagamento de qualquer uma dessas empresas de seguros através de um *credit default swap*). A exposição foi reduzida em relação a 2012 um 7%.

Em suma, podemos dizer que a exposição a esses instrumentos por causa do que o normal funcionamento do Grupo em geral seguiu caindo em 2013. Sua origem é principalmente devido à integração das posições das entidades adquiridas pelo Grupo, tais como Alliance & Leicester e soberano (em 2008 e 2009 respectivamente). Todas estas posições eram conhecidas no momento da compra, tendo sido configurado corretamente. Desde a integração no Grupo estas posições foram reduzidas significativamente com o objetivo final de sua eliminação da balança.

A política do Grupo no que diz respeito a aprovação de novas operações relacionadas com esses produtos continua a ser muito prudente e conservadora e está sujeita a estrita supervisão pela diretoria do Grupo. Antes de autorizar a realização até de um novo produto operacional, ou subjacente, da divisão de risco é verificado:

- A existência de um modelo de avaliação adequado para o monitoramento do valor de cada exposição, *mark-to-market*, *mark-to-model*; ou *mark-to-liquidity*.
- A disponibilidade de dados observáveis no mercado (*inputs*) necessário para aplicar o modelo de avaliação.

Sujeitos os dois pontos acima,

- A disponibilidade de sistemas adequados, devidamente adaptados para o cálculo e acompanhamento diário dos resultados, posições e risco de novas operações Erguido.
- O grau de liquidez do produto ou subjacente, a fim de permitir a seu hedge, quando apropriado.

Medidas de calibração e contraste

Em 2013, o Grupo tem seguido regularmente a fazer análise e contraste da bondade do teste de modelo de cálculo do *Value at Risk* (VaR), obtendo as mesmas terminações que permitem verificar a confiabilidade do modelo. O objetivo destes testes é determinar se é possível aceitar ou rejeitar o modelo utilizado para estimar a perda máxima de uma carteira para um determinado nível de confiança e um horizonte de tempo determinados.

O teste mais importante são os exercícios de *backtesting*, analisados em nível local e global por unidades de controle de risco de mercado. *Backtesting* metodologia aplica-se igualmente a todas as carteiras e subcarteiras do Grupo.

Exercício de *backtesting* é comparar as medições de VaR prevista, dado um certo nível de confiança e horizonte temporal, com perda real resultados obtidos durante um tempo igual ao horizonte.

[6] Não se consideram como exposições as garantias proporcionadas por 'monolines' em títulos emitidos por estados norte-americanos, que totalizavam, em dezembro de 2013, a 556 milhões de euros.

No Grupo são calculados e avaliados três tipos de *backtesting*:

- *Backtesting* "limpio": o diário VaR é comparado com os resultados obtidos sem levar em conta os resultados intraday ou alterações nas posições da carteira. Isso contrasta a bondade dos modelos individuais usados para avaliar e medir os riscos das posições diferentes.
- *Backtesting* sobre os resultados completos: VaR diário é comparado com os resultados líquidos do dia, incluindo os resultados de operacional intradiários e aqueles gerados pelas comissões.
- *Backtesting* em resultados completos sem fronteiras (*mark up's*) ou comissões: o diário de VaR é comparado com os resultados líquidos do dia, incluindo os resultados de operacional intradiários mas excluindo aqueles gerados por margens e comissões. Esse método destina-se para ter uma idéia do risco intradiário assumida por tesouros do Grupo.

Para o primeiro dos casos e o total da carteira, em 2013, havia duas exceções de VaR a 99% (dias em que a perda diária era maior do que o VaR): 31 de maio - concentrou-se no Brasil, por um maior do que o habituais curvas no impulso real, ambos classificados como o indexado à inflação (IHPC), e 11 de julho - concentrou-se em Espanha, por movimentos de curvas e sua volatilidade é maior do que o habitual e o Brasil, por uma significativa valorização do real frente ao dólar.

O número de exceções respondeu para o comportamento esperado do cálculo do modelo VaR, uma vez que funciona com um nível de confiança de 99% e o período de análise é de 1 ano (durante um longo período de tempo, esperamos uma média de duas ou três exceções por ano).

Exercícios de *backtesting* são realizados regularmente a cada carteira ou estratégia relevante de cada Grupo de negociação de unidade, e seu principal objetivo (como o resto dos testes de contraste) é detectar anomalias no modelo de VaR de cada carteira em questão (por exemplo, as deficiências a parametrização de modelos de avaliação de determinados instrumentos (*proxies* pouco adequados, etc.). Este é um processo dinâmico que está contextualizado no âmbito do procedimento de revisão e validação do modelo.

6.2.2. Riscos estruturais do mercado ^[2]

6.2.2.1 Risco de juros estrutural

Europa e Estados Unidos

Em geral, estes mercados maduros e enquadrado num contexto de baixas taxas de juros, a posição geral tem sido manter saldos positivo sensível ao sobe taxas de juro a curto prazo para margem de juros (NIM). No caso do valor econômico (MVE), o sentido de risco vem sendo determinado pelas expectativas de taxas de mercado a longo prazo, dependendo de seus indicadores de desenvolvimento econômico.

Em qualquer caso, o nível de exposição em todos os países é muito baixo em relação ao orçamento anual e o montante dos recursos próprios. Além disso, durante 2013 a tendência geral tem sido a manter ou reduzir a exposição.

No final de dezembro de 2013, a sensibilidade da margem financeira para 1 ano antes paralelos variações de 100 pontos de base concentrava-se nas curvas de juros sobre o euro, o dólar e da libra esterlina, sendo o Banco do pai, a filial do Santander Reino Unido e Estados Unidos unidades que contribuíram, com 111 milhões de euros (362 milhões de reais), 54 milhões de dólares americanos e 39 milhões de libras esterlinas, respectivamente. Aparte do descanso em moeda convertível, sensibilidade não é muito significativa.

[2] Incluem o total do balanço, exceto os fluxos para negociação. Na mesma data, a sensibilidade do valor econômico de variações para elos de 100 pontos de base mais relevantes foi a curva de juros sobre o euro no Banco do pai: 1.478 milhões de euros (4.615 milhões de reais). No que respecta às curvas do dólar e da libra esterlina foi 285 milhões de dólares americanos e 15 milhões de libras esterlinas, respectivamente.

América Latina

Devido às diferenças no contexto macroeconômico e grau de maturidade desses mercados, posicionamento em relação a margem de juros (NIM) não foi homogênea. Assim, existem geografias em que saldos posicionados para erguer-se nas taxas de juros e outros que são posicionados algerozes foram mantidos.

Em relação a sensibilidade do valor econômico (*Market Value of Equity*, MVE), posicionamento geral dos balanços foi tal que a duração média dos ativos foi maior que o passivo (negativo sensibilidade à taxa de juros sobe).

Durante 2013 tem sido reduzida ou mantido o risco nas principais localidades. Em qualquer caso, o nível de exposição em todos os países é muito baixo em relação ao orçamento anual e o montante dos recursos próprios.

Para toda a América Latina, o risco de dezembro de 2013 consumo, medido em sensibilidade 100 pb do interesse margem⁽¹⁸¹⁾, situou-se em 103 milhões de euros (336 milhões de reais) (89 milhões de euros em dezembro de 2012 (241 milhões de reais).

6.2.2.1. Taxa de juros de saldo estruturais VaR

Além de sensibilidade para os movimentos da taxa de juros (movimentos são avaliados de + /-25, + /-50, + /-75 e + /-100 BP), o Grupo usa outros métodos para monitorar o risco de interesse estrutural do balanço, incluindo o cálculo de VaR, utilizando uma metodologia semelhante à usada para carteiras de negociação e análise de cenário.

O risco de interesse estrutural, medido em termos de VaR 1 dia e 99%, atingiu uma média de 782 milhões de euros (2.230 milhões de reais) em 2013. A contribuição dos balanços patrimoniais da Europa e dos Estados Unidos é significativamente maior do que na América Latina. Digno de Nota é a alta diversificação entre áreas e o aumento da volatilidade emergentes no final de 2013.

6.2.2.2 Risco de mudança estrutural / resultados de hedge

O risco do tipo de mudança estrutural é derivado das operações do Grupo em moeda estrangeira, principalmente relacionados ao financeiro investimentos permanentes, os resultados e o hedge desses investimentos.

Gestão de risco de câmbio é dinâmico e tenta limitar o impacto sobre os recursos das depreciações das moedas, otimizando o custo financeiro do hedge.

Em relação a gestão do risco de mudança de investimentos permanentes, a política geral é financiá-los na moeda do investimento, desde que a profundidade de mercado permite isso, e que o custo é justificado com a depreciação esperada. Hedges específicos também são feitos quando se considera que uma moeda local pode enfraquecer contra o euro além daquele estimado do mercado.

No final do ano de 2013 grandes exposições permanentes (com o seu potencial impacto sobre o patrimônio) é materializado nessa data, nesta ordem, em libras esterlinas, real brasileiro, dólares americanos, pesos, pesos chilenos e zlotys poloneses. O Grupo abrange parte destas posições de caráter permanente, através de instrumentos financeiros derivativos de taxa de câmbio.

Além disso, a divisão de gestão financeira a nível consolidado é responsável pela gestão do risco cambial dos resultados e dividendos esperados do Grupo das unidades cuja moeda base é que não seja o euro.

⁽¹⁸¹⁾ São utilizadas bases para agregar sensibilidades em diferentes curvas.

6.2.2.3. Risco de venda variável estrutural

O Grupo mantém posições de patrimônio líquido no seu balanço (*banking book*), além da carteira de negociação. Estas posições são mantidas como carteiras disponíveis para venda (instrumentos de capital) ou como ações, de acordo com o seu caráter pretendido de maior ou menor tempo gasto no portfólio.

Estas posições são expostas ao risco de mercado. Para esses cargos, existem cálculos de VaR usando a série de preço de mercado para as ações que são negociadas ou *proxies* para títulos que não são citados. No final de dezembro de 2013 VaR 99% por dia era 235,3 milhões de euros (766,5 milhões de reais) (281,4 e 305,7 milhões de euros (760,8 e 738,5 milhões de reais) no final de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente).

6.2.2.4 Mercado no risco do balanço

Em suma, com uma métrica homogênea como um VaR, um acompanhamento do risco de mercado total inerente na balança (*banking book*), pode ser distinguido entre dívida (considerando ambos os juros como o spread decrédito para as carteiras de Alco), a taxa de câmbio e a patrimônio líquido.

Em geral, você pode dizer que total saldo que var não é alta em termos de volume de ativos ou patrimônio líquido do Grupo. Nos últimos anos tem mostrado uma trajetória descendente, pela diminuição do risco cambial e capital estrutural.

6.3 Metodologias

6.3.1 Atividade de negociação

A metodologia padrão aplicada durante o ano fiscal 2013 dentro do Grupo para a atividade de negociação é o valor em risco (VaR), que mede a perda máxima esperada com certo nível de confiança e um horizonte de tempo. É usado como um base padrão de simulação histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte de tempo de um dia e aplicar ajustes estatísticos que permitem que você incorpore eficaz e rapidamente sobre os desenvolvimentos recentes que afetam os níveis de riscos envolvidos. Em particular, usado uma janela temporária de 2 anos, ou 520 diariamente, dados obtidos a partir da data de referência do cálculo do VaR para trás no tempo. Duas figuras são calculado diariamente, um pela aplicação de um fator de decaimento exponencial que dá menos peso para observações mais distantes no momento em vigor e outro com pesos uniformes para todas as observações. VaR relatado é o maior dos dois.

Pela simulação histórica VaR apresenta muitas vantagens como métricas de risco (resumidos em um único número um risco de mercado de portfólio, baseia-se no mercado movimentos realmente ocorreram sem qualquer chamadas formas funcionais ou correlação entre fatores de mercado, etc.), mas também tem limitações. Os mais importantes são a alta sensibilidade à janela histórica usada, a incapacidade para captar eventos plausíveis de grande impacto, se eles não se realizou na janela histórica usada, a existência de parâmetros de estimativa que há *input* de mercado (como as correlações, dividendos e taxa de recuperação) e a lenta adaptação à novas volatilidades e correlações. Se os dados mais recentes recebem o mesmo peso que os dados mais antigos.

Parte destas limitações são corrigidos com o uso do *stressed VaR* (veja abaixo), o cálculo de um VaR com decaimento exponencial e a aplicação de correções de valor conservador.

O VaR não é a única medida. Ele é usado por sua facilidade de cálculo e a boa referência do nível de risco incorrido pelo Grupo, mas ao mesmo tempo usado outras medidas que permitam maior controle dos riscos em todos os mercados onde o Grupo está envolvido.

Dentro destas medidas é a análise de cenários, que é definir alternativas para o comportamento das variáveis financeiras e o impacto sobre os resultados quando aplicado sobre as atividades. Esses cenários podem replicar a eventos que ocorreram no passado (como a crise) ou, inversamente, podem determinar alternativas plausíveis que não se conformam com acontecimentos passados.

Eles são calculados e analisados regularmente (no mínimo mensal), o impacto potencial sobre os resultados da aplicação de diferentes cenários de estresse em todas as carteiras de negociação e considerando as mesmas suposições para fator de risco. Eles são definidos como pelo menos três tipos de cenários: plausível, severa e extrema, recebendo junto com VaR um espectro muito mais completo do perfil do risco.

Além disso, são estabelecidos os níveis de alerta para cenários globais (*triggers*), baseado nos resultados históricos desses cenários e o capital associados à carteira em questão. Ultrapassados estes níveis de alerta é comunicada para os responsáveis para a gestão da carteira em questão, então tomar as medidas adequadas. Além disso, os resultados dos exercícios de estresse no nível global, bem como os possíveis excessos nos níveis de alerta, marcados são regularmente revistos no risco global Comitê de mercado, de forma que se considera que é apropriado, comunica-se a Alta Administração.

A área de risco de mercado, seguindo o princípio da independência das unidades de negócio, também realizado um acompanhamento diário das posições, ambos de cada unidade como globalmente, realizando um controle exaustivo das mudanças ocorridas na carteira, a fim de detectar possíveis incidentes que podem ser para correção imediata.

Tradicionalmente, as posições são usadas para quantificar o volume de líquido das transações em valores de mercado de portfólio, agrupados por principal fator de risco. Considerando que o delta de valor de futuros e opções que possam existir. Todas as posições de risco podem ser expressos na unidade de base monetária e a homogeneização da moeda de informações.

Sensibilidade para medidas de risco de mercado são aqueles que medem a variação (sensibilidade) do valor de mercado de um instrumento ou portfólio para variações em cada um dos fatores de risco. A sensibilidade do valor de um instrumento de mudanças em fatores de mercado pode ser através de abordagens analíticas por reavaliação parcial ou total da carteira.

Por outro lado, a preparação diária de demonstração de resultados é um excelente indicador de risco, que permite identificar o impacto de variações nas variáveis financeiras nas carteiras.

Merece menção separada o controle das atividades de derivativos e gestão de crédito que, por causa de seu caráter incomum, é realizado diariamente com medidas específicas. No primeiro caso, controle a sensibilidade aos movimentos de preço do subjacente (delta e gama), volatilidade (vega) e o tempo (theta). No segundo, analisamos sistematicamente medidas tais como a sensibilidade para a *spread*, *jump-to-default*, concentrações de cargos por nível de *rating*, etc.

Em relação ao risco de crédito inerente em carteiras de negociação e em consonância com as recomendações do Comitê de supervisão bancária de Basileia e os regulamentos em vigor, estima-se uma métrica adicional, a *Incremental Risk Charge (IRC)*, para cobrir o risco de não-conformidade e migração de *rating* que não é capturada adequadamente no VaR, através da variação de *spreads* de crédito relevantes. Produtos controlados são, basicamente, títulos de renda fixa, tanto público como privado, em derivativos de crédito (*forwards*, *opções* e derivativos de crédito (*credit default swaps*, *asset backed securities*,...)). O método de cálculo do IRC de medições diretas sobre as caudas da distribuição de perdas para o percentil adequado (99,9%), se baseia em um horizonte de tempo de um ano. Metodologia utilizada Monte Carlo, aplicando 1 milhão de simulações.

6.3.2 Os riscos de mercado estruturais

6.3.2.1 Risco de interesse estrutural

O Grupo tem realizado as análises de sensibilidade da margem financeira e o valor do patrimônio a mudanças nas taxas de juros. Esta sensibilidade é afetada por lacunas nas datas de expiração e de revisão das taxas de juro sobre os vários itens do balanço.

Baseado no posicionamento da taxa de juros no balanço e tendo em conta a situação e as perspectivas do mercado, lembre-se medidas financeiras para adaptar o posicionamento para o desejado pelo Grupo. Estas medidas podem variar de tomar posições nos mercados para a definição das características da taxa de juros em produtos comerciais.

As métricas utilizadas pelo Grupo para o controle do risco de interesse nessas atividades são a *gap* nas taxas de juros, a margem financeira e sensibilidade da patrimônio líquido para variações nos níveis de taxas de juros, duração dos recursos próprios e o valor em risco (VaR), para fins de cálculo de capital econômico.

Gap de taxas de juros sobre ativos e passivos

Análise de *gaps* das taxas de juro é os deslocamentos entre os prazos para a reavaliação das massas patrimoniais dentro de rubricas do balanço (ativos e passivos) e saldo (fora do balanço). Isso facilita uma representação básica da estrutura do balanço e pode detectar concentrações de risco de interesse em diferentes períodos. É também uma ferramenta útil para estimativas de potenciais impactos de possíveis movimentos nas taxas de juros na margem financeira e o valor do patrimônio líquido da entidade.

Todas as massas do balanço e fora de saldo devem ser a segregação em seus fluxos e colocadas no ponto de re-precio / expiração. No caso dessas massas que não têm um vencimento contratual, usado uma análise interna e estimativa das durações e sensibilidades do mesmo modelo.

Sensibilidade da margem de juros (NIM)

A sensibilidade da margem de juros mede a mudança nos acréscimos que esperava por um período fixo (12 meses) antes de uma mudança da curva de taxas de juros.

Cálculo de sensibilidade de margem de juros é realizado através da simulação da margem, para a situação atual, a diferença entre ambos sensibilidade calculado as margens, sendo ambos um cenário do movimento de curva de taxa.

Sensibilidade de patrimônio líquido (MVE)

A sensibilidade da patrimônio líquido é uma medida complementar para a sensibilidade da margem financeira.

Mede o risco de juros implícito no capital (recursos próprios) em função da incidência que tem uma variação das taxas de juro nos valores atuais dos ativos e passivos.

6.3.2.2 Risco de mudança estrutural / hedge de resultados

O seguimento destas atividades é feito através de medidas de posição, VaR e resultados, em uma base diária.

6.3.2.3. Risco de patrimônio líquido estruturais

Acompanhamento para essas atividades é feito através de medidas de posição, VaR e resultados, com periodicidade mensal.

6.4 Marco de gestão

Estrutura organizacional e governo

A área de Riscos de mercado e estrutural é integrada em uma das duas direções-gerais de risco do Grupo. As missões da função de risco de mercado são:

- Definição e acompanhamento da gestão do mercado modelo, que inclui políticas corporativas, definição de critérios de segmentação e o mapa de riscos.
- Controle, consolidação, informações (*reporting*) e os riscos de mercado centralizado processo de admissão.

Estas missões são baseadas em cinco pilares básicos, essenciais para uma gestão adequada dos riscos de mercado:

- Medição, análise e controle de riscos de mercado e liquidez.
- Cálculo, análise, explicação e reconciliação de resultados.
- Definição, captura, validação e distribuição de dados de mercado
- Admissão de limites, produtos e subjacentes.
- Consolidação de informações.

Ao mesmo tempo, a gestão dos riscos de mercado é regido pelos seguintes princípios básicos:

- Envolvimento da Alta Administração.
- Independência da função de risco empresarial.
- Definição clara de responsabilidades.
- Medição de risco.
- Limitação dos riscos.
- Análise e controle de posições de risco.
- Estabelecimento de condições de risco e procedimentos.
- Avaliação de metodologias de risco validados ou desenvolvido pela área de metodologia.

Por outro lado, de forma equivalente a como está estruturado de mercado para os riscos de nível globais ou corporativos, cada unidade de risco de mercado local tem e ordenou que as suas funções, com as adaptações que possam ser aplicáveis em conformidade com suas características operacionais, requisitos legais, específicas do negócio, etc.

Para o bom funcionamento das políticas globais e a execução local, a área global dos riscos de mercado e unidades locais têm funções diferentes:

- Risco de mercado global:
 - Muda, propõe e documentado, condições e critérios de risco, os limites globais e os processos de decisão e controle.
 - Gere ferramentas, sistemas e esquemas de gestão.
 - Promove e apoia a sua implementação e lida com estes trabalhos efetivamente em todas as unidades.
 - Você sabe, assimila e adaptando as melhores práticas de dentro e fora do Grupo.
 - Promove atividade para obter resultados.
 - Consolida, analisa e controlar o risco de mercado incorrido pelas unidades do perímetro.

- Unidades locais de risco de mercado:
 - Eles gerenciam os riscos.
 - Eles transmitem, adaptam e internalizam as políticas e procedimentos corporativos, através da aprovação de local.
 - Políticas definidas e documentadas e principais projetos de âmbito local.
 - Aplica políticas e decisão de cada sistema de mercado.
 - Adaptam-se a organização e esquemas de estruturas de gestão e padrões corporativos de desempenho.
 - Eles fornecem críticas e melhores práticas, bem como o conhecimento local e proximidade com clientes/mercados.
 - Eles assumem responsabilidades acrescidas na decisão, controle e gestão de riscos.

Medir, analisar e controlar os riscos de mercado dentro de sua esfera de responsabilidade.

A faculdade própria e exclusiva na área de riscos de mercado é o risco global de mercado (CGRM) Comissão.

O CGRM é responsável pela função de risco de mercado do Grupo, tanto a nível central (área global) e nível local nível (unidades locais). Seus poderes do CGRM emanam diretamente do associado Comitê sobre riscos, máximo órgão responsável para a função de risco do Grupo.

Sistema de controle de fronteira

O estabelecimento de limites de risco de mercado e liquidez é concebido como um processo dinâmico que responde ao nível do apetite de risco do Grupo. Este processo faz parte do plano anual de limites, que é

promovido pela diretoria do Grupo e gerido pela direção geral de riscos, então que envolve todas as entidades que compõem o Grupo.

1. Definição de limites

Usado no risco de mercado do Grupo limites são definidos em diferentes métricas e tentam cobrir todas as atividades sujeitas a risco de mercado a partir de múltiplas perspectivas, usando um critério conservador. As principais são:

Limites de negociação:

- o Limites de VaR:
- o Limites de posição equivalente e/o nominal
- o Sensibilidades para os limites de taxa de juros
- o Limites de vega
- o Limites de risco de entrega pelo curtos títulos (ações e renda fixa)
- o Limites visa limitar o volume de perdas eficazes o proteger os resultados já gerados durante o período
- o Limites de crédito
- o Limites para operações de originação

Risco de interesse balanço estrutural

- o Limite de sensibilidade da rede financeira para 1 ano
- o Limite de sensibilidade do valor patrimonial

Risco do tipo de mudança estrutural

- o Net posição em cada moeda (para as posições de hedge dos resultados)

Estes limites gerais são complementados com outros sublimites. Desta forma, o risco da área de mercado tem uma estrutura de limites é suficientemente granular para realizar um controle efetivo dos diversos tipos de fatores de risco para o mercado no qual fica a exposição. Assim, um acompanhamento diário das posições, ambos de cada unidade como globalmente, realizando um controle exaustivo das mudanças ocorridas na carteira, a fim de detectar os possíveis incidentes que possam ter para correção imediata ocorre. Por outro lado, a preparação diária da demonstração dos resultados por área de risco de mercado é um excelente indicador de risco, que permite identificar o impacto de variações nas variáveis financeiras nas carteiras.

2. Estrutura de limites

- Limites globais de controle global

Risco associado Comissão aprova limites no nível de atividade/unidade no processo anual de limites de regulação. Alterações solicitadas posteriormente podem ser aprovadas pela Comissão do mercado global, de acordo com as competências delegadas deste risco.

Estes limites são solicitados pela empresa responsável de cada país/entidade dependendo a particularidade do negócio e para a realização do orçamento procurando a consistência entre os limites e a relação risco/retorno.

- Limites globais de controle local

De acordo com as peculiaridades locais dos produtos e da organização interna da empresa resolver sublimites das atividades acima, para maior controle das posições mantidas em cada negócio. Dentro dos sublimites são moldados por fator de risco, as posições em moeda, posições em ações, sensibilidades por moedas e prazos, vega por prazos, etc.

3. Conformidade e limite de controle

Unidades de negócios devem ser respeitadas em todos os momentos o cumprimento dos limites aprovados. Possíveis excessos será uma série de ações pelos riscos do mercado local e global, direção Comitês de riscos ou riscos associado Comitê visa confiando reduções nos níveis de risco e controle mais rigoroso deles ou ações executivas, que podem forçar a tomadores de risco, para reduzir os níveis de risco assumiram.

Gestores de risco de mercado local informe negócio responsável por excessos. Estes são necessários para explicar as razões para o excesso e, se for caso disso, facilitar o plano de ação para corrigir a situação. O negócio deve responder, por escrito, no dia, a exigência de que torna-se eles, onde estão as alternativas para enfrentá-los para reduzir a posição até entram nos limites atuais ou detalhe a estratégia que justifica um aumento do mesmo.

6.5. Modelo interno

No final do ano financeiro Grupo 2013 tem aprovação, o Banco de Espanha, do modelo interno de riscos de mercado para o cálculo do capital regulatório em carteiras de negociação unidades da Espanha, Chile, México e Portugal. O objetivo do Grupo é expandir progressivamente a aprovação para o resto das unidades.

Reforçado pelo modelo de risco de mercado interno para o capital regulatório do Grupo é obtido pela adição de capital regulatório de cada uma das unidades para as quais tem a aprovação do Banco de Espanha. É um critério que é conservadora quando se trata de consolidar o capital do Grupo, para não levar em conta as economias em capital que poderia ser derivado o efeito diversificação entre regiões geográficas diferentes.

Na sequência desta aprovação, o capital regulatório da atividade de negociação para o perímetro mencionado é calculado utilizando avançados métodos, usando VaR métrica fundamental, o *VaR stressed* e IRC (padrão incremental e *rating* sobre taxa de risco de migração -*rating -incremental risk capital charge-*), em conformidade com os requisitos de capital novo Banco em acordos de Basileia e, especificamente na Diretiva Europeia CRD-IV (transposição dos acordos de Basileia III).

Mantida a estreita colaboração com o Banco de Espanha, para avançar no perímetro suscetível a (geográfico e operacional) modelo interno, bem como a análise do impacto das novas exigências, em consonância com os documentos publicados pelo Comitê de Basileia para reforçar o capital das instituições financeiras.

7. RISCO DE LIQUIDEZ E FINANCIAMENTO

7.1 Introdução ao tratamento do risco de liquidez e risco de financiamento

Para o Grupo a gestão de liquidez e de financiamento sempre foi um elemento básico em sua estratégia de negócios e pilar fundamental, além do capital, que suporta a sua força de balanço.

A liquidez tem ganhado relevância nos últimos anos por crescentes tensões nos mercados financeiros no contexto de uma crise econômica global. Este colocou em valo a importância que as instituições bancárias tem que ter estruturas adequadas e estratégias de financiamento que garantam a sua atividade de intermediação.

Durante este período de stress, o Grupo tem tido uma posição de liquidez adequada, que tem sido uma vantagem competitiva para desenvolver e expandir a sua atividade num ambiente difícil.

Esta posição melhor de todo o Grupo foi apoiada em um modelo descentralizado de financiamento composto por subsidiárias auto-suficiente e autônoma em termos de liquidez. Cada subsidiária é responsável para as necessidades de liquidez, decorrentes de seus negócios presentes e futuros, através de depósitos clientes

capturados em sua área de influência, quer através do recurso aos mercados por atacado, onde atua, em coordenadas de todo o Grupo de gerenciamento e monitoramento.

Trata-se de uma estrutura de financiamento que mostra sua efetividade em situações de alto estresse dos mercados, pois impedem que as dificuldades de região possam ser movidas para a capacidade de financiamento e em outras regiões, e portanto, do Grupo como um todo, situação que poderia ocorrer no caso de um modelo centralizado de financiamento.

Além disso, no Grupo esta estrutura financiamento beneficia as vantagens de ter um modelo de banca comercial com presença relevante (taxas de negócios no ambiente de 10% ou mais) em dez mercados com grande potencial, com foco no cliente varejo e alta eficiência. Isto dá uma grande capacidade às filiais em atrair depósitos estáveis, bem como uma alta capacidade de atrair mercados atacadistas nestes países, geralmente em sua própria moeda, apoiadas na fortaleza da sua franquia, pertencendo dentro de um grupo líder.

7.2. Marco de gestão de liquidez - monitoramento e controle de risco de liquidez

A gestão de liquidez estrutural visa financiar a atividade recorrente do Grupo em ótimas condições de tempo e custo, evitando o risco de liquidez indesejados.

No Grupo, a **Gestão de liquidez** baseia-se nos seguintes **princípios**:

- o Modelo descentralizado de liquidez.
- o Derivadas da necessidade de efetividade que suas operações devam estar concentradas no médio e longo prazo.
- o Alta participação de depósitos de clientes, para um saldo de natureza comercial.
- o Diversificação das fontes de financiamento por atacado por: instrumentos / investidores, mercados / moedas; e prazos.
- o Limitado recurso de financiamento a curto prazo.
- o Disponibilidade da reserva de liquidez suficiente, que inclui a capacidade para desconto em Bancos Centrais para uso em situações adversas.

A aplicação efetiva desses princípios por todas as entidades que constituem o Grupo exigiu o desenvolvimento de um quadro de gestão única construído em torno de três pilares principais:

- Um sólido modelo organizacional e governo, que garante o envolvimento da Alta Administração na tomada de decisão e a sua integração na estratégia global de subsidiárias do Grupo.
- Uma análise de saldo e uma medida de risco de liquidez em profundidade, que oferece suporte à tomada de decisão e seu controle.
- Gestão adaptada na prática para as necessidades de liquidez cada negócio.

7.2.1 Modelo organizacional e governança

O processo de tomada de decisões relativas a todos os riscos estruturais, incluindo o risco de liquidez, é realizado através de locais ativos e passivos (ALCO) comissões em coordenação com as Comissão de mercados.

O Comitê de Mercado é o mais alto órgão ao nível do Grupo que coordena e supervisiona todas as decisões globais que afetam a medição, gestão e controle do risco de liquidez. É presidido pelo Presidente do Banco e integrada pelo segundo vice-presidente (que, por sua vez, presidente do Comitê de riscos), Conselheiro

Executivo, dos Diretores Gerais, financeiros e de riscos e de determinados responsáveis pelas unidades de negócio e análise

De acordo com os princípios acima mencionados, os Comitês locais de ALCOs determinam estratégias que possam garantir ou antecipar, as necessidades decorrentes de seu financiamento. Para executar as suas funções são suportadas pela área de gestão financeira e a área de risco de mercado, que apresentam análises e propostas de gestão e controlam o cumprimento dos limites estabelecidos, respectivamente.

Em consonância com as melhores práticas de governo, o Grupo tradicionalmente tem mantido uma divisão clara entre a implementação da estratégia financeira de gestão (responsabilidade de gestão financeira) e seu acompanhamento (responsável pela área de risco de mercado).

Este modelo de governo foi reforçado para ser integrado, dentro de uma visão mais global dos riscos do Grupo, como é o quadro de apetite de risco do Grupo, com o qual ele responde para os reguladores e demanda dos participantes, as consequências da crise financeira, para fortalecer os sistemas de gestão e o controle dos riscos dos participantes do mercado.

Em relação ao perfil e apetite de risco de liquidez, o Grupo em sua estratégia de desenvolvimento de negócios visa estruturar o balanço patrimonial da maneira mais conservadora, em consonância com os para possíveis cenários de estresse de liquidez. Nesse contexto, articulam-se as métricas do apetite de liquidez através da aplicação dos princípios do modelo de gestão de liquidez, a nível individual do Grupo, com níveis específicos para o nível de financiamento estrutural e de horizontes mínimos de liquidez sob cenários de stress diferente, conforme descrito nas seções a seguir.

7.2.2 Análise de balanço e medição de risco de liquidez

Tomada de decisões de financiamento e liquidez é baseada em uma compreensão aprofundada da situação atual do Grupo (ambiente, estratégia, saldo e estado de liquidez), as necessidades futuras do negócio de liquidez (projeção de liquidez), bem como o acesso e a localização das fontes de financiamento nos mercados de atacado.

Seu objetivo é garantir que o Grupo mantenha níveis ótimos de liquidez, a fim de atender aos requisitos de liquidez no curto e longo prazo com fontes de financiamento estáveis, otimizando o impacto dos custos na demonstração dos resultados.

Isto exige realizar um acompanhamento da estrutura do balanço, realização de projeções de liquidez de curto e médio prazo, bem como o estabelecimento de métricas básicas.

Ao mesmo tempo, são analisadas as diferentes análises de cenários, onde se consideram as necessidades que possam surgir ante os diferentes eventos que apresentam características severas, apesar de sua probabilidade de ocorrência ser baixa, essas poderiam afetar de forma diferente as contas do balanço e/ou fontes de financiamento (grau de renovação do financiamento por atacado, depósitos, Perda de valor de ativos, liquidez...), devido a condições dos mercados globais ou específicas do Grupo.

Os resultados destas análises dos saldos, projeções e resultados de cenários em inputs para desenvolver vários planos de contingência para o Grupo, que, no caso dele, iria antecipar uma série de conjunturas adversas potenciais.

Todas essas ações estão em consonância com as práticas que estão dirigindo do Comitê de Basileia para reforçar a liquidez das instituições financeiras, cujo objetivo é definir um quadro de princípios e métricas que, em alguns casos, é o período de observação e, em outros, no processo de desenvolvimento.

Maior detalhe das medidas, métricas e análise utilizado pelo Grupo e subsidiárias na gestão e controle do risco de liquidez é apresentado abaixo:

Metodologia para a monitoração e controle do risco de liquidez

As medidas de risco de liquidez do Grupo, devem seguir os seguintes objetivos:

- Alcançar maior eficiência na medição e controle de risco de liquidez.
- Fornecer suporte de gestão financeira, para os quais as medidas estejam adaptadas à maneira de gerenciar a liquidez do Grupo.
- Alinhamento com o BIS III, a fim de evitar conflitos entre diferentes limites e facilitar a gestão do mesmo
- Simular um sinal de alerta, antecipando potenciais situações de risco através do controle de certos indicadores.
- Garantir a participação dos países. As métricas são desenvolvidas a partir de conceitos homogêneos comuns que afetam a liquidez, mas são necessárias análises e adaptação para cada unidade.

As métricas básicas usadas para o controle de risco de liquidez são de dois tipos: a curto prazo as estruturais. A primeira categoria, inclui basicamente a *lacuna* de liquidez e na segunda, a posição estrutural líquida do saldo. Como um elemento complementar das métricas acima, o Grupo desenvolve vários cenários de estresse. Abaixo estão descritos em detalhe essas três métricas:

a) *Gap* de liquidez

O *gap* de liquidez fornece informações sobre o potencial das entradas e saídas de caixa, contratual e estimada pelo pedido da hipótese de um determinado período. Eles são feitos em cada uma das principais moedas em que o Grupo opera.

O *gap* fornece informações sobre as fontes e usos de fundos que são esperados em períodos específicos de tempo, em relação à totalidade das rubricas do balanço e fora do balanço. Esta ferramenta de análise é obtida, considerando a estrutura da rede de maturidades e fluxos para cada intervalo de tempo. Em sua construção integra a liquidez disponível para lidar com isso com as necessidades decorrentes da maturidades.

Na prática e tendo em conta os diferentes comportamentos da mesma divisão nas subsidiárias que compõem o Grupo, existem normas e critérios metodológicos comuns que permitem padronizar a construção de perfis de risco de liquidez cada unidade, de modo que eles podem ser apresentados de uma forma comparável para a alta Administração do Banco.

Nesse sentido, e tendo em conta que esta análise deve ser feita em um nível individual pela subsidiária por sua gestão autônoma, uma visão consolidada dos *gaps* a liquidez do Grupo têm uma compreensão muito limitada do risco de liquidez e gestão de utilidade.

Dentro de diversas análises realizadas com base a *gap* do liquidez é digno de Nota o financiamento referido no atacado. Com base nesta análise definida uma métrica, cujo objetivo é assegurar liquidez suficiente alcançar um horizonte mínimo de liquidez sob a suposição de não-renovação dos prazos de vencimento por atacado: no Grupo o horizonte mínimo situa-se a 90 dias.

Horizontes mínimos de liquidez são determinados pela forma empresarial e uniforme para todas as unidades/países, que deve calcular sua métrica de liquidez por atacado em moedas principais em que operam.

Este *gap* de liquidez por atacado dadas as tensões dos mercados durante os últimos anos, tem sido objeto de um acompanhamento especial na matriz e nas unidades da zona do euro.

No final de 2013, todas as unidades estão em uma posição confortável nos horizontes estabelecido corporativamente para esse cenário.

b) Posição estrutural líquida

Essa métrica visa determinar a razoabilidade da estrutura de financiamento do saldo. O critério do Grupo é alcançar necessidades estruturais (atividade, ativos fixada,... de empréstimo), coberto com uma combinação adequada de uma base estável de clientes de varejo e por atacado fontes.

Cada unidade prepara seu saldo de liquidez, de acordo com as características do seu negócio e enfrenta as várias fontes de financiamento disponíveis para eles. A recorrência do negócio que será para financiar, a estabilidade do financiamento de fontes e a capacidade de tornar-se ativos líquidos são os fatores fundamentais que são considerados na determinação dessa métrica.

Na prática, cada subsidiária produz seu saldo de liquidez (contabilidade separada), classificando os vários itens de ativos, passivos e fora do balanço de acordo com sua natureza, para fins de liquidez. Assim, determina a sua estrutura de financiamento que deve cumprir em todos os momentos com uma premissa fundamental: o básico de negócios deve ser financiadas com recursos estáveis e financiamento de médio e longo prazo. Tudo isso garante a solidez da estrutura financeira da entidade e a sustentabilidade dos planos de negócios.

No final de 2013, o Grupo apresentou um excedente estrutural de liquidez de 150.000 milhões de euros (488.640 milhões de reais).

c) Análise de cenários

Como um elemento complementar do Grupo anterior de métricas desenvolve vários cenários de estresse. Seu principal objetivo é identificar aspectos críticos em cada um dos potenciais crises e definir as medidas de gestão mais adequadas para abordar cada uma das situações avaliadas.

Geralmente as unidades em sua análise de liquidez considerados três cenários: sistêmica, idiossincrática e híbrido, que dadas as características do Grupo foram adaptados para além disso, considere uma crise sistêmica local e outros globais. Eles representam a análise padrão mínima para todas as unidades do Grupo para seu relatório para a Alta Administração. Além disso, cada uma das unidades desenvolveu cenários ad-hoc, replicando histórica crise ou liquidez riscos significativos que são específicos para seu ambiente.

As características essenciais dos três cenários básicos são:

- Crise idiossincrática, afeta somente a entidade, mas não o seu ambiente. Isto reflete basicamente na captura por atacado e depósitos varejistas, com diferentes percentagens de saída de acordo com a gravidade definida.

Dentro desta categoria é considerado como um cenário específico da crise que poderia ser uma unidade local como resultado da crise da matriz, Banco Santander, S.A. Este cenário foi particularmente relevante no ano passado antes de tensões sofridas pelos países periféricos da zona euro.

- Crise sistêmica, considerado um ataque dos mercados financeiros internacionais ao país no qual a unidade está localizada. Cada entidade será afetada com intensidades diferentes, dependendo de sua posição relativa no mercado local e a imagem de força que fornece. Outros fatores que serão afetados

nesse cenário incluem, por exemplo, as linhas de financiamento por atacado, fechando mercados, ou ativos líquidos associados com o país, que vai ver seu valor significativamente reduzida.

- Crise de híbrido, nesta etapa são alguns dos fatores já descritos nos parágrafos anteriores, com especial atenção para os aspectos mais sensíveis do ponto de vista do risco de liquidez da unidade ressaltou.

Essas métricas e definição de cenários estão diretamente relacionadas com o processo de definição e execução sob a responsabilidade do plano de contingência de liquidez financeira.

No final de 2013 e em uma cena de potencial crise sistémica que afetem o financiamento por atacado das unidades baseadas em Espanha, o Grupo Santander iria manter uma posição de liquidez adequada. Em particular, o métrico horizonte de liquidez por atacado da Espanha (incluindo dentro das medidas de gap do liquidez) iria mostrar níveis acima de 90 dias durante o qual a reserva de liquidez cobriria toda a maturidade de financiamento por atacado, não deve ser renovado.

Além destes três métricas foram definidos uma série de variáveis internas e do mercado como indicadores de alerta antecipada de crises potenciais, que também pode indicar a sua natureza e gravidade. Sua integração na gestão diária de liquidez permite antecipar situações adversamente afetar a liquidez do risco do Grupo. Embora esses alertas têm diferenças pelos países e entidades, com base em condições específicas, alguns parâmetros usados são comuns no Grupo como o nível dos CDS do Banco Santander, a evolução dos depósitos ou a tendência das taxas dos Bancos Centrais.

7.2.3 Gestão adaptada às necessidades do negócio

Gestão de liquidez Grupo Santander é realizada a nível das subsidiárias ou unidades de negócios a fim de financiar as suas atividades recorrentes a preços adequados e prazos. Na prática e seguindo que os princípios de financiamento apontados antes, a gestão de liquidez nestas unidades consiste de:

- Planejar anualmente a liquidez com base no financiamento às necessidades decorrentes do orçamento de cada negócio e a metodologia descrita na seção anterior. Estes requisitos de liquidez e tendo em limites prudenciais conta de apelos aos mercados a curto prazo, que institui o plano de emissões e titularizações de exercício ao nível de cada filial / global de negócios, uma tarefa que é realizada pela área de gestão financeira.
- Faixa ao longo do ano da evolução real de saldo e as necessidades financeiras de filiais / empresas, dando origem a atualizações subsequentes do plano.
- Manter uma presença ativa em um amplo conjunto de mercados de financiamento distribuidores, permitindo-lhe manter uma estrutura adequada de emissões, produtos diversificados e com uma maturidade entre conservador.

A eficácia da presente gestão baseia-se na sua aplicação em todas as filiais. Em particular, cada subsidiária pressupõe a liquidez necessidades decorrentes da sua atividade de intermediação e avalia sua própria capacidade de apelar para os mercados de atacado, sempre em coordenação com o Grupo, estabelecer as emissões e o plano de securitização.

Tradicionalmente, as principais subsidiárias do Grupo apresentaram uma situação de auto-suficiência em relação aos fundos estruturais. A exceção foi o Santander Consumer Finance (SCF), que devido à sua natureza de especialista em financiamento do consumo basicamente através de prescritores, precisava de apoio financeiro de outras unidades do Grupo, em especial da matriz.

7.3 Estratégia de financiamento e a evolução da liquidez em 2013

7.3.1 Estratégia de financiamento

Nos últimos anos, a atividade de financiamento do Grupo alcançou seu objetivo de adequadamente Finanças a atividade recorrente do Grupo em um ambiente muito exigente, caracterizado por uma maior percepção de risco, a baixa liquidez em certos limites de tempo e o aumento do custo do mesmo.

Esse bom desempenho foi apoiado na extensão do modelo de gestão todas as filiais do Grupo, incluindo novas adições e, sobretudo, na adaptação da estratégia das subsidiárias para a crescente demanda dos mercados. Essas exigências não foram mercados homogêneos que tenham atingido os níveis de dificuldade e pressão muito maior em determinadas áreas, como a periferia Europeia.

Em qualquer caso, é possível extrair um conjunto de tendências gerais implementado por filiais do Grupo em suas estratégias de financiamento e gestão da liquidez nos últimos cinco anos. Eles são como segue:

- Forte de geração de caixa da empresa comercial pelo menor crescimento do crédito e maior ênfase na captação de recursos de clientes.
- Manter níveis adequados e estáveis de financiamento por atacado de médio e longo prazo no nível de Grupo. Portanto, no final de 2013 este financiamento representa 20% a liquidez de balanço, muito semelhante ao nível de 21% de 2010 embora significativamente inferior a 28% de dezembro de 2008, quando os atacadistas liquidez era um recurso abundante e reduzido custo em todo o mundo.
- Após o endurecimento das condições descentralizadas dos mercados de atacado, o modelo das subsidiárias do Grupo, com seus próprios programas de emissões e *ratings*, ele ajudou a manter um elevado nível de participação do Grupo nos mercados de atacado desenvolvido mesmo em períodos de demanda máxima como o biênio 2011-2012.
- Assegurar um volume suficiente de ativos relacionados a Bancos Centrais e outras agências como parte do pool de liquidez em situações de estresse dos mercados de atacado.

Em particular, o Grupo aumentou a sua capacidade total de desconto nos últimos anos para o ambiente do 145.000 milhões de euros (472.352 milhões de reais).

Durante 2012 e antes das tensões dos mercados do euro, o Grupo seguiu uma estratégia de prudência em depósito no Eurosistema nos Bancos Centrais que possuem a maior parte dos fundos recolhidos em leilões para três anos, como reserva de liquidez imediata, mantendo uma posição líquida global muito limitado ao beneficiário. A redução das tensões permitiu ao Grupo em 2013 retorno ao BCE todos os fundos tomados da Espanha em leilões de três anos, colocando sua aplicação líquida ao final do ano em níveis mínimos de cinco anos, concentrados-se basicamente em Portugal.

Todos esses desenvolvimentos, com base em um sólido modelo de gestão de liquidez, permitiram que o Grupo desfrutar, hoje, uma estrutura de financiamento muito robusta. Características básicas dessa estrutura diferencial são:

- Elevado nível de participação dos depósitos de clientes em um saldo de natureza comercial.
Depósitos de clientes são a principal fonte de financiamento para o Grupo. Você inclusive varejistas de Notas promissórias (dados o seu papel de substituição do período de tributação em Espanha), representam cerca de dois terços do passivo líquido do Grupo (ou seja, o saldo de liquidez) e representam 91% dos empréstimos líquidos no final de 2013.
- Financiamento por atacado diversificado com foco no médio e longo prazo e muito baixo peso a curto prazo.
Financiamento de médio e longo prazo por atacado representa 20% do financiamento do Grupo e permite que você liquide o restante do líquido empréstimos não financiadas com os depósitos de clientes (comercial oco).

7.3.2 Evolução da liquidez em 2013

No final de 2013 e em relação ao ano anterior, o Grupo apresenta:

- A ligeira redução do índice de reivindicações dos ativos líquidos (ativos totais menos derivativos de negociação e saldos interbancários) 73% pelo declínio em crédito no ambiente da desalavancagem dos mercados maduros. No entanto, os dados refletem a natureza comercial do saldo do Grupo.
- Uma melhoria na relação de créditos líquidos sobre depósitos de clientes (relação LTD) que está localizada a 109% (incluindo Notas de varejo), em comparação com 113% de dezembro de 2012. Esta evolução continua a tendência de redução, iniciada em 2008 (150%) muito apoiada pela capacidade de gerar liquidez e depósitos varejistas por filiais do Grupo.
- Também melhora na proporção que se relaciona com depósitos de clientes mais financiamento a médio e longo prazo crédito, combinando a liquidez para gestão de negócios com a capacidade de emitir e atrair recursos de atacadistas pelas unidades do Grupo. Ele foi localizado no 119% (118% em 2012), bem acima da 104% de 2008.
- Ao mesmo tempo, continua a ser um recurso atacado reduzido a curto prazo, abaixo dos 2%, em consonância com anos anteriores.
- Finalmente, o excedente estrutural do Grupo (ou seja, o excesso de estrutural financiamento - depósitos, médio e longo prazo e fundos de capital - nas necessidades de liquidez, fixada créditos ativos e recursos - estruturais) é de 150.000 milhões de euros (488.640 milhões de reais) no final de 2013. Este volume abrange 16% do passivo líquido do Grupo, semelhante a 2012.

O Grupo mantém sua capacidade de acesso para os diferentes mercados em que atua, reforçado com a adição de novas emissões. Em 2013, ele fez as emissões e titularizações em onze moedas, que envolveu 17 emitentes relevantes de 14 países, com uma maturidade nos arredores dos 3,7 anos.

8 . RISCO OPERACIONAL

8.1 Definição e objetivos

O Grupo define o risco operacional (RO), como o risco de perda resultante de defeitos ou falhas de processos internos, recursos humanos ou sistemas, ou derivada de circunstâncias externas. É em geral e em contraste com outros tipos de risco, um risco não associado a produtos ou negócios, que situa-se a processos e/ou ativos e é gerado internamente (pessoas, processos, sistemas) ou como resultado de riscos externos, tais como desastres naturais.

O objetivo do Grupo de controle e gestão do risco operacional centra-se na identificação, medição / avaliação, controle / mitigação e informações sobre riscos.

A prioridade do Grupo é, portanto, identificar e eliminar fontes de risco, independentemente do que tenha produzido perdas ou não. A medida também contribui para o estabelecimento de prioridades na gestão do risco operacional.

Para o cálculo do Grupo de capital regulatório de risco operacional tem sido considerando opt para o método padrão previsto no Regulamento do BIS II. A este respeito, até 2014, Grupo começou um projeto paralelo de evoluir para uma abordagem de modelos avançados (AMA), que já tem a maioria dos requisitos regulamentares necessários. Note-se em qualquer caso que a gestão de risco operacional a curto prazo prioridade continua com foco na mitigação.

8.2 Governança corporativa e modelo organizacional

Modelo organizacional de gestão e controle de riscos seguem as diretrizes da Basileia e estabelece três linhas de defesa:

- Primeira linha: identificação, gestão e controle na primeira instância, funções desempenhadas por unidades de negócio e apoiar o Grupo. As diferentes áreas das empresas do Grupo são, em si, um nível de controle adicional sobre a execução das unidades locais.
- Segunda linha: funções de controle independente que assegurar que os riscos são corretamente identificados e geridos pelas primeiras linhas de defesa, no âmbito geral da ação estabelecida. Nota-se que durante o exercício de 2013 Grupo reforça a função de controle de risco operacional, criando dentro do direção-geral dos riscos da zona de controle os riscos não-financeiros, complementares para a função de controle é realizado pela área de controle abrangente e validação interna do risco (CIVIR).
- Terceira linha: verificação funções recursivamente realizada pela divisão de auditoria interna.

A implementação, integração e adaptação local das políticas e diretrizes estabelecidas pela área corporativa é a responsabilidade das áreas locais, através de gerentes de riscos operacionais identificados em cada uma das unidades.

Esta estrutura de gestão de risco operacional baseia-se no conhecimento e experiência dos gestores e profissionais das diferentes unidades do Grupo, dando especial importância ao papel dos gestores de risco operacional local.

Para a gestão e controle de risco operacional, o Grupo estabeleceu os seguintes comitês:

- Comitê de risco tecnológica e operacional, com a presença de responsável por diferentes divisões da entidade relacionada com a gestão e o controle deste risco: destina-se a fornecer uma visão ampla dos riscos operacionais no Grupo e estabelecer critérios corporativos e medidas eficazes em matéria de gestão, medição, monitoramento e mitigação deste risco.
- Comissão do função de controle corporativa de risco tecnológico e operacional: encontra-se numa base bi-mensal. Ela mantém controle sobre a área corporativa e projetos da exposição de risco do Grupo, assistido pelos líderes locais e abrangente também o risco de controle.

O Grupo vem exercer a supervisão e controle do risco operacional e tecnológico através de seus órgãos superiores. Neste sentido, Conselho de Administração, Comitê Executivo e o Comitê de gestão do Grupo vem incluindo tratamento dos aspectos relevantes na gestão e mitigação do risco operacional em uma base regular. Por outro lado, o Grupo, através de sua aprovação no associado Comitê de riscos, formalizado anualmente o estabelecimento de limites de risco operacional. Define um apetite de risco, que deve situar-se no perfil médio-baixa e baixo, que são definidos de acordo com os níveis de diferentes proporções. Neste sentido, são fixados os limites por e para o Grupo, baseado sobre a perda de líquido pela proporção de margem bruta. Além disso, é uma avaliação do estado de gerenciamento do risco operacional dos países de acordo com alguns indicadores internos.

8.3 Modelo de gestão de risco

As diferentes fases do modelo de gestão de risco operacional e tecnológica são:

- c Identificar os riscos operacionais inerentes a atividades, produtos, processos e sistemas do Grupo.

- o Medida e avaliar de forma operacional objetiva, contínua e consistente, com risco de normas regulamentares (Basileia, banco de Espanha...) e o setor e estabelecer os níveis de tolerância ao risco.
- o Realizar um monitoramento contínuo das exposições ao risco operacional, implementar procedimentos de controle, melhorar o conhecimento interno e atenuar perdas.
- o Estabelecer medidas de mitigação para eliminar o / minimizar o risco operacional.
- o Gerar relatórios regulares sobre a exposição ao risco operacional e o nível de controle para a Alta Administração e áreas / unidades do Grupo, bem como informar o mercado e os reguladores.
- o Definir e implementar sistemas que permitem monitorar e controlar exposições ao risco operacional, integrado na gestão diária do Grupo, aproveitando-se dos existentes de tecnologia e garantindo a máxima automação de aplicativo.
- o Definir e documentar as condições para a gestão de risco operacional e implementar metodologias de gestão deste risco consistente com normas e práticas recomendadas.

Implementação do controle de risco operacional do Grupo oferece as seguintes vantagens:

- o Permite uma gestão de risco operacional abrangente e eficaz (identificação, medição / avaliação, controle / mitigação e informações).
- o Melhora o conhecimento do operacional, eficazes e potenciais riscos e a sua afetação às linhas de negócio e de apoio.
- o Informações de risco operacional contribuem para melhorar os processos e controles, reduzir a volatilidade dos resultados.
- o Facilita o estabelecimento de limites de apetite de risco operacional.

Implementação do modelo: Resultados e iniciativas globais

No presente momento quase todas as unidades do Grupo, são incorporados no modelo com um alto grau de homogeneidade. No entanto, o ritmo diferente da implementação, as fases, horários e a profundidade histórica das bases de dados respectivas traduz-se em diferenças no nível de progresso entre os países.

Em geral, todas as unidades do Grupo continuam a melhorar todos os aspectos relacionados com a gestão do risco operacional como estabeleceu na revisão anual realizada auditoria interna.

Tente principais funções, atividades e iniciativas globais que foram retiradasgarantir a gestão eficaz dos riscos operacionais e tecnológicos, podem ser resumidas em:

- ✓ Definição e implementação do quadro de gestão corporativa de gerenciamento de risco operacional e tecnológico.
- ✓ Designação de coordenadores responsáveis e a criação de departamentos de risco operacional de unidades locais.
- ✓ Formação e intercâmbio de experiências: comunicação das melhores práticas dentro do Grupo.

- ✓ Promoção de planos de mitigação: controle da execução das medidas correctivas e projetos em desenvolvimento.
- ✓ Definição de políticas e estruturas para minimizar impactos ao Grupo antes de grandes catástrofes.
- ✓ Manter um controle adequado sobre as atividades realizado por terceiros para lidar com potenciais situações críticas.
- ✓ Fornece informação suficiente sobre este tipo de risco.

Em relação a gestão de risco tecnológico, função corporativa continua a melhorar aspectos como a seguir:

- ✓ Segurança de sistemas de informação.
- ✓ O impulso de contingência e planos de continuidade de negócios.
- ✓ Gestão do risco associado com o uso de tecnologias (desenvolvimento e manutenção de aplicativos, projeto, implementação e manutenção de plataformas tecnológicas, a produção de processos do computador, etc..).

Durante 2013 foi aprovado no âmbito corporativo de acordos com terceiros e controles de fornecedores, implementação para todas as entidades em que o Grupo tem controle efetivo. O quadro se desenvolve a partir do princípio da responsabilidade operacional e estabelece referências para levar em consideração os acordos com fornecedores, primeiro com o objetivo de estabelecer princípios que regularão as relações das empresas do Grupo com eles, desde o início até a sua conclusão, com especial atenção para:

- ✓ A decisão de terceirizar novas atividades ou serviços
- ✓ A seleção do fornecedor
- ✓ O estabelecimento dos direitos e obrigações de cada uma das partes
- ✓ O controle do serviço e os periódica dos acordos celebrados com os fornecedores
- ✓ A conclusão dos acordos estabelecidos

Por outro lado, este quadro também define as atribuições necessárias para respeitar uma adequada segregação de funções, para assegurar a correta identificação de riscos, controleserviço e manutenção da supervisão do Grupo.

8.4 Medição do modelo e avaliação de riscos

Para realizar a medição e avaliação do risco tecnológico e operacional, definiu um conjunto de técnicas / ferramentas corporativas, quantitativa e qualitativa, que combinam para fazer um diagnóstico dos riscos identificados e obter uma avaliação através de medição / avaliação da área / unidade.

8.5 Plano de continuidade de negócios

O Grupo dispoe de um sistema de gestão de continuidade de negócios (SGCN), para garantir a continuidade dos processos de negócios das suas entidades, no caso de um desastre ou um incidente grave.

Este objetivo básico se concentra em:

- Minimizar os danos em pessoas e impactos financeiros e econômicos desfavoráveis para o Grupo, derivado de uma interrupção das operações normais de negócios.
- Reduzir os efeitos operacionais de um desastre, fornecendo uma série de guias e procedimentos pré-definidos e flexíveis para uso em processos de recuperação e retomada.
- Retomar as operações de negócios e suporte funções associadas, sensíveis ao tempo, para alcançar a continuidade de negócios, a estabilidade dos ganhos e o crescimento planejado.
- Restaurar o tecnológico e operações de apoio às operações do negócio, tempo-sensíveis, no caso de não utilização de tecnologias existentes.
- Proteger a imagem pública e a confiança no Grupo.
- Cumprir as obrigações do Grupo para seus empregados, clientes, acionistas e outros interessados terceiros

8.6. Outros aspectos do controle e monitoramento do risco operacional

Análise e monitoramento dos controles sobre o funcionamento dos mercados

Devido à especificidade e complexidade dos mercados financeiros, o Grupo considera necessário reforçar continuamente os procedimentos de controle operacional dessa atividade. Assim, durante o ano, continuou a melhorar o controle deste modelo de negócio, com especial ênfase sobre os seguintes pontos:

- Análise da operação individual de cada operador da fazenda a fim de detectar possíveis comportamentos anômalos.
- Melhoria da monitoração de comunicações mantidas com contrapartes através de diferentes meios autorizados de recrutamento.
- Implementação no decorrer do novo ferramenta que permite cumprir novas exigências em termos de *recordkeeping*.
- Reforço dos controles sobre as contribuições dos índices de preços de mercado.

Além disso, o negócio está imerso em uma transformação global que carrega uma modernização de plataformas tecnológicas e processos de negócios que incorpora um modelo de controle robusto que permite reduzir o risco operacional associado à atividade.

Sistema de informação de risco operacional

O Grupo tem um sistema de informações corporativas que suporta o gerenciamento de ferramentas de risco operacional e facilita as funções e necessidades de informações e *reporting* tanto em níveis locais e corporativos.

Este sistema possui módulos para o registro de eventos, mapa de riscos e avaliação, indicadores, atenuação e sistemas de *reporting*, sendo aplicáveis a todas as entidades do Grupo.

Informações corporativas

O controle corporativo da área de risco operacional e tecnológico tem um sistema de informação para gestão de risco operacional que fornece os principais elementos de dados de risco do Grupo. As informações disponíveis de cada país na área de risco operacional são reforçadas para que você obtenha uma visão geral com as seguintes características:

- Dois níveis de informação: das empresas com informações consolidadas e outras individualizada para cada país.
- Difusão das melhores práticas entre as países/unidades do Grupo, obtidos através do estudo combinado dos resultados derivativos de análise qualitativa e quantitativa do risco operacional.

Especificamente, produz informações sobre os seguintes aspectos:

- ✓ Modelo de gestão de risco operacional do Grupo e para as principais unidades e regiões geográficas do Grupo.
- ✓ Perímetro de gestão do risco operacional.
- ✓ Análise dos eventos internos do Banco de dados e eventos externos relevantes.
- ✓ Análise dos riscos mais relevantes decorrentes do operacional e tecnológico arrisca SAQ.
- ✓ Avaliação e análise de indicadores de risco.
- ✓ Medidas atenuantes gerenciamento ativo.
- ✓ Planos de planos de continuidade de negócios e contingência.
- ✓ Marco regulatório: BIS II.
- ✓ Seguro.

Esta informação serve como base para satisfazer requisitos de *reporting* para o delegado de Comissão de risco, Alta Administração, reguladores, agências de *rating*, etc.

Seguro na gestão do risco operacional

O Grupo considerou o seguro de um elemento-chave na gestão do risco operacional. Desde 2004, a área responsável por risco operacional está trabalhando estreitamente com a área responsável pela gestão de seguros do Grupo em todas as atividades que envolvem melhorias em ambas as áreas. A título de exemplo, incluem o seguinte:

- Colaboração na exposição do modelo de controle e gestão de risco operacional no Grupo de seguros e resseguros.
- Análise e acompanhamento das recomendações e sugestões para melhoria dos riscos operacionais que são ditadas pelas seguradoras, através de auditorias anteriores realizados por empresas especializadas, bem como sua implementação subsequente.
- Intercâmbio de informações geradas em ambas as áreas, a fim de reforçar a qualidade das bases de erros e o perímetro da cobertura das apólices de seguro de risco operacional diferente.
- Estreita colaboração do local responsável por risco operacional com coordenadores locais de seguros, para reforçar a mitigação do risco operacional.
- Reuniões regulares para informar sobre atividades específicas e Estados de situação e projetos em ambas as áreas.
- Participação ativa de ambas as áreas na tabela de *sourcing* global seguros, máximo órgão técnico do Grupo para a definição de estratégias de cobertura e seguro.

9 . RISCO DE CONFORMIDADE E REPUTACIONAL

9.1 Definições e objetivo

O risco de conformidade é o risco de receber sanções, econômicas ou não, ou ser objeto de um outro tipo de ação disciplinar pelos órgãos de supervisão como resultado por infringir as leis, regulamentos, regras, padrões de auto-regulação da organização ou códigos de conduta aplicável à atividade.

O risco reputacional é a vinculado à percepção que têm diferentes Grupos de interesse com que se relaciona, tanto internos como externos, no desenvolvimento da sua atividade, e que podem ter um impacto negativo sobre os resultados ou as expectativas do desenvolvimento de negócios do Grupo. Inclui, entre outros, legais, aspectos financeiros, éticos, sociais e ambientais.

O objetivo do Grupo no que tange ao risco de conformidade é que: (i) seja minimizada a probabilidade de ocorrência de irregularidades; e (ii) que as irregularidades que possam eventualmente ocorrer sejam identificadas, relatadas e sanadas rapidamente. Quanto o risco reputacional, tendo em conta a diversidade das fontes que podem ser derivadas, o objetivo da gestão é identificá-los e garantir que eles sejam devidamente servidos de modo que sua probabilidade seja reduzida e seu eventual impacto mitigado.

9.2. Modelo organizacional e governança corporativa

No exercício da sua função de supervisão geral, o Conselho de Administração do Banco é responsável por aprovar a política geral de riscos. No campo dos riscos de conformidade e reputação, o Conselho é o proprietário do código geral de conduta do Grupo, a política global de prevenção do lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo e a política de comercialização dos produtos e serviços.

A Comissão responsável prlos riscos propõe a política de riscos ao Conselho do Grupo. Além disso, como o organismo responsável pela gestão global de risco, valoriza o risco reputacional em seu âmbito de ação e decisão.

A Comissão de auditoria e conformidade tem como obrigatórias, entre outras, as funções de controle de conformidade com os requisitos legais, monitorar a eficácia do controle interno e o risco de sistemas de gestão, monitoramento de conformidade com o código de conduta do Grupo nos mercados de valores, manuais e procedimentos para a prevenção de lavagem de dinheiro e, em geral as regras de conformidade governo e banco e fazer as propostas necessárias para sua melhoria, bem como o cumprimento de revisão das ações e medidas resultantes de relatórios ou apresentações pelas autoridades administrativas de supervisão e controle.

O relatório de conformidade para a função do Conselho é permanente e é feito principalmente através da Comissão de auditoria e conformidade, que o diretor de conformidade de Grupo tem sido relatado em 12 reuniões que esta Comissão tem realizado em 2013. Também, durante 2013 diretor de conformidade informou em uma ocasião à Comissão responsável pelos riscos , sem prejuízo de sua participação nas sessões da Comissão quando submetido para as mesmas operações com impacto possível do ponto de vista de risco reputacional.

Finalmente, entre os órgãos registrados com competências básicas, comitês corporativos de conformidade normativa, de análise e resolução e comitês de marketing (estes dois últimos, especializados-se no seu assunto: prevenção de lavagem de capitais e comercialização de produtos e serviços), com um alcance global (em Geografia / todos os negócios) e tem seu espelho a nível local.

Desde a divisão de riscos aplicada na estrutura de controle de conformidade, é exercido na área abrangente de controle e validação interna dos riscos (CIVIR), ambos no exercício das suas funções para apoiar o associado do Comitê de riscos, a partir da zona de controle dos riscos não-financeiros, criado em 2013.

O modelo organizacional é construído ao redor da área corporativa de conformidade e risco reputacional, integrado na Secretaria da divisão geral, que confiou a gestão dos riscos de conformidade e reputação do Grupo. Dentro da área, cuja frente se encontra o diretor de conformidade do Grupo, se encontra o escritório corporativo de gestão de riscos reputacionais e a unidade corporativa de inteligência financeira (UCIF) com competências no domínio da prevenção do lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. Essa estrutura é replicada a nível local e também no negócio global, tendo sido estabelecida a comunicação funcional adequado à área corporativa.

9.3 Modelo do apetite ao risco

O Comitê encarregado dos riscos, na sua reunião de 22 de outubro de 2013, foi informado do modelo do apetite ao risco do aplicável a risco de conformidade e de reputação. Este modelo é caracterizado pelos seguintes três elementos:

- Parte de uma declaração expressa de apetite zero em termos de risco de conformidade e de reputação.
- O objetivo do Grupo em sua gestão é minimizar a incidência de riscos de conformidade e de reputação. Isto é realizado sistemática através do indicador de risco de conformidade e à reputação trilha resultando avaliação de matrizes preparada para cada país.
- Se realiza um acompanhamento trimestral por país no que tange o apetite ao risco.

A matriz de avaliação é alimentada com dados das comunicações recebidas mensalmente dos supervisores diferentes. Cada uma destas comunicações é atribuída uma pontuação de acordo com o risco que elas representam em termos de: (i) custos de multas; (ii) custos de reestruturação de processos; e (iii) efeito sobre a marca e o risco reputacional. Estas avaliações contrastaram com pontuações de conformidade de auditoria interna.

Ele é designado para cada unidade local, dependendo do seu lucro atribuído e o volume de ativos, com o qual você pode obter uma Pontuação conjunta para o Grupo de ponderação.

9.4. Modelo de gestão de risco

A responsabilidade primária da gestão de riscos de conformidade e reputação é compartilhada entre as diferentes unidades de negócio e apoio a realização das atividades, dando origem à área de risco e conformidade. A responsabilidade de desenvolver políticas e implementar controles apropriados é da a área de compliance, que também é responsável por aconselhar a alta administração sobre esta questão e promover uma cultura de respeito, tudo no âmbito de um programa anual, cuja eficácia é avaliada periodicamente.

Área gerencia diretamente os componentes básicos desses riscos (lavagem de capitais, códigos de conduta, comercialização de produtos, etc.) e vela os outros são corretamente compostos pela unidade do Grupo correspondente (responsável pelo financiamento, proteção de dados, reclamações de clientes, etc.), tendo estabelecido esta oportuna sistemas de controle e verificação.

A execução correta do modelo de gestão de riscos é supervisionada pelo controle abrangente e validação interna da área de risco. Além disso, entre suas funções, a auditoria interna realiza testes e verificações necessárias para verificar a conformidade com as regras e procedimentos estabelecidos no Grupo.

O elemento central do programa de conformidade de Grupo é o código geral de conduta. Este código, que inclui os princípios éticos e regras de conduta que regem as ações de todos os colaboradores do Grupo, é complementado em determinados materiais regulamentos confididos em códigos e manuais setoriais^[3].

Além disso, o código define: (i) as funções e responsabilidades para o cumprimento dos órgãos do governo e os endereços do Grupo afetado; (ii) as regras que regem as consequências da não-conformidade; e (iii) uma pista para a formulação e processamento de comunicações de ação supostamente ilegal.

Corresponde ao escritório corporativo de conformidade, sob a supervisão da Comissão de auditoria e conformidade e do Comitê de cumprimento, para assegurar a eficiência na implementação e no monitoramento do código geral de conduta.

A Comissão da conformidade normativa, presidida pelo secretário-geral do Grupo, tem jurisdição em todas as questões inerentes à função de conformidade, sem prejuízo daqueles atribuídos aos dois organismos especializados existentes na área (Comitê Corporativo de marketing no que diz respeito à comercialização de produtos e serviços e a Comissão para análise e resolução sobre prevenção do lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo). É composto por representantes da Secretaria-geral, auditoria interna, recursos humanos, gestão financeira e unidades de negócios mais diretamente afetadas.

Para a gestão de riscos de conformidade e de reputação, direção de conformidade do Grupo atribuiu as seguintes funções:

1. Realizar a implementação do código geral de conduta e outros códigos aplicáveis e manuais setoriais do Grupo.
2. Supervisionar a atividade de treinamento sobre o programa de conformidade que executam a direção de recursos humanos;
3. Conduzir as realizadas sobre a possível Comissão de atos de violação e solicitação da assistência da auditoria interna e propor à Comissão de irregularidades sanções eventualmente aplicáveis;
4. Colaborar com a auditoria interna em revisões periódicas por ela realizadas no que tange o cumprimento do Código Geral e dos códigos manuais setoriais, sem prejuízo as revisões periódicas que, sobre a matéria de conformidade normativa, se realize diretamente a direção de conformidade;
5. Receber e processar reclamações realizadas por funcionários ou por terceiros através do canal de denúncias;
6. Auxiliar na resolução de questões que possam surgir na aplicação de códigos e manuais;
7. Elaborar um relatório anual sobre a execução do programa de conformidade, que apresentará à Comissão de auditoria e conformidade;
8. Relatar periodicamente para o secretário-geral, a auditoria e Comitê de Compliance e o Conselho de Administração sobre a implementação da política de conformidade e a implementação do programa de conformidade;
9. Anualmente avaliar as mudanças que são conveniente para inserir o programa de conformidade, especialmente no caso de detectado não regulamentadas de áreas de risco e procedimentos podem ser melhorados e propõem alterações à Comissão de auditoria e conformidade.

Em relação aos códigos e manuais setoriais, o programa de conformidade coloca seu foco, entre outros, nas seguintes áreas operacionais:

- Prevenção do lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.

^[3] Referem-se a parte dos códigos manuais e setoriais constantes no Manual de Prevenção a Lavagem de Dinheiro e de Financiamento ao Terrorismo, ao Código de Conduta dos Mercados de Valores, no Manual de Procedimentos para Venda de Produtos Financeiros, no Código de Conduta para Atividades de Análises, no Manual de Conduta no uso de Tecnologias da Informação e Comunicação, no Manual de Condutas na Gestão de Imóveis, no Manual de Condutas de Gestão de Compras, etc, assim como nas notas e Circulares que estabelecerem pontos concretos dos referidos códigos e Manuais.

- Marketing de produtos e serviços.
 - Conduta nos mercados de valores mobiliários.
- Relacionamento com órgãos reguladores e supervisores.
- Elaboração e divulgação de informações institucionais do Grupo.

Prevenção do lavagem de capitais e financiamento do terrorismo

Políticas

Para o Grupo, como uma organização socialmente responsável, constitui um objetivo estratégico de ter um sistema de prevenção de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo avançado e eficiente, permanentemente adaptado para as normas internacionais mais recentes e com capacidade de lidar com o surgimento de novas técnicas por organizações criminosas.

A função de prevenção do lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo é articulada com base em políticas que definam padrões mínimos a serem observados pelas unidades do Grupo e é formulada em conformidade com os princípios contidos no Grupo de financeira internacional (GAFI) de ação 40 recomendações e obrigações e os princípios da Diretiva 2005/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho 26 outubro de 2005, relativas à prevenção da utilização do sistema financeiro para lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Políticas corporativas e os regulamentos que desenvolvem-lo são obrigatórios em todas as unidades do Grupo ao redor do mundo. Neste sentido, deve ser entendida por todos os bancos de unidades, filiais, departamentos ou filiais do Grupo, tanto na Espanha e no exterior que, de acordo com a sua forma jurídica, devem ser sujeitos a regulamento sobre prevenção do lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.

Governance e organização

A organização da função da prevenção do lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo baseia-se em três figuras: do Comitê análise e resolução (CAR) unidade corporativa de inteligência financeira (UCIF) responsável pela prevenção em diferentes níveis.

O CAR é uma extensão corporativa Chartered, presidida pelo secretário-geral do Grupo e órgão composto por representantes da auditoria interna, Secretaria-geral, recursos humanos, bem como as unidades de negócios mais diretamente afetados. Em 2013, o carro tem realizou quatro reuniões.

O UCIF tem a função de estabelecer, coordenar e monitorar sistemas e procedimentos para a prevenção do lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo em todas as unidades do Grupo.

Também são responsáveis pela prevenção do lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo em quatro diferentes níveis: área, unidade, escritório e conta. Em cada caso, eles têm como missão para o apoio da UCIF de uma posição de proximidade com os clientes e operações.

A nível consolidado, desenvolvida no Grupo a função da prevenção do lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, um total de 781 profissionais - deles, três quartos fazê-lo com dedicação exclusiva-catering para 173 unidades diferentes em 36 países.

O Grupo estabeleceu em todas as suas unidades e áreas de negócio sistemas corporativos baseados em aplicativos de computador de exploração descentralizada que permitem apresentar para os escritórios da conta ou gerentes de relacionamento, diretamente, as operações e clientes que precisam ser analisados pelo seu risco. As ferramentas acima são complementadas com outra utilização centralizada que são exploradas por equipes de analistas das unidades de prevenção, que, de acordo com determinados perfis de risco e o esgotamento de certas diretrizes de comportamento operacional dos clientes, permitem a análise, proativamente identificando e rastreando as operações susceptíveis de ser ligada ao lavagem de capitais ou financiamento do terrorismo.

O Grupo é membro fundador do Grupo chamado de *Wolfsberg*, que parte junto com outros dez grandes bancos internacionais. O objetivo do Grupo é o estabelecimento de normas internacionais que permitem aumentar a eficácia dos programas de prevenção do lavagem de capitais e financiamento do terrorismo na comunidade financeira. Neste sentido, desenvolveram-se diversas iniciativas que abordaram temas como a prevenção de lavagem de dinheiro em private banking, correspondente bancário e o financiamento do terrorismo, entre outros. As autoridades reguladoras e especialistas na área consideram esse Grupo *Wolfsberg* e seus princípios e diretrizes são um passo importante na luta para combater a lavagem de dinheiro, corrupção, terrorismo e outros crimes graves.

Marketing de produtos e serviços

Políticas

No Grupo de gestão do risco que poderia surgir de uma venda indevida de produtos ou da prestação incorreta dos serviços pelo Grupo é conduzida em conformidade com políticas corporativas de marketing de produtos e serviços.

Essas políticas corporativas destinam-se a definir um quadro único corporativo para todas as localidades, todas as empresas e cada entidade: (i) reforço das estruturas organizacionais; (ii) assegurar que os comitês de decisão prezem, não somente pela aprovação dos produtos ou serviços, mas também pelos seguimento durante toda sua duração; e (iii) estabelecer diretrizes para a definição de critérios e procedimentos homogêneos para todo o Grupo na comercialização de produtos e serviços, cobrindo todas as fases (serviço de admissão, pré-venda, venda e acompanhamento ou pós-venda).

Desenvolvimentos e adaptações específicas destas políticas para as realidades locais e os requisitos normativos locais são feitas por meio de regulamentos internos locais em diversas unidades do Grupo, a autorização prévia da área corporativa de conformidade e riscos à reputação.

Governance e organização

A organização da gestão do risco que poderia decorrer de uma inadequada do marketing de produtos ou serviços é efetuada pelas comissões locais e das empresas de marketing, o Comitê Consultivo global, Comitê de acompanhamento das empresas e os escritórios corporativos e locais de gestão de riscos à reputação.

Comitê de Marketing Corporativo (CCC) é o mais alto órgão de decisão do Grupo em termos de adoção de produtos e serviços e é presidido pelo secretário-geral do Grupo e composto por representantes das divisões de riscos, gestão financeira, tecnologia e operações, secretário-geral, general intervenção e controle, auditoria interna, banca comercial, bancário global por atacado e banca privada e gerenciamento de ativos e seguros.

O CCC considerado especialmente o produto ou serviço de adequação ao contexto onde ele será comercializado, com especial atenção para:

- Que cada produto ou serviço seja vendido por representantes aptos.
- Que informações necessárias e adequadas sejam fornecidas aos clientes.
- Que o produto ou serviço se enquadra no perfil de risco do cliente.

- Que cada produto ou serviço se destina para o mercado certo, não só por razões de tipo legal ou fiscal, mas tendo em vista a cultura financeira dos mesmos.
- Para garantir a conformidade com as exigências das políticas corporativas de comercialização e, em geral, com estatuto interno ou externo.

Ao mesmo tempo, os Comitês locais de marketing (CLC), canalizada para as propostas de CCC para aprovação de novos produtos - depois de emitir um parecer favorável, como inicialmente eles não delegaram - quem aprovar sem novos produtos e campanhas de marketing criadas localmente. Processos de aprovação respectiva em comitês de marketing atuam com foco em riscos, na dupla perspectiva do Banco/cliente.

O Comitê Consultivo global (CGC) é o órgão consultivo corporativo de marketing Comitê e é composto por representantes das áreas que fornecem a visão de riscos, regulação e mercado. O GCC, que mantém suas sessões em uma base trimestral estimada, pode recomendar a revisão de produtos que podem ser afetados por mudanças nos mercados, perda de valor de solvência (país, setores ou empresas) ou por alterações no modo de exibição que mercados do Grupo a médio e longo prazo.

As retribuições e monitoramento (CCS) é o órgão de decisão do Grupo em termos de produtos e serviços de rastreamento. É presidido pelo secretário-geral e auditoria interna envolvida, legal, conformidade, atenção ao cliente e as áreas de negócios afetadas (com representação permanente da rede de concessionários). Ele realizou suas reuniões semanais e nelas gerado e resolver questões específicas relacionadas com a comercialização de produtos e serviços, ambos localmente e as unidades do Grupo fora da Espanha.

O escritório corporativo de gestão de risco reputacional (OCGRR) visa fornecer as informações necessárias para realizar aos órgãos governamentais relevantes: (i) uma análise de risco adequada na aprovação, com uma visão dupla: impacto sobre o Banco e o impacto no cliente; e (ii) monitoramento de produtos ao longo do seu ciclo de vida.

A nível local, há escritórios de gestão de risco reputacional criado, que são responsáveis por promover a cultura e garantir a aprovação e acompanhamento do item funções para desenvolver em seus respectivos localmente em consonância com as diretrizes corporativas.

Comportamento no mercado de valores

Política

Trata-se do código de conduta nos mercados de ações, complementada, entre outros, o código de conduta para a análise da atividade, o *research policy manual* e o procedimento para a detecção, análise e comunicação do agente suspeito de abuso de mercado.

Governance e organização

A organização gira em torno de conformidade de escritório corporativo junto com conformidade local com direções e as filiais.

As funções da direcção da conformidade em relação às regras de conduta nos mercados de ações são as seguintes:

1. Registo e controle informações confidenciais conhecido ou gerados no Grupo;
2. Manter listas de valores afetados, iniciadas as pessoas e monitorar as operações com esses valores;
3. Monitorar os valores operacionais restringidos de acordo com o tipo de atividade, portfólio ou coletivos que restrição é aplicável;
4. Receber e cuidar das comunicações e os pedidos de autorização de operações por conta própria;

5. Controlar as operações do assunto de assalariados;
6. Gerenciar predefinições;
7. Resolver as dúvidas que possam surgir sobre o código de conduta nos mercados de valores mobiliários (CCMV);
8. Registre-se e resolver conflitos de interesse e as situações que podem levar a eles;
9. Avaliar e gerenciar os conflitos que possam surgir nas atividades de análise;
10. Manter os arquivos necessários para o controle do cumprimento das obrigações constantes do CCMV;
11. Desenvolver contatos regulares com os reguladores;
12. Para organizar a formação e, em geral, realizar as ações necessárias para a implementação do CCMV;
13. Analisar possíveis ações suspeitas constituem abuso de mercado e, se for caso disso, relatá-los às autoridades de supervisão.

Prevenção criminal

A direção da conformidade do Grupo também confiou a gestão do modelo de prevenção de riscos criminais que causada pela entrada em vigor da lei 5/2010 orgânico, que introduziu a responsabilidade penal das pessoas coletivas para crimes cometidos por conta e lucro pelos administradores ou representantes e funcionários como resultado da falta de controle.

Nos últimos meses de 2013 tem sido realizado um processo de revisão do modelo de prevenção de riscos criminais do Grupo por um especialista externo, que se tem verificado: i) a aplicação efetiva das regras internas do Grupo, ii) a existência de um medidas gerais de controle e; iii) a existência de meios de controle de natureza específica. A conclusão foi satisfatória. Também, monitoramento do projeto de reforma do código penal é realizado atualmente pendente, a fim de antecipar o máximo possível o trabalho de adaptação.

Relação com os supervisores e divulgação de informações ao mercado

A direção da conformidade é confiada a atenção das necessidades de informações das agências reguladoras ou supervisores ambos espanhol e de outros países em que atua, o Grupo de acompanhamento da implementação das medidas que são consequência de relatórios ou apresentações de inspeção, organismos de e a supervisão da maneira em que o Grupo difunde-se em informações de mercados institucionais com transparência e em conformidade com as exigências dos reguladores. Em cada sessão, a Comissão de auditoria e conformidade é informado das principais questões.

10. CAPITAL

10.1 Adaptação ao novo marco regulatório

Em 2014 entra em vigor os regulamentos conhecidos como Basileia III, que define novos padrões globais de capital e liquidez para instituições financeiras.

Do ponto de vista do capital, Basileia III redefine o que é considerado como capital disponível em instituições financeiras (incluindo novas deduções e levantando os requisitos dos instrumentos de patrimônio líquido computável), aumenta o capital mínimo obrigatório, exige que as instituições financeiras a trabalhar permanentemente com excessos de capital (*buffers do capital*) e adiciona novos requisitos considerados riscos.

O Grupo compartilha o derradeiro objetivo prosseguido pelo controlador com esta nova estrutura, que é proporcionar maior solidez e estabilidade do sistema financeiro internacional. Neste sentido, há anos ele colaborou em estudos de impacto promovidos pelo Comitê de Basileia e a Autoridade Bancária Europeia (EBA) e coordenado localmente pelo Banco de Espanha para calibrar com as novas regras.

Na Europa, a nova legislação introduziu através da Diretiva 2013/36/CEE, conhecido como "CRD IV" e o seu regulamento interno ("RRC") que é diretamente aplicável em todos os Estados da UE (*Single Rule Book*). Além disso, estas regras são sujeitas a regulamentar confiada a *European Banking Authority* (EBA), alguns dos quais serão produzidos nos meses/anos seguintes.

Este regulamento entra em vigor 1 de janeiro de 2014, com muitos padrões sujeitos a horários de implementação diferente. Nesta fase de transição de implementação principalmente afeta a definição de recursos computáveis como capital e termina no final de 2017, exceto a dedução de créditos de impostos diferidos, cujo calendário é prolongado até 2023.

Na sequência da transposição legal Europeu, o Comitê de Basileia tem continuado a publicação de normas complementares, alguns deles como consulta pública, o que resultará em uma futura modificação da Diretiva CRD IV e seus regulamentos. O Grupo vai continuar a apoiar os órgãos reguladores, com suas opiniões e participação em estudos de impacto.

O Grupo atualmente possui um sólido índices de capital, apropriado para seu modelo de negócio e seu perfil de risco que, juntamente com a considerável capacidade do Grupo para gerar capital de forma orgânica e calendário de implementação gradual dos novos requisitos referidos nos regulamentos, colocou-o na posição de cumprir Basileia III.

Em relação ao risco de crédito, o Grupo continua seu plano de implementação da abordagem avançada dos modelos internos de Basileia (AIRB) para quase todos os bancos do Grupo, para cobrir uma porcentagem da exposição líquida da carteira de crédito sob estes modelos superiores a 90%. O cumprimento deste objetivo a curto prazo é condicionado também pelas compras de novas entidades, bem como a necessidade de coordenação entre os supervisores dos processos de validação de modelo interno. O Grupo está presente em áreas geográficas onde o quadro jurídico entre supervisores é o mesmo, como na Europa, através da política do Capital. No entanto, em outras jurisdições, o mesmo processo é sujeito o quadro de cooperação entre a origem e de acolhimento com legislações diferentes, supervisor, que, na prática, significa adaptar-se a diferentes critérios e horários para conseguir a autorização de uso de modelos numa base consolidada.

Com este objetivo, o Grupo continuou durante 2013 com projeto de implementação gradual das plataformas tecnológicas e desenvolvimentos metodológicos necessários para permitir a aplicação progressiva dos modelos internos para cálculo de capital regulatório no resto das unidades do Grupo. Atualmente, o Grupo tem supervisor de autoridade para o uso de *avançada para o cálculo dos requisitos de capital regulatórios para risco de crédito* para a matriz e principais entidades subsidiárias de Espanha, Reino Unido, Portugal, e abordagens determinadas carteiras no México, Brasil, Chile, Santander Consumer Finance Espanha e Estados Unidos. A estratégia do Grupo de Basileia é focada para alcançar o uso de modelos nas principais instituições na América e Europa.

Em termos de risco operacional, o Grupo atualmente usa a abordagem padrão de cálculo de capital regulatório e até 2014 o Grupo começou um projeto para evoluir uma abordagem aos modelos avançadas (AMA), uma vez que você coletou o suficiente com base no seu próprio modelo de informação de gestão. O Grupo considera que o desenvolvimento do modelo interno deve basear-se principalmente na experiência acumulada na gestão da entidade através das orientações e critérios corporativos depois de assumir o controle e é apenas uma marca registrada do Grupo.

Em relação aos outros riscos se refere explicitamente a Pilar I de Basileia, no mercado de risco é tem autorização para o uso de seu modelo interno para a atividade de negociação de títulos do tesouro em Espanha, Chile, Portugal e México, continuando com o plano de implementação gradual para o resto das unidades apresentadas ao Banco de Espanha.

No que diz respeito ao Pilar II, o Grupo usa uma abordagem de capital econômico para a quantificação do seu perfil de risco global e a posição de solvência dentro do processo de auto-avaliação do capital detido a nível consolidado (PAC ou ICAAP) em inglês. Este processo inclui planejamento de capital regulatório e econômico sob vários cenários econômicos alternativos, a fim de garantir que os objetivos internos de solvência são satisfeitos mesmo sob cenários adversos plausíveis mas pouco prováveis. Além do exercício complementado com gerenciamento de risco qualitativo e descrição de sistemas de controle interno, é analisado por auditoria interna e equipes de validação interna e é sujeita a um regime de governança corporativa que culmina com a sua aprovação pelo Conselho de Administração do Grupo, que também fornece anualmente os elementos estratégicos relacionados com o apetite de risco e metas de solvência.

O Grupo, de acordo com os requisitos de capital que marca a Diretiva Europeia e as normas do Banco de Espanha, publicado anualmente relevância prudencial de relatório. Este relatório encarna a transparência para as exigências do mercado em geral chamado Pilar III. O Grupo encontra que os requisitos de divulgação de informações ao mercado são fundamentais para complementar os requisitos mínimos de capital que requer a Pilar que eu e a revisão do processo supervisor que é feito através do Pilar II. Neste sentido, ela está incorporando em seu relatório de Pilar III as recomendações feitas pela *European Banking Authority* (EBA) tornar-se uma referência internacional em matéria de transparência ao mercado, como já acontece com o seu relatório anual.

Paralelamente ao processo de implementação de modelos avançados nas diferentes unidades do Grupo, realiza um processo de formação contínua em todos os níveis da organização que atinge um número significativo de profissionais de todas as áreas e divisões, com especial ênfase para os mais impactados pelas mudanças decorrentes da adoção das novas normas internacionais em matéria de capital de Basileia.

10.2 Capital econômico

Capital econômico é o capital necessário, de acordo com um modelo desenvolvido internamente, para suportar todos os riscos da atividade, com um certo nível de solvência. No caso do Santander, o nível de solvência é determinado pelo objetivo de avaliação a longo prazo AA-/A+, que envolve a aplicação de um nível de confiança de 99,95% (99,90% reguladoras) para calcular o capital necessário.

Como um complemento para a abordagem regulatória, a capital econômica do modelo Grupo inclui em sua medição todas as mais importantes riscos incorridos em sua operação, portanto considerada riscos como concentração, interesse estrutural, negócios, Pensões e outros que estão fora do âmbito do chamado pilar 1 regulamentares. Além disso, a capital econômica incorpora o efeito da diversificação, que no caso do Grupo Santander é a chave, pela natureza multinacional e multi business da sua atividade, para determinar o perfil global de risco e solvência.

A comparação entre os requisitos de capital regulatórios e econômico é distorcida pelo fato de que existem riscos, como o comércio e outros, que regulatoriamente são apresentados como deduções de computável capital de base, ao invés de incluí-los como requisitos de capital. Da mesma forma, as necessidades de capital econômico para esses riscos podem ocorrer como uma dedução da base de capital interna (segundo o modo de regulamentação) ou como parte dos requisitos de capital econômico, que é a escolha internamente. Além disso, como já vimos, são incorporados em medir os riscos que não estão presentes na abordagem (os chamados riscos Pilar II) regulamentar.

O conceito de diversificação é fundamental para mensurar e compreender corretamente o perfil de risco de um Grupo de atividade global como Santander. A atividade de negócio do Grupo a ser desenvolvido em vários países através de uma estrutura de entidades jurídicas diferenciadas, com uma variedade de segmentos de clientes e produtos e também incorrer em vários tipos de risco, faz com que os resultados do Grupo menos vulnerável a situações adversas em alguns mercados, carteiras, clientes ou riscos particulares. Ciclos econômicos, apesar do alto grau da atual globalização das economias, não são os mesmos e não tem a mesma intensidade em diferentes áreas geográficas. Desta forma, Grupos globais tem maior estabilidade em seus resultados e maior resistência à possível crise de mercados ou carteiras específicas, que se traduz em um risco mais baixo. Ou seja, o risco e o capital econômico associado que ofereça suporte ao Grupo como um todo, é menor do que o risco e o capital da soma das partes consideradas separadamente.

Finalmente, dentro de medição e agregação de modelo de capital econômico, é também considerado o risco de concentração para carteiras de caráter atacado (grandes empresas, bancos e soberanos), na sua dimensão de exposição concentração geográfica ou setorial. A existência de concentração geográfica ou produto em carteiras de varejo é capturada através da aplicação de um modelo de correlação apropriadas.

Capital econômico é um instrumento fundamental para a gestão interna e o desenvolvimento da estratégia do Grupo, tanto do ponto de vista da avaliação da solvência dos portfólios e gerenciamento de riscos de negócios.

Do ponto de vista da solvência, o Grupo usa no contexto de Basileia II Pilar, seu modelo econômico para o processo de auto-avaliação da capital. Então, planejamento para a evolução dos negócios e capital precisa sob um cenário central e cenários alternativos de stress. Este Grupo de planejamento garante manter suas metas de solvência mesmo em cenários econômicos adversos.

Também métricas de capital econômicas, permitir a avaliação dos objetivos de rentabilidade, precificação de operações com base na avaliação dos riscos da viabilidade econômica de projetos, unidades ou linhas de negócios, com o objetivo de maximizar valor para os acionistas.

Planejamento de capital e estresse exercícios

Exercícios de stress capital ganharam importância especial como ferramenta de avaliação de risco dinâmico e a solvência dos bancos. Um novo modelo de avaliação, com base em uma abordagem dinâmica (*forward looking*) está se tornando uma parte fundamental da análise da solvência das instituições.

Ele é uma avaliação futura, baseada em cenários tanto macroeconômica como idiossincrática que são baixa probabilidade, mas plausível. Portanto, é necessário ter modelos de planejamento robusto, capaz de mover os efeitos definidos nos cenários previstos, os diferentes elementos que influenciam a solidez da entidade.

Os exercícios de stress capital final consiste na realização de uma avaliação abrangente dos riscos e a solidez das instituições, determinando possíveis requisitos de capital, onde estas são necessárias, quebrando as entidades definidos objetivos da capital, normativo e interno.

Em particular, o Banco Central Europeu (BCE) anunciou que o atual processo de *Comprehensive Assessment* que ocorrem ao longo do ano de 2014, antes da tomada de posse como um único supervisor (único mecanismo de supervisão ou SSM) por sua sigla em inglês culminará com um exercício no stress que realizam a Autoridade Bancária Europeia (EBA, por sua sigla em inglês), em colaboração com o BCE e é esperado para terminar antes de novembro de 2014. O objetivo deste processo é a eliminar eventuais dúvidas sobre a solvência do sistema bancário europeu e proporcionar transparência sobre a fortaleza e a solidez das instituições, tomando as medidas necessárias (incluindo eventualmente necessidades adicional capital) onde os resultados do exercício bem como exigem-lo.

Em particular, o próximo período de estresse terá lugar num total de 124 entidades cobrindo pelo menos 50% do setor bancário em cada país, medido em termos de ativos. Você vai ser feita em um horizonte de tempo de três anos e avaliar os riscos materiais para a solidez das instituições, incluindo o mercado, crédito, securitização, soberanos riscos e o custo do financiamento.

Os objetivos da capital, medido em termos de *Common Equity Tier 1* solvência é estimada será de 8% para o cenário base e 5,5% para o cenário adverso. Espera-se que os resultados devem ser publicados no final de outubro de 2014.

Como ponto de partida para o exercício e o estresse dentro também, por sua vez, do processo de *Comprehensive Assessment*, o BCE irá realizar durante todo o ano 2014 uma análise detalhada dos balanços e a qualidade dos ativos das entidades (*Asset Quality Review*).

O Grupo tem definido um processo de planejamento de capital não só para responder às diferentes exercícios regulamentares e estresse, mas como uma ferramenta chave integrado na gestão e na estratégia do Banco.

Esforço interno e capital planejamento processo visa garantir a adequação do capital atual e futuro, mesmo antes, embora plausível cenários econômicos adversos. Para este, a partir da situação inicial do Grupo (definido por suas demonstrações financeiras, sua base de capital, risco de parâmetros e suas taxas regulamentares), os resultados esperados da entidade são estimados para ambientes de negócio diferentes (incluindo as recessões graves, bem como ambientes macroeconômicos "normal") e projetados ao longo de um período geralmente de três anos, obtêm-se os índices de solvabilidade do Grupo.

O processo implementado oferece uma visão abrangente do capital do Grupo para o horizonte de tempo analisado e em cada um dos cenários definidos. Esta análise incorpora as métricas de capital regulatórias, econômicas capital e capital disponível. Este processo facilita a realização do final objetivo almejado capital planejamento, tornar-se um elemento de importância estratégica para o Grupo:

- Garante a solvabilidade da capital, atual e futuro, antes mesmo de cenários econômicos adversos.
- Permite o gerenciamento abrangente da capital e inclui uma análise de impactos específicos, facilitando a sua integração no planejamento estratégico do Grupo.
- Permite para melhorar a eficiência no uso de capital.
- Suporta o desenho da estratégia de gestão de capital do Grupo.
- Facilita a comunicação com o mercado e supervisores.

Além disso, todo o processo é desenvolvido com o máximo de envolvimento da alta administração e fechar a supervisão, bem como no âmbito de uma estrutura que garante que o governo é o ideal e que todos os elementos que compõem o mesmo estão sujeitos a níveis adequados de questionamento (*challenge*), revisão e análise.

Um dos elementos-chave para os exercícios de planejamento de capital e análise de stress, devido à sua especial relevância na projeção das demonstrações consolidadas do resultado, sob os cenários adversos definido, consiste no cálculo das provisões que serão necessários no âmbito desses cenários, produzidos principalmente para cobrir as perdas de carteiras de crédito. Em particular, para o cálculo das provisões para dívidas da carteira de crédito, o Grupo Santander utiliza uma metodologia que garante que, a qualquer momento, há um nível de provisões que abrangem todas as perdas de crédito a partir de seus modelos internos de perdas esperadas.

Esta metodologia é amplamente aceita e é semelhante ao utilizado em anteriores períodos de stress (por exemplo, exercício de stress do EBA em 2011 ou o teste de resistência do setor bancário espanhol em 2012).

Finalmente, capital de planejamento e análise do processo de estresse culmina com a análise de solvência sob diferentes cenários projetados e ao longo do horizonte de tempo definido. Para avaliar a adequação de capital e certifique-se de que o Grupo satisfaz ambos com capitais objetivos definidos internamente como com todos os requisitos regulamentares.

Durante a recente crise econômica, o Grupo passou por quatro testes de estresse (estresse exercícios) que demonstrou sua força e credibilidade antes mais extremos e graves resultados macroeconômicos. Todos eles refletiu que, graças principalmente ao modelo de negócios e a diversificação geográfica das existentes no Grupo, Banco Santander iria continuar gerando lucro para seus acionistas e que satisfaçam os mais rigorosos requisitos normativos.

RORAC e geração de valor

O Grupo utiliza em sua metodologia de gestão de risco RORAC desde 1993, com as seguintes finalidades:

- Cálculo do consumo de capital econômico e retorno no mesmo Grupo, bem como segmentos, unidades de negócios de clientes ou bolsas, a fim de facilitar a alocação ótima de capital econômico.
- O consumo de orçamento de capital e unidades de negócios RORAC de Grupo.
- Análise e preços no processo de tomada de decisões sobre as operações (admissão) e clientes (acompanhamento).

Metodologia RORAC permite que você compare, de forma uniforme, o desempenho das operações, clientes, portfólios e negócio, identificar aqueles que obteve um retorno para o risco de exceder o custo do capital do Grupo, assim, alinhando a gestão de risco e o negócio com a intenção de maximizar o valor, objetivo final da diretoria do Grupo.

Além disso, o Grupo avalia periodicamente o nível e a evolução da criação de valor (CV) e a rentabilidade fixada em risco (RORAC) do Grupo e suas unidades de negócios principais. O CV é o benefício gerado acima o custo do capital econômico (CE) e é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$CV = \text{lucro} - (\text{CE} \times \text{metade custo de capital})$$

Benefício utilizado é obtido no lucro contábil, fazendo ajustes para coletar somente essa renda recorrente que obtém de cada unidade no âmbito da sua atividade.

Se uma operação ou portfólio ganha um retorno positivo, você está contribuindo para os lucros do Grupo, mas isso só criará valor para os acionistas quando o retorno excede o custo de capital.

Durante 2013 o comportamento das unidades de negócio na criação de valor foi desigual, embora prevalece a diminuição da criação de valor. Os resultados do Grupo e, conseqüentemente, a criação de RORAC e valor, figuras são condicionadas pela fraqueza do ciclo econômico em várias unidades do Grupo na Europa e especialmente na Espanha.

Anexo I

Empresas controladas do Banco Santander, S.A. (1)

Sociedade	Domicílio	% Participação do Banco		% Direito a voto (c)		Atividade
		Direta	Indireta	2013	2012	
2 & 3 Triton Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
A & I CF (Guernsey) Limited (e)	Guernsey	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
A & L CF (Jersey) Limited (e)	Jersey	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
A & L CF December (1) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
A & L CF December (10) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
A & L CF December (11) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
A & L CF June (1) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
A & L CF June (2) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
A & L CF June (3) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
A & L CF June (8) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
A & L CF March (1) Limited (b)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
A & L CF March (5) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
A & L CF March (6) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
A & L CF September (3) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
A & L CF September (4) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
A & L CF September (5) Limited (b)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
A N (123) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
A N Loans Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
A&L Services Limited	Isla Man	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Abbey Business Services (India) Private Limited	India	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Abbey Covered Bonds (Holdings) Limited	Reino Unido	-	(b)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Abbey Covered Bonds (LM) Limited	Reino Unido	-	(b)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Abbey Covered Bonds LLP	Reino Unido	-	(b)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Abbey National (America) Holdings Inc.	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Abbey National (America) Holdings Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Abbey National (Holdings) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Abbey National Beta Investments Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Abbey National Business Office Equipment Leasing Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
Abbey National Financial Investments 3 B.V.	Países Baixos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Abbey National Financial Investments 4 B.V.	Países Baixos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Abbey National GP (Jersey) Limited	Jersey	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Abbey National International Limited	Jersey	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCO
Abbey National Investments (b)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Abbey National Investments Holdings Limited (b)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY

Sociedade	Domicílio	% Participação do Banco		% Direito a voto (c)		Atividade
		Direta	Indireta	2013	2012	
Abbey National Legacy Holdings Limited (b)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Abbey National Legacy Limited (b)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Abbey National Nominees Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE VALORES
Abbey National North America Holdings Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Abbey National North America LLC	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Abbey National Pension (Escrow Services) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	ADMINISTRADORA DE FUNDOS DE PENSÃO
Abbey National PLP (UK) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Abbey National Property Investments	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Abbey National Securities Inc.	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE VALORES
Abbey National September Leasing (3) Limited (b)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
Abbey National Treasury Investments	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Abbey National Treasury Services (Transport Holdings) Limited (b)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Abbey National Treasury Services Investments Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Abbey National Treasury Services Overseas Holdings	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	99,99%	HOLDING COMPANY
Abbey National Treasury Services plc	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCO
Abbey National UK Investments	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Abbey Stockbrokers (Nominees) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE VALORES
Abbey Stockbrokers Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE VALORES
Ablasa Participaciones, S.L.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Ablasa Participações S.A.	Brasil	0,00%	75,25%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Administración de Bancos Latinoamericanos Santander, S.L.	Espanha	24,11%	75,89%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Aevis Europa, S.L.	Espanha	68,80%	0,00%	88,80%	-	CARTÕES
Afisa S.A.	Chile	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	GESTORA DE FUNDOS
Agrícola Tabaibal, S.A.	Espanha	0,00%	74,23%	100,00%	100,00%	AGRICULTURA E PECUARIA
AKB Marketing Services Sp. Z.o.o.	Polónia	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	MARKETING
AL (ROUTH) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	-	HOLDING COMPANY
Alcadesa Golf, S.L.	Espanha	0,00%	50,00%	100,00%	50,00%	ESPORTES
Alcadesa Holding, S.A.	Espanha	0,00%	50,00%	50,00%	50,00%	IMOBILIARIA
Alcadesa Imobiliária, S.A.	Espanha	0,00%	50,00%	100,00%	50,00%	IMOBILIARIA
Alcadesa Serviços, S.A.	Espanha	0,00%	50,00%	100,00%	50,00%	SERVIÇOS
ALCF Investments Limited (b)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
ALIL Services Limited	Isla do Man	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Aljarafe Golf, S.A.	Espanha	0,00%	89,41%	89,41%	89,41%	IMOBILIARIA
Aljardi SGPS, Lda.	Portugal	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Alliance & Leicester (Jersey) Limited (b)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Alliance & Leicester Cash Solutions Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Alliance & Leicester Commercial Bank plc	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Alliance & Leicester Commercial Finance (Holdings) plc (b)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY

Sociedade	Domicílio	% Participação do Banco		% Direito a voto (c)		Atividade
		Direta	Indireta	2013	2012	
Alliance & Leicester Equity Investments (Guarantee) Limited (b)	Reino Unido	-	(a)	-	-	FINANCEIRA
Alliance & Leicester Estate Agents (Mortgage & Finance) Limited (b)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Alliance & Leicester Financing plc (b)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Alliance & Leicester Independent Financial Advisors Limited (b)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Alliance & Leicester Investments (Derivatives No.3) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Alliance & Leicester Investments (Derivatives) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Alliance & Leicester Investments (No.2) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Alliance & Leicester Investments (No.3) L.P. (b)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Alliance & Leicester Investments (No.4) Limited (b)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Alliance & Leicester Investments Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Alliance & Leicester Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCO
Alliance & Leicester Personal Finance Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Alliance & Leicester Print Services Limited (b)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Alliance Bank Limited (b)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Alliance Corporate Services Limited (b)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Altamira Asset Management, S.L.	Espanha	72,50%	27,50%	100,00%	-	HOLDING COMPANY
Altamira Santander Real Estate Distribución, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	SERVIÇOS
Altamira Santander Real Estate, S.A.	Espanha	98,85%	1,15%	100,00%	100,00%	IMOBILIARIA
Amazonia Trade Limited	Reino Unido	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Andaluza de Inversiones, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
ANITCO Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Aquánima Brasil Ltda.	Brasil	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	COMERCIO ELETRÔNICO
Aquánima Chile S.A.	Chile	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	COMERCIO ELETRÔNICO
Aquánima México S. de R.L. de C.V.	México	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	COMERCIO ELETRÔNICO
Aquánima S.A.	Argentina	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Argenline, S.A.	Uruguai	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Asesora Caraban, C.A.	Venezuela	0,00%	90,00%	90,00%	90,00%	SOCIEDADE DE VALORES
Asesoría Estratégica, S.C.	México	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Brasil	0,00%	75,25%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS FINANCIEROS
Aurum Inversiones Limitada	Chile	50,00%	50,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Aviación Antares, A.I.E.	Espanha	99,99%	0,01%	100,00%	100,00%	RENTING
Aviación Británica, A.I.E.	Espanha	99,99%	0,01%	100,00%	100,00%	RENTING
Aviación Centaurus, A.I.E.	Espanha	99,99%	0,01%	100,00%	100,00%	RENTING
Aviación Interoceánica, A.I.E.	Espanha	65,00%	0,00%	65,00%	65,00%	RENTING
Aviación RC II, A.I.E.	Espanha	99,99%	0,01%	100,00%	100,00%	RENTING
Aviación Real, A.I.E.	Espanha	99,99%	0,01%	100,00%	100,00%	RENTING
Aviación Regional Cántabra, A.I.E.	Espanha	73,58%	0,00%	73,58%	73,58%	RENTING
Aviación Scorpius, A.I.E.	Espanha	99,99%	0,01%	100,00%	100,00%	RENTING
Aviación Trilón, A.I.E.	Espanha	99,99%	0,01%	100,00%	100,00%	RENTING
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	Brasil	0,00%	75,25%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Bajondillo, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	IMOBILIARIA

Sociedade	Domicílio	% Participação do Banco		% Direito a voto (c)		Atividade
		Direta	Indireta	2013	2012	
Banbou S.A.R.L.	Francia	0,00%	99,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Banco Bandepe S.A.	Brasil	0,00%	75,25%	100,00%	100,00%	BANCO
Banco de Albacete, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	BANCO
Banco de Asunción, S.A. en liquidación voluntaria	Paraguay	0,00%	99,33%	99,33%	99,33%	BANCO
Banco Madesant - Sociedade Unipessoal, S.A.	Portugal	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCO
Banco Santander – Chile	Chile	0,00%	67,01%	67,18%	67,18%	BANCO
Banco Santander (Brasil) S.A.	Brasil	0,00%	75,25%	76,19%	76,09%	BANCO
Banco Santander (México), S.A., Institución de Banco Múltiple. Grupo Financiero Santander México	México	0,00%	75,08%	99,99%	99,99%	BANCO
Banco Santander (Panamá), S.A.	Panamá	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCO
Banco Santander (Suisse) SA	Suíça	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCO
Banco Santander Bahamas International Limited	Bahamas	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCO
Banco Santander Consumer Portugal, S.A.	Portugal	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCO
Banco Santander de Negocios Colombia	Colombia	0,00%	99,99%	99,99%	-	FINANCEIRA
Banco Santander International	Estados Unidos	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	BANCO
Banco Santander Perú S.A.	Peru	99,00%	1,00%	100,00%	100,00%	BANCO
Banco Santander Puerto Rico	Puerto Rico	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCO
Banco Santander Río S.A.	Argentina	6,23%	91,07%	98,45%	99,02%	BANCO
Banco Santander Totta, S.A.	Portugal	0,00%	99,79%	99,91%	99,89%	BANCO
Banco Santander, S.A.	Uruguai	97,75%	2,25%	100,00%	100,00%	BANCO
Banesto Banco Privada Gestión, S.A. S.G.I.I.C.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	GESTORA DE FUNDOS
Bank Zachodni WBK S.A.	Polónia	70,00%	0,00%	70,00%	94,23%	BANCO
Bansa Santander S.A.	Chile	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
Bansalud, S.L.	Espanha	53,00%	12,00%	65,00%	65,00%	SERVIÇOS TECNOLÓGICOS
Bansamex, S.A.	Espanha	50,00%	0,00%	50,00%	50,00%	CARTÕES
Bayones FCA Limited	Irlanda	-	(a)	-	-	FINANCEIRA
BCLF 2013-1 B.V.	Países Baixos	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Bel Canto SICAV Erodiade	Luxemburgo	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	S.I.C.A.V.
Besaya ECA Limited	Irlanda	-	(a)	-	-	FINANCEIRA
BFI Servis Sp. z o.o. w likwidacji (b)	Polónia	0,00%	70,00%	100,00%	-	GESTORA DE FUNDOS
Bilcreditt 1 Limited	Irlanda	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Bilcreditt 2 Limited	Irlanda	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Bilcreditt 3 Limited	Irlanda	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Bilcreditt 4 Limited	Irlanda	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Bilcreditt 5 Limited	Irlanda	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Blue Energy Ridgewind Investments Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	-	EXPLOTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
Blue Energy Ridgewind Operations Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	-	HOLDING COMPANY
Bracken Securities Holdings Limited (b)	Reino Unido	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Brazil Foreign Diversified Payment Rights Finance Company	Ilhas Cayman	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO

Sociedade	Domicilio	% Participação do Banco		% Direito a voto (c)		Atividade
		Direta	Indireta	2013	2012	
Broxsted Solar Co Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%		EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
BRS Investments S.A.	Argentina	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
BST International Bank, Inc.	Puerto Rico	0,00%	99,79%	100,00%	100,00%	BANCO
BZ WBK Asset Management S.A.	Polónia	50,00%	35,00%	100,00%	100,00%	GESTORA DE FUNDOS
BZ WBK Faktor Sp. z o.o.	Polónia	0,00%	70,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS FINANCEIROS
BZ WBK Finance Sp. z o.o.	Polónia	0,00%	70,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS FINANCEIROS
BZ WBK Inwestycje Sp. z o.o.	Polónia	0,00%	70,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE VALORES
BZ WBK Leasing S.A.	Polónia	0,00%	70,00%	100,00%	100,00%	LEASING
UZ WBK Nieruchomości S.A.	Polónia	0,00%	69,99%	99,99%	99,99%	SERVIÇOS
BZ WBK Towarzystwo Funduszy Inwestycyjnych S.A.	Polónia	0,00%	85,00%	100,00%	100,00%	GESTORA DE FUNDOS
BZ WBK-Aviva Towarzystwo Ubezpieczeń na Życie S.A.	Polónia	0,00%	46,20%	66,00%	50,00%	SEGUROS
BZ WBK-Aviva Towarzystwo Ubezpieczeń Ogólnych S.A.	Polónia	0,00%	46,20%	66,00%	50,00%	SEGUROS
C.S.N.S.P. 442, S.A.	Portugal	0,00%	100,00%	100,00%		EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
C.S.N.S.P. 451, S.A.	Portugal	0,00%	100,00%	100,00%		EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
Caja de Emisiones con Garantía de Anualidades Debidas por el Estado, S.A.	Espanha	62,87%	0,00%	62,87%	62,87%	FINANCEIRA
Cántabra de Inversiones, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Cántabro Catalana de Inversiones, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
CAPB Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCO
Capital Riesgo Global, SCR de Régimen Simplificado, S.A.	Espanha	95,46%	4,54%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DO CAPITAL RISCO
Capital Street Delaware, LP	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Capital Street Holdings, LLC	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Capital Street REIT Holdings, LLC	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Capital Street S.A.	Luxemburgo	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Carfax (Guernsey) Limited (e)	Guernsey	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	CORRETORA DE SEGUROS
Carpe Diem Saícd, S.L.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO
Cartera Mobiliaria, S.A., SICAV	Espanha	0,00%	81,74%	93,24%	93,08%	INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO
Casa de Bolsa Santander, S.A. de C.V., Grupo Financiero Santander México	México	0,00%	75,06%	99,97%	99,97%	SOCIEDADE DE VALORES
Cater Allen Holdings Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Cater Allen International Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE VALORES
Cater Allen Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCO
Cater Allen Lloyd's Holdings Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Cater Allen Pensions Limited (b)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	ADMINISTRADORA DE FUNDOS DE PENSÃO
Cater Allen Syndicate Management Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS DE

Sociedade	Domicílio	% Participação do Banco		% Direito a voto (c)		Atividade
		Direta	Indireta	2013	2012	
						ASSESSORAMENTO
Central Eólica Santo Antonio De Padua S.A.	Brasil	0,00%	75,25%	100,00%	100,00%	EXPLOTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
Central Eólica Sao Cristovao S.A.	Brasil	0,00%	75,25%	100,00%	100,00%	EXPLOTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
Central Eólica Sao Jorge S.A.	Brasil	0,00%	75,25%	100,00%	100,00%	EXPLOTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
Ceridesa, S.L.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING DE AERONAVES
Clinica Sear, S.A.	Espanha	50,58%	0,00%	50,58%	50,58%	SANIDADE
Club Zaudin Golf, S.A.	Espanha	0,00%	85,04%	95,11%	95,11%	SERVIÇOS
Conaraz Inversiones, SICAV, S.A.	Espanha	80,78%	0,00%	80,78%	-	S.I.C.A.V.
Costa Canaria de Veneguera, S.A.	Espanha	37,09%	37,14%	74,23%	74,23%	IMOBILIÁRIA
Crawfall S.A.	Uruguai	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Credisol, S.A. (b)	Uruguai	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Brasil	0,00%	75,25%	100,00%	100,00%	GESTORA
Dansk Auto Finansiering 1 Ltd	Irlanda	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Darcp Limited	Irlanda	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	RESEGUROS
Desarrollos Eólicos Mexicanos de Oaxaca 2, S.A.P.I. de C.V.	México	0,00%	79,99%	79,99%	26,00%	EXPLOTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
Digital Procurement Holdings N.V.	Países Baixos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Diners Club Spain, S.A.	Espanha	75,00%	0,00%	75,00%	75,00%	CARTÕES
Dirección Estratega, S.C.	México	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Dom Makierski B7 WBK S.A.	Polónia	0,00%	70,00%	99,99%	99,99%	SOCIEDADE DE VALORES
Dudebasa, S.A. Unipersonal	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Egmore Airfield Solar Park Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	-	EXPLOTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
Eterco, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
Empresas Banesto 5, Fondo de Securitização de Ativos	Espanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Empresas Banesto 6, Fondo de Securitização de Ativos	Espanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
EOL Brisa Energias Renováveis S.A.	Brasil	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	EXPLOTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
EOL Vento Energias Renováveis S.A.	Brasil	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	EXPLOTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
EOL Wind Energias Renováveis S.A.	Brasil	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	EXPLOTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
Lotsiponto S.r.l.	Itália	0,00%	92,00%	92,00%	-	EXPLOTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
Ferrole Investments, SICAV, S.A.	Espanha	99,97%	0,00%	99,97%	-	S.I.C.A.V.
Frestone S.A.S.	França	0,00%	90,00%	90,00%	90,00%	IMOBILIÁRIA
FFB - Participações e Serviços, Sociedade Unipessoal, S.A.	Portugal	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Fideicomiso 100740 SLPT	México	0,00%	75,08%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Fideicomiso 2002114	México	0,00%	75,02%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY

Sociedade	Domicílio	% Participação do Banco		% Direito a voto (c)		Atividade
		Direta	Indireta	2013	2012	
Fideicomiso GFSSLPT Banco Serfin, S.A.	México	0,00%	75,08%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Fideicomiso Super Letras Hipotecarias Clase I	Argentina	0,00%	99,30%	100,00%	100,00%	ATIVIDADE FIDUCIARIA
Fideicomiso Super Letras Hipotecarias Clase II	Argentina	0,00%	99,30%	100,00%	100,00%	ATIVIDADE FIDUCIARIA
First National Motor Business Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
First National Motor Contracts Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
First National Motor Facilities Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
First National Motor Finance Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS DE ASSESSORAMENTO
First National Motor Leasing Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
First National Motor plc	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
First National Tricity Finance Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Fomento e Inversiones, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Fondo de Titulización de Activos PYMES Banesto 3	Espanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Fondo de Securitização de Activos PYMES Santander 3	Espanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Fondo de Securitização de Activos PYMES Santander 4	Espanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Fondo de Securitização de Activos PYMES Santander 5	Espanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Fondo de Securitização de Activos PYMES Santander 6	Espanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Fondo de Securitização de Activos PYMES Santander 7	Espanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Fondo de Securitização de Activos Santander 2	Espanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Fondo de Securitização de Activos Santander Consumer Spain 09-1	Espanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Fondo de Securitização de Activos Santander Consumer Spain Auto 2010-1	Espanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Fondo de Securitização de Activos Santander Consumer Spain Auto 2011-1	Espanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Fondo de Securitização de Activos Santander Consumer Spain Auto 2012-1	Espanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Fondo de Securitização de Activos Santander Consumer Spain Auto 2013-1	Espanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Fondo de Securitização de Activos Santander Empresas 1	Espanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Fondo de Securitização de Activos Santander Empresas 10	Espanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Fondo de Securitização de Activos Santander Empresas 2	Espanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Fondo de Securitização de Activos Santander Empresas 3	Espanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Fondo de Securitização de Activos Santander Empresas 8	Espanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Fondo de Securitização de Activos Santander Empresas 9	Espanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Fondo de Securitização de Activos Santander Financiación 5	Espanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Fondo de Securitização de Activos Santander Hipotecario 7	Espanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Fondo de Securitização de Activos Santander Hipotecario 8	Espanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Fondo de Securitização de Activos Santander Hipotecario 9	Espanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Fondo de Securitização de Activos Santander Público 1	Espanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Fondo de Securitização Santander Financiación 1	Espanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Fondos Santander, S.A. Administradora de Fondos de Inversión (en liquidación) (b)	Uruguai	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	GESTORA DE FUNDOS

Sociedade	Domicilio	% Participação do Banco		% Direito a voto (t)		Atividade
		Direta	Indireta	2013	2012	
Formación Integral, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	FORMAÇÃO
Fortensky Trading, Ltd.	Irlanda	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Fosse (Master Issuer) Holdings Limited	Reino Unido	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Fosse Funding (No.1) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SECURITIZAÇÃO
Fosse Master Issuer Pl.C	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SECURITIZAÇÃO
Fosse PECO Limited	Reino Unido	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Fosse Trustee (UK) Limited	Reino Unido	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Fosse Trustee Limited	Jersey	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
FTPYME Banesto 2, Fondo de Securitização de Ativos	Espanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
FTPYME Santander 2 Fondo de Securitização de Ativos	Espanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Garlar, S.A.	Uruguai	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	INTERNET
Geoban UK Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Geoban, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Geoban México Serviços Administrativos Globales, S.A. de C.V.	México	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Geoban Santander Serviços Profissionais Contables Limitada	Chile	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	INTERNET
Geoban Serviços Administrativos Globales, S.L.	Espanha	99,99%	0,01%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Geoban UK Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS DE COBROS Y PAGOS
Gestión de Instalaciones Fotovoltaicas, S.L. Unipersonal	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	EXPLOTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
Gestora de Procesos S.A. en liquidación (b)	Perú	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Gestora Patrimonial Calle Francisco Sancha 12, S.L.	Espanha	68,80%	0,00%	68,80%	-	GLSTIÓN MOBILIARIA E IMOBILIARIA
Girobank Carlton Investments Limited (b)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Girobank Investments Limited (b)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Golden Bar (Securitisation) S.r.l.	Itália	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Golden Bar Securitization Programme IV 2009-1	Itália	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Golden Bar Stand Alone 2011-1	Itália	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Golden Bar Stand Alone 2011-2	Itália	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Golden Bar Stand Alone 2011-3	Itália	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Golden Bar Stand Alone 2012-1	Itália	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Golden Bar Stand Alone 2012-2	Itália	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Golden Bar Stand Alone 2013-1	Itália	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Golden Bar Stand Alone 2013-2	Itália	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Grupo Alcanza, S.A. de C.V.	México	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Grupo Empresarial Santander, S.L.	Espanha	99,11%	0,89%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Grupo Financiero Santander México, S.A.B. de C.V.	México	51,05%	24,04%	75,13%	75,17%	HOLDING COMPANY
Grupo Konecra Centros Especiales de Empleo, S.L.	Espanha	0,00%	51,86%	100,00%	100,00%	TELEMARKETING
Grupo Konecra Maroc S.A.R.L. à associé unique	Marruecos	0,00%	51,86%	100,00%	100,00%	TELEMARKETING
Grupo Konecra UK Limited	Reino Unido	0,00%	51,86%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Grupo Konecra-net México, S.A. de C.V.	México	0,05%	51,86%	100,00%	100,00%	TELEMARKETING
Grupo Konecra-net, S.L.	Espanha	7,08%	44,77%	51,86%	51,86%	HOLDING COMPANY

Sociedade	Domicílio	% Participação do Banco		% Direito a voto (c)		Atividade
		Direta	Indireta	2013	2012	
GTS El Centro Equity Holdings LLC	Reino Unido	0,00%	74,20%	74,20%	-	EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
Guaranty Car, S.A. Unipersonal	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	AUTOMOCIÓN
Hali Farm Wind Holdings Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	-	HOLDING COMPANY
Hansar Finance Limited (b)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Hipototta No. 1 FTC	Portugal	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Hipototta No. 1 plc	Irlanda	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Hipototta No. 4 FTC	Portugal	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Hipototta No. 4 plc	Irlanda	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Hipototta No. 5 FTC	Portugal	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Hipototta No. 5 plc	Irlanda	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Hipototta No. 7 FTC	Portugal	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Hipototta No. 7 Limited	Irlanda	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Hipototta No. 8 FTC (b)	Portugal	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Hipototta No. 8 Limited (b)	Irlanda	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Hispamer Renting, S.A. Unipersonal	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	RENTING
Holbah II Limited	Bahamas	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Holbah Limited	Bahamas	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Holmes Funding Limited	Reino Unido	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Holmes Holdings Limited	Reino Unido	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Holmes Master Issuer plc	Reino Unido	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Holmes Trustees Limited	Reino Unido	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Holneth B.V.	Países Baixos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Hualle, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO
Ibérica de Compras Corporativas, S.L.	Espanha	97,17%	2,82%	100,00%	100,00%	COMÉRCIO ELETRÓNICO
Independence Community Bank Corp.	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Independence Community Commercial Reinvestment Corp.	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Infraestructuras Americanas, S.L.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Ingenieria de Software Bancario, S.L.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
Inmo Francia 2, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
Instituto Santander Serfin, A.C.	México	0,00%	75,08%	100,00%	100,00%	INSTITUTO SEM FINS LUCRATIVOS
Insurance Funding Solutions Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Interfinance Holanda B.V.	Países Baixos	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Inversiones Marítimas del Mediterráneo, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	SEM ATIVIDADE
Isban Argentina S.A.	Argentina	87,42%	12,58%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS FINANCEIROS
Isban Brasil S.A.	Brasil	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Isban Chile S.A.	Chile	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
Isban DE GmbH	Alemanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
Isban México, S.A. de C.V.	México	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Sociedade	Domicilio	% Participação do Banco		% Direito a voto (c)		Atividade
		Direta	Indireta	2013	2012	
Isban U.K., Ltd.	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS DE INFORMATICA
Konecta Ativos Inmobiliarios, S.L.	Espanha	0,00%	49,34%	52,80%	52,80%	IMOBILIÁRIA
Konecta Brazil Outsourcing Ltda.	Brasil	0,00%	51,85%	99,99%	99,99%	SERVIÇOS
Konecta Broker, S.L.	Espanha	0,00%	51,86%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Konecta Bto, S.L.	Espanha	0,00%	51,86%	100,00%	100,00%	TELECOMUNICAÇÕES
Konecta Chile Limitada	Chile	0,00%	51,86%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Konecta Colombia Grupo Konecta Colombia Ltda	Colombia	0,00%	51,86%	100,00%	100,00%	TELEMARKETING
Konecta Field Marketing, S.A.	Espanha	0,00%	51,86%	100,00%	100,00%	MARKETING
Konecta Gestión Integral de Procesos, S.L.	Espanha	0,00%	51,86%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Konecta Portugal, Lda.	Portugal	0,00%	51,86%	100,00%	100,00%	MARKETING
Konecta Servicios Administrativos y Tecnológicos, S.L.	Espanha	0,00%	51,86%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Konecta Servicios de BPO, S.L.	Espanha	0,00%	51,86%	100,00%	99,97%	SERVIÇOS
Konecta Soluciones Globales, S.L.	Espanha	0,00%	51,86%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Konectanet Andalucía, S.L.	Espanha	0,00%	51,86%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Konectanet Comercialización, S.L.	Espanha	0,00%	51,86%	100,00%	100,00%	MARKETING
Konecta Comunicaciones, S.A.	Espanha	0,00%	51,48%	99,27%	75,00%	SERVIÇOS
Kredyt Lease S.A.	Polónia	0,00%	70,00%	100,00%	-	LEASING
La Unión Resinera Española, S.A.	Espanha	76,79%	19,55%	96,35%	96,44%	QUIMICA
Laboratorios Indas, S.A.	Espanha	0,00%	73,22%	73,22%	73,22%	PRODUCTOS SANITARIOS
Langton Funding (No.1) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SECURITIZAÇÃO
Langton Mortgages Trustee (UK) Limited	Reino Unido	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Langton Mortgages Trustee Limited	Jersey	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Langton PECOH Limited	Reino Unido	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Langton Securities (2008-1) plc	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SECURITIZAÇÃO
Langton Securities (2010-1) PLC	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SECURITIZAÇÃO
Langton Securities (2010-2) PLC	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SECURITIZAÇÃO
Langton Securities (2012-1) PLC	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SECURITIZAÇÃO
Langton Securities Holdings Limited	Reino Unido	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Laparanza, S.A.	Espanha	61,59%	0,00%	61,59%	61,59%	AGRICULTURA E PECUÁRIA
Lanix Chile Inversiones Limitada	Chile	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Lease Totta No. 1 FTC	Portugal	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
LeaseTotta No. 1 Limited	Irlanda	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Liquidity Import Finance Limited (b)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FATORING
Liquidity Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FATORING
Lizar Sp. z o.o.	Polónia	0,00%	70,00%	100,00%	-	LEASING
Luresa Imobiliária, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
Luri 1, S.A. (d)	Espanha	5,80%	0,00%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
Luri 2, S.A. (d)	Espanha	5,00%	0,00%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
Luri 4, S.A. Unipersonal	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
Luri Land, S.A. (d)	Bélgica	0,00%	5,36%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
MAC No. 1 Limited	Reino Unido	-	(a)	-	-	SOCIEDADE DE CRÉDITOS

Sociedade	Domicilio	% Participação do Banco		% Direito a voto (c)		Atividade
		Direta	Indireta	2013	2012	
						HIPOTECARIOS
Mantiq Investimentos Ltda.	Brasil	0,00%	75,25%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE VALORES
Marylebone Road CBO 3 BV (b)	Países Baixos	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Master Red Europa, S.L.	Espanha	68,80%	0,00%	68,80%	-	CARTÓFS
Mata Alta, S.I.	Espanha	0,00%	61,59%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
Med 2001 Inversiones, SICAV, S.A.	Espanha	99,99%	0,00%	99,99%	-	S.I.C.A.V.
Merciver, S.L.	Espanha	99,99%	0,10%	100,00%	100,00%	ASSESSORAMENTO FINANCIFRO
Middlewick Wind Farm Holdings Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	-	EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
Middlewick Wind Farm Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	-	EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
Motor 2011 Holdings Limited (b)	Reino Unido	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Motor 2011 PLC (b)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SECURITIZAÇÃO
Motor 2012 Holdings Limited	Reino Unido	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Motor 2012 PLC	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SECURITIZAÇÃO
Motor 2013 Holdings Limited	Reino Unido	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Motor 2013 PLC	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	-	SECURITIZAÇÃO
Multinegocios S.A.	Chile	0,00%	99,54%	100,00%	100,00%	ASSESSORAMENTO
Multiserviços de Negocios Limitada	Chile	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS FINANCEIROS
Natixis Corporate Financement – Compartiment Hexagone	Francia	100,00%	0,00%	100,00%	-	FUNDO DE INVESTIMENTO
Naviera Mirambel, S.L.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Naviera Trans Gas, A.I.E.	Espanha	99,99%	0,01%	100,00%	100,00%	RENTING
Naviera Trans Ore, A.I.E.	Espanha	99,99%	0,01%	100,00%	100,00%	RENTING
Naviera Trans Wind, S.L.	Espanha	99,99%	0,01%	100,00%	100,00%	RENTING
Nebraska Wind I LLC	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Norbest AS	Noruega	7,94%	92,06%	100,00%	100,00%	INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO
Novimovest Fundo de Investimento Imobiliário	Portugal	0,00%	71,45%	71,60%	-	FUNDO DE INVESTIMENTO
NW Services CO.	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	COMERCIO ELETRÔNICO
Oil-Dor, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	99,99%	FINANCEIRA
Oper. Bank, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	BANCO
Optimal Alternative Investments, S.G.I.I.C., S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	GESTORA DE FUNDOS
Optimal Investment Services SA	Suiça	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	GESTORA DE FUNDOS
Optimal Multiadvisors Ireland Plc / Optimal Strategic US Equity Ireland Euro Fund (c)	Irlanda	0,00%	54,18%	51,25%	51,09%	GESTORA DE FUNDOS
Optimal Multiadvisors Ireland Plc / Optimal Strategic US Equity Ireland US Dollar Fund (c)	Irlanda	0,00%	43,72%	51,26%	54,47%	GESTORA DE FUNDOS
Optimal Multiadvisors Ltd / Optimal Strategic US Equity Series (consolidado) (c)	Bahamas	0,00%	53,47%	54,10%	63,79%	GESTORA DE FUNDOS
Pagialonga Due S.r.l. Unipersonale	Italia	0,00%	100,00%	100,00%	-	EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Sociedade	Domicílio	% Participação do Banco		% Direito a voto (c)		Atividade
		Direta	Indireta	2013	2012	
Parasant SA	Suíça	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Parley Court Solar Park I limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	-	EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
PBE Companies, LLC	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
PFCOH Limited	Reino Unido	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Penare Farm Solar Park Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	-	EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
Pereda Gestión, S.A.	Espanha	99,99%	0,01%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Pingham International, S.A.	Uruguai	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Portada S.A. en liquidación (b)	Chile	0,00%	96,17%	96,17%	96,17%	FINANCEIRA
Portal Universia Argentina S.A.	Argentina	0,00%	75,75%	75,75%	75,75%	INTERNET
Portal Universia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	INTERNET
Portal Universia, S.A.	Espanha	0,00%	56,56%	56,56%	56,56%	INTERNET
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L.	Espanha	99,96%	0,04%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Produban Servicios de Informática S.A.	Brasil	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
Producciones Ramses, A.L.F.	Espanha	99,00%	1,00%	100,00%	-	FINANCIAMENTO DE FILMES
Programa Multi Sponsor PMS, S.A.	Espanha	50,00%	50,00%	100,00%	100,00%	PUBLICIDADE
Promociones y Servicios Monterrey, S.A. de C.V.	México	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
Promociones y Servicios Pelanco, S.A. de C.V.	México	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
Promociones y Servicios Santiago, S.A. de C.V.	México	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
Promodomus Desarrollo de Activos, S.L.	Espanha	0,00%	51,00%	51,00%	51,00%	IMOBILIÁRIA
Punta Lima, LLC	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	-	LEASING
Puntoform, S.L.	Espanha	0,00%	51,86%	100,00%	100,00%	FORMAÇÃO
REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A.	Brasil	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Reinlogra, S.A.	Espanha	55,00%	45,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Reliz Sp. z o.o. w upadłości likwidacyjnej (b)	Polónia	0,00%	70,00%	100,00%	-	RENTING
Retail Financial Services Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Riobank International (Uruguay) SAIFE (b)	Uruguai	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCO
Rosenlease, S.L.	Espanha	99,99%	0,01%	100,00%	99,99%	RENTING
Rosteral, SICAV, S.A.	Espanha	99,98%	0,00%	99,98%	-	S.I.C.A.V.
Ruevillot 28, S.L.	Espanha	70,00%	0,00%	70,00%	70,00%	IMOBILIÁRIA
Saja Fca Limited	Irlanda	-	(a)	-	-	FINANCEIRA
SAM UK Investment Holdings Limited	Reino Unido	77,67%	22,33%	100,00%	-	HOLDING COMPANY
Sancap Investimentos e Participações S.A.	Brasil	0,00%	75,25%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Santerv - Gestão e Investimentos, Sociedade Unipessoal, S.A.	Portugal	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Sansol S.r.l.	Italia	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Santander (CF Trustee Property Nominee) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Santander (CF Trustee) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	GESTORA DE PATRIMÓNIOS
Santander (UK) Group Pension Scheme Trustees Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	GESTORA DE PATRIMÓNIOS
Santander Agente de Valores Limitada	Chile	0,00%	67,33%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE VALORES

Sociedade	Domicílio	% Participação do Banco		% Direito a voto (c)		Atividade
		Direta	Indireta	2013	2012	
Santander Ahorro Inmobiliario 2 S.L.I., S.A.	Espanha	85,50%	0,01%	85,51%	78,06%	INVERSIÓN IMOBILIARIA
Santander AM Holding, S.L.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Santander Asset Finance (December) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
Santander Asset Finance plc	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
Santander Asset Management - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.	Portugal	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	GESTORA DE FUNDOS
Santander Asset Management Chile S.A.	Chile	0,01%	99,83%	100,00%	100,00%	INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO
Santander Back-Offices Globales Especializados, S.A.	Espanha	99,99%	0,01%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Santander Back-Offices Globales Mayoristas, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Santander Banco de Inversión Colombia SAS	Colombia	0,00%	100,00%	100,00%	-	SERVIÇOS FINANCEIROS
Santander Banco de Emisiones, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	BANCO
Santander BanCorp	Puerto Rico	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Santander Banif Inmobiliario, F.I.I.	Espanha	99,65%	0,00%	99,65%	98,73%	FUNDO DE INVESTIMENTO
Santander Bank & Trust Ltd.	Bahamas	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCO
Santander Bank, National Association	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCO
Santander Benelux, S.A./N.V.	Bélgica	83,20%	16,80%	100,00%	100,00%	BANCO
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.	Brasil	0,00%	75,25%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Santander Brasil Advisory Services S.A.	Brasil	0,00%	72,64%	96,52%	96,52%	SERVIÇOS DE CONSULTORIA
Santander Brasil, EFC, S.A.	Espanha	0,00%	75,25%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Capital Desarrollo, SGEER, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DO CAPITAL RISCO
Santander Capital Structuring, S.A. de C.V.	México	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	COMERCIO
Santander Capitalização S.A.	Brasil	0,00%	75,25%	100,00%	100,00%	SEGUROS
Santander Carbón Finance, S.A.	Espanha	99,98%	0,02%	100,00%	100,00%	INVESTIMENTO IMOBILIARIO
Santander Cards Ireland Limited	Irlanda	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	CARTÕES
Santander Cards Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	CARTÕES
Santander Cards UK Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Carteras, S.G.C., S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	GESTORA DE FUNDOS
Santander Central Hispano Financial Services Limited	Ilhas Cayman	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Central Hispano Issuances Limited	Ilhas Cayman	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Chile Holding S.A.	Chile	22,11%	77,43%	99,54%	99,54%	HOLDING COMPANY
Santander Commercial Paper, S.A. Unipersonal	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consulting (Beijing) Co., Ltd.	China	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	ASSFSSORAMENTO
Santander Consumer (UK) plc	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Bank AG	Alemanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCO
Santander Consumer Bank AS	Noruega	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Bank GmbH	Austria	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Bank S.A.	Polónia	0,00%	100,00%	100,00%	70,00%	BANCO
Santander Consumer Bank S.p.A.	Itália	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Beteiligungsverwaltungsgesellschaft mbH	Alemanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Santander Consumer Chile S.A.	Chile	51,00%	0,00%	51,00%	51,00%	FINANCEIRA

Sociedade	Domicilio	% Participação do Banco		% Direito a voto (c)		Atividade
		Direta	Indireta	2013	2012	
Santander Consumer Credit Services Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Finance Benelux B.V.	Países Baixos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Finance Media S.r.l.	Itália	0,00%	65,00%	65,00%	65,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Finance Oy	Finlândia	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	Financeira
Santander Consumer Finance Zrt.	Hungria	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Finance, S.A.	Espanha	63,19%	36,81%	100,00%	100,00%	BANCO
Santander Consumer Finance S.A.	Polónia	0,00%	100,00%	100,00%	70,00%	SERVIÇOS
Santander Consumer Holding Austria GmbH	Austria	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Santander Consumer Holding GmbH	Alemanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Santander Consumer Leasing GmbH	Alemanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
Santander Consumer Mullirent Sp. z o.o.	Polónia	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
Santander Consumer Renting, S.L.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	RENTING
Santander Consumer Services GmbH	Austria	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Santander Consumer Unifin S.p.A.	Itália	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumo Perú S.A.	Peru	55,00%	0,00%	55,00%	55,00%	FINANCEIRA
Santander Consumo, S.A. de C.V., SOPOM, E.R.	México	0,00%	75,08%	100,00%	100,00%	CARTÕES
Santander Corredora de Seguros Limitada	Chile	0,00%	67,10%	100,00%	100,00%	CORRETORA DE SEGUROS
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	Brasil	0,00%	75,25%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE VALORES
Santander de Securitização S.G.F.T., S.A.	Espanha	81,00%	19,00%	100,00%	100,00%	GESTORA DE FUNDOS
Santander Energias Renovables I, SCR de Régimen Simplificado, S.A.	Espanha	56,76%	0,00%	56,76%	56,76%	SOCIEDADE DO CAPITAL RISCO
Santander Envios, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	ENVIÓ REMESAS INMIGRANTES
Santander Equity Investments Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Estates Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
Santander Factoring S.A.	Chile	0,00%	99,54%	100,00%	100,00%	FATORING
Santander Factoring y Confirming, S.A., E.F.C.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	FATORING
Santander Finance 2012-1 LLC	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS FINANCEIROS
Santander Financial Exchanges Limited	Reino Unido	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Financial Products plc	Irlanda	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Financial Services, Inc.	Puerto Rico	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior	Brasil	0,00%	75,25%	100,00%	-	FUNDO DE INVESTIMENTO
Santander fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado Investimento no exterior	Brasil	0,00%	75,25%	100,00%	-	FUNDO DE INVESTIMENTO
Santander Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Contract I Referenciado DI	Brasil	0,00%	84,99%	100,00%	-	FUNDO DE INVESTIMENTO
Santander Fundo de Investimento Financeira Renda Fixa	Brasil	0,00%	75,25%	100,00%	-	FUNDO DE INVESTIMENTO
Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior	Brasil	0,00%	75,25%	100,00%	-	FUNDO DE INVESTIMENTO
Santander Fundo de Investimento Renda Fixa Capitalization	Brasil	0,00%	75,25%	100,00%	-	FUNDO DE INVESTIMENTO

Sociedade	Domicílio	% Participação do Banco		% Direito a voto (c)		Atividade
		Direta	Indireta	2013	2012	
Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado di Crédito Privado	Brasil	0,00%	75,25%	100,00%	-	FUNDO DE INVESTIMENTO
Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado	Brasil	0,00%	75,25%	100,00%	-	FUNDO DE INVESTIMENTO
Santander GBM Secured Financing Limited	Irlanda	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Santander Gestão de Ativos, SGPS, S.A.	Portugal	0,00%	99,79%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Santander Gestión de Recaudación y Cobranzas Ltda.	Chile	0,00%	99,54%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS FINANCEIROS
Santander Gestión Inmobiliaria, S.A.	Espanha	0,01%	99,99%	100,00%	100,00%	IMOBILIARIA
Santander Getnet Serviços para Meios de Pagamento S.A.	Brasil	0,00%	37,63%	50,00%	50,00%	SERVIÇOS
Santander Global Consumer Finance Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Global Facilities, S.A. de C.V.	México	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	GESTÃO IMOBILIÁRIA
Santander Global Facilities, S.L.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	IMOBILIARIA
Santander Global Property México, S.A. de C.V.	México	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	IMOBILIARIA
Santander Global Property U.S.A., Inc.	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Santander Global Property, S.L.	Espanha	97,34%	2,68%	100,00%	100,00%	INVESTIMENTO IMOBILIARIO
Santander Global Services, S.A. (b)	Uruguai	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Santander Global Sport, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	ESPORTES
Santander Guarantee Company	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
Santander Hipotecario 1 Fondo de Securitização de Ativos	Espanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Santander Hipotecario 2 Fondo de Securitização de Ativos	Espanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Santander Hipotecario 3 Fondo de Securitização de Ativos	Espanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Santander Hipotecario, S.A. de C.V., SOFOM, E.R.	México	0,00%	75,08%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Holanda B.V.	Países Baixos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Santander Holding Internacional, S.A.	Espanha	99,95%	0,05%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Santander Holding Vivienda, S.A. de C.V.	México	0,00%	75,08%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Santander Holdings USA, Inc.	Estados Unidos	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Santander Insurance Agency, Inc.	Puerto Rico	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	CORRETORA DE SEGUROS
Santander Insurance Agency, U.S., LLC	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SEGUROS
Santander Insurance Europe Limited	Irlanda	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	CORRETORA DE SEGUROS
Santander Insurance Holding, S.L.	Espanha	99,99%	0,01%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Santander Insurance Life Limited	Irlanda	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	CORRETORA DE SEGUROS
Santander Insurance Services Ireland Limited	Irlanda	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Santander Insurance Services UK Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	GESTORA DE PATRIMÓNIOS
Santander Intermediación Correduría de Seguros, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	CORRETORA DE SEGUROS
Santander International Debt, S.A. Unipersonal	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander International Products, Plc.	Irlanda	99,99%	0,01%	100,00%	99,99%	FINANCEIRA
Santander International Securities, Inc.	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE VALORES
Santander Inversiones Limitada	Chile	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Santander Investment Bank Limited	Bahamas	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCO

Sociedade	Domicilio	% Participação do Banco		% Direito a voto (c)		Atividade
		Direta	Indireta	2013	2012	
Santander Investment Bolsa, S.V., S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE VALORES
Santander Investment Chile Limitada	Chile	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Investment I, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Santander Investment Limited	Bahamas	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SEM ATIVIDADE
Santander Investment Securities Inc.	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE VALORES
Santander Investment, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	BANCO
Santander Issuances, S.A. Unipersonal	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Lease, S.A., E.F.C.	Espanha	70,00%	30,00%	100,00%	100,00%	LEASING
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Brasil	0,00%	75,25%	99,99%	99,99%	LEASING
Santander Leasing, LLC	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
Santander Lending Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CREDITOS HIPOTECARIOS
Santander Mediación Operador de Banco-Seguros Vinculado, S.A.	Espanha	34,00%	64,00%	100,00%	100,00%	INTERMEDIACAO DE SEGUROS
Santander Merchant S.A.	Argentina	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A.	Brasil	0,00%	75,25%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS FINANCEIROS
Santander Multiobrigações - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa variável	Portugal	0,00%	91,03%	91,20%	-	FUNDO DE INVESTIMENTO
Santander Operaciones Retail, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Santander Overseas Bank, Inc.	Puerto Rico	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCO
Santander Paraty Qif PLC	Irlanda	0,00%	75,25%	100,00%	-	SOCIEDADE DE INVESTIMENTO
Santander Participações S.A.	Brasil	0,00%	75,25%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Santander PB UK (Holdings) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	ADMINISTRADORA DE FUNDOS DE PENSÃO
Santander Perpetual, S.A. Unipersonal	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Private Banking Gestión, S.A., S.G.I.I.C.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	GESTORA DE FUNDOS
Santander Private Banking s.p.a.	Italia	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	BANCO
Santander Private Banking UK Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	IMOBILIARIA
Santander Private Equity, S.A., S.G.E.C.R.	Espanha	90,00%	9,98%	100,00%	100,00%	GESTORA DE CAPITAL RISCO
Santander Private Real Estate Advisory, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	IMOBILIARIA
Santander Public Setor SCF, S.A.	Francia	94,00%	6,00%	100,00%	-	FINANCEIRA
Santander Real Estate, S.G.I.I.C., S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	GESTORA DE FUNDOS
Santander Rio Serviços S.A.	Argentina	0,00%	99,97%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS DE ASSESSORAMENTO
Santander Rio Sociedad de Bolsa S.A.	Argentina	0,00%	99,34%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE VALORES
Santander Rio Trust S.A.	Argentina	0,00%	99,97%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Santander S.A. - Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros	Brasil	0,00%	84,99%	100,00%	100,00%	CORRETORA DE SEGUROS
Santander S.A. Corredores de Bolsa	Chile	0,00%	83,16%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE VALORES
Santander S.A. Sociedad Securitizadora	Chile	0,00%	67,13%	100,00%	100,00%	GESTORA DE FUNDOS

Sociedade	Domicílio	% Participação do Banco		% Direito a voto (c)		Atividade
		Direta	Indireta	2013	2012	
Santander Secretariat Services Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Santander Securities LLC	Puerto Rico	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE VALORES
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SEGUROS
Santander Service GmbH	Alemanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Santander Servicios Corporativos, S.A. de C.V.	México	0,00%	75,08%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Santander Servicios de Recaudación y Pagos Limitada	Chile	0,00%	67,01%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Santander Servicios Especializados, S.A. de C.V.	México	0,00%	75,08%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS FINANCEIROS
Santander Tecnología y Operaciones A.E.I.E.	Espanha	-	(a)	-	-	SERVIÇOS
Santander Totta Seguros, Compañía de Seguros de Vida, S.A.	Portugal	0,00%	99,88%	100,00%	100,00%	SEGUROS
Santander Totta, SGPS, S.A.	Portugal	0,00%	99,88%	99,88%	99,87%	HOLDING COMPANY
Santander Trade Services Limited	Hong-Kong	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Santander UK Foundation Limited	Reino Unido	-	(a)	-	-	SERVIÇOS DE CARIDAD
Santander UK Group Holdings Limited	Reino Unido	100,00%	0,00%	0,00%	-	FINANCEIRA
Santander UK Investments	Reino Unido	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander UK plc	Reino Unido	77,67%	22,33%	100,00%	100,00%	BANCO
Santander US Debt, S.A. Unipersonal	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Vivienda, S.A. de C.V., Sociedad Financiera de Objeto Múltiple, Entidad Regulada (SOFOM E.R.)	México	0,00%	75,08%	100,00%	-	FINANCEIRA
Santos Energia Participações S.A.	Brasil	0,00%	75,25%	100,00%	99,99%	HOLDING COMPANY
Santotta-Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda.	Portugal	0,00%	99,79%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Santusa Holding, S.L.	Espanha	69,76%	30,24%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
SC Germany Auto 08-2 Limited (b)	Irlanda	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
SC Germany Auto 2009-1 Limited	Irlanda	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
SC Germany Auto 2010-1 UG (haftungsbeschränkt)	Alemanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
SC Germany Auto 2011-1 UG (haftungsbeschränkt)	Alemanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
SC Germany Auto 2011-2 UG (haftungsbeschränkt)	Alemanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
SC Germany Auto 2013-1 UG (haftungsbeschränkt)	Alemanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
SC Germany Auto 2013-2 UG (haftungsbeschränkt)	Alemanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
SC Germany Consumer 08-1 Limited (b)	Irlanda	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
SC Germany Consumer 09-1 Limited (b)	Irlanda	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
SC Germany Consumer 10-1 Limited (b)	Irlanda	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
SC Germany Consumer 11-1 Limited (b)	Irlanda	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
SC Germany Consumer 2013-1 UG (haftungsbeschränkt)	Alemanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
SC Germany Vehicles 2013-1 UG (haftungsbeschränkt)	Alemanha	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
SCF Ajoncurohallinto Limited	Irlanda	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
SCF Ajoncurohallinto Limited	Irlanda	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
SCF Rahoituspalvelut 2013 Limited	Irlanda	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
SCF Rahoituspalvelut Limited	Irlanda	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
SCI BANBY PRO	Francia	0,00%	99,00%	100,00%	100,00%	IMOBILIARIA
Scottish Mutual Pensions Limited (b)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SEGUROS
Serfin International Bank and Trust, Limited	Ilhas Cayman	0,00%	99,79%	100,00%	100,00%	BANCO

Sociedade	Domicilio	% Participação do Banco		% Direito a voto (c)		Atividade
		Direta	Indireta	2013	2012	
Services and Promotions Delaware Corp.	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Services and Promotions Miami LLC	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
Servicio de Alarmas Controladas por Ordenador, S.A.	Espanha	99,99%	0,01%	100,00%	100,00%	SEGURIDAD
Serviços Administrativos y Financieros Ltda.	Chile	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Serviços Corporativos Seguros Serfin, S.A. de C.V. (b)	México	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Serviços de Cobranza, Recuperación y Seguimiento, S.A. de C.V.	México	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Serviços de Cobranzas Fiscalex Ltda.	Chile	0,00%	99,54%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Serviços Universia Venezuela S.U.V., S.A. (b)	Venezuela	0,00%	82,99%	82,99%	82,99%	INTERNET
Sheppards Moneybrokers Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS DE ASSESSORAMENTO
Shahoh III Wind Project, LLC	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
Silk Finance No. 3 Limited	Irlanda	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Sinvest Inversiones y Asesorias Limitada	Chile	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Sistema 4B, S.L. (consolidado)	Espanha	68,80%	0,00%	68,80%	-	CARTÕES
Sociedad Integral de Valoraciones Automatizadas, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	TASACIONES
Societa' Energetica Pezzullo S.r.l. Unipersonale	Itália	0,00%	100,00%	100,00%	-	EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
Societa' Energetica Vibonese Due S.r.l.	Itália	0,00%	100,00%	100,00%	-	EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
Secur, S.A. (f)	Uruguai	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Scdepro, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Solar Red, SGPS, S.A.	Portugal	0,00%	100,00%	100,00%	50,00%	HOLDING COMPANY
Solarisec Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	IMOBILIARIA
SOV APEX LLC	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Sovereign Capital Trust IV	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Sovereign Capital Trust IX	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Sovereign Capital Trust V	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SEM ATIVIDADE
Sovereign Capital Trust VI	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Sovereign Community Development Company	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Sovereign Delaware Investment Corporation	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Sovereign Lease Holdings, LLC	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS FINANCEIROS

Sociedade	Domicílio	% Participação do Banco		% Direito a voto (c)		Atividade
		Direta	Indireta	2013	2012	
Sovereign Precious Metals, LLC	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	COMPRA-VENTA METALES PRECIOSOS
Sovereign REIT Holdings, Inc.	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Sovereign Securities Corpoindicen, LLC	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE VALORES
Sovereign Spirit Limited (e)	Bermudas	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
Sierrebeck B.V.	Países Baixos	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Suleyado 2003, S.L.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	INVESTIMENTO IMOBILIARIO
Suzuki Serviços Financeiros, S.L.	Espanha	0,00%	51,00%	51,00%	51,00%	INTERMEDIACIÓN
Svensk Autofinans 1 Limited	Irlanda	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Swesant SA	Suíça	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Synergy Abstract, LP	Estados Unidos	0,00%	70,00%	70,00%	70,00%	SEGUROS
Task Moraza, S.L. (e)	Espanha	0,00%	73,22%	73,22%	73,22%	HOLDING COMPANY
Taxgest Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Portugal	0,00%	99,79%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Tealinos Siglo XXI Inversiones S.A.	Chile	50,00%	50,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Teylada, S.A. en liquidación (a)	Espanha	11,11%	88,89%	100,00%	100,00%	INVESTIMENTO IMOBILIARIO
The Alliance & Leicester Corpoindicen Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	IMOBILIARIA
The National & Provincial Building Society Pension Fund Trustees Limited (d)	Reino Unido	-	(a)	-	-	GESTORA DE PATRIMÓNIOS
The Prepaid Card Company Limited (b)	Reino Unido	0,00%	80,00%	80,00%	80,00%	FINANCEIRA
Time Finance Limited (b)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Time Retail Finance Limited (j)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Títulos de Renta Fija, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	INVESTIMENTO IMOBILIARIO
Tonopah Solar I, LLC	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Tornquist Asesores de Seguros S.A. (b)	Argentina	0,00%	99,99%	99,99%	99,99%	SERVIÇOS DE ASSESSORAMENTO
Totta & Açores Inc, Newark	Estados Unidos	0,00%	99,79%	100,00%	100,00%	BANCO
Totta (Ireland), PLC (h)	Irlanda	0,00%	99,79%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Totta Urbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.	Portugal	0,00%	99,79%	100,00%	100,00%	IMOBILIARIA
Trade Maps 3 Hong Kong Limited	Hong-Kong	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Trade Maps 3 Ireland Limited	Irlanda	-	(a)	-	-	SECURITIZAÇÃO
Turycio Viajes y Fidelización, S.A. (b)	Espanha	0,00%	65,06%	65,06%	65,06%	VIAGENS
Tuttle & Son Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS DE COBROS Y PAGOS
Universal Support, S.A.	Espanha	0,00%	51,86%	100,00%	100,00%	TELEMARKETING
Universia Brasil S.A.	Brasil	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	INTERNET
Universia Chile S.A.	Chile	0,00%	85,11%	85,11%	84,39%	INTERNET
Universia Colombia S.A.S.	Colombia	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	INTERNET
Universia Holding, S.L.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY

Sociedade	Domicílio	% Participação do Banco		% Direito a voto (c)		Atividade
		Direta	Indireta	2013	2012	
Universia México, S.A. de C.V.	México	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	INTERNET
Universia Perú, S.A.	Peru	0,00%	76,66%	76,66%	84,45%	INTERNET
Universia Puerto Rico, Inc.	Puerto Rico	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	INTERNET
Viking Collection Services Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Vista Capital de Expansión, S.A. SGEGR	Espanha	0,00%	50,00%	50,00%	50,00%	GESTORA DE CAPITAL DE RISCO
Vista Desarrollo, S.A. SCR de Régimen Simplificado	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DO CAPITAL RISCO
W.N.P.H. Gestão e Investimentos Sociedade Unipessoal, S.A.	Portugal	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	GESTÃO DE CARTEIRAS
Wallcesa, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	INVESTIMENTO IMOBILIARIO
Wandylaw Holdings Ltd	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	-	HOLDING COMPANY
Wandylaw Wind Farm Ltd	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	-	EXPLOTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
Waypoint Insurance Group, Inc.	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	HOLDING COMPANY
Webcasas, S.A.	Brasil	0,00%	84,99%	100,00%	-	INTERNET
Whitewick Limited	Jersey	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SEM ATIVIDADE
WIM Serviços Corporativos, S.A. de C.V.	México	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	ASSESSORAMENTO

(a) Empresas sobre as quais se mantém controle efetivo.

(b) Sociedade em liquidação em 31 de dezembro de 2013.

(c) Conforme Artigo 3º do Decreto Real 1159/ 2010 de 17 de setembro, por meio do qual se aprovam as normas para elaboração de demonstrações contábeis consolidadas, para determinar o direito a voto foi acrescentado ao que a sociedade controladora possui diretamente, os que correspondem às sociedades controladas por esta ou a terceiros que atuem em seu próprio nome, porém por conta de alguma sociedade do Grupo. Para esse fim, o número de votos correspondente à sociedade controladora, em relação a suas controladas indiretas, é o que corresponde à controlada com participação direta no capital social destas últimas.

(d) Ver Nota 2.b.i.

(e) Sociedade com residência fiscal no Reino Unido.

(1) As sociedades emissoras de ações e participações preferenciais estão detalhadas no Anexo III, juntamente com as demais informações relevantes.

ANEXO II

Sociedades das quais o Grupo possui mais de 5% (g), coligadas do Grupo Santander e controladas em conjunto

Sociedade	Domicílio	% Participação do Banco		% Direito a voto (b)		Atividade	Tipo de sociedad
		Direta	Indireta	2013	2012		
26 Rue Villot S.A.S.	Francia	0,00%	35,00%	50,00%	50,00%	IMOBILIÁRIA	Controlada em conjunto
3E1 Sp. z o.o	Polónia	0,00%	12,26%	21,60%	-	EXPLOTACIÓN DE ENERGIA ELÉCTRICA	-
Administrador Financiero de Transantiago S.A.	Chile	0,00%	13,40%	20,00%	20,00%	SERVICIOS DE COBROS Y PAGOS	Coligada
Aegón Santander Generales Seguros y Reaseguros, S.A.	Espanha	0,00%	49,00%	49,00%	100,00%	SEGUROS	Controlada em conjunto
Aegón Santander Vida Seguros y Reaseguros, S.A.	Espanha	0,00%	49,00%	49,00%	100,00%	SEGUROS	Controlada em conjunto
Affirmative Insurance Holdings Inc. (consolidado)	Estados Unidos	0,00%	5,03%	0,00%	0,00%	SEGUROS	-
Affirmative Investment LLC	Estados Unidos	0,00%	5,03%	4,99%	4,99%	HOLDING COMPANY	-
Agres, Agrupación Restauradores, S.L.	Espanha	0,00%	43,00%	43,00%	43,01%	RESTAURACIÓN	Coligada
Aguas de Fuensanta, S.A.	Espanha	36,78%	0,00%	36,78%	42,21%	ALIMENTACION	Coligada
Alcover AG	Suíza	27,91%	0,00%	27,91%	27,91%	SEGUROS	-
Allfunds Bank, S.A.	Espanha	50,00%	0,00%	50,00%	50,00%	BANCO	Controlada em conjunto
Allfunds International S.A.	Luxemburgo	0,00%	50,00%	50,00%	50,00%	SERVICIOS FINANCIEROS	Controlada em conjunto
Allfunds International Schweiz AG	Suíça	0,00%	50,00%	50,00%	50,00%	SERVICIOS	Controlada em conjunto
Allfunds Nominee Limited	Reino Unido	0,00%	50,00%	50,00%	50,00%	HOLDING COMPANY	Controlada em conjunto
Anéxis, S.A.	Espanha	24,75%	24,75%	49,50%	49,50%	PUBLICIDAD	Coligada
Aquajerez, S.L.	Espanha	0,00%	49,00%	49,00%	-	ABASTECIMIENTO DE AGUA	Coligada

Sociedade	Domicilio	% Participação do Banco		% Direito a voto (b)		Atividade	Tipo de sociedade
		Direta	Indireta	2013	2012		
Arena Communications Network, S.L.	Espanha	20,00%	0,00%	20,00%	20,00%	PUBLICIDAD	Coligada
Altijari Factoring Maroc, S.A.	Marruecos	0,00%	28,95%	28,95%	28,99%	FATORING	Coligada
Altijariwafa Bank Société Anonyme (consolidado)	Marruecos	0,00%	5,26%	5,26%	5,32%	BANCO	-
Autopistas del Sol S.A.	Argentina	0,00%	7,14%	7,14%	14,17%	CONCESIÓN DE AUTOPISTAS	-
Aviva Powszechne Towarzystwo Emerytalne Aviva BZ WBK S.A.	Polónia	0,00%	7,00%	10,00%	10,00%	ADMINISTRADORA DE FUNDOS DE PENSÃO	-
Aviva Towarzystwo Ubezpieczeń na Życie S.A.	Polónia	0,00%	7,00%	10,00%	10,00%	SEGUROS	-
Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.	Angola	0,00%	24,94%	24,99%	24,99%	BANCO	Coligada
Banco Internacional da Guiné-Bissau, S.A. (a)	Guinea Bissau	0,00%	48,90%	49,00%	49,00%	BANCO	-
Bank of Beijing Consumer Finance Company	China	0,00%	20,00%	20,00%	-	FINANCEIRA	Coligada
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A. (consolidado)	Portugal	0,00%	25,76%	25,81%	25,81%	IMOBILIARIA	Coligada
BW Guirapá I S.A.	Brasil	0,00%	30,53%	40,57%	-	HOLDING COMPANY	Coligada
Cantabria Capital, SGECR, S.A.	Espanha	50,00%	0,00%	50,00%	50,00%	GESTORA DO CAPITAL RISCO	Coligada
Carnes Estelles, S.A. (a)	Espanha	21,41%	0,00%	21,41%	21,41%	ALIMENTACIÓN	Coligada
Cartera del Norte, S.A.	Espanha	36,10%	0,00%	36,10%	36,10%	FINANCEIRA	Coligada
CCPT - ComprarCasa, Rede Serviços Imobiliários, S.A.	Portugal	0,00%	47,56%	47,56%	47,56%	SERVIÇOS IMOBILIARIOS	Controlada em conjunto
Central Eólica Angical S.A.	Brasil	0,00%	30,53%	40,57%	-	EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	Coligada
Central Eólica Caititu S.A.	Brasil	0,00%	30,53%	40,57%	-	EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	Coligada
Central Eólica Coqueirinho S.A.	Brasil	0,00%	30,53%	40,57%	-	EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	Coligada
Central Eólica Corruptão S.A.	Brasil	0,00%	30,53%	40,57%	-	EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	Coligada
Central Eólica Inhambu S.A.	Brasil	0,00%	30,53%	40,57%	-	EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	Coligada
Central Eólica Tamanduá Mirim S.A.	Brasil	0,00%	30,53%	40,57%	-	EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	Coligada
Central Eólica Teiu S.A.	Brasil	0,00%	30,53%	40,57%	-	EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	Coligada
Centro de Compensación Automatizado S.A.	Chile	0,00%	22,34%	33,33%	33,33%	SERVIÇOS DE COBROS Y PAGOS	Coligada
Centro para el Desarrollo, Investigación y Aplicación de Nuevas Tecnologías, S.A.	Espanha	0,00%	49,00%	49,00%	49,00%	TECNOLOGÍA	Coligada
Comder Contraparte Central S.A.	Chile	0,00%	7,43%	11,09%	-	SERVIÇOS FINANCEIROS	Coligada
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	Brasil	0,00%	30,02%	39,90%	39,90%	LEASING	Controlada em conjunto
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	Brasil	0,00%	30,02%	39,90%	39,90%	FINANCEIRA	Controlada em

Sociedade	Domicílio	% Participação do Banco		% Direito a voto (b)		Atividade	Tipo de sociedade
		Direta	Indireta	2013	2012		
							conjunto
Companhia Promotora UCI	Brasil	0,00%	25,00%	25,00%	25,00%	SERVIÇOS FINANCEIROS	Controlada em conjunto
Compañía Española de Seguros de Crédito a la Exportación, S.A., Compañía de Seguros y Reaseguros (consolidado)	Espanha	20,53%	0,55%	21,08%	21,08%	SEGUROS DE CRÉDITO	-
Comprarcasa Servicios Inmobiliarios, S.A.	Espanha	0,00%	50,00%	50,00%	47,50%	SERVIÇOS INMOBILIARIOS	Controlada em conjunto
Dirgenfin, S.L.	Espanha	0,00%	50,00%	50,00%	40,00%	PROMOCIÓN IMOBILIÁRIA	Controlada em conjunto
Ecosistema Virtual para la Promoción del Comercio, S.L.	Espanha	33,33%	0,00%	33,33%	-	SERVIÇOS	Coligada
Eko Energy Sp. z o.o	Polónia	0,00%	12,49%	22,00%	-	EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	-
Elincasol S.L. (consolidado)	Espanha	0,00%	46,19%	46,19%	-	EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	Controlada em conjunto
Energía Eólica de México, S.A. de C.V. (consolidado)	México	0,00%	50,00%	50,00%	100,00%	HOLDING COMPANY	Controlada em conjunto
Energía Renovable del Istmo, S.A. de C.V.	México	0,00%	50,00%	50,00%	-	EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	Controlada em conjunto
Enerstar Villena, S.A.	Espanha	0,00%	42,20%	42,20%	-	EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	Controlada em conjunto
Farma Wiatrowa Jablowo Sp. z o.o	Polónia	0,00%	12,26%	21,60%	-	EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	-
FC2Egestión, S.L.	Espanha	0,00%	50,00%	50,00%	50,00%	GESTION MEDIOAMBIENTAL	Controlada em conjunto
Federal Home Loan Bank of Pittsburgh	Estados Unidos	0,00%	15,23%	15,23%	21,01%	BANCO	-
Federal Reserve Bank of Boston	Estados Unidos	0,00%	28,38%	28,38%	40,18%	BANCO	-
Fondo de Securitização de Ativos UCI 11	Espanha	-	(d)	-	-	SECURITIZAÇÃO	Controlada em conjunto
Fondo de Securitização de Ativos UCI 14	Espanha	-	(d)	-	-	SECURITIZAÇÃO	Controlada em conjunto

Sociedade	Domicílio	% Participação do Banco		% Direito a voto (b)		Atividade	Tipo de sociedade
		Direta	Indireta	2013	2012		
Fondo de Securitização de Ativos UCI 15	Espanha	-	(d)	-	-	SECURITIZAÇÃO	Controlada em conjunto
Fondo de Securitização de Ativos UCI 16	Espanha	-	(d)	-	-	SECURITIZAÇÃO	Controlada em conjunto
Fondo de Securitização de Ativos UCI 17	Espanha	-	(d)	-	-	SECURITIZAÇÃO	Controlada em conjunto
Fondo de Securitização de Ativos UCI 18	Espanha	-	(d)	-	-	SECURITIZAÇÃO	Controlada em conjunto
Fondo de Securitização Hipotecaria UCI 10	Espanha	-	(d)	-	-	SECURITIZAÇÃO	Controlada em conjunto
Fondo de Securitização Hipotecaria UCI 12	Espanha	-	(d)	-	-	SECURITIZAÇÃO	Controlada em conjunto
Fortune Auto Finance Co., Ltd	China	0,00%	50,00%	50,00%	-	FINANCEIRA	Controlada em conjunto
Friedrichstrasse, S.L.	Espanha	35,00%	0,00%	35,00%	35,00%	IMOBILIÁRIA	Coligada
Gestión Santander, S.A. de C.V., Sociedad Operadora de Sociedades de Inversión, Grupo Financiero Santander México	México	0,00%	50,00%	50,00%	100,00%	GESTORA DE FUNDOS	Controlada em conjunto
Gire S.A.	Argentina	0,00%	57,92%	58,33%	58,33%	SERVIÇOS DE COBROS Y PAGOS	Coligada
Grupo Alimentario de Exclusivas, S.A. (a)	Espanha	40,46%	0,00%	40,46%	47,23%	ALIMENTACIÓN	Coligada
Heican Desarrollo Eólico, S.L.	Espanha	0,00%	46,00%	46,00%	46,00%	EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	Controlada em conjunto
Hidroatléxico, S.A.P.I. DE C.V.	México	0,00%	50,76%	50,76%	-	EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	Controlada em conjunto
HLC – Centrais de Cogeração, S.A.	Portugal	0,00%	24,46%	24,49%	24,49%	EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	-
HRE Investment Holdings II-A S.à.r.l.	Luxemburgo	0,00%	73,70%	0,00%	0,00%	HOLDING COMPANY	-
HSH Delaware L.P.	Estados Unidos	0,00%	69,19%	0,00%	0,00%	HOLDING COMPANY	-
Hyundai Capital Germany GmbH	Alemanha	0,00%	49,99%	49,99%	49,99%	SERVIÇOS	Controlada em conjunto

Sociedade	Domicílio	% Participação do Banco		% Direito a voto (b)		Atividade	Tipo de sociedade
		Direta	Indireta	2013	2012		
Hyundai Capital UK Limited	Reino Unido	0,00%	50,01%	50,01%	50,01%	FINANCFIRA	Controlada em conjunto
Ideia Produções e Design Ltda - ME	Brasil	0,00%	59,49%	70,00%	-	SERVIÇOS	Controlada em conjunto
Imperial Holding S.C.A.	Luxemburgo	0,00%	36,36%	36,36%	36,36%	INVERSION MOBILIARIA	-
Indice Iberoamericano de Investigación y Conocimiento, A.I.E.	Espanha	0,00%	51,00%	51,00%	51,00%	SISTEMA DE INFORMACAO	Controlada em conjunto
Inmo Alemania Gestión de Activos Inmobiliarios, S.A.	Espanha	0,00%	20,00%	20,00%	20,00%	HOLDING COMPANY	-
Inversiones ZS América Dos Ltda	Chile	0,00%	49,00%	49,00%	49,00%	INVERSION MOBILIARIA E IMOBILIARIA	Coligada
Inversiones ZS América SpA	Chile	0,00%	49,00%	49,00%	49,00%	INVERSION MOBILIARIA E IMOBILIARIA	Coligada
Invico S.A.	Polónia	0,00%	14,76%	21,09%	12,21%	CÓMERCIO	-
J.C. Flowers I L.P.	Estados Unidos	0,00%	10,60%	4,99%	4,99%	HOLDING COMPANY	-
J.C. Flowers II-A L.P.	Canadá	0,00%	69,40%	4,43%	4,43%	HOLDING COMPANY	-
J.C. Flowers AIV P I L.P.	Canadá	0,00%	7,67%	4,99%	4,99%	HOLDING COMPANY	-
JCF BIN II-A	Mauritania	0,00%	69,52%	4,43%	4,43%	HOLDING COMPANY	-
JCF II-A AIV K L.P.	Canadá	0,00%	69,52%	0,00%	0,00%	HOLDING COMPANY	-
JCF II-A Special AIV K L.P.	Canadá	0,00%	72,29%	4,99%	4,99%	HOLDING COMPANY	-
Jupiter III C.V.	Países Baixos	0,00%	72,75%	4,99%	4,99%	HOLDING COMPANY	-
Jupiter JCF AIV II-A C.V.	Países Baixos	0,00%	69,41%	4,99%	4,99%	HOLDING COMPANY	-
Kassadesign 2005, S.L.	Espanha	0,00%	50,00%	50,00%	50,00%	IMOBILIARIA	Controlada em conjunto
Konesticial, S.L.	Espanha	0,00%	50,00%	50,00%	-	HOLDING COMPANY	Controlada em conjunto
Krynicki Recykling S.A.	Polónia	0,00%	15,62%	22,32%	24,54%	GESTIÓN DE RESIDUOS	Coligada
Luri 3, S.A.	Espanha	10,00%	0,00%	10,00%	10,00%	IMOBILIARIA	Controlada em conjunto
Metrohouse S.A.	Polónia	0,00%	14,86%	21,23%	21,23%	IMOBILIARIA	Coligada
Metrovacesa, S.A. (consolidado)	Espanha	36,82%	0,00%	36,82%	34,87%	IMOBILIARIA	Coligada
Nevis Power Limited	Reino Unido	0,00%	50,00%	50,00%	50,00%	EXPLOTACAO DE ENERGIA ELÉTRICA	Controlada em conjunto
New P.L.L. S.a.r.l.	Luxemburgo	0,00%	7,67%	0,00%	0,00%	HOLDING COMPANY	-
NIB Special Investors IV-A LP	Canadá	0,00%	99,70%	4,99%	4,99%	HOLDING COMPANY	-

Sociedade	Domicílio	% Participação do Banco		% Direito a voto (b)		Atividade	Tipo de sociedade
		Direta	Indireta	2013	2012		
NIB Special Investors IV-B LP	Canadá	0,00%	95,80%	4,99%	4,99%	HOLDING COMPANY	-
Norchem Holdings e Negócios S.A.	Brasil	0,00%	16,37%	29,00%	29,00%	HOLDING COMPANY	Coligada
Norchem Participações e Consultoria S.A.	Brasil	0,00%	37,63%	50,00%	50,00%	SOCIEDADE DE VALORES	Controlada em conjunto
Nowotna Farma Wiatrowa Sp. z o.o	Polónia	0,00%	12,26%	21,60%	-	EXPLOTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	-
NPG Wealth Management S.à.r.l (consolidado)	Luxemburgo	0,00%	7,63%	0,00%	0,00%	HOLDING COMPANY	-
Olivant Investments Switzerland S.A.	Luxemburgo	0,00%	35,18%	35,18%	35,18%	HOLDING COMPANY	Coligada
Olivant Limited (consolidado)	Guernsey	0,00%	10,39%	10,39%	10,39%	HOLDING COMPANY	-
Omega Financial Services GmbH	Alemanha	0,00%	50,00%	50,00%	50,00%	SERVIÇOS	Controlada em conjunto
Operadora de Ativos Alfa, S.A. De C.V.	México	0,00%	49,98%	49,98%	49,98%	FINANCEIRA	Coligada
Operadora de Ativos Beta, S.A. de C.V.	México	0,00%	49,99%	49,99%	49,99%	FINANCEIRA	Coligada
Operadora de Cartões de Crédito Nexus S.A.	Chile	0,00%	8,65%	12,90%	-	CARTÕES	Coligada
Parque Eólico Dominica, S.A.P.I. de C.V.	México	0,00%	41,07%	41,07%	50,00%	EXPLOTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	Controlada em conjunto
Parque Eólico el Mezquite, S.A.P.I. de C.V.	México	0,00%	41,07%	41,07%	50,00%	EXPLOTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	Controlada em conjunto
Parque Eólico la Carabina I, S.A.P.I. de C.V.	México	0,00%	41,07%	41,07%	50,00%	EXPLOTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	Controlada em conjunto
Parque Eólico la Carabina II, S.A.P.I. de C.V.	México	0,00%	41,07%	41,07%	50,00%	EXPLOTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	Controlada em conjunto
Parque Solar Afortunada, S.L.	Espanha	98,00%	0,00%	25,00%	25,00%	EXPLOTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	Controlada em conjunto
Parque Solar la Robla, S.L.	Espanha	95,00%	0,00%	25,00%	25,00%	EXPLOTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	-
Parque Solar Páramo, S.L.	Espanha	92,00%	0,00%	25,00%	25,00%	EXPLOTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	Controlada em conjunto
Parque Solar Saelices, S.L.	Espanha	95,00%	0,00%	25,00%	25,00%	EXPLOTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	-
Partang, SCPS, S.A.	Portugal	0,00%	48,90%	49,00%	49,00%	HOLDING COMPANY	Coligada
Persano Energy 2 S.r.l.	Itália	0,00%	20,00%	20,00%	-	EXPLOTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	Controlada em conjunto

Sociedade	Domicilio	% Participação do Banco		% Direito a voto (b)		Atividade	Tipo de sociedad
		Direta	Indireta	2013	2012		
Persano Energy S.r.l.	Itália	0,00%	20,00%	20,00%	-	EXPLOTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	Controlada em conjunto
POLFUND - Fundusz Pożyczek Kredytowych S.A.	Polónia	0,00%	35,00%	50,00%	50,00%	GESTORA	Coligada
Ponte Albanito S.r.l.	Itália	0,00%	30,00%	30,00%	-	EXPLOTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	Controlada em conjunto
Prodesur Mediterráneo, S.L.	Espanha	0,00%	50,23%	50,23%	50,00%	IMOBILIÁRIA	Controlada em conjunto
Proinsur Mediterráneo, S.L.	Espanha	0,00%	50,00%	50,00%	50,00%	IMOBILIÁRIA	Controlada em conjunto
PSA Finance PLC	Reino Unido	0,00%	50,00%	50,00%	50,00%	LEASING	Coligada
Q 205 Real Estate GmbH	Alemanha	0,00%	17,50%	17,50%	17,50%	IMOBILIÁRIA	-
Queenford, S.L.	Espanha	0,00%	49,00%	49,00%	49,00%	IMOBILIÁRIA	Coligada
Redbanc S.A.	Chile	0,00%	22,40%	33,43%	33,43%	SERVIÇOS	Coligada
Redbanc, S.A.	Uruguai	0,00%	20,00%	20,00%	20,00%	SERVIÇOS	-
Redsys Servicios de Procesamiento, S.L.U.	Espanha	16,97%	0,00%	16,97%	16,29%	CARTÕES	Coligada
Retama Real Estate, S.A.	Espanha	0,00%	50,00%	50,00%	50,00%	SERVIÇOS	Controlada em conjunto
Rio Alto Gestão de Créditos e Participações, S.A.	Brasil	0,00%	37,63%	50,00%	-	SERVIÇOS DE COBROS Y PAGOS	-
SAM Brasil Participações Ltda.	Brasil	0,00%	50,00%	50,00%	-	HOLDING COMPANY	Controlada em conjunto
SAM Finance Lux S.à.r.l	Luxemburgo	0,00%	50,00%	50,00%	-	GESTORA	Controlada em conjunto
SAM Investment Holdings Limited	Jersey	0,00%	50,00%	50,00%	-	HOLDING COMPANY	Controlada em conjunto
SAM Puerto Rico Holdings, Inc.	Puerto Rico	0,00%	50,00%	50,00%	-	HOLDING COMPANY	Controlada em conjunto
Santander Ahorro Inmobiliario 1, S.I.I., S.A.	Espanha	30,84%	0,01%	30,95%	28,77%	INVERSIÓN IMOBILIÁRIA	Coligada
Santander Asset Management Luxembourg, S.A.	Luxemburgo	0,00%	50,00%	50,00%	100,00%	GESTORA DE FUNDOS	Controlada em conjunto
Santander Asset Management S.A. Administradora General de Fondos	Chile	0,00%	49,99%	49,99%	100,00%	GESTORA DE FUNDOS	Controlada em

Sociedade	Domicilio	% Participação do Banco		% Direito a voto (b)		Atividade	Tipo de sociedad
		Direta	Indireta	2013	2012		
							conjunto
Santander Asset Management UK Holdings Limited	Reino Unido	0,00%	50,00%	50,00%	100,00%	HOLDING COMPANY	Controlada em conjunto
Santander Asset Management UK Limited	Reino Unido	0,00%	50,00%	50,00%	100,00%	GESTIÓN DE FONDOS Y CARTERAS	Controlada em conjunto
Santander Asset Management USA, L.L.C.	Estados Unidos	0,00%	50,00%	50,00%	-	GESTORA DE FUNDOS E PATRIMÓNIOS	Controlada em conjunto
Santander Asset Management, L.L.C.	Puerto Rico	0,00%	50,00%	50,00%	100,00%	GESTORA	Controlada em conjunto
Santander Asset Management, S.A., S.G.I.I.C.	Espanha	0,00%	50,00%	50,00%	100,00%	GESTORA DE FUNDOS	Controlada em conjunto
Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Brasil	0,00%	50,00%	50,00%	100,00%	GESTORA	Controlada em conjunto
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.	Brasil	0,00%	50,00%	50,00%	-	INVERSIÓN IMOBILIÁRIA	Controlada em conjunto
Santander Consumer USA Inc. (consolidado)	Estados Unidos	0,00%	64,97%	64,97%	64,97%	FINANCEIRA	Controlada em conjunto
Santander Elavon Merchant Services Entidad de Pago, S.l.	Espanha	49,00%	0,00%	49,00%	-	SERVIÇOS DE PAGOS	Controlada em conjunto
Santander ISA Managers Limited	Reino Unido	0,00%	50,00%	50,00%	100,00%	GESTION DE FONDOS Y CARTERAS	Controlada em conjunto
Santander Pensiones, S.A., E.G.F.P.	Espanha	0,00%	50,00%	50,00%	100,00%	ADMINISTRADORA DE FUNDOS DE PENSÃO	Controlada em conjunto
Santander Portfolio Management UK Limited	Reino Unido	0,00%	50,00%	50,00%	100,00%	FINANCEIRA	Controlada em conjunto
Santander Rio Asset Management Gerente de Fondos Comunes de Inversión S.A.	Argentina	0,00%	50,00%	50,00%	100,00%	GESTORA DE FUNDOS	Controlada em conjunto
Santander Seguros, S.A.	Uruguai	0,00%	49,00%	49,00%	49,00%	SEGUROS	Coligada
Santander Unit Trust Managers UK Limited	Reino Unido	0,00%	50,00%	50,00%	100,00%	GESTION DE FONDOS Y	Controlada

Sociedade	Domicilio	% Participação do Banco		% Direito a voto (b)		Atividade	Tipo de sociedad em conjunto
		Direta	Indireta	2013	2012		
						CARTERAS	em conjunto
Saturn Japan II Sub C.V.	Países Baixos	0,00%	69,30%	0,00%	0,00%	HOLDING COMPANY	-
Saturn Japan III Sub C.V.	Países Baixos	0,00%	72,71%	0,00%	0,00%	HOLDING COMPANY	-
Saudi Hoffardi Bank (consolidado)	Arabia Saudi	0,00%	11,16%	11,16%	11,16%	BANCO	-
Serviços de Infraestrutura de Mercado OTC S.A.	Chile	0,00%	7,45%	11,11%	-	SERVIÇOS	Coligada
Sociedad de Gestión de Activos Procedentes de la Reestructuración Bancaria, S.A.	Espanha	17,28%	0,00%	17,28%	17,15%	SERVIÇOS FINANCEIROS	-
Sociedad Interbancaria de Depósitos de Valores S.A.	Chile	0,00%	19,63%	29,29%	29,29%	DEPÓSITO DE VALORES	Coligada
Sociedad Promotora Bilbao Plaza Financiera, S.A.	Espanha	19,04%	14,66%	33,90%	33,90%	ASSESSORAMENTO	-
Solar Energy Capital Europe S.à.r.l. (consolidado)	Luxemburgo	0,00%	33,33%	33,33%	33,33%	HOLDING COMPANY	Controlada em conjunto
Tecnologia Bancária S.A.	Brasil	0,00%	17,70%	20,82%	20,82%	CAJEROS AUTOMATICOS	Coligada
Teka Industrial, S.A. (consolidado)	Espanha	0,00%	9,42%	9,42%	9,42%	ELECTRODOMESTICOS	-
The HSH AIV 4 Trust	Estados Unidos	0,00%	69,19%	4,99%	4,99%	HOLDING COMPANY	-
The JCF HRE AIV II-A Trust (a)	Estados Unidos	0,00%	73,70%	4,99%	4,99%	HOLDING COMPANY	-
Tonopah Solar Energy Holdings I, LLC	Estados Unidos	0,00%	26,80%	26,80%	-	HOLDING COMPANY	Coligada
Trabajando.com Chile S.A.	Chile	0,00%	33,33%	33,33%	33,33%	SERVIÇOS	Coligada
Transbank S.A.	Chile	0,00%	16,75%	25,00%	25,00%	CARTÕES	Coligada
Transolver Finance EFC, S.A.	Espanha	0,00%	50,00%	50,00%	50,00%	LEASING	Controlada em conjunto
U.C.I., S.A.	Espanha	50,00%	0,00%	50,00%	50,00%	HOLDING COMPANY	Controlada em conjunto
UCI Holding Brasil Ltda	Brasil	0,00%	50,00%	50,00%	50,00%	HOLDING COMPANY	Controlada em conjunto
UCI Mediação de Seguros Unipessoal, Lda.	Portugal	0,00%	50,00%	50,00%	50,00%	CORREDURIA DE SEGUROS	Controlada em conjunto
Unicre Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal	0,00%	21,45%	21,50%	21,50%	FINANÇEIRA	Coligada
Unión de Créditos Inmobiliarios, S.A., EFC	Espanha	0,00%	50,00%	50,00%	50,00%	SOCIEDADE DE CRÉDITOS HIPOTECARIOS	Controlada em conjunto
Vector Software Factory, S.L. (consolidado)	Espanha	0,00%	45,00%	45,00%	45,00%	INFORMÁTICA	Coligada
Viking Consortium Holdings Limited (consolidado)	Reino Unido	0,00%	24,99%	24,99%	24,99%	HOLDING COMPANY	-
Webmotors S.A.	Brasil	0,00%	59,49%	70,00%	100,00%	SERVIÇOS	Controlada

Sociedade	Domicilio	% Participação do Banco		% Direito a voto (b)		Atividade	Tipo de sociedad em conjunto
		Direta	Indireta	2013	2012		
Zakłady Przemysłu Jedwabniczego DOLWIS S.A. w upadłości likwidacyjnej (a)	Polónia	0,00%	30,80%	44,00%	-	PRODUCCIÓN TEXTIL	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	Brasil	0,00%	48,79%	48,79%	49,00%	SEGUROS	Coligada
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	Brasil	0,00%	48,79%	48,79%	49,00%	SEGUROS	Coligada
Zurich Santander Holding (Spain), S.L.	Espanha	0,00%	49,00%	49,00%	49,00%	HOLDING COMPANY	Coligada
Zurich Santander Holding Dos (Spain), S.L.	Espanha	0,00%	49,00%	49,00%	49,00%	HOLDING COMPANY	Coligada
Zurich Santander Insurance América, S.L.	Espanha	49,00%	0,00%	49,00%	49,00%	HOLDING COMPANY	Coligada
Zurich Santander Seguros Argentina S.A.	Argentina	0,00%	49,00%	49,00%	49,00%	SEGUROS	Coligada
Zurich Santander Seguros de Vida Chile S.A.	Chile	0,00%	49,00%	49,00%	49,00%	SEGUROS	Coligada
Zurich Santander Seguros Generales Chile S.A.	Chile	0,00%	49,00%	49,00%	49,00%	SEGUROS	Coligada
Zurich Santander Seguros México, S.A.	México	0,00%	49,00%	49,00%	49,00%	SEGUROS	Coligada

(a) Empresa em liquidação de 31 de dezembro de 2013.

(b) Em conformidade com o artigo 3 do Real Decreto 1159 / 2010, de 17 de setembro, que estabelece as regras para a elaboração das demonstrações anuais consolidadas, para determinar os direitos de voto foram adicionados para aqueles que diretamente é o dono da sociedade dominante, que correspondem a sociedades dominadas por esta ou outras pessoas agindo em nome próprio mas por conta de qualquer empresa do Grupo. Para estes fins, o número de votos correspondente à sociedade-mãe, em relação as controladas indiretamente a partir dele, é correspondente à subsidiária que participam diretamente do capital social destas.

(c) Excluídas as empresas do Grupo, detalhadas no anexo I, bem como aqueles que apresentam um interesse pouco significativo com respeito à verdadeira imagem que deve expressar as contas consolidadas (de acordo com os 48 artigos do código comercial e o Capital empresas ato 260).

(d) As empresas em que a sociedade não dependente do Grupo mantém um controle efetivo.

Anexo III

Subsidiárias de emissão de ações e ações preferenciais

Sociedade	Casa	% De participação do Banco		Atividade
		Direto	Indireta	
Banesto Holdings, Ltd. (a)	Guernsey	99,99%	0,00%	NENHUMA ATIVIDADE
Estação Santander Espanha, S.A. Unipersonal	Espanha	100,00%	0,00%	FINANCEIRA
150 estação Santander, S.A. Unipersonal	Espanha	100,00%	0,00%	FINANCEIRA
Capital financeiro de Santander, S.A. Unipersonal	Espanha	100,00%	0,00%	FINANCEIRA
Santander financiamento preferido, S.A. Unipersonal	Espanha	100,00%	0,00%	FINANCEIRA
Santander internacional preferido, S.A. Unipersonal	Espanha	100,00%	0,00%	FINANCEIRA
Fundos de investimento imobiliário soberano	Estados Unidos	0,00%	100,00%	FINANCEIRA
Totta & Açores, financiamento, limitada	Ilhas Cayman	0,00%	99,79%	FINANCEIRA

(a) Quantidade de acordo com os livros de cada sociedade a 31 de dezembro de 2013, convertida em euros (para empresas estrangeiras), à taxa de câmbio no encerramento do exercício financeiro.

(b) Sociedade em liquidação em 31 de dezembro de 2013.

Anexo IV

Notificação de aquisição e venda de participações na capital no ano 2013.

(Art. 155 da lei as Sociedades de Capital e artigo 53 Lei 24/1998 Mercados de Valores).

Com data de 07.05.2013 foi registrado nas comunicações CNMV feitas pelo Banco Santander, que informou que a participação do Grupo Santander em OBRASCON HUARTE LAIN, S.A. ultrapassou os 3% 26.04.2013.

Com data de 07.05.2013 foi registrado nas comunicações CNMV feitas pelo Banco Santander, que informou que a participação do Grupo Santander em OBRASCON HUARTE LAIN, S.A. tinha caído a 3% 03.05.2013.

Com data de 09.05.2013 foi registrado nas comunicações CNMV feitas pelo Banco Santander, que informou que a participação do Grupo Santander em METROVACESA, S.A. tinha caído a 30% 03.05.2013 dia. (A razão para a notificação foi a alteração da titularidade de indireta para ações diretas da METROVACESA, S.A. detida pelo BANESTO, como resultado da fusão por absorção pelo Banco SANTANDER BANESTO).

Com data de 16.05.2013 foi registrado nas comunicações CNMV feitas pelo Banco Santander, que informou que a participação do Grupo Santander em OBRASCON HUARTE LAIN, S.A. ultrapassou os 3% 08.05.2013.

Com data de 16.05.2013 foi registrado nas comunicações CNMV feitas pelo Banco Santander, que informou que a participação do Grupo Santander em OBRASCON HUARTE LAIN, S.A. tinha caído a 3% 13.05.2013.

Com data de 21.05.2013 foi registrado nas comunicações CNMV feitas pelo Banco Santander, que informou que a participação do Grupo Santander em METROVACESA, S.A. tinha ultrapassado 35% em 16.05.2013

Com data de 16.12.2013 foi registrado nas comunicações CNMV feitas pelo Banco Santander, que informou que a participação do Grupo Santander em BOLSAS Y MERCADOS ESPAÑOLES, SDAD HOLDING DE MDOS e SMAS FIN., S.A. tinha ultrapassou 3% em 06.12.2013.

Com data de 18.12.2013 foi registrado nas comunicações CNMV feitas pelo Banco Santander, que informou que a participação do Grupo Santander em BOLSAS Y MERCADOS ESPAÑOLES, SDAD HOLDING DE MDOS e SMAS FIN., S.A. tinha caído a 3% 16.12.2013.

Anexo V

Outras informações dos bancos do Grupo

A) Abaixo fornece informações específicas sobre as alocações de capital dos bancos principais do Grupo de acordo com o total dos seus ativos.

1. Santander UK plc

a) Número de instrumentos financeiros de capital detidos pelo Grupo

O Grupo tem suas ações por um valor de 3.105.176.886,60 libras esterlinas (GBP), através do Banco Santander, S.A. (24.117.268.865 ações com valor nominal de 0,10 libras Esterlinas), Cántabro Catalana de Inversiones, S.A. (uma ação com valor nominal de 0,10 GBP) e Santusa Holding S.L. (6.934.500.000 ações com valor nominal de 0,10 libras Esterlinas).

Em 23 de outubro de 1995 a 13 de fevereiro de 1996, o Santander UK plc emitiu títulos subordinados conversíveis em ações de preferência não-cumulativo vale 1 GBP, enquanto um total de 200 milhões de libras Esterlinas. A troca pode ser feita em qualquer data de pagamento de juros, desde que ele notifica os acionistas com um prazo de pré-aviso de entre 30 e 60 dias. A Santander Financial Exchange Limited Group detém 63.913.355 ações.

Além disso, em 9 de junho de 1997, Santander UK plc emitiu também títulos subordinados conversíveis em ações preferenciais não-cumulativo com um valor, ao mesmo tempo de GBP 1 cada para um total de 125 milhões de libras Esterlinas. A troca, por opção do emitente, pode ocorrer em qualquer data de pagamento de juros, desde que eles notificarem os titulares com um prazo de pré-aviso de entre 30 e 60 dias. Através do Santander limitada de trocas financeiras, o Grupo tem 100.487.938 títulos.

28 de abril de 2010, o Santander UK plc publicou 300 milhões de ações preferenciais com um valor ao mesmo tempo de GBP 1 cada para substituir, de acordo com a legislação em vigor, outro antigo transmissão sobre os mesmos termos e condições da sociedade Alliance & Leicester Limited. Dentro desta nova edição, o Grupo tem com 107,3 milhões de ações através do Banco Santander, S.A. e 155,7 milhões de ações através do Santander limitada de trocas financeiras.

b) O capital aumenta, em curso

Não há nenhum aumentos de capital aprovados no curso.

c) o estoque de capital recompras autorizadas pelos acionistas em Assembléia Geral

A Assembléia geral ordinária realizada em 24 de abril de 2013, concordada em autorizar a empresa incondicionalmente concluir as seguinte recompras de patrimônio líquido.

1. a recompra de suas próprias ações de 8,625%, nas seguintes condições preferenciais:

(a) A empresa pode recomprar até 125.000.000 ações preferenciais de 8,625%;

- (b) O menor preço que vai pagar a empresa para as ações preferenciais de 8,625% será 75% da média dos preços de mercado de ações preferenciais durante os cinco dias que antecedem a compra; e
- (c) O preço mais alto (excluindo despesas) que a empresa pode pagar para cada ação preferencial de 8,625% será 125% da média dos preços de mercado de ações preferenciais durante os cinco dias antes da aquisição.

Note-se que autorização, a menos que é renovada, modificada ou revogada pela sociedade, caducam na data da próxima reunião geral da empresa; No entanto, sociedade, antes de tal validade, pode acordar de recompra suas ações preferenciais de 8,625%, mesmo se a compra é finalizada após a expiração da autorização.

2. a recompra de suas próprias ações de 10,375%, nas seguintes condições preferenciais:

- (a) A empresa pode recomprar até 200.000.000 ações preferenciais de 10,375%;
- (b) O menor preço que vai pagar a empresa para as ações preferenciais de 10,375% será de 75% da média dos preços de mercado de ações preferenciais durante os cinco dias que antecedem a compra; e
- (c) O preço mais alto (excluindo despesas) que a empresa pode pagar para cada ação preferencial de 10,375% será 125% da média dos preços de mercado de ações preferenciais durante os cinco dias antes da aquisição.

Note-se que autorização, a menos que seja renovada, modificada ou revogada pela sociedade, vencem data da próxima reunião geral da empresa. No entanto, sociedade, antes de tal vencimento, pode acordar a recompra de seu 10,375% dos ações preferenciais, mesmo se a compra é finalizada após a expiração da autorização.

3. a recompra de suas próprias preferencial de ações e não cumulativa Serie A digital Fijo/variável, sujeito às seguintes condições:

- (a) a empresa pode recomprar até 300.002 ações preferenciais não cumulativo e resgatável do série A digital Fijo/variável;
- (b) o menor preço que vai pagar a empresa ações preferenciais não cumulativas e resgatáveis série tipo Fijo/variável será 75% da média dos preços de mercado de ações preferenciais durante os cinco dias que antecedem a compra; e
- (c) o preço mais alto (excluindo despesas) a empresa pode pagar por preferência de compartilhamento não cumulativa e Rescatable série A digital Fijo/variável será 125% da média dos preços de mercado de ações preferenciais durante os cinco dias antes da aquisição.

Note-se que autorização, a menos que seja renovada, modificada ou revogada pela sociedade, vencem data da próxima reunião geral da empresa. No entanto, sociedade, antes de tal vencimento, pode concordar em recomprar suas ações preferenciais compartilha série não cumulativo e resgatável Fijo/variável, mesmo se a compra é finalizada após a expiração da autorização.

No entanto, antes da data aprazada, empresa pode apresentar uma proposta ou celebrar acordos que possam exigir a atribuição de ações e conselheiros podem atribuir ações em conformidade com qualquer oferta ou acordo, no entanto, a caducidade da autorização concedida pelo presente acordo.

Eles estão revogados nos termos do presente acordo e substituir quaisquer autorizações anteriores concedidos aos diretores e não exercido para a atribuição de ações, sem prejuízo de qualquer atribuição de ações ou a questão dos direitos já realizado, oferecido ou acordadas

d) Direitos incorporados em partes do fundador, bônus com rendimento, obrigações conversíveis e títulos ou direitos similares

Não aplicável

e) Determinadas circunstâncias que restringem a disponibilidade de reservas

Não aplicável.

f) Fora as entidades do Grupo que, diretamente ou através de subsidiárias, possui uma participação igual ou superior a 10% do patrimônio

Não aplicável.

g) Instrumentos de capital admitiram à negociação

Não aplicável.

2. Abbey National Treasury Services plc

a) Número de instrumentos financeiros de capital detido pelo Grupo

O Grupo detém ações com um valor de GBP 2.549.000.000 através do Santander UK plc (2.548.999.999 ações com um valor a par GBP 1,00 cada) e Abbey National Nominees Limited (1 quota no valor nominal de 1,00 GBP).

Além disso, o Grupo é o proprietário de 1.000 "tracker shares" (ações sem direito de voto, mas com direitos econômicos preferenciais) pelo valor de 1.000 libras Esterlinas e 1.000 "valor de rastreador B das ações de GBP 1.000 através do Santander UK plc e ambos com um valor nominal de GBP 1,00 cada.

b) Ampliações de instrumentos de capital em andamento

Não há nenhum aumentos de capital aprovados no curso.

c) Capital autorizado pela Assembléia de acionistas

Não aplicável

d) Direitos incorporados em partes do fundador, bônus com rendimento, obrigações conversíveis e títulos ou direitos similares

Não aplicável

e) Determinadas circunstâncias que restringem a disponibilidade de reservas

Não aplicável.

f) As entidades que, diretamente ou através de subsidiárias, possuem uma participação igual ou superior a 10% do patrimônio

Não aplicável.

g) Instrumentos de capital admitiram à negociação

Não aplicável

3. Banco Santander (Brasil) S.A.

a) Número de instrumentos de capital detido pelo Grupo

O Grupo detém 161.084.696.502 ações e 137.645.883.715 comuns preferiam através do Banco Santander S.A. e suas controladas Sterrebeeck B.V., Grupo Empresarial Santander, S.L. e Santander Insurance Holding, S.L.

As ações que compõem o capital do Banco Santander (Brasil) S.A. não têm valor nominal e não há nenhum desembolsos pendentes. No final do ano, o número de ações que compõem o tesouro é 1.021.459.175 comum e 928.599.250 preferidos, com um total de 1.950.058.425 ações.

De acordo com o estatuto social em vigor (artigo 5º, ponto 7º), preferiu ações não conferem direito de voto aos seus titulares, exceto em relação as seguintes premissas:

- (a) Sobre a transformação, fusão, consolidação ou cisão da sociedade.
- (b) Na aprovação de contratos entre a companhia e os acionistas, diretamente por meio de terceiros, bem como outras empresas, onde os acionistas tem algum interesse, desde que, por disposição legal ou estatutária, serem submetidos à Assembléia Geral.
- (c) Na avaliação dos ativos utilizados para aumentar o capital da empresa.
- (d) Na escolha da instituição ou empresa especializada para determinar o valor econômico da companhia.
- (e) Nas alterações e reversões de dispositivos estatutários que modificar qualquer um dos requisitos previstos no item 4.1 do Regulamento de práticas diferenciadas de governança corporativa nível 2 da BM & FBOVESPA (bolsa de valores, mercadorias e futuros), embora esse direito de voto, prevalecerá a entrar em vigor o contrato de adoção de práticas diferenciadas de governança corporativa nível 2.

A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, decidir sobre a conversão de ações preferenciais em ordinárias estabelecendo uma razão para a conversão.

Em compensação, eles têm as seguintes vantagens (artigo 5º, ponto 6º):

- (a) Recebem dividendos 10% superiores a atribuída ao ordinário ações.
- (b) Prioridade na distribuição de dividendos.

(c) A participação em igualdade de condições para o comum compartilha nos aumentos de capital em resultado da capitalização de reservas e lucros e a distribuição de ações com desconto da capitalização de lucros em suspense, reservas ou qualquer plano de fundo

(d) Prioridade no reembolso do capital, em caso de dissolução da empresa.

(e) Em caso de uma oferta pública devido a uma transferência de controle da companhia, que os titulares de ações preferenciais são garantidos o direito de vender o mesmo preço pago pelas ações incluídas no bloco de controle, ou seja, ter igualdade de tratamento para os acionistas o direito de voto.

b) Expansão dos instrumentos de patrimônio líquido em curso

Não há nenhum aumentos de capital aprovados no curso.

c) Capital autorizado pela Assembléia de acionistas

A sociedade está autorizada a aumentar a capital social, com a autorização do Conselho de Administração, até ao limite de 500.000.000.000 de ações ordinárias ou preferenciais, sem guardar proporção entre diferentes classes de ações, respeitando o número máximo de ações preferenciais estabelecidas pela lei.

A atual quota capital consiste em 399.044.116.905 ações (212.841.731.754 comum e 186.202.385.151 preferida).

d) Direitos incorporados em partes do fundador, bônus com rendimento, obrigações conversíveis e títulos ou direitos similares

Não aplicável.

e) Determinadas circunstâncias que restringem a disponibilidade de reservas

A única restrição sobre a disponibilidade de ações do Banco Santander (Brasil) S.A. é referida a reserva legal (reservas restritas) que podem ser usada apenas para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

A reserva legal está prevista no artigo 196 da lei das sociedades limitadas, afirmando que 5% do benefício serão aplicados, antes de qualquer outro destino, à constituição da reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

f) Fora as entidades do Grupo que, diretamente ou através de subsidiárias, possui uma participação igual ou superior a 10% do patrimônio

Não aplicável.

g) Instrumentos de capital admitiram à negociação

Todas as ações são admitidas à negociação na BM & FBOVESPA (bolsa de valores, mercadorias e futuros) e certificados de depósito ("unidades") ações estejam admitidas à negociação na bolsa de Nova York (NYSE).

4. Banco Santander, associação nacional.

a) Número de instrumentos financeiros de capital detido pelo Grupo

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo detém 520.307.043 ações ordinárias, que conferem os mesmos direitos de voto e a dividendos na aquisição de Santander Holdings USA, Inc. Portfólio da empresa e comunidade independência Bank Corp Eles possuem 1.237 ações ordinárias com valor nominal de 1,00 dólares americanos e com o mesmo direito de voto cada. Essas ações constituem 100% do capital social do Banco Santander, associação nacional.

b) Ampliações de instrumentos de capital em andamento

Não há nenhum aumentos de capital aprovados no curso.

c) Capital autorizado pela Assembléia de acionistas

Banco Santander, S.A. é o único acionista.

d) Direitos incorporados em partes do fundador, bônus com rendimento, obrigações conversíveis e títulos ou direitos similares

Não aplicável.

e) Determinadas circunstâncias que restringem a disponibilidade de reservas

Não aplicável.

f) Fora as entidades do Grupo que, diretamente ou através de subsidiárias, possui uma participação igual ou superior a 10% do patrimônio

Não aplicável.

g) Instrumentos de capital admitiram à negociação

De classe "c" ações preferenciais são negociadas na bolsa de Nova York (NYSE).

5. Banco Santander (México), S.A. Institución de Banca múltiple, Grupo Financiero Santander México

a) Número de instrumentos de capital detido pelo Grupo

O Grupo através da empresa holding Grupo Financiero Santander México, S.A.B. de C.V. mantém um 75% da subsidiária no México. Essa sociedade de portfólio e Santander Global Facilities, S.A. de C.V. (México) tem 80.848.258.165 ações ordinárias, que são 99,99% do capital social do Banco Santander (México), S.A. Institución de Banca múltiple, Grupo Financiero Santander México, 31 de dezembro de 2013.

b) Ampliações de instrumentos de capital em andamento

Em 31 de dezembro de 2013, não há nenhum atuais aumentos aprovados no capital social.

c) Capital autorizado pela Assembléia de acionistas

Assembléia Geral de acionistas, realizada em 22 de fevereiro de 2012, aprovou o aumento de capital social autorizado Banco Santander (México), S.A. Institución de Banca múltiple, Grupo Financiero Santander México, sendo constituído no montante de pesos 8.085.540.380,30, representadas por um total de 80.855.403.803 ações, totalmente subscrito e pago, com um valor nominal de 0,10 pesos por ação.

d) Direitos incorporados em partes do fundador, bônus com rendimento, obrigações conversíveis e títulos ou direitos similares

(i) O Conselho de Administração na sua reunião de 17 de outubro de 2013 ratificou os limites aprovados na reunião do Conselho de Administração em 26 de outubro de 2011, em relação a emissão de um período máximo de 15 anos, a dívida sênior ou subordinada e adicionalmente aprovados incluem instrumentos de dívida que se qualifica para fins de capital nos termos da legislação em vigor bem como para esta questão pode ser implementado individualmente ou através de vários programas transmitidos. Em 13 de dezembro de 2013 os acionistas, ao abrigo deste limite, aprovaram que a instituição realizar uma emissão de instrumentos de capitalização, computável como capital complementar (capital de nível 2), no montante de cerca de 1.000.000 milhões de dólares americanos.

Em 19 de dezembro de 2013 Banco Santander (México), emitiu uma Nota de valor total de 1.300.000.000 dólares americanos subordinado que estão em conformidade com os requisitos de capital previstos pelos critérios de Basileia III capital complementar / camada 2 a uma taxa de 6,125% vencimento em 2023. A matriz de Santander México, Banco Santander S.A., Espanha concordou em comprar 975.000.000 dólares americanos ou 75% do montante total das Notas.

As Notas foram oferecidas através de uma colocação privada, apenas a compradores institucionais qualificados, em conformidade com a regra 144A sob US Securities Act de 1933 ("nos Securities Act de 1933") e suas alterações posteriores; e fora dos Estados Unidos ao abrigo do Regulamento S do Securities Act.

A emissão foi aprovada para aumentar a eficiência do capital da estrutura da instituição, se encaixa no perfil da instituição, do ponto de vista de capitalização, para os concorrentes, além de ter maior rentabilidade dos recursos próprios com a mesma força da capacidade de capital e crescimento de ativos de risco ponderado.

(ii) Em Assembléia Geral de acionistas, realizada em 14 de maio de 2012, ratificou o acordo aprovado na Assembléia Geral extraordinária de acionistas, realizada em 17 de março de 2009, aprovou a constituição de um crédito coletivo no comando no montante de 1.000.000.000 dólares americanos, pela colocação do subordinado e não preferenciais, sem garantia de obrigações não conversíveis em ações. Até agora foi feita esta questão.

(ii) O Conselho de Administração na sua reunião de 27 de janeiro de 2011 aprovou as condições para a emissão de dívida nos mercados internacionais sênior. Em 18 de outubro de 2012, autorizou a emissão de 500 e 1.000 milhões de dólares americanos e no prazo de 5 a 10 anos. A emissão foi aprovada com o objetivo de obter recursos para ancorar o aumento dos ativos de negócios e liquidez da gestão bancária. Sob estes acordos adotados pelo Conselho de Administração, em 9 de novembro de 2012, emitiu dívida no montante de 1.000 milhões de dólares americanos.

e) Determinadas circunstâncias que restringem a disponibilidade de reservas

Várias instituições bancárias são necessárias para estabelecer ou aumentar suas reservas de capital, desde que para o crédito as instituições agem e as provisões gerais aplicáveis às instituições financeiras, direito de empresas comerciais e dos estatutos, a fim de garantir a solvência delas, protegem o sistema de pagamentos e a poupança pública para.

O Banco aumentou sua reserva legal anualmente com os resultados do ano fiscal (benefícios).

O Banco deve constituir as reservas diferentes que indicam as provisões legais aplicáveis às instituições financeiras. O crédito, são determinados de acordo com a classificação dada ao crédito e são liberados até a qualificação do crédito que está cobrindo a melhor ou quando é resolvido.

f) Fora as entidades do Grupo que, diretamente ou através de subsidiárias, possui uma participação igual ou superior a 10% do patrimônio

Não aplicável.

g) Instrumentos de patrimônio líquido admitiram à negociação

A sociedade não manter a negociação em bolsa de valores de patrimônio líquido.

6. Banco Santander Totta, S.A.

a) Número de instrumentos de capital detido pelo Grupo

O Grupo detém 656.112.362 ações ordinárias através de suas subsidiárias: compartilha do Santander Totta, SGPS, S.A., com 641.269.620, Taxagest, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., com 14.593.315 ações, Banco Santander Totta, S.A. que possui um estoque de tesouraria de 249.427 ações, cada uma com um valor nominal de 1 euro, com idênticos direitos políticos e econômicos e totalmente subscritos e pagos até.

b) Ampliações de instrumentos de capital em andamento

Não há nenhum aumentos de capital aprovados no curso.

c) Capital autorizado pela Assembléia de acionistas

Não aplicável.

(d) Direitos incorporados em partes do fundador, bônus com rendimento, obrigações conversíveis e títulos ou direitos similares

Em 31 de dezembro de 2013, não há valores não elenco destas características.

(e) Determinadas circunstâncias que restringem a disponibilidade de reservas

Fusão e reservas legais têm um uso restrito pelo artigo 296º do código das sociedades comerciais que refere-se a absorção de prejuízos ou incorporação de capital.

Reservas de reavaliação do imobilizado vem regulamentadas pelo Decreto-Lei 31/98, que remete para a absorção de prejuízos ou capital integralizado de incorporação que ativos subjacentes são amortizados ou vendidos.

f) Fora as entidades do Grupo que, diretamente ou através de subsidiárias, possui uma participação igual ou superior a 10% do patrimônio.

Não aplicável.

g) Instrumentos de patrimônio líquido admitiram à negociação

Ações do Banco Santander Totta, S.A. não listadas no.

7. Santander Consumer Bank AG

a) Número de instrumentos financeiros de capital detido pelo Grupo

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo através da empresa Santander Consumer Holding GmbH tem 30.002 ações com o valor de 1.000 euros para cada um, todos dão os mesmos direitos de voto.

b) Ampliações de instrumentos de capital em andamento

20 de dezembro de 2013, por deliberação do acionista única, Santander Consumer Finance, A., aprova o aumento do capital do Santander Consumer Holding GmbH em um montante de 3.660.000.000 euros, melhorando assim, a índices de capital da empresa Holding de Santander Consumer Bank AG.

c) Capital autorizado pela Assembléia de acionistas

Não aplicável

d) Direitos incorporados em partes do fundador, bônus com rendimento, obrigações conversíveis e títulos ou direitos similares

Não aplicável

e) Circunstâncias determinadas que restringem a disponibilidade de reservas

Não aplicável.

f) As entidades que, diretamente ou através de subsidiárias, possuem uma participação igual ou superior a 10% do patrimônio

Não aplicável.

g) Instrumentos de capital administros à negociação

Não aplicável.

8. Banco Santander-Chile

a) Número de instrumentos de capital detido pelo Grupo

O Grupo mantém um 67% de sua filial no Chile, correspondendo a um total de 126.593.017.845 ações ordinárias do Banco Santander - Chile, através de suas subsidiárias: Santander Chile Holding S.A. com 66.822.519.695 ações ordinárias, Teatinos Siglo XXI Inversiones Limitada, hoje Teatinos Siglo XXI Inversiones Limitada, S.A., com 59.770.481.573 ações, e Santander Inversiones Limitada, 16.577 ações totalmente subscritos e pagos e com idênticos direitos políticos e econômicos.

b) Ampliações de instrumentos de capital em andamento

Não há nenhum aumentos de capital aprovados no curso.

c) Capital autorizado pela Assembléia de acionistas

Em 31 de dezembro de 2013, capital equivale a 891.302.881.691 pesos chilenos.

d) Direitos incorporados em partes do fundador, bônus com rendimento, obrigações conversíveis e títulos ou direitos similares

Em 31 de dezembro de 2013, não há valores não elenco destas características.

e) Determinadas circunstâncias que restringem a disponibilidade de reservas

Remessas para os investidores estrangeiros, estatuto, Decreto-Ley N° 600, de 1974 e suas alterações, necessária autorização prévia do Comitê de investimento no exterior.

f) Fora as entidades do Grupo que, diretamente ou através de subsidiárias, possui uma participação igual ou superior a 10% do patrimônio

Não aplicável.

g) Instrumentos de capital admitidos à negociação

Todas as ações são admitidas à negociação nas bolsas de valores do Chile e, por meio de American Depositary Receipts (ADRs), na New York Stock Exchange (NYSE).

9. Bank Zachodni WBK S.A.

a) Número de instrumentos financeiros de capital detido pelo Grupo

Em 31 de dezembro de 2013, o Banco Santander S.A. possui 65.481.563 ações no valor nominal de 10 PLN, cada, os quais dão o mesmo voto de direitos.

b) Ampliações de instrumentos de capital em andamento

Havia extensões de instrumentos de patrimônio líquido em curso até o final de 2013. A 30 de julho de 2012 a diretoria extraordinária concordou à fusão com o Banco real S.A., um aumento de capital pela soma de PLN 189.074.580 (alargamento tornou-se eficaz em 4 de janeiro de 2013).

c) Capital autorizado pela Assembléia de acionistas

Não aplicável.

d) Direitos incorporados em partes do fundador, bônus com rendimento, obrigações conversíveis e títulos ou direitos similares

Na assembléia geral de 20 de abril de 2011, os acionistas concordaram em aprovar o "*Incentive Scheme IV*" como uma iniciativa para atrair, motivar e reter os funcionários do Banco. A entrega das ações está ligada à obtenção de determinados objetivos no decurso dos anos de 2011 a 2013. O Banco acredita que o exercício destes direitos pode dar origem a emissão de mais de 400.000 ações.

e) Determinadas circunstâncias que restringem a disponibilidade de reservas

Não aplicável.

f) As entidades que, diretamente ou através de subsidiárias, possuem uma participação igual ou superior a 10% do patrimônio

Não aplicável.

g) Instrumentos de capital admitidos à negociação

Todos Bank Zachodni WBK S.A. é listada na bolsa de valores de Varsóvia.

B) Aqui são as restrições sobre a capacidade de acessar os ativos ou usá-los, bem como para resolver o passivo do Grupo, como é exigido pelo n.º 13 do NIIF 12.

Algumas jurisdições estabeleceram limitações aos dividendos com base em novas regras de solvência, muito mais rígida, mas neste momento não há nenhuma evidência de qualquer direito ou impedimento para a transferência de fundos para a matriz, sob a forma de dividendos, empréstimos ou adiantamentos, repatriação de capital ou outras formas, por filiais do Grupo.

Relatório de Administração do Banco Santander S.A. e Sociedades membro do Grupo Santander

(tradução do Informe de Gestión da Companhia)

O presente relatório foi preparado segundo as recomendações do guia para o relatório de gestão de entidades listadas, publicado pela CNMV da Espanha em setembro de 2013, estruturado de acordo com as nove seções listadas neste guia. Adicionalmente, porque a moeda funcional do Banco Santander S.A. é o euro, e é esta a moeda utilizada pela Administração do Banco para avaliar seus resultados e performance, apenas os valores em euros são considerados no documento, além das regras do IFRS não exigirem a apresentação de um relatório de administração.

1 SITUAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Descrição

No final de 2013, o Grupo foi o maior da zona do euro e o décimo do mundo por capitalização de mercado: 73,735 milhões de euros. O Grupo é um banco global e multinacional.

Sua finalidade é a realização de todas as atividades, operações e serviços do negócio bancário em geral. Seu modelo de negócio é focado em produtos e serviços dos bancos comerciais a fim de satisfazer as necessidades dos indivíduos privados, PME e clientes corporativos e serve mais de 100 milhões de clientes em uma rede global de 13,927 escritórios, o maior banco internacional. 1.116 tem bilhões de euros em ativos e administra fundos totalizando 1.241 bilhões de euros para todos os segmentos de clientes, tem 3,3 milhões de acionistas e funcionários quase 183.000. 87% da receita vem de bancos comerciais.

O Grupo possui uma grande diversificação nos 10 principais mercados onde tem uma parcela significativa dos negócios. O negócio é bem equilibrado entre mercados desenvolvidos e emergentes.

[LEGENDA]

Organização do Grupo Santander

Assembleia Geral de Acionistas (1 vez ao ano)	de	UNIDADES/NEGÓCIOS Países Negócios Globais
Conselho de Administração (1 vez ao mês)	de	Unidades de Apoio
Comitês de Conselho (períodos diversos)	Delegados	

Dentro da organização do Grupo, a Diretoria é o órgão com maior poder de decisão e que tem poderes mais amplas para a administração da sociedade, com exceção de matérias reservadas à competência da assembleia geral de acionistas. Como o núcleo de sua missão assume a função de supervisão do Grupo, delegar a gestão corrente do mesmo os órgãos executivos correspondentes e as equipes de gestão diferente.

O Conselho atualmente consiste de 16 membros, dos quais cinco são executivos e 11 externo. Destes, nove são independentes, um dominicano e outro não é, na opinião do Conselho, nem dominicano ou independente.

O Conselho é constituído, como comissões de tomada de decisão, um Comitê Executivo, com delegação de poderes de decisão geral e um

associado Comitê sobre riscos, com competências delegadas especificamente risco.

O Conselho também possui outros comitês com poderes de supervisão, informação, assessoria e proposta (os comissários de auditoria e conformidade, nomeações e taxas, tecnologia, produtividade e qualidade e internacional).

Além disso, o Conselho de Administração estabeleceu que um Conselho Consultivo Internacional composta de membros externos ao Banco e que é responsável por colaborar com o mesmo design, desenvolvimento e, se for caso disso, a implementação da estratégia de negócios a nível global, através da contribuição de idéias e a sugestão de oportunidades de negócios.

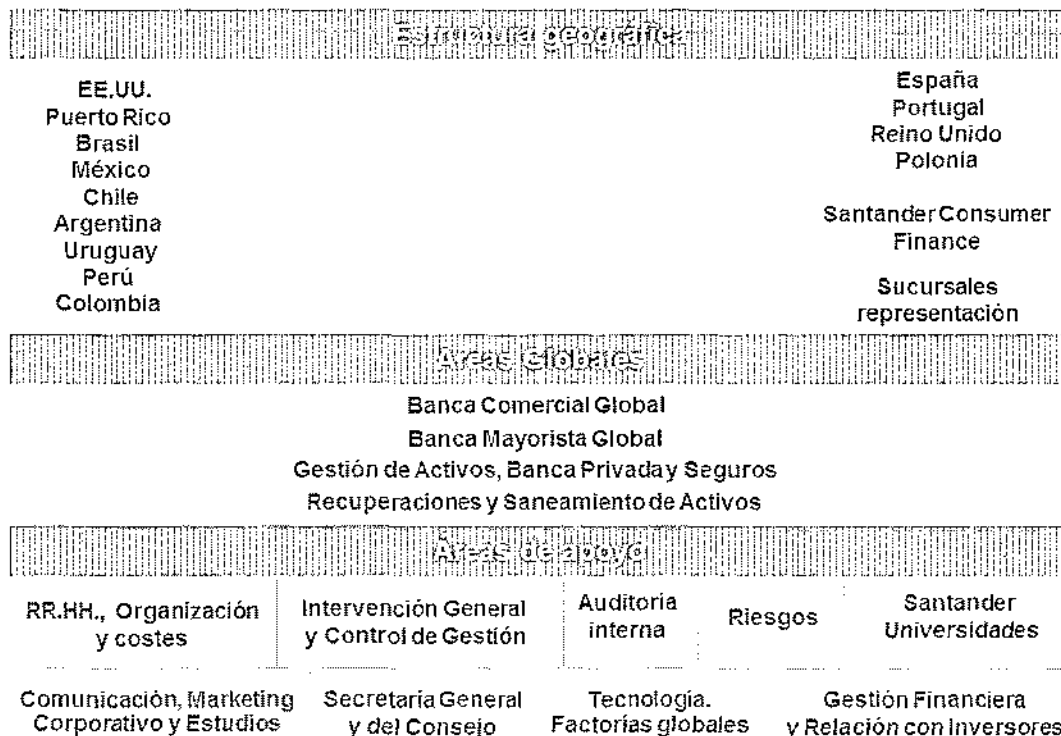
O modelo de governança corporativa segue princípios para garantir a igualdade de direitos dos acionistas. Estes incluem o princípio de uma ação, um voto, um dividendo. O estatuto social não incluem medidas de proteção e medidas são

realizadas para incentivar a participação nas placas relatado.

Além disso, uma política de transparência máxima, é conduzida em particular, no campo da remuneração.

Este modelo de governança corporativa é reconhecido por índices de investimentos socialmente responsáveis. O Grupo continua a ser dos índices FTSE4Good e DJSI desde 2003 e 2000, respectivamente. Para obter mais informações sobre a estrutura da administração da empresa um pode atender as finalidades do relatório anual de governança corporativa.

Por outro lado e em uma base regular (geralmente semanal), realizou reuniões presididas pelo Diretor-geral, com a assistência do segundo vice-presidente e os diretores gerais da divisão e responsável por países, que são controlados em diferentes empresas, bem como tópicos relevantes que afetam a gestão corrente do Grupo.



[LEGENDA]

Estrutura geográfica

Áreas Globais
Banco Comercial Global
Banco Atacadista Global
Gestão de Ativos, *Private Bank* e Seguros
Recuperações e Saneamento de Ativos
Áreas de apoio
RH, Organização e custos
Intervenção Geral e Controle de Gestão
Auditoria Interna
Riscos
Santander Universidades
Comunicação, Marketing Corporativo e Estudos
Secretaria Geral e do Conselho
Tecnologias, Deptos. Globais
Gestão Financeira e Relação com Investidores

A estrutura das áreas operacionais de negócios é apresentada em dois níveis:

(a) Nível principal (ou geográfico).

A atividade das unidades operacionais por segmento área geográfica. Essa visão coincide com o primeiro nível de gestão de Grupo e reflete a posição do Grupo nas três áreas de influência monetária no mundo (euro, dólar e libra). Os segmentos reportados são como segue:

- A Europa continental. Incorpora todos os negócios da banca comercial, bancário por atacado e gestão de ativos e seguros, efetuada em região. Fornece informações financeiras detalhadas de Espanha, Portugal, Polónia e Santander Consumer Finance (que incorpora todos os negócios na região, incluindo o dos três países da antigos). Unidade separada, além disso, inclui atividades imobiliárias descontinuadas em Espanha, que inclui dotações para clientes com atividade principalmente de desenvolvimento imobiliário e apresentam um modelo de gestão especializada, ações relacionadas ao setor imobiliário (Metrovacesa, S.A. e Sareb) e os ativos retomados.
- Estados Unidos da América. Ele inclui o negócio de banca comercial, banca atacado e gestão de

ativos e seguros desenvolveram por diversas unidades e filiais do Grupo ali presente.

- América Latina. Recolha todas as atividades financeiras que o Grupo se desenvolve através de bancos e subsidiárias na América Latina, incluindo Porto Rico. Também inclui unidades especializadas de Santander Private Banking, como uma unidade independente e gerenciado globalmente e de negócios de Nova York.
- EE.UU. Inclui o negócio do Banco Santander (antigo Banco soberano) e Santander Consumer EUA Inc. (consolidada pelo método da equivalência patrimonial em 2013).

Não há nenhum clientes localizados em um local diferente para a localização dos ativos do Grupo que geram renda de mais de 10% da receita.

(b) Nível secundária (ou de negócios).

A atividade das unidades de negócio é distribuída por tipo de negócios nos seguintes segmentos: banca comercial, banca grossista, gerenciamento de ativos e seguros e negócios imobiliários descontinuado em unidade de Espanha.

- Bancos comerciais. Ele contém todos os clientes de negócio bancário, incluindo banca privada (exceto da banca corporativa, gerenciado por

meio de modelo de relacionamento Global). Além disso, resultados de posições de hedging em cada país, tomadas no âmbito dos ativos e passivos de cada comitê de gestão foram incluídos neste negócio.

- Bancário global por atacado. Reflete o rendimento derivado do negócio de banca corporativa global, banca de investimento e mercados ao redor do mundo, incluindo títulos do tesouro com gestão global, tanto em matéria de comércio e distribuição aos clientes (sempre após o acordo que vem com os clientes de bancos comerciais), bem como o negócio de ações.
- Gestão de ativos e seguros. Inclui a contribuição para os negócios do Grupo de fundos de seguros, Previdência e investimento. O Grupo usado e remunerados de redes de distribuição para a comercialização desses produtos através de acordos de partilha. Portanto, o resultado que permanece neste negócio é a rede entre a renda bruta e os custos de distribuição envolvidos na referida remuneração.

Além das empresas operacionais descritas, tanto por área geográfica e de negócios, o Grupo continua a manter a área de atividades corporativas. Esta área inclui gerenciamento centralizado das empresas relacionadas com ações financeiras, a gestão financeira da mudança estrutural de posição e o risco de interesse estrutural da matriz, bem como a gestão de liquidez e os recursos próprios através de emissões e securitização.

Como uma *empresa holding* do Grupo, gerencia o total dos capitais próprios, alocações de capital e liquidez para o resto do negócio. Como write-downs inclui amortização de ágio e não pegar os custos dos serviços centrais do Grupo que são imputados às áreas, com exceção das despesas corporativas e institucionais relacionados com o funcionamento do Grupo.

Finalmente, o Grupo tem várias unidades de apoio, tais como recursos humanos, organização e custos, intervenção geral e controle de gestão, auditoria interna, risco, comunicação, Marketing

e estudos, secretário-geral e do Conselho, tecnologia e relações de gerenciamento e investidor financeiras.

A função de todos eles é que o Grupo é um Grupo coeso, eficiente e produtivo, e eles são responsáveis pela implementação de políticas corporativas do Grupo.

1.2 Modelo de negócio

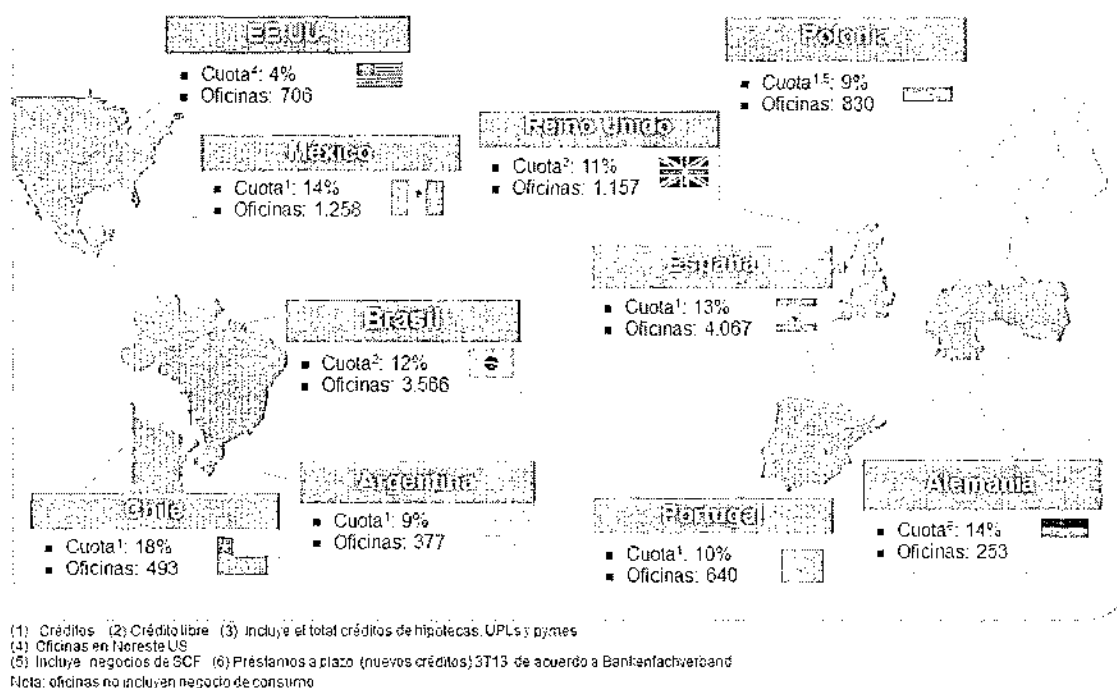
Os pilares em que há suporte para o modelo de negócio do Grupo são:

- O foco no cliente e atividade comercial. O modelo de negócio do Grupo tem como objetivo atender as necessidades dos indivíduos em diferentes níveis de renda, empresas de qualquer tamanho e privada e empresas públicas. A rede de filial é o principal canal para criar e manter a confiança nos relacionamentos a longo prazo com os clientes. No entanto, nos últimos anos, o Grupo está desenvolvendo o multicanal como um pilar estratégico para fortalecer o relacionamento com os clientes. Para além da operação bancária do telefone e da internet, nos últimos dois anos, foram lançadas novas aplicações para Ipad, iPhone e outros dispositivos móveis (por exemplo, no México, Supermóvil e em Espanha através do serviço de cliente de Twitter e bate-papo).
- O Grupo continua a inovar e desenvolver novos produtos financeiros e serviços que agreguem valor ao cliente e respondem às suas necessidades específicas em diferentes mercados (por exemplo Conta de luz no Brasil, tem 1|2|3 atual no Reino Unido, o cartão sem contato em Espanha, entre outros). Satisfação do cliente é uma variável estratégia de negócio que contribui para o crescimento sustentável, de modo que a qualidade do serviço é um valor corporativo. Neste sentido, a divisão de banca comercial foi criada com o objetivo de melhorar as capacidades e aproveitar oportunidades de crescimento em todos os países. Promove o intercâmbio de experiências e inclui o melhor comercial e práticas de negócios que são conhecidas e podem ser compartilhadas e adotadas por outros países ou áreas.

- Diversificação geográfica, o Grupo fornece um saldo adequado entre mercados desenvolvidos e emergentes. O Grupo focado sua presença

nos dez principais mercados: Espanha, Reino Unido, Brasil, Estados Unidos, México, Alemanha, Polónia, Portugal, Chile e Argentina.

[No gráfico acima constam o percentual de quotas e número de agências em cada país, respectivamente]



[LEGENDA]

- (1) Créditos (2) Crédito livre (3) Inclui o total de empréstimos imobiliários, UPLs e PMES
- (4) Agências no Noroeste dos EUA
- (5) Inclui negócios de SCF (6) Empréstimos a prazo (novos créditos 3T13 de acordo com a Bankenfachverband
- Obs.: agências não incluem negócios de consumo

- O Grupo possui um modelo de subsidiárias autónomas na capital e liquidez, o que dá vantagens quando se trata de financiamento e limita o risco de contágio. Este modelo encoraja a gestão local enquanto limita a possibilidade de contaminação entre várias unidades do Grupo, em períodos de crise, reduzindo o risco sistêmico.
- O Grupo tem um perfil de risco médio-baixo, mais de 80% dos riscos provenientes do negócio de banca comercial.

- A disciplina de risco, liquidez e capital. O fortalecimento dessas três variáveis é uma prioridade na gestão do Grupo. Durante a crise do Grupo tem feito um grande esforço em write-downs, permitindo-lhe aproveitar as oportunidades no atual ambiente de uma posição forte.

Melhorou seus índices de liquidez, alcançando um índice de líquido créditos sobre depósitos de 109%, o que significa que você financiar a maioria dos créditos com cliente depósitos, mantendo amplo acesso ao financiamento por

atacado e possui uma ampla gama de instrumentos e mercados de liquidez.

Em termos de capital, os níveis de solvência mantiveram constantes, subindo para a sétima consecutiva melhoria. Fundos de capital de acordo com Basileia II atinge 11,71% de dezembro de 2013. O Grupo superou quatro testes de estresse com resultados muito satisfatórios, sendo um dos bancos com maior capacidade de gerar lucros e capital em cenários adversos.

- Esforço contínuo para melhorar a eficiência operacional e comercial. O Banco concentra seus esforços na melhoria dos processos, áreas de apoio às empresas e atenção direta ao cliente. O crescimento de receitas recorrentes, custou a cultura de controle e alta produtividade em escritórios localizados ao Grupo com um índice de eficiência inferior a 50% de dezembro de 2013.
- A marca do Santander é a sexta marca financeira do mundo segundo o ranking da Brand Finance de 2013. O lema das empresas "Santander, um banco para suas idéias" ainda mais claramente coloca o cliente no centro de sua estratégia. Neste sentido, experiência de marca Santander destina-se a desenvolver uma experiência de marca própria que permite que os clientes percebam todas e cada uma das suas interações com o Banco, o valor que você traz para o Grupo para tornar suas idéias realidade.
- 183.000 profissionais que formam a equipe de Santander em todo o mundo são um pilar fundamental do modelo de negócio. Os eixos estratégicos do modelo de pessoas do Grupo são o talento, conhecimento, cultura e inovação.
- o Grupo desenvolve seus negócios de forma sustentável, preservando o meio ambiente, apoiando as comunidades dos países onde está

presente e investir no ensino superior. Um exemplo disso é a escolha do Banco Santander como "banco sustentável do ano" na 8ª edição dos prestigiados prêmios Finanças sustentáveis do Financial Times e do International Finance Corpoíndicen, em junho de 2013.

A atividade do Grupo é exposta aos mesmos riscos enfrentados por outras instituições financeiras, que podem ter um impacto adverso material nela em caso de.

Por sua diversificação geográfica, o Grupo é sensível às condições econômicas na Europa continental, Reino Unido, Estados Unidos, Brasil e outros países da América Latina.

A atividade de Grupo comuns também é condicionada por outros fatores: forte competição, volatilidade do mercado, caráter cíclico de alguns negócios, mercado, liquidez, risco operacional, perdas por litígio e procedimentos regulamentares e outros que podem afetar adversamente os resultados do Grupo, sua classificação ou seu custo de financiamento, incluindo aqueles não identificados ou previstas nas políticasprocedimentos e métodos de gestão de risco do Grupo.

A alta Administração do Banco considera que parte dos riscos inerentes à banca atividade, em anos recentes tem fontes relacionadas ao ambiente macro, mudanças regulatórias e risco reputacional e comportamento. A descrição destes riscos e outros específicos relacionados com a atividade bancária, como risco de liquidez, crédito, mercado, etc, bem como as políticas e metodologias utilizadas pelo Grupo para seu controle, gerenciamento e mitigação são detalhadas em Nota explicativa 54 relatório consolidada.

2 EVOLUÇÃO E OS RESULTADOS DO NEGÓCIO

	2013	2012
BALANCE (millones de euros)		
Activo total	1.115.887	1.269.798
Créditos a clientes (neto)	669.856	719.112
Depósitos de clientes	607.936	626.539
Recursos de clientes gestionados	224.521	269.287
Fondos propios (1)	84.769	80.471
total fondos gestionados	1.241.106	1.387.419
RESULTADOS (millones de euros)		
Margen de intereses	25.595	29.429
Margen bruto	32.762	42.406
Beneficio antes de provisiones (margen neto)	13.509	23.422
Resultado de operaciones continuadas	5.539	2.593
Beneficio atribuido al Grupo	4.370	2.293
BPA, RENTABILIDAD Y EFICIENCIA (%)		
Beneficio atribuido por acción (euro)	0,49	0,29
ROE	5,42	2,91
ROTC	7,73	4,23
ROA	0,44	0,25
RoRWA	1,01	0,56
Eficiencia (con amortizaciones)	43,0	46,0
CORE CAPITAL (BIS II) Y MOROSIDAD (%)		
Core capital (BIS II)	11,71	10,33
Tasa de morosidad	5,64	4,54
Cartera de incumplidos	61,7	72,4
LA ACCION Y CAPITALIZACION		
Número de acciones (millones)	11.233	10.221
Cotización (euro)	5,506	6,100
Capitalización bursátil (mil millones euros)	74.456	62.359
Fondos propios por acción (euro)	7,44	7,89
Preço/fondos propios por acción (euros)	0,88	0,77
PER (preço / beneficio por acción) (preços)	16,13	25,96
OTROS DATOS		
Número de accionistas	3.296.226	3.296.270
Número de empleados	192.539	196.763
Número de oficinas	12.527	14.292
INFORMACIÓN SOBRE BENEFICIO ORDINARIO		
beneficio atribuido al Grupo	4.370	2.293
Beneficio atribuido por acción (euro)	0,49	0,25
ROE	5,42	2,91
ROTC	7,73	4,23
ROA	0,44	0,25
RoRWA	1,01	0,56
PER (preço / beneficio por acción) (preços)	16,13	25,96

(1) En 2013, dato del semiprescindido de mayo 2013 estimado

LEGENDA:

Balanço (em milhões de euros)

Ativo total

Créditos a clientes (líquido)

Depósitos de clientes

Gestão de recursos de clientes

Fondos próprios (1)

Total fondos sob gestão

Resultados (em milhões de euros)

Margem de juros

Margem bruta

Lucro antes de provisões (margem líquida)

Resultados de operações continuadas

Lucro atribuído do Grupo

LPA, RENTABILIDADE E EFICIÊNCIA (%)

Lucro atribuído por ação (euros)

ROE - ROTE - ROA - RoRWA - Eficiência (com amortizações)

AÇÕES E CAPITALIZAÇÃO

Número de ações (milhões)

Cotação (euros)

Capitalização em bolsa (milhões de euros)

Fondos próprios por ação (euro)

Preço/fondos próprios por ação (x)

PER (preço/lucro por ação) (x)

OUTROS DADOS

Número de acionistas

Número de funcionários

Número de filiais

INFORMAÇÕES SOBRE O LUCRO ORDINÁRIO

Lucro atribuído ao Grupo

Lucro atribuído por ação (euros)

ROE - ROTE - ROA - RoRWA - PER (preço por lucro por ação) (x)

(1) Em 2013, dado o dividendo escritural de maio de 2014

2.1 Quadro externo

O Grupo desenvolveu sua atividade em um ambiente econômico de crescimento mais lento para 2012, com algumas geografias registrando declínios em atividade durante todo o ano, mas isso tem melhorado trimestralmente com base na recuperação cíclica das economias desenvolvidas. O ano termina com a zona euro da recessão desde o segundo trimestre e com o Reino Unido e EUA.UU. Apresentando sentado recuperações. Países emergentes, com a China na vanguarda, tem mantido forte crescimento apesar do abrandamento. Neste ambiente, os principais bancos centrais têm insistido que as taxas de juros permanecerão baixas durante um longo

período de tempo, liberando o sinal que vai ser manter impulsos monetários.

Ao mesmo tempo, na zona euro, foram passos importantes no sentido da união bancária. Incluem a aprovação do único mecanismo de supervisão (MUS) para sua entrada em operação em novembro de 2014 e os primeiros acordos sobre a política de resolução de banco e o exclusivo mecanismo de resolução (MUR), que deverá ser aprovado e operacional em janeiro de 2015. Isto tem contribuído para a melhoria das condições dos mercados por atacado, em especial os relacionados com a dívida soberana, que se traduziu em forte redução de prémios de risco.

Nos Estados Unidos.UU. a recuperação da procura interna privada, estabeleceu-se bem em um setor residencial em expansão, o declínio da taxa de desemprego e a capacidade de financiamento do setor bancário, é o principal motor da atividade (PIB terceiro trimestre: + 1% trimestral, preferidos dos inventários; + 2.0% ano a ano) e a recuperação do mercado de trabalho, apontando para um crescimento para o conjunto de 2013 em torno de 1,9%. Neste cenário e após o acordo do Congresso que reduziu as incertezas fiscais, o Federal Reserve (Fed) confirmou o seu plano para reduzir as compras de ativos desde o início de 2014, embora o compromisso de manter as taxas de juros de curto prazo nos níveis atuais até 2015.

As economias e os mercados financeiros da América Latina tem refletido em suas moedas e investimento flui mudança prevista na injeção de liquidez da política do Fed, embora de maneira heterogênea entre os países. Pouco impacto sobre o crescimento da região, que manteve-se em sintonia com o ano anterior.

No Brasil, o terceiro trimestre PIB ajustado a retoma temporária no segundo para colocar o crescimento anual em 2,2%, em linha com o esperado para todo o ano (2,3%), apoiado pela força do mercado de consumo e trabalhistas que desloca a fraqueza do investimento. A persistência da inflação elevada, embora menor do que o início do ano, tem levado a sucessivos

aumentos da taxa Selic para 10% do final do ano (+ 275 pb), aumentos que continuam para o início de 2014 (10,50% em Janeiro). Estas ascensões da taxa oficial não impediram o real a desvalorizar desde maio, após as primeiras notícias sobre o Fed.

México recuperou o pulso no terceiro trimestre (+ 0,8% trimestral; + 1,3% ano a ano) apoiado por um setor externo e mais forte demanda doméstica que compensar a menor dinamismo no setor público, visando o crescimento para 2013 1,2%. Com a inflação dentro de metas, o Banco central colocou o foco no crescimento, reduzindo a taxa oficial na segunda metade do ano para a 3,50% (pb - 50), enquanto o peso manteve-se relativamente estável.

Chile prontamente acelerou o crescimento do PIB no terceiro trimestre (+ 1,3% trimestral; + 4,7% ano a ano) pelo setor externo e de mineração que compensar o menor impulso da procura interna. No entanto, o abrandamento do consumo continuou no quarto trimestre, reduzindo o crescimento da economia global no ano para níveis entre 4,2% e 4,4%. Com a inflação contida, o Banco central cortou sua taxa oficial 50 BP para 4,50%, o primeiro declínio desde janeiro de 2012, enquanto o peso manteve-se estável.

A zona euro da recessão desde o segundo trimestre, registou um crescimento moderado do PIB no terceiro trimestre (+ 0,1% trimestral; - 0,4% ano a ano), apoiado por condições fiscais e monetárias menos restritivas e a recuperação da periferia (+ 0,2%, + 0,1%, - 0,1% Itália Espanha Portugal). Destaca o crescimento da Alemanha (+ 0,3%) que contrasta com o declínio da França (- 0,1%).

Com a inflação inferior a 1%, o Banco Central Europeu (BCE) reduziu mais uma vez sua taxa oficial de juros a 0,25% (pb - 50 no ano) com previsão para mantê-la baixa por "um período prolongado de tempo" e continuar oferecendo toda a liquidez necessária para o sistema. Em paralelo, o retorno antecipado pelos bancos ao BCE dos fundos tomadas para três anos reduziu-se o excesso de liquidez da área pressionando as

taxas a curto prazo do mercado monetário e contribuindo para apreciar o euro contra o dólar.

Em Espanha, a economia registrou crescimento positivo em relação a segunda no terceiro trimestre (+ 0,1% trimestral; - 1,1% y/y), pela primeira vez desde o início de 2011. A recuperação do consumo privado e bens de capital, que adicionam a força das exportações, explicar a mudança. O avanço do PIB para o quarto trimestre (+ 0,3% trimestral) e dados de criação de emprego em termos dessazonalizados da força de trabalho pesquisa confirmam que o caminho para sair da recessão. Com estes números, o crescimento do PIB para todo o ano seria de - 1,2%.

Durante o progresso de 2013 na correção dos dessaldos, a força do setor externo, as novas melhorias de competitividade pela queda de preço de custo do trabalho e progresso nas reformas estruturais, tanto na Espanha quanto na governação europeia, permitiram a flexibilização dos mercados com um declínio acentuado do prêmio de risco, tendência que continua no início de 2014. No final do ano, o diferencial com o laço alemão (10 anos) situou-se em 220 BP (vs 395 BP no final de 2012 e o máximo de 637 BP em julho de 2012).

A economia do Reino Unido manteve a força da sua atividade no terceiro trimestre (+ 0,8% trimestral; + 1,9% YOY), apoiado por consumo privado, por melhorias no emprego e crédito, que contribuem para a dinâmica dos setores residenciais e ao ar livre. A continuidade destas tendências no final do ano coloca previsões de crescimento para toda a 2013 entre 1,7% e 1,8%. Com a inflação perto dos seus objetivos, o Banco da Inglaterra manteve sua taxa oficial inalterada. No entanto, antes forte upswing econômico, especialmente o consumo e habitação, supervisor prudencial recomendou removendo o programa *financiamento para empréstimos* às famílias, as sociedades holding, que seria uma primeira redução nas medidas de estímulo monetário. Isto contribuiu para reforçar a valorização da libra face ao dólar durante todo o ano e corrigir parcialmente sua desvalorização face ao euro.

Na Polónia continuou a aceleração do PIB no terceiro trimestre (+ 0,6% trimestral; + 1,7% ano a ano) com um crescimento mais equilibrado, com maior peso do consumo privado e investimento e uma recuperação do mercado de trabalho, juntar-se um setor externo que permanece forte. Isto contribuiu para o declínio acentuado da taxa de juros oficial no primeiro semestre do ano (9 meses a 2,50% pb - 225 julho de 2013) em um ambiente de inflação contida e um zloty depreciou-se face ao euro no primeiro semestre do ano. Consertado na segunda parte de sua queda. Indicadores de atividade no quarto trimestre estão executando uma nova aceleração, o que colocaria o crescimento do PIB para todo o ano em torno de 1,5%.

2.2 Visão geral do exercício

Em um exercício de 2013 onde o ambiente mais uma vez tornou-se complexo em vários dos mercados onde atua, o Grupo demonstrou ter um negócio modelo resistente em todas as fases do ciclo e continuou gerando elevados resultados recorrentes.

Os destaques da gestão do Grupo em 2013 são:

- **Força dos resultados** . Durante os últimos anos e apesar do cenário difícil, o Grupo tem demonstrado uma sólida capacidade de gerar receitas recorrentes, que se baseia em geográfica diversificação e gerenciamento de abordagens adaptadas a cada mercado. Isso permitiu que ele ganhasse durante todos os períodos de crise, sendo um dos poucos grandes bancos do mundo, que não entrou em perda em qualquer trimestre durante o mesmo.

O Grupo obteve um lucro atribuído 4370 milhões de euros no ano 2013, o que representa um aumento de 90,5% em relação a 2012, aumento é principalmente devido a reduzida necessidade de write-downs.

Este crescimento tem sido uma melhoria nas tendências básicas que ele avançava o exercício, que se reflete em uma maior estabilidade das receitas comerciais, com uma margem de juros e comissões que vêm do quarto trimestre e

uma redução das dotações e o custo do crédito até ao trimestre.

- **É contínua a reforçar o balanço** graças ao elevado nível de renda. Após os write-downs pesados em 2012 (18,806 milhões de euros), o Grupo tem destinado ao subsídio 11,073 milhões de euros para perdas de crédito específico em 2013, permitindo que você enfrentar um novo cenário de crescimento econômico de uma posição forte e com um balanço saudável.

Esforço em equipamento é anexado a uma estratégia de redução da exposição imobiliário em Espanha. A área de atividades imobiliárias descontinuado saldo será recusado em 1496 milhões de euros e 12% no exercício. Assim, a queda desde dezembro de 2008 é de 30000 milhões de euros (- 73%).

O Grupo mais do que duplicou o hedging de sua carteira de empréstimos durante a crise e tem um hedging maior que a média dos grandes bancos europeus.

Enfatiza a vender a Apollo Global Management de uma participação de Altamira, plataforma que é responsável pelo gerenciamento de recuperação de empréstimos do Banco Santander S.A. em Espanha e a gestão e comercialização de imóveis de tal atividade, a fim de continuar a reduzir a exposição de imóveis do saldo da forma mais eficiente. Após esta operação, o Grupo manterá seus ativos imobiliários do balanço e a carteira de empréstimos, enquanto a gestão desses ativos será a partir da plataforma controlada pelo comprador, Apollo.

- **Sólida estrutura de financiamento e melhoria dos índices de liquidez** Grupo de . A melhoria da posição de liquidez tem sido uma prioridade da estratégia do Grupo nos últimos anos e tem sido alcançada através da capacidade de captar no mercado de varejo da extensa rede de escritórios, o acesso amplo e diversificado de atacado através de seus mercados de modelo de subsidiárias e o contexto atual da menor necessidade de financiamento em alguns mercados, pelo processo de desalavancagem

que estão a seguir. Este processo de desalavancagem em mercados maduros é refletido na redução do risco de crédito no balanço.

Alguns índices que refletem a melhoria da posição de liquidez são:

- A nível de Grupo, a proporção de líquido créditos sobre depósitos fechou o ano em 109% (contra os 113% de dezembro de 2012 ou 150% que foi gravados em dezembro de 2008), aumentou o excedente estrutural de liquidez para ficar acima dos 150 bilhões de euros e a reserva de liquidez atinge 200 bilhões de euros.

- A gestão de liquidez por subsidiárias permitiu que o Grupo manter uma estratégia conservadora no exercício, materializado na realização de emissões a médio e longo prazo 22,54 milhões de euros e de 6,273 milhões de euros de empréstimos.

- **Alto poder de solvência** Grupo conforme mostrado no fato de que o *núcleo capital* voltou-se para melhorar o exercício, pela sétima vez consecutiva. Após este aumento, os *elementos de relação capital*, de acordo com a internacional padrão BIS II, fechado 11,71% em comparação com 10.33% 2013 2012.

- **Remuneração ao acionista** . Santander tem mantido a sua remuneração total para o acionista de 0,60 euros por ação, no âmbito do programa de eleição de dividendo do Santander em quatro pagamentos trimestrais (incluída a implementação do plano programado para abril / maio de 2014), que representa um retorno de 10% no exercício financeiro (pagar / metade preço). Com este programa, o acionista tem a possibilidade de escolher se você receber a indemnização em dinheiro ou ações. O grau de aceitação significa que a opção de pagamento em ações de pagamentos em 2013 foi 87%.

- Além disso, para atingir o **melhor posicionamento** no cenário atual, o Grupo tem

realizado uma série de iniciativas entre os quais podem destacar:

1. Adapte o ambiente competitivo em Espanha. A integração do Banesto e o Banif Banco Santander, avançando como planejado na frente do calendário, permitindo-lhe antecipar as sinergias de custo. O objetivo é ganhar quota de mercado em Espanha, oferecendo uma ampla gama de produtos e uma melhor qualidade de serviço.
2. A integração do real banco S.A. na Polónia se move de forma muito satisfatória e R ter sido branding escritórios e integração tecnológica.
3. Os Estados Unidos, onde é que está aumentando a capacidade instalada e melhorando a capacidade comercial, adotou o Santander marca e Rebranding dos escritórios foi realizada.
4. No ramo de consumidor, o Grupo e El Corte Inglés chegaram a um acordo estratégico que o Santander Consumer Finance irá adquirir 51% da Financiera El Corte Inglés. Espera-se que o acordo vai se materializar no primeiro trimestre de 2014.
5. O Grupo assinou um acordo com filiais da Warburg Pincus e General Atlantic para promover o desenvolvimento global da gestão de ativos, Santander Asset Management Unit. Após a operação, Warburg Pincus e General Atlantic têm em comum um 50% da empresa *holding* que integra a gestão do Santander Asset Management, enquanto os restantes 50% será de Propriedade do Grupo.
6. Venda uma estaca em Altamira.

Todas essas operações permitem-nos fechar o ano em uma posição forte para tirar proveito das oportunidades de crescimento nos próximos anos.

2.3 resultados

Abaixo está a evolução dos resultados do exercício em comparação com a 2012-2013.

Cuentas de pérdidas y ganancias resumidas consolidadas

Millones de euros

	2013	2012
Intereses y rendimientos asimilados	51.447	58.791
Intereses y cargas asimiladas	(25.512)	(28.868)
MARGEN DE INTERES	25.935	29.923
Rendimiento de instrumentos de capital	378	423
Resultado de enticaces valoradas por el método de la participación	500	427
Comisiones percibidas	12.473	12.732
Comisiones pagadas	(2.712)	(2.471)
Resultado de operaciones financieras (neto)	3.234	3.329
Diferencias de cambio (neto)	160	(189)
Otros productos de explotación	5.903	6.693
Otras cargas de explotación	(6.194)	(6.583)
MARGEN DE OPERACIONES	39.807	46.204
Gastos de administración	(17.451)	(17.801)
Gastos de personal:	(10.069)	(10.306)
Otros gastos generales de administración	(7.382)	(7.495)
Amortización	(2.392)	(2.183)
Dotaciones a provisiones (neto)	(2.182)	(1.478)
Pérdidas por deterioro de activos financieros (neto)	(11.227)	(18.880)
RESULTADO DE ACTIVIDADES OPERATIVAS	22.346	28.139
Pérdidas por deterioro del resto de activos (neto)	(503)	(508)
Garancias / (pérdidas) en la baja de activos no clasificados como no corr	2.152	906
Diferencia negativa en combinaciones de negocio	-	-
Garancias / (pérdidas) en la baja de activos no corrientes en venta no clasificados como operaciones interrumpidas	(422)	(757)
RESULTADO DE ACTIVIDADES OPERATIVAS ADJUDICADAS	21.573	27.780
Impuesto sobre beneficios	(2.113)	(590)
RESULTADO DE ACTIVIDADES OPERATIVAS ADJUDICADAS Y OPERACIONES INTERRUPTIDAS	19.460	27.190
Resultado de operaciones interrumpidas (neto)	(15)	70
RESULTADO DE ACTIVIDADES OPERATIVAS ADJUDICADAS Y OPERACIONES INTERRUPTIDAS Y OPERACIONES INTERRUPTIDAS	19.445	27.260
Resultado atribuido a la entidad dominante	4.370	2.295
Resultado atribuido a intereses minoritarios	1.154	768

LEGENDA:

Demonstração de resultados resumida consolidada

Milhões de euros

Juros e rendimentos similares

Juros e encargos similares

MAGEM DE JUROS

Rendimento de instrumentos de capital

Resultado de entidades valorizadas pelo método de equivalência patrimonial

Comissões ganhas

Comissões pagas

Resultado de operações financeiras (líquido)

Variação Cambial (líquido)

Outros produtos operacionais

Outros encargos operacionais

MARGEM BRUTA

Despesas administrativas

- Despesas com pessoal

- Outros gastos gerais e administrativos

Amortização

Dotações a provisões (líquidas)

Perda de valor de ativos financeiros (líquido)

RESULTADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Perda de valor de outros ativos (líquido)

Lucros/ (perdas) na baixa de ativos não correntes

Diferença negativa em combinações de negócios

Lucros/perdas na baixa de ativos não correntes à venda não classificados como operações descontinuadas

RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS

Imposto sobre lucro

RESULTADO DO EXERCÍCIO DE OPERAÇÕES CONTINUADAS

Resultado atribuído ao controlador

Resultado atribuído a participações minoritárias

Na conta antiga, capital ganha e considerados não-recorrentes depreciação estão incluídos em cada uma das linhas da demonstração dos resultados onde se registaram a sua natureza.

Por esta razão e para facilitar a explicação das variações entre os dois exercícios, abaixo uma demonstração de resultados (relatório de gestão Resumo de declaração de renda) onde ganhos de capitais e a depreciação não-recorrentes surgem pela net e, separadamente, em uma linha antes do lucro atribuído ao Grupo. Além disso, apresenta certas gamas diferentes daqueles apresentados no projeto de lei anterior, como a margem líquida.

Na conta anterior, os excedentes e saneamentos considerados não recorrentes estão incluídos nas linhas de conta de resultados respectivas onde foram registrados, de acordo com sua natureza.

Por isso, para facilitar a explicação das variações entre os dois exercícios, são apresentadas a seguir uma conta de resultado (conta de resultados resumida Relatório da Administração) onde os referidos excedentes e saneamentos não recorrentes se apresentam líquidos e separadamente em uma linha, antes do lucro atribuído ao Grupo. Além disso, apresenta determinadas margens diferentes àquelas apresentadas na conta anterior, como por exemplo a margem líquida.

Demonstração de resultados resumida - relatório de gestão

LEGENDA:

Milhões de euros

Margem de juros

Comissões líquidas

Millones de euros

	2013	2012
Margem de juros	25.285	20.924
Comisiones netas	9.761	10.259
Resultados netos de operaciones financieras	3.469	2.698
Resto ingresos	587	325
Despesas gerais	(19.983)	(18.016)
Costas de explotación	(19.843)	(19.583)
Gastos generales de administración	(17.452)	(17.801)
De personal	(10.069)	(10.367)
Otros gastos generales de administración	(7.382)	(7.454)
Amortización de activos materiales e inmateriales	(2.352)	(2.182)
Resultados	(10.698)	(26.092)
Dotaciones insolvencias	(10.863)	(12.640)
Detraído de otros activos	(524)	(853)
Otros resultados y dotaciones	(1.251)	(1.449)
Resultado antes de impuestos	(2.267)	(3.332)
Impuesto sobre sociedades	(1.853)	(2.314)
Resultado de operaciones continuadas (neto)	(4.120)	(5.646)
Resultado de operaciones interrumpidas (neto)	(25)	70
Resultado de operaciones discontinuadas (neto)	5.388	(2.285)
Resultado atribuido a minoritarios	1.023	895
Resultado atribuido al Grupo	(3.100)	(6.741)
Neto de plusvalías y saneamientos	—	(3.047)
Resultado atribuido al Grupo	(3.100)	(9.788)

Resultados líquidos de operações financeiras

Outras receitas

Margem bruta

Custos operacionais

- Despesas gerais e administrativas

- Pessoal

- Outras despesas gerais e administrativas

Amortização de ativos tangíveis e intangíveis

Margem líquida

Dotações insolvências

Perda de valor - outros ativos

Outros resultados e dotações

Resultados antes dos impostos - ordinários

Impostos sobre sociedades

Resultados de operações continuadas - ordinários

Resultado de operações descontinuadas (líquido)

Resultado consolidado do exercício - ordinário

Resultado atribuído a minoritários

Lucro atribuído ao Grupo - ordinário

Líquido de excedentes e saneamentos

Lucro atribuído ao Grupo

O Grupo obteve um lucro atribuído 4370 milhões de euros em 2013, que representa um aumento de 90,5% em 2012.

Existem vários fatores que têm impacto na comparação interanual:

- O contexto de desaceleração macro e as taxas de juros baixas, depois diminuindo significativamente em alguns países, em que a atividade do Grupo foi desenvolvida. Une-se a estratégia adotada pelo Grupo a dar preferência à capital e liquidez, com o consequente impacto destes últimos resultados, principalmente através do custo financeiro.
- No ano de 2012 relevantes reduções adicionais para o risco de imóveis foram realizadas em Espanha, afetando significativamente as contas desse mesmo ano.
- Um efeito de perímetro líquido negativo no lucro de 368 milhões de euros (- 16 pontos percentuais) atribuído pela diferença entre:
 - um efeito positivo pela entrada do Banco real S.A.
 - efeito de negativo para a saída da subsidiária na Colômbia no segundo trimestre de 2012, a contribuição menor do método de resultados (devido o resseguro da carteira de vida risco individual das companhias de seguros do Santander na Espanha e em Portugal), o aumento de participações minoritárias em subsidiárias no México e na Polónia, e o menor resulta na unidade de seguro, pela realização da operação com Aegon.
- O impacto das taxas de câmbio de diferentes moedas em relação ao euro é um negativo 6 p.p. para o Grupo total na comparação de receitas e custos durante o ano passado. Por países, grandes impactos negativos são

Tipos de cambio: Paridad 1 euro=moneda

	Cambio medio (resultados)	
	2011	2012
Dólar USA	1,327	1,284
Libra	0,849	0,811
Real brasileño	2,852	2,501
Peso mexicano	16,931	16,894
Peso chileno	656,524	624,467
Peso argentino	7,220	5,830
Zloty polaco	4,196	4,187

produzidos no Brasil (- 12 p.p.), Chile (- 5 p.p. cada), Reino Unido e Estados Unidos (- 3 p.p.).

[LEGENDA:] Taxas de câmbio; Paridade 1 euro = moeda

Taxa de câmbio média (resultados)

Detalhe das principais linhas da demonstração de resultados

Margem bruta situou-se em 39,753 milhões de euros, com um decréscimo de 8,4% em relação ao exercício de 2012 (- 2,2% nenhum efeito das taxas de câmbio).

Esta queda está localizada na margem do interesse, que 25,935 milhões de euros e é

reduzida por 13,3%, explicada quase inteiramente por quatro efeitos: depreciação de algumas moedas; impacto do custo associado com a política de reforço da liquidez que o Grupo tem realizado a partir de meados de 2012; diminuição de volumes associados a desalavancagem em algumas regiões geográficas e spreads mais baixos devido a quedas de tipos e mudança na mistura para produtos de menor risco. Esses impactos não são compensados pela redução do custo dos passivos, que ainda não se reflete em sua totalidade.

A seguir é média saldo saldos cada ano, obteve a média dos meses do período, que não diferem significativamente para a média dos saldos diários. Por outro lado, a abertura entre o doméstico e internacional baseia-se no local do cliente.

Balance medio - activos e ingresos por intereses

ACTIVOS

Caja y depósitos en bancos centrales

Doméstico

Internacional

Depósitos en entidades de crédito

Doméstico

Internacional

Crédito a la clientela

Doméstico

Internacional

Valores representativos de deuda

Doméstico

Internacional

Ingresos por operaciones de cobertura

Doméstico

Internacional

Otros activos que devengan interés

Doméstico

Internacional

Total de activos que devengan interés

Doméstico

Internacional

Inversiones en entidades del grupo

Doméstico

Internacional

Total activos rentables

Doméstico

Internacional

Otros activos

Activos por operaciones discontinuadas

Total activos medios

	Ejercicio 2011			Ejercicio 2012		
	Saldo medio	Ingresos	Tipo medio	Saldo medio	Ingresos	Tipo medio
(en millones de euros, excepto porcentajes)						
Caja y depósitos en bancos centrales	590	54	0,82%	21.172	91	0,44%
Doméstico	77.467	2.647	3,42%	75.572	2.602	3,44%
Internacional	84.057	2.701	3,21%	96.744	2.693	2,78%
Depósitos en entidades de crédito	28.206	152	0,54%	25.257	136	0,54%
Doméstico	56.983	634	1,08%	45.600	898	1,97%
Internacional	85.189	766	0,90%	70.857	1.034	1,46%
Crédito a la clientela	178.227	5.755	3,23%	148.641	7.312	3,69%
Doméstico	519.037	34.450	6,64%	540.730	38.795	7,04%
Internacional	697.264	40.205	5,77%	749.373	46.127	6,16%
Valores representativos de deuda	55.497	2.113	3,81%	52.382	1.946	3,72%
Doméstico	94.144	4.322	4,59%	96.910	5.147	5,11%
Internacional	149.641	6.435	4,30%	149.292	7.093	4,75%
Ingresos por operaciones de cobertura		85			211	
Doméstico		125			472	
Internacional		210			683	
Otros activos que devengan interés	60.673	677	1,12%	75.008	803	1,07%
Doméstico	41.333	453	1,10%	47.902	357	0,75%
Internacional	102.006	1.130	1,11%	122.910	1.160	0,94%
Total de activos que devengan interés	329.103	8.836	2,68%	372.467	10.520	2,82%
Doméstico	788.064	42.611	5,40%	816.714	48.271	5,91%
Internacional	1.118.157	51.447	4,60%	1.189.176	58.791	4,94%
Inversiones en entidades del grupo	1.223	-	0,00%	1.147	-	0,00%
Doméstico	3.632	-	0,00%	3.459	-	0,00%
Internacional	4.855	-	0,00%	4.506	-	0,00%
Total activos rentables	330.416	8.836	2,67%	373.609	10.520	2,82%
Doméstico	792.596	42.611	5,38%	820.173	48.271	5,84%
Internacional	1.123.012	51.447	4,58%	1.193.782	58.791	4,92%
Otros activos	91.187	-	-	92.815	-	-
Activos por operaciones discontinuadas	-	-	-	-	-	-
Total activos medios	1.214.199	51.447	-	1.286.597	58.791	-

LEGENDA:

Saldo médio - ativos e receitas de juros

Exercício 2013 - Exercício 2012

Saldo médio - Juros - Taxa Média - Juros - Taxa Média

(em milhões de euros, exceto quando expresso em %)

ATIVOS

Caixa e depósitos em bancos centrais - Doméstico/Internacional

Depósitos e entidades de crédito - Doméstico/Internacional

Operações de Crédito - Doméstico/Internacional

Valores representativos da dívida - Doméstico/Internacional

Receita por operações de hedging - Doméstico/Internacional

Outros ativos que rendem juros - Doméstico/Internacional

Total de ativos que rendem juros - Doméstico/Internacional

Investimentos em entidades do Grupo - Doméstico/Internacional

Total ativos com rendimento - Doméstico/Internacional

Outros ativos

Ativos em operações descontinuadas

Total ativos (média)

O saldo médio dos ativos rentáveis até 2013 foi 1.123 milhões de euros, queda de 6% em 2012.

Esta diminuição ocorre na maior parte, apesar de seu menor peso relativo na sua componente interno. Dentro deste, os maiores declínios correspondem a rúbrica de crédito aos clientes, através do processo de desalavancagem e caixa e bancos centrais.

Os saldos de componente internacional também diminuíram, afetados por taxas de câmbio.

Metade do total da rentabilidade ativos caiu 34 pontos base para 4,58%, em consonância com a evolução gravada pelo investimento empréstimo (- 39 pontos base para 5,77%).

Balance medio - pasivos y gastos por intereses

PASIVO Y FONDOS PROPIOS

	Ejercicio 2013			Ejercicio 2012		
	Saldo medio	Intereses	Tasa media	Saldo medio	Intereses	Tasa media
(en millones de euros, excepto porcentajes)						
Depósitos de entidades de crédito						
<i>Doméstico</i>	21.654	335	1,55%	55.339	761	1,38%
<i>Internacional</i>	107.956	1.595	1,51%	99.347	1.720	1,73%
	129.610	1.970	1,52%	154.686	2.481	1,60%
Depósitos de la clientela						
<i>Doméstico</i>	173.833	3.053	1,76%	153.399	2.850	1,86%
<i>Internacional</i>	458.506	11.752	2,56%	482.952	13.554	2,81%
	632.339	14.805	2,34%	636.351	16.404	2,58%
Débitos representados por valores negociables						
<i>Doméstico</i>	83.445	2.993	3,59%	95.054	3.175	3,34%
<i>Internacional</i>	105.509	3.885	3,68%	109.647	4.102	3,74%
	188.954	6.879	3,64%	204.701	7.277	3,55%
Pasivos subordinados						
<i>Doméstico</i>	8.547	495	5,80%	10.409	637	6,12%
<i>Internacional</i>	8.098	764	9,43%	10.830	1.013	9,35%
	16.645	1.260	7,57%	21.239	1.650	7,77%
Otros pasivos que devengan interés						
<i>Doméstico</i>	75.386	962	1,28%	91.497	1.113	1,22%
<i>Internacional</i>	57.778	1.064	1,84%	63.052	684	1,08%
	133.164	2.026	1,52%	154.554	1.797	1,16%
Gastos derivados de operaciones de cobertura						
<i>Doméstico</i>		-1.135			974	
<i>Internacional</i>		-290			234	
		-1.428			-740	
Total pasivos que devengan interés						
<i>Doméstico</i>	362.865	6.701	1,85%	405.693	7.551	1,86%
<i>Internacional</i>	737.847	18.811	2,55%	765.838	21.307	2,78%
	1.100.712	25.512	2,32%	1.171.531	28.868	2,46%
Otros pasivos	31.830			33.954		
Participaciones no dominantes	10.066			8.424		
Fondos propios	71.591			72.688		
Pasivos por operaciones discontinuadas						
Total pasivos y fondos propios medios	1.214.199	25.512		1.286.597	28.868	

LEGENDA:

Saldo médio - passivo e despesas de juros

Exercício 2013 - Exercício 2012

Saldo médio - Juros - Taxa média - Saldo médio - Juros - Taxa média

(em milhões de euros, exceto quando expresso em %)

Passivos e fundos próprios

Depósitos de entidades de crédito - Doméstico/Internacional

Débitos representados por valores negociáveis - Doméstico/Internacional

Passivos subordinados - Doméstico/Internacional

Otros passivos com juros - Doméstico/Internacional

Total passivos com juros - Doméstico/Internacional

Otros passivos

Participações não de controle

Fondos próprios

Passivos por operações descontinuadas

Total passivos e fundos próprios - média

O saldo médio dos passivos que acumular juros em 2013 foi 1,101 milhões de euros, queda de 6% em 2012, uma melhoria de 14 pontos base no custo médio da mesma para 2,32%. Esta melhoria é produzida principalmente no custo de depósitos da clientela, queda de 24 pontos base.

Diminuição de saldos é principalmente explicado como esse ativo, para o componente do agregado familiar, resultado da diminui em operações com instituições financeiras (para o retorno dos fundos capturados do BCE no final de 2011, os chamados filtros), valores mobiliários e outros passivos que acumular juros, desde que, por outro lado, depósitos de clientes domésticos aumentaram 13%.

Saldos inferiores no lado internacional, afetado também são registrados como ativos, por taxas de câmbio.

Variações expressadas na tabela a seguir, em receitas e custos são calculadas e são atribuídas, principalmente, r:

- A variação de volume, que é obtido pela aplicação da taxa de juros no período que antecedeu a diferença entre as médias do atual período e o período anterior de saldos.
- Variação por taxa de juros, que é obtida aplicando-se a média da diferença • ano anterior saldo entre os tipos do período atual e o período anterior.

	2013/2012		
	Volumen	Tipo	Variación
	(en millones de euros)		
Ingresos por intereses			
Caja y depósitos en bancos centrales			
<i>Doméstico</i>	(87)	50	(37)
<i>Internacional</i>	65	(20)	45
	(22)	30	8
Depósitos en entidades de crédito			
<i>Doméstico</i>	16	0	16
<i>Internacional</i>	188	(472)	(284)
	204	(472)	(268)
Crédito a la clientela			
<i>Doméstico</i>	(711)	(866)	(1.577)
<i>Internacional</i>	(2.168)	(2.177)	(4.345)
	(2.879)	(3.043)	(5.922)
Valores representativos de deuda			
<i>Doméstico</i>	118	49	167
<i>Internacional</i>	(144)	(681)	(825)
	(26)	(632)	(658)
Otros activos que devengan interés			
<i>Doméstico</i>	(159)	33	(126)
<i>Internacional</i>	(54)	150	96
	(213)	183	(30)
Total de activos que devengan interés sin contar operaciones de cobertura			
<i>Doméstico</i>	(823)	(734)	(1.557)
<i>Internacional</i>	(2.113)	(3.200)	(5.313)
	(2.936)	(3.934)	(6.870)
Ingresos por operaciones de cobertura			
<i>Doméstico</i>	(127)	0	(127)
<i>Internacional</i>	(347)	0	(347)
	(474)	0	(474)
Total de activos que devengan interés			
<i>Doméstico</i>	(950)	(734)	(1.684)
<i>Internacional</i>	(2.460)	(3.200)	(5.660)
	(3.410)	(3.934)	(7.344)

LEGENDAS

Aumento/diminuição por variações em

Volumes - Taxas - Variação líquida

Receita de juros

Caixa e depósitos em bancos centrais -
Doméstico/Internacional

Depósitos em entidades de crédito -
Doméstico/Internacional

Operações de Crédito -
Doméstico/Internacional

Valores representativos da dívida -
Doméstico/Internacional

Outros ativos que rendem juros -
Doméstico/Internacional

Total de ativos que rendem juros sem
considerar operações de hedging -
Doméstico/Internacional

Receita por operações de hedging -
Doméstico/Internacional

Total de ativos que rendem juros -
Doméstico/Internacional

Receita de juros declinou 7,344 milhões de euros, com variação de incidência semelhante em volume (- 3,41 milhões) e variação por tipo (- 3,934 milhões), ambos devido ao segmento internacional parcialmente afetado por taxas de câmbio. Em ambos os casos, se refere à evolução da sua componente de crédito aos clientes.

Gastos por intereses

Zürcher Kantonalbank			
Aumento/diminuição por variações em			
Volumen	Tipo	Variación líquida	
(en millones de euros)			
Depósitos de entidades de crédito			
<i>Doméstico</i>	(511)	85	(426)
<i>Internacional</i>	141	(226)	(85)
	(370)	(141)	(511)
Depósitos de la clientela			
<i>Doméstico</i>	365	(162)	203
<i>Internacional</i>	(664)	(1.138)	(1.802)
	(299)	(1.300)	(1.599)
Débitos representados por valores negociables			
<i>Doméstico</i>	(406)	224	(182)
<i>Internacional</i>	(153)	(63)	(216)
	(559)	161	(398)
Pasivos subordinados			
<i>Doméstico</i>	(109)	(32)	(141)
<i>Internacional</i>	(258)	9	(249)
	(367)	(23)	(390)
Otros pasivos que devengan interés			
<i>Doméstico</i>	(204)	54	(150)
<i>Internacional</i>	(62)	442	380
	(266)	496	230
Total pasivos que devengan interés sin contar operaciones de cobertura			
<i>Doméstico</i>	(865)	169	(696)
<i>Internacional</i>	(996)	(976)	(1.972)
	(1.861)	(807)	(2.668)
Gastos derivados de operaciones de cobertura			
<i>Doméstico</i>	(164)	0	(164)
<i>Internacional</i>	(524)	0	(524)
	(688)	0	(688)
Total pasivos que devengan interés			
<i>Doméstico</i>	(1.029)	169	(860)
<i>Internacional</i>	(1.520)	(976)	(2.496)
	(2.549)	(807)	(3.356)

LEGENDA:

Aumento/diminuição por variações em

Volumes - Taxas - Variação líquida

Despesas de juros

Depósitos em entidades de crédito -
Doméstico/Internacional

Depósitos de clientes -
Doméstico/Internacional

Débitos representados por títulos negociáveis
- Doméstico/Internacional

Passivos subordinados -
Doméstico/Internacional

Outros passivos que rendem juros -
Doméstico/Internacional

Total de passivos que rendem juros sem
contar operações de hedging -
Doméstico/Internacional

Despesas com operações de hedging -
Doméstico/Internacional

Total passivos que rendem juros -
Doméstico/Internacional

Encargos financeiros diminuíram 3.356 milhões de euros, através da redução de ambos os volumes gerenciados como, em menor medida, por efeito do custo médio da responsabilidade. O último é devido quase inteiramente reduzir as taxas associadas com depósitos de clientes. Assim como receitas financeiras, o segmento internacional é afetado pela evolução das taxas de câmbio.

Continuando a evolução dos resultados, as comissões são 9,761 bilhões de euros e para baixo a 4,9%. Sem o impacto das taxas de câmbio, aumentadas ligeiramente (+ 0,8%). Em detalhe, oferecem o melhor desempenho do Conselho e direção de operações (+ 15,3%), cartões (+ 12,7%), pensão de fundos (+ 6,6%) e seguro (+ 4,7%).

Os resultados de operações financeiras aumentaram 28,6%, Europa GBM e gestão ativa do risco de taxas de juros no balanço.

Em termos de resultados pelo método de equivalência patrimonial, onde eles são contabilizados as contribuições para o Grupo de Santander Consumer EUA e derivativos de operações corporativas no ramo de seguros na Europa e na América Latina, eles sobem um 17,1%.

Outros resultados operacionais, que inclui a contribuição para os fundos de garantia de depósitos, são negativos de 291 milhões de euros, 10,3% menor do que em 2012.

Custos operacionais diminuíram 0,7% (+ 4,9% nenhum efeito das taxas de câmbio), evolução que reflete o comportamento diferenciado de unidades. Na Europa, tanto grandes unidades comerciais e o Reino Unido, continuam a declinar ou crescem abaixo da inflação. América Latina aumentada de expansão e melhoria da rede de vendas e a revisão dos acordos salariais em um

ambiente de inflação mais elevada. Finalmente, Estados Unidos inclui em seus comparativos anuais investimentos em tecnologia e estrutura de negócios, bem como os custos associados com a mudança de marca.

Com tudo isto, a eficiência do exercício aumenta 3,9 p.p. até 49,9% e o líquido margem (lucro antes de provisões) obtida é de 19,909 milhões de euros.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está em 14,1% menor do que em 10,863 milhões de euros no ano anterior (-7,8% sem taxa de câmbio). Por unidades, pequenos equipamentos no Brasil, Reino Unido, Portugal, Estados Unidos do Santander Consumer Finance e, em menor medida, em Espanha. Por outro lado, aumento no resto dos países da América Latina, especialmente México, com forte incidência de carga *pontual* feita para desenvolvedores de habitação das sociedades.

Por sua parte, títulos de perda de valor de outros ativos e outros resultados são negativos para 1785 milhões de euros (- 2,302 milhões no ano passado).

Como resultado, o resultado antes de impostos é 7,262 bilhões de euros. Depois de considerar os impostos e unidades operacionais descontinuadas e *minoria anciãos*, lucro atribuído ordinário situou-se em 4370 milhões de euros. Este benefício não pegar o impacto dos ganhos obtidos no ano, 939 milhões de euros líquidos de impostos, para as operações de seguros Espanha e Santander Asset Management, desde que as acusações foram feitas por um montante equivalentes a reestruturação de custos, ágio e outras reduções.

Em 2012, por outro lado, o líquido mais-valias obtidas (1,064 bilhões) e write-downs para imóveis (4,111 bilhões de euros), foi negativo por 3047 milhões de euros. Depois disso, o lucro atribuído a aumentos de 90,5%.

ROE (medido como lucro atribuído, em média, patrimônio líquido) situou-se em 5,42%, a **ROTE** (medido como lucro patrimônio líquido atribuído

menos meios de ágio) no 7.73% e o **RoRWA** (medido como rendimentos consolidados em ativos de risco ponderado médios) em 1,01%, melhorando em todos os casos sobre os obtidos no ano passado (+ 251 + 345 e + 45 pontos-base) respectivamente).

2.4 Saldo

No que diz respeito ao **saldo do Grupo**, no final do exercício financeiro em 2013, o número total de negócios gerenciado é 1.240.806 milhões, dos quais 90% (1.115.637 milhões) corresponde aos ativos em saldo e o resto para os fundos de investimento, fundos de Pensões e ativos sob gestão.

Balance resumido - Informe de gestión

Millones de euros

	2013	2012
Activo		
Caja y depósitos en bancos centrales	77.103	118.488
Cartera de negociación	115.287	177.917
Valores representativos de deuda	40.841	43.101
Créditos a clientes	5.079	9.162
Instrumentos de capital	4.967	5.492
Derivados de negociación	58.899	110.319
Depósitos en entidades de crédito	5.503	9.843
Otros activos financieros a valor razonable	31.381	28.356
Créditos a clientes	13.196	13.936
Otros (depósitos en entidades de crédito, valores representativos de deuda y otros instrumentos de capital)	18.185	14.420
Activos financieros disponibles para la venta	83.799	92.267
Valores representativos de deuda	79.844	87.724
Instrumentos de capital	3.955	4.542
Inversiones crediticias	714.484	756.858
Depósitos en entidades de crédito	56.017	53.785
Créditos a clientes	650.581	696.013
Valores representativos de deuda	7.886	7.059
Participaciones	5.536	4.453
Activos materiales e intangibles	16.613	17.296
Fondo de comercio	23.281	24.626
Otras cuentas	48.151	49.338
Total activos	1.115.637	1.240.806
Pasivo y patrimonio neto		
Cartera de negociación	94.672	143.241
Depósitos de clientes	8.500	8.897
Débitos representados por valores negociables	1	1
Derivados de negociación	58.887	109.743
Otros	27.285	24.600
Otros pasivos financieros a valor razonable	42.311	45.418
Depósitos de clientes	26.484	28.638
Débitos representados por valores negociables	4.086	4.904
Depósitos de bancos centrales y entidades de crédito	11.741	11.876
Pasivos financieros a coste amortizado	863.115	959.321
Depósitos de bancos centrales y entidades de crédito	86.323	131.670
Depósitos de clientes	572.853	589.104
Débitos representados por valores negociables	171.390	201.064
Pasivos subordinados	16.139	18.238
Otros pasivos financieros	16.410	19.245
Pasivos por contratos de seguros	1.430	1.425
Provisiones	14.474	16.148
Otras cuentas de pasivo	19.735	22.771
Total pasivo	1.063.785	1.163.620
Fondos propios	84.740	81.333
Capital	5.667	5.161
Reservas	75.109	74.528
Resultado atribuido al Grupo	4.370	2.295
Menos: dividendos y retribuciones	(406)	(650)
Ajustes al patrimonio por valoración	(14.152)	(9.474)
Intereses minoritarios	9.313	9.415
Total patrimonio neto	73.800	81.275
Total pasivo y patrimonio neto	1.115.637	1.240.806

LEGENDA:

Resumo do balanço - Relatório de Gestão

Milhoes de euros

Ativo

Caixa e depósitos em bancos centrais

Ativos Financeiros Para Livre Negociação

Valores representativos da dívida

Operações de Crédito

Instrumentos de capital

Derivativos de negociação

Depósitos em entidades de crédito

Outros ativos financeiros a valor razoável

Créditos a clientes

Outros (depósitos em entidades de crédito, valores representativos da dívida e outros instrumentos de capital)

Ativos financeiros disponíveis para venda

Valores representativos da dívida

Instrumentos de capital

Investimentos em crédito

Depósitos em entidades de crédito

Créditos a clientes

Valores representativos da dívida

Participações

Ativos tangíveis e intangíveis

Ágio

Outras contas

Total Ativo

Passivo e patrimônio líquido

Ativos Financeiros Para Livre Negociação

Depósitos de clientes

Débitos representativos por valores negociáveis

Derivativos de negociação

Outros
 Outros passivos financeiros a valor justo
 Depósitos de clientes
 Débitos representados por valores negociáveis
 Depósitos de bancos centrais e entidades de créditos
 Passivos financeiros a custo amortizado
 Depósitos em bancos centrais e entidades de crédito
 Passivos financeiros a custo amortizado
 Depositos de bancos centrais e entidades de credito
 Depositos de clientes
 Debitos representados por valores negociaveis
 Passivos subordinados
 Outros passivos financeiros
 Passivos por contratos de seguros
 Provisoes
 Outras contas de passivo
 Passivo total
 Fundos próprios
 Capital
 Reservas
 Resultado atribuido ao Grupo
 Menos: dividendos e distribuições
 Ajustes ao patrimonio por avaliação
 Acionistas minoritários
 Total patrimônio líquido
 Total passivos e patrimônio líquido

Na evolução de dezembro de 2012 equilibra impactando significativamente as variações das taxas de câmbio, antes depreciação experimentada por moedas principais em que o Grupo opera.

Assim, as depreciações são 2% para a libra e o zloty polonês, de 4% para o dólar, 5% para o peso mexicano, de 13% para o peso chileno, de 17% para o real e 28% para o peso argentino. Tudo isso leva a um impacto negativo de 4 pontos

Empréstimos com prazo de vencimento de mais de um ano no final de 2013

	Doméstica		Internacional		TOTAL	
	Quantidade (Milhões)	O peso total (%)	Quantidade (Milhões)	O peso total (%)	Quantidade (Milhões)	O peso total (%)
Fixo	21.904	16%	145.514	39%	167.419	33%
Variável	111.286	84%	225.301	61%	336.587	67%
TOTAL	133.190	100%	370.815	100%	504.005	100%

percentuais sobre as variações interanual de empréstimos e fundos do cliente.

Tipos de cambio: Paridad 1 euro=moneda

	Cambio final (balanza)	
	2012	2013
Dólar USA	1,379	1,319
Libra	0,834	0,816
Real brasileiro	3,258	2,704
Peso mexicano	18,073	17,185
Peso chileno	724,579	631,729
Peso argentino	8,990	6,487
Zloty polaco	4,154	4,074

[LEGENDA]

Taxas de câmbio: Paridade 1 euro = moeda

Taxa de câmbio final (balanço)

Além disso, um perímetro de efeito positivo há menos de um ponto percentual, derivado da fusão nos primeiros dias de 2013 de banco Zachodni WBK S.A. e banco real S.A. na Polónia.

Em termos de **empréstimos brutos do cliente** do Grupo situa-se no final de dezembro em 693,759 milhões de euros, com uma redução no ano de 7%, afetada pela evolução das taxas de câmbio. Independentemente do seu efeito e eliminando que as aquisições temporárias de bens (ATAs), os saldos são reduzidos a 2%.

Créditos a clientes
Millones de euros

	2012	2013
Crédito a las Administraciones Públicas Españolas	13.374	16.884
Crédito a otros sectores residentes	160.478	183.130
Cartera comercial	7.301	8.699
Crédito con garantía real	96.420	103.890
Otros créditos	56.757	70.540
Crédito al sector no residente	519.907	544.520
Crédito con garantía real	320.608	339.519
Otros créditos	199.300	205.000
Créditos (líquido)	693.759	714.574
Fondo de provisión para insolvencias	24.904	25.422
Créditos (bruto)	718.663	740.000
Pro-memoria: Activos dudosos	40.320	35.301
Administraciones Públicas	99	121
Otros sectores residentes	21.763	16.025
No residentes	18.458	19.156

LEGENDA:

- Créditos a clientes
- Milhões de euros
- Crédito a Administraciones Públicas Españolas
- Créditos a outros setores residentes
- Carteira comercial
- Crédito com garantia real
- Otros créditos
- Crédito ao setor não residente
- Crédito com garantia real
- Otros créditos
- Créditos a clientes (bruto)
- Fundo de provisões para insolvência
- Créditos a clientes (líquido)
- Pro-memoria: ativos duvidosos
- Administraciones públicas
- Otros sectores residentes
- Não residentes

No final de 2013, o total dos créditos para os clientes com vencimento superior a um ano, 67% está relacionada com o tipo de variável e a taxa de 33% fixada restantes. Entrar com o mesmo detalhe geográfico pode ser visto que:

- Na arena doméstica, 84% dos créditos são concedidos à taxa de 16% fixada e taxa variável.
- Empréstimos fora de Espanha, 61% são 39% fixos taxa e taxa variável.

Para a distribuição de crédito de clientes por atividade pode ir observar 10.b) do relatório de auditoria e demonstrações financeiras.

O detalhe por geografias do bruto empréstimos a clientes, listados abaixo.

Na Europa continental, a baixa demanda por crédito para a situação econômica em alguns países, afeta a evolução dos saldos em Espanha e Portugal (- 8% e - 5%, respectivamente). O conjunto de Santander Consumer Finance praticamente estável seu saldo de créditos (- 1%), enquanto a Polónia aumenta 73% em moedas locais (+ 1%, isolando o efeito da integração do Banco real S.A.). Finalmente, os líquido créditos constantes o descontinuado na unidade de negócios imobiliários de Espanha 21%, para manter este tipo de estratégia de redução de risco de diminuir. Todas as variações não são aquisição temporária de bens.

No Reino Unido clientes de saldo de crédito diminui 4% em libras no ano. Pelo contrário, toda a América Latina aumenta 9% ano a ano em desenvolvimentos de moeda constante em todos os países, com exceção de Porto Rico, que cai 8%: Brasil (+ 7%), México (+ 12%), Chile (+ 11%), Argentina (+ 35%), Uruguai (+ 24%) e Peru (+ 29%).

Finalmente, Estados Unidos diminui em 5% em dólares.

Após esta evolução, Europa continental representa 40% dos empréstimos líquidos para os clientes do Grupo (24% corresponde à Espanha), Estados Unidos da América é responsável por 35%, América Latina 20% (10% no Brasil) e Estados Unidos representa os restantes 6%.

Em relação ao passivo, o conjunto de **fundos de clientes gerenciados** é de 924,621 milhões de euros, com uma diminuição em relação a

dezembro de 2012 de 5%. Assim como os créditos, taxas de câmbio afetam essa evolução sem consideração, o declínio é inferior a 1%.

Recursos de clientes gestionados
Millones de euros

	2013	2012
Administraciones Públicas residentes	7.745	8.411
Otros sectores residentes	161.649	157.011
Vista	74.969	71.511
Plazo	80.146	75.411
Otros	6.535	10.011
Sector no residente	438.442	461.111
Vista	245.582	228.611
Plazo	146.433	179.511
Otros	46.427	52.911
Depósitos de clientes	607.836	646.833
Débitos representados por valores negociables*	175.477	205.911
Pasivos subordinados	16.139	18.211
Recursos de clientes gestionados	800.452	872.967
Fondos de inversión	93.304	89.111
Fondos de pensiones	10.879	10.011
Patrimonios administrados	20.987	18.811
Recursos de clientes no balanço	124.160	126.933
Recursos de clientes gestionados	924.612	999.900

* Incluye Pagars Retail en España (millones de euros): 3.553 en diciembre 2013 y 1.536 en diciembre 2012

** Incluye fondos de inversión y pensiones comercializados

LEGENDA:

Gestão de Recursos de Clientes

milhões de euros

Administrações Públicas Residentes

Outros setores residentes

À vista - a prazo - outros

Sector não residente

À vista - a prazo - outros

Depósitos de clientes

Débitos representados por valores negociáveis*

Passivos subordinados

Recursos de clientes no balanço

Fundos de investimento

Fundos de pensão

Patrimonios administrados

Gestão de recursos de clientes - outros**

*Inclui Notas Promissórias Varejo Espanha (milhões de euros): 3.553 em dezembro de 2013 e 1.1.536 em dezembro de 2012

**Inclui fundos de investimento e de pensão comercializados

Dentro deles, o conjunto de depósitos (incluindo Notas promissórias varejo em letras financeiras do Brasil e Espanha e excluindo transferências temporárias de ativos - créditos-), fundos de investimento e fundos de pensão aumento de 2%, descontado o efeito das alterações nas taxas de câmbio. Em detalhe, os depósitos são estáveis em relação ao final de 2012, enquanto o investimento e os fundos de pensão crescem 14% e 8%, respectivamente.

Na Europa continental, as principais unidades são seguintes:

- Espanha aumenta 1% YOY, altamente condicionada pela diminuição pelo caros saldos institucionais. Sem consideração, o aumento nos saldos de varejo é cerca de 10 bilhões. Entre eles, os fundos de hedge aumentar 29%, consolidando a liderança do Grupo em fundos mobiliários. Este forte crescimento deve-se a estratégia de redução de depósitos caros e de maior comercialização de fundos de investimento, que une o impacto favorável da evolução dos mercados de ações no exercício. Finalmente, os fundos de pensões subir 8%.
- Diminuições de Portugal ofereceram 4% de depósitos de clientes sem contas, pelo maior foco no seu custo, que se reflete em por diminuição do prazo de contas, fundos de investimento cair 32%, enquanto os fundos de pensão aumentaram 8%. O conjunto de tudo isto é uma diminuição de 5%.
- Depósitos de Polônia aumentam 69% em moeda local, favorecida pela entrada do Banco real S.A. No perímetro constante aumento de 1%, para uma gestão ativa dos recursos é

refletida na redução dos depósitos de banco S.A. reais caros e o aumento de fundos (+ 12%).

- Finalmente, o Santander Consumer Finance diminuiu 3% pela Alemanha, que representa 89% dos depósitos da área, uma queda que é motivada pela política de redução mais alto custo de saldos. Itália e os países nórdicos oferecem crescimento forte, apesar de, em números muito modestos.

No Reino Unido depósitos de clientes sem atribuições (em libras) abaixo de 3%, devido a estratégia de substituição de caros e menos estável por aqueles que oferecem uma maior oportunidade de fixação. Neste sentido, as contas de vista crescem 5% nos últimos doze meses pelo aumento em contas correntes, derivado da comercialização dos produtos da gama 1|2|3, que compensar parcialmente a redução dos saldos do termo. Enquanto isso, os fundos de investimento baixo 29%.

Em países da América Latina, e como ocorre nos créditos, todas elas, com exceção de Porto Rico, aumentaram em depósitos de moeda constante investimento mais fundos, com um aumento conjunto de 12% (sem transferências temporárias e incluindo letras financeiras do Brasil). Em detalhe: Brasil sobe 15%; México, 4%; Chile, 7%; Argentina, 30%; Uruguai, 17%; e Peru, 15%.

Finalmente, os depósitos dos clientes dos Estados Unidos seguem uma linha de mistura melhorada e custo semelhante ao mostrado por outras unidades. Em particular, os saldos aumentam 9%, aumento absorvido por saldos inferiores a prazo, então o total de depósitos sem atribuições abaixo de 3% em doze meses.

Por grandes segmentos, a Europa continental representa 38% dos fundos do cliente gerenciado (27% corresponde à Espanha), Reino Unido 31%, América Latina 27% (14% no Brasil) e Unidos Estados os restantes 4%.

Anotado créditos, depósitos e Notas de varejo, a evolução faz a proporção de líquido créditos sobre depósitos mentir no 109% (113% em dezembro de 2012).

A alta absorção de depósitos registrados nos últimos dois anos, juntamente com o processo de desalavancagem dos países, reduziu drasticamente as necessidades dos atacadistas recursos obtidos através de emissões. Em qualquer caso, o Grupo considerado estratégico valor manter uma política seletiva de emissão nos mercados de renda fixa internacionais, tentando adaptar-se a frequência e o volume de operações de mercado às necessidades estruturais de liquidez de cada unidade, bem como a receptividade de cada mercado.

Em 2013 capturaram 22,54 milhões de euros em média de mercado de emissões e a longo prazo, da qual dívida 18,003 milhões de francos sênior, hipoteca 3,513 milhões e 1024 milhões em dívida subordinada.

Em termos de atividade de securitização, toda a subsidiárias do Grupo têm colocado no mercado durante a securitização vários 2013 ano financeiro, perfazendo um total de 6,273 milhões de euros, principalmente em Santander UK e através de unidades de Santander Consumer Finance.

Além disso, em todo o Grupo em 2013 foram vencimentos a longo prazo médio da dívida 37,318 milhões de euros, com o seguinte detalhe: 26,121 milhões de dívida de primeiro grau; cartões de 10,997 bilhões de euros e dívida subordinada de 199 milhões de euros.

Como para outras rubricas do balanço, total **ágio** é 23,281 milhões de euros, com descida de 1344 milhões em 2013. Este último é motivado pela evolução dos tipos de mudança, especialmente a libra e real brasileiro. Em contrapartida, aumentou a incorporação do Banco real S.A.

No final de 2011 e início de 2012, o Banco Central Europeu lançou dois leilões para três anos a fim de fornecer liquidez ao mercado. O Grupo foi para tais leilões e continuou a prática de depositar grande parte dos fundos recolhidos no BCE, que se reflectiu na evolução dos saldos em **bancos centrais**. No ano 2013 retornou praticamente todos os montantes adquiridos nestes leilões, mantendo o montante único em

Portugal. Esta estratégia teve sua reflexão nos declínios de cerca de 40 bilhões de euros nas rubricas dos bancos centrais, tanto o ativo e o passivo.

No que se refere aos **ativos financeiros disponíveis para venda**, é situa-se em 83,799 milhões de euros, que representa uma diminuição de 8,468 milhões e 9% da receita no final do ano passado, pelas posições secundárias na dívida pública, incluindo a Espanha, Reino Unido, Brasil e Estados Unidos.

Activos financieros disponibles para la venta
Millones de euros

	2013	2012
Valores representativos de deuda	79.844	87.724
Instrumentos de capital	3.955	4.547
Total	83.799	92.271

LEGENDA:

Ativos financeiros disponíveis para venda

Millhões de euros

Valores representativos da dívida

Instrumentos de capital

Informações sobre ganhos de capital e de perdas por valorização gerados pelos ativos financeiros disponíveis para venda está contida na Nota explicativa 29 um) relatório.

2.5 Áreas de negócio

Europa Continental

Europa continental inclui todas as atividades realizadas nesta área geográfica correspondente a banca comercial e bancário global por atacado, gerenciamento de ativos e seguros, bem como os negócios imobiliários descontinuado em Espanha.

Estratégia

As principais ações no ano têm-se centrado no desenvolvimento das integrações de redes comerciais de Espanha e dos bancos na Polônia. Além disso e em um ambiente ainda fraco e com baixas taxas de juros, nos últimos três exercícios

financeiros têm mantido as mesmas linhas estratégicas gerais: defesa das margens ativas e passivas, reduzir o custo dos recursos, controle de custos e gerenciamento ativo de riscos.

Atividade e resultados

Empréstimos a clientes na área registaram uma diminuição de 4% em 2013 reflexão de desalavancagem do setor imobiliário e a baixa demanda por crédito nas unidades da Espanha e de Portugal. Além disso, a adição de depósitos de clientes (deduzir transferências temporárias de ativos e Notas promissórias, incorporando o *varejo*), fundos de investimento e fundos de pensões aumentou 2%.

O lucro atribuído ao Grupo no ano 2013 é 1,127 bilhões de euros, que representa uma diminuição de 17,4% sobre o benefício de 2012 antes as amortizações de imóveis feitas naquele ano.

O conjunto de renda registado um decréscimo de 2,9% a partir de 2012, diminuindo a margem de juros (- 8,3%), que ainda reflete a fraqueza em economias da região, baixas taxas de juros, o custo médio ainda alta de passivos e as hipotecas de hipotecas. Pelo contrário, os resultados de operações financeiras melhoram sua contribuição (negócio por atacado).

Custos operacionais aumentaram 1,8%, basicamente pela incidência do perímetro da Polónia, desde em termos homogêneos oferecem um comportamento plano (- 0,8%), com evolução descendente ou estável em todas as unidades.

Além disso, a provisão para perdas com empréstimos comuns são 12,2 por cento inferior à registada em 2012.

Espanha

Unidades em Espanha desenvolveram a sua atividade em 2013, em um ambiente complicado, mas com sinais de melhora no segundo semestre do ano, em que o PIB pôs fim a oito trimestres de quedas (+ 0,1% no terceiro trimestre e + 0,3% no trimestre), as condições financeiras melhoraram significativamente, com um declínio acentuado do prêmio de risco soberano, e o sistema

bancário tem ganho em força, para reforçar os seus índices de solvabilidade e liquidez.

Em qualquer caso, o sistema bancário ainda é afetado pelo processo de desalavancagem de empresas e famílias, por um ambiente de taxas de juro historicamente baixas (principal referência 0,5% BCE) e uma taxa de incumprimento que continua a aumentar.

Estratégia

Neste ambiente, o Grupo dedica-se que a fusão de seus dois grandes redes comerciais (Banco Santander e Banesto) e sua organização especializada em bancos privados (Banif), com o objetivo de aumentar a sua rentabilidade e eficiência.

O processo de integração em curso no calendário e mesmo antes do previsões iniciais em algumas seções. Após a integração jurídica no primeiro semestre, em julho, começou o processo de concentração e otimização do escritório, juntamente com a otimização do modelo, que está sendo realizado antes do previsto, a fim de antecipar a obtenção de sinergias de custo.

Atividade e resultados

O conjunto de recursos gerenciados (depósitos de clientes, Notas de *varejo*, os fundos de investimento e fundos de pensões) totalizou 224,253 milhões de euros de dezembro de 2013, com uma queda de 3% no ano (+ 1% sem atribuições temporárias). Esta diminuição é um resultado da estratégia de não-renovação do caros saldos institucionais, que esconde o crescimento dos recursos todos *varejo*.

Por outro lado, reflete o processo de desalavancagem no mercado, oferecendo uma redução no ano de 8% (excluindo as aquisições temporárias de bens), que inclui o impacto da desvalorização no último trimestre da cerca de 4000 milhões euros do fundo para pagamento de fornecedores.

Esta evolução dos depósitos e dos créditos permite uma melhoria da situação de liquidez (proporção de líquido créditos sobre depósitos,

incluindo Notas promissórias varejo de 87% em dezembro de 2013, em comparação com 90% de dezembro de 2012). Devido à posição solta, o foco tem sido nos últimos trimestres alguns na redução do custo dos recursos, que se reflete em uma forte diminuição do custo da nova produção de contas a prazo, que está movendo-se progressivamente para o custo do estoque de depósitos de clientes.

A taxa de inadimplência é 7.49% com aumento de 365 pontos de base no ano, afetaram uma parte substancial do impacto da reclassificação realizada em junho e o efeito que o processo de desalavancagem no denominador. Hedging em dezembro é de 44%.

No ano, obteve um lucro de 478 milhões de euros, que representa uma diminuição interanual de 44,6%.

Os resultados para o ano fomos condicionados pelo alto subsídio para créditos de liquidação duvidosa neste ponto do ciclo, que se situava em 2,411 milhões de euros, semelhantes à figura do ano anterior.

Que respeita a renda, a queda para a totalidade do ano reflete a diminuição de volumes, hipotecas de hipotecas e uma diminuição do custo de novos depósitos que não mudou em sua totalidade para o estoque. A tendência no entanto está melhorando e já no quarto trimestre, a receita de juros líquida reflete um aumento sobre o anterior 3,2%.

Custos operacionais diminuem 1,4 por cento no ano. Esta queda é muito mais acentuada no último trimestre, que é reduzido em 4,7% sobre o anterior, reflete o quarto da primeira poupança de integração e planos de eficiência projetados.

Portugal

O exercício tem mostrado uma certa recuperação, mas a preços moderados. Após o maior crescimento trimestral para o segundo trimestre de 2013 (+ 1,1%), PIB cresceu 0,2% no terceiro trimestre, com base na recuperação da procura interna, especialmente o consumo e o

investimento privado, confirmando uma tendência sustentável de gradual fora da recessão.

Estratégia

Dentro do ambiente econômico e financeiro, a estratégia do Santander Totta segue muito focado no aumento da adesão e clientes níveis de registro no diário e na defesa das margens, ativas e passivas. Simultaneamente, a gestão dos pagamentos em atraso continua a ser prioridade estratégica, com uma ação preventiva principalmente.

Atividade e resultados

No final de 2013 depósitos corresponderam a 24,191 milhões de euros, um 1% maior do que o fechamento de 2012 (-4% sem atribuições temporárias). Além disso, restos de crédito que uma tendência de diminuição é reduzida no trimestre 1%, o que coloca o y/y caem em 5%.

No final de 2013 Santander Totta obteve um lucro atribuído a 114 milhões de euros, em comparação com 122 milhões de euros em 2012. Esta evolução reflecte o impacto do ambiente sobre a renda, que não foi capaz de ser compensada por melhorar os custos operacionais e provisões.

O lucro total está localizado na 916 milhões de euros, com ano após ano, queda de 11,6%, parcialmente afetaram os ganhos de capital obtidos em 2012 na recompra de títulos, o que colocava os resultados de operações financeiras no 109 milhões de euros, em comparação com 51 milhões em 2013.

Os custos operacionais continuam a evoluir favoravelmente com a manutenção de uma política de otimização de rede comercial apropriado para o novo ambiente de negócios, e que resultou em uma queda de 2,2%, com as despesas gerais de mudanças favoráveis nas despesas de pessoal (- 2,4%), (- 1,2%) e depreciação (- 2,9%). A evolução dos rendimentos e custos determina uma taxa de eficiência de 54,1%.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa estão em 192 milhões de euros, 51,0% menos de um ano antes, devido à necessidade reduzida de reduções nos últimos trimestres (redução do custo do crédito durante todo o exercício), que vincula as alocações de altas em 2012.

Polónia (variações na moeda local)

Crescimento do PIB desacelerou consideravelmente no início de 2013, até para 0,5% ano a ano no primeiro trimestre, para acelerar nos trimestres sucessivos, atingindo 1,9% ano a ano no terceiro trimestre e deve chegar a 2% no quarto trimestre de 2013.

Estratégia

A integração do Banco Zachodni WBK S.A. e Banco Real S.A. é um dos principais focos da gestão. O processo está sendo um pouco antes do previsto, com gestão eficaz de custos pelas medidas de eficiência e a implementação do plano de integração. Todos os ramos já têm a marca e os sistemas de computador de BZ WBK e a produtividade dos ramos do antigo Banco Real S.A. continua seu processo de melhoria.

Atividade e resultados

No final de dezembro de 2013, Polónia gravado 16,214 bilhões de euros em créditos líquidos e 18503 milhões em depósitos de clientes, mantendo uma sólida estrutura de financiamento, como mostra uma proporção de líquido créditos / depósitos de 88%.

Após a incorporação do Banco Real S.A., dotações crescem depósitos por 69% e 73% ano a ano. Excluindo-se o perímetro de impacto, empréstimos e depósitos aumentaram 1%, este último devido à redução dos saldos caros. Ao mesmo tempo, os fundos de investimento aumentaram 12%.

A comparação de 2012 2013 não é homogênea pelo perímetro da integração de impacto real do Banco S.A. Lucro atribuído está localizado em 334 milhões de euros, com um aumento de 1,7%.

Dos critérios homogêneos, local e com o pro forma da comparação de dois bancos, o benefício aumenta 3,9% devido à receita plana e um decréscimo de 5,7% nos custos.

Santander Consumer Finance

Unidades de Santander Consumer Finance (SCF), na Europa continental desenvolveu sua atividade em 2013, em um ambiente de fraqueza econômica.

Apesar da ligeira recuperação nos últimos trimestres, o negócio de financiamento ao consumidor tem sido reator ao longo do ano para taxas anuais negativas do consumo privado (-1,2% no primeiro trimestre e -0,4% no terceiro), quedas que tem sido muito maiores nos países periféricos.

Estratégia

A evolução positiva do SCF baseia-se em um modelo de negócio que é bem adequada para este ambiente e permite-lhe ganhar fatia do negócio rentável. Suas bases são uma alta diversificação geográfica com massa crítica nos principais produtos e mercados, uma eficiência superior de seus concorrentes e um sistema de controle de risco e recuperação comum para todas as suas unidades.

Em 2013 os principais focos de gestão tem sido a gestão de custos, desenvolver um modelo de financiamento localmente autónomo e o impulso da nova produção e venda de acordo com o tempo de cada mercado (periferia, Europa Central e do Norte), com suporte acordos de marca e de penetração em carro usado.

Atividade e resultados

Bruta de estadias de operações de crédito no ambiente do euros 58,5 bilhões, ligeiramente abaixo do final de 2012 (-1%). Crescimento em unidades da Central e norte da Europa, especialmente os países nórdicos e diminuição na periferia de desalavancagem das suas economias.

As extremidades de produção nova 2013 com um leve aumentam sobre o ano anterior (+1% ano a

ano), 21,95 milhões euros. Por produtos, destaca-se a aceleração em bens duráveis (+ 6%), usada veículos (+ 4%) e veículos novos (+ 2%) em contraste com a queda de matrículas na *pegada* (- 4%).

Passiva, SCF mantém um alto volume de depósitos de clientes (30,878 milhões de euros), o diferencial contra concorrentes e que dá grande estabilidade no seu financiamento.

O lucro atribuído em 2013 destaca-se em 794 milhões de euros, aumentando em 9,6% no ano passado, com melhoria em quase todas as unidades.

Por unidades, enfatiza o lucro inter-anual aumento atribuído nórdica a taxas superiores a 20% em moeda local, apoiado o crescimento de receitas e atividade. Também acelerando a taxas de dois dígitos de benefício na Alemanha (melhoria das comissões) e diminuição da provisão para créditos de liquidação duvidosa e, em menor medida, em Espanha (por amortizações inferiores). Sólida contribuição da Polónia em termos homogêneos e mais fraco na Itália e em Portugal, em consonância com o estado das suas economias.

Finalmente e referindo-se à unidade do Reino Unido (que, para fins contábeis, está incluído no Santander UK), este voltou a mostrar uma evolução contínua, atingindo um lucro de 101 milhões de euros atribuídos. Considerando que este resultado, atribuído todos os lucros do Santander Consumer Finance atingiria as 895 milhões de euros.

Negócios imobiliários descontinuado em Espanha

Além das unidades de negócio acima, facilita na unidade descontinuado a atividade imobiliária em Espanha, que inclui dotações para clientes com atividade principalmente de desenvolvimento imobiliário e apresentam um modelo de gestão especializada, ações relacionadas ao setor imobiliário (Metrovacesa, S.A. e Ap'sareb) e os ativos retomados.

A estratégia do Grupo nos últimos anos tem levado à redução desses ativos, que sentam-se sobre um euro 10,781 milhões líquido total, com uma diminuição em 2013 de 1496 milhões e 12% no final do ano. Sua evolução no detalhe foi como segue:

- Net créditos são 5735 milhões de euros, 1,563 milhões e 21% desde o final do ano passado. Seu hedging do total para a cobrança, incluindo o saldo em dívida, é de 49%.
- Os ativos retomados líquido fecharam 2013 em 3,6 bilhões de euros, depois de uma queda de 76 milhões (- 2 %) em 12 meses. Esses ativos têm um fundo de hedge de 4,39 milhões de euros, equivalentes a 55% dos ativos brutos.
- Finalmente, o valor das ações da Metrovacesa, S.A. e Ap'sareb corresponde a 1,446 milhões de euros.

Em termos de resultados, a unidade tem refletido um resultado negativo de 635 milhões de euros, que compara com uma perda de 659 milhões em 2012, sem considerar o saneamento de imóveis realizado no ano passado. Considerando que este último, a perda em 2012 foi 4,769 milhões de euros.

Estados Unidos da América (variações na moeda local)

Indicadores de atividade recente apontam para forte crescimento econômico em 2013. Após ter crescido 0,1% em 2012, PIB aumenta 0,4%, 0,7% e 0,8% no primeiro, segundo e terceiro trimestre, respectivamente.

Estratégia

Estratégia de Santander UK centra-se em três prioridades: reforçar a ligação e a satisfação do cliente para construir um banco baseado no relacionamento com o cliente; ser o Banco *de escolha* no negócio e manter a rentabilidade e solidez do saldo.

Atividade e resultados

Santander UK se concentra a sua atividade no Reino Unido, onde 83% das dotações é composto de hipoteca residencial de alta qualidade, não sendo exposta a hipotecas *certificada* ou subprime e empréstimos *comprar-à-deixe* representam cerca de 1% das dotações. A proporção de líquido créditos / depósitos é 123%, cinco pontos percentuais menor do que em 2012, porque a redução das dotações é maior do que os depósitos dos clientes.

Em critérios locais, empréstimos atingiu 187,1 milhões, 4% inferior em 2012, devido a queda de 5% em hipotecas (principalmente pelo chamado *interesse somente*), parcialmente compensada pelo aumento dos empréstimos às empresas (+ 13%).

Depósitos comerciais, 146,4 milhões de libras, abaixo de 1%, a redução contínua de caro e menos estáveis depósitos (principalmente produtos de maiores custo e *Saver* vencimentos) e a sua substituição por aqueles que oferecem uma maior oportunidade de fixação.

Em 2013 o benefício da continuidade de operações chegou as 984 milhões de libras, 26,7% em 2012. O lucro atribuído após operações descontinuadas (negócio de cartões vendido no segundo trimestre de 2013) foi de 976 milhões de euros, 16,4%.

Este crescimento foi apoiado em grande medida, sobre os rendimentos de juros líquidos, que aumentou 8,3% no ano, depois de melhorar em cada trimestre do ano, graças à margem da unidade populacional de hipotecas e a expiração de depósitos caros no segundo semestre do ano. Isso permite que as receitas comerciais definido como para exceder do exercício anterior, absorvendo as comissões menores, principalmente devido à baixa atividade de Global Banking & Markets.

Custos aumentam 1,5% em 2013, abaixo da inflação e de rendimentos, bem como absorvem investimentos no setor bancário, varejo e nas empresas. Estes programas de investimento continuam a apoiar a transformação do negócio e para fornecer a base para uma melhoria na

eficiência, que no final de dezembro ficou em 53,4% (1,4 por cento melhor do que em 2012).

A provisão para créditos de liquidação duvidosa caem 24,6% para 2012, o melhor saldo em toda a gama de produtos. A taxa de mora é de 1,98% em dezembro de 2013 diminuindo mais 2,05% encerramento de 2012.

América Latina (variações em moeda constante)

O Grupo é a primeira franquia internacional na região. Vangloria 5,904 pontos de atenção (incluindo escritórios tradicionais e pontos focais de banco) e tem uma base de 46,9 milhões de clientes.

Estratégia

A estratégia em 2013 tem sido focada na expansão e consolidação do negócio da franquia comercial na região. A oferta especializada de produtos e serviços de acordo com as necessidades dos clientes, está sendo reforçado que promoverá o crescimento no negócio a longo prazo. Tudo isso com um monitoramento contínuo da qualidade dos riscos.

Atividade e resultados

O crédito sem aquisições temporárias aumenta 9% em relação a dezembro de 2012. Sem transferências de depósitos aumentaram 8% ano a ano (incluindo letras financeiras do Brasil).

O lucro atribuído ao Grupo em 2013 tem sido 3,257 milhões de euros, com uma redução de 16,3% em relação a 2012. Excluindo-se o perímetro de efeito (venda de Colômbia, uma minoria crescente no México e operação das empresas no ramo de seguros), a descida é 10,9%.

As receitas são colocadas em 21,083 milhões de euros, com um decréscimo de 2,0% sobre o ano anterior.

Custos aumentam 5,9% YOY, investindo em redes e projetos comerciais (alguns tradicionais e outros destinados a segmentos de cliente prioridade), as pressões inflacionistas em

convenções e serviços contratados e maior depreciação por tecnologia.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa caiu 1,4%, a queda de 8,9% do Brasil que, após a mudança de tendência no início de 2013, reduziu suas alocações nos últimos três trimestres. Isso compensa os aumentos no México e no Chile.

Inadimplência melhorada no ano, fechando em 5,03%, 39 BP baixa no final de 2012, impactado positivamente pelo Brasil. Por sua parte, o hedging atinge 85%.

Brasil (variações na moeda local)

Santander Brasil é o terceiro maior ativo privado de banco do país e o primeiro Banco estrangeiro. Presente nas principais regiões do país, tem uma rede de 3,566 balcões e pontos de atenção Banco (PAB).

O Brasil é a sétima potência do mundo em 2012 (ranking em termos de PIB nominal) como estimado pelo FMI, após registrar um crescimento estimado em 2013 de 2,3%.

Estratégia

A estratégia do Banco baseia-se nos seguintes pilares: melhorar a satisfação dos clientes, a eficiência, a orientação da empresa para uma maior diversificação de renda com a gestão de riscos rigorosa em todos os momentos da disciplina ciclo e capital.

Atividade e resultados

Empréstimos a clientes aumentados 7% em termos interanual, apoiado principalmente em hipotecas, onde ainda o mercado está emergindo e no segmento de grandes empresas. A absorção total aumenta 15% em termos interanual, com bom comportamento dos depósitos à vista e poupança (+ 22%) e fundos de investimento (+ 32%).

Em 2013, obteve um lucro atribuído 1,577 milhões de euros, com um decréscimo de 17,8% por ano na moeda local.

As receitas são colocadas em 13,565 milhões de euros, com um ano na diminuição de ano de 6,4%, impulsionadas principalmente pela queda da margem de juros, explicadas pela mudança no mix de portfólio e a compressão de crédito se espalha, especialmente pela mudança em direção a produtos de spreads mais baixos e também diminuir o custo do crédito.

Custos mostram um aumento em 2012 de 3,9%, claramente abaixo da inflação, absorvendo maior amortização de investimentos e a implementação do acordo salarial. Sem considerar a depreciação, despesas crescem 2,6%, reflectindo o esforço que foi feito nos últimos trimestres alguns no controle mesmo.

Sobre as doações, têm mostrado bons progressos no ano, declinando para trimestre e pegando uma queda conjunta no ano de 8,9%.

Isto foi devido a forte melhoria do índice de mora de 6,86% em dezembro de 2012 até 5,64% até final de 2013.

México (todas as variações na moeda local)

Santander é o quarto Grupo financeiro do país em volume de negócios. Para o mês de dezembro de 2013 tem 1,258 escritórios.

Crescimento econômico no México, estimado para o ano é de 1,2%, menor do que o inicialmente previsto. Isso tem impactado a contração afiada que tem sido a indústria da construção civil, bem como menor demanda externa no primeiro semestre. Neste contexto, o Banco de México caiu a taxa de juro de referência na segunda metade do ano para 3,50%.

Estratégia

Neste ambiente, Santander México continuou a consolidar a sua franquia em 2013 através do foco de prioridade no relacionamento com os clientes e a melhoria da qualidade do serviço. A estratégia centrou-se na consolidação da banca comercial, especialmente de altas rendas, PME e segmentos de negócios, e planos de desenvolvimento vistos vincular clientes

transacionais, numerosos canais e desenvolvimento de valor sob medida oferece.

Atividade e resultados

O crédito aumenta em 12%. Sem transferências temporárias depósitos crescem 4%, para compensar o declínio experimentado pelos Condes em fuga com um aumento de 21% nas contas de vista.

As bancas de lucro atribuída em 713 milhões de euros, 29,2% de diminuição. Antes de participações minoritárias, a redução é de 12,2%.

Margem bruta cresce 8,3% no ano, com bom comportamento dos interesses externos, que aumentou 5,9% e comissões, escalada de 8,1%.

Aumento de custos por 9,9%, refletindo novos projetos comerciais e maior capacidade.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa rise 72,2% principalmente pelas acusações feitas por desenvolvedores de habitação sociedades seguindo normas NIIF (em critério local foi feita contra a propriedade); e pelo aumento dos volumes de crédito. Ele se junta a liberação das provisões registadas no primeiro trimestre de 2012.

O padrão é 3,66% e 97% de hedging, um reflexo da boa qualidade da carteira.

Chile (todas as variações na moeda local)

Santander é o principal banco de Chile em termos de ativos e clientes, com uma orientação marcado *varejo* (pessoas e PME). O Banco tem uma rede de distribuição de 493 escritórios.

Atividade econômica situada entre 4,0% e 4,5% taxas de expansão, produto da desaceleração no consumo, que permanece, no entanto, boas taxas de crescimento, suportado por um mercado de trabalho apertado (desemprego abaixo de 6%, com aumento do salário real) e a moderação do investimento.

Estratégia

O Grupo mantém sua estratégia para proteger a longo prazo de rentabilidade em um palco de redução das margens e aumento de empréstimos não-realização. Para esta finalidade projetado plano estratégico visa consolidar a franquia através de quatro pilares: melhorar a qualidade do atendimento aos clientes, foco na banca comercial, gerenciamento proativo de riscos e revisão contínua dos processos para melhorar a eficiência operacional. Esta estratégia é parte do novo CRM e o Santander selecionar modelo.

Atividade e resultados

Dotações ascensão 11% ano sobre ano e depósitos aumentou 8% no ano, com os depósitos de demanda aumentou 10%, devido ao maior foco sobre eles e o maior crescimento de clientes.

Lucro atribuído diminuiu 6,6% no ano de 435 milhões de euros.

Em 2013, a margem bruta é aumento 3,0% em comparação ao ano anterior pelo aumento o rendimento líquido de juros e o maior ROF.

Custos aumentar 5,5% em moderar o seu aumento anual no final de vários projetos realizados durante os últimos anos, tais como a conversão dos ramos para o novo modelo Select e os investimentos tecnológicos para reforçar os recursos transacionais do Banco.

A provisão para perdas de crédito aumentou 9,5%, beneficiado por uma melhoria sustentada na carteira de indivíduos, parcialmente compensada por algumas posições específicas das empresas. O prêmio de risco permanece estável, com um padrão de taxa de 5,91% e hedging de 51%.

Outros países (variações em moedas locais)

Na Argentina, o Santander Rio é o primeiro Banco privado do país em volume de ativos, clientes e resultados. É alcançado em 2013 um euros atribuído 333 milhões, o que significa um aumento de 26,3% em moeda local. O crédito aumenta para 35% ano a ano, destacando o crescimento nas PME e empresas. Depósitos, por

outro lado, aumentam de 30%, com crescimento em vista (+ 24%) e prazo (+ 42%).

No Uruguai, o Grupo mantém sua posição de liderança. O lucro atribuído é \$ 53 milhões de euros, aumento de 18,8%, a partir de 2012. Crescimento em empréstimos (+ 24%) e depósitos (+ 17%), muito suportados pela banca de *retalho*.

Santander Puerto Rico tem 115 escritórios. O lucro atribuído é 77 milhões de euros, um aumento de 40,7% motivado, principalmente, pela diminuição do custo da estratégia passiva, a boa evolução do ajuste para créditos de liquidação duvidosa e o controle de custos. Em termos de atividade, dotações diminuem 8% e os depósitos são estáveis no ano.

No Peru, lucro atribuído foi de 19 milhões de euros em 2013, com um aumento anual de 28,1% em moedas locais, originou-se em um bom comportamento do rendimento líquido de interesse, que aumentou de 46,7% de crescimento. Crédito aumentado 29% ao ano, enquanto os depósitos cresceu 15%.

Estados Unidos da América (variações na moeda local)

A atividade foi desenvolvida em um ambiente de crescimento moderado, em que as autoridades monetárias têm mantido as taxas de juros mínimas e implementadas outras medidas de estímulo não convencionais, tais como *flexibilização quantitativa*. O mercado já está antecipando os efeitos de um aumento da taxa futura e a eliminação progressiva das medidas de estímulo.

Estratégia

O perímetro do Santander EUA corresponde com Santander Holdings EUA (SHUSA), uma *holding bancária* com duas linhas distintas de negócios: a atividade dos bancos comerciais, que através de sua subsidiária Banco Santander e o negócio de financiamento de consumo, efetuadas através da sua participação no Santander Consumer EUA (SCUSA). Datado de 17 de outubro, Sovereign

Bank N.A. mudou seu nome para Santander Bank N.A., culminando o processo de re-branding.

Banco Santander, com 706 escritórios, desenvolve um modelo de negócios varejo clientes e empresas. Sua atividade está localizada no nordeste de nós.UU.

SCUSA, com sede em Dallas, especializada no ramo de financiamento de consumo, principalmente automóveis. Participação é registrada contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

Atividade e resultados

No ativo, crédito diminuiu 5% no ano, principalmente pela liderança estratégia para vender hipotecas. Como passivos, cliente depósitos diminuiu 3% pela estratégia de redução dos custos de financiamento, refletida no aumento em depósitos a vista (+ 9%) e a diminuição em depósitos (- 36%).

Santander dos EUA obteve um lucro atribuído \$ 961 milhões, queda de 7,1% em 2012. Deles, Banco Santander registrou um lucro de 548 milhões de dólares, um 8,5% inferior 2012 a renda mais baixa (derivado de volumes menores e a venda de parte da carteira de investimento) e os custos associados com a mudança de marca e os custos de conformidade.

Contribuição de SCUSA equivale a 413 milhões de dólares, um 5,2 por cento abaixo de 2012. Embora SCUSA mantém uma forte tendência de crescimento de volumes (créditos + 35%) e o juro líquido renda (+ 27%), em parte porque o acordo com a Chrysler, este crescimento não se reflete ainda em lucro pelas maiores provisões exigidas pela aceleração da produção nos últimos poucos trimestres.

Atividades Corporativas

Negócios corporativos fornece uma perda no ano de 1887 milhões de euros em comparação com um resultado também negativo de € 2125 milhões em 2012, antes da contabilização dos ganhos de capital. Após estes, a perda foi 1142 milhões de euros.

Em comparação, as receitas são mantidas aviões, com uma margem de interesse mais negativo que tem sido compensado com maiores resultados de gestão de risco de saldo estrutural (ROF: 1,184 milhões em 2012 em 2013 e 716 milhões).

Aumentar os custos principalmente devido a base, devido a adaptação feita no quarto trimestre do ano passado.

O conjunto de reduções e outros resultados é menos de 2012, desde nesse ano houve acusações de ágio da Itália, o fundo imobiliário e SEB em despesas de integração de Alemanha.

Detalhes de negócios (variações em moeda constante)

O nível secundário ou por negócios, distinguimos entre bancos comerciais e atacadista Global banking, asset gestão e seguros unidade atividades descontinuadas em Espanha, cuja soma é igual ao de quatro áreas geográficas principais.

Banca comercial representa 85% das receitas e 74% dos benefícios atribuídos obtidos pelas áreas operacionais do Grupo em 2013.

Em atividade, créditos reduzem 1% (sem efeito de taxa de câmbio), com diferenciados pelo comportamento do mercado, desde que o maduro diminuir 5%, enquanto os mercados emergentes mostra um crescimento de 14%, em parte devido ao perímetro da Polónia. Em termos de depósitos sem atribuições, crescimento de 2%.

Você tem sido um lucro atribuído de 5,077 bilhões de euros em 2013, com 13,8% ano no declínio do ano (-8,9% em euros constantes). Em detalhe, as receitas encolhem a 9,2% (-3,1% em euros constantes), como resultado do ambiente de baixo crescimento, taxas de juro baixas, a estratégia utilizada pelo Grupo para priorizar a liquidez e a força do saldo entre os dois períodos, bem como a alteração na mistura para produtos de menor risco.

Além disso, diminuição de custos por 1,6% (+4,4% em euros constantes) e o conjunto de

provisões e write-downs de funcionamento são inferiores aos registrados em 2012.

Banca Global atacadista, segmento gerenciado pelo Santander Global Banking & Markets (SGB & M) gerou 13% das receitas e 22% do lucro atribuído de todas as áreas operacionais no ano.

O lucro atribuído 2013 carrinhos em 1503 milhões de euros, 21,4% menor para 2012. Esta queda é devido o maior subsídio para créditos de liquidação duvidosa, principalmente na Espanha e México, que as receitas permanecem quase inalteradas e os custos caem 1,6%.

Seguros e gestão de ativos representa 9% do rendimento total das áreas operacionais em 2013.

Lucro atribuído em gerenciamento de ativos e seguros no ano totalizaram 313 milhões de euros. Este benefício é de 4% das áreas operacionais do Grupo e reflete uma diminuição de 22,3% relativamente ao ano anterior.

Excluindo as operações de seguros corporativas registradas no segundo semestre de 2012 (vida de portfólio de resseguros de Espanha e Portugal) e o primeiro semestre de 2013 (parceria em bancassurance - geral e vida - em Espanha), atribuído, o benefício de área diminuiria sua queda de 7,1% em euros constantes.

2.6 Questões relacionadas ao meio ambiente

Gestão ambiental no Banco Santander é um elemento-chave da sustentabilidade do plano de Grupo. É um importante compromisso que é integrado, estratégia, tanto na estrutura, organização e Grupo a atividade do Banco Mundial.

O Banco realiza suas atividades preservando o meio ambiente, promovendo iniciativas e projetos que apostar na sua proteção e prevenir ou mitigar o impacto ambiental.

Banco Santander tem um Comitê de sustentabilidade, presidido pelo CEO, que

garante a integração da sustentabilidade em seu modelo de negócio. Para fazê-lo, define os planos estratégicos do Grupo e a sustentabilidade das políticas do Banco e submete-os à aprovação do Conselho de Administração. Este comitê é composto por suporte do Banco envolvido em sustentabilidade, tais como a divisão de administração do secretário-geral, divisão financeira, banca grossista, recursos humanos, tecnologia e operações, os riscos e as universidades e as principais divisões de negócios.

Além disso, foram criados em quase todos os países, comitês de sustentabilidade local, presididos pela *cabeça do país* correspondente em cada caso.

Além do Comitê Corporativo de sustentabilidade e Comitês locais, o Grupo tem outras comissões multidisciplinares em nível corporativo e local, contribuindo para aumentar a integração dos aspectos sociais e ambientais da atividade do Banco.

Eles incluem a mesa e a Comissão sobre mudança do clima:

Em 2011, ele criou o escritório das alterações climáticas, com os seguintes objetivos principais:

- Ser um centro de referência e conhecimento sobre questões do clima mudar afetando o Grupo.
- Analise riscos, novos regulamentos e diretrizes internacionais que podem ter um impacto sobre a atividade do Banco Santander.
- Identificar e promover oportunidades de negócios.
- Difundir internamente e externamente alterar a contribuição do Banco na luta contra as alterações climáticas.
- Promove as melhores práticas de eficiência energética entre colaboradores, clientes e fornecedores.
- O Comitê sobre mudança do clima, que visa identificar os riscos e oportunidades de negócios nesta área foi estabelecido em 2012. Áreas de atacado bancário, seguros, banca

comercial, risco, Gestão Integral das despesas, edifícios e sustentabilidade estão participando deste comitê.

O Banco desenvolveu várias políticas no domínio da sustentabilidade do aplicativo para todo o Grupo, que incluem a política social e ambiental banco geral (acessível no site corporativo). Além disso, o Banco desenvolveu políticas específicas qual conjunto os critérios devem seguir para que a atividade financeira relacionados aos setores de defesa, energia, água e floresta, que identificou o impacto social e ambiental dessas atividades. Todas estas políticas, também são inspirados por melhores práticas correntes, incluindo as convenções, protocolos, códigos de conduta e guias internacionais.

Banco Santander assumiu diversos compromissos internacionais em matéria de ambiente incluem: princípios do Equador, *projeto de divulgação de carbono*, *UNEP FI*, *Iniciativa de ambiente bancário*, *mesa-redonda sobre soja responsável*.

As ações do Banco em matéria de ambiente concentram-se as seguintes linhas de trabalho:

1. Redução de consumos e emissões:

Banco Santander feitas desde 2009 consistentemente rigorosa medição, cálculo e controle de sua pegada ambiental (consumo e emissões de suas instalações em todo o Grupo). Pegada ambiental inclui dados de consumo de electricidade, combustível, água e papel e dados sobre o desperdício de papel, embalagens, vidro, elétrico e equipamentos eletrônicos e toners, bem como uma discriminação das emissões de gases de efeito estufa diretos e indiretos. De todos eles, os indicadores mais relevantes de gestão ambiental são o relativo a:

- Consumo de electricidade: 1,291 milhões de kWh, representando uma redução de 0,4% em comparação ao ano anterior.
- Consumo de papel: 30,228 toneladas, 6% em 2012.

- Consumo de água da torneira Municipal: 3,65 milhões de m³ total, 2,4% acima do ano anterior.
- Emissões de gases de efeito estufa: 471.994 co₂ (teq), representando uma redução de 11,2% em comparação ao ano anterior.

As ações de eficiência energética realizadas incluem: iluminação (detectores de presença e regulamento do perímetro exterior; lâmpadas e iluminação mais eficiente, agendar o controle de potência); ar condicionado (automação de escritórios, regulamento da faixa de temperatura de equipamentos de conforto pela renovação de sistemas mais eficiente); consciência; outros (fora total equipamentos, deslocamento das emissões de CO₂, poder de compra verde nos centros empresariais de Espanha e Reino Unido).

Também o Banco comprometedos com a manutenção das certificações ambientais (ISO 14.001 e LEED) em centros corporativos no Brasil, Chile, Espanha, México e Reino Unido.

Banco Santander tem feito inúmeras apresentações de sensibilização dos funcionários, incluindo:

- No nível corporativo: por ocasião do dia mundial do ambiente, coloque o Banco através de sua intranet corporativa, disponível a todos os colaboradores do Grupo um estudo interno chamado *o desafio ambiental*, que explicou que, entre outros, os grandes desafios ambientais do Grupo no campo da energia, resíduo, água e biodiversidade e as várias iniciativas que o Banco realiza para a proteção do ambiente. Ele também incluiu um decálogo de boas práticas ambientais para levar em conta tanto a vida pessoal e trabalho.
- No Reino Unido, a campanha "Go Green", informa os funcionários sobre as práticas recomendadas sobre o uso de energia, resíduos e viajar através de *roadshows* reclusos, em quais 446 funcionários participaram e intranet "vila verde". 722 trabalhadores que se inscreveram para ser "Campeão verde" e co-liderar a campanha, que representa um aumento de 227% em 2012. Da mesma forma,

com o "Kill-A-Watt de economia de energia" ramos campanha 599 implementadas ações para a eficiência energética, reduzindo 353.683 kWh em comparação com o consumo de ano anterior, representando uma redução média de 15% pela Agência.

- No Brasil, mais de 10.000 funcionários, participou no concurso "*sustentabilidade para todo lado...*". Funcionários responderam alguns testes sobre a sustentabilidade das práticas do Banco e enviaram uma experiência pessoal relacionada com o assunto. Ramos também estavam envolvidos provando seu desempenho em qualidade de serviço, energia, poupança e financiamento para projetos ambientais. Por outro lado, o programa "Reduza e compensar" visa envolver a sociedade como um todo em sua própria redução do impacto ambiental, oferecendo uma ferramenta para o cálculo das emissões, aprende como você pode reduzi-los e compensá-los. O Banco financiou até uma tonelada de carbono para cada funcionário que participaram na iniciativa.
- Em Portugal, a campanha *De uma pausa ao planeta* é também dirigida colaboradores para promover boas práticas na redução do consumo em escritórios.
- Realizaram-se campanhas de comunicação para educar os funcionários sobre vários temas, tais como a eficiência energética e a utilização dos recursos naturais na Argentina e no México.
- Na Polônia, com a iniciativa "*coleção de celular*", foram coletados ramos de lixo eletrônico e no Brasil e no Chile, reuniram-se para as pilhas e baterias da rede de filial do Banco. Ambas as iniciativas envolvem empregados e clientes.

Além disso, existem programas de voluntariado ambiental como iniciativa *Reforestamos México*, que adiciona os esforços de reflorestamento realizados no país desde 2009. Polônia também tem o *Verde voluntariado*, em que os empregados, através de um concurso interno, Tragam suas idéias para realizar melhorias ambientais.

2. Integração dos riscos sociais e ambientais na concessão de créditos:

O Grupo considera relevantes aspectos sociais e ambientais no processo de análise de risco e tomada de decisão em suas operações de *financiamento de projetos* financiamento.

Unidades de riscos corporativas são responsáveis para a avaliação dos riscos ambientais e sociais dos projetos afetados pelas áreas de negócios, para aprovação, em conformidade com as políticas do Grupo. Portanto Grupo também fornece treinamento, no campo das equipes de riscos sociais e ambientais, bem como gerentes de negócios.

Ele também mantém um diálogo constante com os Grupos de interesse, principalmente as ONGs, analistas e investidores, que permite adaptar e atualizar processos e ferramentas de análise dos riscos socioambientais e ajustá-los para que eles refletem os aspectos técnicos mais relevantes.

Nesta área destaca-se a adoção dos *princípios do Equador* nas operações afetadas em todo o mundo, a prática de risco ambiental, análise global pioneiro, realizado no Santander Brasil. Também deve ser observado a ferramenta de vida que avalia o risco ambiental de todas as empresas caracterizadas de banca comercial do Banco Santander na Espanha.

O Equador princípios baseiam-se os padrões de desempenho social e ambiental da International Finance Corp (IFC online) orientações gerais para o meio ambiente, segurança e higiene do Banco Mundial que são aplicadas globalmente e em todos os setores industriais pelos bancos, aderindo aos princípios. No ano de 2012 é realizado um processo de atualização dos *princípios do Equador*, culminando em abril de 2013, e em que Banco Santander como um signatário desses princípios participou ativamente em vários Grupos de trabalho. Essa atualização envolve principalmente:

- Uma expansão do escopo: as operações sujeitas aos princípios estão financiando projetos, serviços de assessoria no financiamento de

projetos, empréstimos-ponte e empréstimos corporativos ligados a projetos (estes últimos em que o montante total da operação é igual ou superior a 100 milhões de USD e a decisão individual de cada banco é igual ou superior a 50 milhões USD).

- A incorporação de novos negócios ou maior detalhe em termos de alterações climáticas, direitos humanos, consulta com Grupos de interesse
- Maior exigência de informação pública.

3. Desenvolvimento de soluções financeiras:

Banco Santander contribui para o objetivo global da luta contra a mudança climática, fornecendo soluções financeiras com uma posição de liderança no domínio das energias renováveis a nível internacional. Além disso, Santander tem sido capaz de se adaptar às mudanças no mercado, aproveitando as novas oportunidades de negócios que surgiram. A atividade do Banco neste campo é feita através dos seguintes produtos:

Financiamento de energias renováveis:

- Project Finance: em 2013, o Banco participou no financiamento da construção e operação de parques eólicos, fotovoltaicos, usinas de energia solar térmicas, hidráulica e hidráulica mini, estações de tratamento de água e resíduos e usinas de biomassa no Brasil, Espanha, Estados Unidos, México, Brasil e Uruguai, com um total capacidade instalada de 7.477 MW.
- Semente de investimento de Capital e Venture Capital: nesses projetos, o Banco atua como um promotor. Durante 2013, Santander tem investido em projetos que, uma vez construída, terão uma capacidade total instalada de 4.747 MW, principalmente na Austrália, Brasil, Chile, Estados Unidos, Espanha, França, Itália, México, Portugal, Reino Unido e Uruguai. Estes projetos são eólica, fotovoltaico, solar, pequeno hidro e biomassa.
- Leasing fotovoltaico: O Banco colabora, além disso, na elaboração e implementação do projeto, na resolução dos processos administrativos e a manutenção do sistema

durante a vida da operação. 10 fotovoltaicos em 2013, com um investimento de 9,3 milhões de euros de operações de leasing foram em Espanha.

II. Financiamento de eficiência energética:

- Espanha: no mês de julho, o Banco assinou uma linha exclusiva de 200 milhões de euros com Banco Europeu de investimento (BEI), destinados a investimentos que contribuem para a modernização da oferta hotel espanhol com especial ênfase na promoção da poupança e eficiência energética na indústria de hospitalidade.
- O Banco do Brasil tem uma linha de financiamento para os clientes dos bancos comerciais para o desenvolvimento de projetos ambientais e eficiência energética, relacionados ao tratamento de águas residuais, reciclagem, reutilização de matérias-primas.

III. Financiamento noutros setores:

financiamento de veículos eléctricos, híbridos ou baixo nível de emissões de CO₂ e aparelhos eficientes.

IV. Seguro ambiental: específico seguro contra adversidades climáticas e outros perigos naturais para o setor agrícola.

V. Mercados de carbono:

O fundo de carbono para a empresa espanhola (FC2E) são mantidos pelo Grupo juntamente com outras entidades públicas e privadas. Através das suas atividades sobre este pano de fundo, o Grupo contribui para promover a transferência de tecnologia dos países desenvolvidos para emergentes, o financiamento de energias renováveis e a implementação de redução de emissões das indústrias europeias em conformidade com o plano nacional de atribuição de cada país. A atividade do fundo consiste da compra de créditos de carbono gerados por projetos de energia renovável e eficiência energética nos países em desenvolvimento,

colocando à disposição das empresas europeias a fim de facilitar o cumprimento das suas obrigações de redução das emissões, de acordo com os planos nacionais de alocações.

No final de 2013, o Grupo tinha uma carteira de cerca de 1,2 milhões de toneladas equivalentes de CO₂ por meio de certificados de redução de emissões (RCEs). Em 2013, o fundo recebeu cerca de 500.000 direitos de projetos de aterros, plantas de gás natural de ciclo combinado e mudança dos combustíveis fósseis por outros que geram emissões mais baixas em indústrias diferentes, na China, Indonésia, Argentina e Índia.

Além disso, formalizou a participação do Banco através do fundo de projetos de carbono que irá gerar as reduções de emissões para o período pós-Quioto (a partir de 1 de janeiro de 2013 a 2020).

O Banco continuou a participar em 2013 em três operações de monetização de créditos de carbono e intermediação de RCEs. Avanço Banco compra os direitos que irão gerar projetos de energia renovável, para que o patrocinador do projeto recebe fundos para adiantamentos que ajudam a financiar o investimento. Essas operações terminaram em 31 de março, que hoje o Banco não tem qualquer operação ao vivo deste tipo.

Relatório de sustentabilidade e presença em índices sustentáveis:

Informações sobre as principais ações realizadas em relação ao meio ambiente são coletadas anualmente o relatório de sustentabilidade, juntamente com o resto das ações realizadas no domínio da sustentabilidade pelo Banco Santander. O relatório é verificado pela auditoria da empresa Deloitte.

Para a elaboração do relatório de sustentabilidade, são tidas em conta as orientações e recomendações feitas por organizações internacionais de referência no campo da responsabilidade social corporativa,

tais como o *Global Reporting Initiative* (GRI), *Pato Global* e a *responsabilidade*. Inclui também informação relevante para taxas de investimento socialmente responsáveis (*Dow Jones Sustainability Index* (DJSI) e *FTSE4Good*) e agências (*Standard & Poors* e *Vigeo classificação*).

Na última revisão periódica do índice *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI), em 2013, o Grupo obteve 84 pontos em toda a dimensão ambiental, que o coloca apenas 6 pontos do líder do setor.

Banco Santander também participou mais uma vez o *Carbon Disclosure Project* (CDP), o padrão global para a medição e comunicação de informações sobre a mudança climática. Nesta edição do CDP, o Banco obteve uma pontuação de 84 de 100 na avaliação da qualidade da informação publicada e um B (segunda maior pontuação) na avaliação da sala no meio de desempenho.

Ambos os resultados do DJSI como o CDP Banco Santander situa-se entre as principais instituições financeiras do mundo em um desempenho excepcional para a protecção do ambiente.

Santander Brasil, Santander México e Bank Zachodni WBK S.A. foram incluídos nas taxas de câmbio locais de investimentos socialmente responsáveis; "Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)" BM & F Bovespa, o 'Bolsa de valores de Varsóvia (PGT) índice de respeito' e índice CPI sustentável da Bolsa Mexicana de Valores respectivamente.

Prêmios e reconhecimentos:

Banco Santander foi nomeado no mês de junho de 2013, como o Global banco sustentável do ano na oitava edição dos prestigiados prêmios Finanças sustentáveis do *Financial Times* e *International Finance Corp*índicen, agência pertencente ao Banco Mundial. Por seu turno, o Santander Brasil ganhou o prêmio de banco mais sustentável na América.

Banco Santander está classificado em 2013 com vários prêmios e tem aparecido em numerosas *classificações* no ambiente. Esses prêmios incluem:

Segunda posição do *ranking*, o Banco mais verde do mundo pela revista *mercados Bloomberg*. O *ranking* avalia dois parâmetros: gestão em reduzir o consumo e as emissões de suas instalações ao redor do mundo e no financiamento da liderança de energias renováveis.

Por sua vez, o *ranking* 50 marca Global mais verde da *Interbrand* reconhece Banco Santander como um dos melhor mundo marcas mais verde para os progressos realizados no domínio da eficiência energética, energias renováveis projeto proteção das Finanças e da biodiversidade, sendo o primeiro Banco internacional do *ranking*.

2.7 questões relacionadas a recursos humanos

As pessoas são a chave para perceber a estratégia do negócio. A equipe do Grupo é formada por 182,958 profissionais, dos quais 55% são mulheres e a idade média é de 10 anos e a idade média é de 37,6 anos. É uma equipe diversificada, motivada e coesiva.

Em um ambiente cada vez mais complexo e em constante mudança, os profissionais do Grupo estão empenhados em alcançar seus objetivos em um ambiente em constante inovação, colaboração, trabalho em equipe e a qualidade dos serviços prestados aos clientes são essenciais para a realização dos resultados.

Durante 2013, recursos humanos redefiniu sua estratégia de acordo com o processo de transformação que está ocorrendo no Grupo, a fim de ser o melhor banco para seus clientes e seus profissionais; Passe um banco mais produtos para um banco mais do que pessoas.

Por este motivo, tem revisto o modelo de gestão de pessoas para superar com êxito os novos desafios do mercado, para acompanhar o crescimento sustentável do Grupo e a estratégia de melhoria para seus clientes de serviço.

Em particular, durante 2013 é ele trabalhou em seis projetos corporativos implementados ao longo de 2014 e que são:

- Mobilidade internacional: o objetivo é desenvolver uma política corporativa que melhore a mobilidade internacional como uma ferramenta para a disseminação de valores e modelo de negócio, bem como o intercâmbio de conhecimentos e melhores práticas.
- 2015 de negócios: visa estabelecer um mínimo comum de política de recursos humanos para as áreas de negócios internacionais, seleccione e PME em todas as regiões geográficas.
- Mapa de talento: projetar uma estrutura corporativa para a identificação e desenvolvimento de talentos é necessário para garantir o sucesso do negócio.
- Liderança: analisa o estilo de liderança atual, identificando elementos de melhoria para definir um plano de ação e estabelecer mecanismos de avaliação contínua e medição.
- Valor para o empregado (proposta de valor do funcionário): parte da revisão das vantagens de trabalhar no Santander, adequando-os às realidades locais, com uma estratégia para a implementação e comunicação corporativa e global, comum a todos os países.
- Cultura de compromisso: procura conhecer os níveis de compromisso entre os profissionais de cada país, identificando áreas de melhoria, e estabelecer um sistema de medição válido para todo o Grupo.

O resultado será um modelo inovador que, a partir de 2014, irá centrar-se sobre a gestão do talento do Grupo, em um novo estilo de liderança e reforçar a identidade de Santander, sempre

com o objetivo de proporcionar um melhor serviço para a empresa e seus clientes.

Apoio às empresas

Durante 2013 recursos humanos tem colaborado com outras áreas da organização para melhorar a experiência do cliente, reforçando o compromisso com a marca entre os profissionais e promover o desenvolvimento das habilidades de cliente de serviço através de todas as políticas, processos e ferramentas de gestão de pessoas.

Tem sido o foco em impulsionar programas de formação que se movem a experiência do cliente para vincular as prioridades de gestão do desempenho do negócio e de compensação com a orientação para o cliente.

Desenvolvimento de pessoas

A missão fundamental dos recursos humanos é apoiar a transformação do Banco garantindo que preparou, motivados e engajados nos profissionais mais relevantes trabalhos. Para identificá-los, o Santander tem políticas e processos corporativos, tais como comitês de desenvolvimento e mobilidade (MDL), a avaliação correspondente que avalia para altos executivos do Grupo, ou a gestão do desempenho para todos os profissionais.

Uma vez conhecido talento no Grupo, Santander concentra seus esforços no desenvolvimento de profissionais têm maior potencial, impulsionar sua carreira e prepará-los para assumir cargos de responsabilidade na organização. Para fazer isso, o Santander tem mecanismos que desenvolverem planos de desenvolvimento individual, *coaching* e *mentoring*. Estes programas são projetados para proporcionar aos profissionais em habilidades e competências requeridas para trabalhar em uma organização global, diversificada e orientada ao cliente.

Para promover a mobilidade internacional, como um instrumento fundamental de desenvolvimento de talentos, em outubro de 2013 versão do *internacionais vagas*, teve lugar uma iniciativa que permite que profissionais

obter acesso para os postos de trabalho disponíveis em outras áreas geográficas do Grupo. Nascido, em princípio, destinado a profissionais do Grupo em Espanha para ir progressivamente, espalhando-se para outros países.

Também no âmbito da política para promover a mobilidade entre os funcionários, destaca programas como *Mundo Santander*, que fez duas ligações envolvendo 225 profissionais, atingindo um total de 1026 participantes em 11 edições feitas em 2013. O programa oferece a possibilidade de trabalho de funcionários do Grupo no exterior, com tutores, três meses dentro da mesma divisão. Seu objetivo é promover o desenvolvimento do talento de jovens comprometidos, com projeção internacional e potencial. Também destacar outras iniciativas, tais como programas de desenvolvimento para profissionais com alto potencial para o Banco como o *Santander programa de treinamento executivo* (passo) ou o *programa futuros líderes* (FUDIS) que incluem ficar em, pelo menos dois destinos internacionais.

A fim de atrair os melhores talentos externos, Santander poder sua marca do empregador *que Santander pode ser você*, através do qual transmite suas ofertas de valor para os candidatos de universidades, escolas de negócios e as redes de profissionais do mundo. Uma vindo por todos os meios de comunicação, incluindo redes sociais profissionais como o LinkedIn, onde ele tem um perfil global fechado 2013 com cerca de 158.000 seguidores em todo o mundo.

Compartilhamento de conhecimento

Ao lado do desenvolvimento de pessoas, Banco Santander, visa gerar e compartilhar conhecimento e melhores práticas entre os profissionais, colocando à sua disposição uma ampla formação oferecer com base na excelência acadêmica e o apoio às empresas.

O Grupo investiu 111 milhões de euros em 2013, neste item, que realizam-se em 98% dos profissionais treinados e uma média anual de 51,7 horas de treinamento por empregado.

Profissionais adquirem um papel fundamental na transmissão de conhecimento e cultura; na verdade, em 2013 o 30,71% das horas de formação tenha sido dada por formadores internos.

Para torná-lo mais acessível para o treinamento que é gerado e transmitido no Grupo e facilitar o profissional e pessoal, em março foi lançado na Internet *Learning Santander*, plataforma de formação on-line. Numa primeira fase aplicou em Espanha para ir progressivamente, espalhando-se para outros países.

Excelência em conhecimento do Grupo foi revelada com a certificação de CLIP (*Processo de melhoria de aprendizagem corporativa*) que lhe deu a *European Foundation for Management Development* (EFMD).

Sistema de remuneração total

A busca da melhoria da produtividade tem levado a implementar novos processos de compensação e variável pagar sistemas de incentivo, onde já incorporou o modelo 100%.

Compensação ou remuneração no Santander é projetada para a criação de valor e, portanto, é estreitamente ligada e alinhada à estratégia, cultura e valores do Grupo. O Banco promove um sistema de compensação total, baseada na idéia de que tal sistema é um sólido instrumento de motivação. Sob este sistema, os trabalhadores recebem uma remuneração fixa individual vinculado para o grau de complexidade e responsabilidade de cada post e uma remuneração variável de acordo com os resultados de negócio e objetivos individuais.

Um processo fluido de comunicação entre a Santander e seus colaboradores garante que eles podem saber, compreender e avaliar todos os elementos que compõem o seu pagamento final.

Além de taxas fixas e variáveis que compõem o sistema de remuneração total em Santander, profissionais de desfrutar de uma série de benefícios para si e suas famílias, em conformidade com a legislação de cada país e as

condições do mercado de trabalho. Os principais benefícios incluem as vantagens financeiras de acesso especial para produtos e serviços bancários, os planos com contribuições anuais para o gerente do Banco, segura vida com programas de remuneração flexível, que inclui produtos e serviços em condições vantajosas (seguro de saúde, computadores, jardim de infância de cheques, etc) e melhoria das condições de pensão.

Identidade Santander

Todos os profissionais do Grupo compartilham uma cultura de valores compartilhados que constitui a base da força e coesão que caracteriza a organização em todas as áreas geográficas onde está presente.

Através do *Santander eres tu*, programa lançado em 2007, foram feitas ao longo de 2013 numerosas iniciativas para continuar a fazer o Santander dentre as melhores empresas para se trabalhar, incentivando a integração e o orgulho de pertencer e disseminar valores corporativos.

Em junho realizou o *6ª semana Santander você*, um evento corporativo, que visa incentivar o trabalho em equipe, colaboração e o orgulho de pertencer. Com o lema *mais ligado do que nunca, & conectado com o cliente*, esta edição contribuiu para a integração de novos profissionais, especialmente na Espanha, bem como para promover uma cultura de orientação para o cliente, promovendo os benefícios da experiência de marca.

Em setembro, teve lugar o *V carreira Santander você* em Portugal, no qual 57 profissionais de 17 países percorreu a distância entre Porto e Lisboa, unindo a antiga e a nova sede do Banco em Portugal em participaram em atividades de voluntariado corporativo e equipe.

Voluntariado é parte da cultura de movimentos de valores para Santander de 2011, com o arranque do programa *Santander de voluntários comprometidos* que conseguiu mobilizar em dois anos a mais de 8.600 voluntários em Espanha.

Além disso, o compromisso de expandir para diferentes áreas de atividade, em junho de 2013 o Banco Santander aderiram ao programa voluntário para a Federação Espanhola banco de alimentos (Fesbal), que acrescenta às aldeias de crianças SOS, associação espanhola contra o câncer, a Cruz Vermelha e o Entreculturas.

Com o Banco de alimentos participou no I grande coleção realizada em novembro de 2013, que tem cerca de 14 toneladas de alimentos, graças à colaboração, entre outros, mais de 1.200 voluntários Santander comprometido.

Estilo de liderança

Desta forma a fortalecer uma cultura de trabalho em equipe, colaboração e orientação ao cliente, recursos humanos iniciou-se em 2013 para redefinir o estilo de liderança que requer a organização garantir um crescimento sustentável do presente e do futuro. Esta nova cultura baseia-se em aspectos essenciais, tais como transparência, fluente e comunicação bi-direcional entre gerentes e suas equipes.

Vagas internacionais e *Santander idéias* são dois exemplos concretos deste novo estilo. *Idéias de Santander*, em fase piloto, lançado em dezembro, é uma rede interna que visa incentivar os profissionais a participar diretamente na evolução e melhoria do negócio e gestão de pessoas; para fazer assim são incentivados a propor melhorias concretas para tornar o Santander: *um banco que é melhor para nossos clientes e melhor a bancada de trabalho*.

Este novo canal promove o comprometimento das pessoas que são Santander e contribuem para promover a comunicação bi-direcional, transparente, colaborativa e rede.

Em 2013, foi realizado um levantamento de compromisso com a participação de 8 países (Espanha, Brasil, Portugal, Argentina, México, Chile, UK e EUA) para medir o empenho e apoio organizacional em diferentes áreas geográficas. Em geral os níveis de compromisso e apoio organizacional com 73% de respostas favoráveis estão acima da média do setor financeiro.

Saúde e segurança no trabalho

Garantir a saúde e a segurança de todos os profissionais do Grupo levou a continuar a promover e consolidar as iniciativas contidas na política de prevenção dos riscos profissionais, que se reflete na proporção da taxa de absentismo 3,7 (dias não trabalhados por acidente + horas não trabalhadas por doença comum para cada 1.000 horas trabalharam).

O modelo de saúde Santander considera os seguintes aspectos:

- Padronizado cuidados e reconhecimento de modelos.
- Protocolos de medicina preventiva: cardiovascular, atrás da escola, reabilitação e oftalmologia.
- Campanhas promocionais para hábitos saudáveis.
- Política e controle nutricional.
- De serviços de valor agregado: acessibilidade para as especialidades mais in-demand.
- Prevenção de riscos ocupacionais e formação de cultura saúde.
- Avaliação, acompanhamento e controle de absenteísmo.
- Controle de riscos ocupacionais: espaços, iluminação e mobiliário conselhos.

Dentro do compromisso do Banco com o bem-estar e a saúde de seus profissionais e no âmbito do acordo entre o Banco Santander, Fundação Botín e o centro nacional de pesquisas cardiovasculares (CNIC), que lidera o cardiologista prestigiado Valentín Fuster, em 2013, continuou o programa do *Santander para o seu coração* para a identificação antecipada de doenças cardiovasculares. Durante todo o ano, 1,068 empregados com idade entre 40 e 54 foram submetidos a exames médicos.

Outro exemplo do compromisso do Grupo para a promoção da saúde e o bem-estar dos trabalhadores é o México, onde, através da *web Total bem-estar*, empregados podem encontrar informações para manter hábitos saudáveis e identificar fatores de risco. Este *site* inclui vídeos educativos e aplicativos para controlar a taxa de massa corporal, entre outros.

Honras

Alguns dos prêmios recebidos:

- *Aliança para o progresso do trabalho-vida (AWLP)* adjudicou à Santander pela cidade Grupo Santander, o trabalho-vida inovadoras Excellence Award 2013, promovendo o saldo entre vida profissional e pessoal.
- Santander Totta foi escolhida pela revista *Exame* e consultoria Accenture como a melhor empresa no setor financeiro e seguros para trabalhar em Portugal em 2013.
- Melhor banco para trabalhar em Espanha, em 2013, *Randstad Awards* e Merco pessoas.
- – Santander Brasil foi escolhida como uma das melhores empresas para começar a carreira em 2013, de acordo com a pesquisa pela editora *abril* em colaboração com talentos a Cia e a Fundação de Instituto de administração (FIA).
- Melhor empresa para trabalhar no setor financeiro para estudantes espanhóis, de acordo com o estudo *Universum 2013*.
- Santander Rio, melhor empresa para se trabalhar para 2013, de acordo com *ótimo lugar para trabalhar*

	31.03.2014	31.03.2013
Plantilla		
Número de empleados	182.958	186.763
Edad media plantilla	37,6	36,9
Antigüedad media	10,0	9,7
Directivos	11,61%	11,86%
Atracción		
CV recibidos	893.652	776.618
Cobertura de vacantes con candidatos internos	54,45%	66,70%
Nuevas incorporaciones al Grupo	18.133	20.894
Rotación		
Rotación anual	14,15%	12,10%
Rotación directivos	9,23%	7,38%
Formación		
Empleados formados	98%	96%
Horas de formación por empleado	51,7	35,5
Inversión total en formación (euros)	110.905.342	123.244.454
% formación e-learning	34,46%	34,60%
% horas con formadores internos	30,71%	38,20%
Gestión		
Empleados promocionados	10,41%	10,40%
Empleados en movilidad internacional	1.153	1.266
Directivos en país de origen*	90,25%	90,60%
Retribución		
Empleados con retribución variable	100%	100%
Diversidad e igualdad		
% mujeres	55%	54%
Salud y seguridad laboral		
Tasa de absentismo	3,7	3,3

* Directivos Top Red y Dir Red.

[LEGENDA]

Quadro de Funcionários

Número de funcionários

Idade média

Tempo médio de serviço

Executivos

Atratividade

CV recebidos

Cobertura de férias com candidatos internos

Novas incorporações ao Grupo

Rotatividade

Rotatividade anual

Rotatividade Executivos

Formação

Funcionários formados

Horas de formação/funcionário

Investimento total em formação (euros)

% formação e-learning

% horas com formadores internos

Gestão

Funcionários promovidos

Funcionários com mobilidade internacional

Executivos no país de origem*

Remuneração

Funcionários com remuneração variável

Diversidade e igualdade

% mulheres

Saúde e segurança no trabalho

Taxa de absentismo

*Executivos Top Red y Dir Red

3. LIQUIDEZ e CAPITAL

3.1 Liquidez

Idéias básicas

- O Grupo desenvolveu um modelo de financiamento baseado em filiais autônomas que são responsáveis pelo hedging de sua próprias liquidez de necessidades.
- Essa estrutura permite que o Grupo se aproveitar do seu negócio de banca comercial modelo manter soltas posições de liquidez no nível de Grupo e em suas unidades principais, mesmo em situações estressantes do mercado.
- Nos últimos anos, como resultado das tensões decorrentes da crise econômica e financeira global, foi necessário adaptar estratégias de financiamento para as novas tendências nas condições de mercado e empresas comerciais.
- Em 2013 o Grupo tomou o partido da geração de capacidade e aquisição de liquidez por negócios e unidades para reforçar ainda mais sua posição de liquidez e suas subsidiárias. Tudo isto permite-nos para 2014 em boa situação, crescimento irrestrito.

Para o Grupo de liquidez e de financiamento de gestão sempre foi um elemento básico em sua estratégia de negócios e pilar fundamental, perto da capital, que suporta a sua força de balanço.

Relegado durante o período de expansão para um segundo plano, a liquidez ganhou relevância nos últimos anos por crescentes tensões nos mercados financeiros no contexto de uma crise

econômica global. Este cenário tem colocado em valor a importância que as instituições bancárias têm que ter estruturas adequadas e estratégias de financiamento que garantam a sua atividade de intermediação.

Durante este período de stress, o Grupo tem desfrutado de uma liquidez adequada, maior do que sua posição comparável, o que resultou em-lhe uma vantagem competitiva para desenvolver e expandir suas atividades em um ambiente cada vez mais exigentes.

Esta posição melhor de todo o Grupo foi apoiada em um modelo descentralizado de financiamento composto por subsidiárias auto-suficiente e autônoma em termos de liquidez. Cada subsidiária é responsável para as necessidades de liquidez, decorrentes de seus negócios presentes e futuros, através de depósitos clientes capturados em sua área de influência, quer através do recurso aos mercados por atacado, onde atua, em coordenadas de todo o Grupo de gerenciamento e monitoramento.

É uma estrutura de financiamento que mostra seus mais eficazmente em situações de alto estresse dos mercados, desde que impede que as dificuldades em uma área podem ser movidas para outras áreas de capacidade de financiamento e, portanto, do Grupo como uma toda, situação que poderia ocorrer no caso de um modelo centralizado de financiamento.

Além disso, no Grupo esta estrutura financiamento beneficia as vantagens de ter um modelo de banca comercial com presença relevante (taxas de negócios no ambiente de 10% ou mais) em dez mercados com grande potencial, com foco no cliente varejo e alta eficiência. Isto dá uma grande capacidade de atrair depósitos estáveis, bem como uma alta capacidade de CA em atacadistas de mercados nestes países, geralmente em sua própria moeda, apoiado na força da franquia e sua adesão a um principais subsidiárias do Grupo.

A gestão do Grupo sobre o risco de liquidez e financiamento tanto teórica como na prática é coletada nas seções a seguir:

- Quadro de gestão de liquidez - monitoramento e controle de risco de liquidez
- Estratégia de financiamento
- Evolução da liquidez em 2013
- Financiamento do Outlook para 2014

3.1.1. quadro de gestão de liquidez - monitoramento e controle de risco de liquidez

A gestão de liquidez estrutural visa financiar a atividade recorrente do Grupo em ótimas condições de tempo e custo, evitando o risco de liquidez indesejados.

No Grupo, a gestão de liquidez baseia-se nos seguintes princípios:

- Modelo descentralizado de liquidez.
- Derivado da atividade no meio e necessidades de longo prazo devem ser financiadas pelos instrumentos de médio e longo prazo.
- Alta participação de depósitos de clientes, para um saldo de natureza comercial.
- Diversificação das fontes de financiamento por atacado por: instrumentos / investidores, mercados / moedas e prazos.
- Limitado recurso de financiamento a curto prazo.
- Disponibilidade da reserva de liquidez suficiente, que inclui a capacidade para desconto em bancos centrais para uso em situações adversas.

A aplicação efetiva desses princípios por todas as entidades que constituem o Grupo exigiu o desenvolvimento de um quadro de gestão única construído em torno de três pilares principais:

1. Um sólido modelo organizacional e governo, que garante o envolvimento da Alta Administração na tomada de decisão e a sua integração na estratégia global de subsidiárias do Grupo.
- Integrado no âmbito do risco do Grupo appetite, articula a gestão de métricas individuais, com

níveis específicos para a relação dos fundos estruturais e horizontes mínimos de liquidez sob diferentes cenários de estresse.

- Principais unidades envolveram: Comissão do mercado corporativo, comissões de mercado local, a área de gestão financeira (estratégia e execução), risco (monitoramento e controle) de mercado.

2. Uma análise de saldo e uma medida de risco de liquidez em profundidade, que oferece suporte a tomada de decisão e controle.

- Por: seguindo a estrutura dos balanços, projeções de liquidez a curto e médio prazo, estabelecimento de métricas básicas, análise de cenários (potenciais requisitos adicionais de liquidez para eventos graves).
- Três métricas básicas: diferença de liquidez; Posição líquida estrutural; análise de cenários de stress (crise sistêmica, idiossincrático, híbrido de crise).

3. Gestão adaptado na prática às necessidades de cada tesourarias.

- Por: produção anual do plano de liquidez; acompanhamento durante o ano do verdadeiro saldo e necessidades de atualização; diversificada e ativa presença em mercados grossistas.

Mais detalhes sobre o framework de gestão de liquidez do Grupo, seu acompanhamento e controle, metodologia, métricas e cenários, entre outros instrumentos, é a Nota explicativa 54 (gerenciamento de risco; seção de liquidez e risco de financiamento), relativa às demonstrações financeiras do relatório.

3.1.2 estratégia de financiamento

Nos últimos anos, a atividade de financiamento do Grupo alcançou seu objetivo de adequadamente Finanças a atividade recorrente do Grupo em um ambiente muito exigente, caracterizado por uma maior percepção de risco, a baixa liquidez em certos limites de tempo e o aumento do custo do mesmo.

Esse bom desempenho foi apoiado na extensão do modelo de gestão todas as filiais do Grupo,

incluindo novas adições e, sobretudo, na adaptação da estratégia das subsidiárias para a crescente demanda dos mercados. Essas exigências não foram homogêneos mercados terem atingido níveis de dificuldade muito em determinadas áreas como a periferia Europeia.

Em qualquer caso, é possível extrair um conjunto de tendências gerais implementado por filiais do Grupo em suas estratégias de financiamento e gestão da liquidez nos últimos cinco anos. Eles são como segue:

- Forte geração de caixa da empresa comercial pelo menor crescimento do crédito e maior ênfase na captação de recursos de clientes.

Desde dezembro de 2008, os créditos sem aquisições temporários do Grupo aumentada de 47 bilhões de euros (+ 7%). Ao mesmo tempo o foco pela liquidez durante a crise, juntamente com a capacidade de capturar o Grupo de varejo através de seus escritórios, permitiu um aumento de mais de 190000 milhões euros em depósitos de clientes (sem atribuições temporárias e Notas incluindo varejistas), que representa cerca de 50% do saldo de dezembro de 2008.

Esta geração de liquidez tem sido particularmente intensa em Espanha: nos arredores de € 100 bilhões em cinco anos.

- Manter níveis adequados e estáveis de financiamento por atacado de médio e longo prazo no nível de Grupo. Portanto, no final de 2013 este financiamento representa 20% a liquidez de balanço, muito semelhante ao nível de 21% de 2010 embora significativamente inferior a 28% de dezembro de 2008, quando os atacadistas liquidez era um recurso abundante e reduzido custo em todo o mundo.

Após o endurecimento das condições descentralizadas dos mercados grossistas, o modelo das subsidiárias do Grupo, com as emissões e os programas de classificações próprias, ele ajudou a manter um elevado nível de participação do Grupo nos mercados grossistas desenvolvido mesmo em períodos de demanda máxima como o biênio 2011-2012.

- Certifique-se de um volume suficiente de ativos discountable bancos centrais e outras agências como parte do pool de liquidez em situações de estresse dos mercados grossistas.

Em particular, o Grupo aumentou a sua capacidade total de desconto nos últimos anos para o ambiente do euros 145 bilhões (em comparação com níveis próximos a 85 bilhões no final de 2008). Este volume é equivalente a duas vezes e meia a abertura comercial (ou seja, a diferença entre depósitos e empréstimos líquidos) de dezembro de 2013.

Grande parte da capacidade total está concentrada nas unidades da zona do euro. Após as medidas extraordinárias implementadas pelo Banco Central Europeu (BCE) no final de 2011 e início de 2012 para garantir liquidez na área, a redução das tensões nos mercados em 2013 ajudou o Grupo retornar ao BCE todos dos recursos captados da Espanha em leilões de três anos, colocando sua apelação líquida ao final do ano em níveis mínimos de cinco anos. Basicamente concentrou-se em Portugal.

Estes desenvolvimentos e seu modelo de gestão de liquidez sólido, permitiram que o Grupo tem na presente estrutura muito robusta de financiamento, com as seguintes características:

- Elevado nível de participação dos depósitos de clientes em um saldo de natureza comercial.

Depósitos de clientes são a principal fonte de financiamento para o Grupo. Incluindo Notas de varejo (dadas o seu papel de substituição do período de tributação em Espanha), eles

representam cerca de dois terços do passivo líquido do Grupo (ou seja, o saldo de liquidez) e representou 91% das dotações líquidas no final de 2013.

Além disso, são recursos de grande estabilidade, dada sua origem principalmente de atividade com clientes de varejo (88% dos depósitos do Grupo vem dos bancos comerciais, enquanto os restantes 12% corresponde a grandes clientes corporativos e institucionais

- Financiamento por atacado diversificado com foco no médio e longo prazo e muito baixo peso de curto prazo

Médio e longo prazo por atacado financiamento representa 20% do financiamento do Grupo e frouxamente cobrir os empréstimos não financiados com os depósitos de clientes (comercial oco).

Este financiamento apresenta um saldo adequado de instrumentos (senior de aproximadamente 1/3, cartões de débito de 1/3, 1/3 de securitização e outros) e também de mercados, para que aqueles que têm maior peso nas emissões são aqueles onde a atividade de investimento é maior.

A maior parte do financiamento por atacado de médio e longo prazo é composta de dívida. Seu saldo no mercado no final de 2013 situa-se em nominal 132,789 milhões de euros e tem um perfil adequado dos prazos de vencimento, sem concentrações, que fica a 3,7 anos em média. Abaixo está o detalhe por instrumentos nos últimos três anos e seu perfil de vencimento contratual.

II. EMISIONES DE DEUDA DE MEDIO Y LARGO PLAZO. GRUPO SANTANDER
Millones de euros

	Evolución saldo vivo en valor nominal		
	Diciembre 2013	Diciembre 2012	Diciembre 2011
Preferentes	4.276	4.765	5.657
Subordinadas	10.030	11.004	14.184
Deuda senior	60.195	69.916	73.693
Cédulas	58.188	67.463	68.240
Total*	132.789	153.152	161.774

[LEGENDAS]

EMISSÕES DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO, GRUPO SANTANDER

Milhões de euros

Evolução do saldo remanescente em valor nominal

Dezembro 2013 – Dezembro 2012 – Dezembro 2012

Preferenciais

Subordinadas

Dívida sênior

Cédulas

Total*

Distribuição por vencimento contratual, Dezembro 2013*

0-1 mês	1-3 meses	3-6 meses	6-9 meses	9-12 meses	12-24 meses	2-5 anos	Mais de 5 anos	TOTAL
---------	-----------	-----------	-----------	------------	-------------	----------	----------------	-------

Preferenciais

Subordinadas

Dívida sênior

Cédulas

Total*

*No caso de emissões com *put* a favor do detentor, será considerado o vencimento da *put* em vez do vencimento contratual.

Obs.: A totalidade da dívida sênior publicada pelas filiais do Grupo não conta com garantias adicionais.

Além das questões de dívida, o financiamento por atacado de médio e longo prazo é completado com as linhas dos Federal casa empréstimo Bancos nos Estados Unidos (aproximadamente 6,5 bilhões de euros tomados até o final do ano) e as receitas provenientes de atividades de securitização. Este inclui títulos de securitização colocados no mercado, financiamento, notícias e outros especiais para um montante de 45 bilhões de euros e um metade-torno de vencimento de dois anos.

Emissão de curto prazo programas financiamento por atacado é uma parte residual da estrutura que representa menos de 2% do financiamento

(excluindo os varejistas de Notas promissórias previstas) e é coberto em excesso por ativos financeiros líquidos.

De dezembro de 2013 para seu saldo foi localizado nos arredores das 15 bilhões de euros, principalmente capturados pela unidade do Reino Unido e a matriz através de programas de emissão existentes: certificados de depósitos e de papel comercial do Reino Unido, 54%; Papel comercial europeu, nos papel comercial e os programas domésticos da matriz, 22%; outras unidades, 24%.

Informações sobre prazos residuais de vencimento e taxas de juros médias contidas na Nota explicativa 51) consolidou o relatório.

3.1.3. Evolução da liquidez em 2013

Aspectos chaves da evolução da liquidez no exercício foram:

- Nova melhoria dos índices de liquidez (Grupo LTD: 109%), apoiada na geração de liquidez do negócio (23500 milhões de euros), que é ligado a uma atividade mais seletiva de estação (28800 milhões de euros em médio e longo prazo questões e titularizações).
- No final de 2013, os níveis de LCR acima de 100%, tanto a nível das subsidiárias do Grupo, contra um mínimo de 60 por cento em 2015.
- Esta posição é reforçada com uma alta reserva de liquidez (199,75 milhões de euros), refletindo o retorno pela matriz de todos os saldos no BCE.
- Os ativos envolvidos em atacado financiamento de operações de médio e longo prazo representam 14% do saldo do Grupo.

Estes aspectos são os seguintes:

- Nova melhoria dos índices de liquidez básico

A tabela mostra a evolução nos últimos anos das métricas básicas de liquidez no rastreamento de nível de Grupo:

MÉTRICAS DE REQUIMIENTO GRUPO SANTANDER				
	2008	2011	2012	2013
Créditos netos sobre activo neto*	79%	77%	74%	73%
Ratio créditos netos / depósitos (LTD)	150%	117%	113%	109%
Depósitos de clientes y financiación a medio y largo plazo sobre créditos netos	104%	113%	110%	119%
Financiación mayorista a corto plazo sobre pasivo neto*	7%	2%	2%	2%
Excedente estructural de liquidez (% sobre pasivo neto*)	4%	13%	16%	16%

* Balance a efectos de gestión de liquidez
 Nota: en 2011, 2012 y 2013 los depósitos de clientes incluyen pagarés minoristas en España (excluidos de financiación mayorista de CP).

[legenda]

PARÂMETROS DE ACOMPANHAMENTO, GRUPO SANTANDER

Créditos líquidos sobre ativos líquidos*

Índice créditos líquidos/depósitos (LTD)

Depósitos de clientes e financiamento a médio e longo prazo/créditos líquidos

Financiamento no atacado a curto prazo/passivo líquido*

Excedente estrutural de liquidez (% sobre passivo líquido*)

*Balço para efeitos de gestão de liquidez

Obs.: Em 2011, 2012 e 2013 os depósitos de clientes incluem Notas explicativas promissórias do varejo na Espanha (excluindo-se financiamento no atacado de CP)

A melhoria da posição da liquidez no nível de Grupo em 2013 é o resultado da evolução das várias filiais. Avanços notáveis no Reino Unido, Espanha e Portugal, refletido tanto índice LTD de depósitos e financiamento de médio e longo prazo empréstimos. Espanha e Portugal fecharam 2013 com índices de líquido créditos sobre depósitos de 87% e 101%, respectivamente.

Abaixo é o detalhe dos índices de liquidez mais utilizados refere as unidades principais de gestão do Grupo no final de 2013:

PRINCIPALES UNIDADES Y RATIOS DE LIQUIDEZ Diciembre 2013 %		
	Ratio LTD (créditos netos/ depósitos)	Depósitos + financiación MLP sobre créditos netos
España	87%	58%
Portugal	101%	108%
Santander Consumer Finance	181%	73%
Polonia	98%	117%
Reino Unido	123%	110%
Brasil	108%	123%
México	90%	118%
Chile	137%	96%
Argentina	37%	116%
Estados Unidos	106%	116%
Total Grupo	109%	119%

Nota: En España, incluidos pagarés netos en depósitos

[legenda]

PRINCIPAIS UNIDADES E ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Dezembro 2013%

Índices LTD (créditos líquidos/depósitos)
 Depósitos + financiamentos M/LP sobre
 créditos líquidos

Obs.: Na Espanha, inclui-se Notas promissórias retail em depósitos

Em geral, duas são as chaves da evolução em 2013 da posição de liquidez do Grupo e suas controladas são:

1. a nova redução da abertura comercial do Grupo pelo declínio global da *lacuna* em mercados maduros, a ser adicionado para o crescimento equilibrado do negócio em emergentes.
2. Mais seletivo, emissão de atividade, com menos recurso aos mercados grossistas pela posição solta da liquidez alcançado pelo Grupo e suas subsidiárias.

Em relação à primeira, o Grupo reduziu seus diferenciais entre líquido empréstimos e depósitos em 23500 milhões de euros. Essa liquidez é gerado inteiramente pela diminuição das unidades de crédito de mercados maduros, em consonância com a desalavancagem das suas economias. Em paralelo, a evolução de seus depósitos, reflete uma gestão focada para reduzir o custo das dívidas após o esforço de recrutamento no ano anterior. Esta gestão é refletida na saída do caros depósitos e na transferência dos saldos de fundos de investimento. Uma abordagem que tem beneficiado a melhor situação dos mercados e diminuiu a poupança de varejo de competição.

Nos países maduros, estas tendências têm sido mais pronunciadas em Espanha e Portugal, as unidades afetadas por economias em recessão.

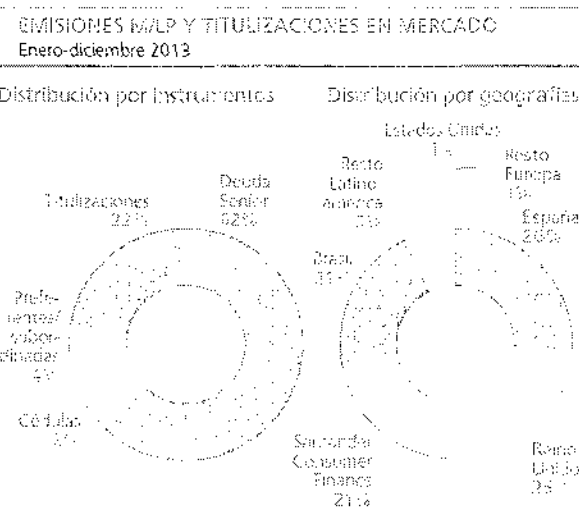
Nas unidades da América Latina, o crescimento equilibrado dos empréstimos e depósitos foi um ligeiro aumento em sua *abertura* comercial, perfeitamente abrangidos pela posição boa liquidez de partida e a crescente capacidade de acesso a mercados.

A segunda chave é uma consequência da liquidez gerada pela empresa no exercício que,

juntamente com a posição alcançada nos últimos anos, reduziu significativamente a necessidade de recursos nos mercados de atacado. Em 2013 e um melhor ambiente de mercados com forte declina em prémios de risco da periferia Europeia, o Grupo capturou 28800 milhões de euros em emissões de médio e longo prazo e securitização, 33% menos que no ano anterior.

Dentro deles, a dívida a médio e a emissões de longo prazo (dívida sênior, certificados e subordinados) subiram para 22500 milhões de euros, com um peso maior de cartões frontal sênior de dívida. Espanha foi o maior emissor, seguido pelo Reino Unido e o Brasil, concentrando-se os três, mais de 80% do que o publicado. Os restantes 6300 milhões de euros correspondem a atividades relacionadas com a securitização, concentrada-se nas unidades do Reino Unido e o Santander Consumer Finance.

Então sua distribuição mostrada por instrumentos e regiões geográficas:



Nota: En titulizaciones se incluyen otras financiaciones colateralizadas.

EMISSÕES A MÉDIO/LONGO PRAZO E SECURITIZAÇÕES NO MERCADO

Euro – dezembro de 2013

Distribuição por instrumento

Dívida Sênior

Cédulas

Preferenciais/subordinadas

Securitizações

Distribuição por região

EUA
 Resto Europa
 Espanha
 Reino Unido
 Santander Consumer Finance
 Brasil
 Resto América Latina

Obs.: Securitizações incluem outros financiamentos colateralizados.

Em resumo, o Grupo mantém uma grande capacidade para o acesso a diferentes mercados em que atua, reforçado com a adição de novas emissões. Em 2013, ele fez as emissões e titularizações em onze moedas, que envolveu 17 emitentes relevantes de 14 países, com uma maturidade nos arredores dos 3,7 anos.

Conformidade normativa de coeficientes

Em relação os índices regulatórios, vale ressaltar que, em 2013, o Comitê de Basileia aprovou a implementação final do índice de hedging de liquidez a curto prazo ou LCR (*índice de hedging de liquidez*), ambos em relação a definição de ativos computáveis, formando parte da liquidez do coxim como o período para sua introdução gradual. Em relação a último, sua aplicação começará em 1 de janeiro de 2015, deve ser coberto para 60%, uma percentagem que aumentará progressivamente em 10 pontos percentuais por ano para chegar a 100% em 2019.

No final de 2013 o Grupo confortavelmente atende aos requisitos da relação de Nova CSF sobre sua aplicação completa, tanto a nível de Grupo e de suas subsidiárias. Na verdade, no final de 2013 o Grupo e as principais subsidiárias apresentam níveis de CSF acima de 100%.

Por sua vez estes níveis permitem a total conformidade com os requisitos de liquidez a curto prazo, previstos na CRDIV Europeia, adotada em junho de 2013. O relatório desses requisitos vai começar a ser exigido em um período de aplicação gradual semelhante ao proposto por Basileia a partir de 2014.

No que se refere à relação entre líquido estável de financiamento (*líquido estável de financiamento índice*), isto é no período de observação e ainda pendente sua definição final.

Posição reforçada com uma reserva de alta liquidez

A piscina de liquidez é o conjunto de ativos altamente líquidos que mantém o Grupo e suas subsidiárias, a fim de servir como um remédio de última instância em situações de stress máximo dos mercados, quando não é possível obter financiamento em termos e preço adequado.

Por conseguinte, nesta reserva incluem depósitos em bancos centrais e a caixa, a dívida pública não comprometida, a capacidade de desconto sobre os bancos centrais, bem como bens financiáveis e linhas disponíveis em organismos oficiais (FHLB,...). Isto é um impulso para a sólida posição de liquidez do Grupo e suas subsidiárias.

No final de 2013, o Grupo tem uma reserva de dinheiro de 199,75 milhões de euros, mais de 20% do total de financiamento estrangeiro do Grupo. Então este volume é discriminado por tipo de ativos de acordo com seu valor eficaz (*líquido de cortes de cabelo*):

RESERVA DE LIQUIDEZ			
Valor efectivo (neto de <i>haircuts</i>) en millones de euros			
	31/12/2013	Media 2013	31/12/2012
Efectivo + depósitos en bancos centrales	45.091	46.829	63.908
Douba pública disponible	36.382	50.244	41.929
Descuento disponible en bancos centrales	107.520	99.479	79.115
Activos financiáveis y líneas disponibles	10.757	12.377	12.120
Reserva de liquidez	199.750	208.928	217.072

Nota: En la reserva no se han incluido otros activos de elevada liquidez, como son las carteras de renta fija y de renta variable cotizadas.

[legenda]

RESERVA DE LIQUIDEZ

Valor em base caixa (*líquido de haircuts*) em milhões de euros

Caixa + depósitos em bancos centrais

Dívida pública disponível

Desconto disponível em bancos centrais

Ativos financiáveis e linhas disponíveis

Reserva de liquidez

Obs.: Na reserva não estão incluídos outros ativos de alta liquidez, como as carteiras de renda fixa e de renda e variável listadas.

Durante o exercício o volume total manteve-se relativamente estável, mas não para componentes. As principais variações refletem o retorno durante 2013 do Banco Central Europeu, por ocasião dos montantes de leilão para três anos no final de 2011 e início de 2012, que basicamente foram depositados no BCE. Gradual retorno, para inteiramente no caso da unidade da Espanha, permitiu para aumentar o desconto disponível sobre os bancos centrais a ser reduzida liquidez depositado neles.

Menor peso dos ativos cometeu-financiamento

Finalmente, merece destaque o uso moderado dos ativos envolvidos na obtenção de financiamento de médio e longo prazo e sua descida em relação ao ano passado.

Os bens empenhados representam ativos em saldo foram fornecidos como garantia ou garantia em relação a certos passivos do Banco, principalmente, com a finalidade de obtenção de financiamento e que, portanto, não estão disponíveis.

Em 2013, o Grupo continuou-se a redução do volume de ativos envolvidos no saldo como resultado o retorno de todos os saldos colocados no Banco Central Europeu pela matriz, que está ligado à baixa utilização do financiamento com garantia em unidades com elevadas reservas de liquidez como Estados Unidos e Reino Unido.

Total de ativos empenhados do Grupo em operações de financiamento, é necessário distinguir dois Grupos com características muito diferentes:

- Um primeiro Grupo de ativos que representam cerca de 40% do total, são principalmente os

títulos da dívida pública que são entregues na afetação temporária dos ativos das operações de muito curto prazo. Outros ativos financeiros como títulos corporativos e obrigações das entidades de governo quasi, bem como aquisições temporárias dos ativos também estão incluídos nesta categoria.

A grande maioria desses ativos financeiros comprometida se relacionam com as atividades do mercado de repo, cujo prazo médio é geralmente inferior a 3 meses e, portanto, não contribuem para o financiamento da atividade comercial do Grupo. Abaixo está uma análise da mesma:

	Diciembre 2013	
	Miles de millones de euros	Plazo años
Deuda pública	87	0,1
Resto activos financieros	5	1,3
Total activos financieros comprometidos	92	0,2

Nota: activos estimados para obtener el volumen de financiación con colateral existente al cierre del ejercicio, aplicando el grado de sobrecolateralización y *haircut* de liquidez correspondiente en cada caso.

ATIVOS FINANCEIROS COMPROMETIDOS EM OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO (REPOS)

Dezembro 2013

Bilhões de euros Prazo anos

Dívida pública

Outros ativos financeiros

Total ativos financeiros comprometidos

Obs.: Ativos estimados para obter o volume de financiamento com colateral existente no encerramento do exercício, aplicando-se o grau de sobrecolateralização e *haircut* de liquidez correspondente em cada caso.

- O segundo Grupo de ativos empenhados, que representam cerca de 60% do total, é empréstimos que foram securitizados ou

contribuiu em garantia sobre os boletins de voto para ser vendido aos mercados por atacado. Empréstimos, usados na geração de valores mobiliários elegíveis, dado como garantia para as instalações de liquidez do Banco central também estão incluídos nesta rúbrica.

Ao contrário do primeiro Grupo, esses ativos contribuir para o financiamento por atacado de médio e longo prazo das médias de tempo de Grupo entre 2 e 3 anos. Seu volume no final de 2013 está localizado nos arredores do 154000 milhões euros, o que coloca a porcentagem "estrutural" comprometida em 14% do total do saldo do Grupo.

Abaixo está uma análise da mesma:

ACTIVOS COMPROMETIDOS EN OPERACIONES DE FINANCIACIÓN (MEDIO Y LARGO PLAZO)		
Diciembre 2013		
	Miles de millones de euros	Plazo años
Préstamos titulizados (en mercado)	46	2,2
Resto de préstamos	109	2,8
Total préstamos comprometidos	154	2,6

Nota: activos estimados para obtener el volumen de financiación con colateral existente al cierre del ejercicio, aplicando el grado de sobrecolateralización y haircut de liquidez correspondiente en cada caso.

ATIVOS COMPROMETIDOS EM OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO (MÉDIO E LONGO PRAZO)

Dezembro 2013

	Bilhões de euros	Prazo anos
Empréstimos securitizados (no mercado)		
Demais empréstimos		
Total empréstimos securitizados		

Obs.: Ativos estimados para obter o volume de financiamento com colateral existente no encerramento do exercício, aplicando-se o grau de sobrecolateralização e haircut de liquidez correspondente em cada caso.

3.1.4 financiamento perspectivas para 2014

O Grupo começa a 2014 com uma situação de liquidez frouxa e reduzidos requisitos de emissão a médio e longo prazo pelo processo de desalavancagem que ainda continua em mercados desenvolvidos e de crescimento mais equilibrado que os mercados emergentes estão em execução.

Sem concentração de vencimentos relevantes nos próximos trimestres, consequência de uma posição reduzida de financiamento por atacado comercializa a curto prazo e menos vencimentos das emissões de médio e longo prazo em relação as de um ano antes. Dinâmica de negócios divididas por áreas e mercados, juntamente com as posições dos excedentes de liquidez em algumas unidades, além disso, que não é necessário renovar todos os vencimentos. Tudo isso em um ambiente de mercado geral mais favorável que emitem spreads mais baixos e prazos mais, mesmo em Geografia sujeito a fortes tensões nos últimos anos como a periferia Europeia.

Como resultado, em 2014, o Grupo possui grande flexibilidade para desenvolver estratégias diferenciadas para regiões geográficas e unidades de acordo com as necessidades e oportunidades de negócios.

Dentro deste quadro geral, várias unidades do Grupo têm explorado boas condições dos mercados no início do ano de 2014 para emissões e securitização de spreads mais baixos, captando um volume de mais de 5 bilhões de euros em Janeiro. Entre os mais ativos são o Reino Unido, Santander Consumer Finance, com um sênior especializado de emissão de 1 bilhão de euros a 24 meses e a unidade de consumo de nós.UU. Também notável qualidade de algumas emissões como aquele feito pelo Chile, como um sinal da atratividade do mercado devido ao risco das unidades do Grupo.

3.2 Capital

A gestão do capital do Grupo visa garantir a solvência da empresa e maximizar a sua

rentabilidade, garantindo conformidade com objetivos internos do capitais, bem como os requisitos normativos. É uma ferramenta estratégica essencial para a tomada de decisões a nível local e a nível corporativo. Permite para definir um quadro comum para a ação, estabelecendo uma definição e homogeneização de critérios, políticas, funções, métricas e processos relativos à gestão de capital.

De capital dentro do Grupo é gerenciado em dois níveis: regulatório e econômico.

Gestão de capital regulatório baseia-se na análise da base de capital, os índices de solvabilidade e os cenários usados no planejamento da capital. O objetivo é que a estrutura de capital é tão eficiente quanto possível em termos de custo de acordo com as exigências dos órgãos reguladores. Gestão de ativo de capital inclui securitização, vendas de ativos e patrimônio líquido (ações preferenciais e dívida subordinada) e emissões de capital híbrido.

A gestão do capital a partir do ponto de vista econômico visa otimizar a criação de valor do Grupo e das unidades que o compõem. Portanto trimestralmente eles geram, analisar e reportar ao comitê diretivo figuras de capital econômico, RORAC e criação de valor de cada unidade de negócio. Também no âmbito do processo de auto-avaliação da capital, o Grupo usa um modelo de medição de capital econômico, com o objetivo de garantir a adequação de capital disponível para suportar todos os riscos de sua atividade sob diferentes cenários econômicos e nível de solvência decidido pelo Grupo.

Para ser capaz de gerir adequadamente o capital do Grupo é essencial para estimar e analisar as necessidades futuras, antecipação das diferentes fases do ciclo. Projeções de capital regulatórias e econômico tomar como informações de orçamento base (saldo, resultados de conta, etc.), os cenários macroeconômicos, definidos pelo serviço de estudos do Grupo e o impacto se os impactos esperados e regulamentares. De acordo com essas estimativas, estão previstas as medidas necessárias para atingir os objetivos do

capital management (emissões, securitização, etc.).

Também determinados cenários de stress são simulados para avaliar a disponibilidade de capital para situações adversas. Esses cenários são conjunto de mudanças repentinas nas variáveis macroeconômicas, PIB, taxas de juros, valor de instrumentos de capital etc. que refletem a crise histórica que pode acontecer ou plausível, mas situações de stress improvável.

O total dos fundos próprios no fim do ano fiscal de 2013, depois de lucros retidos, é 84,269 milhões de euros, com aumento nos últimos doze meses de 3348 milhões e 4%.

Além disso, as participações minoritárias dificilmente oferecem variação nos últimos doze meses. O aumento pela operação na Polónia é compensado por declínios de Espanha (pela integração do Banesto) e Brasil (pelo impacto das taxas de câmbio).

Em termos de avaliação, ajustes descem em 4,678 bilhões de euros, com impacto notável do impacto negativo que foram (parcialmente coberto com hedgings) taxas de câmbio no valor de investimentos em subsidiárias estrangeiras. Além disso, inclui o efeito negativo das taxas de câmbio com a ágio, impacto neutro para efeitos de índices de capital.

Como resultado, patrimônio líquido 31 de dezembro de 2013 é 79,43 milhões de euros.

Computável patrimônio do Grupo, sobre a aplicação dos critérios de BIS II, são colocados em 71,453 milhões de euros no final do ano, o que significa um excedente de 32,274 milhões de euros e um 82% acima do mínimo exigido.

O Grupo manteve no quarto trimestre, a geração de capital, com *núcleo capital* (BIS II) 11,71% depois de um aumento de 138 pontos de base no ano de 2013.

Do ponto de vista qualitativo, é um modelo de negócio sólido e adequado de *fundos próprios*, a estrutura de saldo e o perfil de risco do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo se reúne todos os requisitos de capital mínimos considerados pela regulamentação atual, bem como aqueles estabelecidos na recomendação do EBA.

Mais informações sobre recursos próprios, requisitos e índices de solvabilidade, bem como condições e critérios de gestão de Grupo podem ser encontrados na f Notas explicativas 1) e 54 de demonstrações financeiras, bem como a relevância de prudencial de relatório que é publicada anualmente.

4 RISCOS

Qualidade na gestão de risco é para o Grupo um dos seus sinais de identidade e, portanto, uma prioridade de ação.

Política de risco do Grupo destina-se a manter um perfil, média-baixa e previsível para a totalidade de seus riscos, que constituem o seu modelo de gestão de riscos um fator-chave para a realização dos objetivos estratégicos do Grupo.

Sistemas de gestão e controle de riscos no Grupo adaptam-se ao quadro de apetite ao risco aprovado pelo seu máximo que regem corpos e o negócio bancário estabelecido modelo.

O modelo de gestão de risco do Grupo subjacente o modelo de negócio baseia-se nos seguintes princípios: a independência da função de risco empresarial; envolvimento direto da diretoria na tomada de decisão; decisões colegiais que garantem o contraste de opiniões, evitando a atribuição de capacidades de decisão exclusivamente individual e definição de competências. O controle e gestão de riscos é realizada de forma integrada através de uma estrutura corporativa, com responsabilidades de alcance global (todos os riscos, todos os negócios, em toda a geografia).

Descrição dos principais riscos que enfrenta o Grupo, bem como utilizados para seu controle,

políticas de gerenciamento e mitigação e metodologia estão detalhados nas Notas explicativas de relatório consolidada, principalmente na Nota explicativa 54. Entre outros, inclui informações sobre risco de crédito, risco de mercado e risco-país, risco operacional, risco de conformidade e à reputação, retomadas, reestruturação e refinanciamento e risco concentração.

Também a alta Administração do Banco acredita que dentro os riscos inerentes à atividade bancária, nos últimos anos, os riscos emergentes foram aqueles relacionados com o ambiente macro, mudanças regulatórias e risco à reputação e conduta, cujas ações de tratamento e mitigação são desenvolvidas também na Nota explicativa 54.

5. CIRCUNSTÂNCIAS IMPORTANTES QUE OCORRERAM APÓS O ENCERRAMENTO DO ANO

Desde 1 de janeiro de 2014, até à data de elaboração das demonstrações financeiras, houve os seguintes fatos relevantes:

- Em 3 de janeiro de 2014, o Grupo comunicou que havia vendido para Altamira Asset Management Holdings, S.L., entidade investida da filial de Apollo Global Management, LLC (Apollo), Apollo diretor Finanças Fundo Europeu II, 85% do capital social de Altamira Asset Management, S.L., sociedade do Grupo que gerencia a recuperação de créditos em contencioso em fase de Espanha e a venda ou aluguer de tais ativos imobiliários retomados procedentes da referida atividade por 664 milhões €.
- O Comitê Executivo do Banco na 1 reunião 3 Janeiro 2014, concordou implementar o programa Santander dividendo eleitoral as datas que tradicionalmente paga o terceiro dividendo, oferecendo os acionistas a opção de receber um montante igual do dividendo, no montante de um completo 0.152 euros por título, em ações ou em dinheiro.

- Em janeiro de 2014, são realizadas a oferta pública inicial de ações do Santander Consumer EUA Holdings Inc. (Desculpe) e sua admissão à negociação na bolsa de valores de Nova York. O posicionamento elevou-se para o 21,6% do capital da SCUSA, dos quais 4% corresponde à parte vendida pelo Grupo. Após esta venda, o Grupo mantém um 60,7% de participação no capital de SCUSA, reduzindo sua participação carro patrocinador Finanças Holdings série LP (patrocinador Holdings) - entidade totalmente detida pelos fundos controlados por Warburg Pincus LLC, Kohlberg Kravis Roberts & Co. L.P. e Centerbridge Partners L.P. - e DDFS LLC (DDFS) - empresa controlada pela Thomas G. Dundon, o Conselheiro Executivo de SCUSA -.

Para reduzir a participação dos antigos acionistas sob certas percentagens, espera-se que após a colocação, de acordo com os termos estabelecidos pelos parceiros de contrato, já acabou. Rescisão deve incluir, entre outros, o cancelamento do pagamento do contingente deve ser executada por SCUSA, dependendo de seus resultados de exercícios, 2014 e 2015. Também marcará a conclusão dos acordos, pelo qual, entre outras questões, para explorações de patrocinador e DDFS LLC concedida a representação no Conselho de diretores de SCUSA e estabeleceu um sistema de votação de forma a que as decisões significativas estratégicas, financeiras e operacionais e outras associadas a gestão ordinária de SCUSA estavam sujeitos a aprovação do Grupo misto e os acionistas acima mencionados e portanto, desculpa não ser mais sujeitos a controle comum de todos, vai ser controlado pelo o Grupo na base da percentagem realizada em sua capital.

6. INFORMAÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO PREVISÍVEL

O relatório anual contém determinadas informações prospectivas, refletindo, planos, previsões ou administradores das estimativas, baseadas em suposições que são consideradas razoáveis por estas. No entanto, o usuário deste

relatório deve ter em mente que as informações prospectivas não devem ser consideradas como uma garantia do desempenho futuro da entidade, no sentido de que tais planos, estimativas, ou previsões estão sujeitas a inúmeros riscos e incertezas, o que implicam que o desempenho futuro da entidade não tem de coincidir com o esperado. Tais riscos e incertezas são descritas ao longo do relatório, principal, embora não exclusivamente, na seção que fala dos principais riscos e incertezas perante a entidade.

As perspectivas para a economia do mundo em 2014 apontam para uma gradual revitalização da atividade liderada por economias avançadas. Estes irão beneficiar de políticas fiscais menos restritivas, políticas monetárias muito expansivas e maior estabilidade financeira, que, juntamente com a baixa inflação, poderia incentivar o consumo e avançar o ajuste dos balanços pelo setor privado. Entretanto, as economias emergentes ainda estão apontando para uma certa desaceleração, enquanto o atual ponto de estimativas de crescimento taxa maior do que as economias avançadas e, portanto, que continuará a aumentar sua participação no crescimento global.

A zona euro, após a saída da recessão no segundo semestre de 2013, oferece sinais de uma gradual em um contexto mais favorável financeiro, recuperação fiscal e crescimento global. Em qualquer caso, as perspectivas são modestas, dada a necessidade de continuar com a desalavancagem da economia pública e privada.

Em 2014 são esperados passos decisivos na criação da União Europeia de banca, que contribuirá para a redução progressiva da fragmentação financeira e conseqüente consolidação da recuperação. A primeira, a Assunção pelo Banco Central Europeu, por seu papel como supervisor somente no final de 2014 (único mecanismo de supervisão), que requer anteriormente maiores instituições financeiras na área de endereçamento de uma avaliação global (incluindo avaliação de risco, avaliação de

qualidade de ativos e teste de esforço) onde irão surgir necessidades de recapitalização. Em segundo lugar, político final das negociações para a colocação em funcionamento em 1 de janeiro de 2015 do exclusivo mecanismo de resolução.

Nos Estados Unidos.UU. Espera-se que a fase expansiva da sua economia é consolidada em taxas perto de seu potencial. Esta fortaleza levará o Federal, anunciou, para começar a retirada dos impulsos quantitativas através das compras mensais mais baixos ativos desde o início do ano. No entanto, o Fed pretende manter as taxas de juro historicamente baixas atuais (0% - 0,25%) ao longo do ano para continuar a apoiar a redução do risco de crescimento da inflação e a persistência de uma baixa utilização da capacidade instalada e uma taxa de desemprego acima a tendência a longo prazo.

Após a desaceleração registrada pelos países emergentes durante 2013, muito influenciado pela economia chinesa que é adequar a escala longa de reformas (curto prazo efeito contracionista) com medidas expansionistas de seletividade, 2014 retorna aos desafios significativos presentes em geral. Por um lado, desafios internos relacionam ao progresso nas mudanças estruturais que permitem renovar seu potencial de crescimento. Por outro lado, os desafios externos decorrentes da nova política monetária do Fed que planejou medidas quantitativas para impulsionar a sua economia, que pode levar a tensões nos mercados financeiros e moeda, como aconteceu no verão de 2013 e ele voltou no início de 2014.

Em relação à América Latina e de acordo com previsões das agências internacionais, toda a região mostrava crescimento ligeiramente superior para 2013, embora ainda longe dos níveis do início da década e com diferenças significativas por países.

Este cenário econômico vai levar a uma atividade bancária com ritmos e características do negócio e geografias muito distintas. Espera-se:

- Reduziu o crescimento de atividade nas economias em estágios iniciais de sua

recuperação, como a Espanha e Portugal, basicamente. Aqui muitos setores estão ainda no processo de desalavancagem, com o conseqüente impacto sobre a evolução dos créditos. Além disso, a persistência de baixas taxas de juros, com diminuição de tensão por liquidez, pode levar a economia para uma preferência pelos fundos fora de saldo em detrimento dos depósitos.

- No resto dos mercados maduros espera uma recuperação de crédito, embora ainda lenta atividade. Previsivelmente, Estados Unidos, será na cabeça cedo na posição de recuperação e Reino Unido poderia beneficiar de estímulo dos programas de governo das PME. Depósitos mostram um crescimento um pouco acima do crédito desalavancagem economias e taxas de juro oficiais permanecerá baixas.
- Maiores aumentos nos volumes em países emergentes, especialmente em empréstimos, em ambientes com tendência diferente dos taxas de juros de acordo com o seu tempo no ciclo. Eles incluem novos aumentos nas taxas no Brasil para conter a inflação.

Esta diversidade de tendências, para além das condições que, na atividade bancária em diferentes mercados, continuarão a ter esse nacional ou internacional requisitos normativos para reforçar o balanço, capital e liquidez, entre outros, alguns dos quais entram em vigor a partir de 2014.

Em suma, todas estas restrições novamente levantem um ambiente de demanda máxima na Administração do Banco, especialmente para um Grupo de multinacional como o Grupo presente em três ambientes econômicos e financeiros descritos até 2014.

Em 2013, o Grupo continuou o intenso processo de fortalecimento do balanço nos últimos anos. A posição alcançada de solvabilidade, risco, liquidez e início do processo de normalização do hedging do benefício é a base sobre a qual o Grupo irá desenvolver sua gestão em 2014, a fim de continuar a recuperação de benefícios e lucros.

Para atingir este objetivo, o Grupo estabeleceu quatro prioridades de gestão:

1. Melhorar a rentabilidade do capital através de uma alocação mais eficiente. Para fazer isso, faz-se uma revisão do negócio para adaptar seus níveis de capital para as estratégias e os objetivos de crescimento.
2. Transformar o modelo de negócio através da melhoria dos processos de vendas, multi-canal de desenvolvimento e melhoria de processos de gestão de risco, bem como estabelecer incentivos para os empregados mais alinhados com a qualidade do serviço e de custo-eficácia. Essa transformação permitirá aumentar a adesão e a satisfação da base de clientes do Grupo.
3. a terceira prioridade global, é aumentar a integração das unidades do Grupo com algumas unidades que obtêm vantagens das provisões, mantendo o foco local forte que lhes dão vantagem nos principais mercados, custos e renda global.

Uma das ações desenvolvidas em consonância com as prioridades foi a criação da nova divisão de banca comercial, com o objetivo de desenvolver a estratégia global de bancos comerciais do Grupo em 2013 e aproveitar melhor as oportunidades de seu posicionamento internacional.

4. Melhoria do custo-eficiência. Embora o Grupo é um dos mais eficazes entre seu comparável lá são dois fatores que devem permitir poupar custos nos próximos anos:

- São por um lado, identificando possíveis ineficiências de custos, permitindo que para continuar a melhorar a eficiência.
- Por outro lado, estará recebendo cedo integrações das unidades em Espanha e Polónia são aplicados os mais adiantados, então espera-se então o anunciou sinergias de custo.
- Nosso objetivo em 3 anos é conseguir economias de custo de 1,5 bilhões de euros, incluindo 400 milhões de euros de sinergias da integração em andamento.

Em termos do detalhe das unidades, as prioridades da gestão de topo podem ser agrupadas em cinco blocos.

(a) Na Espanha e em Portugal, a evolução das linhas básicas do projeto de lei deve ser apoiada no crescimento eficiente e recuperação de macro. Os focos neste contexto são os seguintes:

- ou Aumento da quota de mercado nos segmentos mais atraentes (empresas e negócios internacionais) com aumento transaccional e diversificação dos clientes.
- ou Aceleração na obtenção das sinergias previstas na época da fusão.
- ou Maximizar as receitas aumentada a um menor custo de depósitos, uma diminuição do custo do crédito devem se unir.

Em relação à Espanha, o Grupo terá de gerir um complexo ambiente econômico com fraco crescimento do PIB, que continuará a volumes de negócios de condicionamento. No campo financeiro, a conclusão do programa de assistência financeira da UE para o setor financeiro, depois de ter re-capitalizados nacionalizou as instituições e a melhoria do custo da dívida pública liberado as incertezas sobre o sistema e o exercício financeiro será marcado pela análise antes da entrada em vigor da única autoridade bancária Europeia. Maior parte do processo de saneamento, recapitalização e redução da capacidade instalada do sistema já feita e instituições concentrar seus esforços em aumentar a sua rentabilidade operacional.

Nesse cenário, o Grupo vai aproveitar os benefícios de uma marca única e bem posicionado internacionalmente e manter o foco na gestão dos spreads, a manutenção de uma liquidez frouxa e posição na continuação da redução da exposição de imóveis.

No que diz respeito a Portugal, como em Espanha, o Grupo terá que gerenciar um ambiente econômico de crescimento fraco, que continuará a afetar os volumes de negócios. Margem e gestão de riscos são pontos-chave na estratégia do Grupo, antes de um cenário de

taxas de juros baixas e forte concorrência para depósitos. Portanto, ele vai mergulhar o envolvimento dos clientes na rede comercial, o registro no diário por privado indivíduos e crescimento das PME e aumento de participação e rentabilidade nas empresas, com prioridade no negócio internacional.

b) Reino Unido, onde uma tendência favorável trimestral apreciou no ano passado, as prioridades para 2014 consistem em mantêm estratégias e tendências em 2013, que podem ser resumidas em:

- Para a frente em transformação de negócios para se tornar uma organização que presta um serviço completo, diversificado e focado no cliente para Santander UK.
- Isto deve melhorar em segmentação, links e qualidade de serviço e crescer nos segmentos de objetivos e do número de clientes que têm como seu Grupo principal banco.
- Reduzir o custo de financiamento e melhorar o índice de eficiência.
- Continuar a reforçar a relação de capital.

(c) Em mercados emergentes, onde o Grupo gerado em 2013 53% atribuiu o lucro das áreas operacionais, o Grupo espera alcançar maiores crescimentos de atividade que na maturidade dos mercados, enquanto vai continuar a investir na expansão e melhoria da sua capacidade de negociação.

A seguir estão as prioridades dos três principais mercados latino-americanos. No Brasil são:

- Melhorar a produtividade e aumentar o envolvimento dos clientes.
- Foco em produtos e segmentos de menor perfil de risco e links de alta capacidade, como hipoteca, folha de pagamento, Agro, segmento de alta renda e SMBs.
- Ajustar as margens de risco, para que a evolução da margem de juros líquidos do custo do crédito pode aumentar constantemente.

- Melhorar a eficiência, mantendo os custos abaixo da inflação.

No México, o Grupo continuará a desenvolver sua franquia comercial através do projeto de expansão dos ramos e o desenvolvimento de selecionarsegmentos, as PME e empresas.

Vai continuar a ser reforçada através de estratégias multicanais: internet, entre em contato com o centro, caixas eletrônicos ou correspondentes bancários, a fim de aumentar os clientes transacionais ligando

Finalmente, vamos continuar com a melhoria dos planos de qualidade, focados na experiência do cliente, através da eficiência em processos e desenvolvimento de novos produtos e serviços.

No Chile, o Banco continuará a transformação comercial. O novo CRM implementado em toda a rede e o fortalecimento de canais complementares permitirá uma melhoria de produtividade e eficiência. O crescimento incidirá principalmente para empresas e pessoas físicas de alta renda.

Finalmente, na Polônia o Grupo incidirá em extrair os benefícios da fusão. No varejo, irá desenvolver as bases de clientes particulares e PME; nas empresas, o objetivo é ganhar quota através de produtos inovadores e GBM para apoiar projetos de negócios internacionais através da rede de distribuição do Grupo.

(d) No negócio de consumo na Europa, após os bons resultados alcançados nos últimos anos permanecem as orientações:

- a quota de mercado de aumento, orgânica e tomando vantagem das possíveis oportunidades (o exemplo mais recente foi o acordo para a aquisição em Espanha da Finanças do Tribunal Inglês, que tem previsão de terminar no primeiro trimestre).
- Manter uma qualidade de crédito diferencial contra o setor.
- Este é o objetivo de retorno para superar em rentabilidade para o meio dos concorrentes, como tem feito a área durante a crise.

(e) Nos Estados Unidos, Banco Santander visa aumentar a volumes e a franquia após o rebranding dos escritórios. Dentro desta estratégia é o fortalecimento do segmento varejo, o lançamento de novos cartões para melhorar as taxas de penetração, gerenciar a comercialização de fundos de investimento de uma forma mais individualizada e continuar a crescer em grandes empresas.

O plano de expansão no financiamento de veículos, apoiou o acordo com a Chrysler diversificar as fontes de negócios através do processo de *manutenção* continuará em SCUSA.

Por outro lado, no que diz respeito a negócios globais, a área de Santander Global Banking & Markets adaptou seu modelo de negócios para o atual ambiente regulatório e o mercado a fim de aumentar a quota de mercado em produtos com baixo consumo de capital e liquidez.

Gestão de ativos será concluída nos veículos de investimento no Brasil, Portugal e Polónia, bem como os progressos no acesso selectivo para o negócio institucional fornecimento segmentado.

Seguro tem como prioridades, ampliar o leque de seguros *mercado aberto* como um elemento básico da ligação, bem como para implementar o *programa de excelência e satisfação* dos clientes em seguros.

Destinos de banca privada para 2014 são especificados no aumento de ativos sob gestão, atrair novos clientes e aprofundar a ligação existente entre aumentar a *quota de carteira*.

7. ATIVIDADES DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

O Grupo entende que a inovação e desenvolvimento em tecnologia como suporte fundamental da estratégia empresarial que coloca o **cliente no centro** de seu modelo de negócio. Em consonância com a divisão de objetivos, tecnologia e operações corporativa apoia as propostas de valor de negócios ordenadas por segmentos, foco no cliente e sua satisfação, realiza uma gestão otimizada de

precio-riesgo dentro de elevados padrões de segurança operacional e aproveitar as **oportunidades** de um novo mundo fortemente **digital**.

Nos últimos anos o Grupo como entidade sistêmica global e as filiais individuais, são sujeitos a elevadas **exigências regulamentares** e altamente candidatos a emprego que têm implicações em sistemas modelo e a tecnologia subjacente. A resposta a estas demandas está resultando em investimentos adicionais para garantir o seu **cumprimento** e **segurança jurídica**.

O reflexo desse esforço tecnológico é reconhecido mais de um ano no ranking compilado pela Comissão Europeia ("*2013 a UE Industrial R & D Scoreboard de investimento*", com dados a partir do ano de 2012), que colocou o Grupo como o primeiro Banco Europeu e a segunda empresa espanhola por recursos próprios no investimento em i & d. Projetos desenvolvidos neste exercício incluem a execução em curso no Reino Unido da plataforma tecnológica das empresas, que deverá ser concluído em 2014, bem como a conclusão da execução do *núcleo* bancário (Parthenon) nos EUA e na Alemanha.

Em 2013, o investimento de tecnologia em r & d atingiu 1,229 bilhões de euros, 3,1% da margem bruta do Grupo. Neste volume, superior a 11,9% para 2012, coloca o investimento acumulado do últimos três anos 3,747 milhões euros (3,0% da receita total).

Infra-estrutura

Em 2009 o Grupo lançou a **Estratégia Global para gerenciamento de infra-estrutura de ti** (*Tecnologias de informação*) para garantir a conformidade com os requisitos normativos, minimizar o risco operacional e fornecer altos níveis de qualidade e eficiência para os negócios e o serviço aos clientes. Eles são três elementos-chave: centros de processos de dados, comunicações de rede e sistemas de armazenamento e de processo.

Em 2013, o Grupo tem continuado a melhorar sua infra-estrutura enquanto Gerenciei projetos de integração / transformação em diferentes unidades do Grupo (Espanha, Polónia,...), que foram feitas sem diminuir o serviço ao cliente. Eles incluem as seguintes etapas:

- Avanços na concentração de infra-estrutura em um todo cortado de centros de processamento de dados (CPDs) de alta qualidade e estrategicamente localizado. 5 pares de CPDs, Classe mundial ou Tier IV (de acordo com as normas do Uptime Institute), que aproximam-se os maiores volumes de negócios do Grupo são: Boadilla e Cantábria, na Espanha, Brasil Campinas, Carlton Park no Reino Unido e em Queretaro, no México. Destaques:
 - o A migração da infra-estrutura de Santander Consumer Finance na Espanha e na Europa para o CPD em Cantábria, para concluir o processo iniciado em 2012 com o bancário, varejo e as fábricas na Espanha.
 - o O lançamento do novo CPD corporativa de Querétaro (México) e subsequente migração de clientes da infra-estrutura de EUA de Santander.
 - o O início da imigração em Portugal e no Brasil para os novos CPDs corporativas em seus respectivos países, que serão concluídas em 2014.
- Incorporação de novas tecnologias ("Green IT") para as CPDs tradicionais para reduzir seu consumo de electricidade, tanto diretos (mais eficiência no processo) e indiretamente (operando em temperatura mais elevada que reduz os requisitos de refrigeração). Acrescente a isto que o novos CPDs corporativos reduzem consumo de energia eléctrica níveis 30% em conta corrente.
- Inovação em Dados do gabinete de comunicação e voz, bem como as posições do usuário para uma resposta mais rápida ("plano Radical").

- o Primeira fase de instalação no Santander UK em 11.000 novos computadores com conexões de internet em mais de 1.000 ramos atualize. Resulto em aumentos na velocidade da rede, a fidelidade e a eficiência em escritórios e entre em contato com o centro (- 40% no tempo de processamento de transação; - 8% no consumo de energia).
- o Apoiar a renovação do Santander na rede EUA depois de mudar a marca do soberano para os EUA de Santander. Foi melhorias em 1.100 caixas eletrônicos e mais de 700 filiais, assim como a reconfiguração de cerca de 200 unidades de resposta interativa de voz.

O conhecimento adquirido pelo Grupo na operação de CPDs, juntamente com experiência na construção e implementação dos complexos empresariais novos equipado com as mais recentes tecnologias, foram incorporados para o **"mestre em gestão de Data Centers"** desenvolvido em conjunto com a Universidade de Cantabria, cuja primeira edição concluiu em outubro passado com a graduação de 19 alunos.

Aplicações e sistemas

Neste campo, a estratégia do Grupo tecnologia visa cobrir todo o valor das instituições financeiras de forma abrangente e evolutiva. Para este efeito se baseia em quatro aspectos em que o Grupo continuou se movendo em 2013:

- Aplicativos de software , atuando como um repositório de conhecimento, proporcionando valor para os negócios e clientes, garantindo o desempenho dos bancos e reforçar o modelo de gestão/governança nos negócios suportam funções.
- o Os exemplos mais relevantes de arquiteturas e aplicações incluem Parthenon/Altair e Alhambra, que simplificam e unificar grande parte sistemas de todas as entidades pertencentes ao Grupo.
- o No caso de Alhambra, foram implementados novos aplicativos móveis em 7 países,

melhorando o acesso e os clientes on-line operacionais durante 2013. Eram cerca de 5 milhões de downloads que recebeu uma alta avaliação (a maioria com pontuações de 4 o 5 em 5). Entre os mais notáveis são a aplicação do Santander EUA Personal Banking, o Banco iOS/Android nos EUA os cinco melhores .UU. e a banca pessoal Santander, nomeado como o melhor aplicativo de mobile banking no Reino Unido.

- **Modelo de *delivery* que combina capacidades globais** que aproveitam a escala do Grupo, **com capacidades locais** que respondem a flexibilidade exigida pela unidades locais.

- Em 2013 melhora no mix de recursos dedicados ao negócio ordinário (*para executar o Banco*) de uma maior dedicação à implementação de sistemas de planos (*para mudar o Banco*) em cada um dos países onde operamos. Seguido por outro lado, reforço do serviço prestado pelos domínios globais (canais, processos, CRM o conformidade, entre outros) em projetos de integração de alta especialização.

- **Integração de soluções em estratégia de mercado e produtos proprietários**, apropriado para o nível de sofisticação do negócio/função e o grau de maturidade da oferta de terceiros.

- Na arquitetura global, a operação da base de atividade, aplicação de soluções de mercado que completar o catálogo de produtos próprios, tradicionalmente em áreas como a gestão integrada das despesas, contabilidade, gestão premiado com imóveis retomados, tesouraria, ALM, operações em mercados de capital, etc.

- Em 2013, na área de prevenção de dinheiro lavagem de tornou-se a extensão da ferramenta Norkom (conhecido pelos reguladores diferentes), como uma solução comum em todas as áreas geográficas para garantir a conformidade com normas vigentes. Já implantado em 10 empresas de 6

países, fornece informações em tempo real, monitoramento de 6 milhões de operações por dia.

- **Tecnológico e controle de risco operacional**(um dos objetivos básicos de Basileia II e III), e **aplicação de qualidade.**

- o Ambas as soluções e o mercado são inspirados por uma **cultura de melhoria contínua e zero defeitos**, que visa alcançar um incidente "**melhor na classe**" índices.Em 2013, a relação das incidências do Grupo situou-se em 0,11 defeitos por milhão em transações, melhorar os níveis de 2012 (0,19 DPMT).

Os recursos do Grupo neste campo tiveram uma boa reflexão em 2013 com a fusão das unidades de negócio em Espanha, que resultou no **migração de clientes varejo da plataforma tecnológica do Banesto ao Banco Santander**. Foi concluída com êxito em vários estágios, envolveu 41,7 milhões de contratos, 1,742 ramos e 625 operando centros. A integração de toda a rede de agências foi concluída em menos de um ano desde o anúncio da fusão, marcando um novo recorde na lista de integrações do Grupo. Migração "para o cliente" permitiu para minimizar o impacto sobre o serviço, para que apenas 7% de queixas de clientes no período indicado têm sido associados com o processo de migração.

Novas tecnologias

Nos últimos anos, a divisão de tecnologia do Grupo dedicado especial atenção às **tecnologias emergentes** devido ao seu elevado **potencial para melhorar processos e os negócios** do Grupo, bem como o **valor oferecido aos clientes**. Em 2013, as linhas de progresso mais notáveis foram os seguintes:

- **Facilitar a operação de produtos e serviços aos clientes através de dispositivos móveis**, aproveitando a alta e crescente penetração do *smartphones*.

- ou Enfatiza o lançamento comercial em 2013 a primeira *carteira* do mundo que permitiu o pagamento do valor de alta e baixa cartões Visa e Mastercard, através da tecnologia NFC (*Perto de campo de comunicações*). Também a implementação de captura remota (*Mobile Remote Capture depósito*) depósitos em mercados como o americano, permitindo aos clientes entrar um cheque de seu *smartphone*.
- Na aquisição do negócio é que tem feito um investimento estratégico no capital da empresa *iZettle*, cujo objetivo é desenvolver e facilitar um sistema de aceitação de cartão de pagamento através de dispositivos móveis.
- **Melhorar a experiência do cliente e a satisfação no interação com os diferentes canais do Banco**, especialmente em unidades onde a *diferença* era maior. Aqui estão eles:
 - Avanços na personalização e auto-atendimento dos bancos **Web comercial** do Grupo, de acordo com o perfil o o interesse do cliente, promovendo a integração com redes sociais e a participação o a avaliaÃ § ã É o de elementos de conteúdo e facilita a fixação do preço em tempo real. Bom exemplo é o novo comercial *web* do Santander EUA, usando novos recursos de tecnologia da *web* para uma melhor adaptação para suportar (*Full Design responsivo* dispositivos).
 - Melhoria no ramos do Santander nos com um **novo conceito de ponto de verificação caixa** (*Advance Teller*), mais capacitação comércio eficiente e integrada. Em adição a **renovação de caixas automáticos (ATMs)** na segunda metade de 2013, como parte da mudança de marca para Santander nos: mais intuitiva e perto do cliente, maior personalização, design de interfaces tácteis e maior gama de serviços.
- **Reforçar a segurança de todos os canais para garantir a proteção da identidade do usuário**, suporte, entre outros, em soluções inovadoras de **biometria**. Destaques iniciativas em 2013 em grandes unidades de latino-americanos:
 - Em caixas eletrônicos do Brasil, para adicionar o **reconhecimento de impressões digitais** para fazer saques em dinheiro. Esta medida destina-se a evitar a falsificação do cliente.
 - No México, com o **reconhecimento de voz**-com base em medidas. Em particular, concluiu com êxito o piloto "*em Santander, minha voz é minha senha*", a fim de consolidar e expandir a *senha de voz* como um método de identificação dos clientes, entrando em contato com o *Call Center*.
 - Também no México e na banca móvel, uma **solução de software token** que transforma o celular em um dispositivo de alta segurança tem sido implantado (similar aos dispositivos físicos, tipo *hardware*). Tudo ao mesmo tempo oferecendo uma melhoria substancial em usabilidade para o usuário final.
- **Aumentar a capacidade de aplicação de novas tecnologias para gerar valor no cliente** relações pelo **Centro para o Middleware aberto (COM)**. COM é um centro de tecnologia comum criado em conjunto com a Universidade Politécnica de Madrid (UPM) onde o Grupo técnicos e pesquisadores da UPM a trabalham para desenvolver inovações úteis para clientes e empresas de novas tecnologias. É uma iniciativa aberta para que você pode adicionar outras entidades.
 - Exemplo de inovação é a detecção de padrões em grandes conjuntos de dados a partir de tecnologias de aprendizagem (redes neurais) máquina, permitindo-lhe analisar e prever o comportamento e as necessidades dos clientes em determinadas circunstâncias com maior fidelidade. Outra é a aplicação da tecnologia semântica para o desenvolvimento de mecanismos de raciocínio que permite fácil utilização pelos clientes dos serviços e canais oferecidos pelo Banco.
 - Por último, mas não menos importante, as novas tecnologias são elementos básicos para lidar com as novas exigências dos órgãos reguladores que se traduz em maior

segurança jurídica e transparência aos clientes e operadores.

- Um bom exemplo é o GDR de novos regulamentos que exigem maior controle e rastreabilidade das informações relatadas aos órgãos competentes. Para fazer isso, o Grupo é definir uma arquitetura global para atender a essas necessidades, com modelos de controle de qualidade e dados do governo para garantir a exatidão, a integridade e a rastreabilidade dos relatórios dos diferentes tipos de riscos (crédito, saldo, capital, etc.).
- Outro exemplo é a aplicação de tecnologias de Análise de discurso para o cumprimento do normativo americano Dodd Frank. Neste caso, o Grupo usa esta ferramenta nas mesas de dinheiro, analisando todas as interações um investidor/cliente com a entidade, ligada a uma operação específica por algoritmos de reconhecimento de voz. Desta forma é possível desenhar otimamente conversações solicitadas pelo controlador.

Estes e outros avanços tecnológicos estão focando aquelas unidades que tinham grandes *lacunas* que cobrem e, conseqüentemente, ganha o maior potencial para alcançar a eficiência e alta produtividade em um menor tempo. Além disso, sua evolução positiva como o teste de campos, juntamente com a implementação da capacidade do Grupo, está permitindo a expansão de práticas recomendadas para outras unidades do Grupo, ajudando a tornar nossos afiliados mais eficiente e competitiva com os seus concorrentes locais.

Em suma, a evolução do Grupo em suas três áreas básicas (infra-estrutura, aplicativos e sistemas e novas tecnologias) coloca como uma referência entre nossos concorrentes. Consciente da importância desta vantagem competitiva, o Grupo criou os sistemas necessários para oferecer a melhor proteção para todos e cada um de seus novos desenvolvimentos tecnológicos.

Então em abril de 2013, o Grupo adotou um procedimento corporativo para todas as unidades, que identifica as medidas que, de

forma preventiva, deve aplicar-se a todos os meios técnicos e documentais, e que estabelece os princípios de uma análise de patenteabilidade possíveis em cada caso. E tudo isto são adaptado ao regime jurídico diferente nos países onde o Grupo opera, dos quais apenas em nós.UU. (e no Japão, isso não se aplica) são permitidos para proteger o *software* usando o registo de patentes, enquanto que no resto do mundo é feito através de sistemas suportados pelos direitos de autor.

Em última análise, os Grupo constante esforços envidados para melhorar a sua capacidade tecnológica e operacional e tirar proveito das tecnologias mais avançadas. Um esforço em inovação de produtos, serviços, processos e sistemas que visa melhorar a produtividade, aumentar a eficiência, reduzir riscos e melhorar a qualidade do serviço oferecido aos nossos clientes.

8. A AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DE AÇÕES PRÓPRIAS

O Banco mudou sua política de ações próprias por acordo do Conselho de Administração em 21 de outubro de 2013 tendo em conta os critérios recomendados pela CNMV. Operações de compra e venda de ações próprias, pela sociedade ou sociedades dominadas por isso, devem respeitar o disposto nos acordos da assembleia geral de acionistas de normas vigentes e a este respeito,

Negociação de ações próprias deve assegurar as seguintes finalidades:

- (a) Facilidade no mercado de ações da liquidez do Banco ou o fornecimento de valores, conforme o caso, dando a profundidade de mercado e minimizando eventuais dessaldos temporários entre oferta e demanda.
- b) Tirar proveito de situações de fraqueza no preço das ações em relação à evolução das perspectivas de médio prazo para o benefício de todos os acionistas.

Operações de tesouraria serão realizadas pelo departamento de investimentos e participações, isolado como uma área separada do resto das atividades do Banco e protegidos por barreiras adequadas, para que nenhuma informação privilegiada ou relevante não está disponível. O diretor do departamento será responsável pela gestão da tesouraria.

Negociação de ações próprias está sujeita as seguintes diretrizes gerais:

- Ele não vai responder a um propósito de intervenção na livre formação de preços.
- Não pode ser executada se a unidade responsável pela sua implementação tem informações privilegiadas ou relevantes.
- Irá permitir, se for o caso, a implementação de programas de recompra e de aquisição de ações para cobrir as obrigações do Banco ou do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2013, as ações em tesouraria foram 1.425.239, representando 0,013% do capital social no final do ano; em 31 de dezembro de 2012 foram 48.893.603 compartilha, a 0,474% do capital social do Banco para esta data.

Operações com próprias ações executadas pelas empresas consolidadas no interesse do Grupo durante o exercício de 2013 significaram a aquisição de 974.313.530 ações, a um preço médio de compra de 5,74 euros por ação, o que representa um montante de dinheiro de 5.592,1 milhões de euros.

No que diz respeito a venda, são sido alienados 1.021.781.894 compartilha, em uma metade de preço de vendas de 5,75 euros por ação, resultando em uma quantidade de dinheiro de 5.876,5 milhões de euros.

O efeito de patrimônio líquido de impostos gerados pelo exercício transações com ações publicadas pelo Banco tem sido perda de 28 milhões de euros registada no capital do Grupo em reservas próprias de fundos. O efeito sobre o lucro por ação foi irrelevante.

Na Nota explicativa 34 das demonstrações financeiras que acompanham e nas seções 8 e 9 do relatório governança corporativa expande as informações relativas à aquisição e alienação de ações próprias e a política das ações do tesouro.

9. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

9.1. informações de estoque

Ações do Santander negociadas no mercado contínuo das bolsas espanholas, bem como nos mercados de Nova York, Londres, Milão, México Lisboa.

Em 31 de dezembro de 2013 eles listados em valores de mercado oficial das ações do Banco Santander S.A. do Rio; Grupo Financeiro Santander México, S.A.B. de C.V.; Banco Santander-Chile; Interesse de portfólio, S.A., SICAV; Santander Chile Holding S.A.; Banco Santander (Brasil) S.A. e banco Zachodni WBK S.A. Em janeiro de 2014, começou a negociação Santander Consumer EUA Inc. na bolsa de valores de Nova York. No total, o Santander está presente em 63 diferentes índices.

O Grupo tem como prioridade a remuneração aos acionistas e manteve seus salários durante todo o período de crise financeira.

O número total de acionistas no final do ano é 3.299.026, dos quais 3.078.914 são acionistas europeus que controlam a 87,06% do capital, 203,749 americanos com 12,51% do capital e 16,363 acionistas do resto do mundo com 0,43% do capital social.

Note que o Grupo é o mais líquido da entidade EuroStoxx, para negociar ações 21,869 milhões no exercício, de eficazes 126,6 milhões de euros, com um índice de liquidez de 201%. Todos os dias uma média de 85,8 milhões de ações foi contratada para uma quantidade de dinheiro de 496,5 milhões de euros.

No que diz respeito a evolução do presente tem sido afetada no primeiro semestre de 2013 por um ambiente de desaceleração do crescimento

econômico global e desaceleração nas economias emergentes, foi afetado pelas tensões políticas na Itália, o resgate de Chipre e as tensões nos mercados de dívida de países periféricos condicionado stock Europeu e pressionado o saco principalmente espanhóis e italiano.

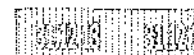
A segunda parte do ano tem tido um comportamento muito distinto e tem sido condicionada pelo relaxamento das tensões nos mercados de dívida, a melhoria das perspectivas de crescimento econômico e no final do programa de assistência financeira ao setor bancário espanhol. Isto resultou em um melhor desempenho dos mercados de ações europeus na segunda metade (Eurostoxx 50: + 19,5% e o Ibex: + 27,7%). O Grupo apresenta um melhor resultado neste período, até por 32,7%.

Durante todo o ano, a ação do Grupo mostra uma apreciação de 6,7%. Juntamente com o aumento das contribuições dadas a remuneração recebida pelos acionistas, o retorno para o mesmo (com o reinvestimento de dividendos) total foi de 18,4% no exercício.

No final do ano 2013, o Santander ocupa o primeiro lugar na zona euro e o décimo-primeiro no mundo por valor de mercado, com uma capitalização de 73,735 milhões de euros. A ponderação da ação no índice DJ Stoxx 50 é de 2,3% e 8,2% dos bancos DJ Stoxx. No mercado interno, o peso dentro do Ibex-35 no final do trimestre equivale a 17,1%.

As informações sobre a evolução do mercado de ações podem ser expandidas na seção "ação" do relatório anual.

La acción



Accionistas y acciones

Accionistas (número)	3.299.026	3.296.1
Número de acciones (millones)	11.333,4	10.32

Cotización (euros)

Precio de cierre	6,506	6,1
Variación en el precio	+6,7%	+3
Máximo del periodo	6,777	6,1
Fecha máximo del periodo	21-10-13	09-02
Mínimo del periodo	4,791	3,1
Fecha mínimo del periodo	24-06-13	23-07
Promedio del periodo	5,813	5,1
Capitalización bursátil de fin de periodo (millones)	73.735,2	62.95

Contratación

Volumen total títulos negociados (millones)	21.869	27,1
Volumen medio diario títulos negociados (millones)	85,8	10
Total efectivo negociado (millones de euros)	126.600	150,1
Efectivo medio diario negociado (millones de euros)	496,5	58

Ratios

PER (precio / beneficio por acción) (veces)	16,13	25
Precio / fondos propios por acción (veces)	0,88	0
Fondos propios por acción (euro)	7,44	7
Rentabilidad por dividendo	10,40	10
ROE (beneficio atribuido sobre fondos propios medios)	5,42	2

[legenda]

AÇÃO

Acionistas e ações

Acionistas (número)	
Número de ações (milhões)	

Cotação (euros)

Preço de fechamento	
Variação no preço	
Máximo do período	
Mínimo do período	
Data mínima do período	
Média do período	
Valor de mercado no fim do período (milhões)	

Contratação

Volume total títulos negociados (milhões)

Volume médio diário títulos negociados (milhões)

Total volume de transação (milhões de euros)

Volume médio diário de transação (milhões de euros)

Índices

PER (preço/lucro por ação) (x)

Preço/ Patrimônio líquido por ação (x)

Patrimônio líquido por ação (euros)

Rentabilidade por dividendo

ROE (retorno sobre patrimônio líquido)

9.2. política de dividendos

De acordo com os estatutos da assembleia geral de acionistas do Banco Santander, cada exercício é sujeito à aprovação da assembleia geral de acionistas política de remuneração aos acionistas. De acordo com esta política, o Banco geralmente paga aos acionistas numa base trimestral.

Em relação dos anos 2009, 2010, 2011 e 2012 o Banco pagou seus acionistas com cerca de 0,60 euros por ação. O Banco tem um programa de retribuição chamado eleição de dividendo de Santander, pelo qual o acionista pode escolher como receber o montante equivalente do dividendo em dinheiro ou ações Santander.

Em relação ao ano de 2013, o programa de escolha de dividendo Santander tem sido nas datas onde normalmente paga o dividendo primeiro (julho/agosto), o segundo (outubro/novembro) e terceiro (janeiro/fevereiro). A respeito do dividendo, pagável em abril / maio, o Conselho pretende aplicar novamente o programa, sujeito à aprovação da assembleia geral de acionistas. Afinal, a quantidade distribuída deve-se também de 0,60 euros por ação. Este montante representa um retorno na metade do exercício da citação de 10,40% (10,85% em 2012).

Em relação ao exercício 2012 82,68% escolheu para incluir os dividendos em ações. Em 2013, o percentual de aceitação de pagamento em ações

tem sido 86,25% para o dividendo primeiro, o segundo dividendo 89,20 por cento e 86,37 por cento para o terceiro dividendo.

O sistema de remuneração aos acionistas é detalhado na Nota explicativa 4, das demonstrações financeiras.

9.3 a gestão de rating de crédito

Acesso ao Grupo de mercados de financiamento por atacado, bem como o custo das emissões depende, em parte, das qualificações das agências de *notação*.

Agências de rating rever periodicamente as *classificações* do Grupo. Rating de dívida de longo prazo depende de uma série de fatores endógenos da entidade (solvência, modelo de negócio, gerando capacidade de resultados...) e outros exógenos relacionadas com o ambiente econômico global, a situação do setor e do risco soberano das localidades onde atua.

A classificação do *rating* soberano do Reino de Espanha com as agências de rating é a seguinte: BBB - em Standard & Poors, BBB no Fitch, Baa3 em Moodys e um (baixo) em DBRS.

A metodologia das agências limitar a *classificação* de um banco acima o soberano *classificação* da sua sede, apesar do bem fundamental do Grupo, a *classificação* do Grupo é limitadas pelo soberano espanhol *classificação*.

Apesar disso, o Banco Santander é o único Banco do mundo que tenha uma *classificação* acima o soberano *classificação* da sua sede com quatro agências: BBB em Baa2 BBB de Standard & Poors, Fitch, Moody's + e no DBRS. Além disso, Fitch e S & P melhorou o Outlook a estável em novembro e dezembro de 2013, respectivamente, como resultado a melhoria das perspectivas do *rating* soberano. Estas classificações acima soberano reconhecem a força financeira e a diversificação do Grupo.

Boa avaliação que têm o perfil das agências de crédito de Grupo é refletida na *classificação* por indivíduo fundamental do Banco, que no caso da S & P coloca-lo no "a-", um nível de *classificação*

equivalente a outros bancos concorrentes, incluindo aqueles domiciliados em países melhor macroeconômicas.

	Longo prazo	Curto prazo
Standard & Poor's	BBB	A-2
Fitch Ratings	BBB +	F2
Moodys	Baa2	P-2
DBRS	Para	R1 (baixo)

âmbito do plano de melhoria de produtividade. Por outro lado, aumentou mais de 300 escritórios na Polônia no ano pelo Banco real S.A. e 88 entrada no México, pelo plano de expansão em curso de três anos.

9.4 rede de filiais

O Grupo possui uma rede de 13,927 escritórios, colocando-a como o Banco internacional com a maior rede comercial. Dentro deles, a maioria corresponde a escritórios universais, embora o Grupo também tem escritórios que oferecem uma atenção especializada para segmentos específicos do cliente.

Estes últimos incluem cerca de 800 escritórios destinados ao consumo, tanto aqueles em Santander Consumer Finance na Europa, como as entidades especializadas no Uruguai, Chile e Porto Rico. Ao lado deles há escritórios destinados a PME e empresas em diferentes países, o segmento de alta renda, *seleccionar*, que após seu desenvolvimento em Espanha, já começaram a implementar no Brasil (58 escritórios), Chile (46 escritórios), Portugal (17 escritórios) ou Uruguai. É também especializada, banca privada de escritórios, ou de Grupos específicos, tais como universidades.

No exercício rede registou um decréscimo de 465 escritórios refletindo diferente estratégia seguida em unidades de negócio. Grandes diminuições são registradas em Espanha, como resultado do processo de integração das redes antigas de Santander, o Banesto e o Banif e no Brasil, no

DECLARAÇÃO

Jesús María Zabalza Lotina, espanhol, casado, com passaporte sob o nº AAG026463, e inscrito no CPF/MF sob o nº 236.328.588-37, com endereço comercial na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2.235, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, na qualidade de Representante Legal do Banco Santander, S.A ("Companhia"), sociedade constituída e existente de acordo com as leis da Espanha, com sede em Santander (Cantabria), paseo Pereda, número 9-12, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.707.616/0001-10, declara, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que os membros do Comitê Executivo da Companhia:

i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013;

ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório especial dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013; e

iii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

São Paulo, 2 de junho de 2014.



Jesús María Zabalza Lotina